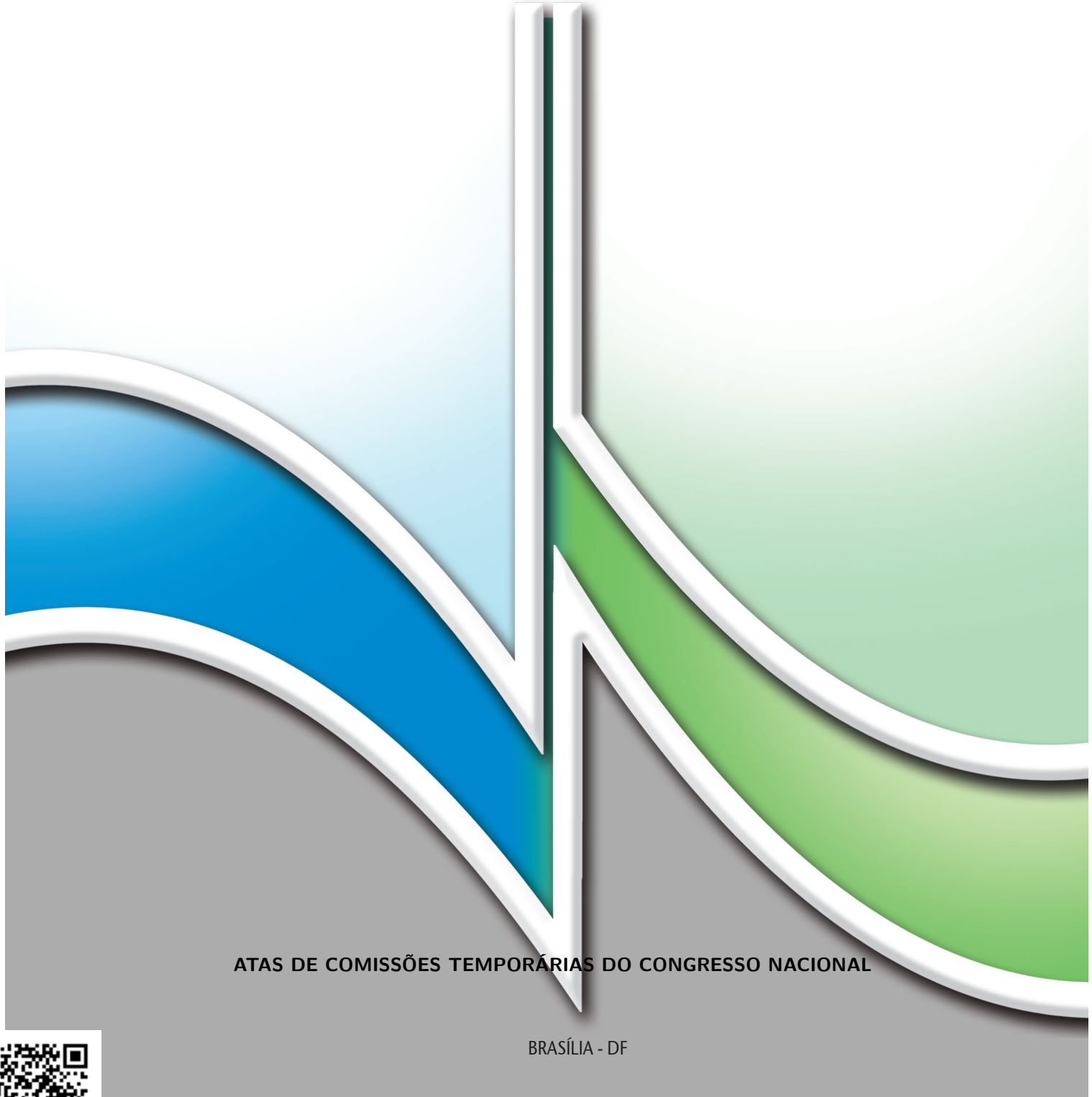
00100.179776/2023-28

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXVIII SUP. B AO Nº 41, QUINTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2023



ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente
Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário
Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arthur Lira (PP-AL)
Presidente
Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º Vice-Presidente
Deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ)
2º Vice-Presidente
Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)
1º Secretário
Deputada Maria do Rosário (PT-RS)
2ª Secretária
Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)
3º Secretário
Deputado Lucio Mosquini (MDB-RO)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Gilberto Nascimento (PSD-SP)
2º - Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS)
3º - Deputado Beto Pereira (PSDB-MS)
4º - Deputado André Ferreira (PL-PE)

DIÁRIO CONGRESSO NACIONAL EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023

Ata da 9ª Reunião, realizada em 1º de agosto de 2023 4

Ata da 10ª Reunião, realizada em 3 de agosto de 2023 187

1.2 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1170, DE 2023

Ata da 1ª Reunião, realizada em 21 de junho de 2023 246

Ata da 2ª Reunião, realizada em 8 e 9 de agosto de 2023 250

1.3 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1172, DE 2023

Ata da 1ª Reunião, realizada em 21 de junho de 2023 263

Ata da 2ª Reunião, realizada em 1º de agosto de 2023 268

Ata da 3ª Reunião, realizada em 8 de agosto de 2023 288

1.4 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1173, DE 2023

Ata da 4ª Reunião, realizada em 9 de agosto de 2023 302

1.5 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1174, DE 2023

Ata da 1ª Reunião, realizada em 5 de julho de 2023 314

Ata da 2ª Reunião, realizada em 11 de julho de 2023 327

Ata da 3ª Reunião, realizada em 12 de julho de 2023 355

Ata da 4ª Reunião, realizada em 8 e 16 de agosto de 2023 375

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e dezoito minutos do dia hum de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência doDeputado Arthur Oliveira Maia, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 com a presença dos Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo, Marcos Rogério, Izalci Lucas, Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Omar Aziz, Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Magno Malta, Flávio Bolsonaro, Esperidião Amin, Damares Alves, Cleitinho, Duarte Jr., Duda Salabert, Rafael Brito, Aluisio Mendes, Laura Carneiro, Mauricio Marcon, André Fernandes, Delegado Ramagem, Filipe Barros, Nikolas Ferreira, Rubens Pereira Júnior, Rogério Correia, Jandira Feghali, Aliel Machado, Delegada Adriana Accorsi e Pastor Henrique Vieira, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Nelsinho Trad e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcelo Castro, Soraya Thronicke, Davi Alcolumbre, Cid Gomes, Eliziane Gama, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Amanda Gentil, Carlos Sampaio, Paulo Magalhães e Rodrigo Gambale. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Oitiva - Saulo Moura da Cunha. Finalidade: Depoimento de Saulo Moura da Cunha. Oitiva do Saulo Moura da Cunha, em atendimento aos requerimentos 939/2023, 944/2023, 947/2023, 974/2023 e 993/2023. Resultado: Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Arthur Oliveira Maia
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1, de 2023, para investigar os atos de ação e omissão ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023, nas sedes dos Poderes da República, em Brasília.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Saulo Moura da Cunha, convocado na condição de testemunha.

Antes de chamar a testemunha para depor, eu quero dizer a todos que nós recebemos um ofício do Ministério da Justiça, do Sr. Ministro Flávio Dino, referente a uma solicitação de um requerimento que foi aprovado nesta Comissão, na última sessão, que solicita as imagens internas do Ministério da Justiça no dia 8 de janeiro, e o Sr. Ministro nos respondeu afirmando que não poderia passar essas imagens em virtude de que as mesmas fazem parte do conjunto de provas que faz parte de um inquérito que está em sigilo no Supremo Tribunal Federal.

Vejam bem, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, na reunião que eu tive com o Sr. Ministro presidente dos inquéritos, Alexandre de Moraes, o que nos foi colocado pelo Ministro foi que havia alguns inquéritos que estavam sob sigilo e que esses inquéritos sob sigilo que tinham ainda alguma diligência a ser feita e cuja divulgação pudesse trazer prejuízo a essa diligência ele não poderia entregar naquele momento para a CPMI. Isso é absolutamente compreensível. Por exemplo, quando eu estive com o Ministro Alexandre de Moraes, dias depois aconteceu uma operação, inclusive nesta Casa, aqui no Senado, no gabinete do Senador Marcos do Val, e esse era um dos inquéritos que estavam em sigilo. E, obviamente, se naquele momento em que eu estive com o Ministro ele tivesse entregado à CPMI a íntegra desse inquérito, essa operação estaria fadada ao fracasso, haja vista que todos aqueles envolvidos que eram alvo da operação estariam previamente avisados de que a operação aconteceria. Portanto, eu acho que era plenamente compreensível – e que é plenamente compreensível – que, havendo inquérito em que haverá ainda uma diligência, isso seja mantido em sigilo.

Outra coisa completamente diferente são as provas que fazem parte desse inquérito. O fato de ter uma diligência não estende esse sigilo para as provas. O único objetivo do sigilo é preservar essa ação, essa ação visada na diligência, para que ela não esteja condenada ao fracasso. Portanto, não faz sentido, não faz sentido nenhum que tudo aquilo que esteja fazendo parte dos inquéritos não possa ser do conhecimento desta CPMI.

Sendo assim, e até pela obrigação que eu tenho como Presidente deste Colegiado de manter a integridade, a autoridade deste Colegiado, eu não posso aceitar que as partes que sejam objeto de determinado requerimento simplesmente tenham o direito de dizer "eu não vou atender", porque, se isso for feito, se nós adotarmos e aceitarmos passivamente esse tipo de comportamento, esta CPMI está fadada mais do que ao fracasso, está condenada ao ridículo. Se, em todos os requerimentos que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovarmos aqui, simplesmente o alvo do requerimento dizer "olha, eu não vou entregar"... E, se nós agirmos dessa forma em relação ao Ministro Flávio Dino... Tenho todo o respeito ao Ministro Flávio Dino. Eu não o conheço pessoalmente, nunca estive com o Ministro pessoalmente e, por isso mesmo, não tenho nenhum motivo para ter nada contra ele; pelo contrário, considero-o o um quadro público, uma figura e um quadro da mais alta significância neste país, Senador da República etc. Mas, se eu aceitar passivamente que o Ministro pode se denegar a dar conhecimento à CPI de um documento que a CPI requereu, obviamente isso prevalecerá para todos e quaisquer outros alvos de requerimentos desta CPMI.

Assim, eu quero informar ao Colegiado que estou determinando à Advocacia do Senado para que solicite ao Supremo Tribunal Federal uma ordem para que o Supremo solicite, determine ao Ministro que sejam entregues esses documentos. Então, essa decisão é a decisão que a Mesa está tomando.

Vou abrir as questões de ordem – tem algumas pessoas inscritas pela ordem.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone*.) – Vamos fazer uma busca e apreensão...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pela ordem, em primeiro lugar, o Deputado Rubens Pereira, depois o Senador Esperidião Amin, depois o Deputado Ramagem, depois o Senador Sergio Moro.

Eu peço que...

Me dê aí um papel e uma caneta, para que eu possa ordenar aqui essa ordem.

O Senador Izalci...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente Arthur Maia!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Um minuto... Deixa eu botar aqui essa ordem para que não haja dificuldade em relação a isso.

Então, o primeiro é o Senador Rubens. Oh, perdão! O Deputado Rubens – é porque eu tenho o dom da clarividência, e então eu estou aqui vaticinando. (*Pausa.*)

Bom, eu vou pedir aqui à Mesa, a partir de agora, que faça aqui pela ordem: Deputado Rubens Pereira, Senador Esperidião Amin, Deputado Ramagem, Senador Moro, Deputada Jandira, Deputado Rogério Correia.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ah, perdão! Perdão, Senador Izalci.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois, não, Deputado Rubens Pereira.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Pela ordem.) – Presidente, até aqui, em todos os momentos, nós tivemos um relacionamento extremamente respeitoso, e, sem dúvida alguma, nós não deixaremos de tê-lo em eventuais divergências – e, no caso, a divergência é mínima. Eu divirjo de V. Exa. apenas porque V. Exa. pede para que a Advocacia do Senado recorra até o Supremo Tribunal Federal. Não é necessário. O caminho, ao meu modo de ver, é diametralmente oposto: não dialogando com o Judiciário, mas num diálogo com o próprio Poder Executivo, com o Ministério da Justiça.

Tão logo eu vi a resposta do Ministério da Justiça dizendo que as imagens constam do inquérito e que, portanto, levando em consideração a Súmula Vinculante 14, pode atrapalhar o andamento da investigação, eu mesmo entrei em contato com o Ministro da Justiça para ter maiores informações. E o Ministro da Justiça, Flávio Dino, me afirmou de forma categórica que não teme absolutamente nada, está 100% à disposição para colaborar com a investigação. E aí eu perguntei qual, então, seria o caminho para termos acesso a essas imagens, já que foi aprovado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, e ele disse: "Olha, aqui eu sou uma autoridade administrativa, eu sou uma autoridade do Poder Executivo, eu não sou uma autoridade judiciária ou judicante, ou mesmo que comande precisamente o inquérito". O que é que ele diz então? Que o ofício deveria ter sido remetido ao Diretor da Polícia Federal, e ele decide se ceder essas imagens atrapalha ou não a investigação, que, ao meu modo de ver, não atrapalha.

Portanto, o que eu peço a V. Exa. é que, em vez de enviar um pedido ao Supremo Tribunal Federal, o faça para quem preside o inquérito. E quem preside o inquérito? A Polícia Federal. E a Polícia Federal irá, neste caso, dizer "olha, compromete a investigação ou não compromete a investigação" e encaminha, que foi exatamente o mesmo posicionamento que o Ministro Alexandre Moraes teve.

Ele diz: "Essa informação eu posso repassar; essa tem diligência em andamento, e eu não posso repassar". O que eu quero afirmar a V. Exa.? O Ministério da Justiça não tem como dizer se atrapalha ou não o andamento da investigação, repito, porque quem preside o inquérito é a Polícia Federal. Mais uma vez, da parte do Ministério da Justiça, não há nenhum óbice. A informação dada à Comissão é na seguinte direção: "Olha, esse vídeo consta de um inquérito. O inquérito é sigiloso. Ele ser encaminhado ou não para a Comissão não cabe ao Ministério da Justiça decidir, mas, sim, à Polícia Federal".

Então, concordando com V. Exa., demonstrando aquilo que eu tenho dito desde o início – que o Governo não teme –, o que eu peço é que V. Exa. oficie à Polícia Federal, ao Diretor-Geral Andrei, para que dessa forma nós possamos ter o acesso às imagens, inclusive do Ministério da Justiça.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente, posso só fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É porque tem uma série de Deputados e Senadores inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Mas é em relação a esse ponto, Presidente. Apenas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Tem uma lista, não é, Presidente?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente, é para contrapor esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas veja só, Senador, todos aqui vão falar sobre esse ponto – eu não tenho dúvida. Então, eu vou inscrever V. Exa., e V. Exa. falará oportunamente, porque o Filipe Barros já está inscrito.

Eu vou inscrever o Senador Marcos Rogério também, e passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Pela ordem.) – Serei muito conciso, Presidente.

O Ministro da Justiça não pode nos dar conselho agora. Ele já deu a posição dele: ele não entrega. Nós não temos que pedir para a Polícia Federal. O dono do prédio é o Ministério da Justiça, onde ocorreram fatos que até agora não se conhecem. Não tem nada a ver com inquérito. É uma peça histórica. Portanto, ninguém apôs a condição de sigilo às imagens.

Isso faz parte – vamos ser muito claros – da dificuldade de se conseguir saber o que aconteceu em matéria de omissão. É um grande esforço, que hoje vai ter o seu dia inaugural, em termos de possibilidade de saber sobre omissão. Sobre as ações, sobre vandalismo, o nome que queiram dar, eu acho que tudo pode ser feito a mais, mas já temos uma linha percorrida, tanto é que os que têm vindo depor aqui sempre ocupam o quinto vagão dessa locomotiva, dessa composição da busca dos autores do dia. Agora, da omissão nós não conseguimos nada, a não ser a vinda hoje aqui do Sr. Saulo Cunha, que foi quem escreveu o relatório histórico com mensagens que queriam evitar o dia 8. Mas não evitaram. Por quê? Porque houve omissão.

Então, eu entendo que o que o senhor vai fazer é razoável: que a Advocacia geral do Senado ponha isso a claro. O inquérito e as suas diligências não devem ser prejudicados por nós, mas os fatos ocorridos vão ser censurados?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Isso é uma censura a um filme – censurar um filme. Censurar um filme para a sociedade brasileira não saber o que aconteceu? Não tem nem pé nem cabeça. E, com o maior respeito ao jurista que é o Ministro, este conselho está desautorizado a dar pela decisão, no meu modo de ver, irreverente, pela mensagem irreverente que ele mandou para esta Casa.

Todos os outros solicitados atenderam. E, se ele quisesse consultar a Polícia Federal, é mais fácil ele consultar do que nós, não é? Quer dizer, a demonstração de má vontade é essa. Quer dizer: "Procure quem é vinculado ao meu ministério, quem está aqui sob a minha ordem". O que que é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, para questão de ordem, o Deputado Ramagem.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ. Pela ordem.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Quero agradecer e elogiar pela sua medida de levar à Advocacia do Senado e ao Supremo Tribunal tal questão. Quero ainda que faça administrativamente um pedido de reconsideração ao Ministro de Estado Flávio Dino, para verificar se ele vai atender a medida. A negativa de atendimento a medida não é apenas inadmissível, mas inconstitucional. Então, eu venho trazer aqui que Parlamentares de oposição já estamos manejando uma medida perante o Ministério Público Federal, a Procuradoria-Geral da República, para trâmite no Supremo Tribunal Federal, para apurar essa negativa do Ministro. Primeiro, para instá-lo a fornecer as imagens, conforme requerimento dessa CPMI. Como se vê, o Ministro não apenas desprezou a atribuição constitucional dessa CPMI, como a do próprio Congresso Nacional.

E desrespeita, ainda, já um julgado do próprio Supremo Tribunal Federal sobre essas imagens, que decidiu que o esclarecimento do caso depende da análise – imprescindível – de "todas as imagens que auxiliem na identificação dos responsáveis". Asseverou, ainda, que "inexiste sigilo das imagens, com base na Lei de Acesso à Informação". Isso foi um despacho do Supremo Tribunal Federal, de 21 de abril de 2023, nos autos do Inquérito 4.923, do Supremo Tribunal Federal.

Então, caso o Ministro Flávio Dino não atenda, que venha a ser apurado crime de responsabilidade do Ministro de Estado e desobediência do Ministro Flávio Dino.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, cabe aí elogiar a providência para obter essas informações, mas tem que fazer uma ressalva.

A Constituição atribui a esta Comissão, a CPMIs, poderes próprios de investigação de autoridade judicial e não poderes próprios de investigação de autoridade judicial quando assim entender o Supremo. Então, a gente não precisa, esta Comissão não precisa de autorização do Supremo Tribunal Federal para cada passo que nós formos realizar.

Eu até entendo que, diante desse impasse, a providência oportuna é provocar a Advocacia do Senado para provocar o Supremo Tribunal Federal, mas eu sugiro o seguinte, que fosse solicitado que o Supremo Tribunal Federal disponibilizasse os vídeos diretamente, se ele os recebeu, ou, se não disponibilizar os vídeos, que determinasse, então, ao Ministro da Justiça que os fornecesse.

E vou acompanhar aqui a sugestão do Deputado Ramagem, para que nós reiteremos também ao Ministro Dino, porque esta Comissão tem poderes próprios, e ele tem o dever de fornecer esse material.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um material de que ele tem à disposição e é um material que, evidentemente, vamos aqui ser claros, não coloca em risco de maneira nenhuma as investigações em curso.

São fatos que aconteceram, vídeos que aconteceram em 8 de janeiro, já há mais de seis meses. Não existe qualquer possibilidade de isso colocar em risco qualquer investigação em curso do Supremo Tribunal Federal. E creio que, se o Ministro se recusa a apresentar, ele, sim, acaba incorrendo em crime de responsabilidade, desrespeitando não só esta Comissão, mas o próprio Congresso Nacional.

Então, a minha sugestão, Presidente, é seguir na linha que V. Exa. colocou, sim, provocar a Advocacia do Senado, mas reiterar a determinação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ... ao Ministro Dino para que apresente, sob pena de configuração não só de desrespeito a esta Comissão, mas de crime de responsabilidade.

E quero registrar aqui, Presidente, que eu já fiz requerimentos ao Ministério da Justiça, aqui nesta Comissão, e têm sido prestadas as informações de maneira absolutamente evasiva. Esse comportamento de não entregar esses vídeos tem sido também encontrado em outras situações. Eu requeri, por exemplo, informações sobre o efetivo da Força Nacional no dia 8 de janeiro, onde que essas pessoas estavam, quando que elas interviram, e as informações vêm evasivas, vêm imprecisas. Solicitei outras informações e isso sempre vem de maneira evasiva.

Do outro lado também, Presidente, reitero a necessidade de que o Supremo Tribunal Federal compartilhe o conteúdo do inquérito. Os defensores, embora com dificuldade, pela Súmula 14, já têm direito de acesso aos inquéritos relacionados às denúncias já oferecidas, ações penais que estão tramitando. E, se o acesso pelos defensores não coloca em risco as investigações, como dizer que as investigações estão em risco pelo acesso por esta Comissão? Na parte que eventualmente envolver diligências em curso, como diz a Súmula 14, é absolutamente razoável que o Supremo não compartilhe. Agora, existe uma série de provas já, lá nos inquéritos, que não existe nenhuma razão de não virem para cá. E nós já estamos há meses do início desta Comissão e ainda não recebemos cópia desses inquéritos. Ainda não temos os laudos da Polícia Federal sobre esses vídeos. E a gente tem visto o esforço de V. Exa. absolutamente louvável junto ao Supremo, mas creio que está na hora de o Supremo poder já fornecer essas provas para nós, para que nós possamos realizar um trabalho até complementar de investigação e não de reiteração daquilo que já foi realizado. Em parte, nós estamos aqui indo em zigue-zague, porque não temos acesso a essas provas que o Supremo já produziu. E nós não somos inimigos ou adversários das investigações do Supremo, nós apenas queremos fazer uma investigação complementar.

Então, fica essa sugestão também, Presidente, para que nós possamos ter esses elementos e reiterar ao Ministro da Justiça que forneça diretamente, porque nós não devemos precisar de interposição do Supremo para obter essas provas. Lamentavelmente, estamos sendo forçados a essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provocação, mas entendo que temos também que provocar diretamente novamente o Ministro, alertando para as consequências do descumprimento e do desrespeito à decisão desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – É tempo livre, Presidente? É tempo livre ou tem tempo?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pode falar, Deputada. Fique à vontade.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Porque eu estou vendo o tempo circular aqui sem parar, então...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A questão de ordem...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A questão de ordem tem... Todos estão falando em tempo de questão de ordem.

Então, estamos concedendo aí um limite de cinco minutos. Claro que, se o Parlamentar puder falar menos, seria interessante. Mas o prazo máximo que nós estamos estabelecendo é de cinco minutos para que cada um possa usar da palavra.

Pois não, Deputada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, quero alertar e lembrar que o Ministro Flávio Dino é um Senador e já foi Deputado Federal; portanto, ele tem total respeito pelo Parlamento brasileiro, conhece a missão de uma CPMI e a sua própria missão como Ministro da Justiça. Parece-me que ele se acautelou diante do inquérito que está sob sigilo, mas ele, como disse o Deputado Rubens Júnior, não tem nenhum óbice em encaminhar às imagens. Ele apenas se acautelou em função do sigilo do inquérito.

Então, eu acho que – a gente aqui, conhecendo, inclusive, o Ministro Flávio Dino como uma pessoa absolutamente acessível e de grande contribuição ao Parlamento brasileiro – valeria a pena um reenvio dessa decisão da CPMI, solicitando diretamente a ele novamente, reiterando, as imagens.

Eu acho que, do ponto de vista dele, não há problema, até porque esse requerimento, na minha cabeça, nunca fez muito sentido, porque o Ministério da Justiça não foi invadido, não teve quebra-quebra, não teve nada ali. Imagem não tem som. Então, eu não sei, de fato, o que querem apurar ali. A hora em que ele chegou ao ministério? Com quem ele conversou? São questões em que... Sinceramente, eu não vejo o menor sentido de a gente ter essas imagens aqui. Mas já que a CPI decidiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter, eu não imagino que haja qualquer óbice ou preocupação do Ministro em encaminhar as imagens. Eu acho que houve uma cautela. Como juiz que é, como magistrado que é, tem lá o conhecimento jurídico dele e teve a cautela. Mas acho que, se a CPI reiterar ao Ministro essa solicitação, não precisa a gente fazer o envolvimento nem do Ministério Público, nem do Supremo. Eu acho que vale uma comunicação direta a ele, solicitando novamente as imagens, e que ele apure com a Polícia Federal a possibilidade do envio e converse diretamente com a CPI.

Porque eu acho que aqui o que está se tentando fazer é tentar jogar nas costas do Ministro da Justiça que houve uma omissão dele, quando tudo mostra que isso não aconteceu, inclusive o decreto de intervenção e as ações que ele tomou, as medidas que tomou inclusive com a intervenção na Polícia Militar. Acho que nós vamos ter a clareza aqui de quem foi a omissão. E o próprio inquérito policial militar que foi divulgado pela Abin também nos mostra isso, não é?

Então, nós vamos poder debater isso aqui com muita tranquilidade. Que houve omissão, a gente sabe que houve, mas sabe de quem e onde. Então, é bom mesmo que a gente debata isso, porque é importante a gente debater a responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública, do Governador Ibaneis, da Polícia Militar do DF e de algumas figuras que têm uma relação muito íntima com o próprio Governo anterior.

Então, eu acho que a gente vai poder debater isso bem aqui, mas não vejo necessidade de a gente fazer uma ação tão dura quando há a possibilidade, tranquilamente e diretamente com ele, de se obterem as imagens.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.

Com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, o Deputado Rubens Júnior propôs uma solução – e eu acho que isso soluciona – que é verificar com a Polícia Federal se isso faz parte do sigilo.

Eu chamo a atenção para isso, porque a forma como V. Exa. quer resolver o problema – e eu sei que V. Exa. quer fazê-lo – é remeter de novo ao Supremo Tribunal Federal. O STF vai dar razão ao Ministro Dino, porque, se é sigiloso e se está no inquérito sigiloso, precisa ter um aval de outro, e pode ser que o Supremo não dê esse aval e dê razão ao Ministro Dino em relação a isso.

Rubens Júnior está propondo uma solução: que seja visto na Polícia Federal se essa parte do inquérito faz parte do sigilo ou não. O Ministro já disse que, do ponto de vista dele, não há problema algum – do ponto de vista do Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A solução está sendo proposta pelo Deputado Rubens Júnior. A Polícia Federal, dizendo que não há problema de esse vídeo fazer parte daqui, da CPMI, porque não faz parte de problemas de sigilo que estão no inquérito... Está resolvido o problema.

Então, ele está apontando uma solução, mas não me parece que a oposição queira uma solução para isso. Aí a Deputada Jandira tem razão, porque não há nada que se investigar, neste caso, no Ministério da Justiça, porque lá não foi onde os bolsonaristas quebraram os Três Poderes. Eles se concentraram no Congresso Nacional, eles se concentraram na Câmara e no Senado, eles se concentraram no Palácio e eles se concentraram no Supremo Tribunal Federal. Então, são essas cenas, inclusive a do Supremo Tribunal Federal, que foi a última a ser colocada e levantada, exatamente porque servia ao sigilo. Por isso é que eu digo que talvez essa não seja a solução, e, sim, a solução proposta pelo Deputado, mas não foi no Ministério da Justiça que ocorreram as quebradeiras que foram incentivadas pelo bolsonarismo.

A nós não interessa, de forma nenhuma, fazer cortina de fumaça, tentar mirar onde não se deve, porque nós precisamos exatamente descobrir como é que foi todo esse processo. Daqui a pouco, nós vamos iniciar um procedimento de escutar o que aconteceu na Abin, e nós temos um relatório da Abin que é muito claro em dizer que não foram poucos os empresários que contrataram ônibus fretados para transportar os golpistas. Isso está muito claro no documento: foram 83 pessoas e 13 organizações, segundo aponta a Abin, naquele processo que culminou com a tentativa de golpe e com a quebradeira.

O envolvimento de empresários no garimpo ilegal é também apontado na Abin – isso nos interessa saber –, garimpo ilegal do Pará, que foi rastreada uma rede de empresários que contribuiu para a vinda dos golpistas. Empresas transportadoras que deram suporte a ações violentas: foram 272 caminhões que integraram comboios para Brasília, a partir de 4 de novembro – também está sendo colocado.

Portanto, esses são os procedimentos que nos interessa fazer. Ameaças e novas ações violentas após o dia 8 a Abin também aponta. Então, nos interessa saber a razão, quem é que organizou esse golpe, os ataques que tiveram as linhas de transmissão depois do 8 de janeiro, incentivados por golpistas, e a Abin identifica quem são esses. Influenciadores digitais que participavam de grupos extremistas que fizeram convocações para os atos golpistas...

Veja bem, Presidente, são tantas coisas a serem analisadas, que, realmente, essa cena é cortina de fumaça. Por isso, não tem, para a gente, problema nenhum ver essas cenas no Ministério da Justiça. Agora, precisa-se fazer um caminho legal, correto. A participação em atos extremistas que ajudaram e auxiliaram bolsonaristas...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... a saírem do Distrito Federal, também a Abin já aponta quem é que facilitou a saída desses golpistas. A intensificação de atuação de extremistas violentos de direta é colocada no relatório da Abin; o mapeamento dos presos e foragidos no 8 de janeiro está também no documento da Abin; identificação de grupos extremistas violentos em Brasília que poderiam ameaçar a posse do Presidente Lula. Por fim, em 11 documentos, a Abin vai demonstrar que empresários do agronegócio, do agro fascista patrocinaram os ataques e articularam, anteriormente, diversos atos para pedir intervenção militar no Governo Bolsonaro. Isso é o que nos interessa ver.

Então, esse problema realmente, do prédio do Ministério da Justiça, é como o Ministro disse, não há problema algum, mas ele não pode remeter algo dentro da ilegalidade, porque ele é Ministro da Justiça.

Eu acho que a solução proposta pelo Deputado Rubens Júnior soluciona rapidamente para quem de fato quer dar continuidade ao processo da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Senador Izalci.

Olhe, tem aqui, além do Senador Izalci, inscritos o Deputado Filipe Barros, o Senador Marcos Rogério, o Deputado Aliel, o Senador Flávio Bolsonaro, o Deputado Aluisio Mendes e o Senador Girão.

Depois dessas falas – eu não inscreverei mais ninguém –, eu vou dar a decisão da Mesa a respeito desse assunto que todos estão tratando. Espere aí, Magno Malta, desculpe, está aqui inscrito já, e depois o Senador Mourão.

Então, eu vou ouvir esses Parlamentares e, em seguida, vamos dar a decisão da Presidência em relação a esse assunto.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, eu quero parabenizar V. Exa. pela decisão. É inadmissível o ministério, por exemplo, se negar a entregar isso à CPI.

Agora eu fiquei animado, a partir de agora eu estou animado, porque a base de Governo acabou de dizer aqui: não teme nada e está disposta a entregar tudo; é só você requerer novamente as informações, que eles vão mandar. Se não temem nada e é possível o Ministro Dino atender tudo isso, nós devíamos ter aprovado já. Eu tenho um requerimento meu quebrando realmente o sigilo telemático e celular do Ministro Dino só nesse período. Quando ele ligou para o Lula, o que o Presidente falou de volta, quais as providências que eles tomaram. É só isso. Então, ali resolve toda a questão da omissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, eu pelo menos li a matéria sobre a decisão do STM (Superior Tribunal Militar) em que ficou claro: a decisão do inquérito é de que realmente houve omissão. O Governo... Eu estou falando isto há três meses: o Governo poderia ter evitado – o Governo atual – tudo que aconteceu no dia 8 de janeiro.

Então, essa questão das câmeras, das imagens é fundamental, e têm que vir completas.

E quero aproveitar, Presidente, para que V. Exa. também reivindique... Aqui não chegaram ainda as imagens do Senado, por incrível que pareça. As imagens do que aconteceu aqui no Senado Federal não foram disponibilizadas ainda aqui para a CPMI. Então, também é uma coisa que tem que ser reiterada aí ao Presidente. A Relatora não sei se já pediu, também reforçou isso, mas o Senado não forneceu as imagens do que aconteceu aqui no dia 8 de janeiro.

Agora, Presidente, eu vejo que determinados requerimentos que são coisa óbvia e que foram inicialmente recusados na votação do primeiro dia – eu acho que o pessoal estava muito preocupado... Eu acho que nós devemos agora retomar a aprovação de diversos requerimentos que foram feitos, que vão esclarecer exatamente isto: se houve ou não omissão. Teve ação? Todo mundo sabe que teve ação, e é isso que nós estamos apurando, mas as omissões são muito claras para mim.

Então, eu quero aproveitar essas falas da base de Governo para que V. Exa. possa reiterar essa questão, mas também solicitar a questão das imagens e também das mensagens que foram trocadas naquele momento pelo Ministro com o Presidente Lula e outros... Então, eu acho que com isso se desvenda esse mistério.

Mas, Excelência, Presidente, só para reforçar, as câmaras aqui do Senado não foram fornecidas, e foram aprovados os requerimentos. Então, é importante também checar isto: por que o Senado não encaminhou essas imagens para cá. Eu não vi as imagens.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Verificado, foi verificado, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Então, Presidente, é isso.

Eu acho que V. Exa. tem razão e o parabenizo pela posição de, realmente, pedir a interferência da advocacia do Senado para ter aqui o óbvio, que são as imagens porque, como já foi dito aqui pelo Deputado Ramagem e também pelo Senador Sergio Moro, isso não atrapalha, não dificulta e não compromete o sigilo à entrega das imagens aqui.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, o Deputado Filipe Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Deputados e Senadores, apenas para contribuir com este debate, antes que V. Exa. faça a sua decisão sobre essa questão de ordem, é importante que se esclareça, Deputado Rubens, que, em inúmeros pedidos que esta CPMI tem feito à Polícia Federal, nós estamos recebendo como resposta que a Polícia Federal não pode compartilhar com esta CPMI, uma vez que aquilo que se tem pedido estaria sob sigilo no Supremo Tribunal Federal.

Portanto, parece-me ser uma medida protelatória, Senador Kajuru, nós mandarmos esse pedido ou reiterarmos esse pedido para a Polícia Federal, sob pena de termos como resposta a resposta que a Polícia Federal tem mandado, como de praxe, para esta CPMI: a Polícia Federal dizer que não pode compartilhar, uma vez que essas imagens estão anexadas a um inquérito em sigilo no Supremo Tribunal Federal.

Portanto, nós não podemos deixar esta CPMI ser desmoralizada, Presidente, e V. Exa., como Presidente, tem tido um trabalho muito sério e imparcial para que esta CPMI, de fato, cumpra com o seu objetivo.

Nesse aspecto, nós temos todos os instrumentos jurídicos, inclusive, necessários para determinar que o Ministro da Justiça encaminhe de imediato essas imagens. Inclusive, podemos fazer busca e apreensão dessas imagens no próprio prédio do Ministério da Justiça, porque nós temos que respeitar a decisão soberana desta CPMI. Nós aprovamos, por unanimidade, esse requerimento pedindo as imagens. O Ministro agora disse que não pode compartilhar. A CPMI funciona como inquérito. Portanto, nós temos todos os instrumentos regimentais e jurídicos, Presidente, para que V. Exa. determine de imediato, inclusive, a busca e apreensão dessas imagens dentro do Ministério da Justiça.

Então, eu gostaria de contribuir para que esta Comissão, de fato, cumpra com o seu objetivo. E, se a gente permitir que esses requerimentos não sejam respondidos, já, já vai virar uma festa: os requerimentos que são aprovados aqui eles vão responder se quiserem. A gente não pode permitir que isso aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer algumas indagações, a par do que foi suscitado aqui, mas não sem antes cumprimentar V. Exa. pela postura firme na condução desta CPMI, diante de uma negativa ilegal e inconstitucional como essa, a postura de V. Exa. na defesa do papel desta Comissão Parlamentar de inquérito. Assiste razão a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O questionamento inaugural que faço é: o inquérito da Polícia Federal se sobrepõe ao inquérito que estamos a trabalhar nesta CPMI? Porque, ou alguém fugiu da escola, ou compreende que uma Comissão Parlamentar é de inquérito.

Se assim é, acabemos com esta CPMI, porque ela está esvaziada de poderes, de competência.

Se alguém diz que eu tenho que ir lá, pedir autorização para o delegado da Polícia Federal para acessar uma imagem pública, um documento público, que eles dizem que não tem nada a ver, que não há crime, que não há por que se bisbilhotar o que estava acontecendo dentro do Ministério da Justiça, mas não querem que se toque lá, é estranho, Sr. Presidente. E mais estranho ainda é alguém que defende CPI ou CPMI como um instrumento legítimo para exercer o controle político da administração vir aqui e dizer que a CPI tem que se curvar a pedir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... a outra autoridade que preside o inquérito.

Vem cá, V. Exa. preside o inquérito. Como representante desta Comissão, V. Exa. preside o inquérito e V. Exa., investido nesta função, diante de um requerimento legitimamente aprovado no âmbito da Comissão, solicita a imagem. E aí, agora, alguém vem aqui dizer: "Não, olha, é melhor V. Exa. consultar... Converse com o delegado para ver se pode". Olha, tem alguma coisa errada, Sr. Presidente. Tem alguma coisa errada.

Ora, quantos inquéritos tiveram cópias enviadas para CPIs e CPMIs mesmo esses estando em sigilo?

Eu participei, recentemente, de uma CPI, a CPI da Pandemia. Era um carnaval de inquéritos sigilosos chegando lá. Muitos colegas Senadores participaram da CPI da pandemia. Agora, os mesmos que defendiam uma posição contrária lá, aqui tentam fazer diferente. O que o Ministro da Justiça fez, respeitosamente, é crime. É crime. Se negar a entregar documentos legitimamente solicitados é crime. Abuso de autoridade, obstrução à investigação. Flávio Dino comete abuso de autoridade – comete abuso de autoridade. E o que mais me estranha e o que mais me causa espanto é a base governista sustentar uma tese que diz que não tem nada a ver, que lá não há o que esconder, que não há o que se temer, mas, ao mesmo tempo, sustenta a tese de que não se deve compartilhar, porque se trata de objeto de investigação em sede de inquérito. Ora, escolham a tese que querem sustentar. A narrativa não se sustenta.

Então... Mas essa negativa me parece a mesma estratégia do Palácio do Planalto.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Lula, primeiro, declarou sigilo, decretou sigilo sobre as imagens do Palácio do Planalto. Não queriam compartilhar. Diziam não ter o que esconder, mas não queriam compartilhar. Quando vazam as imagens, aí são desnudados sobre o que aconteceu no âmbito do Palácio do Planalto. As imagens revelariam integrantes do Governo em colaboração com os invasores. É a mesma base que vem aqui dizer que "Não, Dino não tem que liberar. Vai lá, Presidente, consulte o delegado. Peça conselho a ele".

É apequenar, é tratar com menoscabo, com desvalor esta CPMI e nós não devemos... E, por isso, cumprimentei V. Exa. pela postura firme na condução dos trabalhos desta CPI.

Creio que se assim não for, Sr. Presidente, nós ficaremos aqui apenas sustentados nas narrativas que a base governista tenta vender dentro desta CPI, sem avançar na investigação.

Hoje teremos um depoimento importante, mas essas imagens, esses documentos são importantes para a instrução da investigação que estamos a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Deputado Aliel.

O SR. ALIEL MACHADO (PV - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria, primeiro, parabenizar V. Exa., Presidente, e dizer do meu apreço pela condução de V. Exa. de maneira equilibrada, com respeito a todos aqui, trazendo o equilíbrio necessário para quem preside algo tão importante dentro do Congresso Nacional.

Isso é de suma importância, porque esse peso faz toda a diferença na condução para que a gente tenha esse equilíbrio e encontre os nossos objetivos principais aqui.

Contra fatos, Presidente, não há argumentos. Nós temos aqui narrativas políticas e a tentativa de uma divisão entre quem é Oposição e quem é Governo. Eu, particularmente, não estou aqui para fazer esse tipo de análise.

Nós temos um ato que aconteceu no dia 8 de pessoas que foram enganadas, que foram levadas a não aceitar o resultado democrático das urnas, que fizeram aqui uma quebradeira, que fizeram aqui um ataque aos prédios institucionais e às instituições, portanto, fizeram um ataque à nossa nação. Isso não é uma questão partidária ideológica, foram crimes que aconteceram aqui.

É falsa a narrativa de falar em colaboração aos ataques que aconteceram de quem era atacado. O que nós temos são imagens claras de pessoas envolvidas muito antes do dia 8 através de várias ações que aconteceram, desde o questionamento das urnas eletrônicas, para colocar em xeque as instituições e, portanto, nós temos um crime gravíssimo aqui, que vai muito além do dano ao patrimônio. Nós queremos descobrir quem financiou, queremos descobrir quem mandou, queremos descobrir quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

articulou, como no caso da visita que nós tivemos do Sr. Vasques, dias antes do segundo turno, a um assessor especial do Presidente da República, do então Presidente da República.

Eu quero destacar aqui um fato muito importante que um membro desta Comissão trouxe hoje aqui, que é o Deputado Rubens Júnior. Um membro desta Comissão conversou com o Ministro da Justiça, o Ministro da Justiça que, por sinal, é Senador da República, que foi Deputado Federal e que foi juiz, juiz que passou em primeiro lugar no concurso, e que está tomando uma atitude cuidadosa para que outras pessoas não questionem o devido processo legal. O Ministro Flávio Dino responde hoje administrativamente; se existe a determinação de um sigilo não é correto que ele tome uma decisão administrativa, compondo o Governo que compõe, em relação à autonomia da Polícia Federal. A Polícia Federal hoje tem um inquérito, assim como nós temos aqui, e, portanto, a requisição de ações já não cabe mais administrativamente por uma decisão política.

Quem está fazendo o discurso contrário está tentando levar o debate para o campo ideológico-político. Existem regras, inclusive a regra constitucional.

Quando existem dois inquéritos sobre o mesmo assunto, o que não é casual, dentro da esfera puramente jurídica, existe a necessidade da condução adequada de pessoas que, de fato, querem apurar o que está acontecendo. Se nós temos uma informação aqui que é válida, de boa-fé...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALIEL MACHADO (PV - PR) – ... trazida por um integrante desta CPMI, e esse integrante nos diz que o Ministro tomou uma decisão administrativa e que cabe fazer a solicitação a quem detém o poder jurídico sobre ela, é o caminho mais fácil para nós resolvermos essa situação; é o caminho mais célere para que a gente possa resolver essa situação; é o caminho para, de fato, nós termos as imagens e não o debate puramente ideológico-político.

Esta CPMI tem a função não apenas de descobrir o dia 8. O dia 8 está fácil de entender, a quebradeira daqueles que foram usados. Nós queremos descobrir o que está por trás – e muita coisa já está aparecendo. As investigações estão mostrando todas essas ações, e nós vamos encontrar esses financiadores, os que estimularam, os que coordenaram, os que incentivaram a quebradeira e o ataque às instituições do nosso país.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Sr. Presidente, muito rapidamente, porque eu tenho uma questão de ordem para ler, para que a V. Exa. possa responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas quero dizer que V. Exa., a sua postura neste momento desta reunião, na volta agora, no segundo turno, é absolutamente importante.

Eu estou aqui ouvindo, observando e não acreditando em muita coisa que estou ouvindo. CPI tem poder de justiça. O nível do Deputado Arthur Maia não é mais baixo do que o nível do Presidente, nem do Supremo e nem do Executivo. Isto é uma CPMI do Congresso Nacional. Não tem essa história de "eu não vou entregar".

E depois, o seguinte: na palavra do Deputado Rubens Júnior, que eu conheci menino, quando o pai dele presidia a Assembleia Legislativa e eu fui para lá com a CPI do Narcotráfico, ele era bem pequenininho, o seu pai – não é, Deputada Laura? – o seu pai, como Presidente da Assembleia Legislativa, tinha esse entendimento junto ao Poder Judiciário do seu estado, razão pela qual nós chegamos àquelas conclusões no Maranhão.

Então, não se tem que dizer a esse Colegiado que vota um requerimento que não vai fazer. A estatura de V. Exa. hoje é a estatura de Rosa Weber, é a estatura de Alexandre de Moraes. Não é que isso aqui é menor. Nós temos que ficar fazendo pedido, nós temos que pedir, para implorar... Nada disso! Nós estamos num processo investigativo em que qualquer investigação é obrigada a ser mandada aqui uma vez que é solicitada.

Então, a mim causa asco e causa até muito espanto ver tanta narrativa de pessoas que já participaram de tantos desses processos tentando colocar uma CPMI abaixo de ministérios.

Olha, o Dino é Ministro. Ele é Senador, mas neste momento ele é servidor público. Ele está como Ministro. Ele pode ser convocado para vir aqui em vez de ser convidado. Esta CPI pode sim.

Na CPI do Narcotráfico, o Senador Renan foi convocado, foi lá e colaborou com a CPI. Nós só prendemos Hildebrando Pascoal porque ele foi lá e colaborou como Ministro da Justiça, entendendo esse papel. Então, a mim me espanta muito, Sr. Presidente. Eu precisava fazer essa fala, reforçando a sua posição – reforçando a sua posição –, enquanto Presidente, porque a resposta do Ministro é ofensiva a V. Exa. e ofensiva a este Colegiado, foi quem votou.

Sr. Presidente, rapidamente, eu passo a ler aqui – espero que eu consiga – essa questão de ordem assinada pelo Deputado Ramagem, por mim e pelos outros integrantes, questão de ordem de presídio, com fundamento...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, Senador, com todo respeito...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... eu queria pedir a V. Exa. o seguinte: eu estou concedendo a palavra a todos os Parlamentares para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Sobre essa questão de ordem. Então, assim que eu decidir sobre essa questão, eu passo a palavra, primeiro, ao Senador Aziz...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... que me pediu em primeiro lugar e, em seguida, a V. Exa., para ouvir sua questão de ordem. Pode ser assim?

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Pode ser assim.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Então, concluo, mais uma vez, lhe parabenizando pelo posicionamento, até porque aqui tem muitos que já presidiram CPI e sabem – e sabem –, inclusive, que essas regras não podem ser quebradas, elas não podem ser quebradas até porque o Poder Executivo instala. Por exemplo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – ... investigações administrativas, inquéritos administrativos com relação aos seus funcionários, ministros, seja lá quem for lá dentro, e busca nos outros Poderes aquilo que pode ser útil com o Poder Judiciário, como o STF, e instala um inquérito que é do seu regimento interno, como é o regimento das *fake news*, e vai buscar nos outros Poderes.

Então, apequenar esta CPI significa darmos o fim nela de uma vez, porque nós não somos subalternos deles.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, o Deputado Aluisio Mendes.

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu vou ser muito breve porque muito do que eu ia dizer já foi dito por meus colegas que me antecederam.

Mas só quem não conhece o Ministro Flávio Dino, do Maranhão, pode se surpreender com essa decisão dele. A sua prepotência, a sua arrogância, as suas pretensões ditatoriais mostraram aqui a esta Casa quem é o Ministro Flávio Dino. Eu acho que nunca houve na história do Congresso Nacional, nos *Anais* desta Casa, um ministro que se recusa a fornecer a uma CPMI documentos que ele tem obrigação de fazer, por dever constitucional. E aqui eu fico, assim, muito surpreso – e aqui respeito muito a minha colega Jandira Feghali; já estivemos nas mesmas fronteiras aqui nesta Casa, por exemplo, nas CPMIs, na CPI da Petrobras – ao dizer que não há nada de ser apurado nessas imagens do Ministério da Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, sim, o Ministro Flávio Dino deu quatro versões sobre o horário que ele chegou ao ministério: uma na Rede Globo, uma na CCJ, uma na Comissão de Segurança Pública... Nós precisamos saber qual dessas é verdadeira. O Ministro Flávio Dino tinha sob sua autoridade a Força Nacional de Segurança Pública, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal. Ele foi avisado, no dia 7, pela Abin e pelo Diretor-Geral da Polícia Federal, nomeado por ele, que aquele movimento estava se organizando. E quais foram as providências que o Ministro Flávio Dino tomou? Nenhuma, com relação às forças policiais sob sua autoridade. Então, é muito importante que a gente tenha acesso a essas imagens.

Eu não vejo razão para essa preocupação excessiva do Ministro Flávio Dino de, solicitado que foi por esta CPMI para fornecer essas imagens, tergiversar e dizer que não pode entregar porque faz parte de um objeto de um inquérito sigiloso. Aqui foi dito pelos Deputados e Senadores que formam a base do Governo que não existe nada de secreto nessas imagens – até porque não pode haver –, e por que essa recusa?

E acho, sim, que V. Exa. não tem que solicitar ao Diretor da Polícia Federal essas imagens. O senhor tem que fazer ao Ministro Flávio Dino novamente essa solicitação e dizer para ele que, à recusa de fornecer, ele será responsabilizado criminalmente por isso, porque esse é o papel desta CPMI.

Na CPMI da Petrobras nós convocamos o Ministro Eduardo Cardozo a esta Casa, e ele veio e forneceu as informações necessárias. E nós chegamos à conclusão de que a Polícia Federal naquela época usou de meios ilegais para grampear as pessoas sem autorização judicial. E essas informações foram dadas aqui pelo Ministro Luís Eduardo Cardozo àquela época. Se o Ministro Flávio Dino continuar criando dificuldades a esta CPMI – como disse o Senador Sergio Moro, todas as informações solicitadas ao Ministro Flávio Dino são enviadas de maneira escusa e tergiversando sobre as informações –, nós iremos convocá-lo aqui para que ele preste esclarecimentos.

Por isso, quero parabenizar o senhor pela sua decisão firme com relação ao respeito a esta CPMI. E o Ministro Flávio Dino vai aprender, por bem ou por mal, que esta Casa precisa ser respeitada.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Presidente, antes de contar o meu tempo, só para saber: a gente pode tratar agora apenas da questão das imagens do Ministério da Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Da questão de ordem.

Veja bem, eu na verdade estou sendo aqui bastante complacente, porque todos os Deputados falaram, Deputados do Governo e Deputados da Oposição aqui, expondo seu ponto de vista. É claro que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos aqui estão fazendo uma defesa do seu ponto de vista muito mais do que uma questão de ordem. Por isso mesmo, eu determinei que... Já havia concedido para vários Deputados, Senadores etc., então ainda falta aqui o Senador Girão falar, e eu vou decidir. Em seguida, vou passar a palavra para o Senador Omar Aziz; depois, para a nova questão de ordem, ao Senador Magno Malta.

Por favor, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu vou... Rapidamente, só para contribuir, eu quero falar exatamente da questão de ordem seguinte, que o Senador... Mas só sugerir a V. Exa... Porque hoje é um momento importante de traçar uma linha aqui de qual é a nossa atuação e a nossa credibilidade.

Então, Presidente, quero só sugerir, além do que já foi dito, que se reiterasse ao Ministro da Justiça, sim, as imagens, com um prazo de 48 horas para que ele responda, envie para cá essas informações, sob pena, sim, de esta Comissão encaminhar à Procuradoria-Geral da República uma representação por crime de responsabilidade contra ele, porque ele não pode – eu vou usar aqui um gerúndio educado – não pode continuar "andando" para esta Comissão, menosprezando o trabalho parlamentar como ele vem fazendo desde que sentou naquela cadeira de ministro. Tem que se impor respeito, a gente tem que ter respeito aqui. Não há uma hierarquia nossa em relação ao Presidente da República ou ao Presidente do Supremo. Nós caminhamos dentro da lei, mas temos as nossas prerrogativas, que neste momento... Daí a importância da postura de V. Exa., que eu também parabenizo, de não deixar que "andem" mais uma vez sobre as nossas cabeças, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra agora ao Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Pela ordem.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente Arthur Maia; demais colegas aqui desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu queria, inicialmente, cumprimentá-lo pela sua firmeza, pelo seu equilíbrio em se fazer respeitar. Porque eu acho que o que está em jogo aqui, como a regra da boa convivência é o respeito, é se dar ao respeito. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes próprios de investigação, e eu não fico muito surpreso – confesso, Sr. Presidente – com essa negativa do Ministro da Justiça com relação às imagens importantíssimas; quero deixar muito claro e vou explicar por que do Ministério da Justiça naquele fatídico dia.

Eu não fico surpreso porque o próprio Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, fala que nós temos uma democracia e que a democracia é relativa. Claro, o Ministro da Justiça está seguindo a cartilha da democracia relativa, porque é um desrespeito a esta Comissão! Isso mostra o apreço a uma instituição como o Senado Federal, que é questionada lá fora pela população brasileira sistematicamente. Nós somos muito questionados por estarmos aí sendo esmagados muitas vezes por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderes – porque agora tem um alinhamento muito claro entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário. E a gente percebe um questionamento cada vez maior nesse sentido quando vê a própria Ministra Presidente do STF, Rosa Weber, também não compartilhar a investigação, os documentos solicitados, requerimentos que o senhor foi lá, se reuniu e pediu.

Então, o que nós estamos fazendo aqui? O que é que nós estamos fazendo aqui? O salário, quanto é que custa o salário nosso? Quanto é que custa para rodar esta instituição Câmara e Senado Federal para fazer um trabalho, para mobilizar passagem aérea, gabinete e assessores para a gente chegar aqui e ter um Ministro da Justiça que não quer mandar as imagens? Ora, fazer pedido à Polícia Federal? Que conselho é esse? Isso é um desrespeito às prerrogativas de Parlamentares.

Aí fica, Sr. Presidente, aquele questionamento: será porque vai ser revelado onde estava a Força de Segurança Nacional no dia 8 de janeiro? É isso? – porque a própria imprensa brasileira mostrou que o maior contingente da parte da Força de Segurança Nacional só chegou às 16h25 de domingo na Esplanada dos Ministérios. Onde é que ela ficou? Onde ela estava? Esse é o grande questionamento, que a gente vai precisar dessas imagens. A gente não pode esconder a poeira embaixo do tapete.

O primeiro semestre – os primeiros dois meses desta Comissão – foi só ouvindo um lado. A gente precisa rememorar que o Governo não queria, de jeito nenhum, esta CPMI e fez de tudo. Com as imagens – olha a coincidência – vazadas lá do Palácio do Planalto, se viu uma colaboração, como colocou aqui o Senador Marcos Rogério, de integrantes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – ... do GSI servindo água, recebendo os visitantes como se estivessem em casa. O que mais será revelado nessas imagens que o Ministro Dino não quer entregar? E outra coisa, por que essa demora? É cortina de fumaça? Por que essa demora? Estão querendo ganhar tempo? Pra quê? Essas imagens têm que chegar, Sr. Presidente, no máximo em 48 horas aqui nesta Comissão. E eu já vou dizer que nós temos que ver a questão de perícia também dessas imagens.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Srs. Deputados, Srs. Senadores, do que foi colocado aqui pelos vários Deputados – é claro que nem todos fizeram questão de ordem, mas colocaram suas posições a respeito desse assunto que a Presidência abriu os trabalhos apresentando a esta Comissão –, eu infiro do que foi colocado três posicionamentos: o posicionamento trazido aqui pelo nobre Deputado Rubens Pereira Júnior, que propõe que nós venhamos a ouvir, a solicitar informações à Polícia Federal; existe um outro posicionamento diferente, que é o de pedir uma reconsideração da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posição tomada pelo Ministro; e há essa posição apresentada inicialmente pela Mesa de já encaminhar imediatamente ao Supremo Tribunal Federal a solicitação dessas imagens.

Diante dessas posições, eu vou tomar uma posição que seja intermediária, que não seja nenhuma coisa...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Sr. Presidente, antes de V. Exa. tomar... Eu queria falar um minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, veja bem...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Pela ordem.) – Porque se a V. Exa. tomar a decisão e depois... Com o que eu vou falar, eu acho que V. Exa. estará tomando uma decisão sem me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Posso fazer isso. Posso passar a V. Exa. e depois passar a Senadora Eliziane. Porque deixe-me te explicar o que é que aconteceu.

Enquanto nós estávamos aqui debatendo esse assunto, todo mundo estava se inscrevendo, e nós lemos aqui a relação de inscritos sobre essa questão de ordem, dizendo que estava encerrada a inscrição dessa questão de ordem, mas que, em seguida, nós decidiríamos e passaríamos adiante. Outros Parlamentares me pediram a inscrição, e nós também negamos. Mas, se V. Exa. não se importar – porque essa decisão minha já está tomada –, eu, em seguida, passaria a V. Exa. a palavra, como passarei também à Senadora Eliziane, porque é uma questão de justiça. Eu li aqui para todos que estava encerrada a lista de inscrição.

Então, eu vou tomar uma posição intermediária. Eu vou solicitar, sim, a reconsideração ao Sr. Ministro da Justiça para que ele apresente a esta Comissão essas imagens no prazo de 48 horas. (*Palmas.*)

Se assim ele não agir, nós tomaremos, então, a decisão – já está tomada a decisão – de fazermos a solicitação perante o STF (Supremo Tribunal Federal).

Quero apenas dizer, Deputado Rubens Pereira, que esta Comissão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, posso acrescentar ao encaminhamento de V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pode sim, mas deixe-me só concluir, Senador.

Quero apenas colocar para esta Comissão que, depois que foi aprovado esse requerimento, o Ministro encaminhou para esta Comissão um ofício pedindo a dilação de prazo para que ele nos atendesse. Nós concordamos com a dilação de prazo, entendendo que a dilação de prazo era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justamente para que fosse apresentada essa solicitação da CPMI. E, ao invés de ser apresentado o que foi solicitado, o que veio foi uma negativa. Então, o Ministro teve, no seu tempo... Ele, sendo o chefe, o comandante maior da Polícia Federal, poderia solicitar e perguntar ao Diretor-Geral da Polícia Federal se poderia ou não entregar e dar uma resposta baseada nessa posição, mas jamais encaminhar para esta Comissão, remeter esta Comissão a um subalterno seu, que é o Diretor da Polícia Federal.

Então, a nossa decisão é no sentido de, em primeiro lugar, determinar à Mesa que reitere ao Ministro Flávio Dino a solicitação desta CPMI, alertando que, caso esta mudança de posicionamento não seja apresentada, que nós, aí sim, encaminharemos a nossa solicitação ao Ministério Público Federal.

Espere aí, pela ordem, agora, o Senador Omar Aziz, depois a Senadora Eliziane, depois o Senador Randolfe.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Senador Omar Aziz.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ao Supremo ou ao Ministério Público. Só para entender. Não era ao Supremo?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ao Supremo Tribunal Federal.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Você falou Ministério...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perdão, falei errado.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Sr. Presidente, primeiro quero agradecer a V. Exa. a gentileza de ceder a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Um instante, Senador.

Com a palavra o Senador Omar Aziz. Eu peço silêncio aqui para que a gente possa ouvir o Senador.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro quero agradecer a gentileza de V. Exa. de ceder a palavra, e parabenizar o Senador Sergio Moro, que está mais velho hoje, bem mais velho.

E aqui, minhas escusas, porque eu só soube do convite do casamento hoje, quando cheguei a Brasília, Randolfe. Parabéns e que Deus te abençoe aí na sua nova vida de casado!

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Eu não fui convidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Foi sim, todo mundo foi, só que só chegou depois o convite. Não diga isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Sem controvérsias nessa área.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Sem controvérsias nessa área.

Sr. Presidente, com todo o respeito que eu tenho ao ex-Governador, ao Senador, colega Flávio Dino e hoje Ministro, nessa etapa da vida dele, nós não temos que pedir, não, nós estamos exigindo as informações. Seja quem for, isso aqui é uma Comissão que investiga, é polícia. A gente tem acesso a qualquer documento. Eu não preciso nem desta Comissão para ter acesso aos documentos de toda a República. Eu sou Presidente da Comissão de Fiscalização do Senado, o que eu pedir lá eles são obrigados a mandar. Se eles não quiserem mandar, eles é que têm que ir à Justiça e justificar por que que não estão mandando. Não somos nós que temos que ir à Justiça. Por isso que eu queria falar antes de V. Exa., porque todo mundo sabe que eu sou Governo. Agora, eu tenho que ter coerência na minha vida. Não dá para ter dois pesos e duas medidas.

Como Presidente de uma CPI recentemente, eu fiz busca e apreensão, mandei prender um... Por quê? Porque se tem poder de polícia. Não depende da boa vontade de nenhum órgão do Governo qualquer tipo de informação referente ao que nós estamos investigando aqui. Que mandem as informações, senão eles estão cerceando a nossa investigação. E aí, quem tem responsabilidade – e eu não vou entrar no mérito da responsabilidade, porque seria muito prematuro – vai ter que ser responsabilizado.

Agora, não somos nós que temos que ir ao Supremo, não. Quem tem que ir ao Supremo é quem lhe é feito pedido e ele acha que não pode dar, ele vai ao Supremo e diz: "Eu não posso dar", e o Supremo decide. Assim como as pessoas que são convocadas para vir aqui vão ao Supremo e dizem que vão ficar caladas, e o Supremo tem dado. Não é a pessoa que vem aqui que vai dizer que vai ficar calada, é o Supremo que tem decidido em relação a isso.

Então, Sr. Presidente, Supremo Tribunal Federal tem que ser procurado não é por esta Comissão, é por aquela pessoa que acha que não pode dar informação e vai justificar ao Supremo, não a nós.

Esta Comissão tem que ser respeitada como uma Comissão que está fazendo um inquérito. E para fazer um inquérito, nós não queremos fazer um inquérito sem ter as provas necessárias, para que essas pessoas que são responsáveis por isso sejam indiciadas no relatório final, até porque nós não decidimos aqui pena, nós encaminharemos isso ao Ministério Público Federal e aos órgãos para que continuem essas investigações. Infelizmente, muitas coisas que nós encontramos, agora mesmo... A Abin, que vai ser ouvida daqui a pouco, alertava sobre questões que levaram à morte de muitas pessoas e nada foi tomado de providência, mas eu não vou entrar nessa questão, porque isso é uma questão que já passou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com todo o respeito que, eu volto a repetir, tenho pelo Ministro Flávio Dino, esta Comissão tem poder de polícia, e alguém que se achar injustiçado que recorra à Justiça e não nós temos que recorrer à Justiça. Aliás, esta Comissão aqui pode pedir busca e apreensão a hora que quiser, de qualquer órgão que quiser, para ter as informações necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Omar Aziz. A fala de V. Exa. é muito elucidativa dos poderes desta Comissão.

Eu tenho buscado aqui sempre agir com muita parcimônia dos poderes desta Comissão, muita parcimônia, sem querer constranger ninguém, sem querer criar problema para ninguém, mas obviamente que nós temos que preservar a autoridade e o poder investigativo deste Colegiado.

Com a palavra, a nobre Relatora...

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO. *Fora do microfone*.) – O Omar tem experiência própria, não é?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Exatamente. Exatamente, Senador.

Com a palavra, a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, V. Exa. já tomou a decisão de fazer a retomada, na verdade, desta solicitação, mas eu quero fazer aqui um registro que eu julgo importante.

Quando nós iniciamos os trabalhos desta Comissão, todos nós, na verdade, tínhamos a clareza de que já havia em curso vários outros inquéritos. Nós tínhamos inquéritos no âmbito da Polícia Federal, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, na Polícia Civil e também aqui na Assembleia Legislativa do DF. Então nós iniciamos o trabalho de investigação com um novo inquérito aqui nesta Comissão. Quando o Presidente desta Casa visitou o Ministro Alexandre de Moraes, ele deixou claro que estaria atendendo à solicitação desta Comissão, resguardados os documentos atinentes a processos com pendência de diligência, respeitando o que diz a Súmula Vinculante 14. Inclusive, para isso, nós deixamos até de aprovar requerimentos de quebras ou de compartilhamento – não é de quebras, na verdade de compartilhamento – de informações em respeito a esta solicitação do Ministro Alexandre de Moraes, exatamente porque obstruiria, traria, na verdade, prejuízos em relação a essas novas diligências. Nós temos, na verdade, hoje uma solicitação...

E, ao mesmo tempo – e aí é um ponto específico porque há uma complexidade nesta CPMI –, nós temos nesta CPMI membros desta Comissão que são investigados e até denunciados. É compartilhar informações sendo que nós temos investigados como membros desta Comissão que terão acesso direto a estes documentos, seja aqueles que são de baixo sigilo ou de alto sigilo. Então, daí, na verdade, a complexidade que eu apresento a esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos solicitando imagens de um órgão que é do Ministério da Justiça. Dentro do Ministério da Justiça, nós temos uma Polícia Federal, que, é claro, é subordinada, mas o delegado do inquérito tem autonomia. Então, na verdade, é um mínimo de respeito à condição desse inquérito, Deputada Jandira Feghali, que está hoje em curso na Polícia Federal.

Então, o Ministro Flávio Dino – eu também liguei para ele – demonstrou toda a disposição de compartilhar as informações. Agora, havendo a comunicação também ao Diretor-Geral da Polícia Federal, seria, na verdade, buscar uma alternativa sem ter que arrombar uma porta, já que essa porta está aberta.

Então, eu acredito que seria importante, para além do encaminhamento, na verdade, ao Ministro Flávio Dino, que é Ministro da Justiça e que o Presidente acaba de colocar, essa solicitação também ao Diretor-Geral da Polícia Federal, que entendemos que seria, na verdade, uma alternativa em respeito ao Presidente do inquérito, que tem sua total autonomia e que tem hoje posse, inclusive, dessas imagens.

Muito obrigada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Antes...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – A Relatora fez menção...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu falo de denunciado de uma forma geral.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... que há Parlamentares investigados e denunciados dentro da CPI.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu quero fazer... Eu quero fazer... Eu quero fazer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Eu gostaria que declinassem os nomes...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, não, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... para que a gente não ficasse aqui com a...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu quero fazer a retificação, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... espada no pescoço de todo mundo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu falei de investigado, de investigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ela está fazendo uma retificação. Ela está fazendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Quero fazer uma retificação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Investigado. Está claro.

Antes de passar a palavra ao Senador Randolfe, eu quero responder à nossa nobre Relatora, dizendo que a esta Presidência cabe única e exclusivamente cumprir o que é aprovado pelo Colegiado desta Comissão.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone*.) – É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Colegiado desta Comissão aprovou um requerimento dirigido ao Ministro Flávio Dino para que ele apresentasse as imagens do Ministério da Justiça. Eu não posso mudar o destino desse requerimento e enviar para A, para B ou para C.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone*.) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu cumpri o que foi aprovado pelo Colegiado desta Comissão. (*Palmas.*)

O Colegiado mandou encaminhar para o Ministro, eu encaminhei para o Ministro. E é isso que está valendo. Fora disso, a gente extrapola o meu direito e o direito deste Plenário de determinar a quem devem ser dirigidos os requerimentos.

Com a palavra, o Senador Randolfe.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, o senhor vai reabrir as inscrições?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, não, não.

Senador Randolfe, quer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Não, Presidente. Nos termos do que o Senador Omar colocou, já estou contemplado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente.

Então, eu passo a palavra agora – já tinha sido anunciada uma nova questão de ordem – para o Senador Magno Malta, para que faça a sua questão de ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. *Fora do microfone*.) – Presidente, para a próxima questão de ordem...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Também me inscrevo, Presidente, para a próxima questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olha, espere aí. Vamos fazer o seguinte... Veja bem, veja bem: se, em cada questão de ordem, 20 Deputados e Senadores forem falar, fica insustentável. Espere aí, espere aí, espere aí.

Vamos fazer o seguinte...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Reduzir o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos fazer o seguinte...

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO. *Fora do microfone*.) – CPI com cartão de entrada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Exatamente, o Senador Kajuru está corretíssimo.

Olha, vamos fazer o seguinte: o Senador Magno Malta vai ler a sua questão de ordem. Poderão falar dois Parlamentares contra e dois a favor, e, em seguida, a Mesa vai decidir. Ponto final.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Mas questão de ordem vai ter votação, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como? Não, Deputada...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Pode ter uma contradita.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É uma contradita.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ele faz e faz uma contradita e V. Exa. decide.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, podem ser duas, podem ser duas contraditas.

Então...

(*Intervenções fora do microfone*.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Gente, tem um depoente ali fora e já são quase 11h da manhã. Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, será...

Olha, o Regimento do Congresso Nacional determina que seja apenas um a fazer a contradita da questão de ordem.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Presidente, só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, nós vamos ter aqui uma palavra. O Senador Magno Malta vai falar, um Deputado ou Senador vai contraditar, e eu vou decidir.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Presidente, só para... Eu abri mão de falar na outra questão de ordem com o compromisso de que o senhor me daria a palavra para comentar essa questão do Senador Magno. Só para... Não é para abrir uma exceção.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, V. Exa. pode apresentar a questão de ordem no lugar do Senador Magno Malta?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Não...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Deixa dois de dois e diminui o tempo, Presidente. Dois de dois, e diminui o tempo. Pronto.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente... Vamos seguir o Regimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu nunca vi questão de ordem apresentada pela metade. Ou um apresenta, ou outro. Eu pediria ao Senador Magno Malta que conceda que o Senador Flávio Bolsonaro faça a questão de ordem, de que eu sei que ele é também signatário. Em seguida, alguém fará a contradita, e a Mesa decidirá, para que a gente possa avançar no nosso trabalho...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Seguir o Regimento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... de ouvir o depoente.

Então, pode ser? V. Exa. pode passar a questão de ordem para o Senador Flávio Bolsonaro fazê-la?

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não, eu vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, vai falar o Senador Magno Malta. Em seguida, alguém para contraditar, e eu vou decidir.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Presidente, Presidente... Defina tempo, Presidente. Por fineza, defina o tempo de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O tempo para questão de ordem são cinco minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – São cinco minutos para questão de ordem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Exatamente.

Por favor.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores... Sr. Presidente, eu quero, por questão de economia processual, me utilizando do Regimento do Congresso Nacional, arts. 144 e 403, do Regimento Interno do Senado Federal, nos termos de acesso à documentação sigilosa da CPMI, aprovada em 27 de junho de...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, só um parêntese aqui; o seu tempo está preservado.

O tempo para questão de ordem é de cinco minutos. Então, se V. Exa. quiser fazer um resumo, seria bom, porque talvez não dê tempo de V. Exa. ler toda a questão de ordem, e nós vamos cumprir esse prazo de cinco minutos.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Então, deixa eu ver aqui onde eu estava.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Vai retomar o tempo dele, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pode retomar, dos cinco minutos iniciais, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Sr. Presidente, bom, eu vou ler aqui e vou chegar às explicações.

Essa questão de ordem tem a ver exatamente com os documentos sigilosos que chegaram do Coaf para esta Casa e estão no cofre. Na verdade, seria importante lê-la toda, citando a lei, os regimentos, de maneira a que ficasse muito claro, mas, por economia processual e a pedido de V. Exa., explicamos o requerimento.

Pedi informações sobre a pessoa do Mauro Cid Barbosa, em referência ao período compreendido entre o dia 1º de novembro, de 2022, a 31 de maio de 2023. Contudo, juntamente com as informações do Mauro Cid, o Coaf enviou uma infinidade de dados sobre Pix encaminhados legal e espontaneamente ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, assim como transação bancária da sua esposa. Além disso, o encaminhamento apresenta informações sobre um período totalmente diverso daquele solicitado, englobando transições ocorridas entre 1/01/23 a 04/07/23.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nota-se que essas informações foram direcionadas a esta CPMI de forma sorrateira e furtiva, mediante a inserção de um texto de, aproximadamente... – preste atenção, Sr. Presidente; Sr. Presidente, me dê mais um minuto –, de aproximadamente, cinco páginas de uma única célula do programa Microsoft Excel.

Veja, ainda, que o documento no formato PDF que acompanha a mencionada a planilha do Excel descreve, de modo vil e enganoso, que as comunicações das operações financeiras enviadas se referem apenas a Mauro Cid e abarcam tão somente o período compreendido entre 1/11/2022 e 31/05/2023, Documento 153, na pasta de documentos sigilosos.

Sr. Presidente, os fatos são graves, demonstram haver ilícitos no encaminhamento da documentação do Coaf, com possível conhecimento de membros desta CPMI, expondo indevidamente dados reservados e desvirtuando os trabalhos desta Comissão.

É importante resgatar o art. 325 do Código Penal, que tipifica violação de sigilo funcional conduta consistente em "revelar fato de que tem [só um minutinho, Sra. Relatora] ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação".

Embora os dados já tenham sido acessados e sorrateiramente vazados, impõe-se uma postura firme, considerando-se por parte desta Presidência, não apenas para restringir o acesso aos documentos sigilosos de pessoas que não eram alvo da diligência aprovada – dados esses que nunca deveriam ter sido encaminhados pelo Coaf –, mas, principalmente, para identificar e punir os responsáveis pela confecção do documento bem como pelo seu vazamento.

Desse modo, uma vez assentada a flagrante ofensa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – ... às garantias constitucionais sensíveis e à competência de V. Exa. na direção dos trabalhos desta CPMI e na impetração daquilo que deve ou não estar acessível aos membros do Colegiado, requeremos que seja tomada a seguinte providência – Sr. Presidente, aqui eu queria que V. Exa. me ouvisse:

a) encaminhamento da representação à instância correcional do Coaf, notificando o possível cometimento de infração disciplinar por parte dos autores do relatório de inteligência financeira enviado a esta CPMI;

b) instauração de procedimento administrativo para se chegar ao responsável pelo vazamento das informações sigilosas, iniciado por listagem de todos os Parlamentares e respectivos assessores que acessaram os documentos antes da circulação das informações pela imprensa no dia 27 de julho de 2023;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) apresentação de notícia-crime à Procuradoria-Geral da República para instauração de procedimento criminal, visando identificar e punir os responsáveis pela confecção do relatório e pelo vazamento dos dados.

Posso encerrar, Sr. Presidente? Posso, Sra. Relatora? Está bom.

d) Desentranhamento de todo e qualquer documento encaminhado pelo Coaf em informações que extrapolam o escopo do Requerimento nº 1.023, de 2023, do Sr. Senador Jorge Kajuru, o qual foi direcionado especialmente ao Sr. Mauro Cid Barbosa, ao período compreendido entre 1/11/2022, 1º de maio, e 31/05/2023. Portanto, toda e qualquer informação recebida que, porventura, esteja fora desses parâmetros deve ser desprezada e o acesso restringido, não podendo ser utilizada de nenhum modo por nenhum integrante desta CPI.

Assinado pelo Senador Flávio, pelo Senador Magno Malta, pelo Delegado Ramagem.

Essa é a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senhores, esperem aí, não tem ninguém inscrito. Aqui...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Escrever sobre o quê?

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone*.) – Subscrevendo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Subscrevendo. Desculpe, subscrevendo o documento.

Olhem bem, eu gosto de ser justo com todo mundo. Durante a primeira etapa aqui da primeira questão de ordem, todo mundo se inscreveu, todo mundo falou.

O Senador Flávio Bolsonaro, na hora de falar, me disse que queria falar sobre a outra questão de ordem. Eu havia entendido que nós manteríamos – e claro, era uma decisão errada – e abriríamos de novo a fala para todo mundo, mas o Senador deixou de falar entendendo que seria dessa forma.

Então, por uma questão de justiça, eu vou conceder três minutos ao Senador Flávio Bolsonaro e, em seguida, vou passar, para a contradita, para o Rogério Correia.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Presidente, só 30 segundos, porque o meu nome... Trinta segundos, eu não vou passar 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO. Pela ordem.) – Não vou passar.

O meu nome foi citado e eu só quero deixar bem claro para o Brasil que o meu pedido foi até 31 de maio.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Até 31 de maio.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – E eu não concordo com o que o Coaf fez de acrescentar os meses de junho e julho. Não foi o que eu pedi. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, obrigado pela deferência.

Só complementando a questão de ordem, à qual subscrevo também: é grave demais, sim, Presidente. Crimes foram cometidos aqui, nesta CPMI, e no Coaf.

O requerimento do Senador Kajuru é muito claro. O Requerimento 1.023 fala sobre o prazo, que é de 31 de outubro de 2022 até 31 de maio de 2023, com escopo em transações internacionais – Senador Kajuru, V. Exa. tinha se esquecido de citar isso aqui. E o que faz o Coaf indiretamente? Pelo fato de dois assessores do ex-Presidente Bolsonaro terem tido seu sigilo afastado e serem procuradores para poderem movimentar as contas de pessoa física do ex-Presidente Bolsonaro, aprovou-se a quebra de sigilo do Sr. Mauro Cid, aprovamos a quebra de sigilo do Sr. Câmara, que tinham as procurações para tratar das contas de Bolsonaro, e, por tabela, vem toda a quebra de sigilo do ex-Presidente Bolsonaro.

Fora do escopo temporal, sem absolutamente nada em relação às transações internacionais, Senadora Eliziane – o que é grave, e eu não vejo indignação de V. Exa. e nem de ninguém da base aqui com relação a isso.

E, reforçando, Presidente, para concluir, eu acho que nós temos que convocar aqui o Presidente do Coaf para dar explicações de por que é que ele respondeu a esse requerimento nesta CPI, CPMI fora do escopo do que lhe foi pedido. Será que alguém deu ordem? Alguém encomendou esse RIF ilegalmente? Alguém coagiu o Presidente do Coaf a enviar isso aqui para cá fora do escopo? Com qual objetivo?

E mais, Presidente, temos que apurar os crimes cometidos aqui, nesta CPMI, de quem vazou esses documentos.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – E, com todo o respeito, Senadora Eliziane, a informação que chega, até agora, é que quem teve acesso a esses documentos foram os assessores de V. Exa. Os assessores de V. Exa. tem o registro de que tiveram acesso a esses relatórios muito antes da publicação disso pelos veículos de imprensa.

Não estou fazendo acusação. É um informe.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Está sim – está sim.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – E eu quero que V. Exa. cheque...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Todo mundo teve acesso – todo mundo teve acesso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Eu quero que V. Exa. cheque isso e tome as medidas cabíveis, porque isso aqui é crime, crime previsto no art. 325 do Código Penal.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone*.) – Todo mundo teve acesso. Todo mundo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Não. Tem o registro, *login*, senha, nome e CPF de quem acessou para poder ter acesso...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Senador. Por favor, para concluir.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. *Fora do microfone*.) – ... a essas informações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, para contraditar, por cinco minutos, o nobre Deputado Rogério Correia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu vou me inscrever para falar depois dele, Presidente, até para responder ao Senador Flávio Bolsonaro. Mas depois da contradita do Deputado Rogério.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (UNIÃO - BA) – Senadora, quem vai dar a decisão sou eu, depois da contradita.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, Presidente. Ele citou meu nome, e eu vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – V. Exa. vai me assegurar a fala como Relatora para responder...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor – por favor –, Deputado Rogério Correia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... a essa colocação do Senador Flávio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para contraditar.) – Presidente, primeiro, a denúncia que ele faz em relação à Relatora é muito grave, porque ele não tem provas e faz denúncias.

Então, a Relatora, com certeza, vai desdizer isso.

Agora, o Coaf é ligado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou pedir aqui silêncio para que a gente possa ouvir a palavra do Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O tempo é quanto, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – São mais cinco segundos para o Deputado Rogério.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, não!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ah, são cinco minutos. São cinco minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – São cinco. Ele colocou só dois. (*Pausa.*)

Presidente, o Coaf é vinculado ao Banco Central. O Banco Central, até contra a minha vontade, ganhou um processo de autonomia que foi votado pela maioria do Congresso Nacional.

Então, o Banco Central e o Coaf são autônomos e seguem uma legislação que aí não foi citada e que é importante de se dizer. E a principal legislação é a Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro, que é de 1998. É a Lei 9.613.

Toda a informação – e isso é de um tratado internacional que o Brasil faz – é repassada ao Coaf com base nessa legislação e nesse tratado internacional. Foi isso que o Coaf fez. E, ao fazer isso e com essas normas, ele recebe do banco e faz a passagem imediata. O Coaf não faz triagem daquilo que ele recebe dos bancos.

Portanto, não há nada de perseguição, e quem é do Banco Central e do Coaf não tem a menor condição de saber ou de fazer triagem naquilo que é repassado. Então, não se pode fazer uma caça às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bruxas, como querem fazer ao Coaf, porque eu vou, depois, dizer o que está por trás dessa caça às bruxas e, aliás, o que estão querendo esconder em relação a isso. Mas essa é a legislação.

Por que aparece o ex-Presidente Jair Bolsonaro nessa questão, se foi pedido o Mauro Cid? Porque ele é procurador, ou seja, ele é procurador do titular, o Mauro Cid. Ao ser procurador, vem também, nos principais membros que fazem desta conta participação, a informação do Coaf – isso na legislação que eu citei. Por isso as contas também de Jair Bolsonaro...

Presidente, V. Exa. não ouviu, depois V. Exa. vai dar prosseguimento não sei como à questão que eu estou aqui levantando.

Então, para resumir a V. Exa., que vai fazer a definição, existe uma legislação. O Coaf segue essa legislação, um tratado internacional. Por que aparece o Senhor ex-Presidente Jair Bolsonaro? Porque ele é procurador da conta. Então, o Coaf, ao fazer a remessa, também faz de quem é procurador e daqueles que são os agentes principais da conta. Por isso o Coaf enviou. Não se pode perseguir o Coaf por isso, não se pode restringir o Coaf, isso não pode ser feito. Não está fora do escopo, porque ele é procurador da conta, e isso está claro; ele é obrigado a fazer isso, o Coaf, por mais que os bolsonaristas não gostem, porque aí entra o que eles querem esconder.

Estavam aí todos alvissareiros falando que o Ministro Dino queria esconder as cenas que estavam lá no Ministério da Justiça. E por que vocês querem esconder o que está por trás das contas do Bolsonaro? Por quê? Por que querem esconder algo que o Coaf é obrigado a fazer? Porque Mauro Cid e Bolsonaro eram como irmãos, disse o próprio Bolsonaro, e as contas eram de ambos. Por isso essa conta veio e, nesta conta que veio, se Bolsonaro... Se Mauro Cid pagava as contas... E vocês vão ver que lá tem coisa do arco da velha mesmo, eu sei que vocês devem ficar assustados mesmo, tem coisa do arco da velha. Por exemplo, Mauro Cid recebe lá recurso do sargento, que é aquele Sargento Reis, que depois vai pagar a conta de Michelle Bolsonaro. E o Sargento Reis recebe...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – E o Sargento Reis recebe, por exemplo, a Combat Armor, que é, a Combat Armor, aquela empresa que o Silvinei fez contratos milionários...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Presidente, isso está sob sigilo.

Presidente, o que ele está revelando está sob sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, cada um responde pela sua posição e pelas suas palavras.

O Deputado tem direito a falar. Não vou cercear a palavra de ninguém, Deputado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não vou cercear a palavra de ninguém.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Ele está fazendo uma acusação, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – A outra empresa, Cedro do Líbano, tem recursos também da Codevasf e foi para este Sargento Reis, que depois fez repasse para Michelle Bolsonaro, que tem que ter até o sigilo quebrado também. Tudo isso nos diálogos golpistas, por isso eles têm medo.

Quem pagou os Pix nos interessa, sim! Sabe por quê, Presidente? Tem que saber quais golpistas, quais pessoas ligadas aos CACs ou financiadores do golpe que também contribuíram com Pix para Bolsonaro. Isso é que é o medo que eles têm! Agora, o Coaf fez a obrigação.

V. Exa. disse agora mesmo que V. Exa. cumpre aquilo que foi determinado. O sigilo do Mauro Cid foi determinado. V. Exa. não sabia, e nem eu, que ele, Bolsonaro, era procurador do Mauro Cid. Em sendo, veio o recurso do Coaf. Não se pode perseguir o Coaf!

Sobre vazamentos aqui, isso é outra questão...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Deputado, para concluir, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu concluo.

V. Exa. deu três minutos a mais pro outro, eu vou só concluir.

É evidente que sobre vazamentos, é claro, tem que se saber, vazamentos não podem ser feitos. Isso tem que ser verificado aqui. Então, isso é outra questão, mas é muito bom saber que o Coaf...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... não pode estar junto. Está fazendo aquilo que lhe é dever fazer, e foi dever de V. Exa. solicitar essa documentação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra a Senadora Eliziane Gama, três minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente, apenas para esclarecer, sobre a questão do Coaf.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, eu não posso conceder a palavra a V. Exa. agora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Porque houve...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... porque a gente tem um rito.

Eu vou pedir a compreensão de V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – É apenas...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A gente tem um rito...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – É apenas...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... se cada um quiser falar na hora que tiver um esclarecimento para trazer, a gente não vai conseguir avançar com os trabalhos. Eu tenho todo o respeito e carinho por V. Exa., mas eu peço a V. Exa. que aguarde o momento oportuno para falar.

A Senadora vai falar porque o nome dela foi citado. Em seguida, nós vamos decidir para ouvir aqui a nossa testemunha de hoje, que está aguardando.

Por favor, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Senador... Presidente, eu primeiramente queria cumprimentar o Deputado Rogério. Eu acho que ele fez, assim, de uma forma muito clara e direta, exatamente por que se chegou a este resultado de dados por parte do Coaf.

O Coaf, de fato, ele tem... Ele recebe de forma automática essas informações e as repassa. Se você é procurador, você tem autonomia sobre uma conta, você tem, na verdade, as prerrogativas de comandar aquela conta. Automaticamente, vêm as informações para a CPMI, atendendo o requerimento que foi aprovado em Plenário por esta Casa.

Agora, eu queria colocar agora...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – A Relatora virou advogada do Coaf agora, Presidente?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, eu estou, eu sou uma advogada da justiça, você pode ter certeza disso...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Senadora está falando, eu vou pedir silêncio a todos aí, respeitando a palavra da Senadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Agora...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas ela está falando, Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, da justiça. Da justiça.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Quando V. Exa. falou, ninguém interferiu. Cada um pode falar aquilo que acha que deve falar, e que responda pela responsabilidade do que está falando. A Senadora está usando da palavra e eu peço a todos que a ouçam, da mesma forma como ela educadamente ouviu a todos.

Por favor, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Agora, eu queria fazer aqui uma colocação da informação do Senador Flávio Bolsonaro, que é gravíssima. Não é grave, é gravíssima.

O Senador Flávio Bolsonaro colocou – está registrado aqui, na taquigrafia da Casa – que apenas os servidores do meu gabinete, os consultores da minha equipe, tiveram acesso ao *login*, que é uma informação que só quem tem é a Mesa dos trabalhos. Só quem tem acesso ao volume e às pessoas que tiveram... Só quem tem informação desses acessos é a Mesa, a Secretaria da Mesa.

Então, isso é um dado que V. Exa. coloca...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Não, é um informe.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... que a gente precisa...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Eu falei informe.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, mas eu preciso saber...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Eu não sou obrigado a te falar minha fonte.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... até porque, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... aqui nós temos 60 Senadores, aqui nós temos 60 Parlamentares...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... cada um com um servidor autorizado a ter acesso.

Eu, como Relatora, quero dizer para V. Exa. que eles tiveram acesso, sim, e, quando chegam os documentos, eles estão lá olhando, na tela do computador, para saber qual chegou; e eu peço imediatamente que eles vão lá para analisarem e me trazerem as informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, muitas dessas informações... Pessoas que não têm um tipo de informação com profundidade nem conseguem ter a decifração dos dados. É por isso que nós temos delegados da Polícia Federal, é por isso que nós temos servidores da CGU, do TCU, da Receita Federal, do Banco Central. Para quê? Porque eles têm a *expertise* própria para isso, e esses servidores é que nos estão dando respaldo para isso.

V. Exa. traz aqui uma denúncia. Aliás, V. Exa. incorre aí...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Não incorro em nada, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... num crime do Código Penal, que é a denunciação caluniosa, porque V. Exa. está me caluniando.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Eu estou pedindo para investigar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Veja bem outra coisa que eu quero deixar aqui, de forma muito clara para todos vocês: eu quero dizer para você que, quando eu ouvi e li essa matéria no jornal *O Globo*, eu fiquei absolutamente triste, Senador, porque, se existe uma coisa que traz e que prejudica, são esses vazamentos de informações, porque esses vazamentos de informações impedem, na verdade, que a gente avance na investigação.

V. Exa. pode ter certeza de uma coisa: eu estou com a total responsabilidade desta Comissão e vou a fundo. Todas as informações que vieram aqui nós estamos desdobrando, estamos buscando.

Inclusive, vamos apresentar novos requerimentos para isso, porque a gente precisa entender esse volume exorbitante! Veja, as empresas acusadas de financiarem o ato do 8 de janeiro, somadas, elas dão quase... Só para vocês terem uma ideia, o faturamento delas está estimado em R$10 bilhões. É um volume enorme! São empresas milionárias que são hoje acusadas de terem financiado o 8 de janeiro, e nós vamos investigar, com a ajuda do Coaf, com a ajuda do Banco Central, com a ajuda da Receita Federal, da CGU e do TCU.

Então, eu queria, Presidente, pedir a V. Exa. que V. Exa. tomasse as devidas providências e apurasse a acusação, que – o senhor pode ter certeza – é caluniosa, por parte do Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – É o que eu pedi, Eliziane. É o que eu pedi: para investigar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Para responder questão de ordem.) – De acordo com o art. 158-A do Código de Processo Penal, para resguardar a cadeia de custódia, não cabe a esta Presidência retificar ou fazer ajuste nos documentos recebidos por esta Comissão. Eles são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expostos aos Parlamentares e registrados na Comissão na forma em que chegam, nem mais nem menos. Não cabe a esta Presidência ser sensor desses documentos para dizer aquilo que deve ser apresentado ou não. Pela indicação do Coaf, o mencionado RIF teria sido solicitado por outros órgãos também. Não é possível afirmar, categoricamente, que o RIF mencionado foi atípico, uma vez que as informações mencionadas pelo Senador Magno Malta decorrem do fato de o alvo figurar como representante legal em outras contas bancárias. É necessário informar se isso foi, de fato, atípico. É preciso descobrir se isso, de fato, foi atípico.

Diante disso, defiro em parte a questão de ordem para determinar a apuração do incidente.

Inicialmente, solicitarei à própria assessoria desta Presidência que proceda a esta apuração e, caso seja identificada a necessidade de uma apuração mais técnica, nós encaminharemos este assunto para a Polícia Federal, para que a Polícia Federal, através de um inquérito pertinente, possa apurar as responsabilidades.

Essa é a decisão desta Presidência.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Presidente, o senhor não se manifestou sobre os as outras duas questões, por isso a minha preocupação. Tanto o escopo ou prazo que esta Comissão aprovou o requerimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Não, mas ele...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas, veja só, Deputado, eu estou dizendo que vou fazer a apuração. Claro que essa apuração terá que dar resposta a tudo isso, inclusive o prazo. O prazo... Não há dúvida, não há dúvida. Isso tudo...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – ... transações internacionais...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Isso tudo será apurado, inclusive o prazo. Obviamente que nós estamos fazendo a apuração pelo completo da questão de ordem.

O Senador Kajuru, que é o autor do requerimento, afirmou aqui, de maneira explícita, que o que foi trazido à Comissão está apresentado a maior do que aquilo que ele solicitou. E foi o que eu disse há pouco quando diziam de nós encaminharmos esse pedido aqui das imagens ao Senador Flávio Dino, ao Ministro Flávio Dino. Esta Mesa não faz requerimentos em nome da Comissão daquilo que não é aprovado neste Plenário. Nós só encaminhamos aquilo que é aprovado no Plenário. O Plenário encaminhou uma coisa. E vamos ver se o que foi trazido à Comissão está de acordo com o que a Comissão solicitou ou não. Esse é o fato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – Presidente, eu não vou polemizar, é apenas para trazer a esta Comissão uma informação. Foi dito aqui que o Coaf está subordinado ao Presidente do Banco Central, que tem autonomia. Isso é *fake news*. A Medida Provisória 1.158, de 2023, coloca de volta o Coaf sob subordinação ao Ministério da Fazenda. Ele é subordinado ao Ministro da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Não havendo mais questões de ordem para serem decididas, eu solicito que seja conduzido à mesa o depoente, o Sr. Saulo Moura da Cunha.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Só agradecendo, Sr. Presidente, a minha questão de ordem ser deferida por V. Exa. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não. Obrigado. Obrigado, Senador.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, Presidente; eu não entendi...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou deferindo para fazer a apuração.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, foi indeferida a questão de ordem que pedia... O que é que a questão de ordem pedia? Ela pedia que esse documento fosse anulado, etc. Isso foi deferido?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Em parte. Em parte.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou... Eu estou determinando, Deputado, que eu não tenho condição, como eu li aqui há pouco, de dar uma resposta objetiva sobre o que o Senador Magno Malta trouxe à nossa cola; se são informações verdadeiras ou não. Eu não tenho como fazê-lo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, não deferiu.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, não está deferida, obviamente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não está deferida.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, o que nós determinamos...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Vai pedir para investigar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... foi a averiguação, que seja feita, porque...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, não está deferido.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu determinei a apuração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Essa foi a decisão.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – O Presidente é Arthur Maia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Indeferiu a questão de ordem.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – O Presidente é Arthur.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Essa foi... A decisão foi fazer uma apuração. Eu não posso deferir nem indeferir.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Ah!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não estou deferindo nem indeferindo. Eu só vou deferir ou indeferir...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, o senhor vai trazer a questão de ordem para depois dar uma opinião, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ele vai recolher e apurar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... recebendo a questão de ordem...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Só vai recolher e apurar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Exatamente. Eu estou recolhendo, recebendo a questão de ordem – estou recebendo a questão de ordem – e determinando a apuração.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, tá.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, passamos agora... Passamos agora à oitiva da testemunha de hoje, o Sr. Saulo Moura da Cunha.

Quero esclarecer aos senhores... Eu quero esclarecer aos Srs. Parlamentares a decisão da Ministra Rosa Weber em medida cautelar de Habeas Corpus nº 230.791/DF, de 31 de julho: concedeu parcialmente a ordem, apenas para assegurar ao paciente o direito de não responder a perguntas atinentes às informações de que tem conhecimento por força de sigilo funcional; o direito à assistência por advogado durante o ato; o direito de não sofrer constrangimento físico ou moral decorrente do exercício de direitos anteriores.

Termo de compromisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa., Sr. Saulo Moura da Cunha, promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Prometo. (*Fora do microfone.*)

Está ligado?

Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Nesta oportunidade, esclareço que o art. 4º, inciso II, da Lei 1.579, de 1952, estabelece que "fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito" constitui crime, punível com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa.

Passo a palavra ao depoente por 15 minutos.

Mas, antes de passar a palavra, eu quero esclarecer a V. Exa. que V. Exa. poderá falar por 15 minutos; depois que V. Exa. falar, os Srs. Parlamentares, a começar pela Relatora, terão direito a fazer as suas inquirições, todos com o tempo de dez minutos, exceto a Relatora, que não tem um prazo determinado. Nesse prazo de dez minutos, quando o Parlamentar estiver inquirindo V. Sa., ele é dono do tempo.

Então, ele poderá interromper V. Sa., porque o tempo dele estará correndo mesmo durante a vossa resposta. Ao final da fala de todos os Parlamentares, V. Exa. terá, em querendo, mais cinco minutos para eventualmente esclarecer algum ponto que não tenha ficado devidamente claro para todos.

Então, neste momento, eu passo a V. Exa. a palavra pelo prazo de 15 minutos.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Bom dia a todos.

Exmo. Sr. Presidente desta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, Exma. Sra. Relatora, já adianto que não tomarei os meus 15 minutos aqui. Vou usar este momento inicial apenas para me apresentar e falar rapidamente sobre o trabalho desenvolvido pela Abin.

Eu sou Oficial de Inteligência concursado da Agência Brasileira de Inteligência há 24 anos. Ocupei a direção de dois departamentos, foi Superintendente no Estado de Mato Grosso do Sul, estive como adido no Japão, e, entre janeiro e fevereiro deste ano, fui designado Diretor Adjunto da Agência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasileira de Inteligência, estando lá, portanto, no dia 8 de janeiro e nos dias que antecederam, obviamente, nos seis dias úteis que nós tivemos antes dos lamentáveis eventos de 8 de janeiro, conduzindo a Agência Brasileira de Inteligência.

Eu queria deixar claro que este *habeas corpus* aqui, em momento nenhum, visa a que eu não preste esclarecimentos a esta Comissão. Eu estou aqui para justamente esclarecer... Nós temos versões dúbias sobre alguns alertas que a Abin fez, sobre alguns documentos encaminhados. Eles serão esclarecidos, na medida do possível, sem que, obviamente, os nossos métodos, as nossas ferramentas, as nossas fontes sejam expostas. Mas eu estou aqui à disposição da CPI e bastante, eu diria, até aliviado, porque é um momento em que Agência Brasileira de Inteligência pode vir a público, ou pelo menos perante esta Comissão aqui, deixar claro que cumpriu os seus deveres funcionais e os seus deveres, a sua missão institucional.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Dr. Saulo.

Eu quero informar ao Plenário que já está encerrado o tempo de uma hora desde o início da nossa sessão para que aqueles que quisessem usar da palavra se inscrevessem. Nós temos 29 Srs. Deputados e Senadores e Senadoras e Deputadas inscritos, e vamos iniciar, portanto, essa inquirição pela ilustre Relatora, Eliziane Gama. Depois virão os autores dos requerimentos, que são vários – o Deputado Ramagem, o Senador Izalci, o Deputado Pr. Marco Feliciano, o Deputado Nikolas Ferreira, o Senador Magno Malta, o Deputado André Fernandes são os autores do requerimento. Em seguida, de acordo com a lista de inscrição que está aqui e é do conhecimento de todos.

Portanto, fica claro que não há mais possibilidade de novas inscrições a partir deste momento.

Com a palavra a nobre...

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA. Pela ordem.) – Presidente, apenas uma pergunta: V. Exa. vai encerrar os trabalhos para o almoço a partir de que horas? É só para...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu acho que a gente pode fazer como temos feito até agora: encerrar...

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA) – A partir das 13h até as 14h.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... às 13h, até às 14h, para que todos possamos almoçar.

Passo a palavra agora à S. Exa. a Senadora Eliziane Gama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, senhoras colegas Parlamentares, senhores colegas Parlamentares, Sr. Saulo Moura da Cunha, meus cumprimentos.

Eu inicio, Sr. Saulo... V. Exa. vem, na verdade, assegurado aqui, com uma decisão já do Supremo Tribunal Federal em relação a alguns pontos específicos que V. Exa., em função do sigilo profissional, não pode de fato responder, mas vou fazer aqui algumas perguntas e, na medida do possível, naquilo que for possível, gostaria de contar com as suas respostas e colaboração para o bom andamento dos trabalhos e, sobretudo, para o nosso relatório final.

Nós recebemos, Sr. Saulo, um documento sigiloso, que está aqui sobre a minha mesa, que, na verdade, pela Abin foi encaminhado, respondendo, na verdade, a vários requerimentos que nós encaminhamos no início desses trabalhos. Fizemos uma série de requerimentos e questionamentos à Abin, e a Abin, então, nos respondeu com um vasto relatório, de forma muito pormenorizada, fazendo um levantamento histórico inclusive do que ocorreu não apenas no 8 de janeiro, mas remontou, por exemplo, ao mês de outubro, ao mês de novembro e também foi a anos anteriores, durante o Governo Bolsonaro, ou seja, quando, nesse período, o senhor estava assumindo cargos estratégicos tanto no Governo anterior quanto ainda neste Governo, pela sua posição estratégica, até assumindo ali, de forma interina, em algum momento, de fato a Diretoria da Abin neste Governo. Então, por conta disso, eu vou aqui iniciar, respeitando aqui alguns dados sigilosos, mas fazendo referência a esse relatório.

Esse relatório de inteligência que foi produzido pela Abin faz menção, por exemplo, à participação de várias lideranças, porque, quando nós iniciamos os nossos trabalhos, nós focamos, para além dos executores – e inclusive uma boa parte ainda se encontra presa –, para além desses que se encontram presos, para além desses executores, nós estamos focados na busca da autoria intelectual e também dos financiadores, aqueles que custearam, de fato, o 8 de janeiro. E esse relatório da Abin faz, por exemplo, referência à participação de lideranças empresariais do agronegócio nesses atos. E aí cita, por exemplo, o Movimento extremista Brasil Verde Amarelo, que é formado por integrantes, por exemplo, da Andaterra, da Aprosoja, do Mato Grosso e de Goiás, e também da União Democrática Ruralista (UDR), que teria tido atuação desde o ano de 2018 e teria participado dos bloqueios rodoviários e também dos atos ocorridos a partir do dia 31 de outubro de 2022, a partir do resultado das eleições, considerando que o questionamento do processo eleitoral foi o ponto central que circundou todos esses atos extremistas, sobretudo o 12 de dezembro, o 24 de dezembro e também o 8 de janeiro.

Eu pergunto ao senhor, diante desse levantamento de informações que chegaram e que, na verdade, foram levantadas inclusive pela Abin, que se iniciaram muito antes até do dia 8 de janeiro: a Abin comunicou esses fatos às autoridades? E quais autoridades e quais órgãos aos quais a Abin fez esses encaminhamentos?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Senadora, a senhora tem a data desse relatório específico de que a senhora está falando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O relatório que chega... Ele chegou agora a esta Comissão.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É, esse específico...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, esse relatório não foi produzido pelo senhor. Na verdade, esse relatório faz referência...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Faz referência...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... a períodos nos quais o senhor tinha função estratégica dentro da Abin.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É, eu retornei do Japão e reassumi minhas funções na Abin como coordenador, na verdade, em julho de 2022. Certo?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Então, eu participei do governo de transição, certo? Isso em dezembro, do grupo de transição do Governo. Isso em dezembro, certo? Depois permaneci lá dois meses. Efetivamente, durante a minha gestão, foram produzidos relatórios de inteligência com algum teor desse tipo que foram encaminhados para cá. Só que eu os encaminhei em janeiro. Então, assim, eu não tenho de cabeça efetivamente os dados desse relatório. O que eu posso lhe garantir... E a questão, em relação à difusão, se a Abin – não fui eu que encaminhei, foi a nova direção da Abin –, mas no relatório de inteligência há um campo chamado difusão. E nesse campo – eu não sei, daqui eu não lembro, eu não vi esse relatório – há ali, nesse campo difusão, todos os órgãos aos quais esse documento foi encaminhado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A minha pergunta para o senhor é a seguinte. Porque, de fato aqui, é um levantamento. Eu digo um relatório porque é um conjunto de dados que a Abin...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... entrega à CPI. Mas ela não encaminha, por exemplo, esses relatórios, de uma forma individualizada, que foram encaminhados aos órgãos. Por isso, na verdade, o meu questionamento.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ah, sim. Então, eu solicitaria que a senhora solicitasse isso à Direção da Abin, que ela pode informar à senhora individualmente a difusão de cada relatório desses.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas eu pergunto ao senhor...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... quando, na verdade, se faz um levantamento e chega, por exemplo, a informações claras, digamos, de possível participação em atos ou manifestações ou até de financiamento. Qual é a prática usual que se ocorre pela Abin?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – A prática usual é encaminhar esses relatórios àqueles parceiros do sistema brasileiro que tenham alguma área de atuação relativa ao conteúdo daqueles relatórios.

Então, normalmente, se encaminha, se houver algum indício de crime, ao Ministério da Justiça ou à Polícia Federal ou, eventualmente, até algum parceiro local aqui do Distrito Federal, se for o caso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No caso da Abin, especificamente, eu vi, inclusive, na própria função e nas prerrogativas próprias da Abin, ela acaba, às vezes, tendo acesso direto ao Presidente da República, muito embora, do ponto de vista do organograma, ela estivesse lá ligada, por exemplo, ao GSI. Esse direcionamento direto à Presidência da República também era uma prática usual de fazer esse encaminhamento?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, não é uma prática usual. A Abin, pelo menos na época em que eu estava lá, era subordinada, e durante um bom período foi, ao Gabinete de Segurança Institucional, certo? Então, não era uma prática usual relatórios serem encaminhados direto à Presidência da República.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas, em algum momento, isso chegou a ser encaminhado?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não posso informar à senhora. Quem detém essa informação é, possivelmente, o Ministro-Chefe da Casa Civil ou a quem a Abin estiver sendo subordinada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – De acordo com o art. 1º, a própria lei – que é a lei que estabelece, na verdade, as questões próprias da Abin – fala exatamente isso. Ou seja, a Direção-Geral da Abin pode, na verdade, subsidiar ou deve subsidiar o Presidente da República de forma direta para que possa atuar em torno de atos que venham, sobretudo, contra o Estado brasileiro. Que venham, na verdade, degradar ou atingir o Estado brasileiro.

E aí, nesse sentido, Sr. Saulo, eu quero fazer aqui algumas outras colocações. Por exemplo, nesse relatório que nós recebemos...

E aí, Presidente, eu queria até colocar no cuidado aqui o documento, que está em cima da minha mesa. Espero que a gente não tenha fotógrafos aqui atrás para fotografar e, de repente, dizer que eu vazei dados, não é?

Sr. Saulo, a Abin conseguiu monitorar diversas empresas com caminhões registrados em seu próprio nome e que participaram das manifestações antidemocráticas do Governo anterior,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialmente em novembro e dezembro de 2022 e ainda no ato do 8 de janeiro, agora no mês de janeiro de 2023.

Há apuração da participação de empresas como, por exemplo, a Sipal Indústria e Comércio, com pelo menos dez caminhões. Pessoas físicas vinculadas à Sipal também foram investigadas, ou melhor, foram investigadas e citadas, inclusive, nesse relatório da Abin, sendo informado que a Argino Bedin, por exemplo, participou com cinco caminhões e depois um outro membro da família Bedin com mais três caminhões.

Ainda há menção, por exemplo, de produção de informes de inteligência de pessoas ligadas a empresas do agronegócio, como, por exemplo, a Agritech, a Meta Comércio de Produtos Agrícolas, a Eucateca, enfim, são empresas que constam tanto na investigação, por exemplo, da Polícia Civil de Brasília, quanto na investigação da Polícia Federal e também no Supremo Tribunal Federal.

Deste volume, na verdade, de 272 caminhões que foram identificados, em quase todos, inclusive, oriundos do Mato Grosso, Goiás, Bahia e Pará, havia características de serem de propriedade de grupos empresariais e não especificamente de caminhoneiros autônomos, mas que eram ligados, na verdade, a esse volume de empresários.

Eu pedi aqui, inclusive, Presidente, para fazer um levantamento dessas empresas. Veja, conforme a ANTT, entre 7 e 8 de janeiro, chegaram a Brasília mais de 130 ônibus com aproximadamente 5 mil passageiros, algo que foi, inclusive, pelo relatório, detectado pela Abin.

Há a identificação de 4 mil passageiros, 105 ônibus, além de, pelo menos, 50 outros indivíduos associados a grupos que incentivavam os atos antidemocráticos. E uma coisa interessante é que a Abin usa, de forma muito clara, o termo extremistas, radicais extremistas. E suas respectivas lideranças e a identificação eram ligadas a esses movimentos de extrema-direita e movimentos violentos. As empresas investigadas somam, hoje, 430 milhões em faturamento anual e elas participam de um conglomerado econômico que significa, Deputado Rogério, R$10 bilhões em faturamento estimado. Por exemplo, citam-se grupos relevantes, dentre eles a Sipal e o Grupo Bedin, ou seja, todo esse volume de empresas foi detectado pela Abin e, neste caso específico, o senhor estava como adjunto da Abin, assumindo a função de Diretor-Geral, porque era um momento em que não havia uma definição clara acerca disso.

Nesse conjunto de empresas que eu acabo de citar e nesse volume de informações que tem vários detalhes que eu não posso citar por força de uma decisão de sigilo, desses relatórios especificamente dessas empresas, vocês fizeram encaminhamento para quais órgãos especificamente?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Senadora, como eu disse para a senhora, eu não lembro de cabeça para quais órgãos foram encaminhados, certo? Agora, eu posso lhe dizer...

Ele está na íntegra aí, esse relatório? Não está, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Está.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não tive acesso a ...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Está. Como eu estou lhe falando, o relatório que nós recebemos... O relatório que nós recebemos, na verdade, da Abin, é este relatório que está sobre a minha mesa. Ele faz um apanhado geral de outros pequenos relatórios que, na verdade, de forma anexa... Não estão todos, eu acredito que não estão todos aqui...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Então, como eu disse para a senhora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... e que, na verdade, foram feitos e levantados no período em que o senhor era Diretor Adjunto.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, sem dúvidas. Quanto a isso, não há dúvidas.

Mas, como eu disse para a senhora, eu não posso lembrar de cabeça exatamente qual foi a difusão desses relatórios.

O que eu quero ressaltar é que esses relatórios são técnicos, certo? O Diretor da Abin, obviamente, aprova o relatório e difunde os relatórios. Agora, eles passam por um processamento da área técnica, que checa dados oriundos de operações de inteligência, oriundos de fontes abertas. E, normalmente, esses relatórios são encaminhados, como eu disse para a senhora, para aqueles órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência que têm áreas de atuação referentes ao tema, certo?

Então, de cabeça, eu realmente não sei. Tenho certeza de que, se for solicitada à Agência Brasileira de Inteligência a difusão desses relatórios, ela vai fornecer para a senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Agora, Sr. Saulo, veja, eu concordo que o senhor, na verdade, possa não lembrar de forma pormenorizada, mas a gente não está falando de uma coisa pequena, nós estamos falando de uma informação, de um dado muito robusto; quer dizer, a gente está falando de um volume de empresas muito grande.

Por exemplo, eu vou aqui a mais uma pergunta para o senhor: entre os dias 8 e 9 de janeiro, houve, pelo menos, três ataques a torres de transmissão de energia – uma no Pará e duas em Rondônia. Em 12 de janeiro de 2023, houve tentativa de sabotagem em torres de transmissão em Rio das Pedras, em São Paulo. Em 10 de janeiro de 2023, uma mochila suspeita de conter explosivos foi encontrada em Feira de Santana, na Bahia, em um viaduto. Em 11 de janeiro de 2023, foi achado um artefato explosivo próximo à rodoviária do Plano Piloto, em Brasília. Quer dizer, não é uma informação de pequeno porte que possa passar despercebida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas informações também o senhor não lembra para quais órgãos elas foram encaminhadas para que as devidas providências, de fato, fossem tomadas?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Veja bem, eu não estou dizendo que as informações são de pequeno porte. Elas são importantes, são informações que nós produzimos possivelmente após o 8 de janeiro, obviamente, para auxiliar o processo, inclusive, investigatório...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, repita para mim.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – São informações que nós produzimos, possivelmente, após o 8 de janeiro. Esse relatório deve ter sido posterior a...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, mas o fato aconteceu nesse dia.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, não, eu sei. Eu estou falando da produção do relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, a produção do relatório. É diferente. Esse aqui foi produzido depois.

O que eu estou querendo colocar para o senhor é que nós tivemos, por exemplo, sabotagem.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Nós tivemos tentativa de ataques a torres de transmissão naquele período.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, sim, sim, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E, naquele período, naturalmente, a Abin, que é a Agência Brasileira de Inteligência, deveria ter, minimamente, as informações para impedir que isso ocorresse.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, nós não tínhamos essas informações, senão os ataques, obviamente, não teriam ocorrido.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, vocês poderiam ter a informação...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Mas não tínhamos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... e não terem tomado as providências para impedir. É diferente.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, absolutamente.

Se nós soubéssemos desses ataques, com certeza, eles seriam encaminhados às autoridades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, o senhor está me dizendo que, neste momento, a Abin não tinha relatórios...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Neste momento dos ataques, ainda não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... desses ataques.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vocês, então, não conseguiram receber, no volume de informações que vocês tinham...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... qualquer tipo de ataque à torre de transmissão.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Isso foi processado posteriormente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso... Ou seja, no dia 31 de outubro de 2022, logo após o processo eleitoral, onde nós tivemos uma série de ataques e tentativas de sabotagem em torres de transmissão, o senhor está me assegurando que, naquele momento, a Abin, possivelmente, não teria a informação também?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Estou lhe assegurando possivelmente, porque eu não estava à frente da Abin em 31 de outubro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No dia 8 de janeiro.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – No dia 8 de janeiro, nós estávamos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E, nesse 8 de janeiro, o senhor não tinha a informação?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sobre o quê?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sobre os ataques e os fatos que ocorreram naquele período. Mais uma vez, em 11 de janeiro, que foi, aliás, um pouquinho mais depois, foi encontrado artefato explosivo próximo à Rodoviária do Plano Piloto, em Brasília.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Esse... Por isso que eu estou perguntando a data para a senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Onze de janeiro.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Onze de janeiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Já foi no período em que o senhor estava à frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, no meu período.

Esse relatório foi produzido posteriormente aos atos de 8 de janeiro. Possivelmente, eu lhe digo, a motivação dele foi, inclusive, fazer uma associação entre os atos do 8 de janeiro e os atos que o antecederam, certo? Então, há um processamento histórico, e o processamento está aí, certo? Eu não sei de detalhes técnicos desse relatório, eu não posso aqui me aprofundar, certo? Mas o que eu garanto à senhora é que, se a Agência Brasileira de Inteligência chegou à conclusão de que há um encadeamento entre os fatos e colocou no relatório, esse relatório foi encaminhado às autoridades decisórias, certo?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente... Sr. Saulo, eu vou fazer aqui mais uma pergunta acerca... aí mais voltada para o dia 8 de janeiro.

Por exemplo, consta também, nos relatórios, claramente, que houve, existiu a atuação de CACs, que são profissionais – caçador, atirador e colecionador de armas –, nos eventos relacionados aos atos antidemocráticos e vários outros envolvidos, pessoas, inclusive, com porte, com posse de armas, todos eles, inclusive, aqui catalogados e claramente apresentados, inclusive com a possibilidade de terem, por exemplo, armamento.

Nós ouvimos aqui, Sr. Saulo, o Sr. George Washington, que foi o terrorista da bomba, e ele veio com um arsenal, na verdade, de guerra. Ele colocou, inclusive, as informações que nós temos aqui...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... é de que havia, para além do George Washington, várias outras pessoas com um arsenal, de fato, muito grande de armas. Na investigação da Abin, fica muito claro que havia uma busca de pessoas que tinham acesso a armas para participarem desses atos antidemocráticos. Vocês não conseguiram detectar isso em tempo hábil para que tomassem e informassem os outros órgãos de execução, para que as medidas, de fato, fossem tomadas e evitassem que isso ocorresse?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Senadora, no dia 8... Entre o dia 2 de janeiro e o final da madrugada do dia 8 de janeiro, a Abin produziu 33 alertas de inteligência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Do dia?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone*.) – De que dia?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Do dia 6 de janeiro... Do dia 2 de janeiro até o final do dia 8. Até o final do dia 8, a Abin...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Produziu dois ao dia 8?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Foi isso, produziu isso, 33 alertas de inteligência, que não são relatórios. Eu queria...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – .. até fazer...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Uma diferença.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... uma diferença conceitual.

O relatório de inteligência é um documento estratégico. Então, ele é um documento que passa por um processamento, ele demora um tempo para ser produzido. Nós, efetivamente, entre o dia... Nós tínhamos... Nem foi a minha gestão; a gestão anterior entregou um relatório ao governo de transição, falando sobre a presença – se eu não me engano, eu não posso entrar em detalhes aqui sobre ele, esse relatório foi encaminhado para a Comissão – de atores extremistas nos movimentos que estavam sendo feitos em frente aos quartéis e ao QG.

Esse é um relatório bastante extenso, ele traz nomes, ele foi encaminhado ao governo de transição e foi encaminhado também ao Gabinete de Segurança Institucional.

Entre o dia 2, no qual eu assumi, e o dia 8, nós efetivamente não produzimos relatórios de inteligência. Não havia, naquele momento... Nós não tínhamos nem capacidade. Nós estávamos chegando e nós não tínhamos nem capacidade de produzir documentos estratégicos. O que nós produzimos? Um outro instrumento de inteligência, que se chama alertas de inteligência. O que é um alerta de inteligência? Um alerta de inteligência é uma informação que é, sim, processada, ou seja, ela chega por uma das fontes que a Abin tem ou um dos meios de que a Abin dispõe e ela passa por processamento, ela passa por uma primeira análise. Nesses alertas, que, inclusive, já foram disponibilizados à CPMI, se eu não me engano, nós falamos ali que houve detecção de estímulo a invasões e ocupação de prédios, nós falamos, no próprio dia 8, sobre a presença de pessoas que diziam estar armadas e posteriormente, num dos documentos que possivelmente também foram encaminhados para cá, nós apresentamos a identificação de algumas dessas pessoas. Então, em tempo, eu diria, real, a Abin produziu esses alertas. Necessariamente nesses alertas, nós, pelo menos nos alertas processados, não identificamos imediatamente indivíduos ali. Isso é uma questão também de polícia. Eu quero lembrar também que a nossa inteligência estava acompanhando esse evento do ponto de vista da proteção das instituições democráticas de direito. Havia... A operação do dia 8 estava a cargo da Secretaria de Segurança Pública, que dispõe de uma inteligência própria, para a qual nós estávamos encaminhando informações também praticamente em tempo real.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo. Antes de chegar a esses alertas, Sr. Saulo, que é agora o ponto que vou seguir, eu ainda quero finalizar sobre essa questão desses dados que nós recebemos aqui da Abin.

Veja, nos documentos que foram encaminhados pela Agência Nacional de Transportes, ela informou à Abin que teria identificado, em seu sistema, diversos ônibus fretados com passagem por Brasília no período da convocação dos atos antidemocráticos que circulava nas redes, o que indicava a possibilidade da chegada de manifestantes no Distrito Federal.

No dia 6, às 17h, se identificaram 43 ônibus, que chegaram com 1.622 passageiros; no dia 7, se identificaram mais 105 ônibus, com 3.951 passageiros; depois informou mais 39 ônibus, com mais de 1,3 mil passageiros, que teriam chegado à área do SMU; no dia 8, às 10h30, informou ter identificado mais 133 ônibus, com 5.021 passageiros, ou seja, um volume de fato significativo de ônibus e de pessoas, usando aí a nomenclatura do Coaf, uma movimentação muito atípica, o volume de fato de veículos que vieram até aqui.

O senhor disse que nesse período não foi construído de fato um relatório. Os alertas em relação a esse volume, por exemplo, de ônibus e de passageiros, se deram em que grau? Em que grau de adesão, em que grau de gravidade? Nesse volume, de fato, de 33 relatórios.

E ainda, somando a isso, veja bem. Para o ato Tomada do Povo no Brasil, observaram-se, depois dessa quantidade de ônibus, outros novos ônibus que foram fretados de estados, com o objetivo de transportar manifestantes para o ato Tomada do Poder. E a ideia, como ocorreu, seria a invasão do Congresso Nacional, ou seja, havia claramente, como eu disse, uma movimentação atípica, com um grande número de veículos e com um grande número de manifestantes. Não foi qualquer movimentozinho.

Nesse grau de criticidade, nesses alertas, neste momento, do dia 6, do dia 3, porque o senhor disse que os alertas vieram do dia 2 ao dia 8. Eu digo do dia 2, do dia 3, do dia 4, neste momento inicial, esse grau de alerta era de que nível? Era de um nível baixo? Porque, de fato, a movimentação não era baixa, a movimentação era muito alta.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Exatamente.

Até o dia 4, mais ou menos, as informações que nós tínhamos eram de que a manifestação teria... O ato, vamos dizer assim, porque depois ele se transformou num evento extremista, teria baixa adesão. Nós estávamos recebendo, quero ressaltar, informações apenas da ANTT. A Abin, estou falando pela Abin...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Hã-hã.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não sei se a ANTT estava encaminhando essas informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pelo resultado da Abin, pelo relatório da Abin, a ANTT encaminhou para a Abin.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Isso, para a Abin. Só que a ANTT pode ter encaminhado também para outros órgãos, eu não sei se só para a Abin.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Entendi, entendi.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Isso está nos alertas. Se eu não me engano, no dia 5, nós tínhamos cerca de 43 ônibus, informados pela ANTT.

A Polícia Rodoviária Federal não estava nos informando de nenhuma movimentação atípica, nós não recebemos nenhuma informação da Polícia Rodoviária Federal nesse período, apenas da ANTT.

Quarenta e três ônibus são, efetivamente, um contingente grande, mas não um contingente imenso, vamos dizer assim. Nós percebemos, no entanto, do dia 6 para o dia 7, esse incremento foi para 105 ônibus. E nós informamos, nós fizemos um alerta, já no dia 7, desse incremento. Esse alerta foi encaminhado para o Ministério da Justiça, para a Dint, foi encaminhado para o CIE, foi encaminhado para o Centro de Inteligência da Marinha, foi encaminhado para a Assessoria de Inteligência de Defesa, foi encaminhado para a Secretaria de Segurança Pública.

O que nós tínhamos, efetivamente? Uma informação... E eu estou tratando desses dados aqui porque eles estão nos alertas, nós falamos da questão do sigilo. Os alertas já são públicos, certo? Por isso que eu estou tratando desses dados...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Tá.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... aqui, descendo a esse nível de detalhamento. Os alertas foram publicizados.

Então, no dia 7, efetivamente, do ponto de vista de inteligência, você já tem um aumento significativo desse número de ônibus. O que nós não tínhamos ainda era efetivamente – eu vou usar um adjetivo – a qualidade desses passageiros, ou seja, se havia ali entre eles, já imiscuído, algum extremista, alguém portando arma etc. Essa informação nós não tínhamos. Mas nós informamos, sim, um incremento, uma atividade não usual na chegada para Brasília, ou seja, no dia, na tarde do dia 7, eu já diria para a senhora, os órgãos de segurança do GDF e alguns órgãos do Governo Federal já tinham, sim, uma ideia de que nós teríamos uma manifestação, pelo menos uma manifestação com grande participação de pessoas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso já no dia 7. Mas vamos entrar nos alertas, só...

É minha última pergunta, sobre a questão dos relatórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mês, ainda, por exemplo, no Governo anterior, em que o senhor esteve como secretário, como responsável pela parte de relação institucional, se não me foge à memória, de comunicação, o senhor tem conhecimento, por exemplo, do envio desses relatórios, da mesma forma que enviam para alguns órgãos, também do envio direto para o Presidente da República?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não tenho conhecimento. Não posso afirmar isso para a senhora, certo?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor não tem conhecimento.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – O único relatório de que eu tomei conhecimento, assim mesmo do Governo anterior, assim mesmo, porque eu fazia parte do grupo de transição, foi um relatório enviado em 27 de dezembro, ainda com foco, também, na posse do Presidente – eu acho que esse relatório foi encaminhado para cá também –, em que nós falamos, em que a Abin fala sobre a presença de alguns atores extremistas entre ali os manifestantes.

A Abin não afirma que são todos, obviamente, extremistas, mas ela identifica ali alguns atores com passados extremistas, com um histórico, já, de violência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E esse relatório foi encaminhado para quais autoridades? O senhor se recorda?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu só posso dizer... Eu só tomei conhecimento desse relatório, porque ele foi encaminhado para o grupo de transição do Governo. Eu não sei qual foi a outra difusão, se houve outra difusão dele, certo?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

Eu vou seguir, agora, em relação aos alertas e eu lamento muito, Sr. Saulo, que o senhor não possa ter respondido, e aí me fica muito claro que não respondeu não por causa, especificamente, do sigilo profissional, mas porque não tinha lembrança de algumas informações. E é sempre bom destacar que, quando a gente faz uma convocação, você tem um tempo hábil para isso. Você tem um prazo em que as pessoas possam, na verdade, se municiar desses dados, até para ajudar os trabalhos do relatório.

Vamos, então, agora, aqui, seguir, especificamente, porque, ao que me parece – não sei se estou errada; se estiver, o Deputado Ramagem pode falar depois –, é o ponto específico acerca dessa diferença de relatórios que chegaram tanto na Ccai quanto também em resposta a um pedido da Procuradoria-Geral da República.

Eu assisti ao depoimento do G. Dias na Câmara dos Deputados e eu quero, na verdade, fazer aqui uma referência à fala que ele diz quando questionado sobre a adulteração dos dois relatórios que foram produzidos. Você tem um relatório que foi produzido pela Ccai, que foi apresentado, inclusive,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respondendo a um Parlamentar, e você tem um segundo relatório, que foi apresentado pela PGR. Eu tenho, na verdade... Que foi respondido, na verdade, à PGR. O Moretti responde ao segundo relatório e o primeiro relatório é respondido pelo senhor. Eu estou aqui com os dois. Eu falo relatório, mas, na verdade, são esses alertas, que são apresentados, como você já fez a apresentação da divisão, da diferença.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É, exatamente. É. Eles não são relatórios. Eles são alertas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Exato. Estou citando como relatório apenas por uma questão de nomenclatura, mas, de fato, é um compilado, na verdade, de alertas que são apresentados nesses dois relatórios.

O G. Dias afirma, por exemplo, no requerimento: "Não adulterei, nem fraudei nenhum documento. Os dois documentos são iguais, só diferem na informação a respeito da difusão. Colocaram o GSI no documento como destinatário das mensagens de alerta, mas eu nunca participei de grupo de WhatsApp."

A minha pergunta para o senhor é clara: o senhor adulterou o relatório da Abin sobre os alertas que foram enviados pra cá, para o Congresso Nacional?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, eu não adulterei.

Eu fiz os dois relatórios. Eu fiz o primeiro, uma planilha que continha os alertas encaminhados pela Abin a grupos e continha ali também os alertas encaminhados por mim pessoalmente, pelo meu telefone, para o Ministro-Chefe do GSI. Certo?

Eu entreguei essa planilha ao ministro e o ministro determinou que fosse retirado o nome dele dali porque ele não era o destinatário oficial daquelas mensagens, que ali fossem mantidas apenas as mensagens encaminhadas para os grupos de WhatsApp.

Ele determinou que fosse feito, eu obedeci a ordem.

Nós temos o art. 9º-A, da Lei da Abin, que deixa claro que quem determina as informações que serão encaminhadas às autoridades competentes é o Ministro-Chefe do GSI.

Eu peguei essa primeira planilha e mandei arquivar na Abin para se houvesse necessidade de consulta futura. Certo?

Essa primeira planilha ficou arquivada na Agência Brasileira de Inteligência.

Portanto, a primeira planilha incluía os alertas encaminhados aos grupos de mensagem da Abin e também todos aqueles alertas que eu encaminhei do meu telefone pessoal para o ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou seja, o senhor está dizendo que o senhor, então, adulterou a pedido do G. Dias.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não adulterei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Por favor, colegas.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não adulterei, refuto isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor retirou uma informação...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Por ordem do Ministro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou seja, o senhor atendeu...

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, colegas, por favor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senhores, senhores, nós estamos ouvindo aqui a inquirição da Relatora. Ela está fazendo uma inquirição, a meu ver, inclusive, importantíssima!

Então, eu peço silêncio porque penso que estamos vivendo aqui um dos momentos importantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Está se fazendo aqui um requerimento objetivo, inteligente e muito pertinente.

Eu peço a todos aí que ouçamos com atenção!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou seja, o senhor retirou o envio ao Ministro G. Dias a pedido dele, ou seja, o senhor atendeu a uma ordem absurda do Ministro do GSI?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não diria que a ordem é absurda, eu diria que eu segui uma ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas é uma ordem absurda...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – A ordem não é ilegal porque o art. 9º-A diz que é ele quem determina quais informações serão encaminhadas.

Não houve, da minha parte, nenhum interesse em esconder informação, tanto que eu apresentei a informação ao ministro. Certo? Cabe ao ministro decidir se ele encaminha ou não aquela informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não... Da parte da Agência Brasileira de Inteligência, não houve nenhuma iniciativa em esconder que o ministro recebeu informações, e ele recebeu essas informações de mim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Quando ele fez essa solicitação ao senhor, e o senhor seguiu a ordem absurda... É bom lembrar que o senhor também tem responsabilidade sobre isso, o senhor atendeu a um pedido de uma ilegalidade, o senhor retirou, na verdade, um dado e não apresentou no relatório que foi enviado à Cecap, então, há uma responsabilidade compartilhada por ter atendido a uma ordem absurda, que fique isso claro. Isso está claro no processo legal que trata da administração pública.

A minha pergunta para o senhor: para além do Ministro do GSI, outras pessoas tiveram conhecimento de que o senhor havia enviado, do seu aparelho celular, próprio, para o aparelho celular do Ministro, os informes e os alertas acerca dos atos do dia 8?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu acredito que várias pessoas da minha equipe sabem disso.

De qualquer maneira, os registros dessas mensagens podem ser solicitados pelas autoridades competentes.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Saulo, o senhor disse que o outro é assinado pelo Moretti, mas foi o senhor que fez?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (*Fora do microfone*.) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou seja, o senhor está dizendo que ele apenas assinou, mas a produção foi sua?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso me dá uma informação importante? É isso?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

Como eu disse, a primeira planilha foi arquivada. Foi feita uma nova solicitação – Ministro diferente, para o novo Ministro –, e o novo Ministro decidiu encaminhar a planilha, a primeira planilha.

E aí já é o Moretti que encaminha, não sou mais eu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas a segunda planilha, essa segunda planilha... Por que é que eu faço essa pergunta de forma clara?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Essa segunda planilha também foi produzida pelo senhor nos moldes em que foi encaminhado à PGR?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Essa segunda planilha é a primeira planilha que eu apresentei ao Ministro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, perfeito.

Ela é a primeira planilha com algumas pequenas alterações, que aí é um ponto central que eu quero discutir com o senhor.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, ela inclui as mensagens encaminhadas ao Ministro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Perfeito.

Eu percebo que na primeira planilha, quando o senhor... Por exemplo, na planilha que o senhor envia para a Cecap, o senhor...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Cecap?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É, para a Ccai, desculpa; Ccai, que é a Comissão do Congresso Nacional.

... o senhor, na verdade, faz uma referência ao Ciisp/DF.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No mesmo documento, o segundo – em que, de fato, vem o mesmo conteúdo –, o senhor substitui o Ciisp/DF pelo Ministro do GSI.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, é que tem algumas mensagens que foram encaminhadas para os dois.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, por que o senhor retirou de um e colocou no outro?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Bom, isso pode ser algum erro técnico, mas, com certeza, algumas mensagens foram... aliás, algumas não, várias mensagens que foram encaminhadas para o Ciisp também foram encaminhadas para o Ministro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O Ciisp/DF, ele foi... ele já havia instalado com antecedência, não é isso?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ele foi instalado no dia 7.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Perfeito.

Se ele foi instalado no dia 7... porque há uma diferença. Por exemplo, em um dos relatórios, você faz referência ao Ciisp/DF. No outro relatório, você fala Ciisp/DF Manifestações.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É. É o mesmo grupo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Aí, um detalhe... É o mesmo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É o mesmo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Se é o mesmo, por que, então... E ele foi criado no dia 7?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ele foi criado no dia... Eu não sei se ele foi criado no dia 7. Eu fui incluído nele dia 7.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ele foi criado no dia 7, porque aqui no documento consta. Ele diz o seguinte: o grupo Célula Integrada de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal foi recriado no dia 7.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ele foi criado no dia 7, está entre parênteses, "(Ciisp/DF Manifestações), com participação de representantes dos seguintes órgãos", aí ele pega tanto órgão estadual quanto órgão federal.

À época, a Célula de Inteligência era chefiada pela Delegacia da Polícia Federal aqui, do DF; ou seja...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, pela Delegada de Polícia Federal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Perdão, Delegada de Polícia Federal, mas estava no nível estadual.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Essa célula é da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Perfeito.

Se ele foi criado no dia 7, por que você tem alerta para este mesmo Ciisp no dia 6?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Pode ter sido um erro material – pode ter sido o mesmo material.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No dia 6, você tem o Ciisp/DF recebendo alerta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Pode ter sido um erro material.

Agora, isso tudo, todos esses alertas estão no grupo do Ciisp/DF. Estão lá, estão registrados.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Que vieram pelo seu levantamento a partir do dia 3?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Isso... Não, não! Entre o dia 3...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Entre o dia 2 e o dia 9.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Entre o dia 2 e a criação do Ciisp/DF, não foram enviados, obviamente, não foram enviados relatórios para ele. Pode ter havido um erro material.

Entre o dia 2 e a criação desse grupo, a Abin estava encaminhando esses informes para um grupo que assim se condicionou chamar Consisbin, mas não é um grupo que envolve todo o Consisbin. Esse grupo envolve a Assessoria de Inteligência de Defesa, os três centros militares, a Dint/Seopi, que naquela época ainda existia – eu acho que foi extinta...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Você fala do Consisbin...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É, exatamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... o Conselho, o Conselho do Sisbin?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É apenas o nome do grupo. Eu já peguei esse grupo criado. Ele tinha esse nome Consisbin, certo? Mas ele não envolve todos os órgãos do Consisbin, certo?

E para o GSI, depois nós... Pelo que eu entendi, foi feito um novo levantamento. Inclusive o GSI também estava nesse primeiro grupo, não o Ministro, mas o GSI.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

Esse erro material que o senhor diz, que pode ter sido um erro formal, um erro material, mas é algo que diz muito, mas diz muito mesmo, porque você tem um anúncio que vem no dia 6, você teve um dia inteiro para você poder fazer todo um planejamento e uma organização, entender a gravidade de fato da manifestação, para poder seguir, por exemplo, o plano escudo e para outras ações que teriam sido vitais se fossem de fato planejadas para termos de fato uma contenção desses manifestantes. Ela está na segunda página aqui...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Só para esclarecimento... Na segunda página?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A data do dia 6 está na segunda página do documento, que foi o primeiro feito pelo senhor ao G. Dias.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Efetivamente, deve ter sido um erro material, certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa planilha não foi... Ela foi mandada fazer por mim. A parte do Ministro fui eu que pedi para incluir. Mas eu pedi para minha equipe fazer esse levantamento. É possível que tenha havido um erro material.

Agora, há um registro lá no Ciisp de todas as informações encaminhadas pela agência. De qualquer maneira, ainda que não existisse o Ciisp, a Abin estava encaminhando para uma série de órgãos essas informações. Não havia omissão da Abin.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor pode citar?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, Assessoria de Inteligência...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Todos esses... Isso.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Assessoria de Inteligência do Ministério da Defesa; Centro de Inteligência do Exército; Centro de Inteligência da Marinha; Centro de Inteligência da Aeronáutica; Dint (Diretoria de Inteligência), da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Esse acompanhamento você enviou, mas tem uma confirmação de que ele recebeu esse documento, esses alertas ou é só aquela confirmaçãozinha lá pelo WhatsApp?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Nesse momento... Isso é uma outra questão também que... Eu posso aproveitar a sua pergunta para falar do WhatsApp?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Claro, claro.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Que foi questionado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Antes de falar do WhatsApp, eu queria só que o senhor me desse qual seria essa confirmação, mas pode entrar no WhatsApp...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, é isso, só tem essa confirmação do WhatsApp, ou seja...

Agora, esses órgãos indicaram para a Agência Brasileira de Inteligência pessoas responsáveis. Eu não sei quem são, porque não tive acesso a essa lista, mas me parece também que a Agência Brasileira de Inteligência encaminhou pra cá quem eram os integrantes desse grupo, quais eram os números de telefone.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sim, sim, temos.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não tive acesso a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isto eu queria também deixar claro: a partir do momento que eu deixei de ser Diretor da Abin, eu paro de ter acesso à documentação que a Abin encaminhou pra cá. Eu não tenho mais... A senhora falou dos relatórios. Eu não tenho mais acesso a esses relatórios. Eu passo a ser um servidor comum, certo?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Então, inclusive, os outros documentos que foram encaminhados pra cá não me foram comunicados, não teriam por que sê-lo.

A questão do WhatsApp, ao chegarmos lá, já havia essa prática. Ela foi utilizada inclusive na posse do Presidente.

Não vou entrar no mérito do uso do WhatsApp. Obviamente não é uma ferramenta ideal, mas era o que tínhamos.

E, numa situação tática operacional...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone*.) – É praxe hoje?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É praxe. Não deveria... Eu digo assim: num mundo ideal, todas as agências envolvidas aí – são mais de 20 agências...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É... O Senador está me corrigindo ali: 48 agências estavam nos grupos. São do Distrito Federal; agências aqui da Casa, da Polícia da Casa; da polícia da... Ou seja... Do Supremo, do Supremo Federal...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone*.) – TSE.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – TSE. Ou seja, nós tínhamos ali agências de todos os tipos, que são diferentes, têm diferentes doutrinas de inteligência e não compartilham nenhuma ferramenta de comunicação que seja – eu digo aí comunicação sigilosa – que seja comum. Então, fica impraticável, num evento tático desse, para a gente... Era o que tínhamos naquele momento.

E, como eu brinco, numa situação que evolui rapidamente, um sinal de fumaça é um sinal de inteligência. Então, as mensagens de WhatsApp foram encaminhadas porque era a ferramenta que nós tínhamos e elas não têm menor valor por isso, pelo menos na visão da nossa doutrina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vamos falar então, agora, do WhatsApp.

O WhatsApp, Sr. Saulo, é uma empresa, ou melhor, é um aplicativo de uma empresa estrangeira e privada. Veja... Eu, sinceramente, eu acho meio que surreal até você pegar todo um serviço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inteligência do Estado brasileiro e colocar isso através de uma comunicação de um aplicativo de uma empresa privada estrangeira. Quer dizer... O senhor não acha que isso é um absurdo, não?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Concordo plenamente com a senhora, mas eu quero ressaltar o seguinte: os relatórios de inteligência, que são documentos efetivamente classificados, jamais serão encaminhados por WhatsApp. Jamais! Certo? O WhatsApp é utilizado para o que nós falamos: fazer alertas em tempo real. Eles não trazem ali nenhuma informação estratégica classificada, certo? Para transmissão dos relatórios de inteligência, o Sistema Brasileiro de Inteligência dispõe das suas ferramentas, uma ferramenta criptografada ponta a ponta, com...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Qual é essa ferramenta?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É a plataforma criptográfica portátil do Sistema Brasileiro de Inteligência. Então, todo membro do Sistema Brasileiro de Inteligência dispõe de uma plataforma dessa, de um correio... O algoritmo é de Estado, o algoritmo é brasileiro, desenvolvido no Centro de Pesquisas para a Segurança das Comunicações, e essa é a plataforma que é utilizada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas tem um nome próprio? (*Fora do microfone.*)

Ela tem um nome próprio essa plataforma?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – A gente chama de Correio Sisbin.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pronto, Correio Sisbin.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Correio Sisbin.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas o Correio Sisbin, a informação que eu tenho é que ele foi desativado algum tempo atrás.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, o Correio Sisbin não está desativado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não está desativado?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas nós temos, na verdade, as informações de que o Correio Sisbin foi desativado... Inclusive, eu queria até pedir que a minha assessoria pegasse mesmo o documento sigiloso porque tem um dos depoimentos... Eu gostaria que solicitasse... (*Pausa.*)

Eu tenho uma informação que fala que o Correio Sisbin foi desativado por falta de mão de obra qualificada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não; a senhora deve estar se referindo a uma outra ferramenta que existia, que era o Radar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Tem o Radar...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Existia uma ferramenta...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... tem o Olho Vivo... O Olho Vivo seria um grupo a que alguém também, em uma das sindicâncias do GSI, faz referência na verdade a esse grupo, que eu até fiquei sem entender se seria mais um outro grupo de WhatsApp...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não; não conheço esse grupo Olho Vivo.

Havia uma ferramenta chamada Radar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Mas essa ferramenta – inclusive, foi desativada por dificuldade de manutenção – ela era uma ferramenta para troca de informações entre, basicamente, a cúpula do GSI e a Agência Brasileira de Inteligência e mais alguns...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, o Correio Sisbin não foi desativado.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não; o Correio Sisbin permanece ativo até hoje, as plataformas criptográficas. Só que ele não se presta a esse tipo de informação que nós estávamos tendo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Durante todo o Governo anterior, Sr. Saulo, o processo então de alertas sempre foi via WhatsApp?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Que eu tenha conhecimento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – De alertas...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Dos alertas que eu tenha conhecimento, sim.

O nosso Deputado Ramagem está aqui e talvez ele possa depois esclarecer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Depois ele fala, porque não é...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não acompanhei. Mas, assim, eu acredito, pelo menos eu... No momento em que eu cheguei lá, havia esse sistema. Ele foi, inclusive, utilizado na posse do Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou seja, a...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Para esse tipo de ferramenta... Me perdoe, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Perfeito.

Voltando...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Para esse tipo de comunicação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Para o tipo de comunicação, então, de alertas era utilizado o WhatsApp. Mas o correio Sisbin nunca foi utilizado para...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... para alertas?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, para alertas não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ele foi utilizado para relatório?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Para relatórios. Ele é um documento. Ele exige, inclusive, alguma técnica, não é? Você tem que criptografar o documento, passar por um canal seguro, tem que ter alguém na outra ponta que faça a decifração. Ele não é um documento, ele não é um meio ágil, certo? Ele é um meio que é utilizado para esse tipo de transmissão de documentos mais estratégicos e basicamente classificados.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sobre a questão... Vou aqui seguir em relação às células de inteligência, até para que a gente possa entender.

Você tem o Ciisp e você tem a célula de inteligência que seria a parte, por exemplo, física do Ciisp. É isso? Seria uma junção presencial de integrantes desses órgãos para que tomassem as medidas fruto, por exemplo, desses alertas?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Essa... A gerência do Ciisp não cabia à Abin, certo? Nós apenas fazíamos parte dela.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu quero só saber da célula de inteligência, de como é que ela funciona.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não tenho conhecimento profundo da célula de inteligência. O que eu sei que aconteceu? Primeiro, foi acordado pela própria Secretaria de Segurança Pública que haveria esse grupo de WhatsApp Ciisp, onde seriam colocados ali os alertas de cada instituição que estava ali – foi lembrado, são 48 instituições. Então, qualquer informação que fosse considerada relevante seria colocada ali para o conhecimento de todos ao mesmo tempo, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a impressão – e isto quem pode esclarecer melhor é a Secretaria de Segurança Pública – que houve também o acionamento físico depois dessa célula, posterior, já no limite dos acontecimentos do dia 8.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas as informações do G. Dias, no depoimento dele na Câmara Legislativa do DF, é de que a parte física, por exemplo, não teria sido efetivada, ao contrário, por exemplo, do que ocorreu para o 1º de janeiro, do que ocorreu para o Sete de Setembro, onde houve todo um planejamento. Porque é meio estranho, por exemplo, você receber alertas tão graves e, de repente, você ficar debatendo apenas isso em nível de WhatsApp...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Por isso é que eu estou falando pra senhora: não posso afirmar se a célula foi ativada fisicamente, não posso afirmar com certeza, porque a gerência dessa célula não era da Abin, era da Secretaria de Segurança Pública.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas o senhor há de convir comigo, até pelo seu conhecimento e a sua experiência, que num cenário dessa natureza o ideal seria, de fato, trabalhar com uma célula presencial, ou seja, um agrupamento de pessoas de forma presencial.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, sem dúvida, certo. Mas isso é uma decisão... Mais uma vez, como eu disse, a operação de segurança não era da Abin; a operação de segurança era do Governo do Distrito Federal. Ele tem as suas ferramentas, ele decide como vai fazer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Saulo, mais uma vez eu... Até porque eu acho que nesta Comissão nós teremos acareações – e eu vou, inclusive, apresentar aqui alguns requerimentos –, porque a gente vai... No decorrer do processo, você vai vendo que há uma incompatibilidade, às vezes, de falas.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Aqueles alertas que foram colocados na célula do Ciisp... Na célula do Ciisp havia representantes da Polícia Militar do DF. Havia representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Federal, da Secretaria de Inteligência, do Ministério da Justiça, todos esses. Agora, eu não tenho conhecimento de que a Abin tenha encaminhado algum alerta direto para a PM. Mas eles foram encaminhados, sim, para a Célula Integrada de Inteligência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Veja, eu tenho um documento aqui, que é assinado por membros, inclusive, aqui da Polícia Militar, que fala claramente que não produziu e nem recebeu – e nem recebeu – esses informes ou relatórios de inteligência que diziam respeito, por exemplo, a risco de insurgências populares no Distrito Federal no período de janeiro de 2023.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Mais uma vez, relatórios de inteligência, realmente, nós não mandamos nenhum. Agora, os nossos alertas foram inseridos na Célula Integrada de Inteligência de Segurança Pública, onde havia representantes da Polícia Militar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Perfeito. Ou seja, a Polícia Militar tinha informação e não agiu.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – A Polícia Militar... Eu não sei se ela tinha informação. A informação estava disponível para a Polícia Militar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas, se o alerta chegou, em tese eles tinham informação.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Mas o alerta chegou, com certeza, à célula de inteligência.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Chegou ao grupo onde estava acertado – isso é bom a gente lembrar –, onde estava acertado, numa reunião entre os órgãos de segurança, combinado que ali seriam depositadas as informações de inteligência da operação. Chegou ali, certo? Então, se a Polícia Militar diz que não recebeu, é porque o servidor que estava lá disse que não recebeu. Agora, todos os órgãos que ali estão teriam obrigação de tomar conhecimento daquelas informações.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Perfeito, muito importante a sua informação, porque é bom lembrar que a Polícia Militar do DF é inclusive mantida por fundo federal. É o fundo constitucional que assegura, na verdade, a eles, que dá a eles, na verdade, as condições de fazer essa proteção de forma mais ostensiva, especialmente aqui na Praça dos Três Poderes.

Sr. Saulo, já partindo aqui para a parte da finalização da nossa oitiva, eu queria que o senhor me desse, de forma pormenorizada, qual foi o horário em que o senhor falou com o G. Dias e deu a ele o alerta sobre a gravidade, o grau, a criticidade das manifestações do 8 de janeiro.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Bom, a senhora diz falar ou se comunicar? Porque nós temos as duas coisas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, tudo bem. Ligar para ele. Quando o senhor deu a informação sobre o grau da criticidade? Porque ele recebeu informações antes – inclusive, ele coloca isso –, mas eu digo do grau de criticidade.

Por que eu pergunto isso – até já colocando aqui para o senhor? O G. Dias fala que chegou a ligar, por exemplo, para o Penteado. O Penteado falou para ele: "Olha, está tudo tranquilo [ele estava em casa com a família]; não, está tudo tranquilo". E ele falou: "Estou indo para aí". Ele falou: "Não precisa vir, não; está tudo tranquilo". Então, ele fica em casa. Depois, ele teria falado com o senhor e o senhor teria mostrado, na verdade, uma inquietude. E ele, então, teria vindo a partir dessa sua colocação.

Pergunto para o senhor: qual horário foi esse?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Bom, eu posso fazer um antecedente só para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Claro.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... a senhora entender a questão da criticidade?

Eu comecei a falar no dia 8 de janeiro com o General G. Dias passar... Não falar, passar informações por ele, para ele, encaminhar as informações que eu recebia, por volta das 8h da manhã, inclusive ressaltando a questão dos 105 ônibus, certo?

Eu repassei para ele todos, mais uma vez, os alertas da Agência Brasileira de Inteligência. Repassei para ele também algumas informações que estavam no grupo da célula integrada de Segurança Pública, que diziam respeito à presença de manifestantes que estavam, inclusive, cobrindo o rosto com máscaras com vinagre, ou seja, se preparando, eventualmente, para uma ação violenta.

Por volta de, no iniciozinho, um pouco antes de a marcha começar o deslocamento, nós já tivemos informações de que havia entre os manifestantes, efetivamente, um chamamento, inclusive estavam fazendo isso num carro de som – há relatórios aí, há fotos –, chamamentos para invasão de prédios, certo? Por volta de uma, uma e alguma coisa. No momento em que a marcha saiu, eu recebo a ligação de um colega responsável pela segurança – eu não vou falar o nome dele aqui, mas depois –, responsável pela segurança de um dos órgãos dos três Poderes, muito preocupado e divido com ele, nesse primeiro momento, as nossas preocupações. E ele, inclusive, me pede para falar com o General G. Dias, eu passo o contato do General G. Dias e ligo para o General G. Dias, por volta de uma e meia, e falo com ele: "General, nós temos a impressão, nós temos já uma certa convicção [e nesse momento a marcha se deslocava, ela não havia rompido ainda nenhuma barreira, ela começava a se deslocar] de que as sedes dos Poderes serão invadidas, ou, pelo menos, haverá uma ação violenta em relação a esses prédios". Isso é por volta de uma e meia da tarde, por aí.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Foi, então, o horário em que o senhor, possivelmente, falou com ele por telefone a última vez?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Por telefone, mas eu fiquei... Não, nesse da eu só falei...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O primeiro contato...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – O primeiro contato por WhatsApp, foram vários...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Por hora de? Por volta de?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – De 8h da manhã. Nós trocamos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas, nesse horário de 8h da manhã, o senhor conversou com ele por telefone ou só deixou a mensagem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, eu só conversei com ele por telefone. Às oito e pouco da manhã, eu sinalizo os 105 ônibus, e ele me responde, dizendo: "Acho que vamos ter problemas".

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Por WhatsApp. Certo?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu continuo encaminhando as mensagens e, por volta de uma e meia, eu falo com o Ministro e passo essa minha preocupação. Já havia, por parte, pelo menos, da Abin, uma certa convicção de que nós poderíamos ter atos extremistas e não seria apenas uma passeata pacífica. E o próprio General reconheceu isso no seu depoimento, se não me engano.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Saulo, o G. Dias fala no depoimento – e ele, na verdade, será ouvido aqui – que ele fez contato, por exemplo, com o Coronel Penteado, que era o número dois... perdão, o General Penteado – estou rebaixando aqui –, o General Penteado, que era o Secretário-Executivo do GSI, ou seja, era o número dois dele e, naquele momento, o Penteado teria dito a ele que estava tranquilo, que ele não precisava vir.

Ele também, por exemplo, fala com o coronel, o General Amorim – que eu coloquei aqui –, o Amorim, que era o chefe de coordenação de análise de risco, e ele também teria dito que era uma baixa gravidade, criticidade baixa. Ele também teria falado com o Feitosa, que é ex-Secretário de Segurança e Coordenação Presidencial, e que também teria passado tranquilidade.

Ao mesmo tempo, por exemplo, nós temos, 11h36 da manhã, o Tenente-Coronel Alex Marcos já sabe, por exemplo, que as manifestações desceriam para a Esplanada. O senhor fala, inclusive, das informações também que o senhor tem. Por exemplo, o Coronel André Garcia aciona o Pelotão de Choque do Batalhão às 11h54. O Gustavo Rosty, é bom lembrar que o Rosty, inclusive, é um dos citados pelo Lawand naquelas conversas que teve com o Mauro Cid, e nessas conversas, o pai, melhor dizendo, o pai do Rosty, é claramente alguém que estimulava, por exemplo, atos golpistas. Mas ele, na verdade, já tinha a informação 12h40, não é? Mas o General só tem a informação da criticidade, segundo ele, através de uma ligação com o senhor, já por volta, já próximo das 2h da tarde, ou seja, em sendo verdade que ele não recebeu as informações por parte deste corpo que estava sob a sua responsabilidade, pode-se pensar, por exemplo, que ele teve uma obstrução de informação, que teve uma sabotagem, que ele não, de fato, tinha conhecimento para que as providências, e aí eu digo especificamente o plano escudo fosse acionado em tempo hábil?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não posso afirmar isso à senhora. O decisor, nesse caso, o General G. Dias, obviamente não estava recebendo informações, eu acredito, só da Agência Brasileira de Inteligência. Eu quero lembrar o seguinte: no grupo Ciisp há um representante do GSI também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas ele ainda está lá, o G. Dias?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, não é o General G. Dias. No grupo Ciisp...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Só um representante?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... há um representante...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No grupo de WhatsApp que não é ele, é uma outra pessoa.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É uma outra pessoa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Que é o Jader.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Exatamente. Ele está... Ou seja, essa pessoa do GSI está recebendo também, pelo grupo Ciisp, todas as informações que a Abin está colocando lá, certo? Isso é importante a gente dizer também.

Agora, eu não posso afirmar por que o General agiu ou deixou de agir, o que ele fez. Isso não cabe a mim afirmar. O que eu posso afirmar é que, se ele recebeu essas informações da sua equipe do GSI, elas divergem das informações da Abin. E eu acho que os fatos comprovam que a Abin estava no caminho correto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O General... O Amorim – na verdade, naquele momento, o Jader estava respondendo pelo Amorim –, quando ele é questionado, inclusive pelo G. Dias, sobre o nível de criticidade, ele fala que é nível laranja. O que é o nível laranja? O senhor pode me explicar? O senhor tem essa informação?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, não tenho essa informação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas eu imagino que laranja está abaixo de vermelho, não é?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – A gente não usa essa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu sei...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – O Palácio tem uma metodologia de avaliação de risco da segurança presidencial que não é compartilhada conosco, que, aliás, são doutrinas diferentes. A gente não usa esse tipo de alerta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu queria até pedir aqui, Presidente, com a permissão de V. Exa., que a gente passasse aqui rapidinho para finalizar a nossa participação. É isso que a gente precisa entender e acho até que a gente precisa chamar aqui – eu acho que a Jandira tem requerimento dessa natureza – o Penteado, o Feitosa, para entender. Quer dizer, você tem um ministro que solicita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informação... E olha só o que nós tínhamos cedo ainda: "A ordem agora é acampar dentro do Congresso, Planalto e STF". A ordem é essa. Essas informações já estavam sendo difundidas – olha, tem o horário ali: 17h01 – dois, três dias antes.

Seguem aí as outras.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, isso aqui está em tudo quanto é grupo, isso aqui não é coisa sigilosa, não. "O Exército quer você aqui".

Então, na verdade, tem várias outras informações que estavam sendo difundidas, e essas informações que foram difundidas, na verdade, mostravam o nível de gravidade, mas, ao mesmo tempo, essas informações não chegaram ao Ministro do GSI.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu ouso interromper, porque V. Exa., no primeiro dia de reunião, disse que era proibido apresentar recurso visual.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, realmente, no primeiro dia...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Eu fui vítima disso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... nós não havíamos definido as regras para a exibição de imagens, de mídia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Não, não foi no primeiro dia, no primeiro dia de sessão...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – De sessão, de sessão.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O Vin Diesel.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas, em seguida, nós lemos aqui um documento...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Fico satisfeito, mas eu não sabia dessa...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... regulamentando a nossa prática. Inclusive, não só a Relatora, mas vários Deputados e Senadores, tanto do Governo quanto da oposição, já usaram desse expediente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Trouxe a algema do escravo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pronto, é verdade. A regra...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – É cada uma em um braço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Mostre a foto do Vin Diesel, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, eu quero, então, finalizar a minha participação aqui, na oitiva com o Sr. Saulo, apenas para tratar...

Eu queria saber se o senhor tem alguma informação, se o senhor teve informações – nós tivemos acesso, inclusive, a sindicâncias, a investigações que estão em curso – acerca de ferramentas que foram utilizadas dentro da Abin e que teria, na verdade, havido um certo desvio de finalidade em relação à interceptação telefônica ou telemática.

O senhor tem informação de que a Abin, em algum tempo, possa ter utilizado instrumentos dessa natureza e que, ao mesmo tempo, também houve e está havendo investigação em torno desse desvio de finalidade?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Não tenho conhecimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Presidente, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senadora Eliziane Gama.

Passo agora a palavra ao primeiro Deputado inscrito, autor de requerimento, Delegado Ramagem.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar aqui o Sr. Saulo, com larga experiência na Agência Brasileira de Inteligência, passou por coordenações, direção e ainda com a representatividade no exterior da nossa inteligência brasileira.

Sr. Saulo, eu devo interrompê-lo quando estiver satisfeito com a resposta em razão de ter que dosar do meu tempo.

O que está claro e evidente é que a Abin cumpriu seu papel institucional de alertas – de avisar de ameaças, ameaças que se concretizaram, inclusive com invasão, dano a patrimônio público – desde o dia 2 de janeiro até o 8 de janeiro a diversas autoridades públicas, federais e distritais, para tomada de decisão.

Então, Sr. Saulo... E o senhor ainda, quando Estado, cumpriu seu dever de levar a informação dos alertas não apenas à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, mas a esta CPMI após, e ao Judiciário, à PGR, a quem invocou.

Então, Sr. Saulo, o senhor foi exonerado da sua função de Diretor-Geral por fazer a coisa certa, porque a agência fez a coisa certa, só que, nesse desgoverno do PT, não é praxe, eles não estão acostumados a fazer a coisa certa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Saulo, o senhor poderia definir para nós o que é inteligência corrente, se a Agência Brasileira de Inteligência produz inteligência corrente e a diferença dos alertas de inteligência para um Relint, se o Relint é transmitido por WhatsApp, por exemplo.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Perfeitamente, Deputado Delegado Ramagem.

Bom, inteligência corrente é aquela inteligência que, como o próprio nome diz, acompanha fatos e situações que estejam se desenvolvendo e que possam causar alguma crise em potencial ou alguma ameaça à ordem constitucional, ou seja, são fatos e situações que são de uma evolução rápida. É isso que a agência chama de inteligência corrente.

É para justamente alertar aquelas autoridades envolvidas na prevenção ou na coação de eventuais fatos detectados pelo nosso... nós chamamos de Centro de Monitoramento de Crises, em que nós utilizamos os alertas. Eles foram criados justamente para isso, segundo eu recebi já esse legado, mas eles foram criados para isso, para que tivéssemos uma ferramenta rápida para informar aquelas autoridades sobre esses fatos e situações.

Os alertas, mais uma vez, não carregam informações por si só sigilosas; eles, por exemplo, não vão carregar ali fatos, dados pessoais.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Muito bem, Sr. Saulo. Eu vou interrompê-lo aqui. Já está respondido. O relatório de inteligência carrega informações que não são passadas pelo WhatsApp.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Exatamente. Elas são sigilosas, e, portanto, têm que ser...

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Foi colocado aqui, na Comissão, que não se deveria utilizar WhatsApp nem mesmo para esses alertas apenas, por se tratar de uma empresa estrangeira que seja proprietária do WhatsApp.

Eu venho com a informação de que a Claro... Quem é dono da Claro é uma rede da América Latina, de propriedade de um bilionário mexicano; a TIM tinha participação da Telecom Italia; a Vivo tinha participação da Portugal Telecom e da Telefónica espanhola; e a Oi foi comprada por todas elas. Portanto, dessa forma, nós não podemos nem utilizar para alertas os nossos telefones mais? Então, a forma devida de alertas, oportuna, célere, foi bem-feita pela Abin, pelo melhor meio de comunicação naquele momento.

O ex-Diretor, o ex-Ministro G. Dias afirmou que a Abin era diretamente ligada ao gabinete do GSI, e as informações eram direcionadas diretamente ao chefe do GSI. O senhor concorda, Sr. Saulo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, essa era a nossa subordinação à época.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As mensagens, do dia 2 ao 7 de janeiro, o senhor entende que esses alertas foram informações relevantes.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, sem dúvida, apesar de algumas delas não trazerem ali ainda a possibilidade de você ter uma manifestação de grande porte, mas elas são relevantes, até porque elas foram geradas. Então, elas eram de necessidade de conhecimento daquelas autoridades.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Perfeito. Todos nós entendemos como relevantes. Apenas o General G. Dias entende diferente, conforme o seu depoimento na Polícia Federal. A imprensa denunciou que o G. Dias manipulou um relatório que o senhor enviou para o GSI.

O General Gonçalves Dias pediu diretamente ao senhor para tirar o nome dele da lista de difusão?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, ele solicitou diretamente a mim.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Os informes e alertas de inteligência que eram passados pela Abin ao GSI eram passados também ao General Feitosa, Secretário de Segurança da Presidência, diretamente, ou eram centralizados no General Dias, chefe do GSI?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não eram passados ao General Feitosa. Esses informes não eram passados diretamente à Secretaria de Segurança Presidencial, pelo menos do que eu tenha conhecimento.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Portanto, era responsabilidade do G. Dias difundir internamente, dentro do GSI, e na Guarda Presidencial, no Batalhão da Guarda Presidencial.

Sr. Saulo, eu vou direto aos relatórios, ao relatório de difusão de alertas da Abin. Pelo seu conteúdo, eu não vou poder ler todos, mas, no primeiro envio, foram 29 e depois foram suprimidos, a meu ver, quatro, pela intenção do General G. Dias. Portanto, no segundo relatório encaminhado, 33 difusões.

Eu vou ao primeiro alerta, do dia 2 de janeiro: "Em Brasília, prossegue concentração em frente ao QG do Exército. Há cerca de 500 participantes. Tendas do acampamento são desmontadas". Ou seja, em 2 de janeiro, havia apenas 500 pessoas, mobilização alguma, crime impossível de qualquer golpe. Isso joga por terra qualquer menção ou acusação de incubadora de terrorista para todas as pessoas que, em 2022, estavam à frente dos quartéis-generais, de forma democrática, pacífica e ordeira, como se tentou – e se tenta até hoje – perseguir, criminalizar todo o segmento político de direita do Brasil inteiro, de pessoas pacíficas que defendem o seu país.

Dia 4 de janeiro: "Em Brasília, verifica-se redução do público", diminuiu mais ainda.

Como o tempo está curto, eu vou pular para outros mais para frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dia 7 de janeiro: "Mantêm-se convocações [aí entram as convocações violentas que vieram de fora, de um punhado de pessoas que cometeram esses delitos e que têm que ser responsabilizadas, não as pessoas que estavam se manifestando pacificamente] para ações violentas e tentativas de ocupações de prédios públicos, principalmente na Esplanada dos Ministérios". Isso no dia 7 de janeiro.

Dia 6 de janeiro, antes: "Há risco de ações violentas contra edifícios públicos e autoridades", "acesso a armas e a intenção manifesta de invadir o Congresso Nacional". Dia 6 de janeiro, e ninguém fez nada.

Dia 7 de janeiro: "Mantêm-se convocações para ações violentas e tentativas de ocupações de prédios públicos, principalmente na Esplanada dos Ministérios". Essa foi a data em que o Lula decidiu se evadir de Brasília, mesmo com todas as autoridades cientes dessas informações.

Eu vou pular direto, porque o tempo está acabando, para um último, que foi diretamente do senhor para o Ministro G. Dias. Dia 8 de janeiro, às 13h: "Iniciado o deslocamento para a Esplanada. Há discursos inflamados com pessoas pintando o rosto como se fossem para um combate. Há, entre manifestantes, relatos de que as forças de segurança policiais e militares não irão confrontá-los". Novamente há relatos de que as forças de segurança policiais e militares não irão confrontá-los. Esse foi um alerta da Abin a todas as autoridades públicas distritais e federais, Sr. Saulo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Foi um alerta encaminhado por mim ao Ministro.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Muito bem. Diante de todas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – ... essas informações, ninguém fez nada.

Todos nós vimos as imagens e ficamos revoltados e indignados. Os Ministros do STF da mesma maneira, mas reagiram de forma excessiva e incontrolável. Afastaram o Governador do DF, prenderam o Secretário de Segurança, prenderam mais de mil pessoas sem individualização de pena.

O que nós vimos aqui hoje é a prova incontestável de que nada disso teria ocorrido se não fossem as omissões das autoridades públicas.

Em 2022, nós tivemos manifestações com mais de um milhão de pessoas e nada aconteceu porque a segurança foi feita, inclusive com os alertas de sempre da Abin.

Então, o que nós queremos é a responsabilização do STF a quem de direito e com o devido rigor pelas omissões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Só porque eu acabei não fazendo essa solicitação para o depoente.

Sr. Saulo, o senhor coloca à disposição desta CPI o seu sigilo telemático? É muito importante.

Muito obrigada.

O senhor pode responder no microfone?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Coloco sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Muito obrigada.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (UNIÃO - BA) – Como nós iniciamos aqui o depoimento já bastante atrasados, às 11h, eu vou prosseguir com as falas dos Srs. Parlamentares até 13h30. Às 13h30, nós suspenderemos por uma hora.

Então, com a palavra, o próximo orador inscrito, o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, só para esclarecer que só existia um relatório da Abin. Esses relatórios citados pela Relatora foram construídos depois do dia 11 de janeiro, ou seja, depois do fato acontecido. Só para ficar registrado. E, de fato, o Ciisp/DF só foi incluído às 9h da manhã, 10h da manhã, do dia 8, no Ciisp/DF. A primeira informação foi exatamente dia 8.

Pergunto ao Sr. Saulo e o cumprimento, já, pela disposição de colocar o seu sigilo e pela forma como V.Sa. está respondendo.

Mas olha só, entre dia 1º de dezembro – V.Sa. já falou – até 8 de janeiro, V.Sa. esteve diretamente envolvido com a área de inteligência do Governo Lula, inicialmente na equipe de transição e depois na Abin. E, neste período, foram objetos de difusão ao menos um relatório de inteligência e 32 alertas relacionados ao episódio do dia 8, sendo que 18 desses alertas, para além do relatório de inteligência, foram difundidos antes do início da invasão dos prédios e tal.

Pergunto, bem objetivamente: o que deu errado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi negligência das áreas de inteligência dos órgãos que receberam as informações da Abin ou foi omissão dos tomadores de decisão desses órgãos? E, no caso de omissão, houve algum interesse político por detrás desse comportamento?

Pode responder.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Senador, eu não sei dizer o que o senhor... Não posso afirmar o que deu errado.

A informação quando sai da Agência Brasileira de Inteligência... Nós perdemos o controle dessa informação. Então, pode ser uma cadeia de fatos, os quais levam à queda de um avião – uma coisa levou à outra –, ou pode ter havido algum tipo de omissão, mas eu não posso afirmar para o senhor, porque eu não domino a cadeia de conhecimento depois que esse conhecimento sai da Agência Brasileira de Inteligência.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas, como o profissional que V. Exa. é, ou foi por negligência, ou foi por omissão, óbvio, não é?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu posso dizer ao senhor que, apesar de produzida a informação, ela não obteve sucesso em fazer quem tinha de...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – De tomar as providências.

Obrigado.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ...tomar as decisões.

É isso que eu posso dizer.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Bem, por exemplo, a Diretoria de Inteligência e o Ministério da Justiça receberam 14 desses alertas aí, para além do relatório, evidentemente, de inteligência, antes da invasão. Alguém do Ministério da Justiça tratou alguma coisa com o senhor sobre esses informes nesse período que antecedeu as invasões?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ninguém.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Ninguém.

V. Sa. saberia dizer se esses informes chegaram tempestivamente ao Ministro Flávio Dino?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não posso lhe informar. Como eu disse, a gente perde a cadeia de controle da informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Bem, de algum modo, o Ministro-Chefe do GSI recebeu, diretamente, no seu zap, dez vezes, dez desses alertas aí antes do início. O Ministro Gonçalves Dias chegou a tratar alguma coisa com o senhor sobre esses informes neste período que antecedeu as invasões?

Assim, de...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Como disse para o senhor, às 8 horas da manhã, ele recebe um informe sobre a quantidade dos ônibus e me responde, por WhatsApp, uma resposta bem curta, dizendo: "Acho que teremos problemas". E, depois, à 1 hora, ou à 1 hora e meia, mais ou menos, nós conversamos sobre a minha preocupação em relação a essa questão.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Sa. saberia dizer se o Ministro G. Dias repassou esses informes para as demais áreas do GSI?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não sei lhe informar.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Tanto V. Sa. quanto o General Gonçalves Dias participaram da equipe de transição do Governo e, nesse período, inclusive, foi produzido, difundido o Relatório 323 de inteligência, que fala do grupo de extremistas, do Exército brasileiro, se apresenta indicativo de mobilização etc. – etc. –, se elevou o risco de ocorrência de ações violentas. Isso foi difusão. Foi difundido este relatório.

V. Sa. e o General G. Dias chegaram a tratar desse assunto no período da equipe de transição, durante a transição?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – O General G. Dias tomou conhecimento desse relatório. Agora, ele foi entregue à equipe de transição, certo?

Então, naquele momento, eu imagino, não se tinha até certeza se o General G. Dias seria o ministro-chefe do GSI.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas ele tomou conhecimento...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ele tomou... Eu não sei se ele leu o relatório. Ele soube que o relatório foi entregue, mas ele foi...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Sa. chegou a ler esse relatório ou não?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não com profundidade, porque, naquele momento, eu estava apenas na equipe de transição.

Na verdade, eu não tinha nem acesso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas na área de segurança?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Na área de inteligência, inclusive. Isso. Eu estava...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – De inteligência.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Mas o grupo de transição tratava, basicamente, de uma proposta para reformulação da inteligência da Abin.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Tá.

O Ministro Flávio Dino, que também fazia parte da equipe de transição, tomou conhecimento desse relatório?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não posso lhe afirmar.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Bem, a equipe de transição chegou a tratar desse assunto com alguém do Governo anterior, Federal ou distrital? Com quem?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não posso lhe afirmar, porque, com a parte de segurança efetiva da equipe de transição, eu não tinha contato. Nós passamos o relatório, a Abin o entregou, agora, eu não sei quais foram as tratativas que foram feitas na área de segurança da equipe de transição.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Certo.

O General G. Dias adulterou, modificou, pediu para retirar daquelas – V. Sa. já informou isso aqui – encaminhadas ao Ccai, aqui, em janeiro de 2023, ele retirou de dez alertas feitos antes – V. Sa. explicou muito bem aqui – a menção ao Ministro do GSI como destinatário desse informe.

V. Sa. saberia nos dizer o motivo de o General G. Dias querer esconder que ele recebeu dez alertas da Abin antes de ocorrerem as invasões ou não?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Senador, não sei. Eu posso lhe dizer o que ele alegou para mim.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sim.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ele disse que ele não era o destinatário daquelas mensagens oficiais e que aquelas mensagens foram encaminhadas a grupos de WhatsApp. Essa foi a alegação dele e eu não entrei no...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Que era o instrumento que usava pros alertas.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não entrei no mérito dessa determinação do ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu recebi a determinação...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Os alertas eram feitos através do WhatsApp.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, os alertas eram feitos através do WhatsApp.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Em que momento V. Sa. tomou conhecimento desse fato?

V. Sa. chegou a indagá-lo sobre a razão de tal altitude? Não? Ele não quis...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ele não me deu espaço para isso.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Entendi.

Bem, o uso do WhatsApp para conferir maior celeridade na difusão de alertas na área de inteligência passou a tornar-se uma prática usual desde quando? V. Sa. se lembra?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Olha, como eu lhe disse, eu estava fora aqui do país...

Agora, mesmo antes, eu acredito, do Governo passado, em caso de necessidade, em caso de uma necessidade de comunicação rápida, se utilizava algum meio de comunicação desse tipo.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Foi feito algum regulamento? Sabe se existe algum procedimento legal para isso?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não sei lhe informar doutrinariamente se existe algum procedimento, se está escrito, como disse, eu já herdei essa prática, mas, como eu lhe disse, como não se trata de transmissão de informações sigilosas ou dados sob sigilo...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas V. Sa. reconhece que é um instrumento importantíssimo.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É um instrumento...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Imediato, de informações imediatas.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... imediato. Como eu disse, é o que temos.

Se na guerra a gente determinar que um apito vai ser uma informação de inteligência, se for combinado que o apito vai ser uma informação de inteligência entre duas partes, esse apito será utilizado como informação de inteligência.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Ótimo.

Bem, quando o General G. Dias tenta misturar o conceito de relatório de inteligência com alertas para justificar a sua flagrante omissão, não lhe parece uma atitude de má-fé?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não vou fazer esse julgamento de valor, Senador, porque...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – O.k.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... efetivamente são duas coisas diferentes.

Isso é fato, certo? Não foi encaminhado, entre o dia 2 e o dia 8, nenhum relatório de inteligência para o GSI.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Agora, no entendimento de V. Sa., que é especialista nisso, os alertas teriam sido claros suficientes para tomar alguma posição, no entendimento de V. Sa.?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – No meu entendimento, os alertas condicionam as autoridades pelo menos ao entendimento de que não seria uma manifestação comum, certo? Ela, no mínimo, seria uma manifestação de grande porte e, a partir de um certo momento, nós já temos ali a convicção de que havia intenção de atos antidemocráticos. Então, até um certo momento, elas dão a convicção de que nós teríamos uma grande manifestação; a partir de um certo momento, nós temos outra convicção.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Para concluir, porque está terminando aqui o prazo.

Ao deixar a Abin, V. Sa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – ... foi trabalhar no GSI, ainda na gestão do General Gonçalves Dias. Na semana seguinte, foram divulgadas imagens do Palácio do Planalto e, na sequência, ele foi exonerado.

Qual foi a sua impressão acerca do comportamento do General G. Dias nas imagens divulgadas?

Até esse momento V. Sa. tinha conhecimento da adulteração das informações encaminhadas à CCAI)?

V. Sa. chegou a tratar com ele algum assunto relacionado às imagens?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não tinha visto aquelas imagens.

Eu vi as imagens, acho, quando todo mundo aqui... quando todos os senhores e as senhoras viram.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ah, desculpe.

Foi nesse momento, eu tomei conhecimento daquelas imagens pela televisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali o General está chegando, eu não sei se aquelas imagens fazem jus. Eu não vi a íntegra também das imagens. Eu não sei se aquelas imagens...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Só a última pergunta, só a última aqui.

Depois do dia 8... É porque V. Sa. interrompeu ali, ele estava respondendo...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – É a última, é a última questão aqui.

V. Sa. chegou a sofrer alguma espécie de pressão do General G. Dias depois do dia 8 de janeiro, ou de alguma autoridade?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, não sofri absolutamente nenhuma pressão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Passamos ao próximo orador, que é o Pr. Marco Feliciano, que me parece que não está presente.

Então, passamos ao próximo orador, que é o nobre Deputado mineiro Nikolas Ferreira.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar aqui meus pares, agradecer a presença do Sr. Saulo. Obrigado por o senhor estar aqui esclarecendo algumas questões. Muitas perguntas já foram esclarecidas, mas ainda há algumas lacunas, Sr. Saulo, que gostaria que o senhor respondesse.

Doutrinariamente, nós sabemos que a Abin é um órgão de assessoramento e não decisório. Portanto, o senhor está abaixo da decisão do General Gonçalves Dias, correto?

Se o senhor puder só confirmar.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Perfeitamente.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Corretamente.

O senhor, por ter essa função de assessorar, o senhor tinha interlocutores no GSI e no Governo, correto?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, eu tinha interlocutores... Eu estava chegando à data dos fatos há seis dias. A minha interlocução basicamente é com o GSI.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O senhor passou informações para alguém do Governo além do General G. Dias?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – O que o senhor chama de Governo? Nós passamos para integrantes de órgãos de Governo que estavam nos grupos – certo? –, mas não para ninguém de primeiro escalão de Governo, absolutamente não, porque esse também não é o papel da Abin. A Abin tem uma ligação clara, técnica, com o GSI, e a interlocução com os demais órgãos de Governo deve ser feita pelo GSI.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Perfeito.

Entre os dias 2 e 5 de janeiro, o senhor transmitiu alguma mensagem ou entrou em contato com o General G. Dias sobre a situação prevista para os dias 7 e 8 de janeiro?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – No dia 6 de janeiro, eu conversei com ele.

Nós já tínhamos trocado... até num despacho pessoal, mas eu não encaminhei – não me recordo –, mas eu acho que eu não encaminhei nenhuma mensagem específica para ele sobre isso.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Ele participava do grupo de WhatsApp em que estava sendo enviado?

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Não, ele não estava participando de grupos.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Perfeito.

O senhor considera que o General G. Dias, por intermédio dos vários alertas que o senhor enviou, omitiu informações relevantes para a sua equipe?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Para a equipe dele?

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Isso.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – De segurança?

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Sim.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não posso afirmar. Eu não sei se ele repassou essas informações para a equipe ou não.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – No dia 8 de janeiro, de manhã, o senhor, enquanto a Senadora Eliziane Gama estava o inquirindo, disse que o senhor teve um diálogo com o General G. Dias pela manhã, correto?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Por WhatsApp, por mensagem.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – E o que estava sendo descrito nessa mensagem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Estava sendo descrita a quantidade de ônibus que tinha chegado. Eu falei para ele que, de um dia para o outro, aquela quantidade tinha subido substancialmente, e ele me respondeu: "Eu acho que vamos ter problemas".

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Perfeito.

O senhor consegue descrever, por gentileza, o que, de fato, teve de retirado ou de acréscimo no primeiro relatório em relação ao segundo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Aquelas mensagens que eu citava, que foram encaminhadas por mim ao Ministro-Chefe do GSI. Se eu não me engano, são quatro mensagens – e eu ressalto, essas mensagens que ali constavam foram aquelas produzidas pela Abin – certo? –, que foram redifundidas para ele por mim.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Sim, então, a adulteração feita naquele relatório foi uma ordem acatada pelo senhor, feita pelo General Gonçalves Dias, correto?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não vou entrar no mérito de se foi adulteração.

Eu recebi uma ordem, de retirar o nome do Ministro, do próprio Ministro.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O.k., então o Ministro solicitou a retirada do nome dele desse relatório.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Exatamente.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Correto.

A Abin encaminhou os alertas ao Ministério da Justiça, Sr. Saulo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Entre os receptores dos alertas estava a Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Então, o senhor afirma que esses alertas foram recebidos pelo Ministério da Justiça, correto?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Foram encaminhados ao Ministério da Justiça.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Foram encaminhados, o.k., e obviamente, possivelmente – não possivelmente, né? – ele foi recebido por esse Ministério, porque, se foi encaminhado, foi recebido.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Possivelmente foi recebido.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, por gentileza, de passar um vídeo do então Ministro Flávio Dino, porque alguém está mentindo nessa história. Por gentileza.

Pode passar, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O senhor consegue informar, por gentileza, Sr. Saulo, qual foi esse informe que o Ministro, debochando, ali naquela comissão, de todos os Parlamentares, está dizendo que ele não recebeu? O senhor pode dizer qual informe é esse, Sr. Saulo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu nunca afirmei que o Ministro da Justiça recebeu os informes. Eu disse que eu encaminhei, eu disse que os informes foram encaminhados para a Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Então, o senhor encaminha um informe e não vê se ele foi recebido ou não?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não; pelo Ministro, não.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Não pelo Ministro; pelo Ministério da Justiça.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Pelo Ministério da Justiça.

Nós não temos esse mecanismo... O ministério... Os órgãos não nos confirmam se receberam ou não.

Agora, mais uma vez, os órgãos federais estavam representados na Célula Integrada de Inteligência de Segurança Pública. A Abin não detém a cadeia do conhecimento depois que ele sai da Abin, certo? Então, em momento nenhum eu posso... eu vou afirmar aqui que o Ministro, que outros ministros receberam essa...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Sim, Sr. Saulo.

A grande questão é que uma mensagem, um informe é encaminhado para o Ministério da Justiça... Não estou dizendo que isso chegou ao WhatsApp do Flávio Dino, mas o que eu quero dizer é que o Ministro Flávio Dino possui a soberania sobre o seu ministério. Então, não faz sentido você encaminhar algo, como uma agência, como um órgão, encaminhar algo sem que você tenha confirmação se aquele ministério, aquele órgão recebeu ou não. Afinal de contas, eu envio um *e-mail* e não quero saber se isso foi recebido ou não; eu envio uma mensagem e não me importa se recebeu ou não; ou seja, a mensagem é importante, assim como também o próprio mensageiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, da mesma forma como a Senadora tentou, por diversas vezes, o pressionar para poder tentar colocar a responsabilidade sobre a Polícia Militar, por exemplo, do DF, porque, afinal de contas, a Polícia Militar do DF recebeu... Foi encaminhado isso pelo menos, não é? Não sabe se recebeu ou não. Mas é necessário saber se o ministério recebeu ou não. Afinal de contas, a inteligência só se faz efetiva se aquele órgão recebeu aquilo; caso contrário, é somente encaminhado. E se aquilo ali chegou ou não não importa à Abin? Isso não faz sentido.

Então, a resposta que eu quero obter, a resposta de fato verdadeira que eu quero ouvir é se esse informe, que é muito importante uma vez que até mesmo o próprio GSI estava preocupado, 8h do dia 8, se poderia acontecer isso no mesmo dia, se o Ministério da Justiça recebeu isso ou foi encaminhado isso até o Ministério da Justiça, e o senhor afirmou isso, e se não foi tomada nenhuma medida. Afinal de contas, nós temos vários tuítes do dia 7 do Ministro Flávio Dino dizendo que eles estavam se reunindo com a Polícia Federal, com a PRF; ou seja, de duas uma: ou foi incompetência ou foi um ato de omissão. Porque, se você está se reunindo com a PF, tem ali informes da Abin e ainda assim um punhado de baderneiros consegue invadir a Praça dos Três Poderes e cometer ali aqueles crimes, então, se o PCC ou qualquer organização criminosa do Brasil conseguir aqui invadir, todos nós estamos ao léu.

Então, só pode ter uma das duas; as duas, impossível. Não pode ser incompetência ou omissão ao mesmo tempo. Então, eu de fato gostaria de saber se sempre acontece assim, é um processo claro de que "eu encaminho e não quero saber se chegou ou não", ou se isso foi encaminhado e recebido.

É isso que eu gostaria de saber, Sr. Saulo.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, nós não temos condições de saber se foi recebido. Foi encaminhado, e há um compromisso de todos os órgãos que estão nos grupos de inteligência de se manterem a par das informações ali, que constam ali. Agora, inclusive no grupo Ciisp, por exemplo, no grupo da célula de inteligência em segurança pública, é impossível você saber das 48 agências quem recebeu cada informação, a não ser que você ali tivesse quem leu a informação, certo? Agora, há um compromisso. Há um compromisso dos agentes que ali estão de ficarem a par das informações que foram colocadas ali. Agora, efetivamente, eu não posso lhe afirmar se o Ministério da Justiça ficou a par ou não dessa informação. Nós não temos o controle dessa cadeia. Agora, a informação foi colocada. Entre outros, ela foi encaminhada diretamente pelo grupo do Consisbin, mas foi colocada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... na célula de inteligência em segurança pública.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Sr. Saulo, nesse processo de envio desses relatórios, há um servidor específico que recebe essa mensagem ou simplesmente é enviado para uma caixa ao léu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Há um servidor específico que é determinado. Se eu não me engano, a Agência Brasileira de Inteligência encaminhou para cá quais eram os telefones registrados nos grupos que ali estavam.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Excelente.

Esse servidor do Ministério da Justiça que recebeu esse informe é subordinado a quem?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não sei lhe informar. É o ministério que determina.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Então, é o Ministério da Justiça que...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – E eu não sei nem quem é o servidor, certo? Isso cabe a cada órgão. Isso é do controle interno de cada órgão, quem ele determina, que patente, quem é que vai receber aquela informação.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Entendi. Perfeito, Sr. Saulo. Obrigado.

Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Passo a palavra...

Obrigado, Deputado Nikolas Ferreira.

Passo a palavra para o próximo orador inscrito, o Senador Magno Malta, como autor do requerimento.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Para interpelar.) – Nobre depoente, Sr. Saulo; Sr. Presidente; Sra. Relatora, na verdade acho que o material está todo jogado no ar. E, com diversas perguntas que já foram feitas e repetidas muitas vezes, nós não estaríamos ganhando tempo, nós estaríamos perdendo tempo, visto que ele tem sido muito incisivo e corajoso, sem gaguejar nas suas respostas – e eu estou satisfeito em ouvir o que estou ouvindo, não é? – e sem tergiversar no sentido de querer buscar a proteção de A ou a proteção de B.

A gente, quando ouve aqui, alguns Deputados se exaltam e dão informações até que estão sob sigilo, que ninguém nem sabe. Eles falam: "não, porque tem a mensagem no celular de 'fulano'", não sei o que e tal. Eles já sabem. Eles já têm conhecimento, não é? E citam assim: "os bolsonaristas", não é? Ah, tinham infiltrados, ninguém toca nisso, mas não são lulistas. Por exemplo, o cara que derrubou o relógio lá, vestido com uma camisa de Bolsonaro, que está preso, pertence ao MST: "Não, esse cara não era infiltrado, esse cara não fazia parte de nada". Mas é o cara que derrubou o relógio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Posso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Posso? Posso continuar?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Se ela me disser que eu posso, eu vou continuar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Pode! É que é meio... meio cômico.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – É meio cômico quando eles falam, porque tudo é bolsonarista.

Isso aqui não é cômico, é engraçado. Com uma camisa de Bolsonaro derruba lá um relógio, está preso, é do MST. Ele é de onde? Porque comigo ele nunca andou, nunca vi na minha vida.

Bom, mas deixe eu continuar com o senhor.

O senhor falou que há uma... Que havia aquela listagem no WhatsApp e que tinha mais ou menos umas 20 instituições ali. O nosso querido Esperidião Amin, que é um computador ambulante, disse 48 é que estavam listadas ali.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – O que é que tem aqui?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Que é *fake.*

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Quer a palavra, eu te dou.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, pode falar – pode falar.

E eu posso falar quando eu quiser...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não é Ave Maria, não, mas é cheia graça, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, é porque, na verdade, V. Exa. coloca uma informação *fake*...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eu estou falando e você não pode me impedir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, mas é *fake*...

V. Exa. me deu o microfone e agora está tirando?

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Ele fala lá "bolsonaristas", e V. Exa. fica calada...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, não, não! É porque você fez uma ironia comigo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Por favor, me dê a minha palavra! A palavra é minha!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E V. Exa. desinforma nesta Comissão!

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não fiz ironia com você!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – V. Exa. desinforma!

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – A palavra está comigo, não toquei no seu nome!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Senadora e Senador!

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não toquei no seu nome!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Desinforma!

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não toquei no seu nome!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senadora e Senador!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Tocou no meu nome sim!

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não toquei no seu nome!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador e Senadora, assim não é possível...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eu estou com a palavra!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu tenho aqui tentado garantir a palavra de todos – de todos! Eu tenho garantido...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu tenho aqui garantido a palavra de todos – eu tenho garantido aqui a palavra de todos. E o Senador Magno Malta está com a palavra, e eu peço que todos respeitem a palavra do Senador, a quem eu dou mais um minuto para a sua fala.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eu tinha mais de um quando eu fui interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas vá lá: tem mais um minuto.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – O senhor, quando a Relatora lhe perguntou se o senhor abriria seu sigilo telemático, imediatamente o senhor falou: "Sim, não tenho nenhum problema". A minha pergunta é: houve uma coisa muito acelerada e galopante aqui para se ouvir o Cid, porque era o homem mais ligado a Bolsonaro, e um trabalho forte de protelação para não se ouvir o G. Dias; o senhor teria algum problema em ser acareado com o G. Dias?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Senador, se for necessário, obviamente eu atenderei ao clamado da CPMI, mas eu acho que não há necessidade de acareação. Eu sinceramente penso que, no momento em que a Comissão tiver acesso às mensagens, a Comissão vai perceber que não há necessidade de acareação...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Tudo bem...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... que eu estou absolutamente certo do que eu estou falando.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não, mas a minha pergunta é exatamente porque percebo que o senhor está certo do que está falando. A minha pergunta é: em havendo essa convocação, o senhor teria algum problema?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não. Em havendo a convocação, não. Eu só rogaria efetivamente...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Mas eu estou aqui elogiando a sua determinação...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, eu sei.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – ... a sua coragem, a sua...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu sei. Eu não tenho nenhum problema em relação a isso. Eu só estou apenas ponderando que, uma vez que eu abro meu sigilo, que eu coloco aqui as mensagens que foram trocadas, V. Exas. vão perceber que não há necessidade de acareação.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Como colocou o Deputado Nikolas de que há uma hierarquia e nessa hierarquia o senhor estava abaixo do G. Dias e o senhor lhe comunicava, então há confirmação de que o pedido de retirada do nome dele foi feito por ele.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, eu acho que o próprio General G. Dias falou isso na CPMI aqui da Câmara Distrital. Ele só não entrou em detalhes do que ele falou, mas ele admitiu que ele pediu que fosse... Que o documento fosse alterado, se não me falha a memória.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o próximo orador inscrito, o Deputado André Fernandes, que não está presente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ah, está aqui? Perdoe-me, Deputado. V. Exa. sempre tem uma presença tão efetiva, hoje se escondeu ali atrás do Deputado Rubens Pereira, que talvez, pela sua estatura, tenha ofuscado a presença de V. Exa. Perdoe-me.

Com a palavra, o Deputado André Fernandes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – E talvez não tenha percebido quem é que está atrás dele.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Saulo, quando foi ouvido pela CPI da CLDF, em 22 de junho de 2023, o General G. Dias afirmou que, em 6 de janeiro, quando já havia encaminhado para encerrar o expediente do Palácio Planalto, telefonou para o depoente, Sr. Saulo Moura da Cunha, a fim de trocar ideias sobre a segurança do Palácio Planalto. O General afirmou categoricamente que vocês dois não prepararam nenhum esquema especial para o dia 8, porque, segundo ele, não havia nenhuma informação que indicasse minimamente que ocorreria aquilo que aconteceu. O senhor confirma, então, essa conversa telefônica?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Bom, em relação a não prepararmos nenhum esquema de segurança especial, eu não participo da preparação de esquemas de segurança do Palácio. O que nós falamos no dia 6 é que ainda não havia nenhum indício concreto...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Então, o senhor confirma essa conversa?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

... que não havia nenhum indício de violência concreto, certo? Já, logo depois, na manhã seguinte, nós já identificamos o aumento dos ônibus e nós conversamos normalmente por zap. Mas essa foi a última conversa telefônica.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – O que de fato o senhor informou para o General?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu passei para ele que nós continuávamos monitorando a movimentação para Brasília; que, até aquele momento, a movimentação para Brasília constava de cinquenta e poucos ônibus, segundo a ANTT nos havia informado – isso no dia 6, certo? Isso é na sexta-feira –; que a ANTT havia nos passado 53 ônibus; e que, até aquele momento, essa era a informação que nós tínhamos. Nós ainda não tínhamos nada concreto sobre o grande número que seria identificado apenas no dia seguinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Alguma coisa está muito confusa nessa história e logo, logo teremos a oportunidade de ouvir aqui o G. Dias, ex-GSI do Lula – que fique claro –, mas, lá na CPI da Câmara Legislativa do Distrito Federal, ele afirmou também que não recebeu nenhum alerta da Abin.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, eu vou repetir o que eu falei aqui.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sim.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu encaminhei pessoalmente, do meu telefone celular, diversos alertas para o General G. Dias – diversos. E já coloquei aqui o meu sigilo à disposição.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Bom, Presidente, o que o Brasil está vendo é que tem alguém mentindo nessa história. Diante de uma CPMI, isso é um ato muito grave.

Mas, só continuando aqui o meu questionamento, como é de conhecimento de todos, a Polícia Federal enviou ao Ministério da Justiça, ao Ministro da Justiça, Flávio Dino, um ofício – que são os documentos 4, 5 e 6 em anexo – informando, com base nos alertas recebidos da Abin, sobre os riscos e a necessidade de aumento efetivo das forças de segurança no dia 8. Mais uma vez, volto a dizer, quando ouvido na CPI da Câmara Legislativa do Distrito Federal, G. Dias afirmou que nunca tomou conhecimento dessa solicitação, levando a crer que, dentro do novo Governo, não havia uma mínima comunicação entre o Ministério da Justiça, Flávio Dino, e o GSI, G. Dias.

Sr. Saulo, o senhor sabe ou ouviu dizer se essa falta de comunicação pode ser de algum modo fruto de uma sabotagem, talvez – aí eu estou perguntando se o senhor pode emitir a sua opinião ou responder de fato, concreto –, se existe alguma sabotagem arquitetada pelo Ministro da Justiça para achincalhar o GSI, tendo em vista a enorme relevância e prestígio que o Almirante adquiriu na gestão do General Heleno e do Governo do Presidente Bolsonaro?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, Deputado, não posso afirmar isso, não tenho nenhuma opinião sobre esse fato.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – O senhor acha ou ouviu dizer que Flávio Dino queria diminuir ou tomar o GSI de alguma maneira?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Nunca ouvi dizer isso, absolutamente.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Em algum momento, o senhor vislumbrou ou ouviu dizer que Flávio Dino tinha interesse na Abin, nas secretarias ou em algum outro órgão do GSI?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Nunca.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, eu faço essas perguntas porque tudo o que aconteceu desde o início dessa CPMI é muito estranho. Parece que na tomada de decisão da parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

judiciária houve lados. Ouvimos aqui, nesta CPMI, um coronel da Polícia Militar, daqui do Distrito Federal, que saiu em luta corporal com vândalos naquele 8 de janeiro; foi preso. Pelo que eu sei, continua. E ninguém sabe sequer o motivo. Ele estava de férias, mas, mesmo assim, ele voltou, retornou e fez, combateu os vândalos. Está preso. Quem estava servindo água para os vândalos está solto, não é investigado, não é sequer denunciado.

O Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, que tinha o mesmo período de tempo de trabalho que o Ministro do GSI do Lula – inclusive esse secretário também estava de férias – foi preso, está hoje ainda sem a sua liberdade. Não é porque ele está em casa que ele está livre. Não, está sendo monitorado, está sendo acompanhado. Não tem a sua liberdade. Quem estava servindo água para manifestantes, aliás, vândalos, não é denunciado.

Parece que o que ouvimos aqui desde o começo está muito claro. Tem o lado dos poderosos – esses, sim, são intocáveis – e tem o lado dos que estão levando a culpa. A gente escuta aqui toda hora: "A invasão dos bolsonaristas... A invasão dos bolsonaristas... A invasão dos bolsonaristas...". Os tais bolsonaristas de que vocês tanto falam foram presos, estão presos. E só tem esse lado na história?

Vocês querem o quê? Prender novamente quem vocês já prenderam? Esta CPMI aqui não vai alargar a investigação? Nós não vamos buscar quem se beneficiou com essas invasões?

Até hoje ainda tem gente presa. São sete meses – sete meses! Tem gente com prisão preventiva – sete meses! E a gente não está vendo aqui, por parte principalmente da relatoria desta Comissão, uma tentativa de buscar e entender o porquê que isso tudo aconteceu, o que está por trás disso tudo. Mudança no Comando-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal aconteceu. Pegaram ali um ou dois cabeças do Governo Lula e estão fritando. Está perceptível. Estão escolhendo aqueles que eles vão decepar a cabeça.

Por que até um tempo atrás o Governo defendia tanto o G. Dias? Abraçou tanto o G. Dias? Abraçou tanto todos os órgãos do Governo? Hoje escantearam e parece que estão querendo achar um culpado para não culpar alguém maior. O povo brasileiro está acompanhando as informações que estão chegando. O G. Dias, ele mesmo, a pessoa, a figura, General Gonçalves Dias, ex-Ministro do GSI, foi quem pediu para tirar o nome dele do relatório.

Saiu no *Metrópoles*, e aqui eu estou citando a imprensa, que o Governo ignorou o plano de defesa no Palácio do Planalto, ignorou o Plano Escudo, o plano de defesa – ignorou.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – A viagem de Lula a Araraquara só foi planejada no dia 7 de janeiro, um dia antes dos ataques.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí vai a Comissão e pede as imagens do Ministério da Justiça. Vem o Ministro da Justiça debochando da cara de todos os Senadores e Deputados que aqui estão e simplesmente nega as imagens.

Quem, participante, aliado ou próximo ao Governo foi preso pelo STF? Quem? Nenhuma figura sequer. Nenhuma figura sequer. A impressão que temos, e eu repito, é que temos aqui dois lados: o lado dos intocáveis, dos poderosos, e o lado dos que estão carregando toda a culpa.

Sr. Presidente, a minha solidariedade a todos aqueles que continuam presos injustamente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, cumprimento o depoente e seus advogados.

Em primeiro lugar, Presidente, me parece que aqui há um desejo imenso de achar algum crime no Ministro da Justiça, no Ministro Flávio Dino. Esse é um desejo, mas as teses chegam ao limiar da infantilidade, porque, sinceramente, imaginar que o Presidente da República viajou para que o próprio Palácio do Planalto dele fosse agredido, para autorizar uma invasão, um golpe no seu Governo... Imaginar que não houve uma ação do Ministro Flávio Dino...

O Ministro Flávio Dino, primeiro, não é um ditador, ele foi o Ministro que mais compareceu à Câmara dos Deputados. E ele tomou a atitude que tinha que tomar.

Quem faz policiamento ostensivo é a Polícia Militar, não é o GSI, não é o Plano Escudo, não é a Polícia Federal e nem é a PRF. Quem faz o policiamento ostensivo é a Polícia Militar, e ele fez várias demandas ao Governador do Distrito Federal...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Vamos fazer silêncio aqui para ouvirmos a palavra da Deputada, por favor.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... e tem provas e documentos e ofícios aqui do Ministro Flávio Dino demandando o Governador, a Polícia Militar do DF e a Secretaria de Segurança Pública para agirem, para que não houvesse exatamente o que aconteceu, porque, até chegar ao Palácio do Planalto, quem segura é a Polícia Militar. Depois que estão ali 4 mil pessoas contra a Guarda Presidencial, não tem como segurar, tem que segurar antes.

E eu acho que nós estamos perdendo aqui o foco do que eu acho mais importante dos relatórios da Abin que é exatamente a detecção dos financiadores. O relatório da Abin é preciso nisso e cita aqui, inclusive, nomes de empresários que aqui estão – todo mundo teve acesso aos documentos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegaram à CPMI –, de pessoas que são dirigentes das principais associações garimpeiras no país: Roberto Katsuda e Enric Laureano, além de outros tantos. E mostra também que a participação de grupos econômicos no 8 de janeiro são os mesmos que vieram e financiaram as manifestações de apoio a Bolsonaro em novembro e dezembro de 2022. Isso está no relatório!

Dizer que o golpe foi feito por nós que somos do Governo Lula? Estão aí os mesmos grupos econômicos financiando as manifestações contra as eleições, contra as urnas eletrônicas e a favor de Bolsonaro. Quando teve um milhão na rua, é que eles ainda tinham a ilusão de ganhar a eleição. Só que perderam! Aceitem que dói menos: perderam a eleição.

E, dentre essas questões aqui do financiamento, Presidente, eu quero compartilhar com a CPMI algo muito grave – muito grave – que nós achamos em meio a mil *e-mails* que chegaram à esta CPMI: no dia 27 de outubro – entre os ajudantes de ordem, *e-mails*, comunicados seguindo ordem do Sr. Mauro Cid –, foi guardado no cofre grande um envelope contendo pedras preciosas para o Presidente e uma caixa de pedras preciosas para a Primeira-Dama, recebidos em Teófilo Otoni, ou seja, na campanha, em 26/10/2022, lá em Minas Gerais, na sua terra. Essas pedras nunca foram registradas nem como presente ao Presidente da República e à Primeira-Dama, nem em lugar nenhum. Nós fomos olhar as 46 páginas dos 1.055 presentes recebidos pelo Presidente e pela Primeira-Dama e não constam essas pedras preciosas. E aqui foi dito... "Mauro Cid mandou dizer: as pedras não devem ser cadastradas [está no *e-mail*] e devem ser entregues em mãos para o Mauro Cid".

Isso aqui faz parte da nossa investigação sobre o financiamento do golpe, porque isso aqui vem de onde? De onde vêm essas pedras preciosas, se não do garimpo ilegal? De onde vêm as pedras preciosas que não são cadastradas pelo Presidente da República? Isso faz parte da investigação.

Por isso, eu requeri aqui a quebra de sigilo da Sra. Michelle; para a do Sr. Bolsonaro já tem requerimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu estou falando da CPMI.

E também da convocação da Sra. Michelle, do Sr. Bolsonaro e de alguns ajudantes de ordem que não sejam apenas o Mauro Cid, de quem, aliás, eu requeri o retorno, porque, depois do relatório do Coaf, ficou muito grave a situação dele, pelo tanto de movimentação financeira que ele faz, ganhando o salário que ganha.

Então, a primeira pergunta que eu dirijo a V. Sa. é se tem alguma informação da inteligência sobre o circuito dessas pedras, se houve avaliação de para onde foi, onde foi parar, valor e o que foi feito disso em relação ao financiamento do golpe de 8 de janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Deputada, não sei lhe informar. Como eu disse, eu fiquei lá entre janeiro e fevereiro. Não posso afirmar que temos informações a partir dessa época. Enquanto eu estava lá, não havia, eu, pelo menos, não recebi nenhuma informação sobre esse assunto.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Então, Presidente, o que eu quero requerer é que a gente aprove, ainda nesta semana, esse requerimento de RIFs, de quebra de sigilo, porque nós precisamos entender por onde passou, até porque há informação de uma movimentação de 720 mil na conta de Bolsonaro só em janeiro – só em janeiro. Então, é bom que a gente tenha essa informação.

Segundo, aqui eu também convoquei, do GSI, o Sr. Carlos José Russo Assumpção Penteado e Carlos Feitosa Rodrigues, que também estão aí. Por que eu fiz isso? Porque no relatório que foi... Numa matéria que foi divulgada pela *Folha de S.Paulo*... E eu não sei, isso deve ter vazado do Exército Brasileiro, porque o relatório é de lá, não chegou aqui, mas nessa matéria diz, o próprio inquérito policial militar do Exército Brasileiro diz que esses dois tinham a responsabilidade de agir pelo GSI – esses dois – e eram pessoas ainda do General Heleno que ainda estavam no GSI – eles dois são ligados ao General Heleno. Então, eu convoco aqui para a Comissão.

Essa matéria também sobre o inquérito policial militar diz que a grande omissão foi da Polícia Militar do GDF. Isso é o relatório do Exército – do Exército.

Então, é importante que a gente tenha isso. Por isso eles estão convocados.

Terceiro: eu faço uma pergunta a V. Sa., é a seguinte... Existe aqui, no relatório, dizendo o seguinte, que a comissão militar do Planalto descreve que solicitou, em 22 de dezembro, ou seja, dois dias antes da tentativa de explosão da bomba, que era necessário apurar, de forma mais adequada, "em face das manifestações políticas que ocorrem no acampamento instalado na área contígua ao QG do Exército e adjacências, com medidas de disciplinamento que se mostrem necessárias para prevenir, combater atos criminosos eventualmente flagrados naquele local, [...] porte ilegal de armamentos, de explosivos e outros artefatos passíveis de causar danos à vida e ao patrimônio".

Se foi é do dia 22, e essa tentativa foi em 24, eu pergunto: a Abin recebeu algum relatório de inteligência do Exército?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Nós não recebemos nenhum relatório de inteligência relativo ao acampamento em frente ao QG do Exército de nenhum órgão federal, pelo menos no período em que eu estive lá.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ou seja, é uma confirmação que agrava a situação, porque, nesse QG, segundo a Polícia Militar, toda vez que eles tentavam desfazer o acampamento, quem estava lá, do Exército, não permitia, e não chegou nenhum relatório de inteligência, sabendo que isto aqui existia dentro do acampamento: porte ilegal de arma, artefatos explosivos, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, Presidente – eu tenho 1 minuto e 42 –, eu quero perguntar uma coisa que eu acho extremamente importante: eu tive, nós tivemos a informação de que, em 2018, foi feita uma análise de risco relativa ao Palácio do Planalto – em 2018 – e que a Abin produziu essa análise de risco. Então, eu pergunto se o senhor conhece essa análise de risco da Abin de 2018.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu tenho conhecimento de que ela existe. Não sei do conteúdo dela. Possivelmente, é um relatório de avaliação de análise de risco.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Do Palácio do Planalto.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Efetivamente. Eu sei que ele existe, mas eu não tenho conhecimento...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O senhor não teve conhecimento do conteúdo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... do conteúdo.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – E, de 2018 para cá...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... sabe se alguma medida foi sugerida pela Abin para superação desse risco? Alguma foi colocada em prática?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – As medidas, se elas forem sugeridas, normalmente constam no relatório. Hoje, no nosso relatório de avaliação de risco, eles fazem um diagnóstico da situação e sugerem várias medidas. Eu não tenho conhecimento do conteúdo do relatório, mas possivelmente...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Está certo.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... esse relatório contém sugestões. Não sei se foram implementadas, não respondo pela segurança do Palácio.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Porque aqui estão preocupados em apurar uma omissão de quatro dias, e teve uma omissão de quatro anos no ex-Governo em relação às medidas de proteção de risco do Palácio do Planalto.

E, por fim, Presidente – eu só tenho 23 segundos –, vou dizer o seguinte: aqui, no relatório de difusão da Abin, tem a Secretaria de Inteligência da Segurança Pública, tem o Exército Brasileiro, tem a PM e tem a Secretaria de Segurança Pública, e botaram os policiais de sobreaviso, não de prontidão.

Vocês tiveram informação de que isso seria feito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Como eu disse, eu não sei exatamente de que relatório a senhora está falando...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Este.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... porque eu não tive mais acesso. Agora, se a difusão está aí, efetivamente eles foram encaminhados para esses órgãos.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Então, Presidente, está claro aqui de onde partiu a omissão, na minha opinião, e quero aqui dizer o General G. Dias já foi exonerado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O General G. Dias já foi exonerado pelo Presidente Lula. É importante só lembrar que ele foi exonerado pelo Presidente Lula.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputada Jandira Feghali.

Vamos agora ouvir o último orador da manhã e, em seguida, vamos fazer um recesso de uma hora para o almoço.

Eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Isso é uma convocação à minha brevidade, não é, Presidente? "Olhe, só vamos almoçar depois dele." (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Entre a palavra de V. Exa. e o almoço, eu tenho certeza de que este Colegiado preferirá a palavra de V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Pediria a permissão para fazer a apresentação de um pequeno visual; não tem áudio, não.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – É o roteiro da minha intervenção.

Aproveito este momento, Presidente, para louvar a sua atitude no início da nossa reunião, serena, firme, como deve ser.

Quero cumprimentar o Sr. Saulo, que eu não conhecia, e dizer, como cidadão, que o senhor é um servidor público com consciência do seu dever e da sua responsabilidade pela forma como – aliás, já foi salientada – quando aqui se conduziu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, o que eu quero trazer aqui, Presidente, não deixa de ser uma celebração. Esse – antigamente se dizia – eslaide que eu vou apresentar seria apresentado no dia 6 de junho, dia do desembarque teoricamente da liberdade da Europa, e V. Exa., eu sei que contrafeito, me impediu.

Primeiro, eu quero homenagear um amigo nosso, Joaci Góes, na p. 111 do livro *Esquerdas e Direitas – a Superioridade da Sociedade Aberta*, que tem a seguinte citação: "*Sapere aude*". Que quer dizer isso? Ousar saber. É preciso ter coragem; Kajuru, é preciso ter coragem para querer saber o que tem lá dentro. E hoje nós estamos praticando o primeiro gesto de ousadia para saber, com a sua presença aqui.

Quero fazer aqui alguns esclarecimentos, inclusive, com a ajuda do meu eslaide, ficaria mais fácil. Há algum problema?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não. Pode projetar o (*Fora do microfone.*) eslaide aí solicitado pelo Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Por favor.

Eu quero me referir àqueles três quadrinhos da parte de baixo. Olhe aí o nosso Joaci Góes lá em cima, o livro: *Esquerdas e Direitas – a Superioridade das Sociedades Abertas*. É a supremacia que nós estamos vivendo aqui. Determinar o cumprimento de uma medida da CPMI, só a sociedade aberta pode chegar a ter – democracia.

Então, veja lá, Dr. Saulo, tem o Relatório 1, que é aquele que o senhor enviou para o GSI, que encaminhou à CCAI, que eu presidia. Onde estão aquelas alterações, digamos?

Onze mensagens encaminhadas ao GSI, das quais foi retirado o nome GSI 11 vezes.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – O nome do ministro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Não, o ministro... Aliás, só o... Está lá escrito: GSI.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, tem mensagens encaminhadas ao... Perdão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Encaminha ao ministro.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Isso, ao ministro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – E quatro mensagens a ele encaminhadas, que também foram suprimidas.

Depois vem o Relatório 2, que não foi mandado de graça pelo seu sucessor, que é um homem competente – competente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele mandou isso aqui porque a Procuradoria do Distrito Federal tentou obter o relatório e não conseguiu, foi negado. Recorreram à PGR, a PGR recorreu ao Alexandre de Moraes, que usou o mesmo argumento para dizer o seguinte, e essa é a minha pergunta: quem é que apôs sobre os Relatórios 1 e 2 o caráter de sigilo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – O caráter de sigilo saiu da Abin com ele, não foi encaminhado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Do primeiro?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Tanto do primeiro quanto, se eu não me engano, do segundo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – O seu sucessor disse que não. Isso está escrito no seu depoimento lá na CCAI, mas o número 3 vai lhe permitir corrigir uma resposta sua.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – É a lista dos responsáveis pelas caixas postais.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – A lista... Eu chamo de caixa postal para todo mundo entender.

Tem os nomes, por exemplo, dos dois responsáveis no Supremo Tribunal Federal, tem os nomes dos responsáveis no TSE e tem os nomes dos responsáveis no Ministério da Justiça. E vou dizer mais: um dos responsáveis é soldado, e está lá escrito do AM.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Amazonas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – E é mesmo, não é do MA. Houve até uma controvérsia quando chegou essa relação. Não é do Maranhão, é do Amazonas.

Então, tem a relação, mais de 80 responsáveis. Essa eu acho que até eu defenderia que fosse reservada, porque tem os nomes das pessoas, e eu acho que aí há um excesso. Agora, todos têm um responsável a quem o ministro, se não recebeu, poderia recorrer. É mais subordinado a ele do que o Diretor da Polícia Federal. Portanto, que isso conste.

Nós temos três documentos que não têm mais sigilo. Este terceiro eu até acho que deve ter reserva. E eu trago o cabeçalho, sob responsabilidade minha aqui: este relatório contém mensagens. E hoje é público notório que contém mensagens. E uma delas foi lida para mim, é a mensagem capital: "6 de janeiro, 19h40, o Congresso Nacional vai ser invadido, e os outros prédios da Esplanada também" – 6 de janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até já comparei com a Semana Santa. Jesus Cristo morreu, mais ou menos, a essa hora e a ressurreição foi num domingo, às 8h da manhã. Às 8h da manhã, foi o horário em que o senhor conversou, por Whatsapp, com o ministro. E, à 1h, conversou pessoalmente, pelo que eu escutei certo.

Então, esta ocorrência, 6 de janeiro até, é mais prolongada do que a Páscoa – tchê! E, agora, nós temos internet, temos presteza. E o Plano Escudo, para quem não sabe, foi atualizado, sim. Ele prevê que, em 25 minutos, você bota o batalhão para proteger o Palácio do Planalto.

Vou repetir: é desídia pura. Eu não chego a dizer que é premeditada. Não chego a dizer isso, mas é tão escancarada que todas as especulações são válidas. E há uma pergunta do direito que ajuda: *quid prodest*? A quem isso beneficia? Isso foi de proveito para quem? Alguém sabe?

Portanto, é justo que, junto com esse pasmo que todos nós temos, se cogitem sobre hipóteses.

E, finalmente, quero fazer justiça ao Presidente Lula pela sua frase na entrevista no dia 12 de janeiro de 2023: "Alguém abriu a porta". Essa frase é dele, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, hoje, com a sua presença aqui, com a demonstração de espírito público de um servidor público, nós começamos... Não é supere – eu quero até corrigir –, é *sapere aude*, em homenagem ao Joaci Góes. Ele não me perdoaria se eu colocasse aqui a expressão errada em latim. Hoje, nós estamos ousando conhecer aquilo que nós não conhecíamos. Muita gente sabia.

Eu não quero anistiar vândalos, nem qualquer outra designação que se dê, mas anistiar e se omitir diante dessa escandalosa omissão que, no Código Penal, é tão grave quanto o crime, quanto à autoria – não é assim, Marcos Rogério? Porque é de se ficar tanso.

Nós temos o Sistema Brasileiro de Inteligência. Olhe, é uma lei de 1999 de que eu me orgulho. Temos uma agência formada por profissionais... Os que eu conheço, não tenho reparos a fazer. Todos têm demonstrado espírito público e consciência de que são uma organização a serviço do Brasil. Então, para falhar, tendo o Plano Escudo...

Vocês lembram, na época da cassação da Presidente Dilma, que a Esplanada foi dividida longitudinalmente, um lado para um lado, o outro lado, para o outro. Isso é o que faz parte do Plano Escudo, porque nós estamos aí em 2016. De lá para cá, ele foi aperfeiçoado e tem essa capacidade de mobilização, que... Quantos... O movimento foi de quantas pessoas de fora, 4 mil, 3,5 mil? A capacidade de mobilização é maior do que essa, incluindo... E é com isso que eu concluo a minha pergunta: onde é que estava a Força Nacional? Será que tem alguma imagem que vai nos dizer qual foi a movimentação da Força Nacional?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Então, essa é a minha última pergunta,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao sigilo já sabemos, o WhatsApp parece que está sendo usado ainda hoje para mensagens...

Aliás, só o Brasil e a Índia usam. Os maiores usuários de WhatsApp são a Índia, obviamente, e o segundo do mundo é o Brasil. Eu aprendi isso na CPI dos Crimes Cibernéticos, presidida pela Deputada Mariana Carvalho.

E faço essa pergunta: onde é que estava a Força Nacional?

Por favor, muito obrigado.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Senador, não sei lhe informar. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Então, nós temos... Com isso, eu encerro a sua pergunta e digo que nós temos a quem perguntar.

O senhor sabe que...

O senhor, Presidente, sabe que nós temos que perguntar.

A Senadora Eliziane também sabe a quem nós devemos perguntar.

Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, o Senador fez referência ao meu nome.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não foi...

Não posso...

Mas é até para ajudar na informação.

É só uma questão de informação, porque, na verdade, o Ministério da Justiça, o Ministro Flávio Dino fez o encaminhamento do Ofício, inclusive solicitei agora, nº 7, solicitando a Força Nacional, e o Governador do DF deveria deferir ou não, porque a Força Nacional só pode agir se o Governador do estado deferir, aceitar. O que não foi, na verdade, retornado por parte do Governo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Mas ela estava ali no Ministério da Justiça.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, é só informação, não é defesa, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A sessão está suspensa por uma hora, às 14h30 retomaremos o nosso trabalho.

(*Suspensa às 13 horas e 30 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 06 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Peço o silêncio de todos para retomarmos os nossos trabalhos, passando a palavra à primeira oradora inscrita na sequência, a Deputada Duda Salabert.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente.

Boa tarde, companheiras, companheiros.

Primeiro, agradecer ao Saulo Moura da Cunha por vir não só prestar esclarecimentos, mas também ajudar na investigação que esta CPMI tem feito. Isso mostra não só um gesto profissional, mas também um gesto patriótico de entender a importância de combater qualquer atitude extremista que coloque em xeque a democracia no país e a ordem instaurada. Por isso, agradeço pela transparência, pela lisura e pela seriedade nas respostas, como também agradeço pelos trabalhos que o senhor exerceu no Brasil, contribuindo para a inteligência nacional. Então, profissionais como o senhor têm que ser reconhecidos.

A gente sabe que o bolsonarismo deixou de ser um movimento político eleitoral e tem se transformado num movimento terrorista. Provas sobram.

Nós tivemos uma bomba colocada no Aeroporto de Brasília, invasão e destruição de parte dos prédios dos Três Poderes, uma tentativa de golpe de Estado. Então, nós estamos à frente de algo sério, porque, para o bolsonarismo, não basta a violência simbólica; para o bolsonarismo, não basta mais a violência discursiva; agora, é necessária a violência física. Basta ver o que aconteceu, por exemplo, com o filho do Alexandre de Moraes, do Ministro Alexandres de Moraes no Aeroporto de Roma.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Ou seja, o simbólico, o discursivo é pouco.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – A violência agora tem que ser...

Presidente, peço, por favor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone*.) – Por favor, Deputada, continue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – A violência não é só simbólica, também ela é material.

E aí, Sr. Saulo, a pergunta que lhe faço inicialmente é porque está claro que houve uma cronologia na arquitetura de tentativa de golpe no Brasil: no dia 30 de outubro, setores da Polícia Rodoviária Federal tentaram impedir que eleitores do Nordeste votassem no Lula; no dia 31 de outubro, estradas são bloqueadas por bolsonaristas, questionando o resultado da eleição; no dia 4 de novembro, manifestações na porta dos quartéis; no dia 12 de dezembro, dia da diplomação do Lula, queimaram ônibus aqui em Brasília; no dia 24 de dezembro, uma bomba é colocada no Aeroporto de Brasília, o que poderia ocasionar o maior atentado terrorista não só do Brasil, mas da história internacional; e, no dia 8 de janeiro, depredação dos prédios públicos, destruição de parte desses prédios e de obras de arte, como a de Di Cavalcanti, em marcas típicas de grupos não só extremistas, mas alinhados ideológica e politicamente com o nazismo.

A pergunta que lhe faço, Sr. Saulo, é se o senhor, que tanto contribuiu pela inteligência nacional e tem uma experiência, uma *expertise*; se o senhor, no período em que esteve na Abin, conseguiu ver alguma relação entre essa sucessão de fatos violentos que precederam o dia 8; se eles poderiam ser, de certo modo, uma engrenagem que alimentaria o dia 8; se o senhor vê uma relação nesses fatos.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Deputada, eu não posso entrar... Nós encaminhamos aqui uma série de relatórios que estão à disposição da CPMI. Esses relatórios... Vou falar superficialmente porque eles estão sob sigilo, mas obviamente eles enxergam uma sucessão de fatos, certo? Não são fatos isolados. Esses relatórios foram encaminhados não só aqui à CPMI, como também foram encaminhados à Polícia Federal, que faz e está conduzindo o inquérito sobre esses atos extremistas. Mas eu acho que o encaminhamento dos fatos é significativo, certo? Mas eu não posso aqui, por sigilo funcional, entrar em detalhes sobre os nomes que estão no relatório, sobre... A nossa Exma. Relatora aqui falou de entidades.

Mas os relatórios são técnicos, eu queria ressaltar isso. A Abin faz relatórios técnicos. Esses relatórios passam por toda uma linha de análise; eles são checados. Então, o que nós temos foi absolutamente repassado para esta CPMI.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Muito obrigada.

Um outro questionamento. O senhor está na Abin desde 1999 e, nesse percurso profissional, o senhor já foi diretor do departamento contra terrorismo. A pergunta que lhe faço é se o senhor vê que os métodos utilizados pelos manifestantes, a forma como eles se dividiram, se organizaram para invadir estrategicamente os três Poderes e a forma como eles entraram nos prédios, o senhor acha que esse método ou a forma como eles adotaram foi algo espontâneo, aleatório? Ou há traços ali, que merecem ser investigados, de que havia uma estratégia de como invadir esses prédios?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu posso falar pelos dois meses que eu estive lá. Então, na verdade, certo, mais uma vez os relatórios foram encaminhados, e parece que há uma certa organização, pelo menos de parte – já mais uma vez eu vou ressaltar – de grupos que ali estavam e eram extremistas, estavam organizados. Houve discursos, houve uma incitação à violência. Não parece algo espontâneo.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Muito obrigada.

Essa posição é muito importante do senhor, vindo de um posicionamento técnico e não político. Porque o bolsonarismo aqui na CPMI tem usado o método que eles têm adotado nos últimos anos no Brasil, que é tentar criar uma realidade paralela no país. Então, aqui é o discurso de que quem invadiu os três Poderes eram senhoras nacionalistas sem poder nenhum bélico ou de organização, foi algo esporádico – uma manifestação nacionalista que destrói, por exemplo, uma tela do Di Cavalcanti, o maior pintor nacional. Então essa posição é muito importante.

Uma outra pergunta que tenho é se o senhor tem e pode passar informações sobre a participação de grupos extremistas, como o Ucraniza Brasil – que é o movimento, ao que tudo aponta, ligado às células neonazistas, Ucraniza Brasil – e o Movimento Brasil Verde Amarelo, na organização, planejamento e financiamento do dia 8 de janeiro.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não posso lhe dar essa informação, em questão do sigilo funcional, mas, se eu não me engano, a Abin repassou aqui para esta Comissão relatórios que – não estou falando especificamente se abordam o Ucraniza Brasil e esse movimento ou fazem relação – abordam esse tema. Mas eu não posso discutir isso com a senhora agora, por uma questão de sigilo funcional. Mas os relatórios foram disponibilizados.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Obrigada.

E, só por uma questão didática, esse movimento Ucraniza Brasil, que estava aqui, carregava símbolos em alusão ao que aconteceu na Ucrânia, de movimentos ligados ao neonazismo. Então, o que está em debate aqui não é algo de senhoras nacionalistas, que nós respeitamos, mas sim de grupos organizados que tinham o objetivo de instaurar o caos e com isso golpear o Brasil, não é?

E a última pergunta: o senhor acredita que havia risco real da atuação de servidores civis ou militares insatisfeitos com o resultado das eleições que estariam utilizando a estrutura do Governo para auxiliar os manifestantes?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não tenho essa informação, não posso lhe afirmar.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Satisfeita, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputada.

Passamos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – Presidente, eu vou iniciar fazendo uma correção, porque fiz uma afirmação, depois o Senador Marcos Rogério disse que era *fake news* de minha parte. O Coaf realmente estava e está no Banco Central, portanto veio do Banco Central – aliás, Banco Central cujo Presidente é um bolsonarista, então não há nada de dados que foram no Banco Central possibilitados de serem arrumados. Então, Marcos Rogério, como a tal medida provisória não foi aprovada, ela caducou. Então, realmente, essa é a informação que vale.

Agora, eu não sei o motivo pelo qual querem censurar o Coaf. Ainda bem que o Presidente não deu guarida à questão de ordem apresentada, porque realmente não se pode censurar dados do Coaf. Eu não sei se é por causa de R$1,7 milhão... R$17 milhões – eu falo R$1,7 milhão porque já acho muito; R$17 milhões – de Pix que nós vamos ter que conferir realmente se não tem ali quem fornece esses recursos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Depende de quem fornece. Às vezes são membros de CACs, às vezes são membros...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – É, mas podem ter sido neonazistas, sei lá. Vamos ver quem. Podem ser golpistas... Então, este é que é talvez o medo, porque estão com medo de o Coaf fornecer alguma coisa que era da conta do Mauro Cid. Mas esse é só um dado que eu queria colocar.

Por falar em *fake news*, Senador Marcos Rogério, *fake news* foi a do Senador Magno Malta, dizendo que quem quebrou o relógio aqui foi o MST. Neste caso, eu vou até, Presidente, comunicar a vocês que estou convocando aqui o Sr. Antônio Cláudio Alves Ferreira, que é quem quebrou o relógio. O relógio foi um presente de Luís XIV, Rei da França, para Dom João VI. Então, eu quero que esse Antônio Cláudio Alves Ferreira venha aqui. Ele é de Uberlândia, bolsonarista, estava com a camisa do Bolsonaro...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Podemos aprovar por acordo, Presidente? Aclamação. Está aprovado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, eu peço a V. Exa. mais cinco minutos para eu recomeçar. Eu não dei a palavra a ele. Não tem condições. Quanto tempo eu tenho, Presidente? Isso vai ficar assim? Vai virar chacota, brincadeira?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Mas eu pedi a V. Exa. que pusesse ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou pedir aos Deputados que a gente ouça aqui com tranquilidade, para não tumultuar o trabalho, porque, toda vez que alguém interrompe, o Deputado tem direito a mais um minuto.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Alguém da esquerda. Ninguém da direita foi interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, Deputado, essa coisa acontece dos dois lados infelizmente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não; não, senhor, Presidente. V. Exa. que parece que tem lado, porque nós não interrompemos nenhuma vez.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Presidente, o senhor é testemunha...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Nenhuma vez. V. Exa. é que tem lado.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – ... se existe um Parlamentar aqui que nunca debochou, que nunca aplaudiu, nunca vaiou, fala de nenhum colega, sou eu.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Nem eu, Presidente.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Eu fico calado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – E nem eu.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Eu fico calado, ouço...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Agora, toda vez eu sou interrompido.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Eu acho que todos deveriam fazer o mesmo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – E V. Exa. não reconsidera.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, V. Exa. tem dois pesos e duas medidas aqui. É uma crítica que eu estou fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não fale isso de mim. V. Exa. não está sendo justo comigo, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – É verdade. Tenho que falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. não está sendo justo comigo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, V. Exa. coloque ordem e recomponha o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu já lhe restituí o tempo, Deputado. Por favor, continue...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, olhe lá: seis minutos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Continue, Deputado, sua fala.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, eu quero o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. já tem...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Dá dez minutos, Presidente, e pronto. Deu de drama, senão ele vai começar a chorar e vai ficar feio aí, Presidente. Dá dez minutos e pronto.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Presidente, se ele não quer falar, vai para o próximo orador, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu vou pedir para V. Exas. pararem de interromper aqui o Deputado...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Não, mas já deu dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... porque, senão, a gente vai ficar aqui o tempo inteiro com esta situação: o Deputado pedindo o tempo, porque está sendo interrompido; a Mesa tendo que dar o tempo; e a sessão vai virar essa coisa que não vai para frente.

Então, realmente, é muito desagradável isso.

Por favor, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Peço que recomponha novamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu já lhe dei dois minutos a mais e não vou dar mais.

Por favor, continue.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Ah, o senhor tem dois pesos e duas medidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É, está certo, Deputado. Julgue como o senhor quiser.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Julgo porque é verdade, é fato. Eu vou pegar uma hora e o senhor vai ver como o senhor atua em relação a uns e outros aqui. Isso não tem condições, questão de ordem e tudo. Ora, sinceramente, não tem condições de o Presidente funcionar dessa forma. O Presidente não pode ter lado.

Não é verdade que aqui alguém da esquerda interrompeu nem um minuto – nem um minuto. E V. Exa. vira e participa da chacota que eles fazem aqui.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Sr. Presidente, só por uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou pedir a V. Exa. que faça essa questão de ordem... Para o Deputado Rogério Correia não interromper e concluir o discurso.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu peço a V. Exa. que recomponha o meu tempo, porque não tem condições de trabalhar assim.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. Pela ordem.) – Só para uma questão aqui. Além do que é falado no microfone, Sr. Presidente, os demais Parlamentares falam fora do microfone e tentam atrapalhar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Isso eu não posso... Isso eu não tenho como ouvir, Deputado. Eu não tenho como ouvir.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Mas eu estou aqui, na mesma distância que V. Exa., e a gente consegue ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu não estou dando a questão de ordem a V. Exa. Eu peço que o Deputado Rogério Correia continue a sua fala.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Pode recompor?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Aí, sim, agora eu vou ter que dar mais um minuto ao Reputado Rogério Correia por conta da interrupção do Deputado Duarte.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, eu dizia então que *fake news* fez o Senador Magno Malta, que disse que quem quebrou o relógio, que foi um presente do rei da França Luís XIV para D. João VI... Aliás, uma peça belíssima. Foi quebrada por um bolsonarista vestido com a camisa de Bolsonaro. Quebrou o relógio. Esse sujeito tem que vir aqui, porque ele virou um certo símbolo do terrorismo bolsonarista aqui dentro do Congresso Nacional. Então, eu vou fazer a convocação dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu queria dizer também o seguinte: Minas Gerais está ficando aqui em bocas de Matilde. Nós já fomos aqui hoje agraciados com Teófilo Otoni, que parece que o ex-Presidente Jair Bolsonaro recebeu joias e não fez declaração nenhuma. Já tem que investigar isso que aconteceu em Teófilo Otoni. E agora esse de Uberlândia, que quebrou os relógios, também de Uberlândia. Mas que o pessoal não se assuste, que isso são dois exemplos de bolsonaristas mineiros que nada têm a ver com um bom povo mineiro.

Presidente, o Sr. Saulo terminou aqui com uma pergunta do Senador Esperidião Amin fazendo aqui uma risada, no sentido de quando se perguntou onde estava a Força Nacional. E eu também pensei em rir naquele momento. Onde estava a Força Nacional? Mas rir de nervoso. Porque a pergunta que fica é: por que o Governador Ibaneis não convocou? O senhor sabe que quem tem que convocar, pedir a convocação da Força Nacional, é o Governo do Estado. O senhor sabe disso. Não, é o Governo do Estado quem tem que fazer o pedido. E o Ministro Dino chegou a oferecer, e sabe quando que o Ibaneis respondeu a isso? Dia 8 à noite, depois de tudo quebrado.

Então eu também estou convocando o Governador Ibaneis, porque ele tem que vir aqui esclarecer por que ele não quis a Força de Segurança Nacional. E, aliás, por que o Secretário de Segurança do Distrito Federal, de que a secretaria estava à deriva, estava nos Estados Unidos, o senhor ex-Ministro Anderson Torres. Fica aí também um apelo a V. Exa. que possa marcar a data da vinda de Anderson Torres, porque essa, sim, é uma viagem estranha. Assume a Secretaria de Segurança e deixa tudo à deriva. E todas as argumentações que nós vamos ver são de que a polícia do Distrito Federal estava sem comando, porque o comandante principal, que era o Sr. Anderson Torres, não estava aqui. Não deixou também ninguém no lugar. E, portanto, evidentemente, nós teremos que ver.

Mas eu faço uma pergunta ao Sr. Saulo. Depois eu queria até elogiar o trabalho que vocês fizeram do relatório técnico a que eu tive acesso.

Mas, neste caso do G. Dias, o senhor relatou que ele próprio solicitou que o nome dele não estivesse nas informações – esqueci o nome técnico...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Nos relatórios de alertas, dos alertas.

Se ele tivesse, no relatório de alertas, em vez de solicitar isso ao senhor, não falasse nada, e o senhor encaminhasse o relatório, isso iria mudar alguma coisa no que tinha acontecido no momento?

Não, não é?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Acredito que não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Mais uma vez, eu não vou fazer juízo...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Mas é meio óbvio.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... sobre os motivos que o Ministro me solicitou aqui, certo?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sim. Mas eu estou abstraindo disso, estou dizendo: mudaria alguma coisa?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não sei, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Nada, não é? Porque já tinha tudo acontecido.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não sei.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não mudaria nada. O que vocês estão querendo ver é perfumaria.

Vamos tentar ir ao fundamental? O relatório estratégico, o senhor ajudou na composição dele. Esse, sim, o senhor disse que tem uma análise técnica. Foi muito bem-feita, eu li. Eram pessoas perigosas ou eram só senhoras que estavam aqui, que vocês colocaram no relatório, enroladas na bandeira do Brasil e rezando? Ou tinha pessoas perigosas, terroristas, radicais no relatório?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Como eu lhe disse, eu não posso entrar em detalhes em relação a esse documento. Esse é um documento restrito e eu estou sob sigilo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Mas o senhor se lembra disso.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Mas, se as pessoas constam nesse documento, é porque a Agência Brasileira de Inteligência vislumbrou alguma periculosidade neles. Indícios...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Financiamento... O senhor participou da construção do material. O senhor estava lá.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Indícios de periculosidade ou de financiamento.

O relatório é técnico. O Diretor da Abin não tem, inclusive, autoridade para mexer no relatório, certo? Isso é um impedimento legal. Então...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sim. Mas ele consta... Você acha que o trabalho da Abin é sério? É técnico?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Com certeza, o trabalho é absolutamente técnico e apartidário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Apartidário, técnico e competente.

Então, veja bem, não mudaria nada o que o G. Dias fez ou não fez em relação ao nome dele estar ou não estar no relatório. Não estou defendendo. Se foi errado, ele terá que pagar e será punido. Mas não mudaria nada.

Agora, quem fez esse tipo de financiamento, colocou aqui pessoas perigosas, armadas, que é o que está no relatório, com bolas de ferro, barras de ferro, atacaram policiais, isso, com certeza, mudaria se eles não tivessem vindo aqui. Portanto, quem fez com que eles viessem aqui tem que pagar certamente por isso.

Lá consta garimpo ilegal. Se o garimpo ilegal não tivesse financiado os bolsonaristas para virem aqui, provavelmente nós não teríamos estes ônibus lotando Brasília, que foram pagos por eles. Se o Movimento Brasil Verde e Amarelo, o agronegócio fascista... Porque o agronegócio majoritário no Brasil não entrou nisso, mas o agronegócio fascista do movimento Brasil Amarelo entrou. Tem lá um capítulo desse movimento, que o senhor disse que é técnico, sério e apartidário. Financiaram ônibus, muitos. Se essa turma não tivesse financiado, não haveria o que aconteceu.

Os boinas vermelhas, está citado lá, vieram aqui, eram militares pró-golpe, militares principalmente do Exército, mas militares em geral pró-golpe. Está lá no documento da Abin.

Então, veja bem, olha o que a Abin nos disse depois: "Senador, não teria havido nada disso, com certeza, se esse pessoal não tivesse chegado aqui".

Torres de energia que foram depois e se tentou destruir, que a Abin descobriu antes e impediu – foi depois do dia 8, inclusive –, está lá no documento da Abin. Refinarias que eles tentaram ocupar também, a Abin chamou atenção disso. E a Abin chama a atenção, no final das contas, e diz o seguinte: "Queriam levar o caos para o país". Está lá no documento da Abin, Presidente: "Queriam levar o caos para o país. E, se o caos viesse, isso justificaria, portanto, uma intervenção de forças militares no Brasil, pelo caos". O documento da Abin diz isso, que é técnico, apartidário e competente. Então, alguém planejou isso, e não adianta vir com perfumaria: foi um pré-golpe.

Outra coisa que diz esse documento da Abin é que os mesmos que fizeram isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... também participaram do 7 de setembro de 2021, aquele em que Bolsonaro disse ao Ministro Alexandre de Moraes: "Chega!". Não vou nem falar o nome que ele falou. "Acabou!". E xingou o Ministro e disse que não mais respeitaria o Supremo. Os mesmos... Isso diz o documento da Abin, não sou eu, não. Leiam o documento da Abin. Aliás o Naime pediu muito que o lêssemos, o Coronel Naime. Esses mesmos que participaram, diz a Abin, muitos deles, no 7 de setembro de 2021, estavam planejando essa vinda no 8 de janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu chego à conclusão de que é evidente que é atrás disso que nós precisamos fazer verificação. Quem planejou tudo isso? Por que estava no telefone do Mauro Cid um documento de GLO, um passo a passo de decretação da Garantia da Lei e da Ordem? Houve uma tentativa de golpe no Brasil, que falhou, e os golpistas não poderão simplesmente ser anistiados. A CPMI tem que ir atrás dessas questões.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, Sr. Saulo Moura da Cunha, Drs. Marcelo e Leonardo, da defesa da nossa testemunha hoje...

Presidente, só uma questão preliminar muito rápida – e de por que eu insisto na importância disto – que é sobre os vazamentos das informações do Coaf que chegaram a esta Comissão. Eu queria pedir a atenção da assessoria de V. Exa. e da Mesa, que vai produzir o libelo para iniciar as investigações.

O requerimento aprovado do Senador Kajuru diz respeito apenas a Mauro Cid, escopo em transações internacionais no período compreendido entre 31 de outubro de 2022 até 31 de maio de 2023. Então, chegam as informações do Coaf sobre o Mauro Cid, e, em função de haver duas pessoas que estão autorizadas a movimentar a conta do ex-Presidente Bolsonaro, incluindo o Mauro Cid, se quebra também o sigilo da conta do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Isso é um fato. E são detalhadas aqui as coisas.

Segundo fato: as informações que chegam a esta CPMI são posteriores a essa data, no escopo do requerimento aqui aprovado, posteriores a 31 de maio de 2023, pegando até final de julho deste ano.

E, para concluir e agravar ainda mais, Sr. Presidente, para eu passar à oitiva do Sr. Saulo, eu tive a informação aqui agora de que Mauro Cid deixou de ter procuração para administrar as contas do Presidente Bolsonaro a partir do dia 1º de dezembro de 2022 – desde 1º de dezembro de 2022. Então, jamais o Coaf poderia acessar as contas do ex-Presidente Bolsonaro a partir dessa data, com o fundamento do requerimento que foi aprovado aqui de quebra de sigilo do Mauro Cid. É crime em cima de crime. Portanto, eu insisto com V. Exa. que algo tem que ser feito com relação ao Coaf, porque não dá para a gente ficar aprovando aqui mais um monte de requerimento de quebra de sigilo de Coaf, sem nem saber a fundamentação, por que ou em que período.

Eu estou com uma relação aqui que, se for verdade, Presidente... Votar em bloco um requerimento da Relatora de dezenas de quebras de sigilo de pessoas que não se sabe nem quem são, e a partir de 2019, inclusive – a partir de 2019! E vamos estar atentos, porque, pelo que eu estou vendo aqui, muito rapidamente, Sr. Presidente, diz respeito às pessoas, que eles estão querendo criar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

narrativa aqui, financiadores do golpe, pessoas do agro fascista. Vamos tomar cuidado, porque, com certeza, a maioria esmagadora, se não todas as pessoas que fizeram essas doações ou alugaram ônibus jamais concordariam com o final que aconteceu no dia 8, de depredação de patrimônio. De boa-fé, poderiam estar acreditando que estavam ajudando, como fizeram em diversas outras manifestações pacíficas, democráticas, de apoio ao Presidente Bolsonaro. Não tinham nenhum compromisso com o desfecho que houve no dia 8.

E mais – para concluir essa parte –: temos que estar atentos se não tem gente aqui, trabalhando para colocar em evidência algumas empresas no intuito de causar um dano à sua imagem, um prejuízo à sua atividade e, por consequência, favorecer um concorrente. Então, vamos ter muito cuidado com o critério aqui, com lupa, caso a caso, de quem nós vamos autorizar a quebra de sigilo bancário.

Essa é a consideração que eu queria fazer, pedindo a atenção da sua assessoria, porque são vários os crimes aqui que, supostamente, foram cometidos, e nós temos que identificar não só por parte do Coaf, mas por parte de integrantes ou assessores de integrantes desta Comissão.

Dito isso, Presidente, eu quero também saudar aqui o Sr. Saulo, pela sua tranquilidade, pela sua firmeza. E a conclusão, a que é fácil de se chegar, na sua oitiva aqui, hoje, é de que a Abin fez o seu trabalho, informou a quem devia informar, com os instrumentos que tinha ao seu alcance, e, simplesmente, quem tinha a obrigação de compartilhar essas informações e alertar demais autoridades constituídas, já que a partir de 1º de janeiro de 23 o Presidente do Brasil se chamava Luiz Inácio Lula da Silva; deveriam ele e todos os seus subordinados tomarem providências para evitar que acontecesse – não tomaram providência nenhuma, esse é o fato.

A partir de, pelo que o senhor falou aqui, do início, de 27 de dezembro, começam ali... O senhor teve acesso, enquanto na transição ainda, a relatórios da Abin, afirmando que já apareciam ali as seguintes qualificações: havia um movimento grande de pessoas, mas não afirmava que todos eram extremistas; havia alguns que poderiam ser qualificados como extremistas – 27 de dezembro.

Aí, nas trocas de mensagens, também nos alertas que o senhor envia, começa a haver uma desmobilização desses acampamentos a partir de 2 de janeiro deste ano. Portanto, uma diminuição do movimento das pessoas, e acreditando-se que isso iria se esvaziar naturalmente.

Portanto, é óbvio que não há uma premeditação de nada, de ninguém do governo passado, porque, se houvesse, jamais teria essa diminuição dessa articulação, dessa movimentação, que, repito com toda a tranquilidade, é o que foi feito de forma espontânea, sem comando de ninguém. E a partir do dia 5 ou 6 que o senhor começa nos alertas que envia também ao Sr. G. Dias, o senhor começa a informar um aumento na quantidade de pessoas chegando a Brasília, por informações da ANTT, dos ônibus que estavam sendo loteados para trazer as pessoas para cá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, é *fake news* querer concluir que as pessoas só vinham para cá para fazer quebra-quebra ou para assumir prédio de instituição, de poder nenhum. Muitas das pessoas, com certeza, vieram para fazer mais uma das várias manifestações pacíficas que aconteceram.

A partir do dia 5, o senhor fala em 43 ônibus; a partir do dia 6 para o dia 7, mais 105 ônibus.

E aí é que vem o pulo do gato. Já tínhamos no GSI uma pessoa experiente, que já foi Ministro do GSI em 2003, em outro Governo do PT, e ele simplesmente fala para o senhor que ele não é o destinatário final dos alertas que o senhor está enviando e pede que o senhor o retire desse grupo ou lista de transmissão para as pessoas a que chegavam essas informações, pessoas que tinham vinculações com a parte de inteligência dos diversos órgãos de segurança nacional e aqui do Distrito Federal. Quer dizer, a pessoa que é responsável pela segurança do Palácio do Planalto diz que não se sente o destinatário final correto para as mensagens, para os alertas que a própria Abin enviava para ele. Quer dizer, lavou as mãos. É o "transministro" – não é assim que se fala de quem se acha ministro, mas não é, um negócio desse? –, "transministro". E todos os alertas que são enviados – obviamente a Abin não é o organismo responsável por fazer toda a proteção, desencadear o passo a passo do tal Plano Escudo...

E o chocante para mim deste dia, aqui, hoje, Sr. Saulo, é essa fala, às 8h manhã, na troca de mensagem com o senhor pelo WhatsApp do ex-Ministro G. Dias: "Acho que vamos ter problemas", 8h da manhã de domingo. Depois de tudo que nós vimos aqui, desde pelo menos o dia 6 de janeiro, tudo sendo informado à exaustão, difundido para diversos outros órgãos de segurança, e, no domingo, dia 8 de janeiro, aproximadamente às 8h da manhã, ele responde ao senhor: "Acho que vamos ter problemas".

E, pelo que eu já li também, esse Plano Escudo é possível de ser colocado em prática em 25 minutos. Em 25 minutos, todas as barreiras de proteção, as comunicações com os órgãos responsáveis de cada etapa da segurança dos prédios públicos aqui do Executivo, do Legislativo e do Judiciário... Em 25 minutos, já era para estar tudo em ordem, preparado para receber uma grande quantidade de manifestantes; nesse momento, já se tinha certeza da virulência desses atos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – E o que foi feito? Nada. Absolutamente nada.

Portanto, é importante termos as imagens aqui do Ministério da Justiça, para saber por que é que o Ministro ficou de camarote, observando tudo, sem fazer nada também? Tinha competência, sim. O GSI... Pelo menos na segurança do Palácio do Planalto, a competência é do GSI, e cadê? Onde estava a Força Nacional? Onde estava o Batalhão da Guarda Presidencial? Será que as imagens do Ministério da Justiça vão nos mostrar onde estava a Força Nacional nesse momento? Ou as imagens do Palácio do Planalto vão nos mostrar onde estava o Batalhão da Guarda Presencial no momento da invasão? A partir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que horas começou? Será que o suposto apoiador de Bolsonaro visto quebrando um relógio histórico não entrou lá no Palácio do Planalto antes que a massa tivesse acesso lá? Nas palavras do Lula, a partir de algum momento, alguém abriu a porta do Palácio do Planalto?

Então, são muitas perguntas que precisam ser respondidas, e eu, mais uma vez, aqui, não tenho perguntas a fazer ao senhor, porque ficou muito claro para mim hoje – muito claro para mim – que o que houve foi no mínimo omissão, mas, a partir do momento em que ele – o Ministro G. Dias – tem a ação de se recusar a receber os alertas...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Estou concluindo, Presidente.

... e tem a ação de não mobilizar as forças que estavam sob sua subordinação para promover a segurança do prédio do Palácio Planalto, é muito mais do que uma omissão; algo proposital, no meu ponto de vista.

Mais uma vez, as máscaras estão caindo muito rapidamente. Daí a importância, Presidente, desta CPMI aqui.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Passamos a palavra ao Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero inicialmente cumprimentar o Sr. Saulo Moura pela participação, pela presença nesta CPMI. Mas o que me gera estranheza, o que me gera espanto é perceber a falta de coerência por parte da oposição, por parte daqueles que defendem o bolsonarismo.

Uma hora eles afirmam que não teve golpe, agora eles passam a afirmar que sim, que houve uma tentativa de golpe. Outrora afirmam que não tem ninguém armado, que ali eram senhoras indefesas, inocentes, que estavam se manifestando num domingo ensolarado aqui na Praça dos Três Poderes. Agora afirmam que não, que estavam armados, que são violentos e que o ex-Ministro do GSI foi conivente, foi omisso nas suas atuações.

Aqui, na nossa participação, há coerência. Se houve omissão por parte do G. Dias, sim, ele vai responder com todo o rigor que a lei prevê. Aqui a gente não tenta tampar o sol com a peneira, como, por exemplo, cegam, tentam esconder as mensagens trocadas pela Gabriela Cid, esposa do Mauro Cid, falando sobre o financiamento de cachorro-quente, de descartáveis, falando sobre a necessidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mobilização, das pessoas saírem das suas cidades, dos seus estados e invadirem Brasília, pois, com Brasília tomada pela população, com os manifestantes, seria possível fazer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Sr. Presidente, o senhor está vendo aí, não é?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Abilio, esta CPI não é lugar de brincadeira.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone*.) – Mas não estou fazendo nada...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, V. Exa. está sim. V. Exa. está ali botando um dedo atrás. Vai aparecer no vídeo o que está aqui aparecendo, apontando para o Deputado.

Isso aqui não é lugar de brincadeira, Deputado. Eu peço que V. Exa. leve a sério esta CPI, leve a sério o trabalho de todos nós. Nós não podemos admitir um negócio desse.

Pelo amor de Deus! Isso está sendo visto aqui pelo Brasil inteiro. O Deputado está falando, e V. Exa. com um dedo apontando, aqui vai aparecer no vídeo, na cabeça do Deputado.

Você acha que isso está certo? Pelo amor de Deus!

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor, Deputado.

Acrescente um minuto no tempo do Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sr. Presidente, só para...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Não, não. Muito mais que um minuto, Sr. Presidente.

Eu exijo que o Deputado, que se comporta como um menino, saia desta sala porque aqui não é local de imoralidade.

Eu não posso aceitar que comportamentos imaturos, que comportamentos como esse sejam normalizados nesta CPMI.

Eu peço, com todo o respeito que eu tenho a V. Exa., que atua como Presidente desta respeitosa Comissão, que peça que este Parlamentar saia desta sala, porque este não é o papel de um Deputado eleito por força do voto popular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chega de brincadeira, chega de molecagem! Eu exijo respeito e peço que ele se retire.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu não posso fazer isso, mas V. Exa. naturalmente fique à vontade para fazer uma denúncia no Conselho de Ética se V. Exa. achar conveniente.

Por favor, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sr. Presidente, eu levantei para dizer que ele fez por 14 minutos... Ele fez a mesma coisa.

Está aqui gravado, eu vou enviar para V. Exa. Ele ficou 14 minutos fazendo gestos atrás, isso não é coisa que se faça.

Por isso é que eu fico nervoso às vezes, porque V. Exa. pode ver que não há, do ponto de vista nosso, nenhum tipo de obstrução à fala de ninguém. Isso não pode se repetir.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. não está contribuindo, Deputado.

V. Exa. não está contribuindo nem com o lado que V. Exa. defende.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. não tem a palavra. V. Exa. não tem a palavra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou dizendo que V. Exa. não está...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. está sim!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. está fazendo pândega com todos os Deputados que estão falando, e comigo também, que estou presidindo esta sessão. E comigo também! Então, isso é inadmissível.

V. Exa., reiteradamente – e o Deputado está certo na colocação dele –, tem feito um papel aqui que não é condizente com o papel de um Parlamentar. E V. Exa. está envergonhando esta CPI. Está, está envergonhando esta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realmente, se V. Exa. continuar com esse tipo de atitude, eu vou ter que tomar uma medida contra V. Exa., o que não é, de maneira nenhuma, o meu desejo, nem contra V. Exa., nem contra ninguém. Mas V. Exa. está me obrigando a tomar uma medida extrema.

Por favor, Deputado.

Restam aí dois minutos. É o tempo do Deputado Duarte.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Peço, por gentileza, que paralise o meu tempo, porque esse tipo de postura, Sr. Presidente, com toda a franqueza, envergonha esse Parlamento, envergonha esta CPMI.

O senhor acaba de advertir o Deputado, e ele aqui, ao meu lado, continua fazendo gesto, fazendo gracejo. Envergonha o Mato Grosso, envergonha o nosso país.

É por essa razão, por posturas como essas, que a política tem perdido a credibilidade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Eu não estou ofendendo.

Eu peço... Eu peço, por gentileza, que me deixe fazer o meu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, V. Exa. acha razoável que V. Exa., tendo sentado lá atrás – e esta é uma prática reiterada de V. Exa. –, saia de lá e venha sentar do lado de quem está falando para fazer esse tipo de coisa? Eu vou exigir de V. Exa. que se comporte!

(*Intervenção fora do microfone.*)

Eu vou exigir de V. Exa. que se comporte!

Não vai continuar essa palhaçada aqui na CPI. Não vai continuar!

Se V. Exa. tiver mais um ato, um ato que seja, eu vou pedir que, realmente, V. Exa. se retire da sala, porque não é possível um negócio desse.

Por favor, Deputado, continue.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – O senhor está correto em não pedir que ele saia, em não o retirá-lo da sala. É uma decisão sua. O senhor é o Presidente da Comissão, mas eu peço que ele saia de perto de mim.

Não é a primeira vez.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, continue. Continue.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Em todas as vezes, é isso. Já é a terceira vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não vai provocar. Se ele provocar, eu vou pedir para sair.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Ele já mexeu com o Deputado Rubens Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Se ele fizer uma provocação, eu vou pedir para sair.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Uma atitude completamente imatura, Sr. Presidente.

A gente está aqui investigando um ato que atentou contra a democracia, Senadora Eliziane, a possibilidade de um retorno de uma ditadura nesse país e um marmanjo desse, um adulto, eleito por força do voto popular, vem aqui e se comporta feito moleque.

Isso não é postura de um Parlamentar, Abilio. Com todo o respeito que eu tenho a V. Exa.

Eu não tenho nada contra você, mas há limite para tudo. É preciso ter razoabilidade.

O Flávio Bolsonaro, eu discordo de tudo que ele fala, mas eu respeito o momento de fala dele. Assim como, quando eu estou falando, ele, em nenhum momento, vem me interromper. Isso é da democracia.

Mas está feio para a tua imagem. Eu não sei como tu consegues... Não sei...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Eu não estou lhe ofendendo. Eu estou lhe dando uma advertência. Eu estou lhe dando, talvez, um toque, como um companheiro, como um colega, como um amigo de Parlamento, porque eu teria vergonha de andar num aeroporto desse país se fosse V. Exa., porque isso é uma postura ridícula.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Eu estou exercendo meu trabalho, Sr. Presidente. Eu preciso exercer o meu trabalho.

Eu me preparei, estudei com a minha assessoria para formular questionamentos, e o Abilio vem fazer gracinha aqui atrás! Nem em 4ª série num colégio... Um aluno que faz isso em sala de aula vai para a secretaria. É advertido, é suspenso.

Aqui, no Parlamento, qual o exemplo que é dado para a sociedade? Os adolescentes, as crianças que estão nos vendo será que vão repetir esse ato ridículo no colégio, porque aqui pode e, no colégio, não vai poder?

Pelo amor de Deus, vamos servir de exemplo para a sociedade!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É difícil, a gente retomar uma atividade, sabendo de uma postura como essa.

Por que ele faz isso? Para tentar compartilhar vídeos, ridicularizando aqueles que vêm trabalhar com seriedade aqui.

Chega de se comportar feito um menino, Abilio!

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Presidente, eu vou poder ser ofendido assim...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, V. Exa. não está se sentindo ofendido, porque V. Exa. está provocando isso o tempo inteiro.

Não, V. Exa. está provocando isso o tempo inteiro, Deputado.

Isso não está acontecendo com ninguém nesta CPI além de V. Exa. A única pessoa com quem, em todas as sessões, acontece um problema dessa natureza é com V. Exa.

Então, não venha me dizer que aqui alguém está sendo injusto com V. Exa. não, porque V. Exa. realmente...

Com tudo que o Deputado disse eu concordo, tudo. E tenho certeza de que mesmo quem é do lado de V. Exa. também concorda.

Por favor, Deputado.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, retomando aqui as atividades.

Eu quero formular um questionamento aqui ao Sr. Saulo, que veio aqui para responder perguntas e não para assistir isso que o senhor está assistindo. Peço minhas escusas em nome deste Parlamento.

O senhor lembra das mensagens de alertas... (*Pausa.*)

O senhor lembra das mensagens...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Rogério Correia, Deputado André Fernandes, tem um Deputado falando.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – O senhor lembra das mensagens dos alertas enviados pela Abin no dia 6 de janeiro?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Só um momento, eu acho que eu tenho aqui...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Mais precisamente quando o senhor procura ali, lá por volta das 19h40.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Dezenove e quarenta, sim.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Certo.

O senhor pode ler pra mim, por gentileza, pra esta Comissão?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – "Perspectivas de manifestações em Brasília. A perspectiva de adesão às manifestações contra o resultado das eleições convocadas para Brasília para os dias 7, 8 e 9 permanece baixa. Contudo, há risco de ações violentas contra edifícios públicos e autoridades. Destaca-se a convocação por parte de organizadores de caravanas para o deslocamento de manifestantes com acesso a armas, intenção manifesta de invadir o Congresso Nacional".

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – É esse ponto, Sr. Saulo, que eu gostaria de sublinhar: acesso a armas e a intenção manifesta de invadir o Congresso Nacional.

Como é que a Abin chegou a essa conclusão?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, eu não posso discutir aqui com o senhor, eu não posso revelar os nossos métodos operacionais, certo?

O que eu posso garantir pro senhor é que, se essa informação está aqui, ela passou por análise, certo? Ela foi recebida ou de uma fonte ou de uma observação pelos meios técnicos da atividade de inteligência, que são ferramentas de inteligência. Ela passou pela nossa sessão de análise, que considerou a informação confiável e a colocou aqui.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Ou seja, uma atuação técnica, séria, respaldada por documentos, por especialistas, pareceres técnicos que afirmam que, sim, havia manifestantes com acesso a armas, sim, com a intenção de invadir o Supremo, a Câmara e o Senado.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Me permita: o que o alerta diz é que se destaca a convocação por parte dos organizadores de algumas caravanas dessas pessoas, de pessoas que teriam acesso a armas e que estariam dispostas a invadir o Congresso Nacional.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Então, Sr. Presidente, nós chegamos aqui à conclusão que, diferente do que tentam falar, não vieram aqui fazer uma manifestação pacífica, mas, sim, tinham acesso a armas.

Sigo aqui o questionamento e pergunto ao Sr. Saulo se em algum momento o senhor afirma que os informes recebidos pela Abin eram enviados pela ANTT.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Os informes relativos às caravanas.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Às caravanas, perfeito, o senhor falou isso inclusive hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ônibus.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Mas em nenhum momento o senhor informou se houve algum informe da PRF.

Em algum momento a PRF comunicou as movimentações das caravanas e extremistas, incluindo as pessoas que estavam vindo até Brasília?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – No período em que eu estive à frente da Abin, entre o dia 2 e o dia 8, nós não recebemos nenhuma informação da PRF.

Isso, inclusive – não estou aqui fazendo juízo de valor, por favor –, mas inclusive causou, talvez, um cálculo subestimado dos ônibus que estavam vindo para Brasília, porque a ANTT tem acesso a algumas relações de ônibus, porque, muitas vezes, os ônibus locais, alguns, não são computados, mas nós não recebemos nenhuma informação da Polícia Rodoviária Federal nesse período.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Muito obrigado, Sr. Saulo.

Sr. Presidente, se o senhor me permite, só mais um questionamento, mais um bloco de questionamentos aqui com dois questionamentos no máximo. O que ocorre?

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone*.) – O senhor já...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mais um minuto, Deputado, para V. Exa. concluir.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Meu amigo, eu quero trabalhar. Se tu não queres, sai daqui, por favor. Sai da sala.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone*.) – Presidente, aqui entre nós...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Não será permitido...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – ... assim, é justo isso? É justo?

Entenda bem, é justo me ofender reiteradas vezes? Eu faço humor e sarcasmo com ele e o senhor me repreende.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, tudo o que está...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – É justo me atacar dessa forma?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Todo o tumulto que está tendo aqui, o Deputado está tendo aqui o tempo estendido...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – É justo...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... por conta dos ataques e das coisas que V. Exa...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – ... me atacar dessa forma, com esse tipo de ataque e com esse tipo de desrespeito?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... do comportamento de V. Exa. aqui dentro.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Não, de modo algum...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Conclua, Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – ... com humor, sarcasmo, tirar sarro desses Deputados meia-boca não é ruim, agora eles virem me ofender diretamente não é...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, V. Exa. não está com a palavra. V. Exa. não está com a palavra. V. Exa. não está com a palavra.

Conclua, Deputado.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Deputado meia-boca é demais.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone*.) – Ah, mas é, uai!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Se fizer uma enquete, agora, em qualquer rede social, vai ver quem é o Deputado meia-boca, se é V. Exa. ou se sou eu. Está certo? Isto cabe à população definir, quem é meia-boca.

Sr. Presidente, por fim, eu queria destacar que alguns outros Parlamentares aqui – eu não vou citar nomes para que não caiba o direito de manifestação desse Parlamentar – fizeram todo um malabarismo para tentar, de alguma forma, culpar o Ministro Flávio Dino, alegar que o Ministro Flávio Dino foi, de algum modo, omisso.

Aqui eu faço referência a alguns documentos que esta Comissão recebeu, inclusive no que diz respeito ao plano de ação para a proteção da Praça dos Três Poderes, que traz aqui a atribuição de todos os órgãos – a atribuição da PRF, a atribuição da Polícia Militar do DF –, que diz o seguinte: cabe à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PM do DF "planejar e executar as ações de policiamento ostensivo, com o objetivo de manter e preservar a ordem pública durante a realização do evento – o evento aqui são as manifestações – empregando, para esse fim, todos os meios necessários", conforme o planejamento próprio desta instituição, acordado em reunião na Secretaria de Segurança Pública, no dia 6 de janeiro de 2023.

Ainda, segundo esse documento, faz-se referência ao art. 114 do Decreto 40.079, de 4 de setembro de 2019, que fala que cabe à Secretaria de Segurança Pública do DF a realização dessas ações de segurança no Palácio dos Três Poderes.

Por fim, Sr. Presidente, para concluir, aqui eu destaco que caberia ao Ministério da Justiça a atuação que foi realmente executada. Não poderia ser feito nada mais, nada menos, e esses relatórios aqui da Abin servem claramente para ilustrar, para corroborar tudo aquilo que nós estamos defendendo desde o início dessas investigações.

Aqui eu concluo afirmando: nós não podemos aceitar que o discurso do algoz possa vitimizá-lo. Não pode um algoz tentar se transformar em vítima. Nós não podemos trazer para esta CPMI o mesmo argumento de defesa do Daniel Alves, que comete um crime horrendo, de estupro, e tenta culpar a vítima pelas roupas que ela veste.

Nós sabemos, sim, quem planejou, quem pensou esses atos, quem instigou, e nós estamos aqui, através dessa CPMI, buscando provas objetivas para colocá-los na cadeia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra a Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Estou aqui, Presidente.

Presidente, primeiro, eu me dirijo ao senhor. Nós temos um, dois, três, quatro, cinco, seis requerimentos para convocar o homem do relógio para vir depor na CPMI: requerimento meu, do Izalci, do Duarte, do Eduardo Bolsonaro, do Ramagem, do Girão.

Então, só estou trazendo essa informação, se o senhor quiser...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito, Deputada.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – ... depois a gente pode colocá-los todos em votação.

Segundo, eu queria falar com a Relatora, mas ela não está, especialmente com relação à questão do Coaf e procurador. Presidente, o relatório de uma CPMI também propõe propostas legislativas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos de lei. Nós estamos diante de um fato muito grave. O sigilo do Presidente Bolsonaro, o relatório foi enviado por conta de um procurador. Quebra-se o sigilo do procurador, quebra-se do procurado. Isso é muito grave. Se tem alguma falha na legislação, que a assessoria jurídica desta Comissão encontre esta falha e a gente apresente em forma de uma proposta de lei. Imagine, Presidente – eu sou advogada –: no dia que quebrarem o meu sigilo, quebram o sigilo do meu procurado; no dia que quebrarem o sigilo do meu procurado, quebram o sigilo da procuradora. Nós estamos diante de um fato grave, delicado e que traz... Se foi um erro, esse erro vai ser consertado e quem errou vai ser responsabilizado. Mas a gente vai precisar fechar esta brecha: que se quebre o sigilo do procurado quando for expressamente pedido e sob as penas da lei. Então, fica aí como minha sugestão já para o relatório final da nossa CPMI.

E, agora, eu me dirijo ao Sr. Saulo.

Sr. Saulo, o senhor frustrou todas as minhas expectativas hoje. Eu achei que nós iríamos para uma reunião, nós iríamos estar questionando, inquirindo uma pessoa que iria fugir das respostas, que iria pedir silêncio absoluto, e o senhor veio aqui e o senhor falou a verdade, pelo menos é o que eu estou sentindo. O senhor falou verdade, o senhor não teve medo, o senhor se posicionou de uma forma tranquila. Eu sei que não está fácil para o senhor estar aí, Sr. Saulo, como não está fácil para sua família ter visto o seu nome em tudo que é reportagem nos últimos meses, a forma como o senhor foi apontado, colocaram em dúvida o seu profissionalismo, a sua lealdade com a nação brasileira. Mas eu acho que a sua família hoje sai muito feliz com a sua postura nesta CPMI.

E, nesse sentido também, eu quero fazer aqui um ato de desagravo à Abin, porque, da forma como se fala da Abin, colocaram em dúvida essa agência, e a gente precisa reconhecer o papel dessa agência no país.

Eu queria muito que o senhor levasse os meus cumprimentos a todos os servidores da Abin. Eu conheço os servidores da Abin, são até chatos demais de tanto que trabalham. Eu sei o que eu sofri com vocês em algumas missões oficiais, mas que todos eles sejam, nesta tarde, reconhecidos como servidores com muito valor para a nossa nação.

Feitos os elogios, agora que eu amaciei o seu coração, eu vou às perguntas.

Primeiro, o que me fez pensar que essa seria uma reunião muito ruim, Sr. Saulo? Porque o senhor havia pedido uma reunião reservada, e nós estamos vendo que não haveria necessidade. Pelo menos tudo que nós estamos perguntando o senhor está respondendo. A minha pergunta é: o senhor vê necessidade ainda de uma reunião reservada conosco? Tem alguma coisa que o senhor ainda queira falar para a gente esclarecer tudo que aconteceu no dia 8 e que o senhor não pode fazer isso publicamente? Se o senhor disser que tem mais alguma coisa... Nós precisamos encontrar as verdades, Sr. Saulo. Nós precisamos virar essa página no Brasil. A gente precisa avançar como nação. O senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sente necessidade de uma reunião reservada com os Parlamentares? Se o senhor disser que sim, eu vou apresentar um requerimento agora para a gente ter esse momento reservado com o senhor.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Senadora, obrigado, antes de mais nada, pelos elogios. O meu coração já está amaciado. Levarei os seus elogios também aos servidores da Abin.

Bom, Senadora, a nossa intenção de pedir a reunião reservada – estou aqui com os colegas da AGU, a quem faço questão de agradecer o apoio da Advocacia-Geral da União – era no sentido de preservar o sigilo funcional da atividade, certo? Então, inclusive, foi a nossa conversa aqui com o Deputado. Por isso é que eu não estou aqui descendo a detalhes, aos relatórios que foram aqui entregues, até porque, como eu disse, eu não tenho conhecimento integral deles; eles foram feitos há mais de seis meses. Então, esta era a ideia: a da preservação do sigilo funcional, não é? E assim foi gentilmente acertado aqui. Então, quando eu não posso falar alguma coisa... E nem numa sessão reservada também, certo? O nosso Deputado ali perguntou, por exemplo, como a Abin teve conhecimento de certo fato. É uma coisa que o sigilo me impede de falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. *Fora do microfone*.) – Mesmo no reservado?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Então... Exatamente, até mesmo numa sessão reservada, porque a Abin trabalha – a gente não pode esquecer – muitas vezes com vidas humanas.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – São pessoas que estão no campo, são pessoas que estão atuando em questões que dizem respeito a crime organizado, questões que dizem respeito a atos extremistas, como aqui estão falando. Então, o sigilo, por exemplo, me impõe... O sigilo da função me impõe não poder falar disso. Foi tão somente por isso que nós estávamos, num primeiro momento, pedindo a sessão reservada, mas ficou acordado aqui que, quando eu não pudesse falar, que eu tivesse que invocar o sigilo funcional, eu assim o faria, e desde já agradeço a compreensão desta Comissão aqui, na pessoa do nosso Presidente, nesse sentido.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – O.k.

A segunda pergunta, Sr. Saulo. O senhor teve aquela conversa pela manhã com o Ministro G. Dias, e ele lhe responde: "Acho que teremos problemas". O senhor já colocou à disposição desta CPMI a quebra do seu sigilo, mas o senhor poderia nos antecipar, quando ele falou "acho que teremos problemas", o que o senhor respondeu para ele? Ou se encerrou aí a conversa?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, eu respondi... Quer dizer, na verdade, eu... A conversa se encerrou aí, mas o que eu disse para ele é que nós iríamos continuar o acompanhamento e que eu o manteria informado. E passei a enviar uma série de mensagens, que estarão aqui à disposição da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, certo? E, mais uma vez, essa foi uma conversa por mensagem. Eu só falei com ele mais tarde, no momento em que a manifestação começava a se deslocar.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Tá.

Sr. Saulo, a testemunha não pode emitir juízo de valores, mas eu não posso perder a oportunidade de aproveitar a sua capacidade técnica neste momento. O senhor tem um currículo maravilhoso – eu pesquisei seu currículo –, tão bom que o senhor foi nos representar fora do Brasil. Com base na sua experiência, às 9h da manhã, quando o senhor teve essa conversa com o Ministro, se uma iniciativa em conjunto tivesse sido tomada, teríamos evitado a tragédia?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Senadora, eu acho que os fatos respondem por eles mesmos, certo? Houve uma invasão.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – O.k. Era tudo o que eu precisava.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senadora Damares.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero, antes de fazer algumas ponderações em relação ao que foi dito aqui pelo depoente, apenas deixar mais um esclarecimento a esta CPI com relação à competência para convocar a Força Nacional.

Foi dito aqui pelo colega Deputado que só os Governadores podem convocar a Força Nacional, e isso não é verdade. É só observar o que diz a legislação, o Decreto 5.289, de 2004: também compete aos ministros de Estado. Eu pergunto se o Ministro da Justiça é ministro de Estado. Se ele não for, ele não tem competência para convocar a Força Nacional. Mas, se ele é, está na lei, está na norma.

Com relação ao Coaf, realmente houve uma medida provisória por parte do Governo voltando o Coaf para o Ministério da Fazenda, mas essa medida provisória acabou não sendo aprovada – operou-se a caducidade –, e, em razão disso, o Coaf realmente continua sob a hierarquia do Banco Central.

Mas eu queria, neste momento, Sr. Presidente, cumprimentar V. Exa. pela condução dos trabalhos e cumprimentar o depoente Saulo Moura da Cunha. A Senadora Damares tem razão: havia uma expectativa de que V. Sa. aqui fizesse coro ao que outros já fizeram aqui nesta CPMI, ora usando o direito constitucional ao silêncio, ora tergiversando, não dizendo às claras exatamente o que aconteceu. E V. Sa. vem aqui e realmente expõe o que aconteceu, dentro dos limites que a condição de V. Sa. lhe impõe, mas traz revelações absolutamente importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu disse numa entrevista, agora há pouco, que este foi o depoimento mais importante que nós tivemos nesta CPMI sobre o dia 8 de janeiro. Aliás, o único – Kajuru me adverte, aqui do lado. Nós já tivemos vários depoimentos aqui sobre várias coisas, mas, sobre o 8 de janeiro, este é o depoimento mais importante, quando V. Sa. vem aqui e faz as afirmações que faz.

Eu não vou falar aqui de aspectos da governança interna do Palácio do Planalto, da Presidência, de lealdade, de gratidão, nada disso. Não quero amolecer ainda mais o coração de V. Sa., a Senadora Damares já o fez. E, certamente alguém que teve a atuação que teve – V. Exa. já na transição e depois da transição chegar à posição que chegou – e depois ser tratado como foi, não é algo que realmente se espera de quem se nutre confiança e lealdade. Mas V. Sa. está demonstrando lealdade, sobretudo aqui, à sua carreira, à sua função, à sua missão institucional. E aí vem aqui trazer a primeira revelação em relação ao famoso relatório que veio para o Senado Federal e onde havia omissões em relação à participação do ex-Chefe do GSI G. Dias. E aí V. Sa. vai dizer aqui que quem determinou que o nome dele fosse incluído na relação, nos relatórios, foi o próprio G. Dias.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (*Fora do microfone*.) – Fosse retirado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Que fosse retirado – que fosse retirado.

Veja que é mais grave: o relatório estava feito e V. Sa. diz que recebeu uma ordem para que o nome dele fosse retirado do relatório. É isso?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Exatamente. Eu apresentei ao Ministro uma planilha com os alertas que a Abin havia encaminhado para os grupos de WhatsApp...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Pois não.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... e aqueles alertas da Abin que eu havia encaminhado a ele. E ele determinou que o nome dele fosse retirado, alegando, argumentando que ele não era o destinatário daquelas mensagens; que eram os grupos de WhatsApp os destinatários oficiais.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Bom, havia informação, inclusive, sobre a possível invasão aos prédios dos três Poderes. Dentro desses alertas, havia informações, já desde esse momento, apontando para isso?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, os alertas estão à disposição aqui. A íntegra dos alertas está à disposição aqui da CPMI. Alguns dos alertas que foram encaminhados a ele apontavam a possibilidade da invasão de prédios públicos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Agora eu pergunto a V. Sa.: realmente ele não era o destinatário desse tipo de informação, como chefe do GSI?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Bom, nós temos opiniões diferentes, talvez – eu e o Ministro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Pois não.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Se eu encaminhei as mensagens para ele foi porque eu achei que ele deveria conhecê-las.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Quem exerce o poder de mando, chefia sobre a Abin? Qual é o órgão?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – O Ministro-Chefe do GSI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Ora, e ele vai dizer, então, que não deveria reportar a ele porque ele não era o destinatário. Se ele não era o destinatário sendo o chefe da pasta, quem seria?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Bom, nós encaminhamos essas mesmas mensagens também para outros órgãos. Isso é preciso esclarecer aqui, certo? Foram encaminhadas também para os órgãos de segurança pública; foram encaminhadas para os centros de inteligência das Forças Armadas, para o Ministério da Defesa, ou seja, nós fizemos uma difusão, e todos aqueles órgãos que estavam nas células de inteligência integrada de segurança pública... Também foram encaminhadas para esses órgãos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Bom, eu não vou reprisar tudo o que foi dito aqui, porque eu acho que já está muito clara a fala de V. Sa., mas eu lhe indago ainda: a última conversa que V. Sa. teve com o Ministro G. Dias foi a conversa ao telefone. Posteriormente, após as mensagens, V. Sa. tem uma conversa com ele, acho que por volta de 1h40?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Foi a última conversa?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Por telefone, sim, mas eu continuei enviando mensagens.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – É porque, nos relatórios, me parece que esse é o último horário.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, sim.

O relatório... Só para um esclarecimento: nos relatórios, ali constam as mensagens que a Abin estava produzindo e que eu estava encaminhando para ele. Como os senhores e as senhoras vão perceber, eu encaminhei também outras mensagens que estavam no grupo, na célula de inteligência de segurança pública. Eu falei com o Ministro até mais ou menos... Eu falei com o Ministro por WhatsApp... Não vou dizer falar, não foi exatamente um diálogo. Eu encaminhei mensagens para o Ministro até as 5h da manhã do dia 9 de janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Então, continuaram depois esses diálogos.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Em algum momento ele pediu que você parasse de conversar com ele por mensagens?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Só em relação ao relatório?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, mas essa foi uma conversa posterior.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – O.k., o.k.

Neste momento aqui das tratativas internas, ele não pediu que deixasse de comunicá-lo de nada?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – No dia 8?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Isso.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, absolutamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – O.k., o.k.

Bom, Sr. Presidente, eu não vou fazer nenhum questionamento a mais. Eu acho que a contribuição que o Sr. Saulo traz no dia de hoje é de suma importância. Talvez tenha sido a maior contribuição que essa CPMI já teve.

E a frase que ele nos trouxe do G. Dias aqui com relação aos alertas... G. Dias diz: "Acho que vamos ter problemas". E daí? O que fez G. Dias? Alertado que foi sobre todos os passos, a mobilização, o tamanho da mobilização que cresce na chegada do dia 8.

Numa das tratativas que ele tem, ele diz: "Acho que vamos ter problemas". Qual foi a medida concreta? Qual foi a medida concreta do chefe...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... do GSI, do Ministro G. Dias? Nós queremos ver o G. Dias sentado nessa cadeira para prestar o seu depoimento e esperamos, com a mesma franqueza que está tendo aqui o Sr. Saulo Cunha, que ele também esclareça qual foi a conduta dele. Comissiva, o que fez, ou omissiva, o que deixou de fazer? Porque, certamente, se tivesse agido dentro do estrito cumprimento do dever legal, nós não teríamos a invasão ao Palácio do Planalto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu iria entrar aqui num outro mérito, Sr. Presidente, mas não há tempo para isso, sobre o Plano Escudo. Eu ia detalhar o Plano Escudo aqui. Eu tenho aqui todos os passos, mas ele não foi acionado, não houve. Não houve a adoção desse plano, que é corriqueiro diante de situações como essa. Nem isso foi feito. A representação do Governo aqui na CPI disse hoje: "Não, mas quem tem que convocar a Força Nacional são os governadores". Não, os ministros de Estado também podem convocar. Onde estava a Força Nacional? O Exército Brasileiro? Onde estava? Ou seja, alguém se omitiu, alguém prevaricou, alguém deixou de agir para proteger, de maneira, me parece, intencional.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Na ausência do Deputado Carlos Sampaio, passo ao próximo orador inscrito, que é o Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO. Para interpelar.) – Bem, inicialmente, Presidente Arthur Maia, o senhor sabe, desde quando o conheci, através do meu amigo pessoal, Esperidião Amin, nossa reserva cultural e moral desta Casa, eu aprendi a gostar do senhor, a admirar o seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É recíproco, Senador. Tenha certeza.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – E, principalmente aqui na Presidência, publicamente, em todas as minhas entrevistas, eu o cumprimento. Só queria amaciar o seu coração e também o coração do Rogério Correia, que vocês dois não precisassem mais deste tipo de discussão, porque são dois homens públicos exemplares e não acrescenta nada para a nossa CPI. Vou imitar a minha amiga, por quem tenho tanto carinho, a Senadora Damares.

Eu quero aqui também aqui, agora, dizer ao Sr. Saulo que se antes eu tinha medo de não o respeitar aqui, de repente o senhor ganhou o meu respeito. E eu sou sincero, o senhor sabe. O senhor deve ter televisão em casa, então o senhor já deve ter me assistido muitas vezes, não é? Eu só tenho 45 anos de carreira na TV.

Então, estou dizendo aqui na sua frente, gostei muito e a melhor surpresa sua, para mim, fui eu quem sugeri à Relatora aquela pergunta: se o senhor abriria o seu sigilo telefônico. O senhor aceitou na hora, o senhor não pensou nem um segundo.

Então, diante dessa sua atitude – que às vezes é rara até aqui no Congresso Nacional, tem muito Parlamentar que não aceita jamais abrir o seu sigilo telefônico, muito menos bancário –, o senhor aceitou na hora. Então, isso significa dizer que, ao ter essa CPI o seu sigilo telefônico, nós vamos ver as mensagens a que o senhor se referiu a 6 de janeiro e a 8 de janeiro em seu WhatsApp?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – O senhores vão ver a íntegra das minhas mensagens com o General G. Dias, talvez desde o momento que eu tenha começado a trocar mensagens com ele lá na transição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – A íntegra significa...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Todas.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – ... o que o senhor perguntou e o que ele respondeu?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, toda a linha de conversas que nós tivemos, as mensagens que foram encaminhadas, as respostas do General.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Perfeito.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – A íntegra das conversas, das várias tratativas que eu tive com ele, sobre outros assuntos inclusive, estará ali.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Perfeito.

A imprensa divulgou que a Abin disparou sete alertas sobre a manifestação – agora vou imitar o meu amigo pessoal, o Marcos Rogério: "Vai vendo, Brasil". O Kajuru fala "manifestação", entenderam, bolsonaristas? Flávio, Cleitinho, Filipe, Damares, Moro, Amin, muitos de vocês são meus amigos pessoais. Eu sou Vice-Líder do Governo Lula e não tenho nenhuma dificuldade de conviver com bolsonaristas. E vão na minha casa, inclusive – Tereza Cristina, Hamilton Mourão –, toda quarta-feira. Portanto, modéstia à parte, nesse ponto eu sou diferente. Então eu não falo "manifestação bolsonarista", eu falo "manifestação" – melancólica, evidentemente, desastrosa – entre a noite de sexta-feira, 6 de janeiro, e a tarde do domingo, dia 8, em que foram registradas as invasões golpistas. A informação procede, pergunto ao senhor?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Desculpe...

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – E aí, se sim, por que não foram tomadas providências? Aí, sim, é a minha primeira pergunta.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ah, sim. Posso responder?

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Claro, à vontade.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Senador, mais uma vez, como eu expliquei, depois que a informação sai da Agência Brasileira de Inteligência, não cabe – a agência é uma agência de assessoria – à Abin saber o que os órgãos decisores vão fazer dessa informação. Então eu não posso responder para o senhor, até porque eu não tenho conhecimento do que os órgãos fizeram com essas informações. O que nós sabemos é que elas foram colocadas em várias – o Senador Esperidião Amin falou – caixas...

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Quarenta e oito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... de mensagens, mas eu não disponho da cadeia de ações que ocorreram a partir dessas informações.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Perfeito.

A Abin não estava presente na reunião entre os órgãos de segurança do Distrito Federal e o Governo Federal, ocorrida no dia 6 de janeiro, que embasou a instauração do PAI nº 2/2023. Nesse encontro, o Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal, Rosivan, informou que a unidade de inteligência da Polícia Militar identificou a mobilização para os atos do dia 8, porém a informação era de que a adesão estava baixa e não havia certeza se o evento aconteceria. O senhor tinha a mesma impressão?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – O senhor vai ver aqui pelos alertas, na verdade, a quantidade de ônibus fica clara para nós a partir da tarde do dia 6 para o dia 7. Eu não sei. Essa foi uma reunião operacional, não foi uma reunião de inteligência, se eu não me engano. Então nós realmente não estávamos nessa reunião operacional.

Agora, a partir do momento da criação da Célula Integrada de Inteligência, nós já passamos a colocar ali o número de ônibus – certo? – e a nossa visão de que já havia, efetivamente, convocações para ações de violência, ações extremistas. E a PM fazia parte dessa célula, certo? Portanto, se não estava ainda aí, nesse dia 6, assim que o grupo foi acionado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, não, não. O grupo foi acionado aqui...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – A Polícia Federal aqui do DF?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ah! Sim, do DF. Assim que nós colocamos... Ou seja, a partir dali já havia informações para a PM, pelo menos, ou informações disponíveis para a PM de que poderia ter ações violentas.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Perfeito.

As constatações relatadas pelo Coronel Rosivan, da PM do Distrito Federal, foram inseridas no Sisbin, o Sistema Brasileiro de Inteligência, ou em outro canal de inteligência oficial? O senhor pode me responder?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não sei lhe informar, mas, no Sisbin, com certeza, não foi. Ele pode ter inserido na célula de inteligência de Segurança Pública, mas eu não sei lhe informar.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Sei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – No Sistema Brasileiro de Informação... A PM não nos passou nenhuma informação diretamente, certo? A PMDF.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Perfeito.

O Sistema de Inteligência da Polícia Militar do Distrito Federal mantinha contatos com a Abin, Sr. Saulo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sobre esse evento especificamente?

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Sim.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, os contatos com a área de Segurança Pública do DF feitos pela Abin são feitos pela Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, ou seja, foi a subsecretaria, inclusive, que criou essa célula integrada de inteligência. Então, não havia comunicação direta, mas, a partir do momento em que a Polícia Militar estava nessa célula, ela estava recebendo as informações.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Perfeito.

O Presidente sabe, o Senado inteiro sabe que eu nunca passo um segundo do meu tempo – nunca passei. O querido amigo Magno Malta já chegou a 36, e eu é que estava presidindo a sessão. Eu o permiti fazer isso e levei bronca de todo mundo. Então, eu não vou passar do tempo.

Quero apenas fazer um registro aqui e pedir a compreensão dos bolsonaristas nesse sentido. Vocês têm todo o direito de discordar de quem é da situação do Governo Lula chamar a manifestação de manifestação bolsonarista. O direito da discórdia é total, mas não o do desrespeito. Por quê? Porque é preciso lembrar que existe aqui o Documento nº 19, Presidente Arthur, que está aqui na CPMI. Nesse documento, a Polícia Civil declara – declara – que todos os manifestantes presos declararam que não queriam que o Presidente Lula subisse a rampa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – ... e assumisse a Presidência. Então, eu acho que pelo menos o respeito eles merecem. Mas eu prefiro continuar com essa palavra, apenas chamando-a de manifestação.

E mantenho a minha posição – vou passar cinco segundos –: eu fui o primeiro Parlamentar no Senado que discordei de dois Senadores do meu partido, ou seja, não do meu partido que é o PSB, mas do Governo, de que sou o Vice-Líder, quando disseram que Bolsonaro sabia de tudo das agressões. Eu defendi o ex-Presidente Bolsonaro. Eu falei que ele não sabia, de forma alguma. E, do mesmo modo, eu penso que o Presidente Lula jamais sabia e que nós não chegaremos a essa conclusão. Poderemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegar à conclusão de que outros sabiam, mas o ex-Presidente e o atual não seriam irresponsáveis, na minha opinião.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Kajuru.

Com a palavra o próximo orador, o Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Algo que deveria ser regra nessas investigações, como esta CPMI, é nós termos como norte uma pergunta; esta pergunta é: quem se beneficiou? Quem se beneficiou, politicamente, com o dia 8 de janeiro? Claro, o atual Governo. É por isso que esse depoimento marca, Senadora Eliziane Gama, o início das comprovações das omissões, que, dolosamente, favoreceram o atual Governo Federal.

Pergunto ao Sr. Saulo: o senhor participou da equipe de transição do Governo Lula?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Sim, do grupo de inteligência.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – O senhor teve acesso ao Relatório de Inteligência 323, feito no dia 27 de dezembro de 2022; portanto, que foi difundido para o Gabinete de Transição?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Nesse relatório, cita-se o seguinte:

> Avalia-se que o grupo tenha capacidade, motivação e meios para planejar, executar ou prestar suporte a um ato extremista violento. Ademais, pode atuar como indutor de atos de vandalismo e obter a adesão de participantes da ocupação que originalmente não demonstravam propensão à violência.

A transição do Governo Lula teve acesso a esse relatório, Deputado Eduardo Bolsonaro.

Sr. Saulo, o senhor foi nomeado, em 1º de janeiro, como Diretor-Adjunto da Abin?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Exatamente.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – No dia 1º de março, a Abin foi transferida da Casa Civil. Até esse momento, o seu superior direto era o General G. Dias?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – No dia 2 de março, um dia depois de a Abin ser transferida para a Casa Civil, saiu a sua exoneração da Abin, mas, no dia 13 de abril, o General G. Dias o chamou novamente para compor os quadros do GSI. Procede?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Procede.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Isso parece muito, Sr. Presidente, com o que aconteceu, Deputado André Fernandes, em relação à Polícia Militar do Distrito Federal, em que o Coronel Klepter deixou a sua tropa de sobreaviso, deixou os policiais em suas respectivas casas, e depois foi promovido por Cappelli, ele foi promovido pelo interventor, o Cappelli.

Em relação à difusão dos alertas de inteligência, Sr. Saulo, eu gostaria de que, inclusive, colocasse os alertas que foram encaminhados – preparei uma apresentação. Nós temos alertas desde o dia 2 de janeiro de 2023, mas, a partir do dia 5 de janeiro, os alertas passam a relatar que havia convocações rumo ao Distrito Federal. No dia 6 de janeiro, às 19h40, o Ministro do GSI recebeu o primeiro informe, alerta de inteligência. Procede, Sr. Saulo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Perfeitamente.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – O senhor confirma, então, que o Ministro G. Dias recebeu esses informes? Ele próprio recebeu esses informes?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, Excelência, mais uma vez, esses informes foram encaminhados por mim.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Na CPMI do Distrito Federal, da Câmara Legislativa, o General Gonçalves Dias afirmou que, desde o 6 de janeiro, conversou com V. Exa., com o senhor, sobre a segurança do Palácio do Planalto. O senhor já disse aqui que, no dia 8, pela manhã, o General Gonçalves Dias disse, entre aspas: "Vamos ter problemas".

Pergunto: nas conversas com o ex-Ministro-Chefe do GSI, V. Sa. ligava e mandava mensagens de WhatsApp para o telefone privado ou para algum celular funcional de que ele se utilizava?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu acredito que seja o privado. Era o único número que eu tinha.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – V. Sa. omitiu do ex-GSI a gravidade prevista para o evento que se avizinhava?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Nós não omitimos nenhuma informação. O que acontece é que há uma sequência de eventos. Então, enquanto a agência não tem uma consciência formada, ela não pode fazer afirmações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Perfeito.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Certo? Então, o que nós passamos...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Então, o senhor chegou a abordar com clareza aquilo que estava para acontecer?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu encaminhei para ele exatamente documentos das avaliações, dos alertas da Agência Brasileira de Inteligência que apontam uma evolução da, vamos chamar assim, manifestação e depois das conclamações para atos violentos.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Perfeito. E, desde o dia 6, então, o Ministro Gonçalves Dias recebeu esses informes?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, desde o dia 6.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – No dia 7 de janeiro, ele recebeu outros três informes; no dia 8 de janeiro, ele recebeu outros seis informes a partir das 8h53 da manhã; e depois ainda solicita a V. Exa. que retirasse o nome do relatório que foi encaminhado a este Congresso Nacional?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Exatamente.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Em relação aos alertas que o Ministério da Justiça recebeu, pelo que me consta, praticamente todos os informes de inteligência foram encaminhados à Dint, que faz parte do Ministério da Justiça, procede?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Exatamente.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – V. Exa., no depoimento que deu na sindicância do GSI, disse que a Dint foi desestruturada após a transição do Governo. V. Exa. reitera essas palavras?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – O que eu chamo de desestruturada é que estava em transição. Parece inclusive que a Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça depois foi extinta ou remodelada, mas, até aquele momento, nós tínhamos...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Estava desestruturada?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É, nós tínhamos um grupo... Não estou falando que estava desestruturada. Eu usei essa palavra...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – É porque V. Exa. falou na sindicância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, eu falei essa palavra. Ela estava sendo desmontada, mas, até aquele momento, nós tínhamos como ponto focal, no Ministério da Justiça, a Dint. Até aquele momento, era mantida pelo Ministério da Justiça...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Quem era o Ministro da Justiça à época dos fatos?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Flávio Dino, mas eu não estou falando que o Ministro da Justiça que... Não estou...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – É porque V. Exa., no relatório da sindicância, disse que, depois da transição, a Dint foi desestruturada.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, mas eu não estou falando que foi o Ministro Flávio Dino que fez isso.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Não, é que ele é o Ministro.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Se foi desestruturada, alguém desestruturou a Dint.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Isso é o senhor que está falando. Não sou eu.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Sim. Conclui-se, por óbvio.

Em relação ao grupo de WhatsApp Ciisp - Manifestação, no dia 6 de janeiro, uma reunião promovida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para elaboração do PAI (plano de ações integradas). No depoimento que V. Exa. deu também para a sindicância do GSI, V. Exa. afirma que a Abin tinha dois representantes nessa reunião. Procede essa informação?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Na reunião de inteligência.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Do dia 6?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim. Não é na reunião operacional. Foram duas reuniões, se eu não me engano.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Mas no mesmo dia 6?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Parece-me que sim, mas nós fomos chamados apenas para a reunião de inteligência.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – No dia 7, foi criado o grupo Ciisp – Manifestação. E me chama atenção o fato de que o grupo Consisbin recebeu 26 alertas, enquanto o grupo Ciisp - Manifestação, que era com objetivo específico do dia 8 de janeiro, esse grupo só recebeu quatro informes. Por que essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferença de tratamento? Porque no grupo Ciisp, Sr. Presidente, era onde estava o representante do Supremo, do TSE, da Câmara, do Senado. Por que a Abin mandou 26 relatórios, ou melhor, alertas de inteligência para o grupo Consisbin, só que apenas quatro para o grupo Ciisp?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Porque a agência avaliou que eram essas quatro informações que precisavam ser compartilhadas naquele grupo. E esse grupo recebia, além das informações da Abin, outras informações oriundas de outros órgãos.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Me parece que a falha de inteligência também está aí, Sr. Presidente, falha essa que o próprio Gonçalves Dias assume na CPI da Câmara Legislativa.

Você tem 26 alertas em um grupo e apenas quatro alertas em outro grupo. Só que esse grupo que recebeu apenas quatro alertas era um grupo, inclusive, em que estavam os representantes dos prédios que seriam invadidos. Isso não pode ser deixado para trás pela Relatora Eliziane Gama.

Em relação aos relatórios, e não em relação aos alertas, aos relatórios de inteligência produzidos pela Abin, antes do dia 8 de janeiro, apenas um relatório foi produzido, que é esse do dia 27 de dezembro, portanto dentro da vigência ainda da Abin feita pelo Governo Jair Bolsonaro. Procede?

Eu gostaria que falasse no microfone, por favor.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Procede.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Depois do dia 8, outros dez relatórios foram feitos pela Abin.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – No seu discurso inicial, o senhor afirma que a Abin foi acionada para produzir relatórios elencando todos os fatos passados, ou seja, pegaram conclusões e, a partir daí, começaram a traçar as premissas.

Quem determinou que V. Exa. fizesse esses relatórios elencando os fatos?

(*Soa a campainha.*)

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Esses relatórios foram feitos de duas formas: uma, por *motu proprio* da Abin, que não podia deixar de ver aqueles fatos e se omitir. Ela tinha que criar informações para assessorar o poder decisório.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – O que é elencar os fatos passados, que V. Exa. diz?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Elencar os fatos passados é fazer uma conexão entre as cadeias de ações que levaram ao 8 de janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Ou seja, havia uma conclusão predeterminada, que é elencar todos esses fatos.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não há conclusão predeterminada, Deputado.

Eu não vou entrar no mérito do relatório da Abin. O relatório é da agência, não é meu. Mas não há conclusões predeterminadas.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Alguém pediu para V. Exa. fazer esse elencamento dos fatos passados?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não. A agência pode agir por *motu proprio*.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Então, partiu de V. Exa. essa iniciativa de elencar todos os fatos?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Ou seja, de construir uma narrativa partindo de uma conclusão já feita e tentando encontrar premissas, porque foi isso que V. Exa. disse no começo, elencar os fatos passados.

Por fim, Sr. Presidente, acho que fica claro aquilo que nós estamos tentando comprovar desde o início. Eu só queria compartilhar uma informação que eu acho que é de importância para todos nós.

No dia 8 de janeiro, às 6h59 da manhã, o Palácio do Planalto recebeu a visita de uma pessoa. Isso consta dos documentos que nós recebemos.

Quem visita o Palácio do Planalto às 6h59 da manhã? Então, é claro que nós precisamos ainda investigar quem é essa pessoa, mas cada vez mais fica claro aquilo que nós estamos falando desde o início. O Governo Federal foi quem se aproveitou politicamente do dia 8 de janeiro. Partiram de conclusões predeterminadas para tentar encontrar as premissas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao próximo parador inscrito, Deputado Rafael Brito.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL. Para interpelar.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os colegas.

Eu tentarei ser o mais breve possível, Dr. Saulo. Estou aqui, à sua direita.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Desculpe.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – É porque fica o sistema de som e ninguém sabe de onde está vindo.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Estou procurando-o, desculpe.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Mas está... Não, que isso.

Está visto, fique tranquilo.

Queria agradecer, Dr. Saulo, pela sua colaboração. Eu acho que algumas coisas terminaram ficando redundantes mesmo.

Eu acho que a Relatora já fez grande parte das perguntas importantes para a CPMI, e cada um aqui deu a conotação da sua visão política do acontecimento. Mas eu queria lhe perguntar mais algumas coisas.

O ex-Ministro Gonçalves Dias relatou à Polícia Federal, em abril, que soube do envio dos arquivos somente no dia 8 de janeiro, quando ele teve de apresentar uma resposta aos pedidos de informação à Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência do Congresso Nacional.

Aí eu vou abrir aspas:

> "Indagado sobre se recebeu informações de inteligência da Abin a respeito do aumento do fluxo de ônibus, chegada de pessoas depois de 6 de janeiro a Brasília, o ex-Ministro informou que não recebeu qualquer relatório de inteligência. Segundo ele, apenas conversou por telefone com o Sr. Saulo Moura em 6 de janeiro, trocando "ideias genéricas" – entre aspas – sobre a segurança do Palácio, não tendo sido falado de nenhum esquema especial para o dia 8 de janeiro, porque, segundo o mesmo, não havia nenhuma informação que indicasse que ocorreriam, naquele momento, os atos que aqui estamos investigando. Entretanto, segundo o documento da Abin, o conteúdo das mensagens enviadas pelo WhatsApp e recebidas pelo GSI indicava a possibilidade de ações violentas e invasão à sede dos Poderes desde 6 de janeiro, além das chegadas de manifestantes no acampamento em frente ao quartel do Exército nos dias que antecederam os ataques, os bloqueios a refinarias e rodovias federais em regiões pelo país todo, além de acampamentos em outras cidades, a articulação dos manifestantes em 8 de janeiro, dia da invasão dos prédios, e relato de que havia movimentação perigosa, bem como o monitoramento de pessoas com acesso a armas e que participariam desses atos".

Ou seja, o documento era bem completo. E já apontava, naquele momento – e eu não estou fazendo, agora, neste momento da minha fala, farei depois –, se o General G. Dias recebeu ou não o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documento. Eu entendi que foi enviado para um grupo de WhatsApp e que ele fala que não estava presente no grupo. A mesma coisa aconteceu aqui com o Coronel Naime, que disse que não recebeu o chamado ou o documento, porque foi recebido num grupo de WhatsApp e ele não olha todos os grupos de WattsApp. E, realmente, a gente há de convir aqui que todos aqui têm uma série de grupos de WhatsApp e a gente não consegue dar conta dos grupos de WhatsApp.

E aí eu pergunto ao senhor, neste momento: Qual era o nível de cooperação e compartilhamento de informações entre a Abin e o GSI antes e durante o dia dos eventos em questão nesse intervalo de tempo da sua posse até o dia 8?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Deputado, como eu disse, as mensagens estão à disposição aqui da CPMI. Essas mensagens foram encaminhadas por mim ao General G. Dias, pelo meu telefone particular. Não foi em grupo. Ele não fazia, realmente, ele não fazia parte de grupos, certo? Eu as encaminhei para o telefone dele, para o número dele.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – No dia 7, é isso?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Várias mensagens antes.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tá. Antes. Com os relatórios ou só as mensagens?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Com os alertas. Eu não estou falando de relatório.

Eu só queria fazer, mais uma vez, essa distinção, tá?

O General fala em relatórios. Realmente, nós não produzimos relatórios entre o dia 27 de dezembro e o 8 de janeiro.

O relatório de inteligência é um documento analítico. É um documento que não pode ser compartilhado por WhatsApp. É um documento que prescinde tempo de trabalho.

Então, entre o dia 2, na verdade, e a véspera ali, nós não tínhamos nem, ainda, elementos para produzir outros relatórios de inteligência. O que nós estávamos produzindo eram alertas de inteligência, que, sim, eram compartilhados nos grupos de WhatsApp e foram encaminhados por mim, pelo meu telefone particular, para o telefone do General G. Dias.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Está perfeito. Está entendido.

Então, dessa forma, o senhor assegura que o Ministro recebeu, do seu telefone, todos os alertas anteriores ao dia 8?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu asseguro que eu os encaminhei para ele.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria agora voltar a essa questão do Ministro, porque o que eu vi aqui, no dia 8 e no dia 9, na imprensa, foi que houve por parte do Governo Federal, principalmente do Ministro Dino, desde a primeira hora da manhã, uma série de tentativas de contato telefônico com as forças policiais do Distrito Federal e com outras forças policiais acerca desse problema.

O senhor sabe alguma coisa em relação a esse fato específico?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, Deputado.

O Ministério da Justiça está fora da alçada do Diretor da Agência Brasileira de Inteligência.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tudo bem, Dr. Saulo, o senhor já tinha respondido inclusive, está o.k. É só para constar.

Eu queria só falar outra coisa, o senhor fez esses alertas; não é um relatório, mas são alertas. E, nos alertas, o senhor aponta que pessoas tinham armas, sabe, aproximadamente, o número de pessoas que está vindo, o número de ônibus, quem financiou, enfim.

O senhor acha que o que aconteceu no dia 8 de janeiro foi premeditado ou foi uma simples coincidência?

As pessoas que estavam vindo para o dia 8 vinham para fazer o que fizeram?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não posso... Mais uma vez, eu estou falando aqui da avaliação da agência. Certo? É uma avaliação da agência enquanto eu estava lá, não sei se essa avaliação mudou. Certo?

Nós não podemos afirmar que todos que estavam vindo para Brasília tinham aquela intenção, mas podemos afirmar que alguns ali, entre aqueles que chegaram, claramente tinham a intenção de ocupar prédios, estavam fazendo chamamento à violência, tinham intenções extremistas.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Então, há um paradoxo muito grande aqui no que a gente está falando agora, porque tem gente aqui que defende que o crime do dia 8 é a omissão. Eu entendo que para haver a omissão, se é que houve e de quem é que houve, que é o que a gente está apurando, tem que haver um ato.

A gente já sabia que essas pessoas vinham armadas, estavam acampadas em frente ao quartel do Exército aqui em Brasília... Por que eu estou dizendo isso, sabe, Presidente, sabe, Relatora? Porque a gente escuta isso quase todo dia de reunião, que foi coincidência, que eram senhorinhas de bandeira, que eram patriotas, pessoas defendendo o país e, pelo relatório da Abin, pelo que o senhor colocou e por esse... Desculpe, por esse outro documento, que não é o relatório, havia pessoas armadas se deslocando para cá e combinando de invadir os prédios dos três Poderes. É bom que isso fique bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claro, porque houve, sabe, Dr. Saulo, uma tentativa claríssima de ruptura institucional. Isso é muito claro!

Houve, não sei, ainda não consigo dizer no meu juízo de valor até que ponto isso atinge as pessoas do antigo Governo ou as pessoas do GSI que estavam no dia 8 de janeiro, mas só lembrando aqui, porque talvez muita gente que está aqui também nunca passou por cargo no Executivo, muitas pessoas que estavam no GSI são do Governo anterior, não são feitas de cargo em comissão como é o ministro, como é o secretário-executivo, são servidores efetivos com função gratificada que tinham, como o senhor mesmo colocou aqui na parte da manhã, apenas seis dias úteis do novo Governo. Então, é bom que a gente coloque isso bem claro só para contextualizar, porque toda reunião a gente fica dessa forma.

Então, quer dizer que houve a omissão, mas, houve a omissão de quê? Das senhorinhas de bandeira? Houve a omissão das pessoas que não são criminosas? Houve a omissão de que tipo de ação?

E uma pergunta que eu faço ao senhor agora, não sei se o senhor consegue responder, é se em algum desses documentos ou em alguma investigação da Abin o senhor identificou algum membro do Governo atual infiltrado durante as manifestações ou dentro do quartel do Exército, inflamando para que aquilo acontecesse no dia 8?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não tenho essa informação para o senhor.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Porque o Coronel Naime já esteve aqui e outro que já esteve aqui também já disse que na investigação da Polícia Militar não havia nenhum infiltrado do atual Governo, nem nas manifestações e nem no quartel do Exército, promovendo invasão de prédio público ou ruptura institucional.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Essa informação nós não tivemos, realmente.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Então, Presidente, a gente fica – sabe, Relatora? – nesse impasse.

Eu concluo aqui minhas palavras dizendo que a gente precisa decidir o que houve. Se houve uma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – ...invasão de senhorinhas ou uma simples coincidência do destino, então, não houve omissão de nada. Houve uma fatalidade.

Se a gente está querendo saber se houve omissão de algum agente público, a gente tem que saber que antes da omissão houve um crime sendo cometido por pessoas que estão presas ou não, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas que organizaram, financiaram essa tentativa de ruptura institucional que a gente está vivendo e investigando aqui.

Era só isso, Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Pois não, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, eu queria fazer aqui uma pergunta, mais uma vez, ao Saulo, até para a gente ter esclarecimento e clareza de uma forma mais pontual.

Quando o senhor fala, Sr. Saulo, que o senhor, na verdade, encaminhou e conversou com o Ministro G. Dias e, ao mesmo tempo também, quando o senhor fala do encaminhamento desses alertas, quando o senhor enviava para o Ministro G. Dias, ele retornava para o senhor? Dava algum retorno, algum *feedback* de que estava, de fato, recebendo aqueles alertas?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Como eu disse para a senhora, eu tive um *feedback* às 8h53 da manhã, quando eu mandei o primeiro, um dos primeiros contatos com ele, e ele disse: "vamos ter problemas" e, depois, ao momento em que eu falei com ele pelo telefone, ele me pareceu ter ciência dos alertas.

Agora, eu não tenho ali... Eu não sei se a perícia aqui pode saber, ali apareciam dois "vezinhos", mas eu não sei exatamente em que momento ele leu ou não leu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Veja, o senhor fez, foram trinta e poucos alertas aproximadamente do período de 2 ao período de 8 – não é isso? – de janeiro.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – A Abin fez.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sim, perdão, a Abin fez.

Esses alertas, nesse mesmo período de 2 a 8 de janeiro, também eram encaminhados ao G. Dias?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não posso dizer se a totalidade deles, mas foram – mas foram.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No relatório, porque realmente não estão aqui, consta, na verdade, esse encaminhamento. Eu digo exatamente esses encaminhamentos que o senhor disse mais cedo que foram feitos pelo seu celular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Pelo meu celular.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou seja, pelo seu celular, a partir do dia 2, os alertas também eram direcionados ao G. Dias.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Nesses dias anteriores ao dia 8, ele dava algum *feedback* para o senhor ou não deu em nenhum momento? Só deu apenas no dia 8, às 8h da manhã?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, sobre esse assunto nós conversamos na sexta-feira – ele falou isso lá na CPMI – e quando ainda tínhamos apenas a informação dos 43 ônibus e ainda não tínhamos confirmação dos atos violentos.

O Ministro realmente conversou. Nós falamos "olha, até o momento nós temos convocações, mas nós não temos...". Na sexta-feira, realmente não tínhamos ainda, uma confirmação de que havia possibilidade desses manifestantes, dessa manifestação tomar a proporção que tomou, que foi a partir do dia 7, com a chegada dos 105 ônibus, certo?

Agora, efetivamente, no dia, entre o dia, a partir da manhã do dia 8, em que ele me diz, ele me responde "vamos ter problemas", voltamos a falar já no final do dia, em que eu ofereço...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No final da manhã?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, no final... Não, falamos por telefone, e ele me responde, novamente, ele interage comigo novamente – vai estar aqui nas minhas mensagens – ao final do dia. Visto que o Palácio estava depredado, eu ofereço para ele, se ele precisasse despachar, uma sala na agência e informo que nós poderíamos convocar o Sistema Brasileiro de Inteligência em apoio à intervenção, se fosse o caso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mais uma informação, Presidente.

Na verdade, o Sr. Saulo já colocou à disposição o aparelho celular. Eu quero perguntar ao senhor se o senhor poderia disponibilizar, neste momento, que ele fosse apreendido de forma rápida, para que a gente pudesse ter acesso a essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu já combinei com ele que, ao final da sessão, o advogado dele vai acompanhar o membro da Polícia Legislativa, que nós também já solicitamos, para que proceda às conversas que foram mantidas com o General G. Dias.

Passamos agora ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Aluisio Mendes.

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me sinto aqui quase totalmente contemplado pelas perguntas dos meus colegas, mas eu tinha algumas coisas muito pontuais a perguntar pro Sr. Saulo.

Primeiro, que eu acho que o seu depoimento aqui hoje é um dos mais importantes já ouvidos aqui nesta Comissão. Nós estávamos até esse momento procurando e sinalizando para identificação dos responsáveis pela invasão e depredação dos prédios públicos, aqueles criminosos, baderneiros que atuaram de forma decisiva naquilo. Isso já está mais ou menos palmilhado, identificado, muita gente presa justificadamente e muita, injustificadamente, sem razão, mas esse caminho já está bem trilhado.

Hoje nós começamos a nos debruçar sobre aqueles que, por omissão, têm que ser responsabilizados. E aqui eu percebo uma coisa muito clara: que botaram o General Gonçalves Dias como boi de piranha, já o entregaram às piranhas, não é? Aqui não se ouve nenhuma palavra em defesa dele, ele já está plenamente aqui identificado como alguém que se omitiu, tem responsabilidade por omissão pelo que aconteceu. O senhor, de maneira muito clara, diz que ele foi alertado, foi avisado, mensagens foram trocadas, ligações foram feitas e as imagens do General Gonçalves Dias no momento dos atos são muito impactantes. Mas existem outros também que, por omissão, são responsáveis e que estão sendo poupados aqui – um deles é o Ministro Flávio Dino.

O senhor disse que à Dint foi comunicado, através de aviso, da possibilidade de atos graves acontecerem no dia 8 de janeiro, não foi isso?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Sim, um dos destinatários dos alertas é a Dint.

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA) – Eu sou da Polícia Federal, trabalhei na área de inteligência da Polícia Federal; fui Secretário Adjunto de Inteligência do Estado do Maranhão; fui Secretário de Segurança Pública. Sei que um aviso desse de inteligência, quando chega a um responsável, rapidamente chega à autoridade responsável por tomar uma decisão. Não é essa a doutrina de inteligência?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Deveria ser.

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA) – Não. Eu lhe pergunto se é ou não é a doutrina de inteligência. O senhor é oficial de inteligência.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, é a doutrina de inteligência, mas eu posso...

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA) – O senhor acha plausível que esse alerta tenha chegado à Dint e ele não tenha chegado à autoridade responsável pelo Ministério da Justiça? O senhor acha plausível, pela nossa doutrina de inteligência, que isso seja possível?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não sei responder, Deputado. Como eu disse, eu não tenho mais... Depois que a mensagem sai da agência, eu não tenho mais controle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA) – O que eu lhe perguntei – o senhor não entendeu a pergunta – é se o senhor acha plausível que um alerta dessa gravidade tenha chegado à Dint, e a Dint não tenha, imediatamente, passado à autoridade responsável por aquele órgão para que tomasse conhecimento disso. Eu não estou falando, perguntando se o senhor acha que foi enviado ou não. Pela doutrina de inteligência, pela norma e pela sua experiência como oficial de inteligência, com mais 30 anos, o senhor plausível que isso tenha acontecido?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não posso lhe afirmar que seja plausível.

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA) – O senhor, realmente, está tergiversando, mas...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, não. Eu não vou fazer esse juízo de valor, porque é outro órgão, e eu não tenho controle sobre outro órgão.

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA) – Eu acho que o senhor não está querendo é se complicar nem dizer, mas é óbvio que isso não é plausível. Quem trabalhou na área de inteligência sabe que isso não é possível, não é?

E é claro que essa informação, esse alerta chegou ao Ministro Flávio Dino.

Ele disse aqui na CPMI, aliás ele disse na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara que estavam fazendo ilações, que isso não existe, que esse relatório não existe, nunca chegou e tal. E está claro que chegou ao ministério, ao órgão responsável por municiar o Ministro das informações sensíveis daquele ministério.

O Ministro Flávio Dino disse algumas vezes, aqui e em outros lugares, que acionou a Polícia Militar, acionou o Governador, acionou o Secretário de Segurança Pública, mas não acionou as forças policiais sob sua autoridade, que é a Força Nacional de Segurança Pública, subordinada ao seu ministério, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, com fatos tão graves do conhecimento do Ministro. Não é possível imaginar que ele não tenha responsabilidade sobre isso. A gente tem um ditado popular que é: o que abunda não prejudica. É claro que a competência inicial era da Polícia Militar. É óbvio! Mas, subsidiariamente, dada a gravidade dos fatos que se avizinhavam, ele tinha o efetivo da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e, principalmente, da Força Nacional, com especialidade nesse tipo de ação, e em nenhum momento ele acionou essas forças policiais. Isso é muito grave.

O Ministro Flávio Dino vai ter que vir a esta Comissão explicar isso; vai ter que explicar – porque ele já deu quatro versões diferentes a que horas chegou ao ministério. Por que essa recursa de fornecer à Comissão essas imagens; essa preocupação grande? Disse ao nosso Presidente que ia mandar, que estava elaborando; depois, que não vai mandar mais. Algo de muito grave aconteceu na esfera do Ministro da Justiça, e nós precisamos entender o que foi. Eu não tenho dúvida nenhuma da responsabilidade por omissão do Ministro da Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O General Gonçalves Dias já está condenado, a ele não resta salvação, mas, além dele, o Ministro da Justiça e outros pecaram por omissão. E é isso que esta Comissão tem que apurar. Nós vamos também aqui apurar aqueles que deram causa àqueles fatos gravíssimos, aqueles marginais, aqueles criminosos que atuaram naquele dia, mas alguém trabalhou por trás para que aquilo acontecesse, se omitiu de tomar providências que poderiam ter evitado aqueles fatos. E isso também cabe a esta Comissão esclarecer.

É uma pena, Saulo, que você não tenha tido a coragem, talvez, de dizer que o que aconteceu é grave: um alerta de inteligência chegar a um departamento do ministério e, por qualquer situação, não chegou ao Ministro. Isso não é improvável; isso é impossível de acontecer. Porque, senão, esse servidor que recebeu esse alerta, o responsável pela Dint, tem que vir aqui a esta Comissão dizer se recebeu, se não passou e por que não passou. E isso também... Já fiz um requerimento de convocação dele aqui para que diga "recebi e repassei" ou "recebi e não repassei" e "por que não repassei". Porque nós vamos parar com essa proteção excessiva a um ministro que tem muito a explicar a esta Comissão.

Sr. Presidente, eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado Aluisio Mendes.

Passo a palavra ao próximo orador, Deputado Rubens Pereira Júnior.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, vejam que a convocação do Sr. Saulo foi aprovada pela base governista, porque nós não tememos nada nessa investigação. A bancada de oposição não tem voto suficiente para que pudesse permitir a convocação de Saulo, de G. Dias e de quem quer que fosse.

Mas digo isso para justamente destacar, Sr. Saulo, como é bom ouvir o senhor, que é um técnico e que vem aqui para ajudar a investigação.

Pode ter cometido algum erro, um excesso ou uma pouca atuação em determinado momento; poderia ter preparado um relatório e não apenas os alertas na primeira semana. Essa discussão sempre vai existir, mas, objetivamente, o senhor trouxe luz sobre os fatos que aconteceram no dia 8 de janeiro, aqui nesta Casa. E é justamente nessa direção que serão minhas perguntas. Inclusive, o senhor disse agora que a Abin se colocou à disposição da intervenção. O senhor fez essa afirmação.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Sim, da intervenção.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Houve alguma tentativa do Governo para que houvesse alguma omissão de investigação ou de apuração sobre os fatos do dia 8?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Em relação à Abin?

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Isso.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Pronto. Como é que alguém chega com uma tese dizendo que o Governo causou, e o Sr. Saulo, que hoje nem é mais Diretor da Abin, reconhece: "Eu nunca recebi nenhum comando para acobertar quem quer que fosse". Pelo contrário, ele se colocou à disposição para auxiliar a intervenção.

Por aí, nós já começamos a encontrar a realidade dos fatos do que aconteceu no dia 8 e também do que aconteceu no dia 9, em sequência, que é justamente o Governo: "Vamos apurar para que possamos determinar a responsabilidade de cada um que participou naqueles atos horríveis do dia 8 de janeiro". E aí o nosso ilustre Senador Marcos Rogério usou uma frase que eu vou abrir aspas para repetir: "O depoimento mais importante sobre o 8 de janeiro foi hoje" – palavras do Senador de oposição Marcos Rogério. E aí, para isso, eu preciso ouvir novamente algumas informações que o senhor já trouxe no dia de hoje.

O senhor afirmou ou consta no relatório... Não quero saber a fonte porque o seu sigilo funcional lhe garante, mas o senhor afirmou que, neste ato do dia 8, tinha pessoas que se diziam armadas.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, está nos nossos alertas. No ato do dia 8, havia pessoas que diziam no acampamento que possuíam armas.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Isso já me remete a uma outra pergunta, quando o senhor fala sobre os acampamentos. Nos acampamentos, havia a informação, a partir da inteligência, de que havia pessoas armadas e algumas delas orquestrando um golpe de estado?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Nós tínhamos a informação de que havia dentro do acampamento, no dia 8, convocações para depredação e invasão a prédios públicos.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – No furo, Sras. e Srs. Parlamentares, os acampamentos funcionavam como uma fábrica de terrorista, uma fábrica de golpista, onde ali era gestada uma tentativa de golpe de Estado. O senhor sabe informar se o serviço de inteligência antes de o senhor assumir, portanto no Governo anterior, também teve acesso a essas informações dos acampamentos? Ou não sabe informar?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Foi feito um relatório para a equipe de transição que, se eu não me engano, está aqui à disposição desta CPMI, com nomes de grupos e pessoas de caráter radical que teriam sido identificados no meio dos atos, em meio aos atos, dos acampamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Vejam, portanto, que essa tentativa de golpe que estava sendo gestada a Abin já tinha informado ao Governo passado, que, em vez de coibir, celebrava, comentava no grupo de WhatsApp e torcia por ela.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone*.) – Da transição.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – A Abin, que informou à transição, era do Governo passado. Ou vocês acham que esse informe era apenas para a comissão de transição? É óbvio, senhoras e senhores, que não.

Mas quero prosseguir.

Sr. Saulo, havia uma ameaça constitucional?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Havia uma ameaça de ruptura constitucional a partir do momento, como os próprios fatos demonstram...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Sem dúvida, perfeito.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... as três sedes dos Poderes foram ocupadas e vandalizadas.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Eu prossigo.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É uma ameaça à ordem constitucional, sim.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Eu prossigo.

Já sabemos que os criminosos que se diziam armados, que planejavam lá nos acampamentos... Mas eu queria saber se, na investigação, na inteligência também, de alguma forma, nós podemos definir os objetivos desses criminosos.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, pelas informações que eu tenho – e há outras informações que constam nos relatórios –, o objetivo era a ocupação dos prédios públicos. Eu não posso afirmar – eu, Saulo – outras intenções além disso, mas havia, obviamente, a intenção de uma ruptura institucional a partir da ocupação dos prédios públicos.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – É porque, no relatório de inteligência 12, no dia 17 de janeiro de 2023, a expressão exata é "extremistas, violentos e ideologicamente motivados". Se isso não é tentativa de golpe de Estado, é o quê? Perderam a eleição. Não estão satisfeitos. Querem impedir a posse do Presidente Lula; não conseguem. Botam bomba. Invadem a Polícia Federal. E tentam, portanto, no dia 8 de janeiro, uma tentativa de golpe de Estado.

Por que foi o depoimento mais importante? Porque o senhor, que é técnico, que não tem vinculação política, reconhece aquilo que a gente dizia desde o início. Até então, diziam: "Não, são umas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

velhinhas que querem apenas se manifestar". Hoje, fica claro que não era isso. Era gente que se dizia armada, planejada, insatisfeita com o resultado eleitoral.

Mas sigamos, porque ainda não acabou por aí.

A tentativa de invasão era a sede dos três Poderes, confirma?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Vejam, senhores, não era algo contra o Governo do Presidente Lula. Manifestação contra um Governo eleito pode acontecer a qualquer momento. Mas, quando é uma tentativa de invasão a três Poderes, isso se chama golpe de Estado. Foram incapazes. A tentativa foi frustrada. Tem que apurar responsabilidades.

E, como V. Exa. bem informa, havia minimamente uma premeditação, procede?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim. À medida que há um discurso de que se planeja e se incita, partimos do princípio de que há uma premeditação.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Esta premeditação, portanto, determina ou orienta que esta Comissão de Inquérito descubra quem fez esse planejamento de golpe e também quem financiou, ora, Srs. e Sras. Parlamentares.

E do financiamento vejam as informações. Isso vai iluminar o debate de quinta-feira, e eu vou dar logo um *spoiler*. Tem gente que se beneficiava do Governo Bolsonaro que estava financiando essa tentativa de golpe. Teve gente que, inclusive, financiou a campanha eleitoral do Bolsonaro e estava financiando essa tentativa de golpe. E o bom é que isso não é opinião política; isso são fatos. E fatos a gente comprova na hora em que tiver a quebra de sigilo bancário ou mesmo com o relatório de inteligência financeira.

Um ponto que eu queria ainda discorrer, para poder já me encaminhar para o final, é: quem foi informado? A Abin teve as informações e fez os alertas num grupo de WhatsApp. Aqui já foi muito criticado que a inteligência brasileira use um grupo de WhatsApp. Mas, neste caso, o que eu acho mais interessante é que estava no sexto dia útil de Governo. Na verdade, no quinto. A posse foi dia 1º... Sexto, quinto... Nem as equipes estavam montadas – o senhor sabe, porque o senhor demorou para montar a sua equipe, procede? Demorou?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Perfeitamente.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Quem estava lá no grupo de WhatsApp eram os integrantes do Governo passado, que recebiam as informações e comemoravam e vibravam; que não tinham interesse em coibir ou conter aquelas denúncias golpistas que se avizinhavam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mandaram a informação para as raposas, aí elas não iam tomar conta do galinheiro, elas queriam era tocar fogo no galinheiro. Aí alguém diz: "Ah, chama o Exército". Para quê? Vocês não viram a quebra de sigilo aqui do Mauro Cid? Do Coronel Lawand? Chama o Exército para quê? Para completar o golpe? Só não concluíram o golpe porque houve o decreto de intervenção federal. Quando sustou a ilegalidade e omissão no sistema de segurança, acabou o movimento golpista. Mas, na lógica deles, pelo simples fato...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – ... de um assessor de quarto escalão ter recebido um alerta da Abin, é suficiente para se fazer uma condenação. Ei, eu quero dizer aqui para o Presidente Arthur Lira e para o Senador Presidente Rodrigo Pacheco terem cuidado, porque daqui a pouco vão convocá-los aqui dizendo que eles foram omissos. Afinal de contas, o prédio deles foi invadido e eles receberam um alerta. De tão estapafúrdia que é essa lógica.

Por fim, houve uma fala de um Deputado que eu respeito muito, mas eu não vou citá-lo, que ele está preocupado com quem se aproveitou politicamente do fato. Eu estou preocupado em apurar quem tentou dar um golpe de Estado. Discussão política, a gente deixa lá para a eleição em 2026. O que nós queremos é apurar quem participou efetivamente dessa tentativa de golpe.

Hoje, com o depoimento do Sr. Saulo, nós temos a prova de que foi planejado, de que foi financiado e de que foi uma tentativa de golpe. Hoje foi o dia em que colocamos mais luz na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao próximo orador escrito, Deputado Pastor Henrique Vieira.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero continuar na linha do Deputado Rubens Júnior. Acredito que hoje estamos avançando bastante na nossa investigação.

Veja, Deputado Rogério, há aqui uma tentativa de dizer o seguinte: a Coordenação-Geral de Inteligência da Diretoria de Inteligência do Ministério da Justiça recebeu alertas. E ligar isso a quem eles querem, por uma questão quase que psicanalítica, pegar, que é o Ministro Flávio Dino.

Então, essa é a tese que está sendo construída a partir da resposta do Sr. Saulo, ou seja, a Coordenadoria de Inteligência da Diretoria de Inteligência do MJ recebeu um alerta. Aqui já tem várias questões para a gente pensar. Recebeu como? Por grupo de WhatsApp. Segurança Nacional brasileira trocando informações por grupo de WhatsApp. Isso tem que ser dito de muitas formas, como já no início a Senadora Eliziane pontuou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Rubens, quem era o coordenador dessa diretoria nesse contexto? Tomás de Almeida Vianna. Que foi nomeado por quem?

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone*.) – Dino.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Não, Bolsonaro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Não, não trocou. Triste, eu sei. Aliás, foi até pedagógica essa sua resposta. Muito obrigado por isso.

A resposta inicial de um Parlamentar do campo que está tentando construir essa narrativa foi: "Foi o Dino!". Não. Tomás de Almeida Vianna, o responsável por essa coordenação era nomeado do Governo Bolsonaro, pode procurar. Mas não acabou, não. Não acabou, não.

Quem era o chefe do Tomás antes? Alguém chuta? A Marília. Que foi nomeada por quem anteriormente? Anderson Torres.

Nesse momento, ela estava no MJ? Não, porque ela foi trabalhar onde? Na Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Chamada por quem? Anderson Torres. Nem esse argumento se sustenta.

A linha do Deputado Rubens é muito boa.

Até essas informações ficaram provavelmente sob a ciência de quem sequer tinha ligação direta com o Governo eleito, com o Presidente e com o atual Ministro da Justiça, Flávio Dino. Foi muito bom. Se a gente pudesse recortar esse momento em que um próprio Parlamentar que tenta defender a tese de que foi culpa do Governo eleito, que tentou, sei lá, dar um autogolpe, porque não gostou de ganhar a eleição, sei lá o que acontece, a resposta intuitiva e instintiva para "Foi o Dino" é: "Não foi o Dino que nomeou esse coordenador", começa por aí. E ele trabalhava com a Marília, que foi trabalhar com o Anderson Torres, que era o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, que é o órgão responsável pelo policiamento ostensivo no Distrito Federal. É óbvio que houve omissão. Há essa concordância entre todos nós.

Agora, cabe uma outra pergunta: omissão de quem? Omissão da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, que era presidida por Anderson Torres, ex-Ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, que estava nos Estados Unidos no dia 8, não estava? Sim ou não? Sim. De férias? De férias?

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone*.) – Não sei. Não dormi com ele.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Não, não estava. Pelo *Diário Oficial*... Como falta inteligência, resta ironia. Pelo *Diário Oficial*, as férias de Anderson Torres começam sabe quando? Nove

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de janeiro. Ainda tem isto: como o servidor público que acaba de assumir o cargo viaja antes de estar formalmente em férias? Estava de forma ilegal nos Estados Unidos.

Daí eu peguei aqui, para concluir, Protocolo de Ações Integradas... Quando falta inteligência, resta ironia. Protocolo de Ações Integradas nº 2, Manifestação Pública: Chamamento Redes Sociais. Esse protocolo foi feito no dia 6 de janeiro. Um protocolo para organizar a segurança no DF, nos dias 7 e 8, onde chegam os alertas de V. Sa., nesse grupo de WhatsApp, e nas mensagens enviadas diretamente ao aparelho telefônico do Sr. G. Dias. Bem, por esse protocolo, se eu quiser aqui, eu fico meia-hora listando as responsabilidades da Polícia Militar do Distrito Federal, subordinada à Secretaria, subordinada ao Governador.

Vou pegar três exemplos, três exemplos apenas:

> - Executar policiamento e monitoramento nas rodovias distritais e de acesso no DF, com o objetivo de prevenir trânsito de veículos de manifestantes para a área central de Brasília [...];
> - Reforçar o policiamento ostensivo nas imediações das centrais de distribuição de combustíveis [...].
> - Executar o policiamento ostensivo de trânsito no deslocamento dos manifestantes [...];

Esse protocolo de ação da Polícia Militar, Sr. Presidente, foi feito na sexta, mas quando chega domingo, mesmo com esses alertas por grupo de WhatsApp, parte significativa do efetivo estava onde? Protocolo feito na sexta, assinado por sistema pelo Anderson Torres, dizendo quais as funções da Polícia Militar. Mas curiosamente, dois dias depois, parte significativa do efetivo, que deveria estar sob esse protocolo, estava sobre aviso, em casa. Óbvio que houve omissão. Óbvio que houve omissão.

Agora, é uma tentativa fantasmagórica dizer que na última linha de defesa – Palácio do Planalto, STF, e Congresso – é que está toda a questão. Não faz o menor sentido isso. Tem todo um desenvolvimento dos manifestantes até chegar a esse determinado lugar.

Então, na minha opinião, está muito evidente... O depoimento de hoje eu acho muito importante, porque até a tentativa de vincular, insisto, de forma fantasmagórica, ao Ministro Flávio Dino, não se demonstra, até porque o Ministro oficiou a quem tem competência constitucional para fazer a segurança e o policiamento ostensivo.

E, por fim, caminhando para o final... Até peço desculpa a V. Sa. por não estar fazendo perguntas, porque elas seriam retóricas. Às perguntas que tenho, as respostas já foram dadas. Espero que o senhor não trate como desrespeito. Estou buscando utilizar da melhor forma o meu tempo para o debate com a sociedade civil, está bom?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, relatório da Abin... Muitas coisas aqui a gente pode continuar desenvolvendo. E aí eu quero voltar à fala inicial da Senadora, da nossa Relatora sobre financiadores, sobre empresários e sobre um grupo chamado Boina Vermelha. Está aqui, eu vou abrir aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Boina Vermelha – obrigado pela correção.

Esse grupo tem no relatório da Abin: "A presença desse grupo extremista na capital federal eleva o risco de ocorrência de ações violentas, inclusive na posse presidencial", o que reforça a tese de que não foi uma coisa do nada, casuística, dia 8, de repente... Tem discurso, tem evolução, tem indícios, tudo indica que tem planejamento.

E tem um grupo aqui de reservistas autônomos, um grupo informal que se intitula assim e que o relatório da Abin chama de "grupo extremista na capital federal que eleva o risco de ocorrência". Nós precisamos, Senadora, ir a esses nomes dos financiadores, dos que estimulam e dos que se organizam dessa forma, inclusive com membros desse grupo – atenção! – recentemente nomeados em mandato de Deputado aqui na Câmara. Isso não chama atenção? Relatório de inteligência, dizendo que essas pessoas incitam violência contra o Estado democrático de direito e a presença delas na capital...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – ... federal é um risco. Mas não estão só na capital federal a passeio; estão trabalhando, porque são nomeadas por Deputados nesta legislatura.

Com respeito, com contundência, no bom debate, nós temos que ir até o fim, porque não é por vingança, não é por ressentimento. De verdade, eu não desejo mal, em termos pessoais, àqueles que são meus inimigos. Não fui formado com esse espírito e com essa ética. Vingança e revanchismo não habitam o meu coração, mas justiça e reparação, sim, porque, se o que esse Governo fez cair na história como alguma coisa razoável, é a democracia que perde. O que é crime tem que ser chamado de crime e tem que ser responsabilizado como crime.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

Na ausência do Senador Fabiano Contarato, passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Sr. Presidente, caros colegas, ouvimos fatos aqui muito graves, na verdade, de que já suspeitávamos. Uma coisa é a responsabilidade de quem se excedeu nas manifestações, invadiu, depredou. Essas pessoas estão sendo responsabilizadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Igualmente, desde o início, foi feita uma responsabilização de pessoas que são apontadas, que teriam se omitido, que foi o caso – vamos entrar aqui no mérito – da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Mas agora o que nós temos aqui, com o depoimento do Sr. Saulo, é a confirmação de que o Ministro do GSI do Lula, Sr. Gonçalves Dias, foi alertado expressamente, desde o dia 6 de janeiro, e, inclusive, respondeu ao depoente, em uma mensagem – ele disponibilizou o telefone dele –, no dia 8, pela manhã, cedo, bem antes, de que haveria o risco de invasões. As mensagens estão aqui, escritas, desde o dia 6, 7: risco de invasão e de violência. E o que fez o GSI? O que fez o Ministro do GSI do Lula, homem de confiança do Lula? Não fez nada! O Exército prestou informações a esta CPMI e afirmou que tinha um pelotão... Desculpe, pelotão, não; tinha um batalhão de 200 soldados para pronto emprego no dia 8, que estariam na Esplanada em 30 minutos, e, no entanto, a solicitação que veio do GSI – era o GSI que era o competente para fazer essa provocação – veio apenas às 11h57 da manhã do dia 8, e com a solicitação de 30 soldados, quando havia 200 disponíveis.

O que explica esse comportamento? Uma negligência absoluta do General Gonçalves Dias? O que aconteceu?

E nós ficamos depois cientes – agora confirmado pelo depoente – de um fato ainda mais grave: o Poder Executivo, o Governo Lula prestou informações falsas à Comissão de Inteligência do Congresso Nacional. O Depoente aqui admite que recebeu uma determinação do Ministro do GSI do Lula para suprimir de um documento a ser encaminhado ao Congresso informações relevantes acerca do que aconteceu no 8 de janeiro. Coincidência? Difícil. E nós aliamos esse fato a um outro, que foi a supressão, desde o início, dos vídeos do Planalto, que só vieram à luz por conta de um vazamento feito pela CNN.

Então, nós estamos assistindo aqui, Presidente, uma sistemática obstrução da Justiça, inclusive em relação a esta CPMI. Agora, será que a omissão foi somente do GSI? Aqui tem uma dúvida relevante que a gente precisa esclarecer: por que o Ministério da Justiça também estava entre os destinatários daquelas mensagens?

Ontem, o Diretor-Geral da Polícia Federal deu declarações e disse expressamente que não precisava ser um vidente para saber que ia ter invasão e depredação. Ele falou expressamente isso e ele falou que alertou o Ministro da Justiça no dia 7, e esse ofício está à disposição da CPMI. Aí nós vemos o Ministro da Justiça, por portaria, autorizar o emprego da Força Nacional, mas, até hoje, nós não sabemos onde estava a Força Nacional de Segurança Pública no dia 8 de janeiro. As informações que vêm da imprensa são de que ela teve uma intervenção tardia, às 16h, após a invasão.

Presidente, se eu fosse Ministro da Justiça e recebesse uma informação de que, no dia seguinte, haveria um risco de invasão do Planalto, do Supremo Tribunal Federal e do Congresso, eu botava toda a Força Nacional na Esplanada dos Ministérios, eu ligava para o Batalhão do Planalto e pedia mais gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá. Eu não ia simplesmente me fiar numa suposta barreira a ser feita pela Polícia Militar do Distrito Federal.

Quando daí nós verificamos que as respostas que o Ministério da Justiça tem encaminhado às nossas indagações desta CPMI são respostas evasivas, nós recebemos aqui uma informação de que a Força Nacional tinha 296 mobilizados no dia 8 de janeiro. Mas onde estavam essas pessoas? Quando que elas foram efetivamente empregadas? As respostas não vêm, por isso a gente precisa ouvir os chefes da Força Nacional para entender o que eles estavam fazendo antes da invasão e por que não foram empregados antes.

Quando a gente solicita, requisita os vídeos do Ministério da Justiça, a gente recebe uma resposta negativa: "Ah, peçam lá ao Supremo". O Ministro da Justiça, o Ministério da Justiça deveria aqui ser o primeiro a querer esclarecer esses fatos, para que não paire nenhuma dúvida sobre a correção do seu comportamento.

Agora, o fato é que a responsabilidade dos invasores e pela depredação não exclui a responsabilidade daqueles que, tendo o poder de evitar os acontecimentos, se omitiram. E parece aqui bastante evidente, pelas evidências. Eu questiono aqui se o Governo disputa esse fato de que o Ministro Gonçalves Dias se omitiu, mesmo tendo sido deliberadamente informado do risco de invasão e depredação. E nós precisamos avançar para saber se outros também se omitiram, daí a necessidade de ver essas provas.

Eu tenho umas indagações específicas, Sr. Saulo, muito rapidamente.

Quando o Ministro Dias solicitou supressão das informações do relatório?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Eu não sei lhe dizer a data exata, mas foi exatamente no mesmo dia em que ele recebeu a primeira planilha.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O ofício que o senhor encaminhou ao Congresso é de 20 de janeiro.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Possivelmente um dia antes ou dois.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O senhor recebeu informações do dia 6 ao dia 8, antes das invasões, de que haveria risco de invasão e de depredação. O senhor compartilhou essas informações, discutiu esses fatos com quais autoridades do Governo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não discuti esse fato com nenhuma autoridade do Governo. As informações foram repassadas. Eu falei com o Ministro G. Dias, como já disse aqui, na sexta-feira. Agora, com nenhuma outra autoridade. Nosso canal técnico é o GSI. Agora, elas foram repassadas para esses grupos, para essas entidades, que já estão à disposição da CPMI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O senhor tem conhecimento se o Ministro Dias compartilhou essas informações ou conversou sobre esses fatos com alguma outra autoridade?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ele não me informou disso.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O senhor não indagou a ele?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, não indaguei.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O senhor chegou a ter alguma conversa com ele nesse período entre o dia 6 e o dia 8, até as invasões?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – No dia 6, à noite, nós conversamos, como eu já disse, e depois continuei encaminhando as mensagens para ele. Voltamos a nos falar pessoalmente na tarde do dia 8. Na manhã do dia 8, eu mandei uma mensagem, aquela mensagem aqui já citada, e ele me diz, me responde dizendo que achava que teríamos problemas.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O senhor foi nomeado provisoriamente como Diretor-Adjunto da Abin no dia primeiro? Dia 2 de janeiro?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Primeiro de janeiro, se eu não me engano.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Primeiro de janeiro.

Mas, depois, o senhor foi confirmado nessa posição, correto?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, eu continuei na posição de diretor-adjunto até o momento em que há mudança da posição da Abin para a Casa Civil. O Presidente achou por bem indicar outro diretor e o diretor-adjunto foi trocado também.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O senhor, por ter permanecido nesse período, tinha a confiança do General Gonçalves Dias no exercício do cargo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, claro.

Eu espero que sim, na verdade.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Os motivos da sua exoneração?

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Algo relacionado a esses fatos?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não que eu tenha tomado conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Nas informações prestadas pelo Exército, o Exército afirma que teria esses 200 soldados disponíveis no batalhão do Planalto, mas que foram requisitados apenas 30 pelo GSI para atuação e eles dependiam da solicitação do GSI para mandar mais pessoas, mais soldados.

O senhor teve algum envolvimento ou participação ou conhecimento deste fato?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, a operacionalização da segurança do Palácio não diz respeito à Abin.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Em relação à Força Nacional, o senhor chegou a conversar com algum dos comandantes? Algum dos membros da Força Nacional sobre a operacionalização da segurança?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Dentro da Abin, essas informações sobre invasão, depredação, não foram compartilhadas pelo senhor com os seus subordinados ou outras pessoas?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Elas foram produzidas... Esses alertas são produzidos por uma equipe de oficiais de inteligência.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Então, era de conhecimento ali dentro da Abin...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ... do seu círculo que...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ... havia essa ameaça?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Obviamente.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Não era algo que era tratado em sigilo ou escondido ali dentro?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, pelo menos pela equipe que está...

Nós temos uma questão chamada de compartimentação, mas, obviamente, a equipe que estava acompanhando, como eu disse, nós temos um centro de monitoramento de crise, essa equipe participava da elaboração dos alertas, até porque era ela que recebia as informações oriundas dos nossos agentes operacionais ou fontes.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Última pergunta para encerrar, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Saulo, se o senhor tiver a resposta para isso, para essa questão – já que o senhor era parte do Governo Lula à época como Diretor-Adjunto da Abin, um cargo, não é de nada, de quarto ou terceiro escalão, um cargo de alta importância dentro da estrutura do Governo –, por que o Governo Lula ignorou os alertas da Abin sobre a invasão e depredação dos prédios públicos no dia 8 de janeiro?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não posso lhe responder, eu não tenho essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Mauricio Marcon.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, Saulo, colegas.

Bom, primeiro, Presidente, se me permite, gostaria de lhe parabenizar pela coragem de hoje de manhã ao bater o pé e dizer que as imagens precisam ser encaminhadas do Ministério da Justiça pra esta Casa.

É bom lembrar que esse requerimento foi votado e aprovado por esta Casa sem que a esquerda tenha se dado conta. Lembra, colega André, que foi num pacotão, aprovamos ali, depois, inclusive, tentaram reverter a aprovação.

Chama-me muito a atenção que alguém que quer ser Ministro do Supremo Tribunal Federal, como o Flávio Dino, não saiba e não queira cumprir a lei, Presidente. É óbvio que esta CPMI tem poder de polícia e que nós podemos ter acesso às imagens.

Então, os meus parabéns!

Só queria lhe dizer que Flávio Dino foi às redes e o senhor já ganhou um inimigo. Ele não está contente com a sua atuação aqui na Casa, então tem que abrir o olho, porque sabe que o homem está com tudo.

Mas queria fazer uma pergunta pro nosso colega Saulo, da Abin.

Saulo, como foi o pedido de G. Dias para fraudar o documento? Ele foi via telefone, pessoalmente, foi via WhatsApp, pombo-correio? Como é que aconteceu esse pedido de G. Dias, Ministro de Lula, para fraudar, então, o nome dele no documento?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Bom, Deputado, o senhor que está falando em fraude, não sou eu. Ele pediu para que o nome dele fosse retirado do relatório. Ele me pediu pessoalmente.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Pessoalmente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Pessoalmente.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Pessoalmente. Então, se foi pessoalmente, como é que ele lhe pediu? Foi através de um almoço? Houve outros assuntos?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, houve um despacho, e ele me solicitou isso.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Ele solicitou? E o senhor aceitou tirar o nome dele? O que seria, no meu ponto de vista – se retirar um fato que existiu – seria uma fraude. O senhor aceitou fazer isso?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não... Eu acatei uma ordem.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Acatou uma ordem?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Acatei uma ordem.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Como é que o senhor entende que o G. Dias está lá na CPI do MST, provavelmente dizendo que o senhor está mentindo aqui, que o senhor não teria o comunicado dos atos do dia 8 de janeiro em nenhum momento?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, eu coloquei o meu sigilo à disposição.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Maravilha.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu acho que no momento que a CPMI tiver acesso às mensagens, vai ficar claro que versão está correta e é a verdadeira.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Perfeito.

Eu acho que fica mais do que necessário, Presidente, que a gente convoque imediatamente G. Dias para vir aqui e daqui a pouco fazer uma acareação e que ele possa também abrir o seu sigilo, como o Saulo está fazendo, para que a gente possa saber quem está mentindo, porque é um assunto que me parece ser muito relevante. Afinal, um está acusando o outro de mentira.

Mas para quem acha que não aconteceu nada, que simplesmente não fazer nada não é grave, eu agora ali ao meio-dia estava assistindo, por infelicidade, mas enfim, ali no restaurante da Câmara estava passando o programa da Globo, e ela chama esses atos como golpistas. Ou seja, a Rede Globo, financiada com R$54 milhões do nosso dinheiro, já tem o veredito.

Eu gostaria de fazer uma analogia, para que as pessoas entendam o que é uma omissão.

Vamos pegar o acidente de avião, Senador Cleitinho. O avião pousa, e o mecânico, que é o nosso amigo Saulo aqui, ele avisa mais de 30 vezes ao seu superior: "O avião está com problemas, o avião vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cair. Vai cair. Vai cair. Vai cair". Mais de 30. Foram quantas? O senhor me corrija. Quantas vezes foi avisado? Trinta e...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Se eu não me engano, 33.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Trinta e três, beleza. Trinta e três vezes! Ele avisou ao seu superior, ao gerente, que o avião iria cair. Quem que era o seu superior? G. Dias. indicado por quem? Presidente Lula – eu não sei se teu pai, Eduardo, indicou o G. Dias, mas me parece que não, que já era o Governo Lula. Beleza.

O que é que G. Dias fez? Duas opções: ou ele não fez nada e foi omisso, e tem que responder por isso, ou ele avisou aos superiores, e esses superiores nada fizeram, que aqui seria Flávio Dino e Luiz Inácio Lula da Silva.

Como nós poderíamos descobrir se ele foi avisado ou não? Primeiro, abrindo o sigilo, como o senhor fez. G. Dias abrindo seu sigilo telefônico, para nós descobrirmos se ele avisou ou não o Flávio Dino. E nós tendo acesso às ditas imagens do Ministério da Justiça, que, por uma infelicidade da esquerda do Governo, foi aprovado aqui, e que não quer ser revelado pelo Ministro da Justiça. E que o senhor muito bem, ainda compreensivamente, Presidente, deu 48 horas, que aliás já se passaram seis horas, e, pelo que eu sei, a gente ainda não recebeu as imagens para comprovar se Dino estava lá, vendo tudo acontecer, ou não estava, se sabia ou não sabia. E se ele sabia? Se estava lá de manhã e viu acontecer? Então, G. Dias não foi o culpado. O culpado foi o seu superior.

Mas, continuando na analogia, o avião caiu – caiu o avião. Foi avisado mais de 30 vezes. Aí nós tínhamos um bombeiro, Deputado Eduardo Bolsonaro, que se chamava Coronel Naime. O Coronel Naime foi lá, saiu da sua casa, enfrentou o fogo e está preso por omissão, enquanto quem permitiu que o avião caísse, avisado mais de 30 vezes, está solto, e o seus superiores, soltos.

Ora, é algo que a gente só vê no Brasil mesmo. Não faz o menor sentido que um cidadão que ofereceu água, foi avisado 33 vezes, por mais de seis dias, que poderia acontecer uma tragédia como aconteceu está solto, e o Coronel Naime, que saiu da sua casa de férias, levou rojão nas pernas, brigou com vândalos, está preso por omissão. Estava de férias! Ora, em que mundo a gente vive?

Mas aí o Senador Amin fez uma questão que é muito interessante: a quem interessa o que aconteceu? E, ao contrário, colega Rubens Júnior, o senhor falou: "Nós tínhamos... o Governo tinha todo interesse de saber a verdade".

Eu pesquisei, até o André aqui, que foi quem criou a CPMI, me disse que o senhor não assinou a CPMI. Então, é engraçado: tinha interesse de investigar, mas não assinou; tinha interesse de investigar, deu 60 milhões para Deputado tirar assinatura; tinha interesse de investigar, mas não aprova um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimento da oposição. Poxa, que interesse é esse? Eu não sei se, para uma criança de três anos, ela vai acreditar que vocês tinham algum interesse de investigar.

Mas a resposta ao Senador Amin é clara. Como aconteceu em 1933, na Alemanha nazista, quando Hitler botou fogo no Congresso e usou aquele ato para perpetrar a sua ditadura na Alemanha, a gente tem fatos aqui. Vamos lá, colega Eduardo: hoje surgiu que CACs estavam nas manifestações. Não houve um tiro, mas "CACs estavam", ou seja, querem implementar a narrativa para desarmar o povo. Afinal, as ditaduras que hoje existem no mundo são todas de esquerda. Afinal, o comunismo só é implementado não pela democracia, porque ninguém quer viver no inferno que eles pregam. Então, qual é o primeiro passo que Hitler fez, que Fidel fez, que Chávez fez? Retirar as armas – já estão colocando isso na narrativa.

Segundo passo, que a invasão foi planejada pelas redes sociais. E qual que seria o foco? Censurar a rede social através do PL 2.630, que Dino tentou emplacar na Câmara. Não conseguiu, agora eles estão visando a um outro ponto para censurar as pessoas.

Criminalizaram a oposição, afinal nós, bolsonaristas, somos todos tratados como marginais: se você não concorda com o corrupto condenado em três instâncias, você é um bolsonarista radical. Ou seja, nós temos agora... A PGR, semana passada, pediu informações dos milhões de seguidores do Presidente. Para quê? Para coagir, como foi visto na Venezuela. Igualzinho!

O povo preso, as mais de 2 mil pessoas... Teve autista, Senador Sergio Moro, teve vendedor de pipoca, teve Uber, que estava lá. Juntaram tudo como se fosse... como se não fosse gente, como se fossem bicho, e botaram na cadeia. Para quê? Para que o povo hoje tivesse medo de sair às ruas e se manifestar contra um governo. Esse é o foco!

E aí eu digo para vocês, para finalizar, Presidente: povo desarmado, rede social censurada, povo com medo de protestar, Justiça aparelhada, que só tem um lado – afinal, Naime preso, G. Dias solto... No meu ponto de vista, parece que esse era o objetivo, e, ao que parece, os verdadeiros golpistas não são os patriotas; são quem planejou e deixou que os atos acontecessem.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. Para interpelar.) – Presidente, eu tenho um vídeo a ser apresentado, peço para que, por favor, deixe engatilhado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Mas, antes, preliminarmente, eu faço aqui só uma... Chamo a atenção dessa Comissão, porque, muito anteriormente, foi falado sobre a questão do vazamento criminoso do Coaf dos dados bancários do ex-Presidente Jair Bolsonaro, mas que, além dele, constam ainda, de maneira que não foram pedidas pelo Senador Kajuru e atemporais também, as quebras de sigilos dos Srs. José Luiz Carlos da Costa; Jairo Moreira da Silva; Luiz Oliveira; Mauro Cesar Lourena Cid, que é o pai do Coronel Cid; da filha dele, de 14 anos, que preservaram o nome; Antonio Braga Firmo Ferreira, tio da Primeira-Dama; e João Norberto Ribeiro, tio da esposa Gabriela.

Então, só para dizer que essa covardia não foi implementada apenas contra o Presidente Jair Bolsonaro.

E parabenizo aqui a conduta de V. Exa., porque, de fato, isso daí tem que ser investigado. É um escárnio que a gente tenha aqui autoridades arrotando a todo momento as palavras democracia e Estado democrático de direito, e não conseguem preservar os sigilos bancários de uma pessoa da qual não foi pedida a sua quebra. Assim sendo, obrigado.

Peço à Mesa que, por favor, passe o vídeo, para eu tecer as minhas considerações.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Presidente, o vídeo foi feito, obviamente, antes desse depoimento de hoje, mas certamente é a primeira vez que a gente está tendo algo producente nesta Comissão, no sentido de realmente investigar, trazer aqui uma pessoa para que contribua sobre os esclarecimentos pertinentes aos fatos de 8 de janeiro.

E as matérias já começam a circular na imprensa. A *Revista Oeste*, por exemplo, já está aqui noticiando: "Urgente: ex-Abin removeu o nome de G. Dias de relatório a mando do próprio Ministro".

Bem, além de policial federal, eu sou advogado, e, na minha terra, pelo menos na minha faculdade, na UFRJ, quando me formei em Direito, eu aprendi que uma das causas para a prisão preventiva é a obstrução de justiça. Por muito menos o Secretário de Segurança Pública, Anderson Torres, foi preso, e ele não tem nenhuma conduta comissiva atrapalhando as investigações. É por isso que a gente tanto reclama aqui que tem havido dois pesos e duas medidas. Como é que pode a esquerda vir aqui...

Agora descobriram até o nome de uma nova servidora, Mirele, Milene, não sei; descobriram o nome de uma servidora e falaram: "Essa daí foi nomeada pelo Bolsonaro, estava no GSI, ou estava sei lá onde, e depois foi para a Secretaria de Segurança Pública do DF". Eu falei: "Acharam agora a servidora que foi a responsável por permitir as invasões". Enquanto que o Secretário de Segurança Pública foi parar na prisão por meses, e aqueles que foram alertados, segundo diz aqui o nosso depoente, o ex-Diretor da Abin, o Saulo Moura da Cunha, mais de 33 alertas, e nada fizeram! Não é que nada fizeram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não, pelo contrário: colocaram ainda... Tendo 200 pessoas disponíveis para fazer a segurança no Palácio do Planalto, apenas 30 efetivamente se encontravam no local.

O outro, o policial, para não dizerem que a gente está querendo privilegiar a Polícia Militar do DF, o Coronel Klepter, que poderia ter colocado de prontidão as tropas para que imediatamente interviessem, em caso de manifestações violentas, deixou o pessoal de sobreaviso em casa, esse que acabou sendo promovido pelo Interventor Cappelli a ser o 01 da Segurança Pública do Distrito Federal.

Então, é muito fácil você entender por que é que a esquerda tenta acabar com estas investigações aqui e faz...

É quase hilário você ver aqui o Líder do Governo vir e dizer: "Não, nós estamos trabalhando pela investigação" – pelo amor de Deus! Segundo aqui o que o Deputado Mauricio Marcon falou, ele não assinou sequer esta CPMI. E *O Antagonista* dando conta de que foram oferecidos R$160 milhões para o Deputado, para que não assinasse ou que retirasse a assinatura para ocorrer esta CPMI aqui, e vários outros cargos oferecidos.

Então, se você conectar as peças, você vê claramente o que é que está acontecendo, e é importante que esta CPMI se mantenha digna de respeito. E como é que isso se faz? Chamando aqui, na próxima audiência, pelo menos o GSI Gonçalves Dias. E, na sequência, o Ministro da Justiça, Flávio Dino, tem que vir aqui dar explicações.

Ora, se qualquer cidadão se nega a entregar à Justiça o seu celular, ele está fazendo obstrução de justiça! A próxima coisa que vai acontecer com ele, certamente, é uma prisão preventiva. Agora, o sujeito se sente tão acima do bem e do mal, tão acima da lei, que ele vem aqui e "não, não vou entregar e dane-se". Isso porque esta Comissão ainda foi benevolente e dilatou o prazo para que ele entregasse as imagens. E, mais uma vez, a base governista dizendo que faz tudo pelas investigações; deram uma barrigada aqui, comeram bola, foi aprovado o requerimento, tentaram retirar depois, viram a ineficiência do seu trabalho e tentam até hoje impedir que essas imagens do MJ venham a público. O que querem fazer impedindo a investigação?

Será que ali está a hora que o Flávio Dino entrou, a hora que ele saiu, e que ele viu de camarote tudo, que estava praticamente torcendo para que esses atos acontecessem, os quais, muitos têm lembrado, remontam à Alemanha dos anos 30, onde houve o incêndio do Congresso alemão, e, após isso, Hitler conseguiu fazer a caça às bruxas daqueles que ele bem entendesse? Se fosse hoje, o Hitler falaria "sem anistia", certamente.

Enfim, Presidente, a história só vai se repetindo.

Eu só tenho uma pergunta a fazer ao Ilmo. Sr. Saulo Moura da Cunha e é com relação às armas. É porque aqui sempre tentam fazer narrativas. Eu recordo ainda que, enquanto em atividade na Polícia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, quando a gente ia fazer algum cumprimento de mandado de busca e apreensão na casa de alguém ou mandado de busca e prisão, se houvesse sequer a suspeita de aquela pessoa ter uma arma, a gente ia fazer a execução dos mandados como se uma arma ali tivesse – por óbvio que a gente não vai colocar em risco os operadores numa situação daquela. A pergunta que eu faço ao...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – ... ex-Diretor da Abin é: o senhor teria notícias de alguma apreensão de armas no dia 8 de janeiro ou notícias de disparo de fogo no dia 8 de janeiro?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Não, não tenho.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Então, eu acho que...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – O Diretor da Abin... Eu não tenho conhecimento.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Perfeito.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Mas eu também não tenho conhecimento sobre todas as apreensões que foram feitas naquele dia. Mas o Diretor da Abin... Eu, em exercício naquele dia, não tenho esse conhecimento.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – É porque querem dar contornos aqui de extremistas, etc. No entanto, é o golpe que ocorreu num domingo, com Brasília esvaziada, onde não se tinha quem seria o próximo ditador, caso o golpe tivesse sucesso, que não realizou apreensão de nenhuma arma, mesmo Cappelli andando pela Esplanada dos Ministérios, apontando o dedo para quem deveria ser preso ou não, agindo aí, sim, como um ditador, de maneira arbitrária...

Isso aí tem que ser deixado bem claro, Presidente, porque já foi salientado aqui que querem demonizar a questão das armas de fogo para retirar e desarmar a população, que certamente é, como a história nos mostra, a primeira medida que todo ditador faz.

Além disso, para finalizar também, muito atento com a questão do que a base governista tem dito sobre o uso de redes sociais para a confecção desses atos do dia 8 de janeiro, porque não funcionou a estratégia deles para aprovar o PL 2.630, jogando com o emocional, dizendo que o PL 2.630 deveria ser aprovado para que as criancinhas das escolas não fossem mais assassinadas. É aquela desculpa para inglês ver da maneira mais suja, baixa e vil possível! Agora estão querendo dizer que o controle das redes sociais será para o bem da democracia, para que não se repitam atos como os do 8 de janeiro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Senador Cleitinho.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. Para interpelar.) – Boa noite, Sr. Presidente, a todos os Senadores e Senadoras, a todos os servidores desta Casa aqui também e ao Saulo, que está presente hoje aqui.

Saulo, eu vou ser bem breve, porque eu já fui muito bem contemplado aqui com várias perguntas, mas o que me chama a atenção aqui é que a base governista está falando que teve omissão, mas não foi do Governo atual. Então, foi de quem? Porque é o seguinte: por que exonerou o G. Dias? Se ele estava certo, não precisava ter sido exonerado, não. Ele podia estar no cargo dele até hoje.

A própria Relatora que está aqui foi coerente hoje, ela foi coerente. Ela disse duas vezes para o senhor: "Absurdo o que foi feito na questão de ter mudado o relatório e nunca ter pedido para se tirar o nome do G. Dias". Então, a gente pede até à Relatora, porque eu sei que ela vai ser coerente no relatório final... A gente está comprovando aqui que teve omissão.

E eu quero deixar bem claro que eu não estou passando pano para nada. Para mim, no país aqui, Sr. Saulo, a gente tem que ser... O que é certo é certo, o que é errado é errado. E você mostrou isto aqui: transparência.

Uma pergunta que eu queria fazer para você é a mesma da Senadora Damares, porque depois eu vou lhe fazer outra pergunta. Então, a pergunta que eu queria fazer é a seguinte: naquele momento, no domingo, que você estava conversando com o G. Dias, na hora que você mostra para ele... E eu vou deixar bem claro que eu sei que o senhor não tinha o poder de decisão. O senhor está ali o instruindo, o orientando. Ele pega e fala: "Vai complicar. Tá complicado". Você, no lugar dele, teria tomado outra atitude?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Senador, eu não posso dizer se eu teria tomado outra atitude, porque eu não sei que outras informações o Ministro tinha naquele momento. Então, não posso responder pelo Ministro.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Você já me respondeu.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – O que eu posso fazer é passar a informação.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Mas você já me respondeu. Muito obrigado.

Então, o que eu quero mostrar para vocês ali é que, naquele momento, teve omissão ali, naquele momento, em que tem até um relatório falando que, em 20 minutos, poderia chamar toda a tropa para poder blindar todos os três Poderes aqui, e não teve isso aqui. Então, é bem clara a omissão que teve. É bem claro... É assim: deixa vir, deixa quebrar tudo mesmo, e vamos ver no que é que vai dar. Isso é nítido! Por que foi que exonerou o G. Dias, gente? Não faz sentido isso, não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu queria mostrar o eslaide ali, fazendo favor. E eu queria muito que o senhor agora pudesse não generalizar, mas... Com a foto dessa senhora que vai mostrar aqui, o senhor, como da inteligência, um servidor que tem muita competência e tem experiência... Mostrem a foto para mim, para ele poder falar para mim, fazendo favor.

Essa Irmã Ilda teria, pela experiência que o senhor tem, algum golpe de Estado, com a Bíblia, com a... Eu queria muito que o senhor me respondesse com toda sinceridade.

Aqui, olhem, vou deixar bem claro: quem quebrou vai pagar. Eu estou querendo dizer... Por que é que eu quero individualizar? Vou deixar isso bem claro. Porque inocentes estão pagando pelos pecadores.

Então, eu queria uma resposta muito objetiva do senhor aqui: se uma senhora igual a esta, com a Bíblia na mão, teria algum problema de destruir a nação?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Vou lhe dar a resposta de um oficial de inteligência analista: eu não tenho condições de afirmar com as informações que eu tenho sobre essa pessoa.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – O senhor acabou de me responder de novo, porque Deus está vendo tudo e Deus conhece o seu coração e sua intenção. Você sabe que uma Irmã Ilda desta, nunca, jamais na vida, ia dar um golpe de Estado, gente

Mas agora, eu sou um cara tão justo... É porque aí, a base governista, a todo momento, está falando: "Ah, quem financiou? Quem fez? Quem criou isso tudo?". Agora, eu queria aqui tirar, amassar o joio do trigo, porque quem não deve não teme. E eu queria que mostrassem este vídeo agora, mostrassem aqui. Vamos lá, vamos mostrar para toda a população brasileira. Vamos mostrar, já que tem um financia... Olhem aí que coisa! Olhem aí. Aumentem o som. Voltem e aumentem o som, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Mais! Tem mais um aí. Pode continuar. Façam favor aí.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Eu quero só falar para a base governista, porque acaba que a gente tem sempre que aprovar os requerimentos aqui.... Base governista, vocês querem tanto saber quem foi que fez isso tudo: "Missão dada é missão cumprida". Vamos buscar a Ana Priscila aqui, pedir, o mais rápido possível, para convocá-la aqui, para ela dar "missão dada, missão cumprida", falar quem foi que financiou, quem que mandou ela quebrar o pau, igual ela estava quebrando ali.

A gente tem que separar o joio do trigo. Isso nunca representou a direita. Isso é uma charlatona, que usou a direita, usou a imagem do ex-Presidente Bolsonaro, para fazer graça e pedir Pix. É uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

charlatona. E querem sempre vincular a imagem dela com o ex-Presidente Bolsonaro. Pois ela mesma fala mal do Presidente Bolsonaro, mandando o Presidente Bolsonaro morrer.

Então, se vocês querem tanto resolver este problema aqui e dar transparência para a população brasileira, que tal se a gente convocar essa tal de Ana Priscila agora aqui? Para a gente saber o que é missão dada e missão cumprida? Porque ela vai ter que responder para cada um de nós aqui. Eu estou aqui para fazer o certo, para fazer o justo, dentro deste país aqui. Quem errou vai ter que pagar, mas tem vários inocentes pagando pelos pecadores.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, o último orador inscrito, Deputado Abilio.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Sr. Presidente, peço que seja incorporado ao meu tempo o tempo da Oposição...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – ... o de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tem direito a oito minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone*.) – Pelo Governo.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu acredito que, por mais que o senhor peça para que a gente não tenha nenhum tipo de humor, de ironia ou sarcasmo, por mais que o senhor peça, nós estamos recebendo um ex-superintendente da Agência Brasileira de Inteligência, não é isso?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (*Fora do microfone*.) – Diretor Adjunto.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Diretor Adjunto da Abin?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Agência Brasileira de Inteligência.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Agência Brasileira de Inteligência. Que usava grupo de WhatsApp para organizar as ações?

Parabéns! Inteligente.

A Agência Brasileira de Inteligência também é a que mandou um monte de relatórios e alertas para o Ministro do GSI e que deixou por isso mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inteligente. Parabéns!

Teve uma transição de Governo, se eu não me engano – o senhor falou por diversas vezes que fez parte do grupo de transição –, que não foram só cinco dias de transição, não é? É uma brincadeira com a nossa inteligência falar que teve só cinco dias de Governo.

Foram milhões gastos em um hotel, lá no centro, perto da antena, aqui em Brasília, fazendo transição. Se não trocou quem devia trocar, é porque foi muito inteligente.

A Abin deve tratar com tanta inteligência... Um golpe, no domingo, com os prédios vazios, e com o Lula fora, fugido, no dia anterior! Entendi. Muita inteligência!

A Abin notificou, no grupo de segurança, que tinha vários membros participando, o senhor mesmo mandou mensagem para o G. Dias, que sabia, que sabe muito bem que com inteligência dá para evitar que tudo aconteça, mas, com muita inteligência, estava lá o G. Dias abrindo porta, ajudando. Com muita inteligência. Estava lá o fotógrafo, fazendo fotos, como abrir a porta...

O senhor sabia, mais ou menos, quem estava organizando? É claro que sabia. Quem é que estava mais ou menos envolvido? É claro que sabia. O senhor falou, por diversas vezes, que não teve aí o relatório do Exército. Na verdade, com a inteligência que tinha, e que tem, tinha gente lá dentro do Exército, lá dentro do QG lá, de onde o pessoal estava com a manifestação, não tinha?

Tinha alguém lá dentro informando vocês: "Ó, estão fazendo isso!".

Porque como o senhor ia saber que estava passando carro de som lá, se o senhor não tinha relatório do Exército? O senhor tinha alguém lá dentro, dentro das manifestações.

O senhor tinha informação. Como inteligência, que eu imagino que tenha, o senhor tinha alguém que sabia: "Ó, esse aqui está liderando, esse aqui está puxando o assunto, esse aqui está se informando".

Tinha. É brincar com a nossa inteligência. É brincar com a nossa inteligência querer nos fazer acreditar que isso não era de conhecimento do Governo Federal. É brincar com a nossa inteligência querer criminalizar os bolsonaristas por um ato que poderia ter sido repreendido pelo Governo Federal. E aí, desculpem-me aí os que me antecederam e alguns Deputados meias-bocas, alguns Deputados que vêm aqui só para...

Vocês tiram sarro da população brasileira. Vocês tiram sarro das pessoas que estavam orando lá, que estavam com a bandeira na mão. O Rogério Correia publica nas redes sociais dele chacota atacando o Deputado Nikolas. O Pastor da Shopee fica ofendendo outros Deputados aqui também. E acham ruim eu rir da cara de vocês? E acham ruim eu ridicularizar vocês aqui pessoalmente, não pelas redes sociais? Chamam-me de palhaço, de quinta série... Vocês acham que a gente é burro para acreditar nessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

narrativas de vocês? Nem nós, nem a população brasileira. Rir de vocês, na sua cara, é um ato muito mais de coragem do que de covardia. Eu estou aqui. Eu olho para cada um de vocês. Olho para o Rogério Correia, que tem vergonha de sentar, às vezes, do meu lado, mas nas redes sociais é homem para lá me atacar. Eu estou aqui, ao seu lado. Faz brincadeira comigo! Tira sarro! Agora, não vem tirar a inteligência da população brasileira. Não se faz golpe invadindo prédio público. Para de idiotice! Para de conversa fiada!

Quantas vezes o senhor já teve reunião por Zoom? O senhor já teve reunião por aplicativo? Reunião *online*, virtual, por videochamada? O serviço poderia funcionar em qualquer lugar que fosse. O Presidente é Presidente pelo seu ato, pela sua instituição, não por aquele prédio. O Congresso é o Congresso e pode funcionar remotamente, não pelo prédio. O STF funciona remotamente, não pelo prédio. O que fizeram aqui foi uma narrativa, aí sim, com inteligência, de copiar o que aconteceu com os Estados Unidos para tentar consolidar autoridade para um governo com histórico de corrupção e com altíssima rejeição pela população brasileira, e aí, através de uma narrativa fraudulenta de golpe, tentar silenciar a oposição com medidas arbitrárias e autoritárias, como recorrentemente tem sido feito.

Olhem, Deputados, se eu rio de vocês, é porque a população também ri quando vocês acham que estão conseguindo convencer alguém com essa historinha. Não estão. Quando me perguntam se eu tenho coragem de andar no aeroporto, eu tenho, com alegria. Tiro foto com as pessoas, celebro com elas. Elas estão felizes de eu rir da cara de vocês face a face...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – ... com coragem. Elas estão felizes de devolver a cada um desses esquerdistas o que eles fizeram. O que eu estou fazendo aqui na CPMI não é nem 10%, Presidente, do que a Sâmia está fazendo lá na CPI do MST, não é nem 10% do que o Randolfe fez subindo em cima dessa mesa, não é nem 10% do que esses Deputados meias-bocas estão fazendo aqui quando eles ridicularizam, xingam e ofendem os convocados face a face.

Então, se o senhor me repreende por sinais de mão, se o senhor me repreende por sorrisos, vai ter que repreender uma população inteira que não aguenta, que não aguenta essa falsa historinha que estão tentando contar.

E o meu nome, Presidente, o senhor sabe muito bem, o meu nome é Abilio.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Abílio, com todo respeito às colocações de V. Exa., eu não tenho nada a ver com o que está acontecendo na CPI do MST, eu não tenho nada a ver com o que aconteceu aqui em CPMIs ou CPIs passadas. Eu não tenho como intervir no que aconteceu ou está acontecendo alhures. Agora, não importa se é V. Exa. ou qualquer outro Parlamentar, eu tenho obrigação de manter a ordem, sob pena de todos nós nos ridicularizarmos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que cada um tem a sua prática política, mas o respeito só faz ajudar na convivência, então, eu não gostaria que V. Exa. trouxesse esses exemplos para poder justificar o comportamento equivocado de quem quer que seja.

Com a palavra – é o último orador inscrito –, no tempo da Liderança do Governo, o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela Liderança.) – Obrigado, Presidente.

Quero apenas dizer que eu não tenho problema nenhum, muito menos receio ou medo, de sentar ao lado de qualquer Deputado, bem porque prezo o processo democrático. Agora, perto de alguns, em especial esse, a gente tem realmente um desconforto espiritual, porque realmente a ignorância e o negacionismo não podem ultrapassar a ciência, e esse foi o caso que nós vimos hoje. Felizmente, aqui prevaleceu a ciência e os fatos.

Eu queria parabenizar o Saulo pelo depoimento que deu, colocou com muita convicção os seus pontos de vista e, do ponto de vista técnico, nos colocou também coisas importantíssimas. Do ponto de vista de quem fala pelo Governo, um Governo que foi eleito e que viu, a cinco dias úteis de quando tinha tomado posse, os três Poderes serem invadidos, é evidente que esse Governo tem um desconforto com esse golpe e a obrigação de punir quem foram os responsáveis por tudo aquilo, e é isso que o Governo está fazendo agora, agindo, portanto, de maneira absolutamente correta.

Não é crível para ninguém, é por isso que a população não acredita, que foi este próprio Governo que assistiu porque quis e facilitou a ocupação dos três Poderes. O Governo daria o golpe em quem se ele estava acabando de ser eleito, tinha feito uma posse maravilhosa? O que levaria o Governo a querer que aquilo acontecesse e a ajudar que aquilo acontecesse? Por isso não é crível, é um negacionismo da ciência e, neste caso, um negacionismo da história, aí querem negar os fatos.

Ainda bem que tem a Abin, por exemplo, a Agência de Inteligência, que não deixa negarem os fatos. Quando ela faz uma análise estratégica do processo, ela vai pegar uma análise desde aquilo que aconteceu há mais tempo atrás. Pega, por exemplo, 7 de setembro de 2021, ocasião em que o ex-Presidente Jair Bolsonaro ameaçou o país de golpe, ameaçou o Supremo, chamou de canalha um Ministro do Supremo e disse que não obedeceria mais nenhuma orientação do Supremo. A partir dali e daquela noite em Brasília, nós tememos que um golpe viria.

E ele foi, fez um ato público no dia 7 de setembro, com dinheiro público – está respondendo por isso –, viajou a São Paulo, onde queria anunciar a garantia da lei e da ordem. Por isso a Abin faz a referência daqueles atos, porque eles foram, desde aquela época, violentos, e faz uma equivalência do que aconteceu aquele dia com o dia 8. Por que equivalência? Porque os mesmos que planejaram aquele dia planejaram o dia 8 e, por trás disso, havia o ex-Presidente da República, que o tempo inteiro dizia que as eleições não eram democráticas, que as urnas não eram confiáveis, que não era para o povo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acreditar no resultado eleitoral. Disse isso a embaixadores – está inelegível por causa disso – e fez uma verdadeira pregação antidemocrática no Brasil. Foram essas as palavras do Presidente da República durante boa parte do seu Governo.

Quando ele perdeu as eleições, ele não teve respaldo político, justiça seja feita. O Presidente da Câmara, que tinha apoiado o Bolsonaro, Presidente Arthur Lira, imediatamente reconheceu o resultado das eleições e, portanto, deixou sem base política o golpe pretendido pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro, e a mesma coisa fez o Presidente do Senado, ou seja, as forças políticas não aceitaram o processo golpista. As Forças Armadas se dividiram, e parte delas, naquele dia inclusive, ao invés de reprimir os golpistas, defendeu os golpistas. Nós vamos ver isso aqui. Quem puder assista às declarações daquelas e daqueles militares, que caíram inclusive daqui de cima, do Senado e da Câmara, empurrados por golpistas, e se machucaram no dia. Não é verdade que não havia armas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – A Polícia Civil encontrou muitas armas, nós vamos ver dentro do processo da Polícia Civil. Esse é público, esse não é sigiloso, não, já está lá, basta ler. Vocês vão ver que havia muitas armas que foram apreendidas.

Fora as armas, pessoal, do George Washington, aquele que tentou colocar a bomba e que aqui ficou calado, que vocês não quiseram apertar. George Washington, ele sim, estava com um arsenal de armas e disse que distribuiria no acampamento, e a Abin agora, e o Saulo disse isso aqui, também vislumbrou que ali era um centro, sim, de preocupações de pessoas ultrarradicais, que incentivavam o golpismo.

Então eu acho que a gente sai daqui, é muito claro: havia um movimento para que houvesse ocupação dos três Poderes e a quebra constitucional, como disse o Saulo, do ponto de vista técnico. Essa é a verdade. Isso ficou mais uma vez provado aqui.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Rogério Correia.

Passo agora a palavra, para suas considerações finais, ao Dr. Saulo Cunha.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para expor.) – Excelentíssimo Presidente, mais uma vez eu vou ser breve.

Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui. Realmente, a Senadora Damares percebe, não é fácil, mas faz parte da vida do profissional de inteligência, e eu, tendo ocupado o cargo mais... tendo respondido pela Abin, a mim me cabia esclarecer que a agência cumpriu a sua missão institucional e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trouxe informações relevantes sobre o dia 8 de janeiro. Então, quero agradecer e me colocar à disposição.

Vou fazer aqui os procedimentos necessários para entregar o meu telefone e permaneço à disposição desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Se o senhor quiser me entregar o telefone, eu já passo para a Polícia do Senado. Está aqui.

Eu quero parabenizar o Dr. Saulo por essa boa vontade, essa contribuição, essa colaboração verdadeira aos trabalhos da CPI. Realmente V. Exa. veio aqui na condição de testemunha. Eu confesso ao senhor, eu posso falar agora aqui em público: antes de começar a sessão, eu fui ao Dr. Saulo nessa sala que fica ao fundo da CPI para perguntar a ele se haveria alguma diferença para ele ou para o depoimento, para a contribuição que poderia trazer esta CPMI se a reunião fosse secreta ou aberta. E ele me disse que não, que não faria nenhuma diferença porque ele realmente tinha uma única preocupação, que era não poder falar, expor sobre assuntos de que ele tomou conhecimento em função do cargo que ele ocupa, do seu trabalho na Agência Brasileira de Inteligência. E eu confesso que naquele momento eu fiquei em dúvida se de fato era essa a sua preocupação ou se, como outros que vieram aqui, o propósito de V. Exa. seria sonegar informações ao nosso trabalho.

E observei que, ao longo do trabalho, ao longo desse depoimento bastante longo, porque nós começamos aqui às 11h da manhã e já são 6h da tarde, portanto sete horas de depoimento, o senhor realmente trouxe aqui informações muito importantes e verdadeiras para esta CPMI. E, mais do que isso, abre mão aqui do seu serviço telemático, do seu sigilo telemático justamente para contribuir com esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu quero aqui passar o celular. Tem senha o celular? Passa aqui para o Dr. Leandro, que é o diretor aqui da Comissão, para que possa extrair aqui os diálogos que aconteceram entre o Dr. Saulo Cunha e o General Gonçalves Dias.

Encaminhando para o final desta reunião, registro a presença dos advogados do depoente, o Dr. Leonardo Zaramela Fraga e o Dr. Marcelo Akiyoshi Loureiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Coloco em votação a Ata da 8ª Reunião, solicitando a dispensa de leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Antes de encerrar ainda a reunião, eu queria fazer aqui a seguinte ponderação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem várias solicitações de vários Deputados, principalmente da Relatora, no sentido de que nós façamos uma reunião deliberativa na próxima reunião. Sabemos que na última reunião em que tivemos uma deliberação aqui de requerimentos se criou aqui, justamente em função de termos aqui uma apresentação de pauta já na hora da reunião, nós tivemos aqui umas dificuldades que foram trazidas por alguns Parlamentares. Eu não gostaria que esse episódio se repetisse.

Diante disso e considerando que eu realmente não tenho conhecimento do que significam todos os requerimentos que foram apresentados, nem pela Relatora nem por outros tantos Parlamentares que se dirigiram a mim, eu quero aqui, portanto, dizer que hoje nós não teríamos oportunidade, não teríamos como apresentar uma pauta. Não temos como, porque eu quero analisar cuidadosamente cada um dos requerimentos que serão apresentados, que serão colocados em pauta.

E também temos um prazo, um prazo legal para que até a meia-noite de hoje apresentemos publicamente essa pauta para que ela seja votada.

Então, para que nós possamos avançar no sentido de fazer uma reunião que de fato seja produtiva na quinta-feira, a minha proposta seria marcar uma reunião deliberativa, colocar apenas simbolicamente um projeto em pauta e amanhã, coletivamente, construirmos uma pauta de acordo.

Claro que essa pauta de acordo não implica que as pessoas tenham que votar naquele requerimento que não for do seu acordo, não for da sua concordância, mas, amanhã, nós chamaríamos, olharíamos com cuidado todos os depoimentos, todos os requerimentos que foram solicitados para a pauta e apresentaríamos essa pauta até a tarde de amanhã para que todos pudessem ter conhecimento. E traríamos essa pauta na condição de extrapauta apresentada pela Presidência para a reunião de quinta-feira.

Isso está de acordo com todos? Como é que a gente poderia avançar nesse sentido?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Relatora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Pela ordem.) – Posso falar?

Presidente, eu acho que é um encaminhamento razoável. Acho que amanhã a gente pode estar construindo esse encaminhamento. Eu, inclusive, apresentei um requerimento que seria para hoje, mas em função do que V. Exa. coloca, também acabamos retardando um pouco porque não daria tempo. Nós temos esse requerimento que eu apresentei como extrapauta, mas não solicitei nenhuma convocação, porque, na reunião da semana passada, na sessão deliberativa, havia um acordo de não ter convocados, mas apenas outros requerimentos. Mas, diante, na verdade, dessa nova convocação e, portanto, agora para quinta-feira, eu acredito que a gente possa, inclusive, até ampliar ou substituir, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

for necessário, a partir desse requerimento extrapauta que nós apresentamos hoje. E me coloco, inclusive, para a gente fazer esta reunião amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Claro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas eu quero só finalizar, Presidente, e fazer aqui, em nome da justiça, porque no intervalo daqui dos trabalhos eu fui ao gabinete, conversei com algumas pessoas da Comissão, e a nossa relatoria tem, para além dos indicados da minha assessoria, nós temos servidores de carreira desta Casa e nós temos os servidores requisitados de vários órgãos. Nós temos Polícia Federal, CGU, TCU, servidores do Banco Central e também da Receita Federal, que estão dando apoio à Comissão.

E, diante, na verdade, de ilações, eu diria assim, colocadas pelo colega Senador, de que esses profissionais poderiam ter vazado informação sigilosa desta Comissão, eu quero deixar aqui apenas a minha solidariedade a esses companheiros e reafirmar, Presidente, que eu solicitei a V. Exa. mais cedo, que proceda, na verdade, essa investigação. Falo isso aqui com a total tranquilidade.

Fiquei... lamentei, inclusive coloquei isso para os colegas, lamentei profundamente o vazamento dessas informações, porque esse vazamento traz prejuízos graves para o trabalho e, portanto, para a investigação.

Então, eu quero deixar aqui a minha solidariedade e a minha total confiança nesses profissionais que têm feito um trabalho com muita celeridade, com muita dedicação e com muita probidade – todos eles. Então, fica o meu registro e fica a minha solidariedade, e mais uma vez a minha reafirmação de confiança nesses profissionais.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. Pela ordem.) – Só para ressaltar a questão que V. Exa. tem levantado. Primeiro, eu ressalto aqui a minha solidariedade ao Presidente Jair Bolsonaro, que teve seus dados vazados de maneira injusta, mesmo esse relatório do Coaf tendo sido de acesso a pouquíssimas e seletas autoridades. Alguém vazou, não sei quem foi.

Mas, enfim, eu vejo com certo receio pautar para amanhã esses requerimentos, porque, pelo que eu vi...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, veja bem. Eu acho que V. Exa. entendeu mal. Eu não estou pautando para amanhã, eu estou dizendo que amanhã eu avaliarei, pois vários Deputados, tanto do Governo quanto da oposição, me encaminharam solicitações de que requerimentos fossem pautados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu confesso que eu não tenho conhecimento de todos os requerimentos. A Senadora Eliziane, a nossa Relatora, apresentou, salve engano, 95 requerimentos.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – É que eu vi alguns...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não tive a oportunidade... Então, a minha ideia amanhã é analisar cada um, e está claro que está aberto para quaisquer outros Parlamentares que queiram ver os seus requerimentos pautados. Encaminhem–me amanhã, nós vamos fazer uma análise e, na quinta-feira, aí sim, faríamos uma reunião deliberativa para decidir sobre esses requerimentos.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – É porque alguns dos requerimentos que eu vi fazem menção à quebra de sigilo de pessoas ligadas à Primeira-Dama. Alguns deles, parece-me, Presidente, decorrência até do fruto desse vazamento ilegal do Coaf.

Então, me parece temerário que, de maneira muito rápida, a gente venha a analisar esses requerimentos. De certo já que eu vou me opor, se realmente for configurado esse sendo o caso, mas V. Exa. está esclarecendo, então, que seria para quinta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Isso.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – ... a análise desses requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Exatamente, para quinta-feira.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – A votação?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para quinta-feira.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – E sobre a construção de uma pauta acordada, V. Exa. estava falando. Se puder falar um pouco mais...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Acordada, não. Mas eu vou... quem... os Sr. Parlamentares que tiverem interesse de pautar algum requerimento, os que foram apresentados, com mais urgência, nos encaminhem a relação que amanhã vamos fazer uma avaliação detalhada para que não aconteça o que aconteceu naquela última reunião, e aí na quinta-feira nós colocaremos os requerimentos em apreciação.

Pois não, Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, só observando o seguinte: tem um colegiado de Deputados representando base e oposição para poder sentar com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor e discutir, talvez um pouco previamente, amanhã à tarde, em algum momento, tomar conhecimento de quais são as pautas para que não tenhamos uma sessão tumultuada na quinta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não teremos uma sessão tumultuada.

Eu me comprometo que apresentaremos a pauta até amanhã, à tarde de amanhã, até o final da tarde, 17h no máximo. Apresentaremos amanhã, na quarta-feira, ou até antes, vamos marcar para 15h o momento final para que a gente possa avaliar esses requerimentos e colocar na pauta para que todo mundo possa ter conhecimento sem nenhuma dificuldade.

Deputado Rogério Correia. (*Pausa.*)

Então, não havendo nada mais a tratar, eu quero agradecer a presença de todos, agradecer particularmente a colaboração da testemunha, Dr. Saulo Cunha, e declarar encerrada a presente sessão, convocando uma nova reunião ordinária para a próxima quinta-feira, às 9h da manhã.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 09 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e cinquenta e nove minutos do dia três de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Arthur Oliveira Maia, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 com a presença dos Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Izalci Lucas, Fernando Dueire, Sergio Moro, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Randolfe Rodrigues, Zenaide Maia, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Magno Malta, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin, Damares Alves, Cleitinho, Duarte Jr., Amanda Gentil, Duda Salabert, Rodrigo Valadares, Gervásio Maia, Josenildo, Paulo Magalhães, Rafael Brito, Laura Carneiro, Mauricio Marcon, André Fernandes, Delegado Ramagem, Filipe Barros, Nikolas Ferreira, Rubens Pereira Júnior, Rogério Correia, Jandira Feghali e Pastor Henrique Vieira, e ainda dos Parlamentares Rodolfo Nogueira, Delegado Caveira e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcelo Castro, Soraya Thronicke, Davi Alcolumbre, Marcos Rogério, Omar Aziz, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Carlos Sampaio, Aluisio Mendes e Rodrigo Gambale. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 1387 de 2023** que: "Requer à Agência Brasileira de Inteligência - ABIN que encaminhe e compartilhe, em formato digital, relatórios e informes de inteligência produzidos pela Agência, no período de 1/10/2022 a 1/1/2023, relacionados aos acampamentos e manifestações." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 9 de 2023** que: "Convoca Cíntia Queiroz de Castro, Coronel e Subsecretária de Operações Integradas." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 355 de 2023** que : "Convoca Marcela da Silva Morais Pinno." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 382 de 2023** que: "Convoca Marcela da Silva Morais Pinto, Cabo da Polícia Militar do Distrito Federal." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 563 de 2023** que: "Convoca, como testemunha, Marcela da Silva Morais Pinno." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO Nº 622 de 2023** que: "Convoca, como testemunha, Cíntia Queiroz, Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal e ex-Subsecretária de Operações da Secretaria de Segurança Pública do DF." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO Nº 648 de 2023** que: "Convoca, como testemunha, Cíntia Queiroz, Coronel/PMDF, então Subsecretária de Operações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO Nº 885 de 2023** que: "Requer a convocação do Sargento Luís Marcos dos Reis." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO Nº 902 de 2023** que: "Convoca, como testemunha, Cíntia Queiroz de Castro, coronel da Polícia Militar do Distrito Federal, como testemunha." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO Nº 1025 de 2023** que: "Convoca Luis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcos dos Reis" **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO Nº 1137 de 2023** que: "Convoca o Luis Marcos dos Reis, sargento do Exército." **Autoria:** Deputado Rafael Brito. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - REQUERIMENTO Nº 1166 de 2023** que: "Convoca Cíntia Queiroz de Castro." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO Nº 1190 de 2023** que: "Convoca Cíntia Queiroz de Castro, Coronel da PMDF." **Autoria:** Deputado Rafael Brito. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO Nº 1422 de 2023** que: "Convoca o senhor WALTER DELGATTI." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO Nº 1426 de 2023** que: "Convoca Luis Marcos dos Reis, ex-supervisor da Ajudância de Ordens do ex-Presidente da República" **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO Nº 1428 de 2023** que: "Convoca Walter Delgatti" **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO Nº 1429 de 2023** que: "Convoca CEL. Cíntia Queiroz" **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO Nº 1431 de 2023** que : "Convoca Walter Delgatti Netto" **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO Nº 1433 de 2023** que: "Convoca Marcela da Silva Morais Pinno" **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO Nº 1434 de 2023** que: "Convoca Luis Marcos dos Reis" **Autoria:** Deputado Duarte Jr. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO Nº 1439 de 2023** que: "Convoca Walter Delgatti Neto." **Autoria:** Deputada Jandira Feghali. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO Nº 1514 de 2023** que: "Convoca Luis Marcos dos Reis" **Autoria:** Deputada Jandira Feghali. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO Nº 1515 de 2023** que : "Convoca Cíntia Queiroz" **Autoria:** Deputada Jandira Feghali. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO Nº 1525 de 2023** que: "Convoca Walter Delgatti." **Autoria:** Deputado Pastor Henrique Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO Nº 1526 de 2023** que: "Convoca Walter Delgatti." **Autoria:** Deputado Rubens Pereira Júnior. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO Nº 29 de 2023** que: "Convoca Adriano Machado, fotógrafo da agência de notícias Reuters." **Autoria:** Deputado Eduardo Bolsonaro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO Nº 97 de 2023** que: "Convoca Adriano Machado." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 28 - REQUERIMENTO Nº 142 de 2023** que: "Convoca, como testemunha, Adriano Machado." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 29 - REQUERIMENTO Nº 246 de 2023** que: "Convoca Adriano Machado, fotógrafo da Agência Reuters." **Autoria:** Senador Marcos do Val. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 30 - REQUERIMENTO Nº 297 de 2023** que: "Convoca Adriano Machado." **Autoria:** Deputado Pr. Marco Feliciano. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 31 - REQUERIMENTO Nº 305 de 2023** que : "Convoca Adriano Machado, fotógrafo da Revista Crusoé e Agência Thomsom Reuters." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 32 - REQUERIMENTO Nº 976 de 2023** que : "Convoca Adriano Machado, fotógrafo da Agência Reuters." **Autoria:** Deputado Nikolas Ferreira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 33 - REQUERIMENTO Nº 992 de 2023** que: "Convoca Adriano Machado." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 34 - REQUERIMENTO Nº 1197 de 2023** que: "Convoca Adriano Machado, fotógrafo da agência de notícias Reuters." **Autoria:** Deputado Eduardo Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 35 - REQUERIMENTO Nº 1161 de 2023** que: "Convoca Tomás de Almeida Vianna." **Autoria:** Senador Sergio Moro. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM EXTRAPAUTA 36 - REQUERIMENTO Nº 1179 de 2023** que: "Convoca Tomás de Almeida Vianna." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM EXTRAPAUTA 37 - REQUERIMENTO Nº 1287 de 2023** que: "Convoca Sandro Augusto de Sales Queiroz." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM EXTRAPAUTA 38 - REQUERIMENTO Nº 1396 de 2023** que: "Convoca o Coronel Sandro Augusto de Sales Queiroz, então Comandante do Batalhão de Pronto Emprego da Força Nacional de Segurança Pública." **Autoria:** Senador Sergio Moro. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM EXTRAPAUTA 39 - REQUERIMENTO Nº 1356 de 2023** que: "Transferência de sigilo bancário e fiscal de Mauro Cesar Barbosa Cid de 2020 até hoje." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 40 - REQUERIMENTO Nº 1452 de 2023** que: "Transferência de sigilo fiscal e bancário de WM Teixeira Assessoria - Serviços Administrativos no período de 2020 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 41 - REQUERIMENTO Nº 1453 de 2023** que: "Transferência de sigilo fiscal e bancário de Lopes e Filho Consultoria LTDA no período de 2020 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 42 - REQUERIMENTO Nº 1050 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de George Washington de Oliveira Sousa, no período de 01 de junho de 2022 e 24 de dezembro de 2022." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 43 - REQUERIMENTO Nº 1054 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Alan Diego Rodrigues dos Santos, no período de 01 de junho de 2022 e 24 de dezembro de 2022." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 44 - REQUERIMENTO Nº 1343 de 2023** que: "Transferência dos sigilos telefônico e Telemático de Wanderli Baptista da Silva Junior." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 45 - REQUERIMENTO Nº 1344 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e Telemático de Carlos José Russo Assumpção Penteado." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 46 - REQUERIMENTO Nº 1346 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de José Eduardo Natale." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 47 - REQUERIMENTO Nº 1347 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Jader Silva dos Santos." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 48 - REQUERIMENTO Nº 1348 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Gustavo Morong Rosty." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 49 - REQUERIMENTO Nº 1349 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Marco Edson Gonçalves Dias" **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 50 - REQUERIMENTO Nº 1350 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemátco de CARLOS ONOFRE SEREJO LUZ SOBRINHO, de 02/10/2022 a 31/01/2023" **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 51 - REQUERIMENTO Nº 1351 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de ANDRÉ LUIZ GARCIA FURTADO, de 02/10/2022 a 31/01/2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 52 - REQUERIMENTO Nº 1352 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de CARLOS EDUARDO FEITOSA RODRIGUES, de 02/10/2022 a 31/01/2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 53 - REQUERIMENTO Nº 1353 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de ALEXANDRE SANTOS DE AMORIM, de 02/10/2022 a 31/01/2023." **Autoria:** Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 54 - REQUERIMENTO Nº 1354 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemátIco de ALEX MARCOS BARBOSA SANTOS, de 02/10/2022 a 31/01/2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 55 - REQUERIMENTO Nº 1355 de 2023** que: "Transferência de Sigilo telefônico e telemático de GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES, de 02/10/2022 a 31/01/2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 56 - REQUERIMENTO Nº 1357 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de AILTON GONÇALVES MORAES BARROS, de 01/01/2022 a 31/07/2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 57 - REQUERIMENTO Nº 1358 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de ADILMAR DE SOUZA DAS CHAGAS, de 2022 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 58 - REQUERIMENTO Nº 1359 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de ANDERSON GUSTAVO TORRES, de 2022 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 59 - REQUERIMENTO Nº 1360 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de ELÇO MACHADO NEVES, de 2022 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 60 - REQUERIMENTO Nº 1361 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de GABRIEL KENZO FERRAZ SUMIDA, de 02/10/2022 a 31/01/2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 61 - REQUERIMENTO Nº 1362 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de JORGE HENRIQUE LUZ FONTES, de 2022 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 62 - REQUERIMENTO Nº 1363 de 2023** que: "Requer a quebra de sigilo telefônico e telemático de Mauro César Barbosa Cid, no período de 2022 até a presente data." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 63 - REQUERIMENTO Nº 1366 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de LAÉRCIO DA COSTA JUNIOR, de 02/10/2022 até 31/01/2023" **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 64 - REQUERIMENTO Nº 1367 de 2023** que: "Transferência de Sigilo telefônico e telemático de ADILSON RODRIGUES DA SILVA, de 02/10/2022 até 31/01/2023" **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 65 - REQUERIMENTO Nº 888 de 2023** que: "Requer compartilhamento de minuta extraída do celular e outras provas referentes ao tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid, obtidos pela Polícia Federal." **Autoria:** Deputado Rafael Brito. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 66 - REQUERIMENTO Nº 897 de 2023** que: "Rrequer, à Polícia Federal, a íntegra da minuta encontrada na casa do ex-ministro da Justiça, Anderson Torres." **Autoria:** Deputado Rafael Brito. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 67 - REQUERIMENTO Nº 1067 de 2023** que: "Requer à Junta Comercial do Pará e à Secretaria da Receita Federal do Brasil que enviem os dados das empresas das quais George Washington de Oliveira já foi ou é sócio ou quotista." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 68 - REQUERIMENTO Nº 1338 de 2023** que: "Requer ao Tribunal de Contas da União a realização de fiscalização nas contratações de empréstimos realizadas por empresas do Grupo Sipal, do qual faz parte a Sipal Indústria e Comércio LTDA (02.937.632/0017-01), com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no período de agosto até dezembro de 2022." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 69 - REQUERIMENTO Nº 1404 de 2023** que: "Requer, ao Tribunal de Contas da União, que realize fiscalização para verificar a regularidade das contratações realizadas pela Polícia Rodoviária Federal com a empresa COGNYTE BRASIL SA." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 70 - REQUERIMENTO Nº 1046 de 2023** que: "Requer a quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da COMBAT ARMOR DEFENSE DO BRASIL – EIRELI, no período de 1º de janeiro de 2022 a 30 de abril de 2023." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 71 - REQUERIMENTO Nº 1308 de 2023** que: "Transferência de sigilo (Rifs) de Adriano Barzotto, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 72 - REQUERIMENTO Nº 1309 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Alan Juliani referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 73 - REQUERIMENTO Nº 1310 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Antônio Galvan referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 74 - REQUERIMENTO Nº 1311 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de CEMATU PARTICIPACOES LTDA referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 75 - REQUERIMENTO Nº 1312 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Cláudia Scholl Urio, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 76 - REQUERIMENTO Nº 1313 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Devalci Ribeiro Valadares, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 77 - REQUERIMENTO Nº 1314 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Edson Luiz Casagrande, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 78 - REQUERIMENTO Nº 1315 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Franciele Barbosa de Souza, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 79 - REQUERIMENTO Nº 1316 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Heitor Garcia de Deus Cunha, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 80 - REQUERIMENTO Nº 1317 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Humberto Falcão referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 81 - REQUERIMENTO Nº 1318 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Jefferson da Rocha, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 82 - REQUERIMENTO Nº 1319 de 2023** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira - de João Norberto Ribeiro, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 83 - REQUERIMENTO Nº 1320 de 2023** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira - de José Alípio Fernandes da Silveira, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 84 - REQUERIMENTO Nº 1321 de 2023** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira - de Júlio Augusto Gomes Nunes, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 85 - REQUERIMENTO Nº 1322 de 2023** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira - de Lopes & Filho Consultoria Ltda, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 86 - REQUERIMENTO Nº 1323 de 2023** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira - de Lucas Costa Beber, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 87 - REQUERIMENTO Nº 1324 de 2023** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira - de Vanderlei Cardoso de Barros, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 88 - REQUERIMENTO Nº 1325 de 2023** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira - de WM Teixeira Assessoria & Serviços Administrativos, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 89 - REQUERIMENTO Nº 1326 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de ZELIA DO CARMO SOARES DE BARROS, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 90 - REQUERIMENTO Nº 1327 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de VALDIR EDEMAR FRIES, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 91 - REQUERIMENTO Nº 1328 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de LUCIANO JAYME GUIMARÃES, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 92 - REQUERIMENTO Nº 1329 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Luis Marcos dos Reis, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 93 - REQUERIMENTO Nº 1330 de 2023** que : "Transferência de Sigilo (RIFs) de Marcelo Lourenço Sousa, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 94 - REQUERIMENTO Nº 1331 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Marcos da Rosa, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 95 - REQUERIMENTO Nº 1332 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Nayara Raissa Soares de Barros Bittencourt, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 96 - REQUERIMENTO Nº 1333 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Sérgio Pitt, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 97 - REQUERIMENTO Nº 1334 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Silvinei Vasques, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 98 - REQUERIMENTO Nº 1335 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Somar Representação e Comércio LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 99 - REQUERIMENTO Nº 1336 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Claudio de Barros Nunes, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 100 - REQUERIMENTO Nº 1337 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Maria Wanuzia Batista Barros, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 101 - REQUERIMENTO Nº 1364 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de VALTER GATTO, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 102 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1365 de 2023 que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de VAPE TRANSPORTES LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 103 - REQUERIMENTO Nº 1368 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de JOEL RAGAGNIN, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 104 - REQUERIMENTO Nº 1370 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de VITOR GERALDO GAIARDO, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 105 - REQUERIMENTO Nº 1371 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de SERGIO BEDIN, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 106 - REQUERIMENTO Nº 1372 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de ADAUTO LUCIO DE MESQUITA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 107 - REQUERIMENTO Nº 1373 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de AGRITEX COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 108 - REQUERIMENTO Nº 1374 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de ARGINO BEDIN, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 109 - REQUERIMENTO Nº 1375 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de COMÉRCIO E TRANSPORTES COMELI LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 110 - REQUERIMENTO Nº 1376 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Dalila Lermen Ltda, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 111 - REQUERIMENTO Nº 1377 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de EVANDRO BEDIN, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 112 - REQUERIMENTO Nº 1378 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de JOVECI XAVIER DE ANDRADE, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 113 - REQUERIMENTO Nº 1379 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 114 - REQUERIMENTO Nº 1380 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de RAUL JOSÉ DE ABREU STURARI, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 115 - REQUERIMENTO Nº 1381 de 2023** que: "Transferência do relatório de inteligência financeira (RIF) de Ridauto Lúcio Fernandes referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 116 - REQUERIMENTO Nº 1382 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de TRANSPORTADORA ROVARIS LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 117 - REQUERIMENTO Nº 1383 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de SIPAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 118 - REQUERIMENTO Nº 1384 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de SERGIO BEDIN, referentes ao período de 1º de janeiro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 119 - REQUERIMENTO Nº 1385 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de POLÍTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA APLICADAS (INSTITUTO SAGRES), referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 120 - REQUERIMENTO Nº 1386 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Roberta Bedin, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 121 - REQUERIMENTO Nº 1467 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Farley Vinicius Alencar de Alcantara referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 122 - REQUERIMENTO Nº 1468 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de R. P. Cunha Informática referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 123 - REQUERIMENTO Nº 1494 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Roberto Katsuda referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até 2 de agosto de 2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 124 - REQUERIMENTO Nº 1495 de 2023** que: "Transferência de sigilo (RIF) de Reginaldo de Souza Leitão, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 125 - REQUERIMENTO Nº 1496 de 2023** que: "Transferência de sigilo (RIF) de Osmar Crivelatti, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 126 - REQUERIMENTO Nº 1497 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Enric Juvenal da Costa Lauriano, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 127 - REQUERIMENTO Nº 1498 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Djairlon Henrique Moura, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 128 - REQUERIMENTO Nº 1499 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Walter Delgatti Neto, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 129 - REQUERIMENTO Nº 1500 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) da Cooperativa Mista de Mineradores do Alto Tapajós, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente" **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 130 - REQUERIMENTO Nº 1501 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Brunna Maria Gravena Katsuda, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 131 - REQUERIMENTO Nº 1502 de 2023** que "Transferência de Sigilo (RIFs) de BMG Comércio de Maquinas Eireli, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 132 - REQUERIMENTO Nº 1503 de 2023** que: "Transferência de sigilo (RIF) de BMC Máquinas, Equipamentos Pesados, Engenharia e Locações Ltda, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 133 - REQUERIMENTO Nº 1508 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Ricardo Pereira Cunha referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até 2 de agosto de 2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 134 - REQUERIMENTO Nº 1509 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) da empresa Mineracao Carajas Limitada referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até 2 de agosto de 2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 135 - REQUERIMENTO Nº 1510 de 2023** que : "Transiferência de sigilo (RIF) de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

FARLEY VARIEDADES LTDA, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 136 - REQUERIMENTO Nº 1339 de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino de Castro e Costa, informações por meio da remessa de documentos relativos aos atos ocorridos em 8 de janeiro de 2023, em Brasília." **Autoria:** Senador Sergio Moro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 137 - REQUERIMENTO Nº 1340 de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor da Força Nacional de Segurança Pública, Coronel José Américo de Souza Gaia, informações por meio da remessa de documentos relativos aos atos ocorridos em 8 de janeiro de 2023, em Brasília." **Autoria:** Senador Sergio Moro. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Arthur Oliveira Maia
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/03

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1, de 2023, para investigar atos de ação e omissão ocorridos em 8 de janeiro de 2023 nas sedes dos três Poderes, em Brasília.

Esta reunião será deliberativa.

Eu quero, antes de começar a reunião, dizer que nós tivemos uma extenuante reunião que antecedeu e tentou preparar esta reunião, onde tentamos fazer uma pauta minimamente de acordo, para que pudéssemos fazer esta sessão ser produtiva, meu querido amigo e Deputado Paulo Magalhães.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o acordo que está aqui colocado e que eu passarei a ler consta dos seguintes itens.

Às vezes, vão aparecer aqui várias convocações, porque eu tenho que ler aqui o nome de todos os proponentes de requerimentos, mesmo que sejam repetidos. Então, às vezes, parece que são muitas convocações, mas não são. São seis convocações, salvo engano, eu vou ler aqui todas, que são objeto de vários requerimentos. Tem requerimento de vários Parlamentares, portanto é uma multiplicidade de convocações.

Então, vamos lá. O acordo que foi conversado lá embaixo.

De autoria do Deputado Izalci Lucas, convoca Cintia Queiroz de Castro, Coronel e Subsecretária de Operações Integradas.

Está disponível no computador, mas eu vou fazer questão de ler, para que não haja repetição do que houve da outra vez, de que foi votado aquilo que não era acordo.

Convoca Marcela da Silva Morais Pinno, autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Convoca Marcela da Silva Morais Pinno, autoria do Deputado Duarte Jr.

Convoca, como testemunha, Marcela da Silva Morais Pinno, Senador Randolfe Rodrigues.

Convoca Cintia Queiroz, Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal, Delegado Ramagem.

Convoca, como testemunha, Cintia Queiroz, de autoria do Delegado Ramagem.

Requer a convocação do Sargento Luis Marcos dos Reis, Deputado Rogério Correia.

Convoca, como testemunha, Cintia Queiroz, Coronel da Polícia Militar, Senadora Eliziane Gama.

Convoca Luis Marcos dos Reis, Senador Fabiano Contarato.

Convoca Luis Marcos dos Reis, Deputado Rafael Brito.

Convoca Cintia Queiroz de Castro, Deputado Rogério Correia.

Convoca Cintia Queiroz de Castro, Deputado Rafael Brito.

Convoca Walter Delgatti, Deputado Rogério Correia.

Convoca Luis dos Reis, ex-supervisor de Ajudância de Ordem da Presidência da República, Senadora Eliziane Gama.

Convoca Walter Delgatti, Deputado Duarte Jr.

Convoca Cintia Queiroz, Deputado Duarte Jr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoca Walter Delgatti Neto, Senadora Eliziane Gama.

Convoca Marcela da Silva Morais Pinno, Senadora Eliziane Gama.

Convoca Luis Carlos dos Reis, Deputado Duarte Jr.

Convoca Walter Delgatti Neto, Deputada Jandira Feghali.

Convoca Cintia Queiroz, Deputada Jandira Feghali.

Convoca Walter Delgatti, Deputado Pastor Henrique Vieira.

Convoca Walter Delgatti, Deputado Rubens Pereira Júnior.

Convoca Adriano Machado, Deputado Eduardo Bolsonaro.

Convoca Adriano Machado, Deputado Izalci Lucas.

Convoca Adriano Machado, Deputado Ramagem.

Convoca Adriano Machado, Senador Marcos do Val.

Convoca Adriano Machado, Deputado Pr. Marco Feliciano.

Convoca Adriano Machado, Senador Eduardo Girão.

Convoca Adriano Machado, Deputado Nikolas Ferreira.

Convoca Adriano Machado, Senador Magno Malta.

Convoca Adriano Machado, Deputado Eduardo Bolsonaro.

Essa é a primeira parte dos votos que tratam de convocações.

Então, essas aqui são as convocações, que serão colocadas em bloco, conforme foi acordado.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente, Presidente...

O SR. CID GOMES (PDT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – A gente só tem que saber qual o tamanho do bloco, em primeiro lugar, dessas convocações.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu acabei de ler.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Não, não, aí tem convocação que a base do Governo vota contra, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (PDT - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, espere aí. Deixe-me só responder aqui.

Deputado, veja só...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Tem coisa que a gente acertou que não ia pautar e está aí.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Srs. Deputados, Srs. Senadores...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Aí tem requerimento da Eliziane com que a oposição também não concorda...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou passar a palavra aqui ao Deputado Cid Gomes.

Veja bem...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Srs. Deputados, Srs. Senadores, a Mesa vai decidir e vai conduzir os trabalhos. Se for possível votar, será votado; se não for possível votar, não será votado. Paciência. Ninguém é obrigado a votar sob pressão, mesmo no acordo; se não quiser fazer o acordo, não faz. Paciência.

O que nós temos aqui é uma pauta que só poderá ser apresentada e apreciada por acordo, porque essa pauta teria que ter sido publicada 48 horas atrás. Não foi. Não foi. Portanto, se houver aqui uma posição contrária, a pauta não poderá ser apreciada.

Então, eu vou passar a palavra ao Deputado Rubens Pereira Júnior.

Pois não, Deputado.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Pela ordem.) – Presidente, consultando o Plenário, não há acordo em relação à convocação de um membro integrante da imprensa, até diante do seu próprio sigilo profissional. Por mais que houvesse uma intenção de votar em acordo, a base, neste caso, manifesta-se que votará contra. Se manifesta-se que votará contra, e, ao meu modo de ver, com risco até mesmo de ser a maioria, penso que este item deve ser destacado, votado em separado e respeitada a soberania do Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Meu caro...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Para contestar, Sr. Presidente, para a contradita.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para contestar, o Deputado Nikolas Ferreira.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós estávamos em acordo, e o acordo foi o seguinte, de que isso seria colocado em globo e, posteriormente, o Deputado Rogério iria manifestar o seu voto contrário. Isso foi colocado diante de todos e isso precisa ser cumprido aqui, caso contrário, o acordo, de fato, em palavra, não vale de nada – deixando claro aqui que, se isso não acontecer, a base está descumprindo o acordo que foi feito, inclusive, com a presença do Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olha, aqui...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente, de fato, havia essa intenção.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu já entendi, está entendido. Está entendido.

Olha só, eu vou decidir. Não adianta a gente ficar perdendo tempo naquilo que não é possível avançar. Não adianta a gente perder tempo. Então, eu vou passar a palavra a dois Parlamentares que me pediram aqui, o Presidente, que está aqui do nosso lado, Cid Gomes, e, em seguida, à Deputada Duda Salabert. Em seguida, vamos tomar posição, e, se não é possível, não há acordo. Não há acordo. Paciência.

Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (PDT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero aqui testemunhar o esforço de V. Exa., que, desde as 9h, portanto, já são mais de duas horas, se reuniu com lideranças que integram essa Comissão da base do Governo e lideranças que integram essa Comissão que militam no campo da oposição. A habilidade de V. Exa., a persistência de V. Exa., a perseverança de V. Exa. fez com que nós conseguíssemos chegar a um entendimento, que parecia algo, ao início da reunião, absolutamente impossível. Então, eu quero, antes de qualquer coisa, ressaltar o seu esforço, ressaltar a sua dedicação para que essa Comissão dê andamento aos seus trabalhos, independentemente das disputas político-partidárias que existem aqui.

No entanto, Sr. Presidente, a repercussão, nesse pequeno espaço de tempo entre o final da reunião antecedente e a abertura dos trabalhos desta Comissão, mostrou muito claramente, a despeito de que houvesse a busca pelo entendimento por parte dos integrantes e da Relatora Eliziane Gama, que tem tido também um trabalho que deve ser reconhecido, que se encontrou uma extrema resistência em relação à convocação de um profissional de imprensa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De maneira, Sr. Presidente, que eu apelo aqui aos integrantes da oposição, porque a gente não precisa talvez nem entrar no mérito disso. Mas, só pra permitir que todo o esforço que foi feito durante essas duas horas não seja jogado às baratas, ao lixo, que a gente permita o destaque dos requerimentos, de cinco ou seis... Não, um, dois, três, quatro... São oito requerimentos que tratam da convocação do Sr. Adriano, destaques. E eu ponderaria que a gente nem votasse. Só tirando do entendimento, a gente vota tudo em que há entendimento e aí nem vota esse; deixamos para um esforço posterior de mais discussão. Será o tempo em que as pessoas, os integrantes da oposição ouvirão apelos que nos chegaram e poderão refletir melhor sobre isso.

Nós não estamos tratando de convocação de agentes públicos, o que é absolutamente normal e razoável que a gente faça. Nós estamos tratando da possibilidade da convocação de um profissional da imprensa, e isso fere, mexe com muitas questões. Então, eu faria esse apelo, em busca do prosseguimento do entendimento, de que se destacassem esses sete requerimentos, e a gente, então, pudesse aprovar um sem-número e dar possibilidade de a Relatora e de esta Comissão prosseguirem nos seus trabalhos.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, espere aí.

Deputada Duda Salabert.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente.

Primeiro, bom dia, companheiros e companheiras.

Reconheço a fala do Senador, reconheço também, Deputado Presidente, o seu esforço em buscar um consenso, mas acho que há dois pontos a serem destacados. Primeiro, que já havia resistência na configuração desse bloco, pelo que me foi dito aqui, na construção de um possível consenso na reunião que houve. E quero dizer que nem todos os Parlamentares ali estavam presentes. Eu, por exemplo, não estava presente e não concordo com esse bloco. E falo não só por mim, sou Vice-Presidenta do PDT, na Câmara, e não foi passada pra mim essa conversa. Por isso, discordamos.

Esse consenso aumentou a amplitude, como o Senador bem aqui comentou, ao entrar, ao senhor ler o bloco. Então, o que a gente pede é que não vote esse bloco a fim de buscar pacificar e a gente poder avançar nos trabalhos, já que, como o Deputado Rogério disse, já foi votado ali e rejeitado. E não faz sentido algum, no ponto de vista de buscar consenso, a gente forçar votar esse bloco.

Por isso, peço, por favor, que retire esse bloco.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Veja só, não adianta a gente ficar repetindo aquilo de que nós estamos sabendo qual vai ser a consequência. Não há acordo em votar esse requerimento, eu vejo que há uma resistência. O Deputado Rubens Pereira Júnior me falou com toda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sinceridade que, apesar de ele reconhecer que foi feito o acordo, mas, chegando aqui houve, de fato, como a Deputada Duda também acaba de dizer, houve uma... Foi mal recebido, vamos dizer assim, pela maioria dos membros do Colegiado. Então, há uma dificuldade. Como esse item era o único item trazido aí... É um item trazido pelo campo da oposição, então obviamente que nós não vamos votar esse bloco de acordos. Então, ficam fora das votações de hoje essas convocações todas, não apenas a do fotógrafo, mas todas.

Passamos...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Aí não, Sr. Presidente.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Se me permite, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, Presidente. Só para eu entender, nenhum...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ele nem propôs derrotar.

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ele não propôs derrotar.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente Arthur.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Minha Senadora, vamos deixar clara a natureza desta pauta. Essa é uma pauta extemporânea. Essa pauta está sendo apresentada agora, era para ter sido apresentada... Para ser efetivamente votada, ela teria que ter sido apresentada 48 horas atrás. Só assim ela teria que ser apreciada agora, independente de qualquer coisa. Como ela não foi, só pode ser apreciada por acordo. Se não tiver acordo, não vai ser apreciada. Não tem jeito.

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, só para eu entender. Pela ordem, só para eu entender.

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Pela ordem.) – O senhor está suspendendo toda a sessão ordinária de agora? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou indo por item.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou apenas esse item desse bloco?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou indo por item. Eu estou indo por item. Eu estou indo por partes, eu estou indo por partes tentando compor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Mas, Presidente, a discussão é essa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou tentando construir ainda um acordo. Eu estou indo por parte.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou conceder pela ordem.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu já pedi também.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou indo por partes justamente com o propósito de que nós possamos salvar alguma coisa. Mas eu quero repetir: nós só temos condição de aprovar qualquer matéria aqui nessa reunião de hoje, desta pauta que está sendo trazida, se for por acordo. Se não for por acordo, não temos como avançar, porque trata-se de uma pauta extemporânea e todos que estavam na reunião sabiam que é uma pauta extemporânea! O regimento não permite que a gente apresente uma pauta e que quem é contra tenha que aceitar isso.

Então, eu estou lendo por parte.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vou conceder.

Eu estou lendo por parte. Então, o primeiro bloco que está aqui é o bloco das convocações. Esse não deu acordo.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Só vai votar o que está na pauta, então, não é?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não deu acordo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado Rubens.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Pela ordem.) – A discussão nesse caso não é sobre a pauta, é sobre o método de votação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Isso.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Esse é o bloco com que nós não concordamos, mas há bloco com que nós concordamos, inclusive em requerimento assinado por diversos Parlamentares, já apresentados à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu entendo que V. Exa. concorda, Deputado Rubens, mas acontece que tem outros que não concordam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Não. Eles concordam em votar nos outros blocos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eles não concordando, não há a possibilidade de avançarmos.

Pois não, Deputado Rogério Correia... Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, eu estava...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Presidente Arthur!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Minha gente, vamos aqui... A sessão já é muito difícil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A sessão já é muito difícil. Nós estamos aqui numa sessão extremamente difícil de a gente conseguir avançar, e se já é difícil com silêncio e ordem, com confusão fica impossível.

Então, todos serão ouvidos, não tem problema, nós poderemos ficar aqui o tempo que for necessário para tentar superar esse impasse, mas é preciso que a gente respeite a palavra de cada um.

Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, me parece que do caminho da sala, de lá para cá, algumas coisas foram alteradas. Inclusive...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Dá pra falar sem alguém se meter, Presidente?

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone.*) – Estou falando aqui com meus amigos.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Você está falando alto, então fale baixo. Fale baixo! Cochicha, é melhor, no ouvido do outro do seu lado aí.

Algumas coisas mudaram. Inclusive, existia uma proposta da Senadora Eliziane de apresentar e votar todos os RIFs apresentados por ela. De lá para cá, foi retirado por V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – ... pela minha lista.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Pela sua lista. Esses RIFs estavam na sua lista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chegando aqui, V. Exa. retirou RIFs de Michelle Bolsonaro e Jair Bolsonaro.

Nós estamos apresentando...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone*.) – Foi lá.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Lá não; lá foi o telemático.

Nós estamos apresentando requerimento extrapauta para pôr a voto. O Plenário é soberano nessa questão. E gostaria, inclusive, que esse acordo fosse reposto. Foi feito um acordo de todos os RIFs serem votados. O telemático é que foi retirado lá, os RIFs não. Dos RIFs eu soube quando cheguei aqui, por isso eu lhe abordei ali, dizendo que o Plenário é soberano e que essa decisão tinha que ser tomada.

Eu não posso ser impedida de investigar a movimentação financeira de Jair Bolsonaro e Michelle Bolsonaro diante de tantas denúncias e da investigação do financiamento do golpe. Bom, em relação a isso, nós vamos apresentar um extrapauta.

Lá V. Exa. argumentou comigo que não gostaria de colocar hoje o requerimento de Osmar Crivelatti, que é o ajudante de ordem de Bolsonaro e que está envolvido num monte de coisas, porque queria ser convencido disso. E tirou também da pauta.

Agora, a questão do repórter fotográfico, lá, de fato, entrou neste bloco. No entanto, ao chegar aqui, vários Deputados reagiram a esse acordo de colocar...

Qual é a proposta do Senador Cid Gomes? Qual é a proposta dele? Que não se vote, nem contra, nem a favor. Não é para derrotar hoje, é para discutir melhor como é o do Osmar Crivelatti. Vote o resto, e essa proposta especificamente seja melhor discutida para que todos sejamos convencidos da possibilidade dela, inclusive os Deputados que lá não estavam, do mesmo jeito que V. Exa. quer ser convencido que tem que trazer aqui o Osmar Crivelatti. Isso vai ser conversado depois.

Então, eu penso que a proposta do Deputado Cid Gomes não é derrotar o repórter fotográfico, é apenas adiar a votação para a próxima deliberativa. Essa foi a proposta dele, e eu acho que ela faz sentido para que a gente não inviabilize o conjunto das votações.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputada Jandira Feghali...

Deputado Rogério Correia, o senhor já falou. Agora vamos partir para avançar para um...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Deixe-me contraditar a Deputada Jandira, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O senhor já falou, o senhor já falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Jandira Feghali, eu quero dizer a V. Exa. que cabe à Presidência da Comissão estabelecer uma regra, uma pauta – estabelecer os itens da pauta, fazer a pauta de acordo com aquilo que nós entendemos ser o escopo da CPMI.

Então, veja bem, Senadora, lá na Comissão, havia, por exemplo, um apelo – e todo dia me chega este apelo – para convocar o Ministro Flávio Dino. Eu não vejo até agora motivo para convocar o Ministro Flávio Dino, mas existem Deputados que, da mesma forma como V. Exa. tem a crença da necessidade de convocar, de pedir o RIF de outras pessoas, etc., têm a de convocar o Ministro Flávio Dino. Eu tenho mantido uma posição diferente dos Deputados.

Então, não é de um lado nem de outro. É realmente a tentativa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. já falou. Eu não vou ficar aqui contraditando com V. Exa.

Então, essa é uma posição que eu tenho adotado para tentar ser o mais justo possível.

Pois não, Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, eu vou tentar uma posição aqui intermediária, mas queria chamar a atenção ao seguinte: nós tivemos uma reunião bastante densa e grande com uma parte dos Deputados da Comissão buscando um acordo por solicitação de V. Exa. Eu vou dizer que é razoável que a gente tente esse acordo, embora não seja isso que a oposição faz na CPI, onde ela tem maioria absoluta, que é na CPI do MST. Para você ter uma ideia, o Rui Costa, que nada tem a ver com isso, foi convocado ontem na CPI e o pessoal fez uma série de ponderações e eles agora querem convocar o Ministro Haddad e o Ministro Padilha. Então, a ação deles é exatamente essa. Ali quebra-se o sigilo de tudo e é feito dessa forma.

Tudo bem, V. Exa. até tem razão de não fazer dessa forma, eu concordo, embora não seja essa a posição deles, a posição que está aqui, porque muitos que estão aqui concordam e dão aval ao que é feito lá.

Então, pois bem, na reunião nós fizemos uma série e abrimos mão... fizemos uma série, em nome do acordo que V. Exa. sugeriu, de concessões, mas foram muitas, muitas concessões. A Deputada Relatora tinha lá 28 quebras de sigilo, reduziram-se para seis. Ela tinha 80, reduziram-se a seis. Foi um grande esforço. Nós tínhamos convocação do ex-Presidente Jair Bolsonaro, da ex-Primeira-Dama Michelle Bolsonaro, também retiramos. Veja bem, nós retiramos enquanto maioria. Então, nós já fizemos muita concessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lá embaixo, eu coloquei que esta concessão em relação ao fotógrafo seria difícil de ser feita. Eu alertei V. Exa., eu me exauri de tentar argumentar por um princípio nosso. Não é um problema de não querer ouvi-lo, mas é uma questão de princípio em relação à questão de liberdade de imprensa. Nem todos têm que concordar, mas é uma questão nossa de princípio, que a gente trabalha há muito tempo. Por isso, retirar esse – e eu faria também uma observação a V. Exa. –, neste caso, esse requerimento já foi derrotado. Então, ele é reincidente. É um requerimento que está sendo colocado pela segunda vez, o único deles. Que V. Exa. levasse em consideração isso. Que este requerimento ficasse, portanto, como ele já foi votado, para uma nova apreciação junto com outros e nós fizermos uma rediscussão. Podemos ver, posteriormente, inclusive, alguém que a oposição queira convocar, que não tenha questão de princípio, que a gente discute também. Nós estamos fazendo sinais.

Agora, tem coisas que realmente, Presidente, se eu pedir aqui o que eu quero escutar: "Porque eu vi lá um pastor assim e assado", e vou referir isso a uma legislação que vai atrapalhar. É perfeitamente compreensível que vários vão se colocar contrários a isso por uma questão também de princípio. Então, eu pediria a vocês que nós não rasgássemos toda a tentativa de acordo.

Por fim, é correto fazer essa mediação. Agora, se também questões que nós estamos colocando como essenciais, e nós não fomos intransigentes em fazer o acordo, e é impedido de colocar na pauta, aí está valendo a lei da minoria. Só entra na pauta aquilo que a minoria permite – aí também não é correto, porque vira ditadura da minoria. Nesse caso, não permitir que esse requerimento seja votado e caiam todos os outros, prevalece então, a lei da minoria. Aí realmente não é correto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Rogério Correia, eu vou falar aqui apenas uma frase, e essa frase me parece que vai ter que ser repetida por muitas vezes: não tente convencer a mim. Eu não tenho que ser convencido daquilo que eu não posso... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A mim, pode ser convencido. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

V. Exa. está certo.

Não tente me convencer, porque não adianta eu ser convencido – eu até gostaria de que tirássemos o fotógrafo e fizéssemos a votação da pauta restante toda, até gostaria, confesso que sim, confesso que sim. Mas entenda que nós estamos em uma situação – eu, V. Exa. e todos os outros – de escravos do Regimento. E o Regimento determina que esta pauta só pode ser apreciada se ela for apresentada 48 horas antes. Não o foi, porque nós tentamos fazer um acordo. Esse acordo não prosperou, infelizmente. Eu faço até um apelo aqui aos Deputados da oposição para que a gente aceite retirar o fotógrafo e votar os outros itens, mas eu sou escravo, Deputado, do Regimento. Então, essa é a minha posição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão aqui o Senador Seif, o Senador Izalci, o Senador Magno, o Deputado André Fernandes, o Senador Esperidião, o Senador Girão.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Deputado Filipe.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, posso, então, fazer aqui a V. Exa. uma consideração?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Sim, claro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Se não prevalecer isso, que V. Exa., então, na próxima reunião, já convoque a data com 48 horas e coloque todos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu o farei. Eu vou avaliar o que vai ser colocado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Coloque todos os requerimentos, e nós vamos votar, aqueles com o que nós concordamos ou não, porque, senão, a minoria vai ter sempre o poder de veto, e nós não votamos nada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, coloque todos os requerimentos na terça-feira. E nós vamos votar aqueles que nós queremos. E eles votam outros. Não tem mais acordo, se é isso que V. Exa. ou eles preferem. Aí realmente não tem condições.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Seif.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Presidente, a maioria só vota acordo quando não tem razão.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Pela ordem.) – Bom dia para o senhor.

Bom dia, todas as senhoras e os senhores.

Presidente, nós gastamos precioso tempo, dinheiro, recurso público de muitos Senadores e Deputados para uma reunião, fazendo acordo. Eu reconheço o Senador Randolfe Rodrigues como uma liderança do Senado. Eu reconheço a Relatora, a Eliziane Gama, como uma autoridade, uma liderança. O Rogério, o Deputado Rogério e a Deputada Jandira estavam todos lá; da nossa parte, também outras pessoas. Conversamos, constatamos, discutimos, tira, não tira. Aí faz-se um acordo. Aí passa tempo, tempo que nós jogamos na lata do lixo, como bem disse o Senador Cid Gomes, para chegar aqui e voltar tudo para trás. Isso é um desrespeito, acima de tudo, com o Brasil e com este Parlamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para que se tem reunião se chega aqui a opinião de A ou B, que não estavam na reunião, e simplesmente desfaz todo o trabalho do senhor, como Presidente, da Relatora, do Segundo-Vice-Presidente, do próprio Cid Gomes? Agora, joga-se tudo no lixo. E pronto. Acaba tudo, e perdemos esse precioso tempo. Nós temos que respeitar os acordos que nós fizemos lá!

Outra coisa: infelizmente, o Senador Cid Gomes não está aqui. Quando um fotógrafo ou um profissional, um ser humano está com uma câmera no peito, uma câmera fotográfica ou uma câmera de filmar, isso não torna ele nem super-homem nem mulher maravilha, especialmente quando se ensaia foto para destruir patrimônio público! Não é Lei de Imprensa, não é coisa nenhuma! No Código de Processo Penal, não tem isenção para repórter nem para ninguém que ensaia crime, quem ensaia destruição dentro do Palácio do Planalto, a sede do Presidente da República do Brasil! Então, o Senador Cid Gomes não está aqui, mas deve estar me assistindo. A câmera fotográfica, nenhuma ferramenta de nenhum trabalhador lhe dá autoridade e o poder de passar por cima das leis brasileiras, especialmente porque ele não foi uma testemunha ocular. Ele foi um cúmplice! Ele pediu para repetir a cena. E eles ainda mostram a telinha para ver se a cena ficou boa, da destruição. Então, esse fotógrafo, que já foi protegido pelo Chico Vigilante, vergonhosamente, não será protegido neste Senado Federal e nesta Câmara dos Deputados, porque repórter nenhum nem comissão de repórter, nem direito de repórter está acima da Constituição Federal nem do Código de Processo Penal.

Muito obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, acho que eu sou o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, eu quero parabenizar V. Exa., porque nós não podemos fazer uma CPMI só de um lado. Só aprova requerimento da base do Governo. Nós colocamos... Aliás, o fotógrafo nem a Oposição conseguiu colocar. O Presidente é que bancou isso. Agora, como fazer... Por exemplo, Relatora, Senadora Eliziane, eu pediria a atenção de V. Exa. Na reunião passada, o Saulo chegou aqui e disse: "Olha, foram feitos alertas". Existe um grupo de WhatsApp que recebe os alertas. Aí, V. Exa. mesmo comentou comigo depois. Aí, o Ministério da Justiça e o GSI têm funcionários que receberam a mensagem. O que eles fizeram com a mensagem? Nós só queremos saber isso.

Então, eu fiz um requerimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – ... por exemplo, da Sra. Lívia, que é do GSI.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, um instante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aquele burburinho ali eu sei que não é um tumulto, é uma tentativa de construir uma solução. Eu sei que ali estão várias inteligências da maior expressão do Congresso Nacional que estão tentando ali... Mas sabe o que acontece? É porque está uma zoada muito grande, que não está deixando o Senador concluir. Então, eu pediria que essa conversa importante, e é importante, fosse feita aqui fora, para a gente poder continuar com a fala do Senador Izalci.

Por favor, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, eu pediria a atenção da Relatora.

Senadora Eliziane, V. Exa. é Relatora da CPMI, não é de um lado só.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Então, eu gostaria de pedir a V. Exa... V. Exa. comentou comigo, após o depoimento do Sr. Saulo, que ele disse: "Olha, eu fiz os alertas, 33 alertas". Aí, o que aconteceu? O Ministério da Justiça recebeu o alerta. Quem é que recebeu lá no Ministério da Justiça? Glauber Amorim de Carvalho. Ele recebeu a mensagem do Saulo. O que ele fez com a mensagem? Entregou para quem? Sim, nós precisamos colocar esse Glauber.

Outra coisa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Exatamente esse que é do Amazonas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Exatamente.

A Lívia Isabele é do GSI. Ela recebeu a informação da Abin. O que ela fez com a informação?

Então, são coisas óbvias e que a gente não consegue sequer colocar em votação. Então, essa é a ponderação que eu faço. Nós não podemos fazer uma CPMI só atendendo aos interesses da base e muito menos que a Relatora também só aceite, só coloque as questões da base.

Ora, está-se falando em quebrar o sigilo telemático. Ora, eu fiz o 450, que é requerendo a quebra do telemático do Ministro, óbvio. O que ele fez no dia 8? Ele falou com quem? Falou o quê? Isso resolve todo o problema, porque a omissão aconteceu.

O Senador Rogério acabou, desculpe-me, a citação... Na reunião passada, ele falou da questão aqui do relógio, de convocar o rapaz que quebrou o relógio. Agora, hoje, nem isso a gente consegue colocar. Ele é que disse isso.

Outra coisa que é falada aqui, todo mundo fala e ninguém...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – É, já é premonição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha aqui: o Decreto 5.289, que fala realmente do funcionamento da Força Nacional, Senador Magno Malta... Está aqui o art. 4º: "A Força Nacional de Segurança Pública poderá ser empregada em qualquer parte do território nacional, mediante solicitação expressa do respectivo Governador de Estado, do Distrito Federal ou de Ministro de Estado". O ministro de Estado está aqui, no decreto. Ele poderia ter solicitado a Força Nacional. Agora, a gente quer chamar aqui o cara da Força Nacional – a gente não consegue – para saber se ele recebeu alguma intimação, alguma coisa assim.

Então, são essas ponderações que eu faço a V. Exa., que é uma Senadora exemplar e que não pode aqui, numa CPMI, tomar partido. Relator é para relatar a CPI como um todo; não é só de uma parte. Então, eu prezo aqui pela imagem do Presidente da CPMI, porque a gente não pode fazer uma investigação só olhando um lado.

Essa é minha ponderação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, eu preciso só fazer uma colocação para o Senador Izalci, que ele faz um direcionamento especificamente a mim.

Primeiro, eu quero dizer para o senhor que a definição da pauta de hoje não é minha; eu participei da reunião mais cedo, e, na reunião mais cedo, eu me integrei com base de Oposição e base do Governo, onde houve um debate acalorado, e eu apresentei, inclusive, o volume de requerimentos que, na verdade, eu julgo ser importante para o alinhamento que nós adotamos em relação à investigação.

Inclusive, Senador Izalci, V. Exa. precisa reconhecer isto: uma das convocações de que eu fiz a defesa é requerimento de V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Lógico. Eu quero saber a verdade, independentemente de qualquer coisa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, na verdade, V. Exa. não pode dizer que eu estou fazendo aqui uma investigação seletiva. Eu admiti um requerimento de V. Exa. Eu tive aqui um depoimento e uma oitiva com o Saulo, onde eu fiz para ele todas as perguntas necessárias a bem da investigação desta Comissão.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Foi ótimo. Agora, por que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, V. Exa., na verdade, faz um levantamento sobre membros, tanto integrantes do GSI, que, aliás, eu também quero dizer que eu apresentei, num volume de convocações e de requerimentos... Que eu apresentei ao Presidente Maia, que a gente teve que cortar a metade deles. Uma boa parte deles é integrante do GSI, da Abin, que, aliás, o GSI tem uma sindicância nesse mesmo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu apresentei de dois generais do GSI que não estão na pauta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pois é, tem generais do GSI, tem membros, melhor dizendo, do GSI. Tem, na verdade, várias outras representações.

Agora, eu apresentei 89 pedidos de quebra de sigilo – que é bom lembrar –, todos eles ligados a empresas cuja presença dentro do acampamento não é dita por mim; é dita pela Abin, é dita pelo Ministério Público, ou melhor, pelo Supremo Tribunal Federal na investigação e no inquérito.

Então, eu não estou criando coisa da minha cabeça, não. Eu estou criando...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Exa. fez de 2018; 2018 era o Michel Temer, não tinha nada a ver com 8 de janeiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O que eu fiz... O que eu falei de 2018, Senador?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Dois mil e dezenove, 2018.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – V. Exa. está falando uma inverdade. Nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senadora Eliziane, eu vou pedir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, só um minuto.

V. Exa... Eu não cito nada de 2018 nesta Comissão, absolutamente nada. Agora, se alguém usa um instrumento que foi comprado na década passada ou 30 anos atrás para espionagem, em relação ao ato do dia 8 de janeiro, ele tem que ser investigado por isso.

Então, é exatamente o que V. Exa. tenta colocar sob suspeição.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senhores, eu pediria a compreensão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu quero só finalizar, Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, não, não. Vou finalizar agora...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, eu vou finalizar, Presidente.

Eu quero só finalizar – o seguinte –, dizendo que a minha posição é uma posição de coerência. Agora, infelizmente, nem todos os requerimentos que eu apresentei, inclusive muitos dos que V. Exa. apresenta,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que deu inclusive uma informação importante, que a Senadora Jandira, que não pôde dar detalhamento... É fruto do requerimento. Talvez V. Exa. atirou no que viu e acertou no que não viu...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não, não. Não fala isso, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... e trouxe para cá várias coisas.

Muito obrigada.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Aí, Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Acabamos... Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Dá licença. Ela falou que eu atirei no... São outros requerimentos que eu fiz...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não pode ficar... Eu vou pedir...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não é nem de direita nem de esquerda. Eu quero a verdade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou pedir aqui, a todos, que a gente faça aqui um procedimento... Conversei com o Líder Randolfe, e faremos o seguinte: vamos colocar em votação o bloco que está aqui. Algum Parlamentar que, eventualmente, seja contra, manifeste a sua posição.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com todos. Em bloco, bloco, loco.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não... Façamos o seguinte, façamos o seguinte, façamos...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olha, olha, eu acho que a gente tem que tentar avançar.

O Senador Randolfe está fazendo aqui um grande esforço para que a gente possa avançar, no sentido de coletar provas para esta CPMI, para poder trazermos aqui elementos que possam assegurar o nosso bom trabalho. Esse é o fato. Então, qual seria a proposta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos colocar... Vejam se haveria acordo, nos seguintes termos... Vejam se é possível fazer nos seguintes termos: nós faríamos a votação em bloco, e os Parlamentares que, depois da votação, quiserem registrar o seu voto contrário, registrarão o seu voto contrário.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só uma dúvida: vai ser colocada aqui a votação em bloco...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Em bloco.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Aprovado o bloco 1, com... Aí vai dizer os votos contrários de Deputado Rubens, Jandira e tudo mais...

Se, no final das contas, os que declararem voto contrário, mas já uma vez o bloco aprovado, como é que vai ficar essa situação, Sr. Presidente?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Só registro e permanece aprovado. O Líder do Governo está de acordo?

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, está em votação o bloco... Está em votação o bloco desses requerimentos de convocação que nós lemos.

Aqueles que forem pela sua aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está aprovado.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Foi aprovado já, Deputado.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Qual é o bloco?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Foi aprovado o Bloco 1.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Por gentileza, Sr. Presidente: com o fotógrafo? Leia, por gentileza, o bloco.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com o fotógrafo. Com o fotógrafo.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Então, quais foram aprovados? Só para...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Foi aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Já leu no início. Não tem manobra não.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Aqueles que eu li, Deputado Nikolas Ferreira. Todos aqueles que eu li.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Incluindo o fotógrafo.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com o fotógrafo inclusive.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – De acordo. De acordo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone*.) – Declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Declaração de voto, Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, eu estou fazendo a declaração de voto favorável, claro, ao requerimento, bem porque esse requerimento tem uma pessoa fundamental de ser ouvida, que é Walter Delgatti. Walter Delgatti foi um *hacker* que denunciou a Lava Jato. Pode-se falar do Walter Delgatti o que quiser, mas aquilo que ele denunciou sobre a Lava Jato foi confirmado no que ficou conhecido como "Vaza Jato".

O Senador que está aqui presente e um Deputado que foi cassado que o digam, mas tudo aquilo que esse *hacker* conseguiu falar da Lava Jato foi comprovado.

Ele agora tem falado coisas que nos deixam assustados. Ele foi, não sei por que – eu pediria silêncio –, trabalhar agora com a Deputada Carla Zambelli. V. Exa. tem visto isso. E, no trabalho que fez com Carla Zambelli, estava incluso lá esse *hacker* invadir o *site* do CNJ e falsificar documentos, com pagamento da Deputada em relação a isso. Esse *hacker* diz agora que foi levado pela Deputada Carla Zambelli à presença do ex-Presidente Jair Bolsonaro que simplesmente disse que gostaria que ele invadisse as urnas eletrônicas para demonstrar que as urnas eletrônicas eram fraudáveis. Isso alimentaria todo o espírito bolsonarista de golpe que veio a culminar com a tentativa violenta de 8 de janeiro. Portanto, esse *hacker* é fundamental que seja ouvido aqui. E muito mais coisa ele vai falar. Tem coisas que ligam, inclusive, ao ex-Ministro da Defesa na conversa que esse *hacker* teve para influenciar a posição do Ministério da Defesa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Isso aí não é uma declaração de voto...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... e das Forças Armadas contrária ao processo eleitoral.

E, por isso, votei e declaro o voto favorável a esses requerimentos que aqui nós aprovamos, com todos esses convocados, especialmente Walter Delgatti. Eu peço a V. Exa. que tenhamos a maior prioridade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em chamá-lo, porque ele vai realmente trazer para dentro, para o olho do furacão da CPI ainda mais o ex-Presidente Jair Bolsonaro...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – É a mais longa declaração de voto que eu já ouvi!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Agora, para terminar a minha declaração de voto, em relação ao fotógrafo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O Senador Esperidião Amin hoje anda nervoso, mas ele vai ficar mais calmo quando escutar o Walter Delgatti.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Eu estou até achando a sua declaração enfadonha!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Enfadonha? (*Risos.*)

Mas você não vai achar enfadonha a declaração do Walter Delgatti. Você vai ficar muito entusiasmado...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – De cabelo em pé ele não vai ficar!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Estou falando da sua...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – De cabelo em pé ele não vai ficar! (*Risos.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – De cabelo em pé ele não vai ficar, mas vai ficar arrepiado com as declarações do Walter Delgatti, com certeza.

Agora, em relação ao fotógrafo, chama-se liberdade de imprensa. É por isso que eu faço aqui a declaração – não só eu, mas todo o bloco nosso – da defesa democrática, como em toda a CPI, que faz o relato de que houve um golpe. O fotógrafo estava lá cumprindo a sua função. Se as pessoas queriam ser fotografadas quebrando as coisas, o fotógrafo é que não vai fotografar? Ele foi contratado. Agora, as pessoas que estão quebrando as coisas... Ele quer pegar o melhor ângulo. E nós vamos dizer: "Fotógrafo, você trabalhou errado, você tem que ir lá depor, porque você fez um trabalho errado". Não é correto com a imprensa! Por isso, eu declaro voto contrário... Contrário não! Votei favorável, mas a nossa contrariedade a essa convocação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Rogério Correia, nós não estamos aqui chamando para... O fotógrafo foi convocado como testemunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos agora ao segundo bloco, que convoca o Sr. Sandro Augusto Sales Queiroz, de autoria do Deputado Eduardo Girão; convoca o Coronel Sandro Augusto Sales Queiroz, então Comandante do Batalhão do Pronto Emprego da Força Nacional de Segurança Pública, do Senador Sergio Moro; convoca Tomás de Almeida Vianna, de autoria do Senador Sergio Moro; e também convoca Tomás de Almeida Vianna, de autoria do Senador Izalci.

A bem da verdade e preservando aqui a posição dos Deputados do Governo, foi combinado de se colocar em pauta esse bloco sem o compromisso de o Governo votar a favor. Esse foi o acordo.

Então, pra não dizer depois que o Governo quebrou o acordo, não houve o acordo pra o Governo votar a favor. Então, eu vou passar aqui pra falar a favor do bloco, o autor do requerimento, Senador Eduardo Girão; pra falar contra, o Deputado Rubens Pereira Júnior.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou dar a palavra também ao Senador Moro, porque ele também... Primeiro, ao Girão, que é um dos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, Girão é um dos autores. Depois, o Senador Moro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – São dois, são dois requerimentos. Será rapidamente.

Senador Girão e Senador Moro.

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – O Senador Sergio Moro vai falar primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Senador Sergio Moro então.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Presidente, primeiro quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos.

É natural que haja divergências na Comissão, é natural que haja visões diferentes sobre o acontecido. Agora, o papel da Comissão é analisar todos os fatos. Então, nós vimos CPIs no passado que marcaram histórias: a CPI do PC Farias, CPI dos "anões do orçamento", CPI dos Correios. Todas essas CPIs tinham esse embate entre situação e oposição, mas foram bem conduzidos ali os trabalhos e, por mais que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existissem alguns problemas, eventualmente algo que deixou de ser feito, que poderia ter sido feito, os trabalhos foram bem desenvolvidos e foram produzidos resultados relevantes.

Nessa CPMI, nós já tivemos um episódio lá trás no qual foi indeferido um requerimento da oitiva do General G. Dias. V. Exa. em boa hora recolocou esse requerimento e contou com a compreensão da situação pra aprová-lo. A oposição ao Governo fez requerimentos simples: ouvir o Diretor da Força Nacional do dia 8 de janeiro, ouvir o Comandante do Batalhão de prontidão da Força nacional do dia 8 de janeiro; funcionários públicos que têm o dever de prestar contas dos seus atos. E nós não os estamos chamando como investigados; estamos chamando como testemunhas, pra que possa ser esclarecido por que a Força Nacional, que tinha mobilizado os 296 soldados naquela data, 2 de janeiro... Onde eles estavam? Em que momento foram empregados? O que eles viram? E, no entanto, o que a gente viu? A gente fez esses requerimentos, e, na reunião prévia a este evento, houve uma grande oposição por parte do Governo de ouvir os dirigentes da Força Nacional, de um Governo que diz que não se omitiu.

Então, aqui eu reiteraria o conteúdo desses requerimentos, muito simples, e aqui faria um apelo ao Governo, aos representantes do Governo nesta Comissão, porque a verdade não machuca ninguém; a verdade tem que ser o objetivo desta dessa CPMI. Se a verdade eventualmente for ruim para o Governo, isso não justifica que esta CPMI se omita e se abstenha de realizar esse simples ato investigatório, que é ouvir o Diretor da Força Nacional e o Diretor do Comando de Batalhão de prontidão da Força Nacional no dia 8 de janeiro.

Não é quebra de sigilo, não é RIF, não é quebra de sigilo telemático; é simplesmente ouvi-los como testemunhas.

Além disso, nós temos dois requerimentos que pedem documentos para a gente saber, a partir da convocação da Força Nacional pelo Ministro da Justiça, no dia 7 de janeiro, o que foi feito, quais foram os atos de comunicação, quais foram as determinações enviadas pelo Ministro à Força Nacional e quais foram as providências tomadas pela Força Nacional.

Eu diria o seguinte: se esta Comissão não dá resposta para isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – E aqui nós somos favoráveis a investigar o financiamento, como pretende a Relatora, vamos investigar quem financiou, se é que alguém financiou, estamos concordando com os RIFs que estão sendo requeridos, estamos concordando com as outras convocações, mas, se esta Comissão tem medo de ouvir o Diretor da Força Nacional – e não toda a Comissão, e eu sei que essa posição não é do Presidente da CPMI –, mas, se o Governo tem medo de que nós ouçamos como testemunha o Diretor da Força Nacional no dia 8, aí, Presidente, eu diria, mais uma vez, o padrão de obstrução da Justiça e que nós não vamos cumprir o nosso papel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço um apelo aqui aos colegas Parlamentares, mesmo defendendo o Governo, que essa simples diligência seja deferida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para contraditar, Deputada Jandira Feghali.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ah, desculpe, é o Rubens Pereira, porque são dois. Perfeito.

Então, Deputado Rubens Pereira Júnior.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, na verdade, o que está sendo discutido é o bloco 2 de convocação, não é o bloco de pedido de informação. E, neste caso específico, as duas convocações são de um representante da Força Nacional e de um representante do Ministério da Justiça. E o que é que eu queria informar a V. Exa. – e o Governo, a base encaminhará o voto contra, e isso já foi informado –: por incrível que pareça, quando nós anunciamos a lista do acordo, dois requerimentos do Senador Sergio Moro não foram incluídos. E eu queria, mesmo sendo membro governista, por ter convicção de que o Governo não teme a investigação, de que não tem nada a esconder, solicitar a inclusão dos requerimentos do Senador Sergio Moro: Requerimento 1.339, de 2023, e 1.340, de 2023, que são justamente os que pedem a cópia desses processos administrativos.

Fazendo eu o pedido dos requerimentos da cópia dos processos administrativos, entendo que não é hora de se fazer a convocação, inclusive porque nós nem tivemos ainda a resposta dos requerimentos.

Então, o pedido que eu faço – e faço até um apelo para a oposição – é justamente este: aprovemos os dois requerimentos do Senador Sergio Moro, que pedem a cópia dos processos administrativos, que não estão na pauta, mas eu, membro da bancada governista, estou solicitando a inclusão, porque fazia parte do acordo originário. Sendo assim, a convocação se torna desnecessária.

Encerro por aqui o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, obrigado, Deputado.

Para falar a favor do bloco de requerimentos, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente Arthur Maia. Parabéns, mais uma vez, pela sua firmeza, sua condução, sua tentativa de pacificação, que a gente vê muito clara. É isso de que o país precisa cada vez mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, nós não podemos deixar de lembrar o histórico do que a gente está vendo aqui, Presidente. Se o Governo não quiser convocar... Eu não acredito que nós não vamos chegar a um consenso com relação ao Coronel Sandro Augusto Sales, que é o então Comandante do Batalhão de Pronto Emprego da Força Nacional. O que é que nós estamos fazendo aqui? A Força Nacional, gente, de Segurança, que, segundo a mídia brasileira deu de forma ampla, e eu quero relembrar os senhores, só chegou depois das 16h à Esplanada dos Ministérios! Vocês esqueceram esse detalhe? Ela foi chamada para defender o patrimônio público, essa é uma das características desse batalhão. E a gente precisa saber onde é que ela estava, onde ela foi posicionada. O Comandante é chave estar aqui, como até testemunha, para dizer como é que foi feita a operação. Documento nenhum vai substituir a palavra do Comandante, a gente olhar nos olhos dele aqui e entender o que foi que aconteceu.

Então, eu não vejo nenhum tipo de problema. Espero, sinceramente, que o Governo não blinde, não proteja, para que não se chegue, sei lá, talvez, a algum poderoso, a vinda do Comandante da Força Nacional do Brasil, Senador Esperidião Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone*.) – Que eu mencionei na terça-feira.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – ... e o próprio Senador Esperidião Amin mencionou na terça-feira a importância de ouvi-lo.

Então, eu faço aqui um apelo ao Governo. Vai prejudicar o trabalho dessa Comissão. O Governo, desde o início, não queria que essa Comissão existisse. A gente tem que lembrar, Sr. Presidente: não queria de jeito nenhum que essa Comissão existisse. Fez de tudo, segundo a própria mídia, denúncia de Parlamentares, oferta de cargos, dezenas de milhões de reais em emendas. Tivemos também... Após o vazamento das imagens, não teve como segurar, a pressão popular foi enorme. E aí veio algo que eu nunca tinha visto aqui no Congresso Nacional: um instrumento da minoria, da oposição, Deputado Nikolas, ser ocupado por Parlamentares que nem sequer assinaram...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – ... o requerimento dessa... objeto dessa CPI. Então, é um sequestro que houve. Não é possível que o Governo vá fazer outro sequestro, que é nessa questão do diretor da Força Nacional, do Comandante, o Coronel Sandro Augusto Sales, Comandante do Batalhão do Pronto Emprego da Força Nacional, que a própria mídia diz que chegou só às 16h. E tivemos outras imagens, o pessoal um pouco atabalhoado, saindo às pressas. E isso o Brasil precisa saber para a gente ter investigação de fato sobre isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Senador.

Com a palavra, a Deputada Jandira Feghali, para contraditar, pelo prazo de cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Para contraditar.) – Sr. Presidente, lá dentro da sala da reunião, às 9 da manhã, esses dois requerimentos de informação, tanto da Força Nacional, quanto da portaria do Ministro Dino já tinham sido acordados pra serem votados, e nós concordamos, ao final da reunião, em votar os dois requerimentos, não é?

Então, não há aqui nenhuma tentativa de esconder nenhum dado, até porque as palavras imparcialidade, verdade, obstrução de justiça, democracia me parece que não cabem na boca de alguns que estão falando, não é? Então, me parece que a gente precisa localizar as coisas no lugar certo. Imparcialidade aqui me parece que passa longe de alguns autores de requerimento.

Então, quando nós estamos propondo que, primeiramente, venham os dados, do mesmo jeito que nós pedimos que viessem dados de quebra de sigilo, de RIFs e de documentos antes de convocar determinadas pessoas, é porque nós precisamos ter as informações pra fazer a inquirição. Senão, o depoente chega aqui e o que ele fala é verdade, a gente não tem como contrapor. Tem que chegar antes a informação, e é isso que nós estamos querendo. Então, primeiro, os requerimentos de informação que chegarão; depois, avaliamos a necessidade ou não de fazê-lo. Não há por que a gente passar os carros adiante dos bois neste momento.

O que eu acho é que a gente precisa ter clareza de que há duas linhas de pensamento nesta CPI. Aqui eu já disse, desde a primeira reunião: não é uma questão de governo e de oposição, é uma questão de democracia e não democracia. E aqui há um interesse maior de investigar autoria intelectual ou – talvez a autoria intelectual seja adjetiva demais pra algumas pessoas – mandante do golpe e financiamento do golpe, porque o dia 8, por si só, já está com uma investigação ampla. Agora, nós precisamos chegar aos mandantes, quem mandou, quem articulou, quem planejou, quem processou e quem financia. Isso pra mim é muito mais importante nesta CPI pra gente poder chegar a um relatório que, de fato, tenha consequências.

E eu também tenho clareza de que a omissão central aqui de quem foi – e nós já começamos a investigar –, particularmente das forças de segurança do DF. Mas nós vamos ter a informação, depois se discute a convocação ou não. Por isso, nós temos que agora não é hora de fazer a convocação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.

Existe sobre a mesa um requerimento para que seja uma votação nominal nesse bloco.

Eu defiro de ofício e solicito à Mesa aqui que passe a relação dos Srs. Parlamentares pra que nós possamos fazer a chamada dos senhores pra...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Pela ordem.) – Só pra registrar, então, a gente orienta "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como? Vou fazer a orientação. Eu vou fazer isso. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vai colocar no painel. Eu vou passar pra cada um dos partidos fazer a sua orientação. É porque essa é nominal. Essa vai ser a única nominal. As outras não precisam ser nominais, porque é tudo acordo para aprovação. Então, eu vou ler aqui o que vai ser aprovado e nós vamos aprovar coletivamente.

Como encaminha o Bloco Parlamentar PDT, MDB, PSDB, Podemos e União? (*Pausa.*)

A Secretaria... Às vezes, a gente fica sempre buscando a memória que nós temos das Comissões Permanentes e cometemos umas gafes, não é? A Secretaria da Comissão me informa que não tem encaminhamento na forma que existe nas Comissões Permanentes para esta Comissão. Então, farei o seguinte: eu darei um minuto pra que...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Abra o painel, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Abrirei o painel e darei um minuto para cada um que queira falar possa falar sobre isso.

A começar pelo Deputado Ramagem, depois do Deputado André Fernandes. Então, Deputado André Fernandes, um minuto.

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, nós queremos votar conforme o Regimento. O Regimento não está no comando aqui?

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Ele vai abrir o painel para votar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está no comando, mas vai abrir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O painel já foi aberto.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Só pode votar, Deputada, quando abrir o painel. Eu estou tentando aqui abrir, mas tem...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, só que...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está aberto o painel.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Pela ordem.) – Pela investigação, obviamente, estamos orientando o voto "sim". Não tem a mínima razão de votar contra a convocação do comandante que estava atuando naquele dia. Aliás, estava atuando também nos dias anteriores aos ataques do 8 de janeiro.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – A gente não consegue entender... E é bom que fique claro para o Brasil, para todos que estão nos acompanhando pela TV, pelo YouTube, pela rádio. O Governo, neste exato momento, está votando contra a convocação do Comandante da Força Nacional, que atuava no 8 de janeiro, do Comandante que atuava no 8 de janeiro. Por que o Governo está fazendo isso? Obviamente, pedirão a palavra e dirão que estão querendo uma investigação séria. Investigação séria nada! Investigação séria nada! Não estamos convocando gente de 2022, como está fazendo a base do Governo ou como fez a Relatora. É o Comandante do dia 8 de janeiro! Eles têm muito a esconder, por isso orientamos "sim".

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, eu sou autor do requerimento, eu precisava falar pelo menos um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Cada um pode falar...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Eu sou o autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não. Deputado Izalci, por um minuto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, só para informar...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não. Não estou orientando. Sou autor!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor, deixem-no falar por um minuto. O Deputado Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, sou autor do requerimento da convocação de Tomás de Almeida. Quem é Tomás de Almeida? É aquele que recebeu a mensagem da Abin, lá no Ministério da Justiça. Ele tem que dizer o que ele fez com essa informação: se botou no lixo, se passou para o superior, se passou para o Ministro. É isso que nós queremos saber. A base está orientando votar contra isso. Então, quer dizer, o que nós estamos fazendo aqui?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Esperidião Amin, um minuto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu não vou ocupar por tanto tempo quanto o meu querido amigo, Deputado, e já diagnosticado como futuro Senador Rogério. Mas convenhamos, o Brasil está sabendo já. Vocês estão...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – O Governo está escandalosamente esticando uma novela. Isso vai ser descoberto, pessoal. Isso vai ser tudo descoberto. Já se descobriu que a mensagem chegou ao Ministério da Justiça. Se não foi lida, tem que responsabilizar quem não leu. Você quer ler processo administrativo? Eu quero saber se foi punido alguém. Houve alguma punição? Nada! Então, esta sombra que está sendo colocada sobre essas convocações...

A Força Nacional estava disponível, ela foi dispersada! Quem é que deu a ordem? E as Forças Armadas – eu não sou militar – trabalham com base no quadro de distribuição de trabalho. O quadro de distribuição de trabalho foi alterado! Para quê? Para que os visitantes... Como lembrou o Presidente Lula, alguém abriu a porta para poderem abrir a porta das invasões que ocorreram.

Eu lamento profundamente que nós estejamos testemunhando isso, mas quero dizer: assim como, na terça-feira, nós ouvimos uma parte inicial da verdade, a verdade nos libertará. E nós teremos que ter a ousadia de saber – *sapere aude*, como lembra o nosso amigo Joaci Góes, na página 111 do seu livro.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado... é... Rafael Brito.

Desculpe, Rafael.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente, que isso...

Presidente, eu estou muito feliz aqui, animado pelas coisas que tenho ouvido aqui nos últimos minutos, porque quem era o chefe da Polícia Militar no 8 de janeiro era o Sr. Anderson Torres, que estava de férias nos Estados Unidos. E o Sr. Anderson Torres estará aqui, terça-feira, perante essa CPMI e poderá falar com todo mundo que está querendo saber do Comandante da Polícia Militar por que, antes de ele ter um ano de cargo – um ano de cargo, como qualquer trabalhador precisa ter para tirar férias –, ele, com seis dias, tirou férias e viajou para a Disney, para os parques da Disney.

Então, eu acho que será um grande momento. A responsabilidade da segurança, em primeiro momento, da Praça dos Três Poderes é da Polícia Militar, não é da Força Nacional, não é do Exército. E, se a Polícia Militar faltou, a gente precisa saber o porquê da falta da Polícia Militar.

Eu acho que foi um grande andamento. Parabéns pelo agendamento dessa oitiva, que será muito importante para a continuação dos trabalhos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pastor Vieira, por favor, por um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero concordar com o Deputado Rafael Brito: a responsabilidade para a segurança do Distrito Federal é da Polícia Militar, que era organizada pelo Sr. Anderson Torres, ex-Ministro da Justiça de Bolsonaro.

Só tem um detalhe a mais, Deputado Rafael: nós fomos olhar no *Diário Oficial*, Senadora, e as férias dele, de fato, começavam no dia 9 de janeiro, ou seja, ele viaja para fora do Brasil até mesmo antes do período formal do início das suas férias, que eram absurdas – eram absurdas, porque ele tinha acabado de tomar posse. No dia 8, ele estava fora do Brasil, e não estava de férias, mas quis muito sair do Brasil, antecipou a viagem. E nós achamos que isso não é sem consequência e sem consciência.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Pastor.

Com a palavra, o Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria reforçar aqui a gravidade dessa votação. Muito importante que o Brasil todo acompanhe que o que está acontecendo aqui é a típica blindagem. Por que não ouvir aqui, nesta Comissão, onde a gente já ouviu várias pessoas só de um lado – só de um lado, diga-se de passagem... E não queremos ouvir o Comandante da Força Nacional, que foi chamado, convocado, e, 16h, já com os ataques comendo solto em Brasília, Senador Izalci, é que chega a Força Nacional aqui no prédio. É por quê? É porque vai evidenciar a omissão do Governo Lula? É isso? E o Governo Lula... Como é que vão votar os Parlamentares aqui governistas nessa convocação? E, com relação à Abin, os alertas da Abin, Senador Izalci, que o senhor bem colocou, chegaram ao Ministério da Justiça, o senhor tem que estar aqui, o Sr. Farias Gomes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – ... precisa estar aqui também para que a gente apure, Sr. Presidente, a responsabilidade.

Então, é fundamental que o Brasil acompanhe que o Governo está efetivamente blindando esta Comissão, isso é uma vergonha para o nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Magno Malta. Desculpe, Deputado Nikolas Ferreira.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a gente percebe bem claro aqui uma ânsia de investigação, mas completamente seletiva. Nós estamos aqui votando para que convoque o Sandro Augusto, o Coronel Sandro Augusto de Sales, que é Comandante do Batalhão de Pronto Emprego da Força Nacional de Segurança, e o Tomás de Almeida Viana, respectivamente, o que o seu superior é o Ministro da Justiça, Flávio Dino – e que o Sr. Tomás foi o que recebeu a mensagem, então, da Abin, lá dentro do Ministério da Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz essa pergunta aqui ao Saulo da Abin, e ele simplesmente disse que enviou, mas que não sabe se foi recebida ou não. Como que você manda uma mensagem e não sabe se foi recebida ou não e quem recebe a mensagem não faz nada adiante? O que esse cara fez, Sr. Senador? Esse cara passou adiante, ou ele botou, engavetou isso? Então, é impressionante que as pessoas que nem assinaram essa CPMI estão querendo dizer que isso aqui não faz parte do escopo da CPMI, e com certeza irão votar o contrário. Então, deixo aqui claro que, se há alguém que quer investigação aqui nesta Casa aqui, é o lado da oposição e não da base.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para orientar, o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, eu estou aqui com um requerimento extrapauta, que vou apresentar a V. Exas. depois, que é para escutarmos, e aliás, nem é escutar ainda, não é convocar ainda, é para ter o RIF do ex-Presidente Jair Bolsonaro.

Esses meninos estão querendo escutar a perfumaria, mas ir na ferida mesmo não querem, porque realmente houve um processo de golpe no Brasil, e foi o ex-Presidente Jair Bolsonaro o arquiteto disso. Isso é segredo de polichinelo. O Brasil inteiro sabe disso, que ele comandou o processo de golpe. Por isso, ele já está inelegível no Tribunal Superior Eleitoral. O *hacker* que vai vir aqui vai dizer isso, inclusive.

A ideia do ex-Presidente era que se invadisse as urnas eletrônicas, e depois de invadir as urnas eletrônicas, ele reuniu-se com os embaixadores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... e os embaixadores foram comunicados de que não era seguro. E aí ele saiu dizendo para todo mundo que não havia segurança nos votos e, portanto, não poderia haver eleição no Brasil.

Esse é Jair Bolsonaro, o mentor do golpe.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Acabou o tempo, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – E eles vão votar... O Deputado Nikolas é muito apressado. É um jovem ainda.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Não, o senhor acabou o tempo lá, Senador.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Meio mal-educado também...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Só gosta de falar e não gosta de ouvir.

Então, eu concluo pedindo a ele, inclusive, que está tão assim, que ele fique aqui e vote depois para ouvir o.... para votar no RIF de Jair Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Creio que ele vai votar contra porque quer responder, de fato, o que foi o...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... autor intelectual deste golpe.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra, a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Hoje, o nosso partido orienta "sim". A preocupação do nosso partido nesta Comissão está sendo com os próximos requerimentos: quebra de sigilos e transferência de sigilo. Estamos violando direitos humanos nessa CPMI e mais tarde eu me manifesto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para orientar, a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só preciso de um minuto mesmo, porque...

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não tem condição.

Parece escola de ensino fundamental.

Aqui atrás, está cheio de aluno do ensino fundamental.

Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Maternal, como professora, meu amigo, não como aluno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero apenas dizer, Presidente, que quem tem o que esconder não somos nós. Quem tem o que esconder não somos nós. Nós estamos votando aqui por uma sequência de investigação. Trazem-se os dados, e, depois, se discute a convocação.

Quem tem o que esconder aqui está querendo mascarar a CPI, querendo concentrar a investigação no que não precisa, para esconder movimentação de conta de Bolsonaro, de Michelle Bolsonaro, de ajudante de ordem que fez *e-mail* dizendo "não cadastre as pedras preciosas; entregue na mão de Mauro Cid". Isso pode ser grana, dinheiro para financiamento do golpe.

Nós queremos investigar quem, de fato, está envolvido com o processo golpista deste País.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Agora, quando a gente fala a verdade, eles se incomodam e tentam atrapalhar, porque ficam aí atrás falando sem parar. Eu ouço quieta, mas quem não gosta da verdade fica aqui fazendo festinha para atrapalhar a fala de quem seriamente trabalha nesta CPMI.

Vocês que lessem os mil *e-mails* que nós lemos para achar o *e-mail* do esconderijo, da "malocagem" da pedra preciosa do seu Jair Bolsonaro.

Vocês leiam os documentos para aprender a participar de uma CPMI.

Eu já participei, nesta Casa, de várias CPMIs. Não é a primeira, nem é a segunda.

E nós temos seriamente a posição aqui de investigar o que nós achamos que é correto investigar.

E eu não quero, quando eu estou falando, que os meninos do ensino fundamental fiquem falando no meu ouvido.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Jandira Feghali.

Eu determino à Mesa da Comissão que proceda à apuração no painel eletrônico.

(*Procede-se à apuração.*)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – SIM, 10; e NÃO, 19.

Estão rejeitados os requerimentos.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente, posso fazer uma sugestão a V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Desculpe, pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Todos os outros requerimentos nós poderíamos votar em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Era isso que eu ia propor, Deputado. Era isso que eu ia propor.

Vejam bem: os outros requerimentos estão todos aqui. Eu vou ler todos, mas são...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – No final, eu dou a palavra a V. Exa. Mas V. Exa. quer ler?

Perfeito.

Eu vou ler o conjunto dos requerimentos que estão aqui colocados, que foram objeto de acordo. Aí eu vou colocar tudo em bloco, para ser votado. São os seguintes requerimentos, o primeiro bloco é referente aos sigilos: de autoria da Relatora Eliziane Gama, transferência de sigilos bancário e fiscal de Mauro Cid; de autoria da Senadora Eliziane Gama, transferência dos sigilos fiscal e bancário da WM Teixeira Assessoria; de autoria da Senadora Eliziane Gama, transferência dos sigilos fiscal e bancário da Lopes e Filho Consultoria; de autoria do Senador Magno Malta, transferência dos sigilos telefônico e telemático de George Washington; de autoria do Senador Magno Malta, transferência do sigilo telemático de Alan Diego Rodrigues; de autoria da Relatora, Senadora Eliziane Gama, de transferência dos sigilos telefônico e telemático de Wanderli Baptista da Silva Junior, de José Carlos Russo Assumpção Penteado... (*Pausa.*)

... de autoria da Senadora Eliziane Gama, sigilo telefônico e telemático de José Eduardo Natale; da Senadora Eliziane Gama, sigilo telefônico e telemático de Jader da Silva dos Santos; de autoria da Senadora Eliziane Gama, sigilo telefônico e telemático de Gustavo Morong Rosty; de autoria da Senadora Eliziane Gama, sigilo telefônico e telemático de Edson Gonçalves Dias; de autoria da Senadora Eliziane Gama, transferências de sigilo telefônico e telemático de Carlos Onofre Serejo Luz Sobrinho; de autoria da Senadora Eliziane Gama, transferências de sigilo telefônico e telemático de André Luiz Garcia Furtado; de autoria da Senadora Eliziane Gama, transferências de sigilo telefônico e telemático de Carlos Eduardo Feitosa Rodrigues; de autoria da Senadora Eliziane Gama, transferência de sigilo telefônico e telemático de Alexandre dos Santos Amorim; de autoria da Senadora Eliziane Gama, transferências e sigilo telefônico e telemático de Alex Marcos Barbosa dos Santos; de autoria da Senadora Eliziane Gama, sigilo telefônico e telemático de Gustavo Henrique Dutra Mendes.

Bom, todos aqui são da Senadora. Então, já ficam sabendo que são todos da Senadora Eliziane Gama.

Transferência do sigilo telefônico e telemático de Ailton Gonçalves Moraes; transferência do sigilo telefônico e telemático de Adilmar Souza das Chagas; transferência do sigilo telefônico e telemático de Anderson Gustavo Torres; transferência do sigilo telefônico e telemático de Elço Machado Neves;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transferência do sigilo telefônico e telemático de Gabriel Kenzo Ferraz Sumida; transferência do sigilo telefônico e telemático de Jorge Henrique Luz Fontes; transferência do sigilo telefônico e telemático de Mauro César Barbosa Cid; transferência do sigilo telefônico e telemático de Laércio da Costa Júnior; transferência do sigilo telefônico e telemático de Adilson Rodrigues da Silva.

Agora, de autoria do Deputado Rafael Brito.

Compartilhamento de minuta extraída do celular e outras provas referentes ao Tenente-Coronel Mauro César Barbosa Cid.

Também do Deputado Rafael Brito. Requer à Polícia Federal íntegra da minuta encontrada na casa do ex-Ministro da Justiça Anderson Torres.

De autoria da Senadora Soraya Thronicke. Requer à Junta Comercial do Pará e à Secretaria da Receita Federal do Brasil que enviem os dados das empresas das quais George Washington de Oliveira já foi ou é sócio ou cotista.

De autoria da Senadora Eliziane Gama, requer ao Tribunal de Contas da União realização de fiscalização nas contratações de empréstimos realizadas por empresas do Grupo Sipal.

De autoria da Senadora Eliziane Gama. Requer à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) que encaminhe e compartilhe, em formato digital, relatórios de inteligência produzidos pela agência no período de 1º/10/2022 a 1º/1/2023, relacionados aos acampamentos e manifestações.

Requer ao TCU que realize fiscalização para verificar a regularidade das contratações realizadas pela Polícia Rodoviária Federal da empresa Cognyte Brasil.

Também requer a quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal e telemático da Combat Armor Defense do Brasil. Defense...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É o 1.046.

Bom, passamos, agora, aos RIFs, também de autoria...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone*.) – Nós, vamos votar em blocos separados.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, tudo bem.

Então, em bloco esses pedidos de informação, esses pedidos de transferência de sigilo.

Aqueles que votarem pela aprovação permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone*.) – Todos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Estão aprovados todos.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone*.) – Só os de sigilo telemático.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone*.) – Só os de sigilo telemático.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Sigilo telemático, todos aprovados.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, assim como o Governo fez, lá no começo, eu gostaria só de registrar o voto contrário. Só registar, assim como o Governo registrou.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está registrado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Passamos, agora, aos RIFs... às solicitações de relatórios de inteligência financeira. São todos de autoria da Senadora Eliziane Gama. Caso haja algum outro Parlamentar, eu registrarei.

Então, está aqui: transferência de sigilo de Adriano Barzotto; transferência de Alan Juliani; de Antônio Galvan; da Cematu Participações; de Cláudia Scholl Urio; de Devalci Ribeiro Valadares; de Edson Luiz Casagrande; de Franciele Barbosa de Souza; de Heitor Garcia de Deus Cunha; de Humberto Falcão; de Jefferson da Rocha; de João Norberto Ribeiro; de José Alípio Fernandes da Silveira; de Júlio Augusto Gomes Nunes; de Lopes & Filho Consultoria; de Lucas Costa Beber; de Vanderlei Cardoso de Barros; da WM Teixeira Assessoria & Serviços Administrativos; de Zelia do Carmo Soares de Barros; de Valdir Edemar Fries; de Luciano Jayme Guimarães; de Luis Marcos dos Reis; de Marcelo Lourenço Sousa; de Marcos da Rosa; de Nayara Raissa Soares de Barros Bittencourt; de Sérgio Pitt; de Silvinei Vasques; de Somar Representação e Comércio Ltda.; de Claudio de Barros Nunes; de Maria Wanuzia Batista; de Valter Gatto; da Vape Transportes; de Joel Ragagnin; de Bartolomeu Braz; de Vitor Geraldo Gaiardo; de Sergio Bedin; Adauto Lucio de Mesquita; Agritex Comercial Agrícola Ltda.; Argino Bedin; Comércio e Transportes Comeli Ltda.; Dalila Lermen; Evandro Bedin; Joveci Xavier de Andrade; Luiz Eduardo Rocha Paiva; e Raul José de Abreu Sturari; Lúcio Fernandes; Transportadora Rovaris Ltda.; Sipal Indústria e Comércio; Sergio Bedin; Política e Gestão Estratégica Aplicadas (Instituto Sagres); Roberta Bedin; Farley Vinicius Alencar; R. P. Cunha Informática; Roberto Katsuda; Reginaldo de Souza Leitão; Osmar Crivelatt; Enric Juvenal da Costa; e Djairlon Henrique Moura; Walter Delgatti Neto; a Cooperativa Mista de Mineradores do Alto Tapajós; Brunna Maria Gravena Katsuda; BMG Comércio de Maquinas Eireli; BMC Máquinas, Equipamentos Pesados, Engenharia e Locações; Ricardo Pereira Cunha; transferência de sigilo de Mineração Carajas Ltda.; transferência de sigilo de Farley Variedades Ltda.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso é RIF, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tudo é RIF. (*Pausa.*)

Retificando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Um instante, Deputado.

Antes de botar em votação este bloco, eu quero registrar que todos os RIFs propostos pela Relatora serão votados, conforme o nosso acordo, para o período que vale de junho de 2021 até o dia de hoje.

A proposta foi feita por acordo, de modo que os requerimentos serão votados todos em globo.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão, portanto, aprovados.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, tem um requerimento extrapauta na mesa. Eu gostaria de debater o assunto depois.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito. Perfeito. Perfeitamente.

Passamos agora aos pedidos de informação...

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Deixe-me só registrar o meu voto contrário?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não. Está registrado.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Está registrado?

E vou alertar de novo: estamos violando direitos humanos nesta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos agora aos pedidos de informações.

Na verdade, eu cometi aqui um equívoco, e votamos juntos os pedidos de informações, mas aqui tem que acrescentar, conforme bem trouxe o Líder Rubens Pereira Júnior, a inclusão de autoria do Senador Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que sejam enviados pelo Sr. Ministro da Justiça cópia dos atos e comunicações internas, bem como informações de todas as providências tomadas a partir da edição da Portaria 272, do Ministério da Justiça, em 7 de janeiro de 2023, nos dias 7 e 8 de janeiro.

Requer que o Sr. Diretor da Força Nacional de Segurança Pública, Coronel José Américo de Souza, envie os comunicados de solicitações, determinações e orientações recebidas por escrito, de ofício ou meio eletrônico e aplicativo de mensagem pela Força Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e seus dirigentes, relativamente à Portaria 272, de 7 de janeiro, dos dias 7 e 8.

Então, todos... (*Pausa.*)

É, são os Requerimentos 1.339 e 1.340.

Então, estão em votação.

Aqueles que forem pela sua aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está tudo aprovado.

Eu quero fazer aqui um registro...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Só um registro aqui, Presidente (*Fora do microfone.*) sobre a votação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como?

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Só um registro aqui...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado André Fernandes.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, teve só algo aqui que eu não... No caso, os pedidos de informação a gente já tinha aprovado, junto com os RIFs...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Isso. Está tudo aprovado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Então já foi tudo aprovado. Tá.

Só para dizer, assim, que eu realmente fiquei sem entender, para o Brasil que está aí nos acompanhando...

A Deputada aqui falou que, seguindo uma ordem, uma linha de raciocínio, não aprovaria a convocação do Comandante da Força Nacional, porque está seguindo uma linha de raciocínio, primeiro tem a informação, depois, a convocação. Só que Mauro Cid já veio convocado, e agora é que eles estão pedindo informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para deixar registrada a contradição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O.k.

Está registrado, Deputado.

Olhem bem... Eu recebo aqui, nas minhas mãos, um requerimento assinado por vários Srs. Deputados, que pedem a inclusão, na pauta de hoje... (*Pausa.*)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – São dois RIFs.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... de dois requerimentos que tratam... Para prestar depoimento a Sra. Lívia Mayer Blaskevicz, e que seja também... E pedido de atividades financeiras da ex-Primeira-Dama Michelle Bolsonaro, como também já vieram aqui solicitar a inclusão, na pauta, para a convocação do Ministro Flávio Dino.

Eu quero dizer a todos que eu tenho conduzido esta CPI de uma maneira muito equilibrada. Obviamente, o que não é objeto hoje da pauta pode ser amanhã. Entretanto, nós hoje tivemos uma tarefa muito dura para tentar construir esse acordo. Foi um dia produtivo. Mesmo aqueles que não concordam, como a minha queridíssima amiga Jandira Feghali, hão de convir que nós fizemos um esforço imenso para transformar esta reunião, que, muitas vezes, esteve fadada ao completo fracasso, em um dia produtivo para nossa reunião. Então, eu recebo aqui, respeitosamente... Não vou incluir na pauta de hoje, porque nós hoje apreciamos aqui uma pauta por acordo.

Sendo assim, para concluir a nossa reunião, como tem sido sempre, eu vou conceder o tempo de Liderança que me havia sido solicitado aqui pelo Deputado Filipe Barros.

O Deputado Filipe Barros tem cinco minutos. Se ele quiser, nesses cinco minutos, ele concede aparte a quem o solicitar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É o tempo de Líder. Quem solicitou primeiro foi o Deputado...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, é o tempo de Líder. Vejam só. Há um acordo de procedimentos nesta Comissão de que apenas a Oposição tem direito a cinco minutos para falar no tempo de Líder e depois o Governo. Então, a Deputada Jandira Feghali vai falar pelo Governo. O Governo fala por último. O Deputado André Fernandes... Ele tem os cinco minutos e pode conceder aparte a quem ele desejar, mas são cinco minutos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, já, logo de início, digo que vou dividir o meu tempo com o Deputado André, porque tenho apenas um rápido informe para fazer.

Nós da Oposição protocolamos agora, neste momento, nesta Comissão, o requerimento para que seja votado e aprovado, esperamos nós, de pedido de soltura do Coronel Naime. É o Requerimento 1.529, de 2023. E por que nós fizemos esse requerimento? Porque todas as investigações que nós fizemos e todas as provas que estamos colhendo até agora não mostram nenhum indicativo para que ele ainda permaneça preso. Pelo contrário, Sr. Presidente! O Coronel Klepter, que foi o responsável por deixar os policiais do Distrito Federal dentro de suas casas, no dia 8... Isso que é completamente atípico, nós ouvimos isso aqui dentro da CPMI. O Coronel Klepter foi promovido! Então, o responsável por deixar os policiais dentro de suas casas, Laura, foi depois promovido pelo Cappelli, que foi o interventor da segurança pública aqui do Distrito Federal.

E é curioso nós percebermos que aqueles que dizem que são favoráveis à investigação são complemente contra... E eu achei completamente indelicado, Sr. Presidente, a Deputada Jandira vir aqui e expor publicamente os termos das nossas conversas da reunião lá debaixo. Eu poderia aqui, inclusive, dizer o seguinte: olhe, eles fizeram um acordo para votar com o fotógrafo, para votar a convocação do fotógrafo, depois chegaram aqui e fizeram essa cena toda só pra imprensa achar que "não, eles são contra", mas, lá embaixo, o Governo aceitou votar a convocação do fotógrafo! Aqui, em cima, só foi jogo de cena! Todo mundo sabe disso. Então, é muito indelicado da parte da Deputada Jandira ficar expondo as conversas que nós temos nas reuniões privadas.

Eu encerro aqui e passo para o Deputado André.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone*.) – Coisa de menino isso aí...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Pela Liderança.) – Obrigado, Deputado Filipe. Parabéns pelo pronunciamento.

Sr. Presidente, as mensagens não param de chegar aqui através das redes sociais, WhatsApp e daqui, inclusive, nos comentários do bate-papo ao vivo de quem acompanha esta sessão.

Em primeiro lugar, parabéns pela condução. Falo isso de coração. O senhor tem feito... Muitas vezes, eu confesso que até não tem me agradado, mas é normal, até porque, certa vez, a Oposição vai ficar feliz; certa vez, a base governista vai ficar feliz... Enfim, faz parte do jogo político.

Mas, Sr. Presidente, o que está todo mundo, nesse momento, perguntando e querendo saber é: quais providências serão tomadas? As imagens do Ministério da Justiça já chegaram? O povo está pedindo que o Sr. Presidente se manifeste quanto a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tomamos para nós realmente essa dor, quando a CPMI aprovou esse que não é nem um pedido. A gente mandou que ele enviasse as imagens, e veio essa negativa. Ficou ruim, ficou chato para esta CPMI. Todo mundo aqui e até os Deputados governistas também se sentem desrespeitados. Passaram-se 48 horas, e o povo brasileiro quer saber o que está acontecendo. As imagens chegaram? Se não chegaram, quando chegarão? Teve determinação do STF? Enfim, o povo quer um pouco mais de transparência, até porque esta CPMI acontece publicamente, para que o povo acompanhe o que está acontecendo, de fato.

Então, Sr. Presidente, as imagens chegaram? Se não chegaram, o que será feito? É o questionamento que nós, principalmente a Oposição, fazemos à V. Exa.

Obrigado, Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu indago, mais uma vez: se nós queremos chegar à verdade... O depoente aqui, o Saulo, disse claramente, apresentou, inclusive, provas de que fez os alertas. Os alertas foram enviados, e ele não podia dizer o que fizeram com o alerta. Agora, nós precisamos saber o que foi feito lá. A pessoa que recebeu, que é o Tomás, ou o Saulo, que é da Força Nacional... O que ele recebeu? Por que ele não agiu? Porque não é só o GDF que autoriza a Força Nacional. Está aqui no §4º do decreto que o Ministro poderá convocar a Força Nacional – está no decreto de formação da Força Nacional. A Relatora já tem convicção, já vai constar no relatório? Porque, se ela não quer chamar ou se não fez requerimento para chamar, talvez ela já tenha uma informação que nós não temos, que o Ministério da Justiça já informou, já mostrou os documentos, ou o que fizeram com a informação, da mesma forma com a Força Nacional.

Então, eu indago, senão eu fico aqui perdido. O que eu estou fazendo numa CPI, se o básico, o óbvio não é sequer levado em consideração?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra agora, pelo tempo de cinco minutos da Liderança do Governo, à Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que eu me sinto vitoriosa nesta reunião de hoje. Eu não acho que o resultado das votações de hoje foi contra a investigação e muito menos contra nós; ao contrário, nós aprovamos todos os requerimentos que nós apresentamos aqui e derrotamos aqueles, porque temos maioria no Colegiado, de que nós discordamos. Então, não acho que nós tenhamos tido qualquer derrota aqui.

No entanto, eu apresentei um requerimento extrapauta, junto com vários outros colegas, porque acho que, parcialmente, o acordo foi descumprido, na minha opinião, porque, lá embaixo – e aí não há nenhuma deselegância, porque eu sei me comportar no Parlamento brasileiro, mesmo que alguns que estão chegando agora não saibam –, nós combinamos de todos os RIFs serem aprovados. E os RIFs, ou seja, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

movimentação financeira da Sra. Michelle Bolsonaro e a do Sr. Jair Bolsonaro estavam na lista dos RIFs e só foram subtraídos quando chegamos aqui. E isso eu tenho que dizer. Por isso, o requerimento extrapauta para ser colocado em votação.

O Presidente não quis colocar em votação, porque ele tem o comando da pauta, mas eu preciso dizer que não tem nada nesse requerimento fora do escopo da CPMI. As denúncias de movimentação financeira de Mauro Cid e do Sargento Reis nas contas da Sra. Michelle são imensas. Nós temos esses dados aqui já na CPMI, não olha quem não quer. E é preciso, então, saber do que serviu a Sra. Michelle Bolsonaro e suas contas no processo golpista. Isso é uma investigação que nós precisamos fazer, é um direito nosso, e não podemos ser impedidos disso.

Da mesma forma o Sr. Jair Bolsonaro; o Sr. Jair Bolsonaro, que surrupiou 17 milhões da população e guardou e investiu e não pagou nem a multa que era devida. Isso é um crime contra a economia popular. Abusou da boa-fé, inclusive, de quem o apoia, além de ter nessa listagem dos Pix um monte Pix repetidos, CPF em série. Não foram não foram todas essas pessoas, mas, sim, algumas que fizeram esses Pix. Agora os 17 milhões, nós queremos saber, foram usados pra que mesmo?

No entanto, na questão específica dos RIFs, nós precisamos saber se as pedras preciosas que foram malocadas pelo Sr. Jair Bolsonaro, foi mandado esconder no cofre do Planalto... Os *e-mails* institucionais, inclusive, nem sigilo deveriam ter, porque são *e-mails* institucionais do Planalto, da ajudância de ordens. Esses *e-mails* são públicos, não podem ser escondidos de ninguém, nem da Controladoria, nem do Tribunal de Contas, nem de nenhum membro da imprensa que peça pela Lei de Acesso à Informação. Isso veio no bolo, e nós localizamos. Isso é um dos crimes mais graves que essa CPI identificou. Como é que um Presidente da República maloca pedras preciosas num cofre; não cadastra, não está na lista de presentes; rouba o patrimônio público, sequestra o patrimônio público? Se ele vendeu, eu quero saber: esse dinheiro foi também pra financiar o ato golpista? Isso foi em outubro, novembro do ano passado. Esses *e-mails* ficaram entre 27 de outubro e 11 de novembro. Em 11 de novembro, essas pedras foram tiradas de lá, porque as mensagens acabaram. Foi feito o que com isso? Esse dinheiro serviu pra financiar os atos que ocorreram em Brasília? Isso faz parte da nossa investigação. Nós precisamos... Quem não tem mais a esconder deixa aprovar o RIF do Sr. Bolsonaro e da Sra. Michelle, que estão envolvidos no núcleo desse processo, no núcleo do processo golpista.

Então, eu estou aqui, dentro do escopo da CPMI, nós estamos aqui exigindo que isso seja considerado. Nós não podemos ser impedidos de investigar as contas de quem está no núcleo do processo golpista. Isso é um direito que nós temos, que a CPMI tem. Portanto, o requerimento está aí. Eu quero que seja avaliado pelo Presidente dentro da linha da investigação do financiamento do golpe.

E, por fim, eu tenho 40 segundos, é o seguinte: muitos de nós aqui têm história nesse Parlamento. O Presidente tem, eu tenho, vários outros aqui têm, Laura Carneiro, muitos outros. Nós não temos nada a esconder nem nas nossas histórias e muito menos da parte do Governo. Portanto, nós investigaremos o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

for fundamental para a investigação da CPMI dentro de uma linha decisiva, que é quem mandou e quem pagou. Isso é fundamental.

Agora, a tese de que a omissão foi do GSI e por isso teve golpe chega a ser infantil. Sinceramente, é infantil a gente continuar ouvindo essas teses absolutamente ridículas dentro do Parlamento brasileiro.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada Jandira Feghali.

Tenho duas informações importantes aqui pra trazer pro Colegiado. A primeira em relação a resposta que o Coaf deu à nossa inquirição que foi feita na semana passada com relação ao sigilo que foi disponibilizado a essa Comissão em que constava dados, pela visão de vários Parlamentares, além daquilo que havia sido solicitado pela CPMI.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Isso.

Então, o documento está aqui, à disposição de todos os Srs. Parlamentares, vou deixar aqui na Secretaria da Mesa.

Eu vou ler apenas a conclusão, para que todos tomem conhecimento.

Diz o Dr. Ricardo Leão, que é o Presidente... Lião. Não é Leão; é Lião, com "i".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ah, é Lião, Lião, perdão, perdão.

> Assim, caso o Coaf tenha recebido comunicação com o período de análise definido pela instituição comunicante de janeiro a julho de determinado ano, por exemplo, e venha a receber pedido de intercâmbio de autoridades enfocando intervalo temporal de novembro do ano anterior a maio do ano seguinte relativamente à pessoa à qual se refere a comunicação, cabe ao Coaf, então, compartilhá-la na íntegra e não de forma mutilada ou adulterada.
> O esclarecido nos itens precedentes quanto ao modelo de compartilhamento de inteligência financeira em contexto de intercâmbio com autoridades adotadas pelo Coaf e teor das normas nacionais e internacionais de regência afasta inequivocamente quaisquer ilações infundadas no sentido de que esse tipo de compartilhamento extrapola o escopo desse intercâmbio.

Eu quero dizer que nós não vamos proceder a debate sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem tiver alguma oposição, ou tenha posição contrária, que cobre judicialmente o Coaf aquilo que seja feito.

Eu quero, assim, por uma questão de transparência total dos atos desta Presidência nesta CPMI, eu... Já na reunião que tivemos lá embaixo, tentando produzir esse acordo, que foi vitorioso, me perguntaram sobre a entrega das imagens do Ministério da Justiça.

Ontem, eu fui informado de que o Ministro Flávio Dino solicitou ao Supremo Tribunal Federal – no caso, diretamente ao Ministro Alexandre de Moraes – autorização para entregar essas imagens a esta CPMI e de que, sendo autorizado pelo Supremo Tribunal Federal, ele fará esta entrega.

Eu, de fato, verifiquei perante o Supremo Tribunal Federal e, de fato, essa solicitação do Sr. Ministro foi encaminhada, de sorte que eu não estou aqui para fazer jogo de cena nem para fazer espetáculo. Se está na mão do Ministro Alexandre de Moraes, que é a mesma pessoa à qual eu requeriria – caso ele não tivesse entregue, é a quem eu requeriria –, uma ordem para que o Ministro nos entregue as imagens, na verdade o Ministro está se antecipando a nós: está perguntando ao Ministro e está dizendo que vai entregar. Então, se o Ministro Alexandre de Moraes autorizar a entrega, claro que o Ministro também disponibilizará para nós. Da mesma forma, se ele não entregar, nós podemos pedir, que ele não entregará, porque entenderá que se trata de um ato sigiloso.

Entretanto, eu quero acrescentar que, na tarde de ontem, eu estive com o Ministro Alexandre de Moraes, e ele solicitou a esta Presidência que indicasse um funcionário da Comissão, para que pudesse, em interface com o gabinete dele, levar hoje ainda – o que já foi entregue, naturalmente, mas apenas verificar – todos os requerimentos que foram feitos por esta Comissão aos inquéritos que ele preside, e ele autorizará de logo, imediatamente, já hoje ou no máximo até segunda-feira, a entrega de todos aqueles documentos que não digam respeito a inquéritos que tenham diligências a serem cumpridas.

Obviamente, é o que nós já discutimos aqui, se tem diligência não tem por que ser cumprido. Então, a nossa expectativa, diante do que foi colocado, é de que na próxima semana já teremos essa disponibilização.

Quero explicar aqui, até em louvor à transparência, mais uma coisa. Como eu disse, antes do recesso, bem antes do recesso, no começo dos trabalhos da CPMI, eu tive uma audiência com o Ministro Alexandre de Moraes, e ele me colocou exatamente isso, que autorizaria o compartilhamento de todos aqueles processos, inquéritos que não tivessem diligências a serem cumpridas. E aí as pessoas falam: "Mas por que não chegou ainda?". E eu quero explicar.

A Secretaria da Comissão perguntou ao Supremo Tribunal Federal se o ofício deveria ser encaminhado à Presidência do Supremo Tribunal Federal ou ao Ministro Alexandre de Moraes. O Supremo indicou a Presidência do Supremo Tribunal Federal, no caso, a Ministra Rosa Weber. A Ministra Rosa Weber não sabia do entendimento que havia sido feito com o Ministro Alexandre de Moraes e, em respeito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao trabalho do Ministro, denegou o compartilhamento. Eu, então, tentei entrar em contato com a Ministra. Acontece que ela estava em recesso. Eu falei com o seu substituto, o Ministro Barroso, que, naturalmente, na condição de substituto, não quis contrariar uma decisão que já havia sido tomada pelo Ministro. Posteriormente, eu tive esse novo entendimento com o Ministro Alexandre de Moraes, que me informou que não há, da parte dele, nenhuma dificuldade para fazer esse compartilhamento. Portanto, havia essa preocupação da Presidente, e nessa preocupação, no caso dos inquéritos que não têm diligências, não há nenhum problema, portanto, a questão está solucionada.

Então, quero trazer essas informações porque eu não estou aqui preocupado em conseguir uma ordem do Supremo Tribunal Federal para forçar ministro A ou B a entregar documento. O que eu quero, e vou trabalhar de maneira muito dura, é que os documentos de fato cheguem a esta CPI, para que nós possamos nos debruçar sobre eles e apresentar uma resposta à sociedade brasileira.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone*.) – Só uma pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Pela ordem.) – Não irei polemizar, é somente mesmo uma pergunta. Esse *modus operandi* de solicitar ao STF me preocupa um pouco, que isso não se torne uma praxe. Caso contrário, esta CPMI perde seus poderes próprios.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É verdade. Eu concordo...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Então, para que isso seja não uma praxe... Talvez tenha acontecido realmente algo extra, mas que seja feito realmente com o entendimento de que esta CPMI não necessita de um outro órgão para poder autorizar o que esta CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. está coberto de razão, mas, até por uma questão de economia processual, porque, como eu relatei aqui, o tempo não mudaria, então, nós estamos seguindo nessa direção.

O Senador Magno Malta quer um minuto também aqui, conforme...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor, por favor, V. Exa. tem a nossa boa vontade para falar.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Pela ordem.) – Meu tempo foi todo tomado pelo Rogério lá na reunião de manhã, eu não falei nada, fiquei quietinho.

A nossa reunião, Sr. Presidente, eu queria aqui reforçar o seu esforço. E até tem uma frase da Deputada Duda, que não esteve lá, teve a informação, mas o Presidente teve a diligência, ontem e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anteontem, porque seria uma reunião da Mesa de convidar três ou quatro de cada, do Governo e... para que pudesse presenciar, e acabou chegando mais gente.

Na verdade, aqui choveu, mais ou menos, no molhado, porque parece que o debate já tinha sido feito lá. Mas, no esforço do Presidente, nós chegamos a um acordo e, em seguida, ao deixar aquele ambiente até chegar aqui a este, o acordo já estava desfeito, não é? E trabalhou-se pra refazer.

Agora, por que a importância grande... E aqui que não fique pra nós, pra imprensa e pra os jornalistas que nós estamos querendo quebrar uma regra que é primordial pra vida de um jornalista, que é a preservação da sua fonte, e está na lei. Desse fotógrafo nós não estamos pedindo fonte nenhuma. Ele estava numa cena de crime, ele fotografou um crime. Ele pediu pra refazer a cena? Ele mostrou a cena para o ator depois pra ver se ficou bom ou se ficou ruim? Então, pra insistir, nós não estamos o chamando como testemunha pra que ele nos informe qual é a fonte dele. Nós queremos saber o que um fotógrafo estava fazendo numa cena de crime onde tinha vândalos dentro de um ambiente que foi vilipendiado.

Então, essa minha palavra é a defesa de todos aqueles que participaram do acordo. Depois, o acordo foi desfeito aqui e, em seguida, deu no que deu.

Pois bem, nós viemos pra cá e, dentro desse esforço do Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Como, Rogério?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Estou pedindo um minuto ao Presidente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Vai, continua.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – No esforço do Presidente, eu fiquei todo tempo lá calado, porque, na verdade, eu tenho batido numa tecla e não tenho sido ouvido desde que começamos esta investigação, esta CPMI: que haja um interesse na vida humana. Direitos humanos que são tão rápidos pra passar pano e defender vagabundo não têm qualquer manifestação com as pessoas simplórias, presas ainda. E as que saíram estão presas com a tornozeleira eletrônica. Mulheres, homens, pessoas com comorbidade, pessoas doentes, outros não... Tem vândalos presos, vão ter que responder e pagar. Quem foi pego aqui dentro...

As imagens são importantes? São, porque quem estava aqui dentro, se ele vai ser ouvido, vai ter que dizer "Eu estava lá dentro", porque as imagens viram. Por que não ouvir essas pessoas? E, num gesto sacerdotal e de misericórdia, Sr. Presidente e aqui a Relatora também, tenho batido nesta tecla: por que não, Senador Moro, se fazer uma divisão aqui dentro, se criarem dois grupos pra que visitem a Papuda, pra que vão ouvir as presas. Já vai pra oito meses, sete meses, com aqueles que já saíram com tornozeleira eletrônica, Deputado Filipe. É um absurdo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu reitero... V. Exa. disse que realmente agora essas 48 horas vão ter que valer ao requerer. Eu vou requerer novamente por escrito, vou requerer com o nome de todas as pessoas presas, vou requerer sem os nomes, até que haja esse entendimento, até que a base do Governo, que não queria esta CPMI e depois tomou pra si de assalto a CPMI, concorde que o indivíduo, por pior que ele seja na vida, precisa ser ouvido se ele está envolvido num crime ou num inquérito. Ele precisa ser ouvido seja ele culpado ou não.

Então, há um gesto de misericórdia, porque lá há pessoas que nada têm a ver com isso, nem aqui estavam, não entraram aqui nesse Poder, não entraram no outro Poder, não estavam aqui.

Bem, é um pedido que vou fazer, vou reiterar, Sr. Presidente. E com relação ao Coaf, o meu temor é o seguinte: eu nunca vi, na minha vida, quebra de sigilo em sessão pública. Você expõe as pessoas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Em CPI se quebra sigilo em sessão secreta, por razões muito simples. Está aqui a Senadora Laura do meu lado... Tudo que é Deputado está virando Senador. A Deputada Laura aqui do meu lado. E o Coaf, na sua formatação... Na CPI do Narcotráfico, nós trouxemos o Banco Central, e a Dra. Adrienne, esposa do ex-Ministro Jobim, veio à CPI com técnicos do Banco Central nos mostrar como funcionava, e quando há uma movimentação atípica, o Coaf se autoprovoca, ele sabe que a movimentação é atípica e ele vê, e ele então toma providência com as autoridades. Aqui, não, o Coaf está sendo provocado. E quando você faz isso publicamente, expondo pessoas, a vida de pessoas e de empresas, que lá na frente podem ser dadas por inocentes, mas já estão destruídas, com o nome destruído, empresa, família, sigilos quebrados ao vivo, nesse momento, todas elas e as pessoas já estão nos *blogs*. Eu não conheço nenhum, nenhuma dessas pessoas, nenhuma dessas empresas, mas sigilo se quebra em sessão secreta, fechada.

Segundo ponto. Quando você quebra publicamente, você avisou para a empresa que ela tem que acionar o corpo jurídico dela, ou qualquer cidadão comum vai correr para as autoridades a fim de evitar a quebra do seu sigilo. E muitos vão alcançar. Não sei se é um pedido de *habeas corpus*, de impedimento do que votamos hoje aqui. Eu sei que as bancas de advogados estão sendo acionadas nesse momento, por uma quebra de sigilo público.

Para mim, já está mais que claro que já está formatado o relatório final dessa CPMI. Todo mundo que a assiste publicamente, vê que o foco é só uma pessoa: Jair Bolsonaro. Agora já apareceu pedra, apareceu um monte de coisa; que se faça a CPI da Pedra, que se faça a CPI do PIX.

Uma coisa interessante aqui, sobre o PIX – eu vou encerrar – do Jair Bolsonaro – Obrigado, Presidente, pela campainha... PT faz vaquinha virtual para pagar gastos da festa de posse presidencial de Lula em Brasília. Normal, normal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após vaquinha, Dirceu paga multa de quase um milhão. Normal. Integrantes do PT fazem vaquinha para despesas de Lula. Normal. Petistas fazem vaquinha para pagar multa dos condenados do Mensalão. Normal. Sindicalistas fazem vaquinha para pagar multa de Lula. Normal. Ex-Deputado lança vaquinha para pagar multa do mensalão. Tudo normal. Jair Bolsonaro: anormal.

Eu soube que existe um cidadão que está requerendo para si a fama do *Guinness Book* pelo fato de ter prendido mais de 2 mil pessoas. Num ato falho, num discurso aqui, o nosso amigo Senador Randolfe, num discurso aqui no Plenário do Senado, disse: "Nós prendemos num dia mais de mil". Nós quem? Ato falho.

Então, essa coisa de tentar desgastar o ex-Presidente Jair Bolsonaro em toda e qualquer questão... Jair Bolsonaro deve ser culpado até da guerra da Ucrânia com a Rússia. Não estou advogando nenhuma questão; estou colocando contradições.

E, por isso, Sr. Presidente, eu, que não falei nada hoje – assisti a tudo calado hoje pela manhã, ao acordo que foi feito e que foi desfeito logo em seguida –, penso o seguinte: ou a gente realmente, 48 horas antes, não tão somente cumprindo o Regimento, receba os ofícios, sejam eles quais forem e com que finalidade, mas que também a Mesa – V. Exa., a Relatora e os outros membros... E, como V. Exa. fez desta vez...

E quero mais uma vez reiterar o meu respeito a V. Exa. nessa tentativa de querer que as coisas sejam ajustadas e que haja um mínimo de compreensão de ambos os lados, porque realmente está definido – não é questão de quem é democrático ou antidemocrático, não –: nós queremos a verdade. E a verdade tem que aparecer quando todos aqueles que têm interesse na verdade tenham seus requerimentos aprovados, seja situação, seja oposição.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Deputado Rogério Correia; depois o Senador Sergio Moro; e vamos encerrar a nossa reunião.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Eu vou pedir um minuto, como o que V. Exa. concedeu ao Senador Magno Malta, completamente fora do Regimento. Então, às vezes eu reclamo que as coisas não estão...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone*.) – Vice-Presidente da Comissão...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, Vice-Presidente da Comissão... Não existe, no Regimento, palavra livre para Vice-Presidente da Comissão. Isso não existe. Então, não se pode ir inventando, no Regimento, a forma de colocar alguém para falar no final da reunião – e não falar para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão de ordem ou esclarecimento, mas para fazer uma longa análise política, da qual eu discordo completamente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu concordo com V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, eu vou também utilizar do mesmo tempo dele – livre – para poder falar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu não vou... Veja só, vamos pôr fim aqui. O Deputado Magno Malta realmente me pediu um minuto e abusou dessa nossa liberalidade.

Eu vou conceder a V. Exa. dois minutos para fazer a sua fala, para a gente encerrar a reunião.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, eu não vou usar a palavra. Só quero lamentar a atitude do Senador. Descumpre o Regimento, não respeita o Regimento, fala o que quer, depois não gosta de ouvir o que não quer.

Eu apenas pedi para colocar uma questão que foi relativa à reunião que nós tivemos lá embaixo, onde eu deixei muito clara a minha posição absolutamente contrária à questão de ouvir o jornalista. E não foi má-fé nenhuma minha e não desfiz nenhum compromisso aqui. Votei, aliás; fiz uma declaração de voto conforme havia combinado. E a minha opinião é a mesma: o que o jornalista estava fazendo – o fotógrafo – era tirando fotos. Ele não quebrou nada, ele não fez absolutamente nada; ele tirou fotos. O ângulo que ele queria para a foto... Se tinha gente, terrorista lá dentro, querendo quebrar as coisas e que queria ser fotografado, isso era um problema dessas pessoas. Esses deviam ser chamados, não o fotógrafo que estava lá trabalhando. Isso fere a liberdade dele como fotógrafo de imprensa, que foi, naquele momento, fazer ali a sua atividade de imprensa. Por isso, eu coloquei todas as posições contrárias.

Em relação às demais coisas que o Senador Magno Malta falou, eu vou me abster de me colocar, porque V. Exa. não quer me dar a mesma complacência do tempo que deu a ele, mas fica registrado que, neste caso, há, sim, dois pesos e duas medidas, e é preciso ter cuidado com isso.

Outra questão é que não tem condições de a gente falar e os Deputados ficarem aqui aos berros, no ouvido dos Deputados que falam, para não permitir que aconteça... Hoje foi o Deputado Nikolas e o Deputado André Fernandes – que, aliás, é investigado e não devia nem estar aqui –, que ficaram falando no ouvido e atrapalhando o raciocínio das pessoas. Isso não é também regimental. Então, esses Deputados não podem fazer isso. Eu queria colocar isso para V. Exa., porque isso não ajuda nos andamentos do trabalho.

Em relação ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, o que foi citado aqui é pouco. Se for investigar o Bolsonaro, nós vamos precisar de quatro, cinco mandatos de coisas erradas. Começa com o genocídio, não é? Ele foi multado por causa do genocídio. Ele foi multado porque ele não colocava máscara. Ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incentivava as pessoas a saírem sem máscara. O senhor se lembra disso? Era isso que ele fazia. As multas foram por isto: porque ele incentivou o genocídio no Brasil. E há quem ainda deposita dinheiro para um genocida. Bem, têm direito a isto: podem depositar dinheiro para o genocida.

Agora, o mentiroso... É crime de economia popular. Guardem isto: é crime de economia popular. Ele pegou esse dinheiro e está investindo para se enriquecer. Ele ganha R$20 mil por mês só com o investimento do dinheiro que os "patriotários", se é que são eles, e se é que não há lavagem de dinheiro. Deram para ele.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, Senador Magno Malta, se V. Exa. quiser fazer um debate, nós vamos dar tempo igual, e eu respondo a cada uma dessas besteiras que V. Exa. falou.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

Falará o último orador inscrito, por dois minutos...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eu não desrespeitei você.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... o Senador Sergio Moro, para a gente concluir a nossa...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eu nunca disse que a sua palavra foi uma besteira. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu lhe peço para a gente... V. Exa. e o Deputado Rogério Correia podem fazer esse debate em outro local, mas aqui vamos encerrar a reunião.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Muito rapidamente, Presidente, eu nem vou usar os dois minutos.

Só quero fazer um elogio aqui ao Senador Magno Malta, que falou com muita propriedade. Quem tem observado a Comissão e mesmo o comportamento anterior dele... Ele tem sido econômico nas palavras. É um Senador de grande sabedoria, de grande experiência em CPMIs, e hoje tomou essa atitude de deixar para falar no final. Falou um pouco mais do que era o tempo que se imaginava, mas boas palavras, belas palavras, e nós temos que respeitá-lo, porque inclusive ele deixou essa fala para o final, nos poupando muitas vezes de intervenções anteriores que vários de nós fizemos e que, às vezes, a gente faz com a melhor das intenções, mas acaba tomando o tempo das pessoas. Então, eu registro aqui os meus elogios ao Senador Magno Malta, que fez uma fala aqui com bastante propriedade e foi econômico, parcimonioso. Quando falou, falou com sabedoria. Fica aqui o registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero apenas acompanhar aqui uma sugestão do Senador. Tem várias questões que eu poderia abordar, mas nós deveríamos – e aqui, publicamente, Presidente, fica minha sugestão também a V. Exa. – selecionar três, quatro, cinco... Todos eles deveriam ser ouvidos, os que estão presos lá nos presídios, mas deveríamos chamar alguns para ouvir aqui nesta CPMI, para o nosso esclarecimento, para a nossa informação, para que nós pudéssemos entender o que motivou essas pessoas e quem são essas pessoas que estão presas lá até hoje, sete meses depois, nesses presídios.

Então, fica essa sugestão, e reitero meus elogios ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, Senador.

Coloco em votação a ata da 9ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião a realizar-se no dia 8 de agosto, às 9h, neste mesmo recinto.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 04 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1170, DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e trinta e sete minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Marcelo Castro e Alice Portugal, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 1170, de 2023 com a presença dos Parlamentares Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Giordano, Carlos Viana, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Teresa Leitão, Josenildo, Reginete Bispo, Erika Kokay, Coronel Fernanda, Samuel Viana, Rogério Correia e Professora Luciene Cavalcante, e ainda dos Parlamentares Max Lemos, Paulo Paim, Dr. Victor Linhalis, Tarcísio Motta, Delegada Adriana Accorsi, Alexandre Lindenmeyer, Augusta Brito, Leonardo Monteiro, Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Guilherme Boulos, Merlong Solano, Wellington Fagundes, Alfredinho, Dandara, Luiz Gastão, Fernando Farias, Mecias de Jesus e Pastor Henrique Vieira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Fernando Dueire, Marcos do Val, Beto Faro, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Carlos Portinho, Laércio Oliveira, Cleitinho, Elmar Nascimento, André Fufuca, Isnaldo Bulhões Jr., Hugo Motta, Fábio Macedo, Fernando Rodolfo e Carlos Veras. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação e eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Realizada a 1ª Reunião da Comissão Mista. A Comissão é instalada, sendo eleitos o Senador Marcelo Castro para Presidente e o Deputado Josenildo para Vice-Presidente, e designada Relatora a Deputada Alice Portugal. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e cinco minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Josenildo
Vice-presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 1170, de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.170, de 2023.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal, e a relatoria sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Exmo. Sr. Senador Marcelo Castro.

Do Senador Marcelo Castro nós conduziremos a eleição, na medida em que ele precisará, inclusive, sair.

E, para Vice-Presidente... Não sou eu não?

Pois bem. É porque as coisas acontecem ao vivo!

E, para Vice-Presidente, o nosso querido Deputado Josenildo.

Portanto, logo na imediata saída do Senador Marcelo, trabalharemos por aqui com o nosso Vice-Presidente, Josenildo.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleito Presidente da Comissão o Senador Marcelo Castro e, para Vice-Presidente, o Deputado Josenildo.

Passo a Presidência da Comissão ao Sr. Senador Marcelo Castro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI. Para discursar.) – Eu quero cumprimentar a todos, as Sras. e os Srs. Senadores, as Sras. e os Srs. Deputados, e dizer que tenho muito prazer e até orgulho de estar presidindo esta Comissão, em que vamos tratar do aumento do servidor público federal, que é uma parte que me dá muito orgulho porque eu lutei muito por isso quando fui o Relator do Orçamento no ano passado.

A proposta que veio é de que o Judiciário teria um aumento de 9%, o Legislativo iria acompanhar e o que estava previsto para o aumento do servidor do Executivo era de apenas 4,5%. E, aí, desde o primeiro dia em que eu dei a primeira entrevista sobre isso, eu disse: "Eu tenho um grande problema pela frente para resolver". Porque eu não acho justo a gente dar um aumento desigual, sobretudo quando, sabemos nós, o Judiciário é o que tem os salários mais elevados, o Legislativo também, e esses é que teriam um aumento maior; e o Executivo, que tradicionalmente tem um salário mais baixo, teria um aumento menor. Na minha relatoria, eu trabalharei para que todos tenham pelo menos um aumento igual.

Graças a Deus, conseguimos isso daí, aprovamos a PEC da transição, fizemos a previsão orçamentária, o Presidente Lula já baixou essa medida provisória, que está em vigência, e o que nos resta agora é fazermos o relatório e aprová-la, para que ela não caduque e não perca a sua vigência.

Então, dizendo isso, vou designar como Relatora – e não poderíamos ter uma Relatora melhor – a nossa estimadíssima Deputada Alice Portugal, pessoa comprometida com as causas populares, do PCdoB histórico, do nosso querido Estado da Bahia. E não poderia estar essa medida provisória em melhores mãos.

Então, dizendo isso, proponho a aprovação da ata da presente reunião...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) – Ah, pois não, Alice.

Vou passar a palavra para você. Desculpe-me.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Para expor.) – Obrigada, Senador Marcelo Castro. Boa tarde a todos e todas mais uma vez.

Como eu disse que as coisas acontecem ao vivo, essa resolução da assunção da relatoria se deu poucas horas atrás, e nós não trouxemos um plano de trabalho ainda, mas eu acredito que nessa medida provisória, uma audiência pública, no máximo duas audiências públicas talvez, com a ouvida dos segmentos que queiram manifestar-se e dos autores das emendas – nós temos 56 emendas e evidentemente já passaríamos a apreciá-las –, poderíamos rapidamente resolver, na medida em que é uma medida provisória positiva, esperada pelo serviço público, depois de tantos anos de aguardo por um reajuste.

Eu quero agradecer ao Líder do Governo da Câmara dos Deputados, Deputado Guimarães, à Liderança do Governo aqui também, no Senado da República, e dizer que há uma simbologia nessa indicação. Coordeno a Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, ao lado do Senador Paulo Paim, Senadora Zenaide Maia. Evidentemente, a assunção de uma militante do serviço público a esta condição, além do risco, é uma honra.

Eu quero, portanto, agradecer e pedir a compreensão de apresentarmos o plano de maneira formal na próxima reunião que o Senador convocará.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) – Agradecendo aí as palavras da nobre Deputada Alice Portugal, pergunto se o nosso Vice-Presidente recém-eleito, Josenildo, gostaria de usar a palavra.

O SR. JOSENILDO (PDT - AP) – Sim, Presidente.

Só para dizer que, para mim, também é uma honra, como servidor público de carreira há 30 anos e agora na condição de Deputado Federal, poder participar desta Comissão. Como o senhor falou, vamos analisar uma medida provisória que fez justiça, que igualou o aumento dos servidores tanto do Judiciário quanto do Legislativo.

E é para isto que a gente está aqui: para trabalhar sempre com justiça e fazer justiça àqueles que merecem. Os servidores públicos, todos eles, sejam do Executivo, do Judiciário, do Legislativo, todos merecem que a gente faça este trabalho aqui e que se faça justiça, melhorando a remuneração deles cada vez mais, sempre que a gente puder.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI) – Muito bem, Deputado.

Vamos dizer assim, que neste primeiro ano do Governo do Presidente Lula, este é o começo, o princípio da justiça que nós vamos fazer, porque o salário dos servidores está realmente muito defasado. Tem salário aí que está defasado em mais de 30%. E esse é um pequeno alívio que nós estamos dando momentaneamente. É o que a circunstância, o momento está permitindo, mas é evidente que a gente tem a visão de que a gente precisa recuperar o salário do servidor público.

Então, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

E nada mais havendo a tratar, agradecendo a todos, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(*Iniciada às 15 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1170, DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 8 E 9 DE AGOSTO DE 2023, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quinze horas e treze minutos do dia oito de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Deputado Josenildo, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1170, de 2023 com a presença dos Parlamentares Professora Dorinha Seabra, Marcos do Val, Izalci Lucas, Giordano, Carlos Viana, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Chico Rodrigues, Teresa Leitão, Laércio Oliveira, Cleitinho, Reginete Bispo, Hugo Motta, Erika Kokay, Coronel Fernanda, Samuel Viana, Alice Portugal, Rogério Correia e Professora Luciene Cavalcante, e ainda dos Parlamentares Paulo Paim, Pedro Aihara, Augusta Brito, Eduardo Braga, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Mecias de Jesus e Alessandro Vieira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcelo Castro, Fernando Dueire, Beto Faro, Eduardo Gomes, Carlos Portinho, Elmar Nascimento, André Fufuca, Isnaldo Bulhões Jr., Fábio Macedo, Fernando Rodolfo e Carlos Veras. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Deputada Federal Alice Portugal faz a leitura do relatório. É concedida vista coletiva. Às quinze horas e quarenta e nove minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia nove de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13. Em nove de agosto de dois mil e vinte e três, sob a presidência do Deputado Federal Josenildo, a reunião é reaberta às quatorze horas e trinta minutos. São apresentados os Requerimentos nº 1 a 8, de destaque, de autoria do Senador Lucas Barreto, que ficaram prejudicados, nos termos do art. 242 do Regimento Interno do Senado Federal. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 1170, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Altera a remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputada Alice Portugal. **Relatório:** Pela aprovação, nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Aprovado, por unanimidade, o relatório da Deputada Alice Portugal, nos termos da complementação de voto apresentada em nove de agosto de dois mil e vinte e três, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.170, de 2023; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.170, de 2023; e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista: pela inconstitucionalidade das Emendas nº 1 a 51 e 53 a 56; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Emenda nº 52; pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 1.170, de 2023; pela não implicação em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas da Emenda nº 51; pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira das Emendas nº 1 a 50 e 52 a 56; no mérito: pela aprovação da Medida Provisória nº 1.170, de 2023; e pela rejeição de todas as emendas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e sete minutos. A ata é assinada pelo Senhor Vice-Presidente e será publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Josenildo
Vice-Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1170, de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. PDT - AP. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.170, de 2023.

Passo a palavra à Relatora, Deputada Alice Portugal, para que proceda à leitura do relatório.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Como Relatora.) – Boa tarde a todas, a todos, a todas as pessoas presentes.

Primeiro, quero dizer que é uma honra fazer a relatoria dessa Medida Provisória 1.170, que altera a remuneração dos servidores e de empregados públicos do Poder Executivo Federal. Eu própria sou uma servidora federal, ex-dirigente sindical da Fasubra, com muito orgulho, e compreendemos que essa medida provisória sedimenta um reajuste linear a que, há muitos anos, os servidores públicos federais não tinham acesso.

É um pequeno reajuste, um reajuste que está em vigência desde o início do ano e que agora se solidifica através dessa medida provisória caso aprovada por esta Comissão e encaminhada para os Plenários da Câmara e do Senado.

A Medida Provisória 1.170 nasce em 28 de abril de 2023, promove alterações em diversos diplomas legais com a finalidade de majorar em 9% a remuneração dos servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal.

Os arts. 2º ao 93 da medida provisória são dedicados à modificação das tabelas remuneratórias de cargos e carreiras de servidores efetivos e empregados públicos, substituindo, nas leis de regência de cada categoria, os anexos até então vigentes pelos anexos definidos na medida provisória, que completam o reajuste no patamar mencionado de 9%.

Os arts. 94 a 97 promovem alterações no mesmo sentido para cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.

O art. 98 é dirigido aos demais servidores ocupantes de cargo efetivo e empregados públicos permanentes no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo federal, não contemplados nos dispositivos anteriores e que não possuem remuneração baseada em tabela remuneratória da lei vigente. De acordo com o *caput* desse artigo, a remuneração desses profissionais fica majorada em 9%. O parágrafo único determina que o aumento em referência será deduzido das majorações remuneratórias ocorridas em 2023, por força de outras normas, de disposições contratuais ou de decisões judiciais.

O art. 99 estende o aumento remuneratório aos aposentados e pensionistas no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo federal, o que é fato alvissareiro porque há muitos anos nós não estamos tendo essa paridade entre aposentados e pensionistas, que foram profundamente prejudicados com a bitributação da previdência social.

Sigo dizendo que o art. 100 determina a vigência da medida provisória na data de sua publicação, com produção de efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2023, quando ela foi publicada.

Durante o prazo regimental para oferecimento de emendas, foram apresentadas, perante a Comissão, 56 emendas, cujo resumo está no corpo do relatório disponível no sistema para todos os Srs. e Sras. Deputadas.

Nesse contexto, passo, com a licença de V. Exas., a proferir o meu voto.

Da admissibilidade – atendimento a pressupostos constitucionais, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A nossa opinião, em resumo, é que a medida provisória em análise atende aos requisitos de relevância e urgência, previstos no *caput* do art. 62 da Constituição Federal, conforme mencionado na Exposição de Motivos nº 53 MGI MPO, submetida à apreciação do Presidente da República e assinada pela Ministra de Estado da Gestão e da Inovação dos Serviços Públicos e pela Ministra do Planejamento e Orçamento:

Sigo descrevendo a natureza dessa exposição de motivos.

No que se refere à constitucionalidade formal, constatamos que a matéria em apreço é passível de regulamentação por medida provisória, pois não incide em nenhuma das restrições contidas nos §§1º e 10 do art. 62 e no art. 246 da Constituição Federal.

Então, alguns haviam levantado possibilidade de ser um projeto de lei. Mas a medida provisória é cabível e constitucionalmente aceita.

Da mesma forma, a medida provisória foi editada pela autoridade competente, nos termos do inciso XXVI do art. 84 da Constituição.

Quanto à constitucionalidade material, verificamos que a medida provisória em análise não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna. Não há, portanto, óbice constitucional à sua admissão.

Observamos, ainda, a juridicidade e convencionalidade da matéria tratada na medida provisória, pois se harmoniza com o ordenamento jurídico e não viola nenhum tratado internacional.

Em relação à técnica legislativa, também não verificamos vícios na medida provisória. O texto está de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Portanto, somos pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da MP 1.170, de 2023.

Quanto às emendas apresentadas, Srs. e Sras. Deputadas, à exceção da Emenda nº 52, as demais apresentam vícios de inconstitucionalidade. As Emendas nºs 31 a 51 e 53 a 56 são inconstitucionais, pois afrontam o entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 5.127, pelo qual os Congressistas não podem inserir matérias estranhas ao conteúdo original da MP por meio de emendas parlamentares.

A verdade é que são emendas que geram despesas. E eu já entro no objeto humano desta decisão de não as incorporar, porque são todas, em regra, justas – em regra, justas, necessárias, urgentes, mas não cabem na medida provisória. Elas têm que ser matéria de exclusiva origem do Poder Executivo.

Já as Emendas nºs 2 a 12, 14, 18, 20, 22, 24, 27 a 30, 34 a 40, 44 a 49 e 55 violam o disposto nas Emendas Constitucionais nº 60, de 11 de novembro de 2009, nº 79, de 27 de maio de 2014, e nº 98, de 6 de dezembro de 2017, que estabelecem quem pode optar pela inclusão em quadro em extinção da administração pública federal.

Por sua vez, as Emendas nºs 13, 17, 19, 43, 50, 53, 54 e 56 são inconstitucionais, pois contrariam o disposto no inciso XIII do art. 37, que veda a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Por fim, a Emenda nº 33 contraria o disposto no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal, que veda a vinculação do salário mínimo para qualquer fim.

Da adequação financeira e orçamentária

A Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, estabelece, no §1º do art. 5º, que o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), a Lei do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária da União (LOA).

A Consultoria de Orçamentos e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 19 da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2022, emitiu nota técnica com subsídios acerca da adequação orçamentária e financeira da MP nº 1.170, de 2023, nos seguintes termos...

As normas orçamentárias e financeiras, especialmente sobre a concessão de vantagens e aumentos de remuneração, têm matriz constitucional. Nessa linha, o art. 169 da Constituição Federal dispõe que a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração somente poderá ser efetivada se:

a) não exceder os limites estabelecidos em lei complementar (no caso, a Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal);

b) houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias;

c) existir prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções da despesa.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que o limite de gastos com pessoal do Poder Executivo não poderá exceder a 37,9% da receita corrente líquida, como todos nós sabemos... (*Pausa.*)

Desculpem.

A LRF estabelece que o limite de gastos com pessoal do Poder Executivo não poderá exceder a 37,9% da receita corrente líquida, como nós sabemos.

De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal do último quadrimestre de 2022, a despesa com pessoal da União atingiu o percentual de apenas 23,7%. A magnitude dos acréscimos remuneratórios trazidos pela MP não compromete o limite de gastos com pessoal do Poder Executivo.

Vale mencionar que, nos termos dos arts. 16 e 17 da LRF e art. 113 do ADCT, o aumento da despesa provocado por qualquer proposição deve vir acompanhado da estimativa do impacto orçamentário e financeiro. A Exposição de Motivos cumpre esse pressuposto ao informar um custo da ordem de R$9,62 bilhões para o exercício de 2023 e de R$13,82 bilhões anualizado.

Em relação à autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias e à prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções da despesa exigidas pelos incisos I e II do §1º do art. 169 da Constituição Federal, o Anexo V da lei orçamentária para 2023, Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023, traz em seu item II.5.1 a autorização e a respectiva dotação orçamentária para a aprovação desta proposição.

Portanto, a medida provisória é compatível e adequada quanto aos aspectos financeiro e orçamentário.

Quanto às emendas apresentadas, apenas a de nº 51 não gera despesas adicionais à proposição, pois ao pretender a possibilidade de cessão de mais uma categoria de servidores para o Legislativo Federal, possui caráter essencialmente normativo.

Todas as demais emendas gerarão aumento de despesa, seja por pretender algum reajuste ou equiparação de vantagem ou benefício, seja por pretender incluir novos servidores à folha da União. E tratando-se de despesa com pessoal, deveriam cumprir todos os requisitos citados anteriormente, quais sejam: a estimativa de impacto orçamentário, a autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias e a prévia dotação orçamentária. Ademais, a LDO considera incompatível qualquer emenda que aumente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

despesa em matéria de iniciativa privada. Portanto, não temos alternativa senão considerar tais emendas inadequadas quanto aos aspectos orçamentário e financeiro.

Diante do exposto, voto pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 1.170, de 2023, pela não implicação financeira ou orçamentária da Emenda nº 51 e/ou diminuição de despesa ou receita e pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira das Emendas de nºs 1 a 50 e 52 a 56.

Do mérito.

Quanto ao mérito, consideramos conveniente e oportuna a matéria, em razão da necessidade de reajustar a remuneração dos servidores do Poder Executivo Federal, como forma de resgatar o poder aquisitivo suprimido em razão da elevação no custo de vida.

O resgatar foi forte; digamos, amenizar.

Segundo a exposição de motivos que acompanha a presente medida provisória, as medidas propostas buscam promover a majoração, de modo a viabilizar a compensação pela falta de aumento nas remunerações e salários do Poder Executivo Federal nos últimos anos, no percentual geral de 9% sobre a remuneração e salários dos servidores e empregados públicos federais civis da administração pública direta, autárquica e fundacional, pertencentes aos planos, carreiras, cargos efetivos e empregos públicos. Prevê também majoração em 9% nos valores de cargos em comissão, funções de confiança, funções comissionadas de natureza técnica e equivalentes, bem como de cargos de natureza especial.

Ademais, não se trata de aumento de despesas orçamentárias, mas ajuste do valor autorizado para cumprimento das disposições orçamentárias e financeiras relativas ao exercício e ao anualizado.

Ademais, não se trata de aumento dessas despesas orçamentárias, mas de ajuste do valor autorizado, conforme anteriormente me referi.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação da Medida Provisória nº 1.170, de 2023, na forma do projeto de lei de conversão anexo. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Pensei que ela já tinha terminado

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Emendas.

As emendas... (*Pausa.*)

As Emendas nºs 1 e 25 visam acrescentar à tabela "a", do Anexo CXII, da MPV, o cargo de Auditor entre os cargos especificados. O próprio autor da emenda informa, em sua justificativa – lerei apenas essa –, que, "com a adição, estima-se um impacto anual de R$28.767.753,00 (vinte e oito milhões, setecentos e sessenta e sete mil, setecentos e cinquenta e três reais).

Eu li esse pedaço desta emenda para dizer que as emendas de criação, de recuperação de cargos que estão em profundo desvio de função, como os auditores do MEC, a quem homenageio aqui nesta reunião e efetivamente são reconhecidos por toda a rede educacional brasileira como auditores que assinam pareceres que dão enormes contribuições do bom uso do dinheiro público, mas que não tem como, nesta medida provisória, corrermos o risco de perecer os 9%, em função, inclusive, do reclame de outras categorias, que têm questões similares, ajustes similares e que rogaram, durante todo esse pequeno período em que eu pude estar com a guarda desta matéria, buscando que as suas correções fossem realizadas, e são muitas.

Nós temos os servidores dos ex-territórios. É algo muito sério, muito grave, porque hoje tem professores que foram mestres de alunos que fizeram concurso *a posteriori* e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ganham mais do que os professores que estão à véspera da aposentadoria, porque não tiveram a sua correção devida no tempo certo. O enquadramento não foi feito na forma de compatibilizar, de fazer uma interpolação das tabelas salariais. Então, são coisas muito complexas.

E quais foram as medidas que nós tomamos para justificar diante dos servidores e destas emendas que tem objeto justo? Foi exatamente conversar com o Governo Federal e pedir a remontagem das mesas que já existiram aqui, no Brasil, alguns anos atrás, e essas mesas tratarem de maneira focada de cada caso para resolução.

Já temos a Medida Provisória 1.181, que incorporará o caso dos servidores dos ex-territórios, e a Medida Provisória 1.188, que também terá como escopo a incorporação de uma série de correções.

Os auditores do MEC foram já recebidos pela Ministra Esther Dweck e eu espero que nós possamos festejar essa justiça salarial e de carreira, porque não é só o salário, é o reconhecimento do fazer.

Então, isso é o que eu acho que nós conseguimos ajustar com a negociação, porque eu, como servidora, Erika, nós, servidores, servidores de estatais e outras funções que envolvem servir ao público, sabemos que há muitas incongruências. Ainda há a necessidade de uma garantia de diretrizes de planos de carreira que quebrem diferenças.

Os auditores do Ministério da Agricultura não recebem como os da Fazenda, e são auditores iguais. Os do Ministério do Trabalho morrem quando flagram o trabalho escravo ou similar à escravidão. Então, é preciso, de fato, que caminhemos para essa equidade, para essa justiça salarial, mas, acima de tudo, do fazer, de carreira.

Então, essa não é a medida provisória o lócus adequado para a incorporação. Eu cometeria, inevitavelmente – inevitavelmente –, injustiças ao deixar de fora esta ou aquela carreira, e isso foi o que nos moveu.

No entanto, para economia de tempo, eu passo, ao que foi aposto como voto da Relatora, questões que nos parecem muito sérias, muito sérias.

Acho que todos tomaram conhecimento quando houve a diminuição da margem consignável para que o servidor se utilizasse de empréstimos bancários. Com salários tão baixos, especialmente o pessoal do nível de apoio operacional precisa muito, muitas vezes – e nós todos precisamos, muitas vezes –, de recorrer à margem consignável. A margem caiu abruptamente, e os servidores ficaram endividados. Foi uma coisa muito grave que ocorreu em todo o serviço público, que é abordado por *factories*, é escorchado por juros altos do rotativo, e, efetivamente, era necessário corrigir.

Havia dois projetos na Casa importantes: um, da Deputada Maria do Rosário, a quem eu quero fazer justiça aqui, ela pegou no ato a existência do problema e indicou uma correção por um projeto de lei que demoraria muitos anos para resolver; e o outro são os anistiados civis e militares, que recebem mensalmente do Governo Federal e não tinham direito ao serviço bancário de empréstimo.

Então, nós achamos por bem – e conversamos com a Consultoria da Casa, conversamos também com as assessorias ministeriais em relação à constitucionalidade, à juridicidade dessa iniciativa, à compatibilidade financeira – e resolvemos colocar no relatório a matéria.

Nós temos também uma última solicitação, que deve ser incorporada a este relatório, que é a criação de uma diretoria em uma das estatais com alta necessidade de capilaridade pelo país, que é a Codevasf. Nós estamos, no entanto, ainda na leitura do relatório. Eu, provavelmente, pedirei pelo menos dez minutos de suspensão para a verificação dessa adequação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – Deputada Alice, só pela ordem rapidamente.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Pela ordem.) – Quero agradecer a V. Exa. e cumprimentar o Presidente.

Esse é um acordo que o Governo já tinha, há quatro ou cinco meses. Era para termos avançado na MP da reforma ministerial, que tratou do novo organograma da Esplanada dos Ministérios, e caberia àquela medida provisória tratar deste tema. Como à época, devido à polêmica da votação da medida provisória, não foi possível incluir, eu solicitei a V. Exa., já que é um tema pertinente, para que houvesse esse cumprimento do acordo, com o ajuste, inclusive, no texto sugerido pela emenda, de que a nomeação não será feita pelo Conselho de Administração da Codevasf e, sim, pelo Presidente da República, como já o é hoje.

Então, mantém o critério. Isso está de acordo com o Governo. O Ministro Padilha está ciente e o Líder José Guimarães, também. Eu gostaria de contar com a aquiescência de V. Exa. nesse cumprimento.

Muito obrigado.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – De minha parte, não há nada contra, até porque ela não impacta sobre os 9%, assim como essas duas outras questões que foram, não é? Agora, ela ainda não está no sistema exatamente para dar essa adequação redacional.

Então, talvez fosse o caso – eu consulto o Presidente sobre o mecanismo regimental –, talvez de suspender a sessão para a incorporação com o texto adequado, e nós darmos seguimentos daqui, se os Parlamentares...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Poderíamos já antecipar antes de suspender (*Fora do microfone.*) porque eu vou pedir vista.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Sim, sim, é justo.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – A gente já atender essa situação, e vai subir, dá tempo de subir, e a gente estudar.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Mas você vai pedir vista antes da conclusão da leitura?

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Não. A senhora pediu dez minutos de suspensão.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – De suspensão, é.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Então, se já vai suspender dez minutos, eu já adianto o pedido de vista, porque a gente diminui dez minutos do meu tempo.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Então, pronto. O que eu faço? Eu leio, aceito sua vista, o Presidente, obviamente, porque é justo, e eu posso também – viu, Deputado Hugo Motta? – fazer uma complementação de voto no retorno da vista.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – Plenamente de acordo.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Plenamente de acordo?

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – A próxima reunião seria quando? No dia de amanhã?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – É isso que eu quero ponderar com a minha colega, para que a gente possa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Exato, fazer algo que seja mais rápido.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) – Fazer amanhã?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – O Presidente é que conhece o regramento. Vou passar para ele.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. PDT - AP) – Vamos deixar a Relatora concluir o relatório dela e o voto. A Deputada Coronel Fernanda já manifestou o interesse de pedir vista; tão logo ela faça o pedido de vista eu me manifesto.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Pois bem.

Então, a conclusão do voto, previamente anunciadas quais seriam as intenções, pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência na medida provisória, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.170, quanto às emendas apresentadas, e a efetiva constitucionalidade da matéria, incluindo o seguinte:

Sobre consignações em folha de pagamento, art. 99, passa a vigorar, segundo a minha proposta no relatório:

> Art. 99. A Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:
> "Art. 2º .....
> §1º O total de consignações facultativas de que trata o *caput* deste artigo não excederá a 45% (quarenta e cinco por cento) da remuneração mensal, podendo o servidor, a seu critério, utilizar:
> I - 5% (cinco por cento) para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito ou para a utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito; e
> II - 5% (cinco por cento) para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão consignado de benefício ou para a utilização com a finalidade de saque por meio de cartão consignado de benefício."

Isso é importante saber, que sai de 35% para 45%, e fica opcional o servidor utilizar 5% ou para o crédito rotativo do cartão de crédito ou para a amortização do cartão consignado de benefício. (NR)

E aí viria o inciso VIII.

> "Art. 3º
> .....
> .
> VIII - anistiados políticos que recebam reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002." (NR)

Também terão acesso a essa consignação e, portanto, ao serviço bancário.

Uma terceira questão, no art. 100, como emenda de Relator:

> Art. 100. O art. 18 da Medida Provisória nº 1.181, de 18 de julho de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação [veio errado aqui, 1.117]:
> "Art. 18. O Pagamento Extraordinário de Redução de Fila do INSS (PERF-INSS) e o Pagamento Extraordinário por Redução de Fila da Perícia Médica (PERF-PMF) será pago conforme a legislação orçamentária e administrativa em vigor".

O Governo nos pediu que incluísse isso, que é uma decisão já tomada para a redução das filas do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> O INSS ficará responsável por descentralizar o crédito orçamentário para as atividades sujeitas a essa perícia médica federal, no limite das dotações orçamentárias".

Aposentados e pensionistas do Poder Executivo federal

> Aplica-se o disposto nesta lei aos aposentados e pensionistas no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo federal que tenham como critério de reajuste a paridade, nos termos do disposto na Emenda Constitucional nº 41, da Previdência, de 19 de dezembro de 2003, na Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e na Emenda à Constituição nº 103, de 12 de novembro de 2019.

Vocês lembram que há um contingente de servidores que mantiveram a paridade, que foi cortada a partir das duas reformas da previdência.

Vigência

"Art. 103. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2023".

Quero dizer ainda que esse inciso que inclui os anistiados civis e militares, os anistiados políticos, é um inciso que foi sugerido pelo Deputado, num projeto de lei também que nós pegamos, Zarattini. Eu acho muito justo, muito correto, independentemente da circunstância da anistia. Eles recebem de maneira permanente da folha federal.

E, assim sendo, senhores, é evidente que o Presidente aqui encaminhará a aquiescência, e nós estaremos abertos para essa correção final que nos foi solicitada em última instância, que nos parece absolutamente justa, que é para dar provimento especialmente ao atendimento de estados pobres e grandes, como Minas Gerais, que tem uma parte nordestina do ponto de vista climático, do Semiárido, etc. Então, me parece bastante justo e que não impactará em relação às questões cruciais que foram negadas nessa medida provisória, que são as correções de carreira, que eu espero que possamos comemorar juntos logo que as Mesas terminem o trabalho e mesmo antes do fim dessas Mesas.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. PDT - AP) – Em discussão a matéria. Com a palavra, a Deputada Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Presidente, peço vista, até porque o relatório chegou agora há pouco e nós temos muitas demandas, nós tivemos muitos pedidos. É bom dar tempo de olhar para a gente votar amanhã com tranquilidade, ou no dia em que for marcado, com a maior tranquilidade, sem nenhum empecilho.

A intenção é realmente contribuir.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. PDT - AP) – Nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, fica concedida vista coletiva da matéria.

Declaro suspensa a presente reunião, marcada a reabertura para o dia de amanhã, 9 de agosto, às 14h30, no mesmo horário.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Presidente, é só para pedir que a gente pudesse também discutir, porque vai ter um pedido de vista, mas tem um problema grave. A senhora falou que isso gera aumento de despesa.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. *Fora do microfone*.) – Qual?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – O aumento e as emendas geram despesas. Só que...

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Muitas delas geram. Eu enumerei quais.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Mas é o contrário. Eles querem usar o orçamento das emendas que a gente está apresentando, ou seja, da transposição – por exemplo, R$485 milhões –, que está no orçamento deste ano. Eles estão querendo tirar para usar para pagar...

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. PDT - AP) – Senador Lucas, eu gostaria que a gente deixasse a discussão para amanhã, porque como houve um pedido de vista, regimentalmente...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Sim, mas nada impede só de...

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. PDT - AP) – ... eu concedi a vista, aí suspende a sessão...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – ... discutir para que a nossa Relatora possa reconhecer o mérito das emendas...

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. PDT - AP) – ... e quando nós retomarmos amanhã, a gente pode retomar a discussão.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – ... porque aqui eu estou falando só do que a senhora falou, que as emendas são objetos justos. Então, se são objetos justos...

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. *Fora do microfone*.) – Uma parte delas.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – ... eu só quero passar à senhora um documento que comprove que temos o dinheiro para as emendas da transposição dos estados.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. *Fora do microfone*.) – Dos ex-territórios.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Dos ex-territórios. Então, essas emendas têm que ser observadas com carinho pela senhora.

É uma solicitação da Bancada do Amapá, dos três Senadores, do Deputado Josenildo, do Deputado Acácio Favacho, de todos os Deputados.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – E eu reconheço, Senador.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Então, só para mostrar que não tem nada ilegal.

O que nós estamos querendo é fazer os ajustes da medida provisória, as emendas, para que a gente possa ter... Como é o caso da Emdesur, que só regulamenta, como é o caso da progressão dos professores. Isso tudo foi garantido no Orçamento do ano passado. O que não tem garantido é dinheiro para aumento de servidor.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Eu acredito que, na próxima medida provisória, a 1.181, isso tudo será contemplado integralmente, porque a grande questão...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Não, acho que a gente podia até aprovar...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Mas já podia resolver isso...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – ... tudo e já podia resolver.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – ... é contemplar nessa e não contemplar os auditores do MEC, não contemplar os auditores da agricultura.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Então, mas aí é que está.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Nós estamos falando das emendas.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Para que a gente toma uma medida dessa? A gente vai esperar uma outra medida, de uma outra medida? A gente podia já resolver isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – É. E aqui já há acordo, já deixava de ser cumprido. Eu penso que...

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Para não perder os 9%...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Mas, Relatora, a senhora que tem acesso ao Governo...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Esse aqui é só para a senhora...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... e podia chamar o Governo para a gente resolver isso.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – O Governo está presente. Amanhã, no momento adequado...

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. PDT - AP) – Gente, eu vou suspender... Já suspendi a sessão.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Porque é isso... Não aprovadas as emendas, terá muitas consequências para frente, junto com a Bancada do Amapá, porque isso aqui é de interesse, isso está no pacote de acordos, porque é direito constitucional, garantido na Emenda Constitucional 98, e abrange três estados. Tem que ver que são três bancadas, são nove Senadores que estão empenhados nisso.

Aqui eu falo em nome do Senador Davi e do Senador Randolfe, e o Deputado Josenildo da nossa bancada. Ainda tem os Senadores Hiran, Mecias...

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Conversei com todos.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Aí eu só quero passar para a senhora...

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Muito obrigada. Muito obrigada, eu aceito...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – ... o documento do ministério.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – ... de bom grado, mas a justificativa foi dada.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. PDT - AP) – Então, fica suspensa a reunião, conforme já declarei através dos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, e nós retornaremos amanhã, 9 de agosto, no mesmo horário, às 14h30.

Fica mantido o quórum da reunião.

(*Iniciada às 15 horas e 13 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 49 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. PDT - AP. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

Declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.170, de 2023.

A Presidência comunica que, no dia 8 de agosto, a Deputada Alice Portugal procedeu à leitura do seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria, suspendendo-se, em seguida, a reunião.

Considerando que a Deputada Alice Portugal ontem, logo após eu conceder vista coletiva da matéria, já havia externado que havia uma alteração no seu relatório, inclusive relatando para todos os presentes qual seria essa alteração, e considerando também que o relatório dela subiu hoje bem cedo, ficando disposto para todos os Deputados, Deputadas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senadores e Senadoras, eu queria colocar em votação para que a gente dispense a leitura do relatório, porque ele já foi todo lido ontem. Foi só uma complementação, que foi a criação de uma diretoria em uma estatal. Não houve nenhuma outra alteração além dessa.

Então, eu queria colocar em votação a dispensa do relatório.

Em discussão. (*Pausa.*)

Quem estiver a favor permaneça como esteja. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em discussão a matéria. Alguém interessa discutir? (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Foram apresentados os requerimentos de destaque para votação em separado de autoria do Senador Lucas Barreto.

Nos termos do art. 242 do Regimento Interno do Senado Federal, estando ausente o autor dos requerimentos de destaque, ficam prejudicados os requerimentos.

Em votação o relatório.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A senhora quer falar, Senadora?

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN. Pela ordem.) – Só parabenizar por essa medida provisória, porque, na realidade, os servidores públicos do Poder Executivo... Eu vejo os ministérios com dificuldade de contratar as pessoas, porque o salário não dá nem para sobreviver.

Eu acho isso de uma importância fundamental. Por isso, eu quero parabenizar e aprovar. Acho corretíssimo isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. PDT - AP) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião... (*Pausa.*)

Como a Relatora já havia lido o relatório ontem e como ela já tinha declarado que ela iria fazer uma única alteração no relatório, que seria a criação de uma diretoria em uma estatal, e ela não... Só para concluir a minha fala.

Ela manteve o relatório que ela leu ontem. Ela já havia externado, após a vista coletiva, que ela iria criar uma diretoria em uma estatal, que é a Codevasf. Só foi isso... O que ela declarou ela manteve em relatório.

Eu submeti, agora há pouco, ao Plenário que fosse dispensada a leitura novamente do relatório. Foi aprovado.

Nós tivemos o encaminhamento da votação. A medida provisória foi aprovada, e já encerramos a reunião.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Pela ordem.) – Certo.

É porque os recursos, Presidente, que querem usar para pagar o aumento de funcionários, são da Emenda Constitucional nº 98 que foram assegurados no ano passado. Então, vamos ter que esperar o Plenário. Infelizmente, penso que vamos ter que acionar a Justiça também. Esse dinheiro é verba carimbada, teria que, primeiro, remanejar o que não foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. PDT - AP) – Não, tranquilo.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – São R$430 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. PDT - AP) – A gente aprovou aqui, nesta fase do processo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – E R$14 milhões já foram usados, inclusive, para pagar dívidas com a Justiça, pagas de forma ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. PDT - AP) – Certo.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Está bom?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. PDT - AP) – Nós aprovamos aqui. Ela vai ser submetida agora ao Plenário da Câmara e, depois, vai ao Senado Federal.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – O.k. Vamos aguardar chegar.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. *Fora do microfone*.) – Presidente, posso cumprimentá-los?

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. PDT - AP) – Pode.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senadores e Senadoras, eu quero cumprimentar esta Comissão, o Sr. Presidente e a Deputada Alice Portugal.

Quero dizer que, finalmente, nós temos uma possibilidade, de fato, de retomar o reajuste salarial para os servidores públicos que tanto oferecem ao Brasil.

É a eles e a elas, às mulheres também, que dedicamos este momento e esta votação, com o brilhante relatório da Deputada Alice Portugal, a quem agradeço ter sido tão sensível ao ter incorporado o tema dos consignados, que, para nós, é importantíssimo para que não venhamos a corroer o salário dos servidores, das servidoras, a partir de taxas altíssimas. Agora, teremos a possibilidade de reparar uma injustiça, deixando essa margem de consignado livre para que o servidor e a servidora melhor movimentem os seus próprios recursos e o seu direito, assim abatendo as suas próprias dívidas até o ponto de que não tenham mais dívidas, porque é esse o nosso objetivo, em apoio aos servidores e às servidoras, a quem agradecemos.

Muito obrigada, Sr. Presidente, através do senhor deixo um abraço à Alice Portugal.

O SR. PRESIDENTE (Josenildo. PDT - AP) – Obrigado.

Quero desejar uma boa tarde a todos. Que Deus nos abençoe!

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1172, DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Eduardo Gomes e Merlong Solano, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 1172, de 2023 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Alessandro Vieira, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Paulo Paim, Jorge Kajuru, Max Lemos, Leonardo Monteiro, Dr. Victor Linhalis, Alexandre Lindenmeyer, Samuel Viana, Delegada Adriana Accorsi, Dandara e Pastor Henrique Vieira, e ainda dos Parlamentares Izalci Lucas, Augusta Brito, Ivete da Silveira, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Mecias de Jesus e Professora Luciene Cavalcante, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Renan Calheiros, Sergio Moro, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Dr. Hiran, Cleitinho, Elmar Nascimento, André Fufuca, Isnaldo Bulhões Jr., Hugo Motta e Zé Vitor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, são eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Senador Eduardo Gomes e o Deputado Samuel Viana, e designado Relator o Deputado Merlong Solano. Apresentado e lido o Plano de Trabalho pelo Deputado Merlong Solano, que é aprovado. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e doze minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Gomes
Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória n° 1172, de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Merlong Solano. PT - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 1.172, de 2023.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Há um acordo. Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicados para a Presidência o Senador Eduardo Gomes e para Vice-Presidente o Deputado Samuel Viana.

Eu consulto aqui o Plenário, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Estão aprovados.

Portanto, eu declaro eleitos o Presidente da Comissão, Senador Eduardo Gomes, e o Vice-Presidente, Deputado Samuel Viana.

Passo a Presidência da Comissão ao Sr. Senador Eduardo Gomes. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. PL - TO) – Boa tarde a todos.

Eu queria registrar o meu agradecimento aos colegas Parlamentares por me confiarem a Presidência desta Comissão Mista, que se dedicará ao reajuste do salário mínimo no Brasil.

Sempre privilegiei o diálogo democrático e republicano na minha vida pública, e os trabalhos desta Comissão não serão diferentes. Tenho a convicção de que o texto que encaminharemos aos Plenários das Casas do Congresso Nacional será o resultado da convergência de Governo e oposição para o bem do Brasil.

Estamos tratando, caros colegas, de um dos assuntos mais importantes na vida de qualquer brasileiro, que é a sua renda. Penso ser de extrema relevância que a política de salário mínimo no país seja debatida com a seriedade que lhe é devida, tanto a partir do ponto de vista da sobrevivência do trabalhador com dignidade quanto da ótica da sustentabilidade das contas públicas, e é isso que esta Comissão fará.

A Medida Provisória nº 1.172, publicada no último dia 1º de maio, fixou o valor do salário mínimo de R$1.320, com eficácia imediata, R$18 a mais do que o estipulado em janeiro deste ano. De acordo com o Poder Executivo, a medida provisória garante um reajuste de 5,9%, referente à inflação de 2022, assim como um ganho real adicional de 2,8%, se somado ao atual aumento aquele já concedido neste ano.

Do ponto de vista das contas públicas, estima-se que, a cada R$1 de reajuste do salário mínimo, teremos uma despesa adicional de R$254,5 milhões anuais no Fundo do Regime Geral de Previdência Social e de R$62,4 milhões anuais com o benefício de prestação continuada – isso se considerarmos que não haverá crescimento da base de benefícios. O reajuste também resulta em despesas extras com o seguro-desemprego e com o abono salarial.

Apesar das despesas adicionais, acredito que é a hora de o Congresso Nacional promover um aumento real do rendimento dos trabalhadores e dos aposentados mais pobres do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Para se ter uma ideia, de acordo com dados do IBGE, cerca de sete a cada dez trabalhadores recebiam, no terceiro trimestre do ano passado, até dois salários mínimos. Mais de 65 milhões de brasileiros e brasileiras encontravam-se no período da pesquisa dentro dessa faixa de renda, recebendo até R$2.424 a cada mês. Como consequência, a elevação do salário mínimo. Um aumento acima da inflação do período repercute de maneira significativa em nossa economia, ampliando o consumo das famílias e promovendo o crescimento econômico.

De toda sorte, também compartilho a ideia de que o reajuste do salário mínimo deve ser acompanhado de políticas de contenção de gastos desnecessários por parte dos governos, sejam eles quais forem. Sabemos que a máquina pública que gasta sem eficiência alimenta a inflação e cria distorções na economia.

Ao fim e ao cabo, qualquer ganho que seja proporcionado ao trabalhador e ao aposentado de menor renda é subtraído pelo aumento dos preços.

É por isso que penso que as deliberações desta Comissão serão de extrema relevância para o País. Tenho certeza de que a direita, de que a esquerda e o centro convergem para a necessidade de aumentar o poder de compra dos brasileiros que recebem o salário mínimo, seja pela elevação do seu valor, como faz a medida provisória, seja pelo controle da inflação, numa política que deve ser permanente.

Que possamos atender aos anseios dos milhões de brasileiros que são beneficiados pelos nossos trabalhos.

Era o que eu tinha a dizer, amigos Deputados e Deputadas, Senadores e Senadores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Designo, neste momento, como Relator dessa medida provisória, o eminente Deputado Merlong Solano.

Plano de trabalho.

Para agilizar os trabalhos desta Comissão, proponho a deliberação sobre o seu plano de trabalho, sem prejuízo de outros requerimentos que porventura sejam apresentados com o objetivo de realização de audiências públicas.

Passo a palavra ao Sr. Relator, a quem cumprimento, para a apresentação do plano de trabalho.

Com a palavra, o Deputado Merlong Solano.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Senador Eduardo Gomes, Deputado Samuel.

Quero agradecer a todas as lideranças que participaram do acordo que me permite estrear aqui como Relator de uma medida provisória que considero muito importante, porque trata do principal indicador do mercado de trabalho no Brasil, que é o salário mínimo, em razão da grande quantidade de contratos que dependem diretamente do valor do salário mínimo ou indiretamente, uma vez que o salário mínimo também influencia outras faixas de salário no nosso país.

Então, vamos aqui ao plano de trabalho.

O presente plano de trabalho visa organizar o funcionamento da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória 1.172 de 2023, que “dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de maio de 2023”.

A política do salário mínimo foi instituída em 1º de maio de 1940, durante o Governo de Getúlio Vargas. Desde então, o seu valor passou por diversas alterações ao longo dos anos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

sendo necessária a sua atualização a fim de parametrizá-lo às balizas constitucionais e à luz do dinamismo da sociedade.

A medida provisória submetida à análise deste Colegiado objetiva reajustar o valor do salário mínimo, para R$1.320, a partir de 1º de maio de 2023. O reajuste será de 1,38% em relação ao valor vigente em abril, que era de R$1.302, e de 8,91% em relação a dezembro de 2022, que era de R$1.212.

Nesse sentido, a medida busca proporcionar uma valorização salarial ao trabalhador brasileiro, com o intuito de assegurar condições mínimas de subsistência e de promoção do bem-estar social. Ademais, objetiva também promover a justiça social e o desenvolvimento econômico do país, contribuindo para o aumento do consumo e, consequentemente, o incremento do nosso mercado interno.

Como detalhamento, consigne-se que, no âmbito da medida provisória, fundamenta-se o valor diário e por hora de R$44 e R$6, respectivamente.

Ademais, revoga a Medida Provisória 1.143, de 12 de dezembro de 2022, que estabelecia o valor anterior do salário mínimo.

Para viabilizar o importante debate, este plano de trabalho propõe a realização de audiências públicas para discussão da matéria.

As reuniões de audiência pública da Comissão Mista ocorrerão, preferencialmente, às terças-feiras e quartas-feiras.

O debate e a apreciação da Medida Provisória 1.172, de 2023, deverão ser precedidos e instruídos por audiências públicas.

Sugerimos a realização de reunião para audiência de representantes dos ministérios envolvidos como audiência pública introdutória à matéria. Na sequência, propomos que seja prevista uma audiência com representantes da sociedade civil, a serem sugeridos pelos membros deste Colegiado à Secretaria da Comissão até às 19h desta terça-feira, 21 de junho de 2023.

Após as audiências, é apresentado o parecer e se passa à discussão e votação do relatório. Após as audiências, será apresentado o parecer, não é?

Apresenta-se o seguinte cronograma para os trabalhos da Comissão Mista: 21 de junho, às 14h40, apresentação do plano de trabalho, que está sendo feito agora, e deliberação de requerimentos; depois virão audiências públicas; e apresentação e votação do parecer.

Sala da Comissão, em 21 de junho de 2023.

É essa a proposta de plano de trabalho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. PL - TO) – Eu quero fazer um cumprimento especial ao Deputado Samuel Viana, do PL, de Minas Gerais, eleito Vice-Presidente desta Comissão da Medida Provisória 1.172, de 2023; e colocar em discussão preliminar o plano de trabalho, sem prejuízo dos requerimentos.

Deputado Leonardo Monteiro, grande amigo.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é só para cumprimentar a direção da nossa Comissão, na sua pessoa, Senador Eduardo Gomes, que foi Deputado Federal junto comigo, também saudar o Deputado Samuel Viana, que é nosso colega lá, de Minas Gerais, e o Merlong Solano, nosso companheiro de bancada, que está relatando essa medida provisória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

É uma medida provisória importante porque busca resgatar a política de valorização do salário mínimo, tendo aumento real além do índice inflacionário. Nós todos observamos aí, nós ficamos vários anos sem ter aumento real de salário. Portanto, essa é a primeira vez, agora em março, que nós vamos ter um ganho real adicional do salário mínimo de 2,8%. Ainda é pouco, mas se inicia essa política, e nós esperamos que, através dessa medida provisória, possamos restabelecer uma política pública de reajuste do salário da classe trabalhadora, até porque, como disse o nosso Relator, o salário mínimo é uma política que possibilita garantir uma distribuição mais justa, sobretudo para a classe trabalhadora do nosso país.

Então, quero parabenizar todos os membros da nossa Comissão, que é uma Comissão Mista, de Senadores e Deputados, para que a gente possa estar trabalhando não só na perspectiva de, é lógico, aprovar essa medida provisória, mas que nós possamos, a partir dela, resgatar a política de aumento real do salário mínimo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. PL - TO) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Está em votação o requerimento do plano de trabalho.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Em votação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1172, DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e dezenove minutos do dia primeiro de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Parlamentares Eduardo Gomes e Merlong Solano, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 1172, de 2023 com a presença dos Parlamentares Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Humberto Costa, Damares Alves, Max Lemos, Leonardo Monteiro, Dr. Victor Linhalis, Delegada Adriana Accorsi e Daniel Almeida, e ainda dos Parlamentares Augusta Brito, Fabiano Contarato, Dr. Fernando Máximo e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Renan Calheiros, Sergio Moro, Alessandro Vieira, Lucas Barreto, Jorge Kajuru, Carlos Portinho, Dr. Hiran, Cleitinho, Elmar Nascimento, André Fufuca, Isnaldo Bulhões Jr., Hugo Motta, Zé Vitor, Samuel Viana e Pastor Henrique Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a Medida Provisória n° 1172, de 2023. **Participantes:** Antônio Neto, Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (representante do Fórum das Centrais Sindicais); e Mariel Angeli Lopes, Supervisora do Escritório Regional do Dieese em Brasília (representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Eduardo Gomes
Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 1172, de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. PL - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 1.172, de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria.

Convido para assento à mesa os seguintes convidados: Antonio Neto, Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros; Mariel Angeli Lopes, Supervisora do Escritório Regional do Dieese em Brasília. (*Pausa.*)

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Confederação Nacional do Comércio (CNC), a Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB), a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar) comunicam que não poderão comparecer à reunião. A AAPB comunica que não poderá comparecer à reunião.

Esta audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

De acordo com as normas regimentais, cada convidado fará a exposição por dez minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Parlamentares inscritos.

Quero, neste momento, também cumprimentar o nosso querido Relator. (*Pausa.*)

Passamos a palavra, então, a Mariel Angeli Lopes, Supervisora do Escritório Regional do Dieese em Brasília, que tem o tempo de até dez minutos para a sua exposição.

A SRA. MARIEL ANGELI LOPES (Para expor.) – Obrigada, Senador. Obrigada, Deputado.

Eu gostaria de agradecer o convite, em nome do Dieese, e apresentar algumas informações aqui – eu trouxe a apresentação – sobre a política de valorização do salário mínimo e os resultados positivos dessa política nos últimos anos.

Bom, qual é a grande importância do salário mínimo para a nossa economia? Ele começou a valer lá em 1940, então, já tem um bom tempo que faz parte de toda a nossa discussão econômica e discussão do mercado de trabalho. Ele serve como base salarial do mercado de trabalho formal brasileiro. É o piso dos nossos benefícios sociais, principalmente aqueles pagos pela Previdência Social, porque dois terços dos beneficiários da previdência no Brasil recebem salário mínimo. Ele tem um chamado efeito farol na economia. As remunerações dos trabalhadores que são menos qualificados, que receberiam um salário menor, inclusive aqueles trabalhadores que não recebem salário dentro do mercado formal, acabam ficando próximos do valor do salário mínimo. Além disso, também há um efeito arrasto, em que os salários que são próximos do salário mínimo acabam sendo reajustados para o novo valor do salário mínimo toda vez que a gente tem uma renovação oficial desse salário.

Uma outra coisa que é importante também é que a gente observa que há uma vinculação entre alguns salários superiores aos salários mínimos. Então, a remuneração dos outros trabalhadores, ainda que recebam um salário superior, costuma ser contada em salários mínimos. Inclusive, ele pode ser considerado um dos maiores instrumentos que a gente tem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

principalmente nos últimos anos, como eu vou mostrar aqui, a partir da política de valorização, para diminuir a desigualdade social e econômica no país.

Entre 2003 e 2019 – eu vou mostrar uns dados aqui –, a gente observa que o salário mínimo foi o principal responsável pela melhora na distribuição de renda no Brasil, muito mais do que o aumento dos benefícios sociais. Além disso, tem um impacto muito relevante na nossa economia, em todos os estados, e a gente tem que mais de 54 milhões de brasileiros recebem diretamente o salário mínimo, seja como salário em si, seja como benefício social.

Passando um pouco aqui, falando da história da valorização do salário mínimo, como eu comentei, ele foi criado lá em 1940, mas a gente teve uma desvalorização muito grande desse salário nas últimas décadas. A partir de uma discussão no âmbito do movimento sindical e principalmente das centrais sindicais, é que se começou a discutir novamente, nos anos 2000, como é que a gente poderia trazer de volta uma efetiva valorização do salário mínimo, dada a sua importância para nossa economia.

Então, ali no período de 2004, a gente tem uma campanha das centrais sindicais pela valorização do salário mínimo, que foi muito relevante para conseguir aumentos que aconteceram entre 2004 e 2006. A partir de 2007, foi feito um acordo com o Governo naquele momento, que era o segundo Governo do Presidente Lula, para estabelecer uma política permanente de valorização do salário mínimo, que fosse até 2023. Então, que a gente voltasse a discutir esse assunto somente agora, em 2023.

Essa política de valorização levava em conta que o reajuste do salário mínimo iria acontecer pela inflação do período anterior ao reajuste, mais um aumento real que fosse dado pela variação do PIB. Então, quando a gente tivesse crescimento econômico, isso iria se refletir no salário mínimo. Além disso, houve uma antecipação da data-base, em todos os anos, até chegar à data-base de 2010, de 1º de janeiro, que aconteceu em 2010. E, a partir de 2012, a gente teve um reajuste acontecendo seguindo especificamente o INPC e o crescimento da economia.

Lá em 2015, houve a discussão, aqui no Congresso, para transformar a Lei 13.152, daquele ano, que estipulava a política de valorização do salário mínimo até 2019, numa política de Estado permanente na nossa Constituição, que teria essas mesmas regras do reajuste, considerando a inflação e o crescimento econômico. Porém, essa política acabou sendo vetada, porque a gente tinha a previsão de que os benefícios pagos pelo regime geral também estariam incluídos na política de valorização, e, com isso, levou ao veto desse artigo na discussão de 2015. Desse modo, a gente ficou com a política vigente até 2019. A partir de 2020, ficou a cargo do Governo naquele momento decidir como e qual seria o reajuste do salário mínimo.

E aí, passando, de maneira breve aqui, se a gente olhar desde 2002, 2003, a gente tinha um salário mínimo nominal, lá em 2002, que era de R$200. E, ao longo do período que está nessa tabela aí, que está no próximo eslaide também, a gente observa uma inflação de mais de 100%, quase 150%, mas a gente teve um aumento real de 77%, que termina aqui no meio dessa planilha, dessa tabela.

E aí o que a gente observou, a partir de 2019 e depois, em 2020, foi que não houve o mesmo tipo de reajuste que estava sendo dado antes. Então, o INPC estava ficando, muitas vezes, maior do que o reajuste, como aconteceu, por exemplo, lá em janeiro em 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O INPC tinha sido 4,48 e houve um reajuste de 4,11. Isso foi consertado no mês seguinte em que houve essa diferença do reajuste, depois, em 2021, praticamente não houve aumento real, foi só um aumento equivalente à inflação. A mesma coisa aconteceu em 2022. Então o que a gente observou é que o aumento real, a maior parte dele, aconteceu no período entre 2004 e 2016.

Pensando no que o salário mínimo de fato traz para a economia, que é uma análise que a gente pode fazer, chamada de análise de valor agregado, a gente observa que, para cada aumento de um real no salário mínimo tem uma geração potencial de 18.383 empregos no país. Além disso, o valor adicionado no PIB fica superior a R$1,2 bilhão. Também acontece um aumento da arrecadação do Governo, que acontece na ordem de mais ou menos R$330 milhões a cada um real de aumento no salário mínimo. Também acontece um aumento muito grande na massa salarial do que os trabalhadores recebem, por volta de 476 milhões.

Por que a política de valorização foi tão importante naquele período de 2003 a 2019? Os efeitos que a gente conseguiu observar é que a gente tinha um alcance enorme. Não só as pessoas que de fato recebiam salário mínimo no setor formal foram beneficiadas, mas também foram beneficiadas as pessoas que recebem benefícios da previdência social, outros benefícios como abono salarial, BPC. Como eu comentei, os efeitos que acontecem no mercado de trabalho entre as pessoas que não recebem o salário mínimo de maneira formal, mas que também são impactadas por ele no mercado informal, quando a gente aumenta o piso, também diminui de maneira muito importante a diferença salarial entre homens e mulheres, principalmente se a gente considerar, no caso do Brasil, que a gente tem uma diferença muito grande principalmente entre homens brancos e mulheres negras, mulheres que recebem por volta de 35% dos salários dos homens. Então, quando a gente aumenta o piso, a gente melhora a situação dessas pessoas que têm um salário mais baixo. Além disso, quando você tem uma melhoria no salário mínimo, naqueles estados em que há pisos regionais para várias categorias, esses pisos também têm que aumentar, senão vão ficar muito próximos do salário mínimo, então isso facilita negociação e reajuste para outras categorias que não necessariamente recebem só o salário mínimo.

Como eu falei, os trabalhadores do mercado informal também se beneficiam porque o salário mínimo é o salário base...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIEL ANGELI LOPES – ... utilizado na nossa economia.

Estou terminando já.

Além disso, ele é pago para milhares de beneficiários, como eu falei, na previdência social, mas também na assistência social. Então os benefícios previdenciários e os benefícios assistenciais são ligados ao salário mínimo, porém, como eu mostrei no eslaide anterior, há um aumento muito relevante da arrecadação para o setor público, então parte desse aumento retorna também na base de impostos.

O salário mínimo contribui para o crescimento econômico, principalmente se a gente pensar que a gente está discutindo neste momento no Congresso uma nova regra fiscal para o aumento das despesas, tentando pensar em contenção de despesas, o salário mínimo aumenta o crescimento econômico, aumenta o dinamismo; e também em milhares de cidades brasileiras em muitos dos estados brasileiros que não têm piso salarial, o salário mínimo é pago para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

maior parte das pessoas daquele município, por isso é tão importante. Quando a gente tem o reajuste desse salário, a gente observa os efeitos benéficos disso na economia.

Uma outra coisa também que é importante é que a gente mostra que, se você valoriza o salário mínimo, você está valorizando os trabalhadores, que são a maior parte de nós, brasileiros – a maior parte são trabalhadores, são pessoas que dependem do seu salário para viver. Então, valorizando o salário que é considerado o salário mais baixo, a gente valoriza essa massa de trabalhadores e mostra que o crescimento econômico não pode ser só um bolo que cresce; ele tem que ser um bolo que tem que ser dividido também entre a população.

Quando a gente viu o fim dessa política de valorização do salário mínimo – então, a partir de 2020 e até agora, no final de 2022 –, a gente observou como o salário mínimo ficou achatado frente a uma inflação que subiu bastante, principalmente no período da pandemia. Então, a gente viu o impacto que isso teve sobre as famílias brasileiras, porque a inflação subiu principalmente no setor de alimentos, no setor de combustíveis e de energia elétrica. E as famílias de renda mais baixa, as famílias que dependem do salário mínimo acabaram ficando sem reajuste e gastando parte maior dos seus salários para arcar com essas despesas. Então, se a gente observar o impacto que o salário tem, além da diminuição dos preços para a classe trabalhadora, a gente tem que pensar que os salários também têm um impacto positivo nisso, que eles fazem com que sobre mais dinheiro para as pessoas gastarem com outras coisas além das suas necessidades básicas.

E, aqui, por fim, mostrando um pouco como o salário está com relação aos valores de 1940. Então, o primeiro pontinho lá no gráfico, ali na hora que sai do 100, é o valor do salário mínimo real com relação ao que estava lá, quando ele foi criado. E a gente vê que, hoje em dia, ele é, mais ou menos, 52% daquele salário que foi criado lá em julho de 1940.

Então, eu acho que a discussão dessa MP é super importante porque a gente precisa discutir a negociação salarial deste ano, mas é muito importante a gente considerar que, nos próximos anos, nós precisamos manter uma política de valorização, justamente para a gente recuperar e sair daquele platô que a gente está ali no valor do salário mínimo atual com relação ao valor do salário quando ele foi criado.

Então, a gente tem duas questões que são as mais importantes: a gente tem que recuperar esses valores que foram perdidos nesse último período, após o fim da política de 2019, ao mesmo tempo em que a gente tem que ter essa política de valorização permanente inscrita na nossa legislação, para que, independentemente da mudança de governo, os trabalhadores sejam contemplados com valorização do salário e que eles recebam os frutos do crescimento econômico.

É isso, gente!

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. PL - TO) – Quero agradecer a Dra. Mariel Angeli Lopes e quero, também aqui, deixar o nosso espaço para a interatividade desta reunião, fazendo aqui as perguntas do e-Cidadania, mas que, após a fala do Dr. Antônio Neto, fiquem à vontade os convidados para comentarem ou, porventura, se forem contempladas nas suas falas, fica o registro aqui importante da participação popular nesta reunião.

Flavio da Silva, da Bahia, pergunta: "As pessoas portadores de deficiência [também] terão direito a reajuste real do salário mínimo?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Marisa Muccioli, de São Paulo, pergunta: "O aumento do salário mínimo vai impactar os benefícios do INSS?"

Endjey Maxwell, de Minas Gerais, pergunta: "Reduzir a jornada de trabalho e manter o salário mínimo seria uma saída viável para aumentar o poder de compra [do trabalhador]?"

Francielle Ravazolli, de São Paulo, pergunta: "Qual o cálculo usado para estipular o valor do salário mínimo e por que ele não acompanha a inflação?".

Há um comentário de Jorge Paes, também de São Paulo, que faz o seguinte comentário: "O salário mínimo deve ter uma política de valorização para diminuir a 'distância' entre o maior salário e o menor, para [se fazer] maior justiça social".

Essas perguntas são endereçadas aos convidados, mas o nosso Relator, Deputado Merlong Solano, também está dedicado ao tema e pode responder assim que tivermos a exposição do Dr. Antonio Neto, para quem eu passo a palavra agora pelo prazo de até dez minutos.

O SR. ANTONIO NETO (Para expor.) – Obrigado, Senador. Obrigado, Relator.

Quero, em nome do Fórum das Centrais, agradecer o convite. É uma honra muito grande estarmos aqui.

Eu falo, nesta Comissão, em nome da CUT, da Força Sindical, da UGT, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, da CTB e da CSB – o Fórum das Centrais. Estou aqui em nome deles.

O Dieese facilitou um pouco a minha vida – quero saudar também os Deputados, os Senadores que estão assistindo e que estão presentes –, facilitou bastante, porque esse é um tema que nós vimos discutindo desde que o mundo é mundo, porque a única coisa no Brasil que é baixa são os salários, seja o salário mínimo, seja o salário em geral.

Deputado, um salário de um metalúrgico do ABC é 20 vezes menor que o salário de um metalúrgico alemão para construir o mesmo carro. O salário mínimo tem uma importância social fantástica. Então, tem impacto, e compreender isso é muito importante para que o Brasil possa entender o impacto econômico e social dele.

Começa com proteção social. A Mariel, do Dieese, falou bem que isso, quando vai para a Previdência Social... E nós sabemos que quase 75%, 80% dos municípios do Brasil recebem, como aposentadorias, muito mais do que o Fundo de Participação dos Municípios. Então, a economia local se desenvolve a partir das aposentadorias, que têm o salário mínimo como o piso dela.

Segundo, ele reduz a desigualdade, na medida em que você começa a fazer com que efetivamente os trabalhadores, aposentados, pensionistas, Loas possam ter um valor maior no seu poder de compra.

Estimula a economia. Pode parecer ironia, mas quem recebe salário mínimo – que são milhões de brasileiros – não aplica na Bolsa de Valores. Eles fazem o consumo nas comunidades em que vivem. Então, eles fazem girar a economia principal do país. É por isso que as projeções dos dados colocados pelo Dieese, de que R$1 de aumento no salário mínimo dá um desdobramento fantástico em geração de emprego, na renda país, no PIB brasileiro.

Ele ajuda a combater trabalho infantil e trabalho escravo, na medida em que a família que começa a ter renda – e renda significativa – não se permite aceitar trabalhos degradantes, não permite que as crianças possam trabalhar também. Ou seja, tem todo esse condão de coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Aumenta a produtividade, que é outra coisa que a gente tem que olhar com muito... Ele pode incentivar os empregadores a melhorar a tecnologia, buscando aumentar a produtividade e, assim, conseguir arcar com os custos que possa haver em função do aumento do salário mínimo.

Tem estados em que a gente já tem o piso regional previsto na Constituição. Quando nós aumentamos o salário mínimo, nós também temos o mesmo processo dentro dos estados.

Vou dar um exemplo: agora em maio, quando o Presidente Lula assinou o aumento para R$1.320, que é essa MP que nós estamos discutindo aqui, o Estado de São Paulo fez a reunião do seu Conselho Estadual do Emprego e aumentou para R$1.550 o piso regional de São Paulo. Então, automaticamente, joga para cima todas essas coisas. E aí começam a fazer comparações com as campanhas salariais.

Os demais sindicatos, quando o salário mínimo aumenta, Senador, vão negociar o piso salarial da sua categoria já baseado no novo salário mínimo. E o que nós fizemos lá em 2006, quando as centrais assinam com o Presidente Lula um acordo... E não era nem legislação, mas um compromisso do Presidente de fazer o aumento através da inflação do ano anterior e do PIB de dois anos antes, o que gerou mais de 74% de aumento real no período. O que ocorreu, efetivamente, é que as categorias começaram a ter melhorias e quase que 80 ou 90 – O Dieese tem esse dado – também tiveram aumento real nas suas categorias. Ou seja, estimula toda a economia a girar. Por isso é que nós vivemos aquele período.

Quando nós começamos a perder, a partir de 2020, que não teve mais o aumento para o salário mínimo, nós, efetivamente, ficamos preocupados, porque caiu o poder de compra do salário mínimo, que, como ela bem mostrou, hoje está em 52% do valor real do que era o salário mínimo quando foi instalado, em 1940. Quer dizer, o Dieese calcula que o valor do salário mínimo hoje é de em torno de R$6.578...

A SRA. MARIEL ANGELI LOPES – Salário mínimo necessário, mais ou menos R$6,3 mil para atingir o que pede o art. 7º da Constituição.

O SR. ANTONIO NETO – Para vocês terem uma ideia. Quer dizer, olha a distância a que nós estamos disso.

E o que nós propomos, e estamos aqui para discutir, porque, além de discutir essa medida provisória que incrementa para R$1.320 o salário mínimo a partir de maio, que já está valendo, nós queremos discutir a necessidade de uma política permanente de valorização do salário mínimo, também colocado pela companheira do Dieese, porque, com reajustes periódicos já definidos... Por exemplo, se aprovarmos aqui, junto desta Comissão, incluindo uma política de valorização permanente, aquela que nós combinamos com o Presidente Lula de ser a inflação do ano anterior e o PIB de dois anos antes, já em janeiro do ano que vem o salário mínimo terá um reajuste a mais de 2,9. Já começa a recuperação do salário mínimo. Eu não estou falando do que nós perdemos, 5,4 desse período que passou sem aumento. Nós, inclusive, na discussão com o Presidente Lula, estamos discutindo com o Parlamento a necessidade da recomposição desses 5,4. Propusemos ser até em três ou quatro vezes, para ir dissolvendo isso, em 1,7, não é verdade, Mariel?

Então, o reajuste começa a dar previsibilidade para as empresas, para o país, para todas essas coisas e melhora o poder de compra. O aumento real do salário mínimo ajuda muito o Brasil, ajuda muito a economia, ajuda todas as áreas. E, neste momento em que nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

discutindo esses juros escorchantes de 13,75% e o orçamento que vocês vão começar a votar agora, no segundo semestre, aqui nesta Casa, em que 52% do orçamento está carimbado para o rentismo, pensar na efetiva atualização do salário mínimo, um projeto a longo prazo... E nós não estamos querendo que façamos como Jango fez quando foi Ministro do Trabalho, que deu um aumento de 100% do salário mínimo. Nós estamos propondo que seja recuperado ao longo dos anos. Teoricamente, nesse ponto de que nós estamos falando, nós esperamos que possamos atingir o valor necessário previsto constitucionalmente de 30 anos, mas precisamos ter uma política permanente de valorização.

Eu creio que este é um grande momento. Que esta Comissão que está analisando a MP que aumentou o salário mínimo para R$1.320 possa, Sr. Relator, incluir também o Projeto 2.385, que já está na Câmara, para que ele possa compor dentro do projeto de conversão aqui e inclua também já o projeto de valorização do salário mínimo. Então, resolveríamos dois problemas. O primeiro problema é aprovarmos o 1.320, que ficou consignado para este ano, mas também incluirmos um projeto de valorização do salário mínimo, que é o 2.385, para que a gente já possa ter a previsibilidade de que, em janeiro de 2024, os trabalhadores brasileiros começarão a ter já 2,9 de aumento real, que é a inflação de 2022, o PIB de 2022.

Então, eu creio que seja isso porque, volto a dizer, o consumo interno vai ganhar muito com isso. Eu brinquei pouco tempo atrás, quando falava que o trabalhador brasileiro que recebe salário mínimo não aplica na bolsa, mas é verdade. Ele vai investir na alimentação, nos remédios, na sua cidade, na sua comunidade, e é para isso que serve o grande salário mínimo.

E aí, com essa previsibilidade, com todas essas coisas, temos a clareza do aumento da formalização do trabalho. Nós estamos passando por um processo de muita informalidade. E, com o salário mínimo com previsibilidade, com todas essas questões, nós teremos a certeza de que teremos aumento da formalidade do trabalho, dando também não só para nós trabalhadores, mas para o empresariado em geral, para os governos municipais e estaduais a previsibilidade de que se sabe que todos os anos teremos isso aqui. Então, 2025 como é que vai ser? Vai ser o PIB de agora, de 2023, mais a inflação de 2024. Há previsão para isso, há como trabalhar com previsão. Não se sabem essas coisas todas.

Então, é importante para nós povo brasileiro termos claro... E, aproveitando aqui, quero reafirmar, Sr. Relator, a possibilidade da inclusão, no projeto de conversão, do Projeto 2.385, de relatoria do José Guimarães, para que possa incluir, dentro desse projeto de conversão, já um projeto de previsibilidade, ou seja, de aumento contínuo, de aumento real do salário mínimo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO NETO – Era isso que eu gostaria de falar porque é muito importante para nós trabalhadores sabermos que efetivamente temos um projeto, recuperaremos os salários, porque nós precisamos recuperar a massa salarial brasileira. Nós só vamos fazer com que a economia gire se os salários dos brasileiros tiverem efetivamente poder de compra. E o salário mínimo tem um poder fantástico de alavancar isso e é com isso que nós contamos.

Quero agradecer, mais uma vez, em nome de todas as centrais que aqui represento, ao Presidente, ao Relator, aos Deputados e Senadores aqui presentes e àqueles que estão nos assistindo sobre a importância do salário mínimo para a população brasileira para a economia do Brasil e para todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. PL - TO) – Quero agradecer ao Dr. Antonio Neto pela sua exposição.

Quero registrar a presença dos Deputados Adriana Accorsi, Daniel Almeida, meu querido amigo, Leonardo, companheiros da Câmara dos Deputados. É um prazer estar com vocês aqui.

Vou passar a palavra ao Deputado Merlong Solano.

Apenas vou fazer um comentário anterior com relação à fala dos nossos expositores, porque a valorização do salário mínimo passa, na minha opinião, por duas questões importantíssimas. Primeiro, a previsibilidade, principalmente quando você fala sobre os pequenos municípios do país, as economias locais, então uma política sustentável é importante, principalmente se ela vier com a consolidação de receita do consumo interno nas receitas municipais. Isso é importante, principalmente para quem está muito vinculado a essa área do municipalismo, e o esforço que esta Casa deve fazer. Eu acho que também há uma corrida para informalidade e também uma distância perigosa – meritória, mas perigosa.

A gente tem feito, nos últimos anos, uma consolidação muito forte dos programas de ação social no país. E à medida que eles avançam, mas não avança a política de salário mínimo, também há um complicador, principalmente nas menores cidades do Brasil.

Então, eu acredito que é uma matéria que deve sempre ser tratada como uma matéria absolutamente republicana, suprapartidária. E o nosso papel, aqui na Presidência, é fortalecer o trabalho do Deputado Merlong Solano no relatório que ele tem feito e parabenizá-lo por ter ouvido diversos segmentos da sociedade e aberto o debate nesta Comissão da medida provisória.

Então, passo a palavra ao Relator, mas ele hoje vai ter um esforço adicional porque, assim que ele falar, passamos a palavra aos Parlamentares e ele vai presidir a reunião.

Muito obrigado.

Passo a palavra ao Relator.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Como Relator.) – Obrigado, Senador Eduardo Gomes.

Quero cumprimentar todos os presentes, todas as presentes, colegas Parlamentares, nossos convidados aqui.

Senador Eduardo Gomes, falar depois da Dra. Mariel, do Dieese, e do Antonio Neto, aqui da CSB, fica muito bom para mim, que não sou muito chegado a discursos longos. Eles fizeram uma análise bastante completa do ponto de vista técnico da Dra. Mariel e do ponto de vista político e técnico do Antonio Neto aqui, abordando com muita precisão a importância do salário mínimo para a nossa sociedade, uma importância que é social e econômica também, na medida em que é o principal indicador do nosso mercado de trabalho, é a faixa salarial em que mais pessoas recebem nesse valor, e também eu entendo como o principal indicador social do Brasil porque, quando o salário mínimo cresce em termos reais, ele melhora a qualidade de vida e reduz a desigualdade social. Quando se pratica uma política de arrocho salarial, ele piora a qualidade de vida das pessoas mais pobres e aumenta a desigualdade social.

Então, é extremamente importante que essa medida provisória logo a partir de 1º de maio já resgatou a valorização real do salário mínimo para além do índice da inflação de 2003. E eu tomei a decisão, dialogando com o Governo naturalmente, de elaborar um projeto de lei de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

conversão, Senador, já incorporando à Medida Provisória 1.172 os termos do PL 2.385, que é o PL da valorização permanente, que o Governo negociou com as centrais sindicais.

Assim sendo, uma vez que o Congresso Nacional aquiesça a essa iniciativa, quando for no ano que vem nós já estaremos discutindo outras questões relativas ao mundo do trabalho e não mais apenas a questão do ajuste imediato do valor do salário mínimo.

Pelo que está no projeto de lei de conversão, que é o mesmo que está no PL que o Governo enviou para esta Casa, o salário mínimo, a partir de 1º de janeiro de 2024, uma vez aprovado e sancionado, vai ser reajustado pela inflação do ano anterior apurada até novembro, acrescida do PIB do segundo ano anterior ao ano do reajuste. Obviamente que, não havendo crescimento do PIB, o salário mínimo aumentará só pela inflação.

Nesse ponto, não houve um acordo entre as centrais sindicais e o Governo, porque as centrais estavam propondo que houvesse uma garantia mínima de valorização real.

Não é isso, Antonio Neto?

O SR. ANTONIO NETO (*Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI) – Então, gente, é isso.

Espero que a Comissão entenda a importância de aprovar o PLV que nós já incorporaremos ao sistema hoje, o relatório, e que amanhã – é isso, Senador? – já poderá começar a ser discutido.

Que o Brasil possa vir a ter, consagrada em lei, não mais dependendo de um decreto, não mais dependendo de uma iniciativa pontual do Governante da vez, mas consagrada em lei e ratificada pelo Congresso Nacional, uma política permanente de valorização do salário mínimo no nosso país.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. PL - TO) – Muito obrigado, Relator, Deputado Merlong Solano.

Passo a palavra à Deputada Adriana Accorsi, para as suas considerações, e a Presidência do meu amigo Relator aqui.

A SRA. DELEGADA ADRIANA ACCORSI (PT - GO. Pela ordem.) – Boa tarde a todos e a todas.

Gostaria de, ainda em tempo, cumprimentar o Senador Eduardo Gomes pela Presidência desta Comissão, parabenizá-lo, e cumprimentar o companheiro querido Deputado Merlong, pela relatoria e pela condução também aqui desta audiência pública junto com o Presidente, mas, de forma muito especial, cumprimentar os nossos convidados.

Quero parabenizar a Dra. Mariel Angeli pela apresentação, resumida, porém muito cheia, com os dados importantes de que nós precisamos aqui para esta discussão, e também quero parabenizar e agradecer pelo trabalho que o Dieese tem prestado ao nosso país.

Eu, como servidora pública, sou defensora da valorização dos trabalhadores e trabalhadoras. Nós sempre tivemos o Dieese como nosso grande parceiro de pesquisa científica, de conhecimento dos direitos da classe trabalhadora relacionada à economia do nosso país.

Inclusive, tivemos um grande debate sobre a reforma da previdência em todo o país. Em Goiás nós lideramos ainda, enquanto Deputada Estadual, e o Dieese foi a grande fonte de informações e dados para que nós pudéssemos entendê-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Quero também cumprimentar o companheiro Antonio Neto, parabenizá-lo pelo trabalho. Que leve o nosso abraço a todos os líderes sindicais que o senhor representa hoje aqui, debatendo esse importante tema.

Quero colocar que eu fiz questão de solicitar ao nosso Líder do Partido dos Trabalhadores que fizesse parte desta Comissão pela importância que eu entendo do nosso plano de reconstrução do país.

Que nós tenhamos a valorização permanente, Deputado Merlong, do salário mínimo.

Nós temos que ressaltar que, na história do Brasil, a única época que nós tivemos uma verdadeira valorização dentro do que foi possível na economia brasileira foi durante os Governos do Presidente Lula.

E não poderia deixar de, neste momento, ser retomado esse debate do que ele fez através da medida provisória. Agora nós queremos aqui aprofundar esse debate, porque o salário mínimo e a sua valorização têm um significado muito forte para nós; primeiro, no combate à fome. A fome hoje é o maior desafio do nosso país, e nós, como Parlamentares, não podemos nos furtar a essa responsabilidade.

Recentemente, a matéria colocou, Deputado Merlong, que, neste semestre, nós já conseguimos, apoiando o Presidente Lula nas suas políticas sociais, retirar 43 milhões de pessoas que estavam passando fome. Isso é muito importante, mas nós temos ainda mais de 70 milhões em situação de insegurança alimentar e 21 milhões de pessoas, entre elas muitas crianças abaixo de seis anos de idade, ainda passando por esse grande sofrimento, que é a fome.

Isso é muito importante, mas nós temos ainda mais de 70 milhões em situação de insegurança alimentar e 21 milhões de pessoas, entre elas, muitas crianças abaixo de seis anos de idade ainda passando por esse grande sofrimento que é a fome.

Mas também, como delegada de proteção à criança e ao adolescente, nós sabemos que o salário mínimo, sobretudo quando tem aumento real, acima da inflação, é uma medida de combate à exploração sexual das crianças e dos adolescentes. Para as famílias que têm acesso ao salário mínimo e que têm esse aumento real, que possibilita adquirir alimentos e um mínimo de dignidade, é uma forma também de combate a essa grande violência que se relaciona à miséria no nosso país. E, claro, é uma medida de combate à grande desigualdade social que nós vivemos.

Então aqui, Deputado Merlong, eu quero parabenizá-lo por já ter incluído esse projeto que tramita nesta Casa, colegas, sobre a valorização permanente do salário mínimo. Acho que nós temos também essa missão, aqui nesta Comissão, de fazer essa proposta ao Congresso Nacional e ao país. E nós temos que lutar para que ela seja efetivada, porque além de combate à fome, das políticas sociais, da redução dos preços dos alimentos, nós precisamos também fazer com que a nossa economia se recupere.

E o salário mínimo, sobretudo nas pequenas cidades, que são a maioria no nosso país, é a grande força motriz da economia e que tem que se estender. E nós precisamos garantir a todos os aposentados e aposentadas, às pessoas portadoras de deficiência e a todos e todas que têm algum benefício social que se relaciona ao salário mínimo.

Então estamos aqui para apoiá-lo, Relator. Parabéns, conte comigo e muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Merlong Solano. PT - PI) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Inscreveu-se aqui para fazer uso da palavra também o Deputado Leonardo.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG. Pela ordem.) – Quero cumprimentar o Deputado Merlong, nosso Relator dessa Medida Provisória 1.172, que trata da política de valorização do salário mínimo.

Mas também quero saudar o Senador Eduardo Gomes, que acabou de sair, Presidente aqui da Comissão. Foi nosso colega Deputado na Câmara dos Deputados.

Nossos Parlamentares aqui presentes, quero dizer da alegria de estar participando desta Comissão.

Saúdo aqui a Mariel, do Dieese, e o Antonio Neto, representando aqui as centrais sindicais. Tanto as centrais sindicais como o Dieese têm um simbolismo muito importante na minha vida. Eu sou um trabalhador que saí do chão de fábrica nos anos 80. Virei sindicalista. Defendi o salário da nossa categoria. Virei presidente do sindicato da minha categoria. E naquela época, eu tinha consciência de que era importante nós lutarmos pelos nossos direitos, salário, condições de trabalho. Mas foi o Dieese que me deu assessoria na época. Sentava nas mesas de negociação, com técnicos do Dieese, e sem dúvida nenhuma foi um aprendizado muito importante na minha vida, e eu carrego esse aprendizado hoje na minha vida parlamentar aqui no Congresso Nacional.

Então estar aqui reunido com vocês do Dieese, com as centrais sindicais, representadas aqui pelo Antonio Neto, com isso, eu fico até emocionado, viu, Merlong?

Mas eu quero parabenizá-lo pela relatoria. Sei do seu compromisso social. Também o conheço como colega de bancada, sua inteligência, o domínio que você tem sobre os dados econômicos e o esforço que você tem feito para produzir um relatório que seja possível de a gente votar aqui na Câmara, aqui na Comissão, e, depois, no Congresso Nacional, que possa, de fato, repercutir isso que já foi dito aqui antes.

É importante a gente ter uma segurança, tanto nós trabalhadores, como nós na política, como o nosso Governo; e também o setor produtivo empresarial ter definido o que vai acontecer no ano que vem, daqui a dois anos, daqui a três anos. Sobre o que nós estamos votando aqui, se será permitido a gente ter essa consciência de que nós vamos ter um aumento real do salário mínimo, considerando a inflação e considerando os últimos dados do PIB dos dois anos anteriores.

Então, com isso, sem dúvida nenhuma, dá para se ter um prognóstico estável da nossa sociedade. E a gente sabe que, nesse clima de instabilidade em que nós estamos vivendo, que foi provocado, inclusive, sobretudo, pelo Governo anterior, é necessário a gente garantir condições estáveis na política, no Governo e no nosso país.

Então, a aprovação dessa medida provisória, sem dúvida nenhuma, contribui com isso. E, depois, como disse aqui a nossa colega Delegada Adriana, sem dúvida nenhuma, essa medida provisória vai garantir mais dignidade para o trabalhador, para a trabalhadora.

Nós somos um país que herda a história de um país escravagista em que as pessoas trabalhavam e, às vezes, nem recebiam salário. E há até pouco tempo, e, às vezes, até, hoje, tem gente que defende ainda essa forma de trabalho, de as pessoas trabalharem e, às vezes, nem receberem salário.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – A história da empregada doméstica está aí. Vem do quê? Da história de a mulher ir para a casa do outro trabalhar e viver ali pela comida e não ter salário.

Então, esta Medida Provisória 1.172 garante a dignidade para o trabalhador, para a trabalhadora, numa época em que nós estamos vivendo a necessidade de se combater a fome, de se combaterem as injustiças. O salário mínimo e, sobretudo, o aumento real de salário possibilita provocar uma distribuição de renda mais justa neste país.

Esta medida provisória hoje é um sinal. Depois, nós temos que aprofundar, ainda mais, esse debate aqui no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado.

Então, eu quero parabenizá-lo, ouviu, Merlong? Dizer da minha alegria e da minha satisfação de estar participando aqui com vocês desta Comissão tão importante, simbólica para nós todos e todas.

E tenho certeza de que o Presidente Lula está muito feliz também, sabendo da possibilidade de a gente aprovar aqui a Medida Provisória 1.172, de 2023, que ele encaminhou aqui para o Congresso Nacional, para que a gente possa estabelecer o salário mínimo como uma política pública do nosso Governo e, sobretudo, para o nosso país.

Parabéns!

Pode contar conosco.

O SR. PRESIDENTE (Merlong Solano. PT - PI) – Obrigado, Deputado Leonardo. (*Palmas.*)

Passo a palavra ao Deputado Daniel Oliveira.

Daniel Almeida.

Daniel, estou danado contigo hoje, hein? (*Risos.*)

Daniel Almeida.

Desculpa, Daniel.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Pela ordem.) – Presidente Merlong, quero cumprimentar V. Exa.; cumprimentar o Senador Eduardo Gomes, que preside esta Comissão; os expositores aqui; a Mariel representando o Dieese, e o Antônio Neto, que representa aqui o Fórum das Centrais Sindicais. Todos os pronunciamentos muito convergentes, compreendendo o papel do salário mínimo e do debate que fazemos nesta Comissão. Alegria de estar aqui ao lado do nosso mestre na defesa desses temas, o Senador Paim, que nos ensina a todos...

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – O mestre é pela idade... (*Risos.*)

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) – ... o nosso decano, pela clareza com que defende a valorização do trabalho e as lutas dos trabalhadores e persiste sempre nesse caminho, porque esta é uma luta cada vez mais atual. E saúdo os nossos colegas Deputados, que já falaram aqui.

Eu parabenizo o Presidente Lula pela Medida Provisória n° 1.172, que retoma esse debate sobre a valorização do salário mínimo. Parabenizo o Relator, Deputado Merlong, que incorpora o debate já acumulado nesta Casa, na Câmara dos Deputados e no Congresso, sobre tornar esta uma política permanente de valorização do salário mínimo. Acho que são medidas absolutamente inadiáveis, compreendendo a realidade política, econômica e social do nosso país, mas eu fico sempre lembrando que nós temos uma dívida muito grande, que precisa acelerar o passo, na busca da valorização do trabalho e ter o salário mínimo como uma plataforma fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nós estamos comemorando, neste ano, 35 anos da Constituição de 1988 – daqui a dois meses –, e, lá na Constituição, está escrito que o salário mínimo é um dos direitos do trabalhador e ele deve ser necessário para atender as necessidades básicas e dar dignidade ao trabalho e ao trabalhador, com a alimentação, com a saúde, com a educação, com a moradia, com a segurança, com a previdência, com o lazer, enfim. E o Dieese calcula isso a cada período. Para essas necessidades básicas serem atendidas, seria em torno de R$6,7 mil, para essa dignidade mínima. Isso está na Constituição, na nossa Lei Maior, e, 35 anos depois, nós constatamos que o nosso salário mínimo está em R$1.320,00. É algo que deve merecer um tratamento muito sério, emergencial de todos nós.

Por que essas coisas não aconteceram 35 anos depois? É porque faltou muita coisa neste país: faltou ação, faltou política pública. Nós temos que nos sentir responsáveis em apressar esse processo. Não é por falta de vontade de muitos; é que não se constituíram as condições. Eu sei que o Lula gostaria de ser muito mais; nós todos aqui gostaríamos que fosse muito mais, mas, infelizmente, não foi possível ainda colocar esse tema no patamar que precisa estar.

Então, eu acho que é muito importante que a gente adote esse caminho de valorização, mas não nos conformar com isso, ousar no sentido de acelerar esse processo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) – Aqui, na Casa, a gente vai fazer o possível, o que a chamada correlação de forças permite, mas eu acho que a gente deve persistir.

É preciso acelerar para superar essa defasagem tão vergonhosa, tão escandalosamente vergonhosa para todos nós. O país não vai se desenvolver – e nós precisamos de desenvolvimento, desenvolvimento inclusivo –, se nós não tivermos um patamar mínimo de remuneração do trabalho. O salário mínimo é essa referência de que todos já falamos aqui. Sem isso, nós não vamos sair desse patamar vergonhoso em que nos encontramos ainda hoje.

E acho, Senador Paim, que está na hora de nós pautarmos outros temas, de nós pautarmos, por exemplo, o tema da redução da jornada de trabalho. Nós não falamos mais sobre isso. As tecnologias evoluem tanto que hoje, com a mesma quantidade de horas, você produz 30 vezes mais do que o que se produzia – 30 vezes, 30 vezes eu estou modesto, é muito mais do que isso –, quando a Constituição de 88 foi estabelecida com 44 horas semanais. E esse tema ficou congelado. Nós vivemos uma fase de retrocesso, de retirada de direitos dos trabalhadores, mas acho que nós não podemos adiar isso ou deixar de considerar esse um tema relevante e voltar a tratar desse tema neste Congresso Nacional e na sociedade brasileira.

Então, parabéns pelos avanços. Acho que começamos a encontrar o caminho e a direção corretos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Merlong Solano. Bloco/PT - PI) – Obrigado, Deputado Daniel.

Mais algum Parlamentar interessado em utilizar a palavra?

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Pela ordem.) – Eu estou que nem aquele que chega na última hora e quer sentar na janela do avião, quer ser o último a falar. (*Risos.*)

Mas, Presidente, eu quero primeiro cumprimentar V. Exa., Deputado... Merlong, não é? Merlong. É que a minha vista daqui até lá não é boa, e aqui está a lápis e é um lápis bem fraquinho. Sem críticas à assessoria, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Eu quero cumprimentar a todos: o Deputado Leonardo Monteiro de quem ouvi a fala; a Deputada Adriana eu não vi, mas conheço o potencial dela; o Daniel Almeida e os nossos queridos e querida convidados: a Mariel Lopes, pelo nosso Dieese – o Dieese eu acho que é mais velho que eu, porque aqui, no Senado, eu sou considerado o mais velho, viu? Sabem que só tem dois Constituintes aqui no Senado? Eu e o Renan Calheiros. E eu fico preocupado, porque grande parte acho que faleceu. (*Risos.*)

Só para descontrair, pessoal, rapidamente.

E parece que Deputado Federal têm seis que foram Constituintes, foi o que me disseram recentemente.

Quero cumprimentar o nosso querido Antonio Neto, que fala aqui em nome de todas as centrais, é uma satisfação estar aqui com vocês. Eu não podia deixar de vir aqui, faço parte desta Comissão, mas nem sempre dá tempo de vir, é um corre para cá, um corre para lá. Eu estava escalado no Plenário para falar; falei e vim para cá.

O salário mínimo eu diria que tem uma história sofrida, mas bonita: foi peleado, peleado, peleado durante todos os tempos. Eu tive a alegria, por indicação casualmente do Renan Calheiros, que foi o Constituinte também, de formatar uma Comissão especial. Viajamos o país – eu acho que o Daniel, lá, na Bahia, estava junto e em outros lugares – para tentar construir uma política de inflação mais PIB. Avançamos; no relatório, eu fui o Relator e depois o Presidente Lula e a Dilma implantaram a política de inflação mais PIB. Lembro-me de que eu fiz uma festa quando o salário mínimo chegou a US$100, você lembra, não é, Neto? Fizemos uma festa. Lembro que o Fernando Henrique me chegou um dia, numa atividade: "Feliz agora, Paim?", eu disse: "Por que, Presidente?", e ele: "O salário mínimo chegou a cem Pains"; e eu disse: "Por que 'Pains' se você fala tanto em US$100?"; "Porque eu o apelidei de cem Pains".

E no Governo Lula, graças a essa política construída, as centrais foram fundamentais, o Dieese, nós chegamos a US$350. Infelizmente, depois houve um retrocesso nesse aspecto. Não vou aqui fazer nenhuma crítica pontual a esse ou àquele cidadão, mas o salário mínimo baixou para em torno de US$250. E nós já estivemos em US$350, porque terminaram com a política de inflação mais PIB, que era uma construção coletiva dos brasileiros e brasileiras, enfim, do movimento sindical no seu todo.

Lembro-me de uma caminhada que vieram, se eu não me engano, de São Paulo, que ele vinha a pé até aqui. Tentaram, não sei se vieram todo o período a pé, mas que marcou aquele período. E o salário mínimo, para nós todos, é o farol para as outras categorias. Quando você vai para a negociação coletiva, você diz: "Não, eu não quero só a inflação. O salário mínimo teve inflação mais os 3% do PIB, os 4% do PIB, os 5% do PIB." Acaba sendo um farol. O salário mínimo, quando alguns pensam que traz benefício somente para quem ganha o salário mínimo, não é real. Ele traz crescimento para o conjunto da massa salarial. Porque quando eu era sindicalista, eu fui sindicalista há muito tempo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – ...eu trabalhava também com esse farol, que era o salário mínimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, eu vejo com alegria, e a sua posição, Presidente, é corretíssima. Permita, Presidente e Relator, fazer na MP uma política definitiva. E oxalá nunca mais a gente tenha que estar... Porque quando derrubaram a inflação mais o PIB, nós apresentamos três, quatro projetos, diversos Senadores apresentaram, Deputados apresentaram, a pedido do movimento, mas não conseguimos emplacar. E agora temos a oportunidade, nesta MP, de emplacar o crescimento, além da inflação, o crescimento do PIB. E aí, se for uma política permanente, nós poderíamos chegar em um salário próximo à decência, porque vão ser muitos anos de luta ainda. Os dados que foram colocados e o Dieese nos aponta que deveria ser em torno de R$6, R$7 mil.

Sabe que esses dias... Eu vou terminar aqui já, porque se eu contar muita história pela idade; se a cada ano, eu contar de história, vocês vão ter que amanhecer aqui. Mas esses dias, tenho amigos meus que estão morando nos Estados Unidos. O marido dela era limpador de piscina, e ela ficou grávida, então, tinha que ficar em casa, cuidar do bebê e tal, o bebê nasceu, aí o marido dela arrumou um emprego para ela. Eu achei interessante essa história. Eu digo assim: "Mas quanto você ganha?". "Não, eu fico em casa e eu tiro em torno de R$25 mil por mês, só pelo telefone." Só pelo telefone, fiscalizando, vendo... O que eu quero dizer com isso? Que o salário mínimo no Brasil, nós estamos tentando chegar a US$500, eu digo, não de uma vez só, enquanto que em outros países – eu dei o exemplo desse, mas poderia dar de outros países –, para as pessoas viverem com o mínimo de dignidade, não é um salário de R$1,3 mil, é um salário de mais de R$20 mil. Entre R$20 mil, R$25 mil. E perguntei: "Mas isso é o básico?". "É o básico. Aqui dificilmente alguém ganha mais que R$20 mil na sua atividade do dia a dia." E aqui no Brasil nós estamos nessa luta permanente para tentar ganhar um salário mínimo que seria R$5, R$6 mil.

Enfim, como foi dito por todos – e eu falo com tristeza isso –, nós vivemos em um país onde o trabalho escravo ainda é moda. Eu chego a dizer o seguinte: digam-me um único estado em que não tenha trabalho escravo – um único! Se tiver um, eu mudo o projeto de que sou Relator aqui na Comissão de Assuntos Sociais que diz que tem que desapropriar a terra ou a propriedade onde for encontrado o trabalho escravo. Na Comissão de Direitos Humanos, aprovamos por unanimidade. Lá, eu presido. Esta outra Comissão eu não presido, mas, para o azar de alguns, eu sou o Relator. Aí eu vou lutar para aprovar também o projeto.

E alguns me dizem: "Ah, mas tu achas que é justo que ele perca a terra dele ou a casa dele?" – a "casa" que eu digo é a empresa dele. Não tem problema nenhum, é só não ter trabalho escravo. Se não tiver trabalho escravo, ele nunca vai perder. Não precisa ter medo, porque não vai perder desde que não queira que o homem e a mulher virem escravos desse cidadão.

Vida longa ao salário mínimo! Vida longa a esta Comissão!

Um abraço, pessoal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Merlong Solano. PT - PI) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Styvenson Valentim, Rio Grande do Norte; faço parte desta Comissão que está avaliando a Medida Provisória 1.172. Eu cheguei atrasado – estava com outras demandas –, mas da próxima participarei, terei essas aulas como eu tenho todos os dias não só na CDH, mas em Plenário...

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Fora do microfone.*) – Vota comigo, viu? Vota comigo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Voto sempre; voto, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Quero só contribuir, Senador Paulo Paim. Acho que o senhor tem uma larga experiência no que está sendo discutido e debatido aqui entre o que existe de ideal, o que é possível e o que é real – o que hoje o brasileiro passa. Discutir-se um salário mínimo digno é interessantíssimo, mas se discutirem serviços públicos dignos também seria uma outra parte para que qualquer salário neste país não fosse escoado pelo ralo por um serviço público que muitas vezes não é dado. O que as pessoas precisam de verdade é de uma saúde que lhes atenda bem, é de uma educação que lhes sirva bem, de uma segurança que lhes atenda bem.

Salário de R$20 mil, o.k. A gente gasta quanto de imposto de renda, quanto de plano de saúde, quanto de carro blindado, quanto de combustível? Quanto? Quanto? Quanto? Às vezes, fica quase similar para se ter qualidade de vida, para se ter dignidade aqui neste país.

Então, é salutar, é ótimo ter essa discussão sobre qual seria o real salário mínimo para o nosso país para que um brasileiro possa viver dentro de padrões dignos – do que a gente entende de dignidade –, porque hoje não dá.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Merlong Solano. PT - PI) – Obrigado, Senador Styvenson Valentim.

Eu vou passar a palavra para os nossos convidados, que poderão interagir com algumas perguntas que foram feitas pelos telespectadores e já fazer as suas considerações finais.

Você vai primeiro, Doutora? (*Pausa.*)

Dra. Mariel.

A SRA. MARIEL ANGELI LOPES (Para expor.) – Obrigada, Deputado.

Eu gostaria de agradecer os comentários que foram feitos pelos Congressistas. É sempre interessante a gente escutar o que o Congresso quer, porque, na nossa própria discussão de política pública também, a gente tem que considerar que são vocês que estão aqui todos os dias, negociando e, de fato, implementando as ideias que a gente tem.

Eu queria só responder rapidamente as perguntas que chegaram pelo e-Cidadania.

Teve uma pessoa que perguntou se as pessoas com deficiência vão ter direito ao reajuste do salário mínimo. As pessoas que recebem o BPC (benefício de prestação continuada) – ele é equivalente a um salário mínimo – vão ter um reajuste assim como o salário mínimo.

Outra pessoa também perguntou sobre o impacto dos salários sobre os benefícios do INSS. Então, aqueles benefícios determinados em leis que sejam equivalentes ao salário mínimo vão ter o reajuste. E há um impacto, porque a gente tem atualmente mais de 20 milhões de pessoas no INSS que recebem o salário mínimo.

Há uma pergunta, que também é mais complexa e que daria para fazer uma outra audiência pública, que é a da redução da jornada de trabalho com manutenção do salário mínimo. Seria uma saída viável para aumentar o poder de compra do trabalhador? Nós achamos que sim, mas essa discussão da jornada, como eu disse, não dá para ser feita agora. Isso tem sido testado em alguns países, e os resultados são muito positivos. Eu acho que é um caminho também interessante para a gente tentar aqui no Brasil, porque, infelizmente, até agora, isso não tem sido testado em cargos de baixos salários e tampouco em países do tamanho do Brasil. Então, seria ser uma coisa interessante para a gente discutir aqui.

E, por último, a pergunta com relação a qual é o cálculo usado para estipular o salário mínimo e por que ele não acompanha a inflação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu até fui abrir aqui a Constituição para ver exatamente o que está escrito no art. 7º, que fala, como a gente sabe:

> Art. 7º .....
> IV – salário mínimo [...] [tem que ser] capaz de atender às suas necessidades vitais básicas [do trabalhador] e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

Ou seja, a Constituição está falando que a gente tem que, de alguma maneira, considerar a inflação. O problema é que, no artigo, não tem os pormenores, e aí fica a cargo dessa discussão que está acontecendo aqui agora.

E é isso.

Muito obrigada.

Contem com o Dieese nessa discussão.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Merlong Solano. PT - PI) – Obrigado, Dra. Mariel.

Antonio Neto.

O SR. ANTONIO NETO (Para expor.) – Primeiro, Sr. Relator e Presidente, quero agradecer a oportunidade.

Segundo, nós estamos aqui na frente do decano Paim – a gente brinca com ele, temos uma amizade de muitos anos –, e a PEC 231, de 1995, das 40 horas semanais, é dele com o Inácio Arruda. E ela está tramitando até agora. Chegou a um ponto em que nós trouxemos aqui 2,47 milhões de assinaturas. Fizemos um cordão lá na frente do Congresso e fomos transportando até a Mesa da Câmara Federal para que pudesse votar essa PEC, e não conseguimos votá-la. Então, é uma coisa que nós temos que tocar para frente.

Em algumas convenções coletivas, a gente já está conseguindo trazer para 40 horas semanais – os trabalhadores de tecnologia da informação de São Paulo, por exemplo, têm 40 horas semanais. Já estamos discutindo lá *four days a week*, ou seja, quatro dias de trabalho por semana, que é uma experiência internacional. Estamos fazendo seminários sobre isso; e algumas empresas começam a atuar.

Mas, além das 40 horas semanais, Srs. Parlamentares, é bom a gente se lembrar da tabela do Imposto de Renda, que está defasada em 140%. Isso consome... Quem ganha R$4.958 paga 27,5% de Imposto de Renda. Isso é um crime lesa-pátria, isso lesa o trabalhador. O Presidente Lula tem falado de isenção até R$5 mil – e ainda para o futuro. Fez uma mexida na tabela do Imposto de Renda, não tão progressiva como nós esperávamos, e disse que quem ganha até R$2,64 mil, ou seja, dois salários mínimos, está isento do Imposto de Renda, mas não fez a progressão. Eu até achava que seria assim: você aplicava na base e dava o mesmo índice para todas as coisas, porque, se nós aplicarmos os 140% defasados, quem ganha até R$4.955 fica isentos do Imposto de Renda. É a partir daí que começa a progressão. E nós defendemos, no movimento sindical, a ampliação das faixas. Já tivemos no passado 35%; podemos incrementá-las para 40%, porque o rentismo está um absurdo neste país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, para vocês terem uma ideia, o salário mínimo nos Estados Unidos é de US$7,25 a hora. No Brasil, isso equivale – eu fiz um cálculo aqui – a US$1,26. É uma diferença razoável. Isso em geral nos Estados Unidos; porque, em Nova Iorque, é de US$12,45, ou seja, nós temos os parâmetros internacionais – o Dieese nos ajuda muito nisso –, mas é um processo de discussão do que queremos para este país. Queremos a miséria profunda? Aí nós vamos fazer aquilo que nós defendíamos quando queríamos US$100.

Quando o Fernando Henrique assumiu o Governo Federal, em 1995, o salário mínimo valia US$70. Olha o que eu estou falando para vocês: US$70! E aí não é à toa que toda a previdência social, Deputado Merlong, estava com um problema absurdo.

Então, quando vem uma pergunta: "Vai impactar os benefícios do INSS?", eu não sei se ele está perguntando se são os que ganham mais de um salário mínimo, porque há uma grande discussão da grande massa salarial, porque há a necessidade de uma rediscussão também. Nós, agora, estamos discutindo o piso, que é o salário mínimo, para dar a ele uma condição efetiva de ganho para valer, para que a gente possa fazer com que este país tenha acesso às coisas.

Quando o Senador Styvenson falou que precisa discutir bem, porque não adianta ganhar R$20, porque tem... Não, é todo um contexto geral; não é só isso.

Mas tem muita gente que ganha um rentismo muito grande aí ou poucas pessoas... Nós vimos que 2,5 mil pessoas aplicam num fundo, Deputada, com R$850 bilhões sem tributar Imposto de Renda, ou que os dividendos que os bancos distribuem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO NETO – ... não têm tributação de Imposto de Renda na pessoa física que recebe os dividendos, ou seja, nós precisamos mexer em todo esse arcabouço.

Creio que, com essa separação que o Ministro da Fazenda fez de discutir, primeiro, o consumo – já está se discutindo aqui dentro desta Casa –; segundo, discutir renda; e, depois, discutir folha de pagamento, nós estamos no caminho certo. E eu espero que, ainda em 2023, a gente possa acordar para um novo dia.

Eu vou fechar dizendo para vocês, primeiro, da honra de estar de novo aqui e, segundo, que nós, em outubro do ano passado, fechamos a porta do inferno, mas nós não entramos no paraíso ainda. Nós estamos – alguns acreditam, outros não – no purgatório e temos muita coisa para atravessar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Merlong Solano. PT - PI) – Estamos chegando à conclusão desta audiência pública.

Sabemos todos da grande importância do salário mínimo para o nosso país – importância como fator de dinamização da nossa economia, não só nas pequenas cidades e nos mercados regionais, mas no país como um todo, em função do impacto que o valor do salário mínimo tem sobre a massa de salário, como lembrou o Senador Paulo Paim muito bem.

Sabemos do seu enorme significado social como fator de melhoria da distribuição de renda e, portanto, de redução das desigualdades – ajuda a melhorar a dignidade das nossas famílias.

Agora, o que falta mesmo é consagrar isso como uma política de Estado, para que a gente não tenha que, ao final de uma eleição, correr o risco de voltar para um mecanismo de arrocho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

salarial, em que o reajuste é apenas pela inflação. E, como a inflação é uma média e como no Brasil os preços que mais sobem costumam ser os preços populares – as coisas que as pessoas mais pobres compram –, quando não se reajusta o salário mínimo acima da inflação, está se praticando uma política de arrocho salarial. Essa que é a grande verdade.

Então, por isso a importância de todos juntos trabalharmos para consagrar em lei a política de valorização permanente do salário mínimo.

Então, agradeço a presença de todos, à nossa convidada Mariel, ao Dr. Antonio Neto e aos Parlamentares.

Obrigado e boa tarde. (*Palmas.*)

Agradecemos a presença de todos os nossos convidados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1172, DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia oito de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Eduardo Gomes, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 1172, de 2023 com a presença dos Parlamentares Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Paulo Paim, Jorge Kajuru, Zenaide Maia, Leonardo Monteiro, Dr. Victor Linhalis, Alexandre Lindenmeyer, Samuel Viana, Alberto Fraga, Merlong Solano, Delegada Adriana Accorsi, Dandara e Pastor Henrique Vieira, e ainda dos Parlamentares Chico Rodrigues, Rodrigo Cunha, Augusta Brito, Vanderlan Cardoso, Mecias de Jesus, Josenildo, Reginete Bispo e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Renan Calheiros, Sergio Moro, Styvenson Valentim, Alessandro Vieira, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Carlos Portinho, Dr. Hiran, Cleitinho, Elmar Nascimento, André Fufuca, Max Lemos, Isnaldo Bulhões Jr., Hugo Motta e Zé Vitor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Medida Provisória n° 1172, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de maio de 2023." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado Merlong Solano. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Reunida no dia 08 de agosto de 2023, a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.172 de 2023, aprovou, por unanimidade, o relatório do Deputado Merlong Solano que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.172, de 2023; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.172, de 2023, e das Emendas nº 1 a 4 apresentadas perante a Comissão Mista, e pela inconstitucionalidade da Emenda nº 5, por se tratar de matéria estranha; bem como pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.172, de 2023, e, pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas nos 1 a 5; e, quanto ao mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.172, de 2023, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição de todas as 5 emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, bem com a da reunião anterior, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e oito minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Gomes
Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 1172, de 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/08

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. PL - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.172, de 2023.

Neste momento, passo a palavra ao nosso eminente Relator, Deputado Merlong Solano, para que proceda à leitura do relatório.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Como Relator.) – Boa tarde a todos e a todas as pessoas aqui presentes.

Cumprimento o nosso Presidente, Senador Eduardo Gomes.

Nós estamos aqui nesta Comissão Mista para discutir e votar a MP 1.172, que reajusta o salário mínimo, na forma, Senador, de um projeto de lei de conversão, que incorpora o conteúdo do PL 2.385, de 2023, através do qual o Governo propõe uma política permanente de valorização do salário mínimo, e também incorpora o conteúdo da Medida Provisória 1.171, de 2023, que trata da correção da tabela do Imposto de Renda, tendo reajustado a faixa de isenção para até R$2.640, e também trata, compensatoriamente, da tributação de capitais de pessoas residentes no Brasil investidos no exterior.

Então é esse o PLV que será lido, Sr. Presidente.

E, com a sua permissão, quero ir direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. PL - TO) – Permissão concedida, antes fazendo aqui uma ratificação do número da Medida Provisória, que é 1.172.

Em homenagem ao Leonardo Monteiro e ao Senador Paulo Paim, chamo atenção para o quórum.

Com a palavra o nosso querido Relator.

É 13 o quórum aqui. (*Risos.*)

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI) – Então, com a devida autorização do nosso Presidente, passo à leitura do voto.

Da admissibilidade.

A Medida Provisória nº 1.172, de 2023, atende aos requisitos de constitucionalidade previstos no art. 62 da Constituição Federal.

A urgência e a relevância da MP são justificadas ante a necessidade de atualização periódica do valor do salário mínimo no País, atendendo, por conseguinte, aos requisitos estabelecidos no *caput* do referido art. 62 da Carta Magna.

Portanto, somos pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.172, de 2023. Já tem uma correção aqui.

Vale a correção feita verbalmente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. PL - TO) – Vale.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI) – Escapou aqui, na correção.

Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Nossa opinião é que o texto da medida provisória observou as restrições contidas no art. 62, §§ 1º e 10, e no art. 246 da Constituição Federal, de forma que a proposição atende aos requisitos de constitucionalidade formal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

No que tange à constitucionalidade material, também entendemos que a matéria não afronta dispositivos de natureza material da Constituição Federal, reforçando a efetividade de direito material de que o valor do salário mínimo tenha reajuste periódico que lhe preserve o poder aquisitivo, nos termos do art. 7º, da Constituição Federal de 1988.

Quanto à juridicidade da matéria, entendemos que a medida provisória é jurídica, pois se harmoniza com o ordenamento jurídico pátrio em vigor, não viola qualquer princípio geral do Direito, além de possuir os atributos próprios a uma norma jurídica.

Em relação à técnica legislativa, também não verificamos vícios na medida provisória. O texto está de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A mesma situação se verificaria em relação às quatro primeiras emendas apresentadas, excepcionando-se a Emenda n° 5, que entendemos inconstitucional por se tratar de matéria estranha, tendo em vista que a referida emenda se propõe unicamente a conceder uma isenção tributária.

Dessa forma, somos pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.172, de 2023, e das Emendas nºs 1 a 4; e pela inconstitucionalidade da Emenda n° 5.

Da compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

Quanto à admissibilidade financeira e orçamentária da medida provisória, nosso entendimento é de que não houve desrespeito às normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial à Lei Complementar nº 101, 2000, a lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a lei orçamentária da União.

De fato, o objeto da medida provisória é promover a correção monetária do valor do salário mínimo para preservar-lhe o poder aquisitivo, em conformidade com o mandamento constitucional previsto no inciso IV do art. 7° da Constituição Federal.

A Exposição de Motivos 54/2023 apresenta os cálculos de impactos financeiros decorrentes do aumento salarial e, em sequência, informa:

> Vale mencionar que a acomodação no orçamento de eventual impacto, caso seja verificado, dar-se-á nas avaliações bimestrais de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, onde serão cotejadas reestimativas de receitas e despesas primárias para cumprimento da meta, e se analisará a necessidade ou não de contingenciamento. Ademais, o Novo Regime Fiscal estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95/2016 impõe a necessidade de adequação das despesas primárias em relação aos limites por ele fixados, o que também será observado nas avaliações bimestrais.

Dessa forma, entendemos que a medida provisória em análise é adequada orçamentária e financeiramente.

Ademais, vale ressaltar que, nos anexos do PLDO 2024, os parâmetros projetados para os exercícios seguintes levaram em conta o valor do salário mínimo de R$1.320.

Portanto, entendemos que a Medida Provisória nº 1.172 apresenta adequação orçamentária e financeira.

Quanto às emendas, nossa conclusão é que todas seriam inadequadas, orçamentária e financeiramente, uma vez que todas elas implicam ou aumento de gastos ou redução de receitas e nenhuma está instruída com o demonstrativo de impacto orçamentário e financeiro, nem com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

medidas de compensação, nos termos da art. 131 da LDO e também do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Do mérito.

Quanto ao mérito, nosso entendimento é que a medida provisória em análise é adequada e desejável, tendo em vista a necessidade de aumento do poder de compra dos trabalhadores brasileiros, para além da mera correção inflacionária dos salários. Nesse sentido é importante relembrarmos que, por quatro anos, não houve ganho real na definição do salário mínimo. Desta forma, o ganho real de 2,8% implícito na MP não é apenas justo, mas necessário. E esta é uma constatação evidente, tendo em vista que, conforme o art. 7° da Carta Magna, o salário mínimo deverá ser capaz de atender a todas as necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

Dessa forma, não temos nenhuma dúvida de que esta Casa, compromissada e preocupada com a vida do trabalhador brasileiro, concordará com o valor proposto para o salário mínimo constante da MP sob análise, sobretudo porque serve de parâmetro e repercute na maioria das relações de trabalho, na concessão de benefícios assistenciais e corresponde ao piso previdenciário, representando a maioria dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

À medida provisória, foram apresentadas cinco emendas.

A Emenda nº 1 estabelece a correção de 2% todo ano.

A Emenda nº 2 busca estabelecer valores diferentes, propondo um valor de R$1.400 – as Emendas nºs 2 e 3.

A Emenda nº 4 pretende estabelecer regras para a valorização do salário mínimo, estabelecendo a utilização do INPC acrescido da variação real segundo critérios baseados no PIB.

E a Emenda nº 5 tem a finalidade de isentar contribuição previdenciária sobre o terço constitucional das férias gozadas e sobre os valores pagos a título de aviso prévio indenizado ou de auxílio-doença pago nos primeiros quinze dias.

De nossa parte, temos um enorme apreço pelos colegas que se dispuseram a garantir ainda mais renda para nossos trabalhadores, seja por meio de um valor maior do salário mínimo, seja pela instituição de uma política permanente de valorização do salário. Entretanto, acreditamos ser necessária a manutenção do valor previsto no texto original da MP pelas razões acima expostas e pela segurança jurídica que deve estar assegurada na definição do valor anual, sobretudo pela repercussão e ajustamento do mercado e das políticas públicas afetadas por esse valor desde a edição da Medida Provisória.

Apesar de desejável um salário mínimo ainda maior, é preciso compatibilizar o aumento tanto com o orçamento dos entes federativos quanto com a capacidade de a iniciativa privada absorver o aumento sem cortes de vagas de trabalho. Nesse sentido, o Poder Executivo se esmerou em encaminhar uma proposta que, na medida do possível, promovesse um ganho em relação ao salário vigente desde o início do ano e ainda pudesse ser absorvido pelas finanças do Estado, e pela economia.

Também seria desejável a estruturação de uma política de valorização do salário mínimo esteada em amplos estudos com o fito de garantir uma valorização compatível com a conjuntura econômica do momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Esse era o caso daquela negociada entre as Centrais sindicais e o Governo do então Presidente Lula, que resultou na Lei 12.382, de 2011. Posteriormente, essa lei foi confirmada no Governo Dilma, pela Lei 13.152, de 2015.

A regra em vigor até 2019 permitiu uma efetiva valorização da renda de referência para o trabalho e para a Seguridade Social, que cresceu, entre 2003 e 2019, em termos reais, 74%.

Nessa perspectiva, o Decreto n° 11.420, de 24 de fevereiro de 2023, que instituiu um grupo de trabalho para a elaboração de proposta de Política de Valorização do Salário Mínimo, teve como resultado a apresentação de uma proposta de valorização permanente do salário. Do referido grupo de trabalho resultou um projeto de lei que tramita na Casa, o PL 2.385, de 2023, proposto pelo Poder Executivo.

O PL 2.385 estabelece uma política de reajuste e valorização permanente do salário mínimo e retoma a mesma lógica da antiga política de valorização da Lei 12.382, de 2011, que pautou a definição do salário mínimo entre os anos de 2012 e 2015, e, depois, na Lei 13.152, de 2015, que pautou a definição do salário entre os anos de 2016 e 2019. Em resumo, é prevista uma parcela de reajuste com a finalidade de preservação do poder de compra e outra parcela destinada a promover o ganho real. A preservação do poder de compra se daria com base na variação do INPC do ano anterior e o aumento real se daria por meio da incorporação da taxa de crescimento do PIB do segundo ano anterior ao ano em que se daria o reajuste. Em caso de taxa negativa de crescimento real do PIB, o reajuste se daria apenas pela variação do INPC.

Em nossa opinião, a valorização prevista na proposição citada é fundamental para garantir uma renda digna a uma grande parcela da população brasileira. Isso fica evidente pelo fato de que, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, referentes a 2021, cerca de 70% da população em exercício de atividades laborais auferia até dois salários mínimos. Em relação a aposentados e pensionistas, de acordo com dados do Ministério da Previdência Social, 65% dos beneficiários ou quase 14 milhões de brasileiros e brasileiras receberiam um salário mínimo.

No que tange aos aspectos econômicos, acreditamos que nova política de valorização não provoca distorções nos custos de produção, tendo em vista que o ganho real concedido seria acompanhado por um aumento do crescimento da economia. Ainda, a valorização do salário mínimo alavanca o consumo interno e, assim, a atividade econômica do país.

Haveria ainda a necessidade de análise da nova política de valorização do salário mínimo à luz do atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar 101, de 2000, a lei do Plano Plurianual com a LDO e com a lei orçamentária da União. Segundo os argumentos a seguir elencados, entendemos que esses requisitos estariam satisfeitos.

No PLDO 2024, para o salário mínimo, considerou-se apenas a correção pelo INPC, em consonância com o previsto no inciso IV da Constituição Federal, acrescida do ganho real de 2023, da MP 1.172, que elevou o salário mínimo, a partir de 2023, para R$1.320. Considerando o crescimento do PIB, em 2022, de 2,90%, e a estimativa do PLDO 2024 para o crescimento do PIB, em 2023 e 2024, respectivamente, de 1,6% e 2,3%, o salário mínimo aumentaria para R$1.461, em 2024; R$1.534, em 2025; e R$1.614, em 2026.

São todas estimativas a serem efetivadas na medida em que sejam apurados os indicadores correspondentes. No entanto, para o ano de 2024, considerando que ainda tramita no Congresso o PLDO correspondente, haverá a adequação formal em expectativa do novo valor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

do salário mínimo, após aprovação do texto incorporado neste PLV e convertido em lei, quando estará permitida à relatoria do PLDO apurar a redação e os valores correspondentes.

Também cumpre registrar que a nova proposta de PPA para o quadriênio 2024/2027 será apresentada no final do mês de agosto do corrente ano e, posteriormente, o Congresso Nacional terá a oportunidade de se debruçar sobre seus termos, quando já terá sido convertida em lei a nova política de valorização do salário mínimo e, com isso, promovido o ajuste legal nas peças orçamentárias que sustentam a proposta *in comento*.

Em resumo, acreditamos ser fundamental a definição de uma política de Estado que associe distribuição de renda ao incentivo e desenvolvimento econômico, especialmente em tempos, como o momento atual, de empobrecimento persistente da população e da classe trabalhadora fortemente impactada por restrições de direitos decorrentes de alterações legislativas passadas. O Congresso precisa assumir o protagonismo necessário para implementar o novo ciclo de valorização da remuneração de referência da sociedade.

Dessa forma, optamos por aprovar a presente medida provisória, na forma do projeto de lei de conversão anexo, que mantém o salário mínimo definido no texto original da medida provisória e, adicionalmente, institui uma política de valorização a ser aplicada a partir do início de 2024, tendo como base o Projeto de Lei 2.385, de 2023, fruto do exercício dialogado entre Governo e as representações de interesse.

Da elevação da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física e sua adequação.

No escopo até aqui construído na perspectiva de ampliação da renda de pessoa física, passamos a incorporar os temas endereçados na Medida Provisória nº 1.171, de 2023, que eleva a faixa de isenção, altera as regras de incidência do Imposto de Renda da Pessoa Física e altera regras da tributação sobre a renda de capital aplicado no exterior por pessoas físicas residentes no país.

A MP 1.171, de 2023, prevê a atualização da faixa de isenção da tabela progressiva do Imposto de Renda em 10,93%, a partir de maio do ano-calendário de 2023, mantidos os valores das demais faixas. Essa atualização seria feita mediante uma concessão de um desconto simplificado equivalente a 25% do valor do limite da primeira faixa da tabela mensal do Imposto de Renda da Pessoa Física, ou seja, de R$528. Com ele, a faixa de isenção chega a R$2,64 mil – que é o somatório de 2.112, que resulta da correção da primeira faixa em 10,9%, mais esse desconto simplificado de R$528, totalizando, portanto, R$2,64 mil de limite de faixa de isenção para o Imposto de Renda da Pessoa Física, no Brasil, a partir de maio.

Ou seja, a pessoa física com remuneração mensal até esse valor não terá seus rendimentos mensais tributados pelo Imposto de Renda da Pessoa Física, não efetuará recolhimentos mensais mediante o carnê-leão e não terá de pagar o imposto na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física caso opte pelo desconto simplificado anual.

Para compensar o impacto da redução da tributação sobre a renda dos trabalhadores que recebem até dois salários mínimos, foram incluídas, na medida provisória, mudanças na tributação da renda auferida por pessoas físicas no exterior, inclusive com a introdução de regras e conceitos sobre o *trust*, figura que necessitava de esclarecimentos e regulamentação, uma vez que até hoje está desregulamentada.

Essas mudanças se alinham a recomendações internacionais, inclusive da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), em relação ao uso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

estruturas *offshores* para diferimento do momento de recolhimento de impostos sobre a renda. As *offshores* são empresas constituídas no exterior, sob diferentes formas, a depender das leis do país de constituição, não vedadas pela legislação brasileira, comumente utilizadas para planejamento tributário.

Isso porque, entre outras vantagens, esse tipo de estrutura gera um benefício fiscal significativo para seus instituidores, que acabam postergando, diferindo, por um longo período de tempo o imposto que deveria ser pago no Brasil, transmitindo esse diferimento até mesmo para os seus herdeiros, na sucessão. Esse benefício decorria do fato de que a tributação no Brasil, até o advento da Medida Provisória 1.171, e, diferentemente do que se dá no caso da renda auferida no país, ocorreria apenas se e quando a pessoa jurídica no exterior transferisse o lucro, efetivamente, para o seu sócio pessoa física. Nada impedia que essa distribuição nunca viesse a acontecer, caso o sócio deliberasse por manter os recursos *ad aeternum* no exterior.

Tal forma de planejamento tributário, além de ser regressiva, porque o pessoal termina não pagando o imposto, na medida em que possibilitava reduzir consideravelmente a tributação sobre a renda de contribuintes com elevada capacidade de pagamento, gerava distorções e falta de isonomia em relação ao investimento mantido no Brasil. Em outras palavras, era menos oneroso investir no exterior do que no Brasil.

As medidas contidas na MP 1.171 evitam a bitributação, ao permitir, na apuração do imposto devido, a dedução do imposto sobre a renda pago no exterior pela controlada e suas investidas. Isso permite um tratamento justo, tendo em vista que, se há empresas sediadas no exterior em "paraísos fiscais", em que a tributação é muito favorecida, também as há em países que já tributam razoavelmente os rendimentos.

O PLV incorpora a nova regra geral de tributação dos rendimentos oriundos do capital aplicado no exterior prevista na MP 1.171, com alíquotas de 0%, 15% e 22,5%, aplicadas, respectivamente, a rendas anuais de até R$6 mil, 0%; entre R$6 mil e R$50 mil, 15%; e rendimentos superiores a R$50 mil, 22,5%. Portanto, menos do que os 27,5% que a gente paga aqui no Brasil.

Já para os problemas de subtributação dos lucros das sociedades no exterior, as *offshores*, é introduzida uma regra de tributação periódica dos lucros de sociedades e demais entidades, personificadas ou não, no exterior controladas por pessoas físicas residentes no Brasil, conhecidas, internacionalmente, como regras de CFC, que seguem o exemplo da regra atualmente em vigor destinada a empresas brasileiras em controladas no exterior, que são as regras de tributação em bases universais (TBU).

Então, nas mudanças aqui incorporadas, Sr. Presidente, passa a haver a necessidade de declaração anual dos rendimentos no exterior, contrário à situação atual em que a pessoa não é obrigada a declarar e pode ficar com esse recurso lá fora *ad aeternum*.

A tributação automática dos lucros ocorrerá se a entidade estiver constituída em jurisdição de tributação favorecida, ou em regime fiscal privilegiado, vulgarmente conhecidos como "paraíso fiscal", ou no caso de as sociedades no exterior contarem com renda ativa própria inferior a 60% da renda total.

Conforme é ressaltado na exposição de motivos da MP 1.171, esses dois critérios são utilizados, em medidas variadas, pelos demais países do mundo para aplicação das suas regras de CFC, assim como já são utilizados também na regra de tributação em bases universais aplicável às pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Essa nova regra aplicar-se-á aos resultados apurados a partir de 1º de janeiro de 2024. Os resultados acumulados pelas entidades no exterior até 31 de dezembro de 2023, antes da entrada da nova regra de tributação, serão tributados somente no momento da efetiva disponibilização para a pessoa física.

Já a variação cambial do principal aplicado na entidade no exterior comporá o ganho de capital tributável no momento da alienação, baixa ou liquidação do investimento, inclusive por meio de devolução de capital (como nas hipóteses de redução de capital, resgate de ações e dissolução).

Entendo também como bem-vinda a regra, prevista no art. 10 da MP 1.171, de que a pessoa física residente no Brasil poderá optar por atualizar o valor dos bens e direitos no exterior informados na sua declaração de Imposto de Renda para o valor de mercado em 31 de dezembro de 2022, e tributar a diferença para o custo de aquisição, pelo Imposto de Renda da Pessoa Física, à alíquota definitiva de 10%.

Tal faculdade permite que os contribuintes avaliem a oportunidade de internalizar o estoque de investimentos e rendimentos obtidos no exterior e que estão desatualizados a uma alíquota incentivada, que é essa alíquota de 10%, pois menor do que seria caso se aplicasse normalmente para ganhos de capital (que varia de 15% a 22,5%). Ao incentivar essa atualização do valor dos bens e direitos no exterior, a União poderá arrecadar já neste ano de 2023 montante considerável de recursos, pois estima-se que os ativos de brasileiros no exterior somam aproximadamente R$1 trilhão.

Conforme previsto na exposição de motivos, as medidas de tributação do capital no exterior têm potencial de arrecadação da ordem de R$3,2 bilhões em 2023, próximo a R$3,5 bilhões em 2024 e de R$6,7 bilhões em 2025. Já em relação à atualização dos valores da tabela mensal do Imposto de Renda, estima-se uma redução de receitas em 2023 da ordem de R$3,2 bilhões (referente a 7 meses), em 2024 de R$5,8 bilhões e em 2025 de R$6,2 bilhões.

Relativamente às exigências da LDO de 2023, no ano corrente de 2023, a redução de receita com a atualização dos valores da tabela mensal do Imposto de Renda será compensada com a estimativa de incremento de arrecadação decorrente das medidas estabelecidas no texto, e, em 2024 e 2025, o Ministério da Fazenda vai considerar, nas estimativas de receitas dos respectivos orçamentos, os valores decorrentes das medidas ora implementadas.

Estamos chegando ao final, viu, gente.

Cabe ressaltar, finalmente, o grande trabalho de interlocução e esclarecimento empreendido pela Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda junto a especialistas do mercado financeiro, advogados e demais entidades que representam os contribuintes brasileiros diretamente afetados pelo novo regramento proposto.

Além de um conjunto de perguntas e respostas logo disponibilizadas, foram realizadas inúmeras reuniões e encontros presenciais e virtuais, que propiciaram um melhor entendimento dos desdobramentos das medidas propostas e a apresentação de valiosas sugestões de aprimoramento da nova norma, permitindo, inclusive, o aproveitamento de algumas das emendas apresentadas. Dessa forma, incorporamos em nosso PLV sugestões de alteração das seguintes medidas:

- Isenção de variação cambial sobre depósito não remunerado e depósitos de cartão de débito e crédito, não remunerados, no exterior, portanto aqui são as Emendas nº 74 e 86. Aí no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

texto tem 75, temos que corrigir para 74. Na página 20, no primeiro item, em vez de Emenda 75, Emenda 74;

- Inclusão da regra nova da tributação da moeda estrangeira em espécie, anteriormente tributada como ganho de capital;

- Inclusão dos criptoativos na definição de ativos financeiros (são as Emendas 81 e 93, que estão sendo aceitas);

- Crédito do Imposto de Renda pago no exterior: sobre rendimentos de aplicações financeiras da pessoa física (Emendas 46 e 56); e por entidade controlada, também sobre rendimentos por ela auferidos em outros países (Emendas 68 e 94);

- Inclusão no conceito de entidade controlada no exterior das sociedades, fundos e demais entidades com classes de cotas com patrimônios segregados;

- Redução do patamar de renda ativa mínima para enquadramento na regra, de 80% para 60%;

- Exclusão da definição de renda passiva: dos juros de instituições financeiras autorizadas a funcionar no exterior (Emendas 64 e 80); e das rendas oriundas de participações em empresas operacionais (Emenda 70); e da renda imobiliária, se a empresa tiver, como atividade principal, atuação comercial com construção ou incorporação imobiliária no exterior;

- Esclarecimento de que a apuração do lucro da entidade controlada no exterior siga a legislação comercial brasileira, por cada controlada direta e indireta e com indicação do ano de origem dos lucros;

- Exclusão, da base de incidência, dos lucros de controladas indiretas no Brasil, inclusive, quaisquer rendimentos auferidos no Brasil, desde que tributados por alíquota equivalente à máxima da nova regra (que é 22,5%);

- Esclarecimento das regras de apuração do ganho de capital na devolução de capital ao Brasil;

- Previsão específica para o "*trust* irrevogável", no qual o instituidor já abre mão de direitos sobre seu patrimônio;

- Obrigação para o *trustee* fornecer recursos financeiros e informações necessárias para o cumprimento das obrigações tributárias pelo instituidor ou beneficiário;

- Aplicação das mesmas regras do *trust* aos contratos similares, como algumas fundações americanas;

- Utilização da cotação do câmbio, na atualização de ativos no exterior com pagamento de imposto, de uma data mais próxima à data da publicação da lei (30 de junho de 2023 em vez de 31 de dezembro de 2022);

- Manutenção da isenção, na atualização de ativos no exterior com pagamento de imposto, sobre a parcela da variação cambial do rendimento auferido originariamente em moeda estrangeira (Emendas 55, 65 e 73);

Atenção: 65 incluir porque não está aí – página 22.

- Previsão da regra de anterioridade para revogações de isenções de Imposto de Renda (Emendas 69 e 90).

Em face de todo o exposto, somos favoráveis à aprovação da medida provisória na forma do projeto de lei anexo.

Conclusão do voto.

Ante o exposto pela Comissão Mista, votamos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória 1.172, de 2023;

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória 1.172, de 2023, e das Emendas 1 a 4 apresentadas perante a Comissão Mista, e pela inconstitucionalidade da Emenda 5, por se tratar de matéria estranha;

c) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória 1.172, de 2023, e pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas de 1 a 5.

Quanto ao mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.172, de 2023, na forma do projeto de lei de conversão em anexo, e pela rejeição de todas as emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista.

É esse o voto, Sr. Presidente.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. PL - TO) – Parabenizo o Deputado Merlong Solano.

Quero fazer o registro aqui da presença da Deputada Federal Nilmar Ruiz, ex-Prefeita de Palmas, no período em que eu era Vereador daquela cidade, Presidente da Câmara, portanto, é minha madrinha aqui no Congresso Nacional, foi a primeira madrinha mirim do Brasil.

Quero propor aos Srs. e às Sras. Parlamentares, se preferirem assim, por conta do horário da Ordem do Dia, votarmos agora e já passarmos a palavra em seguida para as considerações, se houver concordância.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Está em votação.

Os Srs. e as Sras. Parlamentares que concordarem permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Deputado Leonardo Monteiro, que não está, mas... E, logo em seguida, à Senadora Zenaide Maia e, em seguida, ao Senador Paulo Paim e ao Deputado Alexandre.

A Senadora se inscreveu, mas é o nosso decano – eu já ia falar –, querido Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Presidente Eduardo Braga...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. PL - TO) – Eduardo Gomes.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Eduardo Gomes.

O Braga é o Relator da reforma tributária.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Eu quis lembrar aqui que o Eduardo Braga é Relator da reforma tributária. Entendeu, não é? (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Pela ordem.) – Eduardo Gomes, nosso querido Presidente, dialogamos muito aqui na Casa, inclusive no Governo anterior, sempre com muito equilíbrio, com muita tranquilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Sabe que inúmeras emendas minhas são difíceis. O Presidente tinha vetado, e eu dizia: "Meu amigo, negocia lá para concordar, para entrar entre os vetos de acordo". Inúmeras vezes conseguimos, inclusive na questão da pandemia, lembra? Então agradeço a V. Exa. neste momento.

Queria também cumprimentar o nosso querido Relator, Deputado Merlong Solano, pelo brilhante trabalho.

Você fez a fusão das duas propostas que estavam na Casa junto à MP, e saiu uma peça, eu diria, completa, de uma vez por todas aprovando a ampliação da faixa de isenção – se eu estiver errado, você me ajude – do Imposto de Renda, que é um sonho antigo de todos nós. Esperamos, claro, que chegue aos R$5 mil, como previsto nas campanhas do Presidente Lula. Foi o primeiro passo. Então, eu me sinto contemplado tranquilamente. Foi dado o primeiro passo e haveremos de avançar mais à frente.

Achei também muito importante você ter dado destaque – vou comentar porque você comentou comigo aqui de forma muito positiva – à questão de tributar a aplicação de renda de capital no exterior. Estou resumindo aqui, você fez o relatório com muita competência.

Estamos avançando. Eu sempre... Sabe que, como eu estou na Casa há muitos e muitos anos, falavam que eu era o homem do salário mínimo. Cometi uma injustiça, por isso que eu conversei com você. O homem do salário mínimo se chamava Alceu Collares, do PDT: foi o homem que mais discutiu e brigou pela elevação do salário mínimo. Depois, claro, ele acabou, por opção, virando Governador, e eu vim para cá e fiquei como Deputado Federal cuidando muito desse tema.

Eu sou do tempo, como contava outro dia, do dia da luta pelos US$100. E avançamos, avançamos, chegamos a US$350. Infelizmente a política do salário mínimo caiu, num período; agora voltou novamente. E nós vamos chegar ligeirinho aí a US$350, US$400 dólares. Assim eu espero.

Mas eu queria também, neste momento, além de cumprimentar, o meu tempo é pouco, Presidente, e vou dizer inclusive o porquê: porque em seguida, eu vou receber o Presidente da Pública – Central do Servidor aqui neste plenário, o Presidente José Gozze.

O Presidente José Gozze é um líder indiscutível, tem um belo trabalho. Ele coordena essa central dos servidores em todo o Brasil. Eu pedi para falar primeiro, a Zenaide Maia assim entendeu, e eu, neste momento então, faço esta rápida fala.

Quero só dizer parabéns então a toda essa equipe que está aqui conosco. Parabéns também, naturalmente, ao Deputado Leonardo Monteiro, que estava aqui, ao Lindenmeyer, meu sempre Prefeito lá do Rio Grande. Aí eu pedi, vai ser Prefeito de novo? O que é que você me diz?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Tem um nome em vista?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Mas não vai contar porque é segredo de estado, viu? (*Risos.*)

A Senadora Zenaide Maia já é uma estrela aqui, brilha sempre aqui no Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

E não tem como deixar de cumprimentar a Deputada Nilmar. Quando ela chegou, eu disse: "Como é o nome da Deputada?". Ela foi... O meu assessor aqui, viu? (*Risos.*)

Estou bem, estou bem. E tenho um Deputado com meu assessor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Três mandatos de Deputada, e está aqui conosco, e Prefeita de Palmas.

E eu vou dizer para o meu querido Deputado que está aqui à esquerda, Alberto Fraga, sabe por que, Alberto? O meu querido Fraga, eu conhecia por Fraga.

Hoje de manhã, na Comissão, eu errei o nome da Senadora Dorinha, grande Senadora, eu errei o nome dela, e ela ficou firme, mas veio um assessor e ajustou: "Dorinha, Senador!". Daí eu coloquei o nome de Dorinha, e ela disse, "Não, eu estou acostumada. Trocam meu nome por outro, e eu estou acostumada."

Mas, Presidente, eu quero só encerrar minha fala para receber aqui o Presidente da Pública, cujo nome eu já citei aqui, e dizer que a Comissão toda está de parabéns. É um gol de placa, não é?

Olha, essa votação simbólica, em política de salário mínimo – não é, Fraga? Você que está há muito tempo, como eu, aqui – dificilmente acontece, viu, meu querido Merlong Solano? Vocês todos desta Comissão.

E aqui, Presidente e o Relator, com essa votação unânime, eu quis estar aqui porque vai para o currículo da minha história, continuo brigando pelo salário mínimo. E agora não deu nem para brigar. Tive que bater de forma positiva, eu digo, bater palmas. Uma salva de palmas a toda a Comissão e ao Presidente e ao Relator. (*Palmas.*)

E eu vou atender o pessoal ali na salinha, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. PL - TO) – Obrigado. Obrigado, Senador Paulo Paim, nosso decano, grande líder.

Cumprimento também o Deputado Alberto Fraga, meu grande amigo.

Passo a palavra à Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN. Pela ordem.) – Quero aqui cumprimentar o nosso Presidente, o Senador Eduardo Gomes, que tem uma *expertise*. Com isso que Paulo Paim falou aqui, você veio falar de discussão de aumento de salário mínimo, por unanimidade, todo mundo concordou.

Quero cumprimentar aqui e parabenizar pelo relatório o Deputado Merlong Solano. Cara, não foi fácil. Isso é uma relatoria... E eu quero parabenizar, porque só em ler, a gente já entendeu tudo. Isso não é simples, não é? A gente sabe que em relatoria nunca é simples.

Meu colega Fraga, Deputado Fraga, grande amigo aí em discussões – muitas vezes, em divergências políticas, mas um grande Deputado e me ajudou muito quando eu cheguei como Deputada, porque ele tinha experiência –, nossa Deputada aqui Nilmar também, nas pessoas deles todos, quero, só, dizer o seguinte: essa relatoria mostra a importância do aumento do salário mínimo. Até, às vezes, a gente discutia, quando eu era Deputada, assim: "Não, o mínimo...". Eu digo: gente, eu aprendi, em matemática, que, do mínimo, a gente não pode tirar nada. Não é assim que a gente aprende? O mínimo é uma tentativa de se aumentar. E, nada mais justo, porque a gente sabe que quem ganha um salário mínimo é quem movimenta os municípios como um todo. Você procura ver ali as aposentadorias e o aumento do salário mínimo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

movimentam, como a gente chama, a bodega, a mercearia, a sorveteria dos pequenos municípios.

Mas quero, só, parabenizar e fiquei feliz.

É como Paulo Paim disse: hoje, a gente está aqui e isso é um momento histórico, um aumento de salário mínimo. Tinham que ser dois gigantes desses, um como Presidente e outro como o Relator, para a gente não ter nenhuma discussão mais acalorada.

E isso só faz com que a gente sinta orgulho do nosso Congresso Nacional.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. PL - TO) – Obrigado.

Obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Passo a palavra ao Deputado Alexandre Lindenmeyer.

O SR. ALEXANDRE LINDENMEYER (PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Gomes, saúdo também o Relator Deputado Merlong, saúdo a Senadora Zenaide, também a Deputada Nilmar, que, por três vezes, em três mandatos, foi Prefeita de Palmas – não é pouca coisa.

Eu quero dizer, inicialmente, que me sinto extremamente feliz e honrado com a oportunidade de estar nesta Comissão Mista também com a pessoa do Senador Paim, que já se retirou, mas que fez um resgate importante em relação à luta pelo salário mínimo. Eu me lembro do tempo em que era US$70 e o sonho era chegarmos a US$100.

E o que a Senadora falou, falou com muita pertinência e relevância. Todo esse recurso que se dá de reajuste no salário mínimo e, agora, neste novo projeto – e aí o parabenizo pelo seu relatório –, o que nós vemos aí é um ganho real, mas esse recurso volta para a economia – no bar, no restaurante, no supermercado, na venda – nos municípios.

Então, a senhora também, com muita propriedade... São as pensões, as aposentadorias...

Então, quem ganha, sem dúvida alguma, é o Brasil e, ainda mais, quando se faz um aumento na questão da faixa de isenção dos salários recebidos até dois mil, oitocentos e poucos reais. Isso também é outra coisa. Aquilo que o cidadão está deixando de pagar por imposto volta para a economia. Ele vai gastar também, enfim...

Quero, também, enaltecer o fato de que essa medida que estabelece a questão da tributação em relação àquilo que se tem de investimentos lá fora faz justiça social, faz justiça em relação àqueles que investem no nosso país.

Então, parabéns!

Parabéns pelo seu relatório, Deputado Merlong – tenho que concordar com a senhora de novo –, foi muito completo, de fácil entendimento e muito completo o seu relatório.

E, Senador Eduardo, mais uma vez, então, é uma satisfação estar fazendo parte desta Comissão com a sua condução como Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. PL - TO) – Muito obrigado, Deputado Alexandre.

Eu quero encerrar os trabalhos da Comissão, já que encerramos a votação, encerramos a discussão e cumprimos o intuito, mas o Relator ainda tem um espaço no relatório aí para fazer os agradecimentos.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Como Relator.) – Pois é, quero fazer os agradecimentos aos Deputados, Senadores e Senadoras aqui presentes. Acabamos de aprovar nesta Comissão medidas que têm grande impacto econômico e social no nosso Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Aqui nós injetamos duplamente recursos na economia popular ao estabelecer o aumento real do salário mínimo e ao aumentar a faixa de isenção do imposto de renda para R$2,64 mil. Isso incentiva a economia popular de todo o Brasil, como disse a Senadora. E introduzimos um elemento importante de justiça tributária, como destacou o Deputado Alexandre, porque os investidores brasileiros investem no Brasil pagando mais tributos do que aqueles que investem no exterior. Portanto, o Brasil está incentivando a exportação de capitais para o exterior.

Agora, ficam estabelecidas as mesmas bases de justiça tributária e, ao mesmo tempo, propiciando uma certa arrecadação para compensar a diminuição de receita resultante da atualização da tabela do imposto de renda.

E, por último, Senador, quero agradecer à sua Presidência, que tem sido muito compreensiva. Quero agradecer à assessoria da Câmara, liderada pelo Iuri, à assessoria do meu Partido dos Trabalhadores, liderada pela Eneida, e ao meu gabinete, liderado pela Hozana. Um abraço a todos vocês. Obrigado pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. PL - TO) – Com o dever cumprido, reforço as congratulações ao Deputado Merlong Solano e declaro encerrada esta sessão.

(*Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1173, DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e cinquenta e sete minutos do dia nove de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Deputado Alfredinho, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 1173, de 2023 com a presença dos Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Carlos Viana, Eduardo Braga, Rodrigo Cunha, Oriovisto Guimarães, Plínio Valério, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Fabiano Contarato, Chico Rodrigues, Lucas Barreto, Paulo Paim, Rogerio Marinho, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Max Lemos, Professora Goreth, Luiz Gastão, Hugo Motta, Capitão Alberto Neto, Reginete Bispo e Tarcísio Motta, e ainda dos Parlamentares Pedro Aihara, Professora Dorinha Seabra, Zenaide Maia, Giordano, Marcos do Val, Laércio Oliveira, Izalci Lucas, Alessandro Vieira e Mauro Carvalho Junior, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Confúcio Moura, Leila Barros, Carlos Portinho, Elmar Nascimento, André Fufuca, Arnaldo Jardim, Isnaldo Bulhões Jr., Sargento Portugal, Giovani Cherini e Guilherme Boulos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Medida Provisória n° 1173, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Lido e aprovado, por unanimidade, o relatório do Senador Mecias de Jesus, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 1.173, de 2023; pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da proposição, assim como das emendas apresentadas; quanto ao mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.173, de 2023, nos termos do PLV; e, em relação às emendas apresentadas, pelo acolhimento parcial das emendas nºs 1 e 13, na forma do projeto de lei de conversão e pela rejeição das demais emendas. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da presente reunião e das reuniões anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e sete minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Alfredinho
Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 1173, de 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho. PT - SP. Fala da Presidência.) – Havendo quórum e havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.173, de 2023.

E já passo, de imediato, aqui, a palavra para o Relator, o Senador Mecias de Jesus, para que proceda à leitura do seu relatório.

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente Deputado Alfredinho, boa tarde! Quero cumprimentar todos os Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas que compõem esta Comissão Provisória para analisar a Medida Provisória 1.173.

Primeiro, Presidente, eu gostaria de fazer um agradecimento a V. Exa. pela relatoria e destacar a importância política de V. Exa. nesta Comissão. Quero cumprimentar e agradecer também a colaboração de todos os Deputados, na pessoa do Deputado Luiz Gastão, Relator Revisor. Quero agradecer a todos os ministérios envolvidos e a todos os assessores, que nos atenderam com deferência; e agradecer, de forma especial, ao Ministro Luiz Marinho, ao Ministro Alexandre Padilha e a toda a equipe dos dois ministérios, que nos ajudaram bastante a enriquecer o nosso trabalho. Quero agradecer a todos os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, pelas emendas parlamentares, que nos ajudaram a construir um relatório – pelas emendas ao texto.

Desde a audiência pública realizada, Sr. Presidente, em 05/07, tenho me dedicado ao tema. E o meu gabinete manteve as portas abertas para ouvir todas as considerações e sugestões de inúmeras entidades e representações do setor que atuam no Programa de Alimentação do Trabalhador. A contribuição de todos foi extremamente relevante na construção do meu relatório.

Dentre as diversas considerações trazidas, encontra-se o fato de não haver regulamentação de temas complexos, tendo em vista a vigência da Lei 14.442, de 2 de setembro de 2022, que incluiu na Lei 6.321, de 14 de abril de 1976, o art. 1º-A, que introduziu regras acerca da portabilidade, da interoperabilidade e da operacionalização do PAT – se minha língua entortar aqui nessas palavras, vocês me perdoem, porque "interoperabilidade"... (*Risos.*)

Percebi que a grande maioria que procurou o meu gabinete considera que, diante da complexidade dos temas supramencionados, é de extrema relevância a prorrogação do prazo para a regulamentação da lei, conforme proposto pela medida provisória. Ademais, ao proferir o meu parecer, atendi ao desiderato constitucional, observando a segurança jurídica, o Estado democrático de direito, a estabilidade das relações sociais, mas, sobretudo, ao trabalhador brasileiro, que merece um tratamento digno que assegure seus direitos elementares e fundamentais previstos na Constituição Federal, em especial os direitos decorrentes do Programa de Alimentação do Trabalhador, que visa à promoção da alimentação digna e saudável ao trabalhador.

Dessa forma, Sr. Presidente, para mim, como trabalhador que sou – e tenho, Deputado Capitão Alberto, uma experiência dessa vivência de trabalhador, da necessidade do trabalhador brasileiro –, é importante que a gente preserve direitos e dê a eles as garantias mínimas para que eles possam prosseguir nesta jornada, neste mister, que é ajudar o Brasil, ajudar, sobretudo, as suas famílias a terem uma vida digna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Feitas essas considerações, passo à leitura do nosso parecer, Sr. Presidente.

Relatório.

Em análise nesta Comissão Mista a Medida Provisória nº 1.173, de 2023, que trata da operacionalização dos serviços de pagamento e da portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador, estendendo o prazo para a implementação dessas medidas para 1º de maio de 2024. A medida provisória compõe-se de apenas dois artigos. O primeiro altera o art. 1º-A da Lei 6.321, de 14 de abril de 1976, e o segundo é a cláusula de vigência:

> Art. 1º -A .....
> .....
> II – a operacionalização por meio de arranjo de pagamento fechado ou aberto, devendo as empresas organizadas na forma de arranjo de pagamento fechado permitir a interoperabilidade entre si e com arranjos abertos, indistintamente, com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais, a partir de 1º de maio de 2024; e
> II – a portabilidade dos serviços será gratuita e ocorrerá por meio de solicitação expressa do trabalhador, conforme o disposto em ato do Poder Executivo federal, a partir de 1º de maio de 2024;
> .....

O referido artigo, com seus incisos, foi inserido pela Lei 14.442, de 2022, na legislação dos programas de alimentação do trabalhador.

Os incisos citados previam que os serviços de pagamento de alimentação contratados para execução dos programas de alimentação ao trabalhador, operacionalizados por meio de arranjo de pagamento fechado, permitissem a interoperabilidade entre si e com os arranjos abertos, indistintamente, com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais, a partir de 1º de maio de 2023 (inciso I do art. 1º-A).

Até a mesma data, os referidos serviços, tanto os operacionalizados por meio de arranjo de pagamento fechado quanto os de pagamento aberto, deveriam permitir portabilidade gratuita, por meio de solicitação expressa do trabalhador, conforme o disposto em ato do Poder Executivo federal (inciso II do referido artigo).

Como dissemos, por meio da Medida Provisória nº 1.173, de 2023, em exame, os prazos finais previstos na Lei 14.442, de 2022, que alterou a Lei 6.321, de 1976, foram prorrogados para 1º de maio de 2024, concedendo-se mais um ano para que os serviços de pagamento de alimentação de arranjo fechado cumpram com os dispositivos legais relativos à interoperabilidade entre si e com arranjos abertos e ambos, de arranjos fechados e abertos, cumpram com a portabilidade dos serviços.

Nos termos da Exposição de Motivos nº 000014/2023, do Ministério do Trabalho, de 27 de abril de 2023, ao longo dos anos o programa foi regulamentado por meio de normativos infralegais. Além disso – entre aspas –, "há a possibilidade de pessoas jurídicas beneficiárias contratarem empresas facilitadoras de aquisição de refeições e gêneros alimentícios, que são organizadas na forma de arranjo de pagamento e emitem moeda eletrônica para viabilizar os pagamentos em estabelecimentos comerciais (restaurantes e supermercados) credenciados no PAT, popularmente chamados de vale-refeição e vale-alimentação".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O mesmo texto registra o desenvolvimento de novas tecnologias, cujos avanços justificaram a edição da citada Lei 14.442, que "introduziu regras acerca da portabilidade, da interoperabilidade e da operacionalização do PAT, e impôs ao Poder Executivo a obrigação de regulamentar o assunto até 1º de maio de 2023".

Entretanto, como bem registra a referida exposição de motivos, não houve a regulamentação da matéria, entre outros fatores em razão da "complexidade da matéria, que envolve aspectos do direito econômico e financeiro; a natureza multidisciplinar da matéria, que abrange as competências de diversas pastas; a exiguidade dos prazos estabelecidos no art. 1º-A da Lei 6.321, de 14 de abril de 1976; e as alterações ocorridas na organização dos Ministérios por força da Medida Provisória 1.154, de 1º de janeiro de 2023".

Em razão dos argumentos expostos, justificou-se a referida prorrogação.

No prazo regimental, foram apresentadas 32 emendas, sendo que uma delas foi retirada pela autora (a de nº 32). Por uma falha no sistema, falta o registro da Emenda nº 25.

Da análise, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Senadores e Senadoras.

Da constitucionalidade: pressupostos de urgência e relevância.

Consideram-se presentes os pressupostos constitucionais de relevância e urgência, elencados no art. 62 da Carta Magna, para a edição de medidas provisórias.

A relevância da matéria está relacionada com os milhões de trabalhadores beneficiados pelos programas de alimentação. Boa parte deles pode ter interesse nas disposições da medida provisória, na medida em que deve estar em andamento a adaptação das empresas às novas disposições legais, permitindo-se maior flexibilidade aos sistemas de pagamento e mais alternativas de uso dos valores auferidos em decorrência dos benefícios previstos nos referidos programas.

A urgência da matéria decorre do esgotamento do prazo previsto na Lei 6.321, de 14 de abril de 1976, que terminou em 1º de maio de 2023, para a adoção das providências relativas à interoperabilidade entre serviços que utilizam arranjo de pagamento fechado e aberto e a portabilidade dos referidos serviços.

Na mesma linha, os termos da Exposição de Motivos nº 00014/2023, do Ministério do Trabalho e Emprego, justificam a edição da medida provisória com base na relevância do tema, ligado à empregabilidade e nutrição do trabalhador, e a urgência da prorrogação do prazo esgotado, para possibilitar a efetiva regulamentação da matéria.

Da juridicidade, regimentalidade, constitucionalidade e técnica legislativa.

Quanto à juridicidade e regimentalidade da medida provisória, nada temos a acrescentar.

Quanto à constitucionalidade, não detectamos aspectos relevantes no que se refere a esses artigos que tratam dos programas de alimentação do trabalhador. O tema é passível de modificação mediante lei ordinária, não necessitando de emenda constitucional. Finalmente, em relação a esses pressupostos, a redação da iniciativa observa os parâmetros de técnica legislativa, sendo irretocável neste aspecto.

Do mérito, Sr. Presidente.

Preliminarmente, destaco o cuidado desta relatoria, com o papel constitucional do legislador em estar atento à segurança jurídica e estabilidade no âmbito da legislação federal. Recentemente, foi editada a Lei 14.442, de 2 de setembro de 2022, que incluiu na Lei 6.321, de 14 de abril de 1976, o art. 1º-A, que introduziu regras acerca da portabilidade, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

interoperabilidade e da operacionalização do PAT, e impôs ao Poder Executivo a obrigação de regulamentar o assunto até 1º de maio de 2023.

A segurança jurídica, reflete a continuidade das normas jurídicas, com intuito de garantir estabilidade às situações já desenvolvidas e constituídas por lei, com o intuito de aproximar-se da certeza jurídica em situações anteriormente controversas. Este cenário resulta do princípio do Estado democrático de direito, de que trata o art. 1º da Constituição Federal, e deve principalmente, inspirar o legislador tanto na condução do processo legislativo constitucional quanto na perspectiva de garantir estabilidade de relevância social.

Em que pese a complexidade da temática estabelecida pela Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022, acerca da portabilidade, da interoperabilidade e da operacionalização do PAT, em relação à portabilidade, compreendemos que as negociações coletivas são propícias para um adequado balanceamento da regulamentação. O estabelecimento de visões contrapostas busca por soluções mais adequadas para enfrentar os desafios do PAT.

A disposição contida no art. 7º, inciso XXVI, da Constituição de 1988, traduz com clareza, a opção do Constituinte em privilegiar a força normativa dos acordos e convenções coletivas de trabalho. Assim, o PLV em anexo promove alterações no texto original para que a portabilidade dos serviços, que ocorrerá por meio de solicitação expressa do trabalhador, possa ser vedada por acordos ou convenções coletivas.

Ainda, o PLV amplia o prazo de prorrogação do ato regulamentador, estabelecendo que ocorra a partir de 31 de dezembro de 2024. Dessa forma, permitiremos o aprofundamento técnico acerca do tema, inclusive com participação dos setores envolvidos e da sociedade civil.

Ato contínuo, consideramos que as transações de pagamento necessárias ao cumprimento da lei integram o âmbito de regulação do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), nos termos da Lei 12.865, de 9 de outubro de 2013. A legislação é clara com relação à competência do Banco Central para disciplinar os arranjos de pagamento e, por consequência, teremos assegurada a cooperação do Banco Central na regulamentação da temática proposta.

Ainda, a Lei 14.442, de 2 de setembro de 2022, veda a prática conhecida como rebate. Neste sentido, ajustamos a redação constante do art. 1º da Lei 6.321, de 14 de abril de 1976, com a finalidade de efetivamente vedar que as pessoas jurídicas beneficiárias possam exigir ou receber qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado, prazos de repasse ou pagamento que descaracterizem a natureza pré-paga dos valores a serem disponibilizados aos trabalhadores ou outras verbas e benefícios diretos ou indiretos de qualquer natureza, no âmbito do contrato firmado com empresas emissoras de instrumentos de pagamento de auxílio-alimentação. Dessa forma, garantimos segurança jurídica e evitamos hermenêutica que relativize a interpretação adequada para o fim desta prática.

Assim, o Poder Executivo, em caráter acessório, deverá prover a regulamentação da lei, observadas as diretrizes estabelecidas no inciso IV do art. 84 da Constituição Federal, ou seja, expedir decretos e regulamentos para fiel execução do fixado pelo legislador.

Quanto ao mérito, nosso entendimento é favorável à aprovação da medida provisória nos termos do PLV apresentado, tendo em vista que se trata de um programa de grande importância para os trabalhadores e que é voltado para a alimentação saudável dele e de sua família, o que justifica a adoção de cautelas que viabilizem a canalização, com um relativo controle, desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

recursos para que não ocorram desvios das finalidades que ensejaram a criação dos Programas de Alimentação do Trabalhador (PATs).

As modalidades de pagamento atual evitam o desvio desses recursos para o pagamento de outras necessidades, dívidas e juros, mormente num país com elevado endividamento de sua população. Arriscamos dizer que, com empréstimos consignados em elevada escala e outras dívidas bancárias, muitas vezes a compra de alimentos pelo empregado depende, em muitos casos, quase que totalmente dos programas de alimentação.

A interoperabilidade entre os arranjos fechados e abertos de pagamento, assim como a portabilidade, permitirão o melhor aproveitamento pelo trabalhador dos recursos disponibilizados e uma eficácia e efetividade maior do sistema. Para necessidades diferentes é essencial a oferta de alternativas diferentes. Nesses casos, a ausência de opções no uso de *vouchers* ou cartões pode significar preços abusivos e oferta de produtos limitados, incompatíveis com as necessidades dos trabalhadores.

Os termos da medida provisória, portanto, visam a permitir que os trabalhadores escolham o melhor lugar e a melhor forma de dispender os valores recebidos em razão dos programas.

Claro que, dados os benefícios fiscais oferecidos às empresas que aderem aos programas, esses valores devem ter limites para que não venham a substituir os salários, parcial ou quase totalmente.

Entendemos, entretanto, os objetivos da medida provisória. Trata-se de conceder mais prazo às empresas para que se adaptem às novas disposições legais e ao Poder Executivo Federal para publicar o ato regulamentador. É notório que a interoperabilidade e a portabilidade dos serviços implicarão algum aumento de custos burocráticos, taxas, novos contratos e pagamentos a mais diversificados prestadores e fornecedores de produtos. Tudo isso demanda um tempo de estudo que envolve aspectos técnicos, com a oitiva das partes interessadas. Acreditamos que esse debate já se encontra em andamento nas instâncias administrativas e a adoção da interoperabilidade e da portabilidade, por seu caráter altamente democrático, tende a ocorrer com a devida regulamentação.

Das emendas.

Passemos, então, à análise das emendas apresentadas à Medida Provisória 1.173.

A Emenda nº 1, do Capitão Alberto Neto, Deputado Federal pelo Estado do Amazonas, transfere ao Banco Central do Brasil o estabelecimento de critério de interoperabilidade e de portabilidade, argumentando que o Banco Central possui *expertise* na promoção de competitividade e concorrência financeira. Emenda acolhida parcialmente nos termos do PLV.

As Emendas 2 e 3 são do Deputado João Carlos Bacelar. A primeira limita a operacionalização a arranjos de pagamento aberto para o futuro e suprime a portabilidade. A segunda prevê a portabilidade apenas entre opções oferecidas pelas empresas. São medidas que limitam a democratização do sistema e as opções dos empregados no uso dos valores auferidos em decorrência dos PATs.

Na mesma linha, as Emendas 4, 12 e 26, dos Deputados Gilberto Abramo, Vinicius Carvalho e Da Vitoria, suprimem a possibilidade de portabilidade.

Por sua vez, a Emenda nº 5, do Deputado José Medeiros, prevê que as parcelas disponibilizadas aos trabalhadores não tenham natureza salarial, não se incorporam à remuneração para quaisquer efeitos, não constituem base de incidência de contribuição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

previdenciária ou de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e nem se configuram em rendimento tributável do trabalhador. A questão aqui é que essas parcelas são limitadas e devem ser afastadas da incidência de encargos sociais e tributários.

As Emendas nºs 6 e 29, dos Deputados Covatti Filho e Gilson Marques, reduzem para 1º de novembro de 2023, os prazos para operacionalização e portabilidade. Tal prazo parece-nos curto, dada a tramitação da medida provisória e a necessidade de regulamentação.

Em sentido contrário, a Emenda nº 7, do Deputado Julio Cesar Ribeiro, amplia para 1º de maio de 2025, os referidos prazos. Nesse caso, o prazo poderia ser bem alongado.

Com a Emenda nº 8, o Deputado Eduardo Bismarck pretende estabelecer a operacionalização por meio de arranjo de pagamento aberto, a partir de 1º de maio de 2023, ou seja, imediatamente. A interoperabilidade e a portabilidade teriam prazo mantido para o ano que vem. Tal exigência parece-nos inviável de adoção imediata, eis que demanda estudos e regulamentação.

A Emenda nº 9, do Deputado Ricardo Ayres, estabelece que "as verbas e benefícios diretos ou indiretos de qualquer natureza vinculados diretamente à promoção de saúde e segurança alimentar do trabalhador não poderão ultrapassar percentual acima de 1% (um por cento) do total dos valores dos benefícios contratados". Tal medida abriria a possibilidade de recebimento de benefícios diretos e indiretos, atualmente vedados pelo §4º do art. 1º da Lei 6.321, de 14 de abril de 1976.

Os Deputados Julio Cesar Ribeiro e Lafayette de Andrada, com as Emendas nºs 10 e 21, pretendem limitar a operacionalização ao uso de meios de arranjo fechado e revogar a possibilidade de portabilidade. Além de promover a quebra de contratos, a ideia ofereceria menos alternativas aos trabalhadores e empregadores no uso dos recursos dos programas de alimentação.

As Emendas nºs 11 e 33, dos Deputados Rafael Prudente e Luiz Gastão, ampliam para 1º de maio de 2025 o prazo para a operacionalização e a interoperabilidade e suprime a portabilidade. Tal prazo parece-nos excessivamente longo, como já dissemos, em especial porque já deveria ter se esgotado em face da Lei 14.442, de 2 de setembro de 2022.

Com a Emenda nº 13, a Deputada Lídice da Mata pretende que a negociação coletiva possa dispor sobre a portabilidade para preservação do equilíbrio econômico-financeiro de acordos e convenções coletivas celebrados entre trabalhadores e empregadores. Assim, acolhemos parcialmente a emenda, nos termos do PLV.

A Emenda nº 14, do Deputado Evair Vieira de Melo, trata do custo da taxa de remuneração constante dos contratos de prestações de serviço entre instituições de pagamento, emissora de moeda eletrônica. Cremos que limites para essas taxas podem ser estabelecidos em regulamentação, até para que não haja negociação de benefícios indiretos para os empregadores.

Por sua vez, as Emendas 15, 16, 17, 23, 27 e 28 são dos Deputados Carlos Chiodini e Da Vitoria. As Emendas 15 e 23 ampliam para 1º de maio de 2025 o prazo para a operacionalização e a interoperabilidade. Como dissemos, o prazo parece-nos longo. As Emendas 16 e 27 preveem atendido o prazo de 1º de maio de 2024, com regulamentação experimental (*sandbox* regulatório). Cremos que uma medida desta natureza tem caráter de regulamentação. As

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Emendas 17 e 28, finalmente, preveem a supressão de todo o art. 1º-A da medida provisória. Trata-se de verdadeira rejeição da proposta, em sua totalidade.

As Emendas 18, 19 e 20 são do Deputado Da Vitoria. A primeira limita a operacionalização do Programa de Alimentação do Trabalhador aos arranjos de pagamento fechado. Como dissemos em relação à Emenda nº 10, além de promover a quebra de contratos, a ideia ofereceria menos alternativas aos trabalhadores e empregadores no uso dos recursos dos programas de alimentação.

A segunda emenda do Deputado prevê que as operadoras de pagamento aberto deverão comprovar a capacidade de verificar a compatibilidade dos estabelecimentos credenciados com as finalidades do PAT. Cremos que essa comprovação pode ser objeto de fiscalização, conforme o estabelecido em regulamento.

A terceira é igual à anterior, de nº 19.

A Emenda nº 22, do Deputado Guilherme Uchoa, estende às pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido a possibilidade de dedução das despesas com o PAT. Em nosso entendimento, tal medida foge aos objetivos da medida provisória e envolve matéria orçamentária e fiscal. Atualmente a legislação tributária veda deduções em caso de tributação pelo lucro presumido. Nos termos do art. 10 da Lei 9.252, de 10 de novembro de 1997, abro aspas, "do imposto apurado com base no lucro arbitrado ou no lucro presumido não será permitida qualquer dedução a título de incentivo fiscal".

Na sequência, a Emenda nº 24, acrescenta artigo à MPV para prever o saque, pelo trabalhador, dos valores não utilizados, ao final de 60 dias, até que a regulamentação do Poder Executivo venha a ser adotada. Consideramos essa ideia temerária, eis que a regulamentação pode demorar e os empregados acabarem estimulados a economizar no uso dos recursos do programa para receber os valores em espécie.

A Emenda nº 25 não consta no *site*.

A Emenda nº 30, do Deputado Gilson Marques, altera o art. 457 da CLT para dispor que "as importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, diárias de viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário". Em nosso entendimento, a temática é mais ampla e envolve diárias, ajudas de custo, prêmios e abonos. Tais benefícios precisam de limites para que não venham a substituir a remuneração e sejam utilizados para evitar o pagamento de encargos trabalhistas e previdenciários.

O Deputado Gilson Marques também apresentou a Emenda nº 31, para prever o saque pelo trabalhador dos saldos remanescentes do PAT, ao final de 60 dias. Como dissemos, a ideia é temerária pois o trabalhador poderia economizar em alimentação para receber, ao final do prazo, em pecúnia.

A Emenda nº 32 foi retirada pelo autor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, diante do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 1.173, de 2023, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da proposição, assim como das emendas apresentadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

No mérito, opinamos pela aprovação da Medida Provisória 1.173, de 1º de maio de 2023, nos termos do PLV, para estender o prazo de operacionalização, interoperabilidade e portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador.

Em relação às emendas apresentadas, opinamos pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 1 e 13, na forma do seguinte projeto de lei de conversão e pela rejeição das demais emendas, neste momento, crendo que muitas delas poderão ser posteriormente aproveitadas na regulamentação da matéria.

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

Só uma correção. O projeto de lei de conversão fica acrescido do seguinte dispositivo: "Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação". Foi só uma falha de digitação. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho. PT - SP) – Eu consulto os Deputados. Primeiro, o Relator Revisor, o Deputado Gastão, se ele quiser usar a palavra. Depois, os demais Deputados e Deputadas que estiverem aqui, se quiserem usar a palavra, a gente passa a palavra para cada um que queira falar.

O SR. LUIZ GASTÃO (PSD - CE. Para discutir.) – Presidente, só quero parabenizar você pelo trabalho e pela condução da Comissão e dos trabalhos durante a Comissão; parabenizar o Relator, que conseguiu, na síntese do seu relatório, atender a todos os pleitos, a todas as demandas e fazer com que a gente pudesse chegar a um texto de consenso que vai ser defendido tanto aqui no Senado quanto na Câmara Federal. Então, quero dar os parabéns e já estender o meu voto ao voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho. PT - SP) – Mais algum Deputado quer usar a palavra?

O SR. MAX LEMOS (SOLIDARIEDADE - RJ. Para discutir.) – Presidente, primeiro eu quero parabenizar a condução de V. Exa., Deputado Alfredinho, e aqui ressaltar o belo relatório que foi feito pelo Senador Mecias de Jesus, com a contribuição do Revisor, o Deputado Luiz Gastão.

Eu pude observar que, depois de tantos anos tendo a necessidade dessa regulamentação, de se aproximar do que é o mais imediato para o trabalhador, a abertura que se teve para satisfazer o interesse do trabalhador sem prejudicar o empregador, eu quero caracterizá-la como um comportamento louvável, Deputado Alfredinho, desta Comissão.

Portanto, quero parabenizar pelo relatório. Obviamente, o nosso voto é a favor, mas, mais do que isso, é um momento histórico.

Tenho que parabenizar também o Ministro Luiz Marinho e a sua equipe, que prestaram uma contribuição – o Dr. Luizinho leva o nosso abraço ao Ministro –, uma contribuição importante para que saísse um belo relatório, para que nós pudéssemos avançar muito. Ele é histórico, com certeza, no trato da alimentação do trabalhador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho. PT - SP) – Capitão Augusto.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho. PT - SP) – Alberto.

Tem o outro capitão, o Augusto também. Troquei de capitão.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Para discutir.) – Tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Presidente, primeiro, parabéns pela condução dos trabalhos, nosso brilhante Revisor do relatório.

Quero fazer uma menção honrosa ao nosso Senador Mecias pelo brilhante relatório. É difícil agradar a todo mundo, mas eu acho que o senhor conseguiu agradar a 99%. É um feito que tem que ser comemorado, e quem agradece é o empregador, é o trabalhador brasileiro.

Nós estamos falando aqui de uma medida provisória de um mercado de R$200 bilhões. É um negócio gigantesco. E o que nós estamos fazendo com esse mercado? Abrindo o mercado. É o poder do livre mercado sendo aplicado agora no vale-refeição, conhecido como vale-refeição, com acesso à portabilidade, à interoperabilidade.

Isso vai fazer com que as taxas se reduzam. Vai ser bom para o comerciante, que vai pagar uma taxa menor. Vai ser bom para o trabalhador, que vai poder acessar o mercado mais próximo da sua casa, ao qual ele tenha melhor acesso, melhor condição.

Então, parabéns, Senador. Conte com o meu voto favorável ao relatório quando for à votação na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho. PT - SP) – Primeiro, eu quero parabenizar o Relator, o Senador Mecias, que teve uma paciência danada, uma calma para ouvir a todos e todas, e teve muita habilidade para poder chegar a um quase consenso, praticamente um consenso, porque não é fácil se relatar uma matéria como essa, para que se possa chegar a um consenso.

Agradeço a toda a equipe da assessoria que nos ajudou, todos os Senadores, Deputados e Deputadas que estiveram nesta Comissão por este trabalho.

Agora ela sai da nossa mão, não é, Senador? Vai para o Plenário.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

Vai para o Plenário e vai com Deus.

Mas vamos aqui...

Se mais ninguém que queira discutir, a discussão está encerrada e passamos à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Antes de encerrarmos... (*Palmas.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho. PT - SP) – Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação das atas da presente reunião e das anteriores.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Passo a palavra ao Relator Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Presidente, eu não poderia deixar se encerrarem os trabalhos desta Comissão sem antes agradecer aos servidores do Senado Federal, que nos ajudaram muito nesta Comissão, aos servidores da Câmara, aos nossos colaboradores da Liderança do Governo também no Congresso, que estiveram conosco o tempo todo, e, claro, ao meu gabinete, na pessoa do Dr. Cristiano Monteiro de Souza. Sem ele, eu não teria tido essa paciência toda.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Obrigado aos colegas, ao Deputado Alberto pelos comentários, pelas palavras elogiosas ao meu relatório.

Deputado Max Lemos, muito obrigado.

Deputado Luiz Gastão, obrigado também pela paciência comigo.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho. PT - SP) – Bom, não havendo mais nada a debater, declaro encerrada a nossa presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 37 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1174, DE 2023, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e quatro minutos do dia cinco de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Zequinha Marinho e Samuel Viana, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 1174, de 2023, com a presença dos Parlamentares Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Jussara Lima, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Flávia Morais, Pompeo de Mattos, Gilson Daniel, Fernando Mineiro, Miguel Ângelo, Márcio Jerry, Prof. Reginaldo Veras e Tarcísio Motta, e ainda dos Parlamentares Túlio Gadêlha, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Fabiano Contarato, Izalci Lucas e Pedro Aihara, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Confúcio Moura, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Augusta Brito, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Dr. Hiran, Cleitinho, Elmar Nascimento, André Fufuca, Isnaldo Bulhões Jr., Antonio Brito, Hugo Motta e Vermelho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, são eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Senador Alessandro Vieira e o Deputado Samuel Viana, e designada Relatora a Deputada Flávia Morais. **2ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apreciação do Plano de trabalho. **Resultado:** Apresentado o Plano de Trabalho pela Deputada Flávia Morais, que é lido e aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da presente Ata, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e cinco minutos. Esta Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alessandro Vieira
Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória n° 1174, de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.174, de 2023.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicados para Presidente o Senador Alessandro Vieira e para Vice-Presidente o Deputado Samuel Viana, quase que dá Vieira também.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Muito bem.

Declaro eleitos o Presidente, Senador Alessandro Vieira, e o Vice-Presidente, Deputado Samuel Viana.

Neste momento, eu passo a Presidência da Comissão ao Vice-Presidente, Deputado Samuel Viana, por gentileza. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Samuel Viana. PL - MG) – Boa tarde, cumprimento todos os colegas.

Como Vice-Presidente eleito, atuando como Presidente desta Comissão, designo como Relatora a Deputada Flávia Morais, a quem convido para tomar assento à mesa.

Quero cumprimentar mais uma vez todos os colegas, agradecer a confiança da Liderança do Governo, de todos aqueles que fizeram parte desse acordo, e em especial cito aqui o senador Randolfe.

Quero dizer que a educação infantil é um direito fundamental. E, como um direito fundamental, nós temos que o efeito que a educação tem na vida de crianças e famílias é algo que não se pode medir ou mesmo descrever. Mas, daqui a alguns anos, vai ser muito fácil perceber o impacto do trabalho que estamos iniciando hoje. Neste horizonte futuro, vamos poder ver gerações de jovens com uma base sólida para enfrentar os desafios da vida: inteligência emocional, preparação para o aprendizado acadêmico, valores de convivência social, enfim, cidadãos completos.

Por isso, a edição da Medida Provisória 1.174, em 12 de maio último, foi uma excelente notícia para todos nós brasileiros. Através dela, o Ministério da Educação se compromete a retomar as obras de creches, quadras esportivas e coberturas de quadras que haviam sido abandonadas por todo o país. Assim como vários Parlamentares, nós já vimos acompanhando esse problema desde anteriormente, juntamente com os nossos Prefeitos e lideranças da educação. Fico muito feliz pela escolha do meu nome para a composição da presente Comissão, e, mais ainda, pela escolha como Vice-Presidente.

O problema que temos diante de todos nós é grave. Dados do FNDE de abril de 2023 apontam um total de 3.540 obras de infraestrutura de educação básica paradas em todo o Brasil, Relatora; e 1.682 municípios brasileiros são afetados por esse problema. A estimativa do FNDE, o nosso Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, é de que 450 mil vagas escolares deixaram de ser oferecidas à nossa população devido às obras paradas, especialmente em creches e escolas infantis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

O aporte de recursos prometidos pela MPV 1.174 é grande: R$458 milhões em 2023; em 2024 e 2025 serão investidos R$1,5 bilhão em cada ano; enquanto que, para 2026, estão previstos R$332 milhões.

É importante que o nosso trabalho na presente Comissão tenha preocupação constante com os municípios, que são os protagonistas da retomada dessas mais de 3,5 mil obras que hoje estão paradas. Nós precisamos definir uma solução que seja realmente definitiva e que seja viável para que os nossos municípios possam participar da repactuação das obras que já está sendo oferecidas.

Diante desse desafio, nós precisamos cumprir o nosso papel como engrenagem essencial da sociedade brasileira: colocar em primeiro lugar as necessidades da população, representar as demandas de famílias e crianças que hoje esperam por vagas em creches e escolas de educação infantil. É por eles que estamos aqui começando hoje os nossos trabalhos. Tenho certeza de que contribuiremos muito nesta Comissão para o aprimoramento do texto da Medida Provisória 1.174 e para a educação do nosso Brasil.

Para agilizar os trabalhos desta Comissão, proponho a deliberação sobre o seu plano de trabalho, sem prejuízo de outros requerimentos que porventura sejam apresentados com o objetivo de realização de audiências públicas.

Portanto, passo a palavra à Relatora para a apresentação do plano de trabalho.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO. Como Relatora.) – Boa tarde, Presidente, Deputado Samuel Viana; Senador Zequinha, que abriu os trabalhos desta tarde; nosso Líder do Governo, Senador – obrigada pela confiança também –; Deputado Pompeo, meu colega de partido que se faz presente; todos os Parlamentares que estão aqui participando desta Comissão Especial.

Antes de apresentar o plano de trabalho, quero fazer uma apresentação rápida. Sou a Deputada Flávia Morais, do PDT, do Estado de Goiás. Estou no quarto mandato, e hoje sou coordenadora da Comissão Externa de Obras Paralisadas e Inacabadas na Câmara Federal. A gente já tem acompanhado esse tema há algum tempo, na legislatura passada e agora, e a gente sabe da importância dessa MP, dessa medida provisória, para que a gente possa trazer uma solução real para uma das tragédias nacionais que nós temos hoje que é a existência de obras paralisadas e inacabadas em milhares de municípios brasileiros. A gente sabe que não é uma questão pontual que atinge um estado ou um município. Em todo o país, nós temos essa realidade, essa situação, por causas diferentes, mas, com certeza, um grande desafio para todos nós.

Eu falo que o Ministério da Educação, o FNDE sai na frente com essa medida provisória. Nós temos obras na mesma situação na saúde, na infraestrutura, em outros ministérios. E acredito que essa MP vai abrir portas para que nós tenhamos esse tipo de solução para as mais diversas obras que nós temos nessa situação. Assim, eu quero aqui parabenizar o FNDE, este Governo pela iniciativa de enfrentar o problema com a resposta que ele precisa ter, que é justamente a de recursos para a conclusão dessas obras.

Passo agora para a apresentação do plano de trabalho, que, tenho certeza, de forma muito célere, vai nos ajudar a fazer valer essa medida provisória, que, com certeza, vai ser uma grande revolução porque, segundo dados do FNDE, vai disponibilizar 500 mil vagas principalmente de educação infantil no nosso país. Eu vou fazer a apresentação de forma resumida até para que a gente possa agilizar os trabalhos desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Nós estaremos realizando reuniões através de audiência pública, trazendo aqui para manifestação órgãos do Executivo Federal, TCU, sociedade civil organizada e várias outras entidades.

Nós teremos uma audiência pública prevista... Para o dia 5, hoje, nós temos a instalação e apresentação do plano de trabalho e deliberação de requerimentos.

No dia 11, já, a primeira audiência pública, em princípio, com a sugestão de representação do FNDE, Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos – que tem um trabalho muito importante, que é um sistema, o Transferegov, que está tentando fazer uma das demandas importantes que o último acórdão do TCU apresentou que é justamente a padronização do sistema de informação da situação dessas obras em todos os órgãos federais –, representantes da CGU, da Casa Civil, do TCU.

No dia 12/07, a segunda audiência pública, contendo a representação da sociedade civil e também a Confederação Nacional dos Municípios.

No dia 1º, a apresentação e votação do parecer.

Então, aqui está o nosso plano de trabalho. Eu espero poder contar com os colegas, e coloco aqui para deliberação esse plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Samuel Viana. PL - MG) – Obrigado, Relatora, Deputada Flávia.

Bom, passo, então, à discussão dos requerimentos.

Tenho aqui a inscrição do Deputado Pompeo de Mattos.

Com a palavra, o Deputado Pompeo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem.) – Quero cumprimentar o Presidente Samuel Viana, desejar um bom trabalho aí na responsabilidade que tem desta medida provisória tão importante para o país; e, de uma maneira muito especial, a Deputada Flávia Morais, uma Deputada extremamente competente – e dou testemunho, até porque ela integra a Bancada do PDT na Câmara dos Deputados. Não poderia ser entregue a alguém mais preparado, alguém com melhores condições para desempenhar essa missão, inclusive com a sensibilidade de uma mulher. Isso faz uma diferença fundamental.

Nós estamos tratando de um tema, assim, muito difícil, e é preciso a gente seja duro na crítica, por conta das obras inacabadas, mas é preciso ser generoso nas ações para que as obras se acabem. Tu não podes desfazer aquela obra porque ela está inacabada; tu tens que aproveitar o tanto que se fez da obra que não foi acabada e fazer aquilo que precisa ser feito para acabar com a obra. Então, tem que ter um olhar generoso para essa obra que, daqui a pouco... era algo, assim, abandonado, fruto de olhares desairosos. E aí o olhar de uma mulher, de uma Relatora como a Deputada Flávia, eu tenho certeza de que vai fazer a diferença para que nós possamos ter melhor compreensão.

Eu estou aqui na Casa, Presidente, há mais de 20 anos como Deputado Federal, e essa questão das obras inacabadas não é de hoje. É verdade que piorou, vamos ser sinceros, mas sempre teve. Sempre teve! Tanto que, em 1995, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Senado aprovou um requerimento para fazer vistoria nas obras inacabadas. Depois disso, o Congresso fez uma CPI das Obras Inacabadas. Eu me lembro que o hoje Ministro Augusto Nardes, Ministro do Tribunal Contas, atuava muito. Eu ainda nem era Deputado Federal e já havia aquelas ações contra as obras inacabadas. E, de lá para cá, só aumentou. E nós precisamos ter ações efetivas. Nesse contexto, existiam obras inacabadas no Governo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Presidente Lula? Existiam. Acabaram-se muitas. No Governo da Presidente Dilma também, mas avançaram. No último Governo, parece que se ampliaram.

Mas não adianta nós ficarmos nos queixando. A gente tem que olhar para trás, para que a gente possa ver o que precisa ser feito para a gente poder andar para frente. E estas obras inacabadas, há quem diga que são 12 mil, 13 mil, 14 mil – quem sabe até mais do que isso, a gente não sabe bem a contabilidade. Mas o que importa é que a gente possa fazer a parte que nos cabe. Mais do que falar mal e se queixar dos outros, é fazer a parte da gente. Então, o tempo que eu tenho para me queixar dos outros, eu vou usar esse tempo para me ocupar e fazer a minha parte para que isso possa andar, especialmente nessa questão do FNDE, porque para mim é a mais emblemática.

É nesse contexto, Deputada Flávia, que vem o papel de V. Exa., porque é educação, é criança. E, quando tu falas em criança, tu falas nos pais; e, quando falas dos pais, falas mais na mãe. Quem mais sente é a mãe, toca a mãe. Tanto é que quem vai à creche levar o filho é a mãe, quem vai pedir creche é a mãe, quem busca o filho na creche é a mãe. Ah, o pai também faz? Faz. Eu mesmo faço, mas faço muito pouco diante do que poderia, do que deveria fazer, mas a mãe faz. Então, é para as mães do Brasil que nós precisamos recuperar essas 3.540, 3.600 obras ligadas ao FNDE, para que possamos recuperar essas 400, 500 mil vagas para estudantes, para as crianças do Brasil. Nós precisamos fazer a nossa parte.

Então essa Medida Provisória 1.174 é de uma amplitude, de uma magnitude, que justifica, em tempo, a formação desta Comissão, o debate, a discussão, o olhar, a atitude, a resposta do Parlamento.

Eu quero celebrar este momento e dizer que me honra muito poder estar aqui como membro desta Comissão que vai tratar da medida provisória, dando a minha contribuição, a minha experiência.

Eu fui Prefeito. Os Prefeitos lá, no interior do meu Rio Grande, Brasil afora, choram, reclamam, exigem, cobram, precisam, merecem, necessitam, e não tem explicação para dar porque o Governo não faz, e há "n" entraves, muitos entraves, inclusive entraves técnicos, entraves econômicos, entraves jurídicos, que não permitem que as obras possam andar.

Por isso, com essa medida provisória, nós haveremos de ir dialogando, debatendo, discutindo, para formatar um arcabouço jurídico capaz e suficiente para que, com o dinheiro disponível – e sabemos que tem destinado no orçamento –, nós possamos superar os imbróglios jurídicos, os imbróglios técnicos, os imbróglios de engenharia, inclusive, para que nós possamos solucionar esse problema. Nós não vamos solucionar tudo, mas a parte que nós fizermos já vai ser algo a mais, e cada vez mais.

Eu concluo dizendo, Presidente, sobre aquele que pensa positivo e aquele que pensa negativo – e eu penso positivo.

Contam a história de que houve uma ressaca no mar que jogou milhares de mariscos na praia. Passada a tempestade, veio o sol, e os mariscos na areia estavam morrendo. As pessoas olhavam e viam os mariscos morrendo. Chegou uma pessoa com pensamento positivo e disse: "Pessoal, vamos salvar os mariscos, vamos atirá-los na água, vamos jogá-los na água". E os outros diziam: "Não, mas são milhares, e você vai jogar um marisco?". O outro disse: "Esse aqui está salvo. Pega um aí também. Vão pegando!".

Então vamos salvar, uma por uma, as obras. Uma por uma, vamos recuperar. Uma por uma, vamos concluir. De uma em uma, nós chegamos a quantas? É de grão em grão que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

galinha enche o papo – a gente diz lá no Rio Grande. É de uma em uma que nós vamos chegar lá, e, para andar uma légua, tem que dar o primeiro passo. Começa por aqui, e nós vamos fazer a nossa parte.

Parabéns! Contem comigo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Samuel Viana. PL - MG) – Mais uma vez, cumprimento e dou os parabéns ao Deputado Pompeo pelo posicionamento.

Queria passar a palavra agora para o Deputado Gilson Daniel.

Com a palavra, Deputado.

O SR. GILSON DANIEL (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Eu queria dar parabéns (*Fora do microfone.*) pelo início dos trabalhos.

Eu queria fazer primeiro uma questão de ordem.

Eu acho que não deu quórum, porque são sete da Câmara, não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GILSON DANIEL (PODEMOS - ES) – Tem quórum? Porque o Pompeo é suplente da Flávia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Mas eu sou suplente de todos.

O SR. GILSON DANIEL (PODEMOS - ES) – É isso? O.k.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Sou suplente de todos.

O SR. GILSON DANIEL (PODEMOS - ES) – Então, vou fazer só um registro com relação a essa questão da Medida Provisória 1.174.

No início do meu mandato de Deputado Federal...

Eu fui Prefeito, por oito anos, da cidade de Viana, no Espírito Santo, e, na minha cidade, quando Prefeito, eu tinha uma obra do FNDE. Nós não recebemos o repasse dela, e eu pude, como Prefeito, executá-la, finalizá-la com recursos próprios da prefeitura, e ela foi entregue à população da minha cidade; porém, muitos municípios do Brasil não têm a mesma condição de utilizar recursos próprios para finalizar obras que foram pactuadas com o FNDE.

Essa questão é uma questão importante, e, no início do meu mandato, eu fiz um requerimento ao FNDE que pudesse atualizar essas obras pelo INCC. Fazendo a leitura da medida provisória, eu fiquei muito feliz de ver esse requerimento que a gente fez lá atrás ao FNDE.

E aí quero aqui parabenizar o Ministro Camilo e a nossa Presidente do FNDE, Fernanda, que fizeram um grande trabalho para que essa medida provisória chegasse a esta Casa e fosse um investimento importante para que a gente pudesse terminar essas mais de 3,4 mil obras pelo Brasil.

Eu fiz a leitura da medida provisória, até porque é uma questão que impacta diretamente os municípios brasileiros – eu sou municipalista, até por ter sido Prefeito, presidente de associação de Prefeitos –, e é uma pena que na medida provisória não tenha a atualização das obras que estão em execução. A medida provisória só prevê que serão atualizadas as obras inacabadas e as obras paralisadas. Porém, os Prefeitos do Brasil que fizeram o dever de casa, que conseguiram manter essas obras de pé nesse período, principalmente no período do Governo anterior, que paralisou os repasses do FNDE aos municípios – esses municípios ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

conseguiram manter os seus contratos de pé e a execução dessas obras –, hoje não conseguem, através da Medida Provisória 1.174, atualizar a sua planilha.

E a gente sabe que, após o período da pandemia, nós tivemos uma atualização dos preços de obras em um montante que ultrapassa, às vezes – e tem obras assim –, 100% do valor da obra. Então, esses municípios do Brasil que ainda estão com obras em execução – e são muitas obras – não estão amparados pela Medida Provisória 1.174.

Acho que é uma discussão que a gente precisa fazer nesta Comissão, até porque essas obras que estão em execução, talvez um percentual de obras em execução que ultrapasse, sei lá, 50%, pudessem também ser atualizadas, porque obras que estão hoje em execução que ultrapassam 50% – e o Prefeito não conseguiu atualizar a sua planilha –, daqui a pouco, vão se tornar obras inacabadas ou paralisadas. E o que acontece muito, que a medida provisória colocou prazo para isso... Então, assim, quem acompanhou isso de perto e paralisou a obra conseguiu entrar na medida provisória, quem continuou mantendo a obra em execução está fora da medida provisória.

Então, é uma questão que acho que a gente precisa discutir aqui na Comissão, porque nós vamos ter mais de 3 mil obras no Brasil sendo atualizadas e nós vamos ter um montante de obras em execução, daqui a pouco, sendo paralisadas e, daqui a pouco, termos que discutir obras que estavam em execução voltando a estar paralisadas ou inacabadas.

Então, só queria fazer esse registro.

Parabenizo a Deputada Flávia, que vai tocar esse relatório.

Espero que eu possa contribuir com você nesse relatório, e a gente possa dar uma resposta para os brasileiros, para as crianças, para os alunos, para os pais que esperam as vagas dos seus filhos e, principalmente, para os Prefeitos que querem entregar essas obras e, infelizmente, devido a não terem a atualização dessas planilhas, não conseguem fazer a execução e a finalização dessas obras.

É isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Samuel Viana. PL - MG) – Obrigado, Deputado Gilson Daniel.

Apenas para constar em ata, em resposta à questão de ordem do senhor, nós consultamos aqui, informalmente, e o Deputado Pompeu é suplente do bloco, portanto, a informação que vem da área técnica é de que está tudo o.k.

Quero passar a palavra, agora, ao Deputado Márcio Jerry.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir ao meu colega que eu conheci agora...

O SR. PRESIDENTE (Samuel Viana. PL - MG) – Pois não, Senador Zequinha?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (PODEMOS - PA) – Pediria para dar uma palavrinha, porque tem outra Comissão me esperando ali, com a permissão do amigo.

O SR. PRESIDENTE (Samuel Viana. PL - MG) – Com a palavra, Senador.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Só gostaria de dizer da satisfação com essa medida provisória.

Eu sou interiorano, Deputada Flávia, do Pará. O Pará é aquela criança daquele tamanho lá. Nós só temos 144 municípios, mas é gigante o estado. Dificuldades, realidades, isso tudo atrapalha que uma obra possa avançar.

Nós temos o Arquipélago do Marajó. Tem lá uns 600 mil habitantes, em 16 municípios, e não dá para você fazer uma construção com a tabela Sinapi normal, porque tudo o que você tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

que construir lá tem que levar de navio. Não tem praticamente material nenhum. Então, só a logística, para você deslocar tudo, da terra firme, da capital, principalmente, que é a principal fornecedora, inviabiliza qualquer obra lá. Por mais barato que saia, sai 30% a 40% mais caro do que o normal.

Então, eu quero me doar nisso. O meu partido me indicou aqui para ser suplente. Coloco-me à disposição. Não sei se vou dar conta de ajudá-los em outros estados, mas, no meu estado, eu quero vestir a camisa, Presidente, e me doar, porque a gente precisa, mas precisa resolver isso! Até para desenrolar a vida de muitos gestores que, no passado, começaram e pararam. O FNDE não continuou os repasses, não tinha dinheiro e houve problemas burocráticos, principalmente na área técnica. O Simec não é muito fácil e, daqui para frente, o Simec vai para dentro do Transferegov, não é? Vai ser um sistema só para tudo. A preocupação é que aquilo que era difícil fique mais difícil ainda.

Então, é importante que não só a gente corrija aquilo que ficou para trás, para atualizar, mas que também olhe, com carinho, daqui para frente. A qualificação técnica, principalmente aqui para a Região Norte, para o pessoal que manuseia o sistema, que alimenta o sistema, que presta informação, não é muito boa, não é muito boa. Ela precisa ajudá-los e ajudar muito, quer dizer, além de levantar, trabalhar para que se atualizem as planilhas. O material de construção sobe violentamente. O dinheiro aqui está parado, mas o custo da obra, lá no final, é imenso. Então, não tem dinheiro para terminar isso.

A primeira coisa que vamos ter que enfrentar é exatamente isto: mandar atualizar todas as planilhas de construção. Vamos encontrar coisa do arco da velha, antiga, parada, enrolada, complicada. Eu não sei se se a medida provisória – temos que analisar depois o texto – dá para alcançar, com o seu braço, esse tipo de situação. Mas, na verdade, o Governo marca aqui um gol de placa, porque estava passando da hora de se ver isso.

Parabéns, Excelências! Desejo muito serviço pela frente. São jovens que, certamente, vão contribuir muito com este país, ajudando nesse setor extremamente importante que vai dar uma alimentada e uma fortalecida na educação básica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Samuel Viana. PL - MG) – Obrigado, Senador Zequinha.

Antes de retornar a palavra aos Deputados, a nossa Relatora pediu.

Com a palavra a Relatora, Deputada Flávia.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO. Como Relatora.) – Queria dirigir-me ao Senador Zequinha. Ele já está em retirada, mas eu acho importante eu fazer algumas colocações, Senador, ao senhor que vai participar conosco desta Comissão.

Nós teremos aqui, em uma das audiências públicas, o Ministério da Gestão e da Inovação. Eles têm preparado uma qualificação importante para os estados, justamente para que melhore a adesão dos municípios e dos estados a esse novo sistema.

Como eu disse, o acórdão do TCU fala que a grande dificuldade do acompanhamento dessas obras é justamente não existir um padrão de informação entre os ministérios, em cada um a informação é diferente. Então, esse sistema tenta unificar, padronizar essas informações, e o Ministério da Gestão e da Inovação e Gestão está fazendo essa qualificação nos estados. Eu acho que seria importante o senhor articular para que aconteça lá no seu estado, um estado importante que realmente tem muitos desafios na execução das obras. Eu queria deixar essa contribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Quero deixar aqui também registrado que nós já temos apresentadas, Deputado, a essa MP 79 emendas. Eu tenho certeza de que, juntos, nós vamos melhorar, na medida do possível, o texto, que já é bom – esse texto que o FNDE apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Samuel Viana. PL - MG) – Deputado Reginaldo, o senhor pediu a palavra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Samuel Viana. PL - MG) – Fez a inscrição. Isso.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Márcio Jerry e, em seguida, V. Exa. terá a palavra.

Deputado, por gentileza.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Pela ordem.) – Boa tarde, Presidente! Quero cumprimentá-lo, cumprimentar a Relatora, Flávia Morais, e desejar a ambos um trabalho muito profícuo, muito produtivo, nessa importante missão.

De fato, inegavelmente, é uma medida provisória de grande alcance, de importância inegável. Para termos uma ideia da dimensão desse alcance, basta ver a realidade de um estado da Federação, que eu represento também com outros colegas aqui na Câmara dos Deputados: o Estado do Maranhão.

Lá são 609 obras paralisadas, alcançando 160 dos 217 municípios do Estado. É uma situação tão grave que o então Governador Flávio Dino chegou a, de ofício, propor ao Presidente da República anterior, ao ex-Presidente Bolsonaro, e a um dos seus Ministros da Educação que fosse autorizado ao Estado do Maranhão concluir essas obras, pelos prejuízos que elas estavam causando pela frustração imensa de milhares e milhares de pessoas que poderiam ali estar utilizando aqueles bens públicos de tão elevada importância.

O Ministro Camilo Santana, que aqui também cumprimento pela iniciativa, juntamente com a Presidente do FNDE, Fernanda Pacobahyba, estiveram lá em São Luís do Maranhão, ao lado do Governador Carlos Brandão, para apresentarem o programa, que foi recebido pelos Prefeitos do estado, pelos educadores e pelas educadoras, com muito entusiasmo. Então, é um momento muito importante.

Eu quero sublinhar a importância, portanto, desse momento para que nós possamos ter um bom trabalho. Vou procurar colaborar com V. Exas., na medida do possível, para que nós possamos realmente ter um trabalho à altura do significado de você colocar para funcionar mais de 3 mil obras educacionais em todo o Brasil. E, claro, eu fico aqui vendo o meu querido Estado do Maranhão, com 609 obras a serem retomadas, alcançando 160 municípios do Estado.

Concluo parabenizando o Ministério da Educação, parabenizando o Presidente Lula, porque realmente o caminho da educação é o caminho mais estruturante para que nós possamos ter progresso efetivo, real e sustentável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Samuel Viana. PL - MG) – O Deputado Fernando Mineiro acabou de chegar. Já está devidamente inscrito.

Vou passar a palavra ao Deputado Reginaldo e, em sequência, o senhor terá a palavra.

Deputado Reginaldo Veras, a palavra está com o senhor.

O SR. PROF. REGINALDO VERAS (PV - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, eu saúdo V. Exa., que vai conduzir aqui parte dos trabalhos, e a minha ex-colega de partido, a pedetista Flávia. A gente agora está em outra legenda, mas sempre militamos juntos nas fileiras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

do PDT, dividindo uma área comum que é a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

Inclusive, eu já tinha até mapeado as obras do FNDE paralisadas, pois, logo assim que fui eleito Deputado Federal e o Governo atual tomou posse, com a Presidenta Fernanda também assumindo o FNDE, eu fui um dos primeiros a ter uma reunião com ela para saber quantas obras estavam paralisadas na nossa região aqui, DF e Entorno, a fim de tentar tomar medidas para sanar esse problema. E já fui surpreendido, antes mesmo de ter sido anunciada esta medida provisória, com a notícia de que ela iria sair, pois o FNDE já estava fazendo o levantamento e o mapeamento de todas as obras paralisadas no Brasil, quando trouxe aquele número de milhares.

É importante que esta Comissão tenha conhecimento das variáveis, dos porquês de nós termos tantas obras paradas.

Uma era de natureza política. O Governo Federal passado só liberava 30% dos recursos e depois não liberava mais, de tal modo que, sem recursos, os municípios – em sua maioria, carente de recursos – não tinham como cobrir aquelas obras, até porque a pactuação era de um percentual fixo. Então, nós temos um problema político deixado pelo Governo anterior, que já está sanado com esta medida provisória e este recurso vultoso de cerca de R$4 bilhões ao longo do Governo a fim de terminar essas obras. Então, o primeiro passo, um passo importante, foi dado.

Agora, é muito importante – e eu sou professor e, como Deputado Distrital, fui o Parlamentar, ao longo da história do Distrito Federal, que mais investiu na reforma de escolas públicas aqui, no Distrito Federal, e na cobertura de quadras poliesportivas dentro de escolas, que é o que esta medida provisória, de alguma maneira, traz – a gente entender que um dos fatores precípuos dessas obras paralisadas é a burocratização que nós temos no FNDE. Hoje mesmo, aqui, na Liderança do Partido Verde, uma das diretorias do FNDE veio aqui falar conosco, trazendo explicações. Esta medida provisória é a oportunidade de, dialogando com a equipe técnica do FNDE, a gente desburocratizar ao máximo. E não é só falta de capacidade técnica dos municípios de entender os sistemas, não; são coisas de engenharia, coisas miúdas a que eles se apegam, o que acaba atrapalhando a execução das obras nos municípios e no Distrito Federal. Em coberturas de quadras, por exemplo, você tem determinados projetos padrões no FNDE; aí você quer cobrir uma quadra no Município de Padre Bernardo, por exemplo, no Estado de Goiás; se a área é um 1m para cá ou 1m para lá, eles simplesmente recusam! E não é assim que a gente produz educação, baseada em "milimetrismos" matemáticos da engenharia! Nós temos que ter esta oportunidade agora de ajudar o Brasil, de ajudar o FNDE e o Ministério da Educação, tentando ao máximo desburocratizar esses processos.

Com a habilidade de V. Exa. e da Deputada Flávia, certamente, a gente vai sair daqui com um relatório que vai ajudar bastante o Governo nisso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Samuel Viana. PL - MG) – Com a palavra, o Deputado Fernando Mineiro.

O SR. FERNANDO MINEIRO (PT - RN. Pela ordem.) – Primeiro, quero cumprimentar o Sr. Presidente e a Relatora desta medida provisória, que eu considero uma das mais importantes medidas provisórias do nosso Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Eu sou da educação e venho lá do Rio Grande do Norte. E este é um grande problema de todos os estados e municípios brasileiros: nós temos aí milhares de obras paralisadas não só na área da educação, diga-se de passagem, mas em várias áreas.

A iniciativa do Governo, a decisão do Governo de atualizar ou permitir a atualização das planilhas dos projetos, de retomar essa obra é de extrema importância para a educação e para a economia, diga-se de passagem, porque nós vamos possibilitar a retomada de milhares de obras espalhadas pelo Brasil, com geração de emprego, com circulação de recursos que estavam travados, e vamos resolver problemas, alguns deles, por décadas, do nosso estado, do nosso país.

Lá no Rio Grande do Norte, nós temos dezenas de municípios com problemas de obras paralisadas na área da educação. Eu, inclusive, Deputada, apresentei uma emenda para que a medida se estenda não só para as obras que estejam regularizadas, mas também para as que estão judicializadas, porque nós temos uma série de obras com tomada de contas especiais que precisa ser analisada e ter um olhar desta Comissão para essas obras.

Às vezes, as atuais gestões, por exemplo, não têm nenhuma responsabilidade com tomadas de contas especiais de obras paradas. Se a gente não resolver isso também... Grande parte dessas obras está em tomada de contas especiais, e acredito que uma das tarefas desta Comissão é dialogar, inclusive com o Tribunal de Contas da União, para buscar soluções para esse lote, digamos assim, de obras que se enquadra nessa situação. Se isso não for feito, nós vamos resolver uma parte do problema, mas não vamos resolver a outra.

E eu concordo com aqueles e aquelas que dizem que, além da questão dos projetos, além das questões relacionadas às dificuldades de execução, nós temos que analisar mais a fundo quais foram as causas das paralisações das obras. Uma das questões que já está de cara e salta aos olhos de quem se debruça sobre esse tema é exatamente a padronização do tipo de obra – haja vista, por exemplo, a situação das quadras citada aqui – para todo o Brasil, com realidade de solo totalmente diferente, de clima totalmente diferente. É impossível você pensar um tipo de solo em Minas, em Goiás, no Rio Grande do Norte, no Maranhão ou no Amazonas, e o quadro, os procedimentos, os critérios de análise da execução às vezes se baseiam nessa padronização – e isso é impossível, não é?

Então, eu acho que nós precisamos dialogar com o FNDE, com a área técnica do FNDE, para resolver essa questão e achar também soluções que vão além da discussão de atualização das planilhas dos projetos, ou seja, a gente tem que entender no que é possível também a gente se debruçar aqui para destravar essa padronização naquilo que ela for nociva. Eu tenho debatido bastante isso com a Presidenta Fernanda.

Eu fico feliz, apesar de ter demorado muito a instalação desta Comissão. Eu estava preocupado, pensando que nós íamos terminar o semestre sem instalar a Comissão – tanto é que os 60 dias já vencem agora, dia 13. Automaticamente, terá que ser prorrogada, não é? Mais 60 dias da medida provisória é um tempo para a gente debater aí com todas as áreas.

Eu acho o Tribunal de Contas da União fundamental para a gente analisar. Inclusive, tem um relatório, tem já pareceres, tem uma série de diligências, determinações e orientações do Tribunal de Contas da União relacionados às obras paralisadas. E também devemos ouvir das representações dos municípios e dos estados quais são as razões que a gente pode elencar – para além, repito, da atualização dos projetos, da atualização das planilhas – como responsáveis pela paralisação das obras, para, aí, a gente tentar enfrentar esse problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Isso será, do meu ponto de vista, de grande contribuição para a administração brasileira e, quiçá, sirva de exemplo para outras obras paralisadas também em outras áreas. Nós temos obras na área da saúde e em tantas outras áreas – e nós vamos encontrar certamente – com os mesmos problemas e os mesmos vícios que temos na área da educação.

Então, quero me colocar à disposição aqui. Antes tarde do que nunca a instalação, não é? Falta uma semana para terminar o prazo de 60 dias. Nós vamos entrar em agosto, setembro... Eu acho que dá para fazer um bom trabalho e ter uma boa proposta para contribuir com a sociedade brasileira, retomar a questão da educação, ativar a economia da área da construção civil, que é tão importante, que gera empregos e distribuição de renda na ponta.

É isso.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO. Como Relatora.) – Obrigada, Deputado Fernando. Parabéns pelas colocações.

Eu apresentei o plano de trabalho, não sei se o senhor já tinha chegado, mas a previsão da aprovação do parecer é dia 1º de agosto. Então, a gente deve, ainda antes do recesso, fazer as audiências públicas para que a gente possa agilizar.

Eu acho que essa sugestão é muito importante.

A gente citou aqui os convidados para as audiências públicas, entre eles o CNM, que representa os municípios brasileiros. Eu queria pedir... Nós vamos incluir, até depois da fala do senhor, o Fórum de Secretários Estaduais de Educação, porque eu acho importante ouvir também os estados em relação a esse desafio.

Assim como o senhor, nós estamos muito otimistas em relação ao FNDE, à gestão da Fernanda. Ela tem se demonstrado muito ativa, querendo enfrentar essa burocracia que, muitas vezes, trava o desenvolvimento do nosso país. É inaceitável que a burocracia – que quer proteger o recurso público – faça com que o recurso público se perca e se desperdice.

Então, nós precisamos trazer melhoria na gestão. E eu tenho certeza de que a contribuição do senhor vai ser muito importante na construção desse texto para ser aprovado por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Samuel Viana. PL - MG) – Aproveitando, Deputado Fernando, o senhor citou o Tribunal de Contas. Eu quero registrar aqui a presença, nesta Comissão, do Presidente da Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas), o Sr. Cezar Miola, que esteve presente conosco.

Bom, não constam mais Parlamentares inscritos, portanto encerrada a discussão.

Passamos à votação.

Em votação, os requerimentos.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Antes de encerrar, eu quero ler para vocês aqui a sugestão de convidados para as audiências públicas, Relatora.

Os membros podem enviar à Secretaria da Comissão os nomes dos indicados para participar de audiência pública, com os respectivos dados para contato, até às 19h do dia de hoje, para o *e-mail* cocm@senado.leg.br.

Posteriormente, a lista de convidados será consolidada, considerando a viabilidade dos trabalhos e o calendário de tramitação da medida provisória.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovada.
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.
Bom trabalho a todos.

(*Iniciada às 15 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1174, DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e vinte e um minutos do dia onze de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Alessandro Vieira, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 1174, de 2023 com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Marcelo Castro, Leila Barros, Jussara Lima, Augusta Brito, Margareth Buzetti, Teresa Leitão, Cleitinho, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Flávia Morais, Gilson Daniel, Domingos Sávio, Fernando Mineiro e Tarcísio Motta, e ainda dos Parlamentares Magno Malta, Zenaide Maia, Wilder Morais, Sérgio Petecão, Laura Carneiro e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Professora Dorinha Seabra, Oriovisto Guimarães, Eliziane Gama, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Dr. Hiran, Elmar Nascimento, André Fufuca, Isnaldo Bulhões Jr., Antonio Brito, Hugo Motta, Samuel Viana, Vermelho e Miguel Ângelo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao REQ 1/2023 - MPV 1174/2023, de autoria da Deputada Federal Flávia Morais (PDT/GO). **Finalidade:** Debater a Medida Provisória n° 1174, de 2023. **Participantes:** Tiago Lucas de Oliveira Aguiar, Diretor de Auditoria de Políticas de Infraestrutura da CGU; Mariana Salles Portela Castro, Gerente de Projeto da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil; Keyla Araújo Boaventura, Auditora-Chefe da Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica do TCU; Flávia de Holanda Schmidt, Diretora de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais do FNDE; e Regina Lemos de Andrade, Diretora de Transferências e Parcerias da União do MGISP. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Alessandro Vieira
Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 1174, de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.174, de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria.

Convido para assento à mesa, e já estão assentados, Regina Lemos de Andrade, Diretora do Departamento de Transferências e Parcerias da União, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Flávia de Holanda Schmidt, Diretora de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais, do FNDE; Mariana Salles Portela Castro, Gerente de Projeto da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil, da Presidência da República; Tiago Lucas de Oliveira Aguiar, Diretor de Auditoria de Políticas Públicas de Infraestrutura, da CGU; Keyla Araújo Boaventura, Auditora-Chefe da Unidade de Autoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica, do TCU.

Esta audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

De acordo com as normas regimentais, cada convidado fará sua exposição por dez minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Parlamentares inscritos, naturalmente, começando pela nossa Relatora, Deputada Flávia Morais, a quem cumprimento neste momento.

Passo a palavra, pela ordem, para a Sra. Regina Lemos de Andrade.

Boa tarde.

A SRA. REGINA LEMOS DE ANDRADE (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Cumprimento todos na pessoa da Deputada Flávia e do Senador.

A gente está aqui representando o MGI, parceiro nessa normativa junto com o FNDE.

O papel do MGI é de órgão central, de auxílio com ferramentas de transparência para esse processo de retomada de obras. A gente fez, no início do ano, uma iniciativa com a Casa Civil, que vai ser explanada, que é o Mãos à Obra. E todo esse processo, todo esse esforço é para que a gente evite mais obras paralisadas e possa retomá-las.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

As ferramentas estruturantes desenvolvidas para as transferências e para as obras públicas hoje são ofertadas pelo Ministério da Gestão e da Inovação. São elas: de transferência, que hoje já estão integradas com o Simec – então, novos instrumentos de termo de compromisso são garantidos, a transparência e essa centralização num único sistema; e, também, os sistemas do Simec, assim como o Transferegov.br, são integrados, em processo já de finalização, com o Obrasgov.br.

O Obrasgov.br surgiu em 2021 e o objetivo dele é dar transparência e centralização a todas as obras do Governo Federal. Todas as obras do Governo Federal, sejam elas executadas diretamente pela União ou executadas em parcerias, como é o caso aqui do FNDE, são centralizadas numa única ferramenta. A ferramenta possui georreferência, possui todos os dados físicos e financeiros daquele empreendimento, permitindo a visualização em conjunto com todas as obras do Governo Federal.

A essa nova normativa que se propõe, o MGI vem em parceria com a educação para garantir as ferramentas estruturantes e garantir, com isso, a transparência e o acesso ao cidadão. Cumpre também instar que as ferramentas estruturantes são de livre acesso do usuário, pois ele consegue entrar, mexer, visualizar todos os dados lá.

O MGI apoia e assina essas normativas junto com a educação para poder auxiliar não na parte da política pública, que cabe à educação, mas sim na parte das ferramentas, auxiliando a transparência de acesso desses dados.

É basicamente esse esclarecimento e esse apoio que o MGI veio trazer.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Sra. Relatora, algum questionamento agora ou prefere ouvir os demais presentes? (*Pausa.*)

Ótimo.

Então, passo a palavra à Sra. Flávia de Holanda.

A SRA. FLÁVIA DE HOLANDA SCHMIDT (Para expor.) – Obrigada, Senador. Agradeço em nome do Ministério da Educação e do FNDE o convite formulado por esta Comissão Mista para que a gente tenha a oportunidade de expor aqui um pouco do trabalho que foi desenvolvido para o pacto de enfrentamento das obras paralisadas e inacabadas na educação básica.

Fiz uma apresentação aqui bem breve.

Inicialmente, acho que um ponto a ser destacado na proposição da medida provisória é o espírito do pacto. O fato de a gente estar acompanhado aqui hoje por colegas da CGU, do MGI, da Casa Civil reflete essa construção conjunta no ambiente institucional do Executivo e também em parceria, em diálogo com o Tribunal de Contas da União, no âmbito do Legislativo, para que a gente possa enfrentar essa situação que a gente encontrou quando assumiu a gestão no FNDE em janeiro.

As obras que a princípio estão incluídas na proposição inicial da MP 1174 são as obras que foram pactuadas pelo FNDE em municípios e estados de todo o Brasil, no âmbito do Plano de Ações Articuladas, que é um instrumento vigente desde 2007 no Ministério da Educação e que permite que a União preste assistência técnica e financeira para diversas iniciativas necessárias para que os estados e municípios tenham condição de avançar nas metas do Plano Nacional de Educação. E existe a dimensão bastante forte, bastante demandada pelos entes das obras de infraestrutura escolar que são objeto da MP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Essa era a situação de julho de 2023, mas em grandes números ela reflete um pouco a situação que a gente encontrou no FNDE em janeiro: o número de obras paralisadas estava em torno de 3.500 obras só na Educação Básica. Quando a gente fala só do Ministério da Educação, a gente chega a quatro mil obras, mas só na Educação Básica a gente tinha 3.500 obras paralisadas e inacabadas numa carteira total histórica desde 2007 de mais de 30 mil obras. À época da medida provisória, a gente fez o levantamento e isso representava quase 13% das obras que foram pactuadas pelos entes junto com o FNDE.

Então, conceitualmente, só fazendo uma distinção muito breve que consta na MP entre a obra ou serviço de engenharia paralisada e a obra ou serviço de engenharia inacabado. As obras paralisadas, como a gente chama e conceitualmente define, que está abarcada pelo texto, pela proposição original da MP, são obras para as quais a gente tem um instrumento vigente entre a União, entre o FNDE e o município ou o estado, para a qual tenha havido uma emissão de ordem de serviço, ou seja, é uma obra que começou a ser executada por uma empresa contratada pelo ente, mas o ente deixou de registrar a evolução física dos serviços. Então, é uma obra em que há instrumento vigente, mas não há evolução física e há, assim, uma sinalização que encaminha para a não conclusão da obra no seu prazo previsto.

Por sua vez, a obra inacabada – agora não foi de novo. Se puderem me ajudar, eu agradeço – é uma obra ou serviço em que o instrumento entre o FNDE e o ente, o estado ou o município, tenha vencido. Então, não persiste mais um vínculo, um instrumento de pactuação vigente entre o estado ou o município, e o serviço de engenharia e obra não foram concluídos. Então, não houve a entrega também do objeto para a população daquele ente.

Esse é o recorte da data de publicação da medida provisória. Então, na proposição do texto pelo Executivo, a gente colocou um recorte que abarcaria as obras que estivessem naquela situação de paralisadas ou inacabadas no dia de publicação da MP, que foi no dia 15 de maio de 2023. Nesse dia, o recorte foi feito pelos dados do sistema de acompanhamento do Ministério da Educação, o Simec, que registrava 2.724 obras inacabadas e 875 obras paralisadas.

A lista dessas obras que foram identificadas, no dia da medida provisória, no Simec, está disponível no *site* do FNDE por unidade da Federação. Então é possível que qualquer cidadão, num esforço muito grande de transparência, que tem sido a tônica da nossa gestão, clique por UF e veja lista: qual é a unidade, seja educação infantil ou de ensino fundamental, qual o percentual de execução que está registrado no sistema. Todas as informações mais importantes que a gente tem sobre aquela obra são absolutamente públicas e transparentes na página do FNDE.

Então, a gente fala de um universo abarcado pela medida provisória de 3.599 mil obras em 1.659 municípios do Brasil, em todas as unidades da Federação. Aqui no Distrito Federal a gente tem uma obra paralisada. Mas, ainda assim, a gente tem, nos 26 estados, obras paralisadas ou inacabadas, o que transforma isso numa tragédia de impactos nacionais.

Esse é o recorte regional. Então, na Região Norte, a gente tem 702 obras inacabadas e 204 paralisadas; no Centro-Oeste, 135 obras inacabadas e 88 paralisadas; na Região Sul, 121 obras inacabadas e 68 paralisadas; no Sudeste do país, 253 obras inacabadas e 97 paralisadas; e um cenário um tanto mais dramático na Região Nordeste do país, onde a gente tem 1.513 obras inacabadas e 418 obras paralisadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

É importante frisar que cinco estados concentram mais da metade dessas obras: Maranhão, Pará, Ceará, Minas Gerais e Bahia concentram mais da metade daquelas 3.599 obras que estariam abarcadas pela medida provisória.

Podem passar, por favor.

Fazendo recorte agora por etapas, a que se destinariam essas obras, caso concluídas e que tipo de público seria alcançado por essas infraestruturas, a gente tem, na educação infantil, 263 obras paralisadas, 954 inacabadas, 730 obras inacabadas e 270 paralisadas no ensino fundamental; obras de reforma e ampliação, que não significam novas construções, mas adaptações de construções que já existem, 59 paralisadas e 26 inacabadas; e, no âmbito do ensino profissionalizante, 15 obras inacabadas e 26 paralisadas, o que mostra para a gente que também existe uma concentração muito grande em obras de educação infantil, creches e pré-escolas e escolas de ensino fundamental. Então, a MP tem uma previsão de investimento, caso a gente consiga retomar todas essas 3.599 obras que foram alcançadas pelo texto, de até R$4 bilhões de investimento em quatro anos. As grandes inovações desse pacto, dessa construção institucional ampla a que se propõe a MP, são o reajuste dos saldos a serem transferidos. Já houve, em momentos anteriores, esforços do FNDE de repactuação de obras inacabadas – as paralisadas nunca tinham sido alcançadas, até onde eu tenho conhecimento –, mas sem a correção dos saldos. E nesse processo de escuta, muito dialógico, a que esse Governo tem se dado desde o começo de janeiro, a gente tem feito uma escuta de Prefeitos, secretários de educação, Parlamentares das duas Casas, que frequentemente levam para a gente a situação de que essas obras, às vezes, datam mais de dez anos da sua pactuação. Sem o reajuste, seria inviável que elas fossem retomadas e concluídas, considerando os índices de inflação que se aplicaram especialmente ao caso da construção civil. Então, o texto da MP permite, e tem o anexo que estabelece o INCC acumulado, considerando o ano de pactuação de cada uma das obras, o limite do valor que pode ser aplicado para a correção dos saldos correspondentes às parcelas não executadas da execução física das obras.

Uma outra novidade, uma outra inovação, analogamente no espírito de um pacto nacional, é a ideia de que os estados possam ser parte nessas novas pactuações que decorrerão da MP. Anteriormente, todas as pactuações que a gente tinha eram bipartites – entre o FNDE e o município ou entre o FNDE e uma unidade da federação. Nessa nova repactuação, a gente permite que estados sejam parte. Já era frequente, a gente recebia Governadores falando: "Eu tenho recurso, eu gostaria de ajudar na retomada dessas obras de educação infantil", e a gente não tinha um instrumento legal, um amparo que desse condição para isso. Isso foi incorporado também na proposta da MP. Então, as repactuações poderiam ocorrer tanto entre o FNDE e o estado ou Distrito Federal, o FNDE e os municípios ou o FNDE, o município e o estado.

Há também a possibilidade prevista no texto da MP de transferência adicional de recursos para prestar apoio à execução da obra ou serviço de engenharia. Há uma ideia em discussão, no âmbito dos órgãos que participam do pacto, de que na regulamentação a gente discipline a que se destinaria essa transferência adicional de recursos. É importante ressaltar que para cada uma dessas obras, onde a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

tem os instrumentos, a gente tem contas correntes específicas e que existem saldos financeiros que vão ser considerados nessa repactuação também.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FLÁVIA DE HOLANDA SCHMIDT – Então, o que existe é que a conta do município vai ser considerada também, inclusive, com os rendimentos de aplicação financeira, porque se trata de valores altos e há muito tempo parados em conta, em alguns casos. As repactuações terão a vigência máxima de 24 meses, podendo ser prorrogadas pelo FNDE por uma vez por igual período no máximo. Então, a ideia é que a gente, de fato, retome obras que podem ser concluídas e podem ser entregues à população e à sociedade.

Também, na página do FNDE, a gente tem uma sessão lá um pouco explicativa, com perguntas frequentes. A gente tem atualizado a cada novo movimento regulatório, a cada esforço de transparência, a nossa página com uma sessão específica dedicada ao pacto.

Os próximos passos, por fim, encerrando a minha fala, são a publicação de uma porteira interministerial, novamente, entre o Ministério da Educação, o Ministério da Gestão e Inovação e a Controladoria-Geral da União, em que a gente estabelece os procedimentos operacionais e como vai ser, de fato, implantada essa priorização, assim que cada ente tiver oportunidade, os prazos para manifestar o interesse na retomada ou não de cada uma das obras que são abarcadas pelo pacto.

Muito obrigada. Agradeço a oportunidade e o convite, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Obrigado, Dra. Flávia.

Eu passo a palavra para a Sra. Mariana Salles.

A SRA. MARIANA SALLES PORTELA CASTRO (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Gostaria de agradecer o convite à Exma. Deputada Flávia Morais, ao Senador Alessandro Vieira.

Quero cumprimentar também os colegas que estão aqui na mesa, os assessores, os que estão assistindo. Esse momento é muito importante, porque nós estamos discutindo uma MP que fará grande diferença para a população brasileira, para as nossas crianças, para os estudantes do Brasil.

Meu nome é Mariana, eu estou agora como Secretária Adjunta da Secretaria da Casa Civil, e vou falar um pouquinho, dando um passinho atrás, sobre a origem desse trabalho, que é a plataforma de monitoramento Mãos à Obra. Na verdade, a Flávia já trouxe a estratégia que foi adotada pelo MEC, FNDE, com base, inclusive, em dados coletados no Mãos à Obra. Para quem não conhece, essa foi uma iniciativa coordenada pela Casa Civil, em parceria também com o MGI e o Serpro, que foi o desenvolvedor da plataforma, para a gente coletar informações não só na área de educação, mas também de saúde, mobilidade urbana, saneamento, habitação, esporte e cultura.

Pode ir passando.

O objetivo, então, era fazer uma avaliação inicial, uma ferramenta que pudesse trazer um diagnóstico rápido da situação dessas obras, em geral, inacabadas, paralisadas ou com um ritmo lento de execução por vários motivos. E, a partir desse diagnóstico, que a gente pudesse entender um pouco mais sobre a situação, sobre as informações da situação dessas obras, da situação desses projetos, dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

contratos, como eles estavam e, principalmente, a manifestação de interesse dos entes em retomada dessas obras.

É importante ressaltar que isso não é um trabalho de agora. A gente vê que o Transferegov e toda a rede Siconv – eu peguei o início da rede Siconv, em 2007–, há toda essa rede mobilizada hoje de gestores municipais cadastrados, habilitados para atuar nessa plataforma. Isso foi feito de forma muito integrada, e a gente conseguiu chegar a esse diagnóstico de forma rápida, não é, Regina? A gente conseguiu, a partir da migração dos dados do TransfereGov, fazer uma discussão, é claro, prévia, com os setoriais dessas áreas, para entender a estratégia das obras prioritárias e a compreensão dessa carteira que estaria ativa e que poderia ser retomada ou não de alguma forma. Certo? Então, o Presidente lançou, em 10 de março, e o sistema ficou aberto. Inicialmente, tínhamos previsto um período menor, mas acabamos estendendo até início de maio, justamente porque houve uma adesão expressiva e isso nos fortaleceu no entendimento de que estávamos no caminho certo nessa consulta imediata para que pudéssemos, inclusive, contrapor algumas informações que podiam estar em defasagem os próprios sistemas oficiais do Governo.

Pode passar.

Bom, a gente vê que a educação realmente tinha um número muito expressivo de obras. Aí não está o total, porque a contabilidade de algumas obras de emendas ou de outros segmentos foram tipologias que foram discutidas previamente e não foram colocadas em consulta imediata. Mas desse total, a gente vê que houve uma adesão expressiva – 75% das obras foram atualizadas – e a gente não só percebeu o interesse nessas atualizações, mas também na criação de novos dados no sistema, observando eventuais obras que poderiam estar nessa carteira e que poderiam ser discutidas com o Governo Federal.

A gente vê aqui na saúde também, nas cidades, na discussão do Minha Casa, Minha Vida, esporte, cultura, enfim, nesse conjunto, entendemos que foi uma iniciativa de sucesso, com 72% de adesão.

Pode continuar.

Situação das obras. Percebemos que tinha uma grande parte em execução, execução em ritmo lento, muitos reclamaram justamente dessa defasagem do valor, a construção civil ficou muito cara, e toda essa questão impactou os projetos.

Há 33% que estariam num *status* de "cancelada", "inacabada", ou "paralisada". Nesse sentido, a gente percebe que essa nomenclatura, em algum momento, estava sendo considerada pelo cancelamento da obra ou por desistência da licitação da própria empresa contratada, e isso gerava uma situação, às vezes, em que a saúde colocava, por exemplo, como portaria um cancelamento prévio para uma renegociação, uma requalificação, uma repactuação.

Então, essas nomenclaturas acabaram deixando a gente com esses percentuais sinalizados do que se tinha em execução, do que se tinha cancelado, paralisado, alguma parte disso concluída – felizmente, pelos próprios gestores – e não iniciadas dentro da própria carteira – optou-se, provavelmente, por não iniciar a obra, por dificuldades.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O pré e o pós. A gente percebe que, do registro inicial, após a atualização, houve uma migração dos dados: algumas foram expressivamente canceladas; outras permaneceram paralisadas; algumas, de fato, foram concluídas pelos próprios entes; e houve também um expressivo número de inacabadas. Isso mostra que uma iniciativa como essa do FNDE é de suma importância, porque a gente entende que não está só lidando com uma situação que está vigente e que pode estar interrompida por qualquer dificuldade de aporte de recursos, mas também com uma situação que, juridicamente, precisava ser discutida com a sociedade para que pudesse dar segurança a todos, tanto aos gestores municipais quanto aos gestores do Governo Federal, para fazerem essa repactuação, principalmente com as obras inacabadas.

Pode continuar.

Esse seria um diagnóstico por estado, colaboração dessas atualizações. A Flávia comentou a situação no Maranhão, no Pará, na Bahia, como estados que estão com obras nesses *status*, paralisadas e inacabadas. A gente percebe que houve uma adesão grande desses estados ao Mãos à Obra, um interesse grande em registrar as suas informações e sinalizar o seu interesse em participar dessas repactuações.

Então, eu entendo que o Mãos à Obra veio, em um primeiro momento, com esse objetivo de fazer essa consulta, fazer esse contato imediato e rápido com os gestores habilitados já no Transferegov – importante dizer isso, porque a gente estava falando com interlocutores qualificados nesse sentido –, e, a partir daí, a gente teve essa situação também mapeada por estado.

Pode passar. Obrigada.

Então, essa é a situação que a gente encontrou: muitas obras paralisadas e também novas inserções, colocando a situação dessas obras como necessárias; e a viabilidade, a gente percebe que, das inacabadas, muitos manifestaram interesse e sinalizaram viabilidade – claro, dentro da perspectiva de uma repactuação, de uma discussão de como seria a reprogramação desses recursos, de como seria a questão dos prazos para novamente repactuar licitações e projetos de engenharia.

Então, é importante observar que, dentro dessas categorias, a gente também fazia consultas com informações complementares nesse sentido: qual é o motivo da paralisação, qual é o motivo de elas estarem inacabada, e de que forma vocês sinalizam interesse na retomada dessas obras.

Pode passar.

Também temos aí uma distribuição por estado. Acho que isso se reflete muito na fala da Flávia em relação à educação.

Pode passar.

Os próximos passos. Então, a Casa Civil vem fazendo um papel de coordenação desse trabalho. É importante ressaltar o novo plano de investimentos. Estamos em discussão com todas essas áreas que participaram do Mãos à Obra e também com outras áreas que não participaram diretamente desse diagnóstico.

O MEC, por exemplo, adotou uma estratégia que eu acredito que foi muito assertiva, no sentido de buscar essa segurança, buscar essa atualização dentro do regime de pactuação que é feito no MEC. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

não quer dizer que as outras áreas não tenham seus próprios regimes de pactuação e não estejam buscando essa requalificação das propostas e essas reprogramações.

A carteira acaba sendo um plano central, é uma estratégia do Governo a gente poder consolidar isso dentro de um novo plano de investimentos, sinalizando, inclusive, os critérios e as formas de priorização, de forma alinhada, claro, com os critérios adotados por cada setorial.

Gostaria de agradecer a oportunidade. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Obrigado, Dra. Marina Salles.

Passo a palavra para o Diretor de Auditoria da CGU, Tiago Lucas.

O SR. TIAGO LUCAS DE OLIVEIRA AGUIAR (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Em nome da CGU, gostaria de agradecer ao Parlamento o convite para a gente poder discutir um pouco o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e obras paralisadas da educação básica.

Basicamente, vou tentar dividir a minha fala em três partes.

Primeiro, por que a CGU resolveu apoiar esse projeto, inclusive sendo signatária da medida provisória?

Em um segundo momento, vou comentar um pouco sobre o nosso trabalho, nos últimos, pelo menos, dez anos, buscando identificar as causas e endereçar soluções para esse problema das obras paralisadas.

Em terceiro lugar, vou tentar vincular, um pouco, o texto da medida provisória e tentar indicar o quanto ele está alinhado com algumas recomendações que nós, lá na Controladoria-Geral da União, temos feito para os gestores, no sentido de se evitar esse tipo de problema, não só nós, mas também o TCU tem feito um trabalho muito importante sobre esse assunto.

Acho que tem três grandes motivos para a CGU apoiar esse texto, e o primeiro é o mérito. A exposição de motivos deixa muito claro que a gente está falando de colocar mais 450 mil crianças na escola. Além de impactar positivamente as crianças, a medida provisória, no seu texto atual, tem o potencial de impactar as famílias dessas crianças, dado que os seus pais poderão vir a ter tempo, eventualmente, livre, para buscar renda adicional, se for o caso.

Também tem um potencial impacto bem interessante para os municípios, especialmente para os pequenos municípios, já que eu estou falando de retomar atividade econômica, eu estou falando de um potencial impacto, ainda que possa não ser tão substancial, em renda e emprego. Então, eu acho que esse é o primeiro motivo que faz a controladoria ser uma das patrocinadoras desse projeto.

O segundo é que a nossa experiência, de mais de dez anos, auditando esse tipo de problema, indica-nos que a solução alternativa é muito ruim. A alternativa a não retomar a obra significa, na verdade, que a gente vai ter que cobrar desses municípios o valor já repassado, abrir uma tomada de contas especial, envolvendo ali os gestores desses municípios, e solicitar a devolução do recurso. Quem conhece o processo de tomada de conta especial sabe que ele é custoso, é demorado e pode ser inefetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A última justificativa para que a CGU também apoie está vinculada ao segundo assunto em que eu entro, agora, que é a medida provisória estar muito alinhada às recomendações que a CGU vem fazendo sobre o assunto.

E aí, só para tentar resumir, Senador e Deputada, a gente, nos últimos dez anos, vem atuando nesse assunto de obras paralisadas com ênfase para a educação básica. Então, a primeira grande ação que a CGU fez foi uma avaliação primeira mais estrutural, do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, o Proinfância. Nessas auditorias, inúmeras, que a CGU fez, visitando inúmeros municípios no Brasil, foram identificados alguns problemas realmente estruturais, questões envolvendo metodologia de construção, questões envolvendo prestação de contas, questões envolvendo transparência, e isso nos deu algum aprendizado para tentar identificar – junto, eu imagino, também, com o próprio FNDE e o Governo como um todo – o que dá errado. Então, eu acho que essa é a primeira grande experiência.

A segunda experiência da CGU foi: em 2019, o Governo fez um grande levantamento, por solicitação do Comitê Interministerial de Governança, de obras paralisadas não envolvendo só educação, mas envolvendo outras áreas do Poder Executivo como um todo, e tentamos ali identificar causas, enfim, e como tratar esse problema. Elaboramos um grande diagnóstico. Anteriormente, o TCU tinha feito um trabalho também muito benfeito, um diagnóstico muito interessante, e, a partir desse diagnóstico, algumas coisas nos vieram à mente, e a gente precisa, enquanto país, pensar nisso.

A primeiro é: nós precisamos ter um repositório de todas as obras que o Governo faz. Esse é o primeiro grande problema que a gente tinha e que a gente está começando a endereçar no Governo com um cadastro de obras no Governo.

Esse cadastro ainda é inicial. Enquanto Governo, nós precisamos trabalhar para mantê-lo sempre atualizado, mas ele é um instrumento para duas coisas: primeiro, para o Parlamento poder olhar e acompanhar, mas também para sociedade poder acompanhar o que está sendo feito.

Outro ponto que a gente também identificou nesse trabalho é que não era interessante ficar inaugurando, iniciando obras novas sem terminar obras antigas. A gente tinha uma carteira de mais de 10 mil obras em andamento. Antes de começar uma nova obra, vamos terminar o que a gente já começou, o que estava paralisado?

Outro ponto que nós recomendamos ao Governo naquela época foi: "Vamos elaborar, então, um plano de retomada de obras, muito alinhado ao que a gente está fazendo agora, e vamos priorizar as obras?". Porque, às vezes, os vários gestores do Poder Executivo, todos tem os seus desejos, mas, enquanto Governo, nós precisamos centralizar esses desejos e priorizá-los. Então, essa medida também que a gente está tomando agora, via medida provisória, também está muito alinhada com isso.

Também recomendamos melhorar a qualidade dos projetos, porque muito do que tem de obra paralisada tem a ver com qualidade de projeto. Então, inauguramos discussão sobre certificação de projetos em grandes obras, inauguramos discussão sobre capacitar melhor e o Governo dar apoio na ponta para os pequenos municípios também. Então, esse foi um trabalho muito importante, em que nós levantamos um conjunto de informações relevantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E aí veio uma terceira iniciativa, liderada pelo Poder Judiciário, pelo CNJ que foi o Destrava. Eu sei que teve uma participação também do Parlamento, e o Tribunal de Contas também atuou. Lá, nós levamos também essa experiência da CGU.

E uma última experiência que nós tivemos também, que eu acho que é importante compartilhar com o Senador e com a Deputada, foi que já houve projetos de lei anteriores tratando desse assunto, e, sempre que sai esse tipo de projeto de lei, a CGU tenta aportar aqui, no Parlamento, a sua experiência para melhorar o texto.

Para terminar, dada essa nossa experiência, eu acho que é interessante comentar que a medida provisória traz alguns pontos que estão muito alinhados ao que recomendações de órgãos de controle falam. Eu vou citar alguns.

Por exemplo, o primeiro e mais importante, a necessidade de priorização das obras inacabadas em detrimento de novos investimentos. A MP é isso, o coração da MP é: o Governo entendeu que era importante tocar nesse assunto e nós vamos priorizar obras inacabadas.

Segundo: vamos estabelecer critérios de priorização? E aí a MP traz um critério muito simples, que é: obra que já está com um percentual de execução próximo do fim. E por que é que esse critério é bom? Ele é bom porque, primeiro, eu estou priorizando aqueles equipamentos que vão ser entregues mais rápido, e eu vou atender mais rapidamente a população. E ele é um critério objetivo e fácil de o FNDE operacionalizar. E nisso eu acho que o Parlamento tem que pensar muito quando for discutir os critérios, porque, se a gente começar a colocar muitos critérios novos, a gente pode dificultar a operacionalização pelo FNDE, mas mais importante é a judicialização. Se a gente começar a colocar critérios não tão objetivos quanto a execução e a idade do convênio, a gente pode correr o risco de ter questionamentos: "Ah, por que é que o meu projeto foi primeiro?". Enfim, acho que a gente tem que tomar esse cuidado.

A exigência do laudo técnico atestando o estado da obra também é uma recomendação dos órgãos de controle muito importante para a gente ter certeza de que aquela obra está naquele estágio.

O estabelecimento de prazo máximo. Naquele relatório que eu comentei com os senhores e com as senhoras, a gente tinha sugerido o prazo de 18 meses. O Governo entendeu que 24 não é muito diferente. Eu acho que ter um prazo é que é o importante. Então, estamos bastante alinhados.

Possibilidade de mudar o projeto. Nós estamos falando de obras de dez anos, de oito anos atrás; talvez a necessidade do município seja diferente agora. Então, será muito importante essa possibilidade de fazer ajuste no projeto, obviamente com responsabilidade. E nós temos confiança em que o FNDE vai operar isso com responsabilidade e que os órgãos de controle vão acompanhar isso à medida que isso for implementado.

E, para finalizar, exigência de celebração de novos ajustes contratuais aplicáveis às obras repactuadas. Nós vamos firmar novos ajustes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO LUCAS DE OLIVEIRA AGUIAR – ... novos instrumentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Para concluir, além dessa ajuda auxiliando a elaboração da medida provisória, a CGU também está auxiliando o ministério na elaboração da portaria interministerial. E o mais importante: nós vamos, nos próximos anos, incluir ações de auditoria para acompanhar. A priorização foi feita adequadamente? O cronograma está sendo atendido? As obras foram entregues? Quanto à efetividade da ação, a ação foi efetiva no final?

Enfim, era isso.

Agradeço. É um prazer estar falando para vocês. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Obrigado, Sr. Tiago.

Por último, passo a palavra à Auditora-Chefe da Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica do TCU, Keyla Araújo Boaventura.

Fique à vontade.

A SRA. KEYLA ARAÚJO BOAVENTURA (Para expor.) – Boa tarde. Agradeço aqui o convite também de contribuir com esta Comissão Mista.

Eu me chamo Keyla Boaventura. Atualmente estou à frente da Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica do tribunal.

Cumprimento aqui a Deputada Flávia, o Senador Alessandro Vieira, Presidente da Comissão, todos os participantes aqui, os palestrantes aqui também da audiência pública.

Vou falar um pouco sobre a atuação do TCU em obras paralisadas e trazer também outras questões que precisam ser avaliadas nessa retomada de obras paralisadas. Porque há uma crença de que apenas a alocação de recursos financeiros vai resolver o problema, mas, ao longo da atuação do TCU, a gente identificou uma série de problemas, que a gente trouxe aqui para a audiência pública e que pode colaborar com a elaboração da medida provisória.

Vou ligar aqui. (*Pausa.*)

É, não vai passar.

O TCU vem atuando em obras paralisadas já há décadas, principalmente com foco em transparência, em dar transparência a esse quantitativo de obras paralisadas, com o objetivo de determinar melhorias na gestão de dados, padronização de conceitos, o que é uma obra paralisada – cada ente, cada município utiliza um critério, e o TCU tem trabalhado para uniformizar isso –, e também para melhorar a carteira de obras paralisadas. Então, ao longo dessas décadas...

Atualmente tem um trabalho em andamento, sobre a avaliação da gestão da carteira, e, em 2019, teve um acórdão, o 1.079, de 2019, a partir do qual a gente tem feito uma atualização constante, tanto um acompanhamento desse quantitativo de obras paralisadas quanto um monitoramento das recomendações e determinações feitas ao atual Ministério da Gestão e da Inovação.

E, nessa linha de transparência – pode passar –, o TCU publicou um painel, que é um painel de acompanhamento das obras paralisadas, que hoje está no portal, está aberto a qualquer cidadão, que consolida dados da Caixa, que é um dos maiores bancos de dados atualmente, de contratos de repasse e termos de compromisso, obras do PAC, do extinto SisPAC, Dnit, Funasa, MEC – no caso do MEC, envolve três bancos de dados, educação infantil, superior e técnica. Então, agregou todos os bancos de dados. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

este ano a gente fez uma atualização, em abril deste ano, e incluiu também o banco de dados da saúde, o Sismob. E, nessa atualização de 2023, identificou-se esse quantitativo de 8.603 obras paralisadas no Brasil, considerando esse recorte desses bancos de dados que eu mencionei anteriormente.

Pode passar.

Do total, 41% são obras de educação básica. Isso envolve creches, escolas, quadras poliesportivas, ou seja, 3.580 é o dado que a gente tem atualmente, sendo que os Estados do Maranhão, Pará, Bahia, Ceará e Minas Gerais são os que concentram a maior quantidade de obras paralisadas.

E friso aqui que, para o TCU, obras paralisadas e inacabadas são a mesma coisa, significa que as obras foram iniciadas, foram interrompidas, não foram concluídas. Então, para efeito do quantitativo no painel do TCU, tem o somatório de paralisadas e inacabadas, porque, na verdade, o que diferencia as duas é que, em "paralisadas", o termo está vigente e, em "inacabadas", o termo expirou, mas efetivamente a obra se encontra lá inconclusa.

Em relação às causas de paralisação – pode passar –, no último levantamento que a gente fez, no acórdão do ano passado, a gente pegou esses dados, o TCU levantou junto ao Simec o que estava registrado no sistema e considerou apenas os três primeiros ali, que representam 70% do total de registros... O registro é "contrato rescindido", "abandono da empresa" e "outros", que são casos em que o gestor local, o município que é responsável pelo registro, não registrou qual foi a causa. De qualquer forma, olhando somente para os bancos de dados, a gente não sabe exatamente qual foi a causa raiz que levou a empresa a abandonar a obra, qual foi a causa raiz que levou à rescisão daquele contrato.

Por isso, o Governo Federal este ano sentiu esta necessidade de fazer o Mãos à Obra, para ir lá na ponta trazer mais informações e também suprir as lacunas aí desses bancos de dados.

E em relação à educação básica, o TCU também vem acompanhando o ProInfância – pode passar – desde 2007, desde a criação do programa. Realizou muitas fiscalizações, fez vistorias *in loco*, tanto da metodologia convencional, que é de alvenaria, de tijolos, quanto da metodologia inovadora, que são aqueles painéis chamados de creche de plástico. E proferiu uma série de determinações e recomendações ao FNDE.

Pode passar.

E, no caso da metodologia convencional, esse é o modelo do ProInfância se não me engano tipo B, que era maioria, 80% do total das obras eram nesse tamanho, tipo B. O TCU realizou 44 fiscalizações nos cinco estados da Federação, de creches.

Esse aí é o sistema convencional, de alvenaria. Nesse caso aí, o FNDE fornece o projeto padrão. O município é que realiza a licitação e faz a contratação das empresas para realizar as obras. E, nesse caso, o TCU identificou uma série de problemas *in loco*, especialmente ausência de monitoramento e fiscalização por parte do FNDE. E essa falta de acompanhamento *pari passu* da execução das obras levava a uma série de problemas, como intempestividade nas ações, que poderia ser definida ali junto da fiscalização com o município; ausência de assistência técnica para os municípios. Isso por vezes gerava esse baixo ritmo de execução das obras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O TCU identificou também creches concluídas de portas fechadas porque o município falava que não tinha condição de operar e de manter aquela creche, o que é um problema também. Essa fiscalização deficiente dos termos de compromisso, desatualização e inconsistência do sistema dos dados do Simec.

Isso fez o TCU fazer uma série de determinações e recomendações ao FNDE na época, principalmente que apresentasse um plano de acompanhamento e fiscalização dessas obras, para evitar novas paralisações.

E, no caso da metodologia inovadora, esse é um caso lá do Rio Grande do Sul. O TCU fez uma série de fiscalizações também em vários estados. A metodologia inovadora consistia numa licitação centralizada. Então, o FNDE fez uma seleção de quatro empresas, na época, para realizar, executar obras em todos os municípios do Brasil. E acreditava-se que, fazendo essa centralização, ia resolver o problema da pulverização das contratações dispersas no Brasil, mas acabou gerando um problema ainda maior porque se percebeu que essas empresas contratadas não tinham capacidade econômico-financeira para gerir esses contratos. Era uma logística complicada, difícil. Era uma metodologia inovadora. Por exemplo, no caso do Rio Grande do Sul, a mesma empresa que ganhou o Estado do Rio Grande do Sul ganhou o Estado do Maranhão. Então, imaginem só o transporte desse material, a necessidade de mão de obra especializada para executar essa metodologia, que é diferente de tudo com que a mão de obra civil está acostumada.

Então, nesse caso, das 238 creches, só nesse estado, só quatro foram concluídas, chegaram a ser concluídas. Quanto ao restante, o FNDE mudou as regras do programa para permitir que as creches contratadas em metodologia inovadora fossem transferidas para metodologia convencional, de alvenaria, mas, mesmo assim, ficou um passivo enorme de obras paralisadas dessa metodologia inovadora.

Os municípios também reclamavam muito, porque no programa não havia a possibilidade de recursos para a manutenção – se para o município já era difícil dar manutenção em alvenaria, imaginem, quanto mais, numa metodologia inovadora que, às vezes, só tinha um fabricante no Brasil para ele conseguir fazer essa manutenção.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KEYLA ARAÚJO BOAVENTURA – Então, esse modelo também acabou não funcionando.

Eu trouxe também para falar um pouco sobre a experiência do Destrava, que foi uma iniciativa liderada pelo CNJ, com a participação da CGU, do TCU, da AGU, do Crea, do Ministério Público, do Ministério Público Federal, dos Tribunais de Contas dos estados e municípios. O projeto-piloto ocorreu em Goiânia e selecionaram 56 obras, com essa articulação de todos os entes. Nessa avaliação-piloto, identificou-se que as causas da paralisação relacionadas com problemas jurídicos ou problemas de controle externo – de controle no geral, de qualquer tribunal de contas – eram mínimas, eram em torno de 1% do total das obras. Mas foi feita toda essa articulação, e o objetivo desse modelo era criar um protocolo simples que conseguisse que aquelas obras fossem retomadas para serem replicadas em outros estados. Dentro desse projeto, foi feita uma oficina com Prefeitos, com gestores municipais – pode passar –, em que eles apresentaram uma série de problemas para retomar essas obras. Então, o aspecto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

financeiro é apenas um deles; a ausência de recursos financeiros para a contrapartida, a demora do repasse de recursos financeiros, a desvalorização dos valores inicialmente pactuados, são apenas alguns dos aspectos.

Os municípios têm essa dificuldade de se comunicar com o FNDE – na época, tinham dificuldade até de mudar o *status* da obra no sistema, porque dependia da visita do FNDE à obra para dizer que a obra estava, em vez de em execução, concluída. Então é importante que, na retomada das obras, também sejam avaliados esses outros aspectos, como a melhoria da gestão do FNDE, especialmente os aspectos técnicos. Os municípios têm esta dificuldade de gerir o sistema, de fazer essa prestação de contas, eles têm uma baixa qualificação das empresas que ganham essas licitações, eles têm dificuldade de fazer essas alterações de projetos, têm insuficiência de equipe técnica nos municípios, e é importante que todos esses aspectos sejam considerados.

Para concluir, quero falar que o TCU está em articulação com os outros tribunais de contas – pode concluir, não é? –, dos estados e municípios, porque agora, com a entrada de recursos estaduais, a fiscalização vai ser ampla de todos os tribunais de contas. Ele tem feito essa articulação com outros órgãos, para evitar essa sobreposição de atuação, harmonizar e dar toda a transparência de todas as fiscalizações que estão em andamento.

Coloco-me à disposição para o debate.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Perfeito, agradeço a todos pelas exposições.

Passo a palavra para a Deputada Flávia Morais, Relatora.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO. Como Relatora.) – Boa tarde a todos e a todas!

Eu queria cumprimentar o nosso Presidente, Senador Alessandro, e parabenizá-lo pela condução dos trabalhos. Quero agradecer aqui a presença de todos que vêm participar e acompanhar esta audiência pública, e quero fazer uma referência e uma manifestação pública de reconhecimento a esses atores que estão aqui hoje nesta audiência pública.

Eu, que sou Coordenadora da Comissão Externa que acompanha as obras paralisadas, inacabadas, desde a última legislatura, tenho acompanhado um pouco do trabalho e do interesse de cada um desses órgãos nessa pauta. Então, aqui, Regina Lemos, que já acompanho há algum tempo, sempre trabalhando, principalmente pela capacitação dos entes federados, principalmente municípios, estados, para que eles possam fazer adesão ao sistema.

Um dos apontamentos do último acórdão do TCU é justamente a falta de um sistema integrado, padronizado. As informações variam de ministério para ministério, e isso dificulta muito o acompanhamento dessas obras, até com conceitos e termos diferentes em cada um dos ministérios.

Então, a gente sabe do esforço que a Regina faz, e hoje, lá no Ministério da Gestão e da Inovação, com certeza ela é parte importante desse processo de retomada e de conclusão dessas obras.

Eu queria fazer aqui uma referência especial à FNDE, que sempre esteve presente nas nossas audiências públicas, e reconhece e tem uma preocupação grande – a própria Flávia usa esse termo – com essa tragédia nacional que é uma presença de tantas, inúmeras, obras paralisadas e inacabadas no nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

país. Algum problema tem para a gente ter números tão altos, estamos sendo ineficientes em alguma coisa, em várias coisas. Não é, Keyla?

E aí, eu quero deixar aqui o nosso otimismo em relação à gestão da Fernanda, Presidente da FNDE. Tenho referências dela no Ceará e acredito muito no avanço dessa pauta, nessa gestão dela, até porque ela tem um perfil de destravar, de enfrentar o desafio. Ela sai daquela questão de "ah, mas é sempre assim, não tem jeito", ela tenta achar um jeito de a gente superar alguns obstáculos que parecem intransponíveis, mas que, com cuidado, atenção e dentro da legalidade, nós podemos superar se a gente tiver vontade política.

Eu acredito muito nisso.

Queria aqui cumprimentar também a Casa Civil, que sempre tem estado disposta a participar de todas essas frentes que nós já tivemos para enfrentar esse problema.

Quero agradecer à CGU também, que está sempre aberta, em todos os momentos que a gente convida, em audiências públicas, e sempre vem discutir. Então, a gente fica muito feliz de tê-los conosco aqui.

E o TCU também, que é um grande parceiro da Comissão Externa. A gente sempre tem tido, no TCU, a consultoria, o apontamento, a gente tem acompanhado todos os acórdãos que a gente tem visto do TCU. O TCU tem tido o cuidado de fazer esse levantamento, essa pesquisa, que é uma coisa bem detalhada e difícil, e a gente tem acompanhado todo o trabalho que o TCU tem tido.

Muitas vezes, quando a gente fala dessa situação, o dedo já logo vai para o TCU: "Ah, são os tribunais, não é?", e, na verdade, a gente percebe, acompanhando de perto, justamente o contrário. O TCU e a CGU têm tido uma preocupação muito grande de ajudar a trazer uma solução para esse problema. Então, quando tem vontade de resolver, a gente acredita que é possível resolver.

Então, hoje eu quero aqui dizer que eu estou vibrando com essa medida provisória, porque é um passo muito relevante para que a gente possa avançar nessa pauta, porque nós já tivemos outras iniciativas, mas que vinham mais teóricas: "Ah, vamos fazer um pacto, vamos juntar, vamos fazer", mas como? E a gente precisa – como disse aqui a Keyla – enfrentar o que está segurando. Então, essa questão do recurso a gente tem que botar na mesa. Não adianta ficar jogando para lá e para cá e fazendo de conta que não falta e que a gente não precisa atualizar esses valores. Isso é um fato e é muito importante. A gente precisa colocar recurso.

Mas não é só isso, não é, Keyla? A gente precisa ter critérios, ter todo um plano de reprogramação dessas obras. O FNDE vai ter que ter todo um desdobramento de agilidade na análise desses novos projetos, porque, senão, a gente vai continuar com essa lentidão, a gente vai acabar não dando conta nesse período.

A gente está falando de conclusão, não é de entrega de equipamentos, é obra. Obra demora. Então a gente precisa dar uma agilidade para tudo isso.

Então a gente sente o interesse de todos. Eu quero aqui dizer que a gente está acompanhando de perto. São 79 emendas que foram apresentadas ao texto MP. Nós estamos acompanhando, avaliando caso a caso – viu, Presidente? – para que a gente possa aproveitar. Aqui a gente é uma Casa em que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

processo... Faz parte do processo legislativo. Então a gente consegue reunir experiências diversas de todos os cantos do Brasil, pessoas que estão lidando lá na ponta, no dia a dia, com essa situação. E com certeza, as contribuições que nós recebemos são todas muito relevantes.

Eu queria, falando um pouco sobre o que foi dito aqui hoje, colocar algumas preocupações que eu tenho, porque acho que a gente precisa pensar e aproveitar o texto da MP, para que a gente não deixe problemas para depois. A gente precisa tentar resolver o máximo possível nessa MP, para não ficar depois precisando de outras questões. Até, se eu pudesse, eu incluiria a saúde, outros ministérios aqui, para a gente resolver. Mas a gente pensa na possibilidade até de uma MP para outros órgãos. Eu tenho certeza de que esse passo vai ser exemplo para os outros ministérios. O FNDE sai na frente. Parabéns aí ao FNDE por isso, viu, Flávia? Eu fico muito feliz de ver a disposição em que vocês estão para resolver.

Eu queria aqui colocar algumas questões que a gente até conversou também com o FNDE, mas eu acho importante o TCU, a CGU acompanhar conosco, o nosso Presidente.

Primeiro, a questão das obras que estão em tomada de contas especial. Então elas estão nessa situação. Tomadas de conta especial vão ficar fora? Nós vamos separar a parte de problema de investigação e vamos abrir para que ela possa ser concluída? Muitas vezes, já é outro gestor, o outro gestor quer concluir. Essa obra está lá, é o problema. E a gente vai fazer o quê? Vai parar e sacrificar a população, ou vai punir quem foi culpado pela tomada de conta e vai reprogramar e vai entregar essa obra? E deixar quem não deu conta ou teve algum problema responder por ela? Então a gente precisa ver. Eu acho que é uma questão que a gente precisaria já incluir nessa MP.

Queria ver também a questão, a Flávia já está olhando também isso, de algumas obras que já foram abarcadas numa resolução anterior, e, por isso, eu acredito que, se a gente não as incluir nessa MP, elas vão ficar aí, porque na outra resolução não tinha recursos. Então elas estão naquelas medidas que eram mais teóricas, que eu falei. Então, de repente, elas precisariam ser incluídas na MP, para que possam realmente ter dotação, ter possibilidade de fazer uma reprogramação com atualização de valores.

Eu queria deixar aqui a questão também de que algumas obras não vão carecer de investimento, elas precisam de repactuar prazo. São obras que já estão em funcionamento, CMEIs com alunos funcionando. Hoje mesmo, eu estive acompanhando um caso lá no FNDE. Então já têm alunos, estão funcionando, mas não conseguem prestar contas. E vão ser notificadas e vão para tomada de contas especial, porque elas estão inacabadas, porque o prazo venceu, não tinha convênio mais para prestar conta.

Então, esse tipo de obra não vai precisar de recurso. Ela só precisa de um tempo para o município prestar conta. E aí a gente sabe que são casos que vão poder, que eu acho que tinham que entrar logo, também, independentemente de recursos. O limite, a princípio, é recurso, mas eu acho que essas entram sem precisar entrar nesse recurso e elas podem dar aí uma resposta interessante em números de obras que podem ser concluídas.

A questão do recorte da data, que é maio, eu acho que a gente precisava avaliar isso juntos, porque maio... Algumas ficaram. Depois, logo depois, entraram. A MP está sendo ainda... E, de repente, a gente consegue abrir mais um prazo para incluir aquelas que chegaram, que entraram no *status* de paralisadas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

inacabadas e, logo depois, a gente, pelo menos, colocar um prazo de acordo com a aprovação da MP, porque aí a gente pega mais um pouco, que ficaria de fora e que vai estar aí, também, fazendo contagem para essa situação.

A questão da regulamentação posterior. Queria fazer uma pergunta até se ela vai ser feita através de portaria ou vai ser projeto de lei? Como vai ser isso? Vai ser interno ou vai passar por aqui? Se for, a gente precisa deixar o menos possível, para a gente poder aproveitar esse processo legislativo e colocar, já, esses critérios, tudo na MP, para a gente poder já ter… Para não ficar remetendo a outra lei, porque aí é mais prazo, mais tempo. Então, perde o sentido da MP se a gente for ficar remetendo a uma legislação que vai passar por aqui novamente.

Então, essa é outra questão que a gente queria colocar aqui.

Em relação aos critérios de priorização, eu concordo que a gente não pode colocar muitos, mas eu acho que esse da aprovação técnica, de viabilidade técnica é fundamental. De repente, nós vamos ter aí municípios com percentual de obra avançado, mas que não têm o projeto de reprogramação aprovado. Ele vai ficar ali na lista de prioridade, segurando o recurso, sem um projeto.

Então, eu acho que essa questão do projeto aprovado, o projeto e a viabilidade técnica aprovada é essencial.

A questão, depois, do percentual de obra executado e também da antiguidade, a questão da obra mais antiga, muito bem pensada pelo FNDE.

Queria deixar aqui, pedir também, a informação sobre a questão do conceito de obra cancelada. Eu tenho conversado em outros ministérios, no da Saúde mesmo eles entendem a obra cancelada como inacabada. Eu não sei se existe uma confusão em relação a esse conceito. Eu queria saber o que são essas obras canceladas. E elas vão ficar de fora? Elas têm como entrar? Como estão? Qual é a situação dessas obras, as canceladas?

E eu queria, também, eu sou do Estado de Goiás e eu fiquei, assim, meio confusa em relação aos dados de Goiás, que, para mim, a demanda é grande, mas, depois, pareceu que não é. Apareceram 800 obras depois. Então, eu queria até ver aqui, também, em relação a isso, como está a situação de Goiás, uma atualização maior em relação aos dados de Goiás.

A questão da ampliação do prazo eu acho bastante interessante também e a possibilidade de adequação do projeto, a alteração, porque essa flexibilização pode ajudar muito na reprogramação dessas obras. Então, aqui eu quero, não vou me alongar mais, dizer que a gente tem como trabalhar. Vamos fazer mais uma audiência pública amanhã. A gente quer apresentar o parecer no dia 1º de agosto.

Eu espero e estou à disposição para que a gente possa construir, com o apoio de todos, um texto que seja respeitado, reconhecido e que tenha o entusiasmo de todos para que a gente possa realmente trabalhar – mãos à obra! – de mãos dadas, porque a gente precisa de todos para que a gente possa avançar, não só concluindo essas que estão aí, mas também nos preparando para evitar as próximas paralisações, qualificando os nossos gestores para que eles possam estar mais qualificados para apresentação de projetos, para o início de novas obras, garantindo recursos, trazendo mais eficiência para a execução dessas obras com recurso federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Mais uma vez, eu agradeço a todos e agradeço ao Presidente pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Obrigado, Dra. Flávia.

Viabilizem, por favor, a palavra para o Deputado Tarcísio Motta, que pediu a palavra neste instante.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (PSOL - RJ. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Olá, boa tarde.

Quero primeiro agradecer ao Presidente Alessandro Vieira pela possibilidade de fala e pedir desculpas por não estar aí presencialmente. Amanhã estarei, mas hoje, por conta do cancelamento da grande parte das atividades da Câmara dos Deputados, eu acabei ficando aqui no meu estado de origem, Rio de Janeiro.

Queria também parabenizar a Relatora, Deputada Flávia, pela excelente exposição, e já adianto que concordo integralmente com os apontamentos feitos por V. Exa. Acho que a senhora tem, de fato, muita razão quando diz da importância dessa medida provisória. Ela é uma medida provisória fundamental já que obras paralisadas e inacabadas representam não só o desperdício de dinheiro público, mas, sobretudo, a negativa de direitos, e aqui nós estamos falando, sobretudo, da negativa do direito à educação e, em grande medida, da negativa do direito à creche, à educação infantil. É um verdadeiro flagelo que atinge ainda a nossa educação e é uma verdadeira vergonha o fato de a gente estar tão longe de garantir o direito à educação infantil para todas as nossas crianças.

Quero parabenizar, portanto, o Governo Lula pela edição dessa medida provisória, o FNDE em especial. Acho que essa perspectiva de chegarmos ao objetivo de 450 mil novas vagas, com aplicação de até R$4 bilhões, é, sem sombra de dúvida, algo que nos deixa orgulhoso de poder participar deste processo de um país em reconstrução e também dessa situação, de forma tão evidente e concreta, que é retomar obras paralisadas, inacabadas, mesmo que a gente saiba, como dito, inclusive, pela Dra. Keyla, representando o TCU, que o desafio seguinte é o desafio de recursos necessários para a implementação e manutenção dessas – esperamos – futuras escolas e creches estarem com obras concluídas. É ainda um desafio para estados, municípios e para o próprio Governo Federal, pois sabemos que ainda há um desafio longo. Ainda há um longo caminho a se trilhar nesse processo.

Eu pedi inscrição, sobretudo, porque eu gostaria de fazer algumas perguntas e colocações. Uma delas a Deputada Flávia inclusive adiantou parte perguntando sobre Goiás, mas eu fiquei curioso, por exemplo, do meu Estado do Rio de Janeiro. Como eu perdi o início da audiência pública por causa de um problema técnico e eu não estava escutando, não consegui ver se a Dra. Flávia do FNDE conseguiu apresentar o *link* em que a gente tem a lista dessas obras que estão colocadas de forma detalhada. Caso isso não esteja disponível, eu gostaria de solicitar que nos seja enviado até para que a gente pudesse acompanhar...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Deputado Tarcísio...

O SR. TARCÍSIO MOTTA (PSOL - RJ. *Por videoconferência*.) – ... cada Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – ... o *link* está disponibilizado na página do próprio FNDE.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (PSOL - RJ. *Por videoconferência*.) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu queria aproveitar e solicitar também se a gente pudesse receber essas apresentações por PDF, que foram apresentadas aqui hoje, nesta própria audiência, para que a gente possa acompanhar as obras em cada um dos estados.

Eu queria fazer também uma pergunta. O nosso mandato foi procurado e eu vi depois, olhando as várias emendas apresentadas, que outros mandatos foram procurados por representantes da rede federal, dos institutos federais e do Colégio Pedro II, para que a gente pudesse verificar a possibilidade de que obras paralisadas pudessem ser incorporadas nessa medida provisória ou não. Eu gostaria de fazer, portanto, a pergunta ao FNDE sobre se há algum caminho pensado para isso ou se há um outro espaço onde nós possamos canalizar essas demandas que chegaram até nós. Eu mesmo sou professor da rede federal, embora esteja afastado da sala de aula já há sete anos, e fui procurado por representantes do Colégio Pedro II e de outros institutos federais com esse objetivo. Então, coloco aqui a pergunta.

Por fim, para não tomar também muito tempo de V. Exas. e dos senhores presentes, e eu sei que não é o objeto dessa medida provisória, mas fica aqui a sugestão à Mariana, da Casa Civil, para que a gente pudesse pensar – e o meu mandato certamente vai apresentar uma indicação oficial sobre isso – e também pudesse colocar na plataforma Mãos à Obra o monitoramento das obras paradas de prevenção a enchentes, de contenção de encostas e drenagem. Eu vi até na apresentação do TCU uma referência de que essa é uma questão lá de obras vinculadas à Defesa Civil, mas essa é uma preocupação muito importante. Claro, não é objeto dessa medida provisória. Mas, em breve, estarei tentando conversar aí com Mariana e com Keyla, do TCU, que vi, para que pudéssemos entender também um pouco, porque aqui no nosso Rio de Janeiro é um flagelo esta questão de obras de drenagem e contenção de encostas, que acabam paralisadas e acabam impondo à população a situação das enchentes, de forma muito evidente.

Então, parabéns ao Governo Lula! Parabéns ao FNDE!

Contem com o nosso mandato. Seguiremos acompanhando o trabalho e contribuindo, na medida do possível, para que essas obras possam ser concluídas e o direito à educação garantido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Obrigado, Deputado Tarcísio.

Eu vou passar a palavra para a Dra. Flávia, para esclarecimentos, por favor.

A SRA. FLÁVIA DE HOLANDA SCHMIDT (Para expor.) – Obrigada, Senador, e obrigada, Deputado Tarcísio, pelas colocações.

O *link* está no portal. No portal do FNDE tem um *banner* que está fixo desde a publicação da medida provisória e com todas as informações as mais atualizadas possível sobre a retomada das obras, sobre o pacto e as regulamentações subsequentes a serem encaminhadas pelo Ministério da Educação, em conjunto com os demais signatários. Na minha apresentação também tem o *link*, que deve estar disponibilizado na página da Comissão, então vai estar disponível também para todos e todas.

Em relação às questões – ficou bem baixinho o áudio de V. Exa. durante as perguntas – sobre a rede federal e o Pedro II, a ideia da MP focou inicialmente nas pactuações de obras que foram feitas entre o FNDE e obras de estados e municípios, que hoje é o alcance do Plano de Ações Articuladas. O Pedro II e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

rede federal seriam tratados então diretamente pelo Ministério da Educação. Esse é o esclarecimento que a gente pode fazer neste momento. O escopo da medida provisória foi nessas pactuações, nesses números nacionais muito dramáticos, relacionados aos pactos entre o FNDE e estados e municípios.

A SRA. REGINA LEMOS DE ANDRADE (Para expor.) – Só complementando, porque o Deputado fala sobre o Mãos à Obra e sobre as obras da Defesa Civil. O Mãos à Obra se destinou a uma consulta específica e pontual. Então, selecionamos as obras e perguntamos aos entes o interesse e a situação para atualização da própria carteira. Então, foi um momento estanque e ele se manteve e cumpriu o seu papel.

Sobre a preocupação das obras da Defesa Civil, a Defesa civil hoje tem um sistema de reconhecimento de desastre, que é o S2ID, e agora ela está junto com a MGI fazendo o desenvolvimento de um módulo específico para gerenciamento desses dados das obras da Defesa Civil e disponibilização dele também no Obras.gov

Então, só para atualizar o Deputado, a Defesa Civil está em parceria com a MGI e em breve essas obras vão estar disponibilizadas de acesso ao público. Está em desenvolvimento.

A SRA. KEYLA ARAÚJO BOAVENTURA – Deputado, posso fazer uma complementação?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Por favor, fique à vontade.

A SRA. KEYLA ARAÚJO BOAVENTURA (Para expor.) – Em resposta ao Deputado Tarcísio Motta, esclareço que o TCU, por conta dessa dificuldade de dados da Defesa Civil, Deputado, tem um painel de gestão de risco de desastres. Fica no portal do TCU, aberto para qualquer cidadão também, que tem a informação sobre a alocação orçamentária para obras. É possível ver no mapa do Brasil lá a alocação dos recursos para os municípios. Tem as abas separadas por resposta e recuperação e a aba de prevenção, porque resposta e recuperação é depois que o desastre acontece, e a prevenção são aquelas obras de contenção de encostas, de drenagem. No portal do TCU é possível ter acesso a essas informações orçamentárias e também tem a lista lá de todos os trabalhos do TCU nessa temática.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Obrigado a todas.

Quero registrar a presença do Deputado Estadual de Sergipe, Samuel Carvalho. Minhas saudações, Samuel.

Pelo e-Cidadania nós tivemos uma série de perguntas. Eu vou tentar agrupá-las por tema para que vocês possam responder de forma mais objetiva.

Luiz Cláudio, do Rio de Janeiro, e Sarah Costa fazem perguntas vinculadas à fiscalização e responsabilização, então eu peço ao Tiago e à Keyla que possam informar o cidadão brasileiro com relação às medidas adotadas contra ou com referência aos gestores responsáveis pelos atrasos, porque todos os problemas identificados são essencialmente falhas do gestor, seja a falha no projeto – a responsabilidade é dele –, seja a falha no acompanhamento e execução – também é dele. Então, só para dar para os nossos acompanhantes aqui essa informação específica, começando, por favor, pelo Tiago.

O SR. TIAGO LUCAS DE OLIVEIRA AGUIAR (Para expor.) – Agradeço a pergunta.

A gente tem basicamente duas formas de atacar quando a gente identifica um problema. Se é um problema, eventualmente, de gestão, enfim, um problema do projeto e a obra de alguma forma não foi entregue, ou a gente vai pela via administrativa, via abertura da tomada de contas especial, e pela via da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

tomada de contas especial, a gente vai tentar retornar ao Erário o dinheiro eventualmente mal gasto. Se for identificada uma responsabilidade administrativa ou penal de algum gestor, a gente vai atuar via um processo administrativo, se for um gestor federal. Então, se identificarmos eventualmente alguma falha envolvendo, por exemplo, o FNDE, e que tenha alguma falha grave no campo administrativo de um gestor do FNDE, nós vamos abrir um processo administrativo disciplinar, enfim, e aí tem todo o processo com o contraditório e a ampla defesa.

Se, por exemplo, a gente identifica que, na verdade, o problema foi a empresa contratada que eventualmente cometeu algum ilícito que pode ser enquadrado na Lei Anticorrupção, nós vamos abrir um processo de responsabilização dessa empresa. Agora, se for algum ilícito classificado penalmente, aí a Controladoria-Geral da União tem contato com órgãos de persecução penal, como a Polícia Federal, como o Ministério Público Federal, e nós vamos encaminhar para eles, para que eles possam dar o encaminhamento devido. Então, são quatro grandes frentes de atuação: ou é só administrativo para recuperação do dano, que é a TCE; ou é contra a empresa que causou o dano à administração por um ato de corrupção, eventualmente, ou via PAR, que é o processo de responsabilização de empresa, um PAR via servidor, ou eventualmente, uma persecução penal. E aí vamos entrar em contato com os órgãos, e a CGU áreas específicas para fazer esse tipo de contato com esses órgãos.

A SRA. KEYLA ARAÚJO BOAVENTURA – Complementando, como as licitações são do município, então, no caso da penalidade da empresa, isso já está previsto o contrato, em caso atraso, as multas por atraso, por descumprimento de contrato.

E no caso da má aplicação de recurso federal, no caso do TCU, a gente cobra no caso do FNDE, que é o repassador do recurso federal, para que faça, que julgue a prestação de contas para ter aquele recurso de volta para os cofres federais.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Nós temos algum percentual ou indicador de valores recuperados nos últimos quatro anos, por exemplo?

O SR. TIAGO LUCAS DE OLIVEIRA AGUIAR – Não tenho esse número da GGU. O que a gente sabe é que essa é uma via e por isso é que o Pacto é tão importante. Essa é uma via morosa, é uma via que não é tão efetiva assim, até porque a TCE é um processo administrativo, eventualmente, quem foi condenado pode discordar, entrar no Judiciário; enfim, é uma via dolorosa e demorada.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) – Registrando todas as provas e investigando os culpados, essa obra pode ter continuidade e ser concluída ou ela tem que ficar ali parada até que se conclua, até porque o senhor falou que é uma via morosa?

O SR. TIAGO LUCAS DE OLIVEIRA AGUIAR – Bom, Deputada, como eu comentei com a senhora, na verdade, no Governo, é preciso discutir essa vedação que a medida provisória trouxe. A medida provisória trouxe uma vedação no sentido de que obras que estão em Tomada de Contas Especial sejam objeto desse novo Pacto. O que gente tem conversado aqui é que vamos levantar, entre todas essas obras que foram potenciais de serem incluídas no Pacto, quantas a mais estariam em TCE e aí, internamente, vamos avaliar e procurar realmente o gabinete da senhora para poder darmos um retorno de quais impactos. Isso porque a gente tem que identificar quais foram os motivos que levaram a essa TCE. Vale a pena a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

gente aceitar todos os motivos ou tem um motivo específico? Por exemplo, um levantamento preliminar que a gente fez aqui, até por pergunta da senhora antes da desta Comissão, grande parte das TCEs têm a ver com omissão de prestar contas. Então, nesses casos, vale a pena o Governo tentar fazer um levantamento adicional para a gente trazer para a senhora e a senhora, junto com os demais Parlamentares, refletir se o caso de omissão de prestação de contas seria um caso que poderia ser uma exceção. Enfim, a gente precisa, enquanto Governo, conversar e trazer uma posição com um pouco mais de dados e calibrada aqui para o Parlamento.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) – Até porque, como eu falei, de repente a repactuação seria só de prazos, no caso da não prestação de contas de uma obra que já está concluída. Seria uma repactuação apenas de prazo, o que eu acho que é muito razoável.

O SR. TIAGO LUCAS DE OLIVEIRA AGUIAR – Isso se a omissão foi de uma obra concluída, não é? E isso a gente tem que levantar internamente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Só para uma referência, acho que a Dra. Flávia disse que há em torno de 1% de obras paralisadas por problemas de prestação de contas em tomada especial. Seria isso, não é? Os dados que você levantou.

A SRA. KEYLA ARAÚJO BOAVENTURA – Não, os dados que a gente levantou eram "causa de paralisação por ação judicial ou atuação do controle". Eram em torno de 1% a 3%.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Perfeito.

De Pernambuco, a Jéssica Laís pergunta, tentando traduzir aqui para vocês: Como é que vocês vão efetivamente atender as demandas de obras e serviços de engenharia, considerando a dificuldade *in loco* para atendimento à educação básica?

Acho que a Dra. Flávia poderia responder.

A SRA. FLÁVIA DE HOLANDA SCHMIDT (Para expor.) – Obrigada, Senador. Agradeço pela pergunta.

De fato, acho que como foi falado aqui pelos colegas da CGU, da Casa Civil e do TCU, a gente entende que a medida provisória traz uma condição necessária, mas não suficiente, para a conclusão dessas obras. Então, a questão da correção do recurso financeiro, a possibilidade de repactuação com a incorporação do apoio dos estados é uma condição necessária, mas não suficiente.

Existe um gargalo muito forte da assistência técnica. Eu sempre brinco que eu levo a palavra da assistência técnica junto com a da assistência financeira. E o PAR é justamente um instrumento de assistência financeira e técnica, não funciona uma sem a outra.

Então, a nossa ideia, inclusive, em atendimento a recomendações das Cortes de Contas: a gente não tem mais aquela figura da fiscalização *in loco* do FNDE, por entender que a gente não tem braço, não tem estrutura num território descentralizado, como tem, por exemplo, a CGU e o TCU, para fazer essa fiscalização. O ajuste que a gente tem feito, o arranjo que tem sido feito para viabilizar esse acompanhamento, essa assistência técnica *in loco,* tem sido por meio de contratação de empresas de engenharia supervisoras que, seguindo as orientações técnicas firmadas pelo FNDE, acompanham e dão assistência técnica no território, porque fica uma coisa menos custosa e mais viável, mais factível de ser alcançada do que, de fato, a gente confiar que a gente terá braço para estar presencialmente no território.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, a gente estabelece parâmetros e terceiriza, por via de contratação, via de licitação, a execução dessa supervisão no território.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Perfeito.

Embora já tenha sido objeto de manifestação...

A SRA. REGINA LEMOS DE ANDRADE (*Fora do microfone*.) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Pois não?

A SRA. REGINA LEMOS DE ANDRADE (*Fora do microfone*.) – Se eu puder responder...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Claro.

A SRA. REGINA LEMOS DE ANDRADE – Além dessa questão das contratações *in loco*, o papel da ferramenta, hoje, estruturante de gestão é substituir com dados íntegros.

A gente agora tem aplicativos com fotos georreferenciadas, com segurança, com tecnologia de *hash*, de não reaproveitamento de foto. Então, a gente está com esse acompanhamento não só fisicamente, pela pessoa, mas com troca de dados e com segurança – porque hoje a tecnologia já avançou e já consegue nos auxiliar.

Então, a gente vem diminuindo realmente a quantidade de vistorias no meio do processo por meio dessas evoluções tecnológicas em que a gente consegue integridade dos dados e o acompanhamento com o uso de ferramentas.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Ótimo.

Dando continuidade aqui – e logo em seguida vou passar a palavra para o Deputado Domingos Sávio –, já foi objeto aqui de fala, Dra. Flávia, mas só para repetir, para atender às perguntas de Ana Carolina, do Rio de Janeiro, e Sophia Martins, de Goiás: prazo para conclusão e valor estimado de repasse total.

A SRA. FLÁVIA DE HOLANDA SCHMIDT – Obrigada, Senador. Obrigada pelas questões.

O que é estabelecido na proposta da MP é que, após a repactuação – e a gente entende que tem uma série de etapas operacionais a serem cumpridas até a repactuação –, a gente vai abrir um prazo para que cada ente manifeste interesse sobre a retomada de cada uma dessas obras. Haverá uma análise de viabilidade técnica do FNDE e, só aí, com uma carteira de obras – isso dialoga até com um ponto que a Deputada Flávia Morais trouxe – em que manifestaram interesse, que a gente já validou que há viabilidade técnica, cujos projetos estão em ordem, cuja planilha orçamentária está em ordem, a gente vai fazer a priorização e repactuação

O prazo estabelecido na MP é de 24 meses, a contar da repactuação, quer dizer, quando a gente firma um novo instrumento com esses novos termos, prazos, metas e valores com os entes, podendo ser prorrogado por mais 24 meses, entendendo que existem entes que têm muita dificuldade com a questão da própria realização da licitação, um gargalo, muitas vezes, que acontece. Então, 24 meses.

Quanto ao valor dos aportes, o cálculo que a gente fez, com a atualização dos valores para a retomada do conjunto de obras, é de quase R$4 bilhões, em quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Obrigado.

Passo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG. Para interpelar.) – Sr. Presidente, prezado Senador Alessandro e prezada colega Deputada Flávia Morais, Relatora, cumprimento as representantes do FNDE.

Perdoem-me ter demorado um pouco para conseguir chegar aqui. Nós estamos tendo, simultaneamente, mais duas Comissões das quais eu faço parte, uma Comissão especial sobre tecnologia da informática e tecnologia digital em geral e nós tivemos a instalação da Comissão, simultaneamente a essa, e eleição de diretoria, então, peço a compreensão de vocês.

A minha presença é para reiterar o meu entendimento de que essa medida provisória é extremamente importante. Eu já vinha cobrando algo semelhante no Governo passado. Acho que, como praticamente todas as causas da educação e de vários setores em que nós temos a atuação direta do poder público – que, na minha avaliação, é fundamental que sejam priorizadas, como educação, saúde e segurança –, nós temos que ter um tratamento absolutamente republicano e suprapartidário. Então, a minha presença, Senador, é para reiterar o desejo de contribuir para que a gente consiga cumprir a missão, aqui nesta Comissão especial, o mais breve possível, e que possamos, o mais breve possível também, votar.

Eu tenho a expectativa, inclusive, de que a nossa Relatora, possivelmente, possa aprimorar, ainda mais, a medida provisória. Eu acho que tem espaço para isso.

Preocupa-me muito não só que a gente retome as obras inacabadas e as obras que estão paralisadas. São dois conceitos distintos, mas que estão na mesma condição de você ter ali o dinheiro público colocado e o objetivo não alcançado, com prejuízo grave para a sociedade, em especial para a educação, de modo muito acentuado na educação infantil e na educação fundamental.

A gente sabe que são milhares de obras no Brasil inteiro. Não é uma situação que pode ser pontuada com um Governo ou outro. Aliás, é um problema tão grave que eu aproveito e eu imagino que vocês até abordaram isso aqui. Nas últimas respostas, eu vi que estava na linha de abordar o problema. Como é que acontece isso? Como é que se origina isso? Por que é que uma obra fica inacabada ou por que é que ela fica paralisada? Em vez de achar o culpado, achar a origem do problema, porque a sensação que eu tenho, Flávia, é que isso continua acontecendo e isso me preocupa muito.

Eu vim de Minas Gerais. Cheguei agora pela manhã e vim com a missão de ir lá no FNDE – até já pedi uma audiência com a Fernanda, que já se prontificou a nos receber em agosto –, mas eu estou ansioso para ir lá, porque tem uma empreiteira ameaçando abandonar uma obra lá em Divinópolis, uma obra pela qual lutamos uns dez anos! Por fim, eu coloquei emenda pessoal, emenda impositiva, para lastrear o início da obra. Essa obra foi pactuada, no ano passado, iniciou e, quando você tem uma medição e aquele pagamento não sai em tempo hábil, a gente sabe que são pequenas empresas e acabam paralisando a obra. E, quando paralisam, às vezes, ela já está até procurando uma desculpa, porque vai defasando o orçamento, e aí paralisa a obra e não volta, e você vai licitar.

No caso dessa obra a que estou me referindo, de dois CMEIs que estão sendo construídos numa cidade de que eu fui Prefeito, uma cidade, hoje, com 250 mil habitantes, que tem uma demanda crescente na educação infantil, um no bairro Candelária Oliveira e outro no bairro Jardinópolis... Não que eu esteja querendo tratar de um assunto pessoal, mas é para exemplificar. Então, são duas obras que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Se a gente não cuidar disso, a gente vai resolver as obras paralisadas do passado, mas vai haver outras, porque essa uma dinâmica que precisa ser aprimorada. A prioridade de pagamento em obra que está iniciada tem que ser total, e nós temos que estar aqui, parceiros do FNDE, e eu sempre o fui, na Comissão Mista de Orçamento – e a gente já está aí com oito mandatos de vida pública, quatro aqui na Câmara Federal –, nós temos que estar atentos a isso, sabe, Senador? Nós garantirmos que haja, de fato, um orçamento robusto para essa área – estamos falando aí de R$4 bilhões –, mas a gente sabe que tem uma dinâmica e tem outras obras para iniciar.

Então, é esse apelo para que, simultaneamente à implementação das ações que vão advir da medida provisória, que é repactuar esses contratos, poder concluir obras inacabadas ou obras que estão paralisadas, a gente fique muito ligado para não parar outras obras que estão pactuadas, que são necessárias e que precisam ser concluídas.

Então, este é o apelo que eu faço, para que isso seja visto de uma forma bem republicana, e eu sei que esse é o pensamento da equipe do MEC. As vezes em que eu tive a oportunidade de estar com a Fernanda, eu fiquei bastante impressionado com a disposição dela de fazer ali um trabalho voltado para a educação. Temos também a melhor impressão do Ministro da Educação.

Então, eu acho que a gente precisa acabar com esse estigma de que nós vamos trazer a disputa política eleitoral para o palco da educação. Eu acho que nós temos a oportunidade de mostrar para o Brasil a maturidade, fortalecer os nossos princípios democráticos em oportunidades como esta. Essa medida provisória, literalmente, na minha avaliação, deve ter prioridade absoluta do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado, para que ela não só seja aprovada, mas que ela seja aprimorada.

Por fim, eu coloco o seguinte: eu soube – na leitura que fiz, para mim, ficou muito claro – que você pode ter uma correção atualizada baseada na inflação do setor de construção, o que é muito positivo, porque ela é diferente dos indicadores que eram usados, você pode fazer algumas adequações, mas tem algo que... Eu, pelo menos, tenho um exemplo que eu levei até ao conhecimento da própria Presidente do FNDE, e já havia levado no Governo anterior... E aí, no Governo anterior, me disseram: "Mas nós não podemos fazer nada. O Tribunal de Contas não permite". Aí, eu falei: "Vamos fazer uma lei", porque o Tribunal de Contas não permitia, e, de fato, o Governo não podia fazer nada, que era repactuar. Não tinha como repactuar o objeto. Mas me parece que tem algo que não está muito claro para mim que possa ser feito é que o objeto, em alguns aspectos, às vezes, precisa ser repactuado, para você aproveitar o dinheiro público.

Temos em Pompéu, Minas Gerais, uma escola sendo construída há mais de dez anos. Ela está paralisada há, pelo menos, uns oito anos. Ela iniciou-se, e aí houve um erro de concepção. O Prefeito, muito possivelmente um ex-Prefeito, que até já faleceu, uma figura boa, íntegra, correta, cometeu um equívoco, e ele pode ter sido induzido ao equívoco. Dizem que a ele, estando em Brasília, disseram: "Ó, tem oportunidade aqui de ter um convênio, de ter escolas e tal". E ele pactuou lá um convênio de uma escola de 12 salas, laboratório, etc. etc., uma obra grande, muito grande, para uma capacidade aí, sei lá, de 300, 400, 500 alunos – se fosse usada em mais de um turno –, para uma comunidade rural que tem 60 alunos e que não tem a menor perspectiva de, se botar transporte escolar, chegar a cem. E ela está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

distante da área urbana. E disseram: "Não, mas então leva uns meninos da cidade para lá!". Não tem a menor lógica, não tem o menor sentido. Então, são três blocos de salas, mais laboratório, mais sala de professor, mais sala de informática, mais uma quadra coberta. Conclusão: para terminar a obra hoje, para fazê-la absolutamente completa, o Prefeito fez uma licitação, e ele precisaria, para concluir os cerca de R$2 milhões, que ele ainda tem lá para utilizar – ele já aplicou mais de R$1,8 milhão na obra, o convênio acho que era R$3,8 milhões, se não me falha a memória –, Flávia, hoje, de R$6 milhões para terminar essa obra. Porque tem um adicional: é longe da cidade, e nenhuma empreiteira pega longe da cidade, sendo que ela tem um custo adicional de mão de obra, de transporte – e nada disso estava na planilha, Senador.

Então, o correto é fazer não só a repactuação do valor, mas também um novo direcionamento. Lá, como é, inclusive, ao lado de um assentamento rural, seria muito apropriado que uma parte da obra fosse para a educação infantil – há como dividir isso – e uma parte pudesse ser vocacionada, quem sabe, para ensino tecnológico, para aproveitamento em atividades mais variadas, extracurriculares. Mas haveria de ter uma brecha, uma alternativa na lei. E, quanto a isso, eu fiquei um pouquinho na dúvida, mas, se isso estiver assegurado, Flávia, eu acho que nos dará aí uma margem muito boa para resolver os diversos problemas – de atualizar valor, cronograma de obra e, obviamente, também a adequação do projeto, ou até uma ligeira mudança de objeto: era para educação infantil, parte vai ser educação infantil, a outra parte destinada para algum tipo, quem sabe, de educação de jovens e adultos, para pegar aquela turma ali da zona rural, etc.

Então, essa é a minha contribuição. E reitero com vocês do FNDE que eu procuro interagir com todas as áreas de governo, mas eu acho que se tem uma coisa preciosa que nós temos hoje é não só essa estrutura dentro do Ministério da Educação, mas o seu quadro de servidores. Aliás, eu propugno que a gente faça um esforço orçamentário: eu sou muito prudente com o tamanho de Estado, tem que ser o necessário, mas o FNDE precisa de mais reforço, porque a gente sabe a luta que é, e eu não gosto de furar fila. Mas vira e mexe a gente chega lá e ouve: "Pelo amor de Deus, analisa esse projeto aqui, porque senão passa de hora".

Então, acho que é muito importante fortalecer a estrutura do FNDE, para que a gente possa... Porque, afinal de contas, ele tem que atuar em 5.570 municípios, num processo de parceria. A concepção do PAR, que é algo que já vem de vários governos, foi uma concepção fantástica; o programa se aprimorou, e eu acho que é preciso intensificar o treinamento com as bases.

Queria deixar como sugestão aqui que vocês mantenham algo que eu pelo menos tive a oportunidade de pedir, e fui atendido pelo ex-Presidente Marcelo – e registro também o meu reconhecimento do esforço que ele fez, de ir lá nas bases, sabe, Senador. Então, nós tivemos a oportunidade de ter uma equipe do FNDE em Divinópolis, atendendo pelo menos 50 cidades ali, para explicar para o Secretário de Educação, para o auxiliar dele que cuida da senha de acesso ao PAR, como é que faz, porque tem muita obra que se paralisa por causa disto também: não alimentam o sistema, não passam a informação e o pagamento não sai.

Então, esse diálogo com as bases é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu acho que vocês estão de parabéns pelo esforço, e a gente precisa de dar apoio para que vocês possam manter essa relação muito direta com os entes federados para que a educação dê certo.

Muito obrigado, Presidente.

Contem comigo.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Obrigado pela contribuição, Deputado Domingos.

Flávia, se você puder adiantar só esse ponto específico da possibilidade de mudança ou adequação de objeto.

A SRA. FLÁVIA DE HOLANDA SCHMIDT (Para expor.) – Obrigada, Senador. Obrigada, Deputado.

A gente vai regulamentar, até respondendo a uma questão da Deputada Flávia Morais, a Relatora, a medida provisória por uma portaria interministerial pelos mesmos ministros que assinaram a medida provisória, e a ideia é definir a reprogramação de objeto, que é esse ponto que o senhor trouxe, dentro dessa de reconhecer, porque a medida provisória decorre de um processo de muito diálogo, de muita escuta da Presidente, especialmente do Ministro, como o senhor falou que esteve lá e já conversou.

Então, a gente está prevendo o caso em que a reprogramação do objeto possa ser, sim, feita pelos entes, entendendo que uma obra de 15 anos, eventualmente, não faz sentido nesse momento, e é dada ao município, em algumas condições, a possibilidade de fazer essa reprogramação e a gente aprovar isso, havendo ali base técnica para tanto.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Muito bom.

Vou fazer o registro de que, evidentemente, todos nós estamos somados nessa mesma página, todos nós temos a convicção de que educação é fundamental para o desenvolvimento do cidadão e do país, e ela só é importante quando chega ao orçamento, porque no discurso ela está desde sempre, e nunca mudou nada.

Então, somo-me à manifestação do Domingos no sentido da necessidade de adequação das equipes técnicas. É também uma constatação nas bases a característica diminuta das equipes, e, por conta disso, uma demora na análise de projetos dificulta muito os atendimentos.

Parabenizo a nossa Relatora, que já caminha muito bem no sentido de um relatório que melhore o texto, que veio já muito bom do Governo.

Agradeço a todos e dou por encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1174, DE 2023, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e dezessete minutos do dia doze de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Deputada Flávia Morais, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 1174, de 2023 com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Augusta Brito, Margareth Buzetti, Teresa Leitão, Mecias de Jesus, Gilson Daniel, Fernando Mineiro e Tarcísio Motta, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Davi Alcolumbre, Wilder Morais, Angelo Coronel, Laércio Oliveira, Izalci Lucas e Soraya Thronicke, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Alessandro Vieira, Jussara Lima, Eliziane Gama, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Dr. Hiran, Cleitinho, Elmar Nascimento, André Fufuca, Isnaldo Bulhões Jr., Antonio Brito, Hugo Motta, Samuel Viana, Vermelho e Miguel Ângelo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 1/2023 - MPV 1174/2023, de autoria da Deputada Federal Flávia Morais (PDT/GO). **Finalidade:** Debater a Medida Provisória n° 1174, de 2023. **Participantes:** Natália de Vasconcelos Cordeiro, Analista Técnica de Educação da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); Fátima Silva, Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Carlos Eduardo Lima Jorge, Presidente da Comissão de Infraestrutura da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC); Tânia Dornellas, Assessora de Advocacy da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; e Margarida Salomão, Prefeita de Juiz de Fora e Vice-Presidente de Educação da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Alessandro Vieira
Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 1174, de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 1.174, de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria.

Convido para assento à mesa as nossas expositoras – algumas vão estar presencialmente e alguns vão estar de forma virtual.

Agradeço a presença e a participação de todos e todas, que vão, com certeza, contribuir muito com a construção, com a elaboração desse parecer, que vai transformar a vida de muitas famílias do nosso povo brasileiro.

Queria convidar para fazer parte aqui da Mesa, junto conosco, a Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, Fátima Silva – seja bem-vinda; também, Natália de Vasconcelos Cordeiro, Analista Técnica de Educação da Confederação Nacional dos Municípios.

Acompanham conosco, virtualmente, a nossa querida ex-Deputada Margarida Salomão, hoje Prefeita de Juiz de Fora e Vice-Presidente de Educação da Frente Nacional de Prefeitos, que fará a apresentação de forma remota – seja bem-vinda, querida Margarida; Carlos Eduardo Lima Jorge, Presidente da Comissão de Infraestrutura da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, que também se apresentará de forma remota; Tânia Dornellas, Assessora de *Advocacy* da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que também estará conosco remotamente.

Comunico que o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) também foi convidado. Não teremos a presença, mas eles foram convidados para participar conosco.

Eu queria informar que esta audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

De acordo com as normas regimentais, cada convidado fará sua exposição por dez minutos, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Parlamentares inscritos.

Eu sou a Deputada Flávia Morais, Relatora da MP 1.174, e hoje estou aqui acompanhando os trabalhos desta audiência pública.

Justifico a ausência do nosso Senador Presidente da Comissão Especial, que hoje se encontra com outra agenda neste mesmo momento. Por questão de decurso de prazo, nós daremos andamento à realização deste debate de hoje, que, com certeza, ele acompanhará posteriormente através das gravações.

Eu queria registrar a presença do Deputado Tarcísio Motta, que esteve conosco na outra audiência pública e está hoje novamente participando ativamente do debate dessa MP.

Eu queria registrar também a participação da Fabiana, aqui do meu lado, a nossa assessora, que está participando conosco também deste debate.

Eu queria iniciar, então, a exposição dos convidados passando a palavra inicialmente para a apresentação remota da nossa querida Margarida Salomão, Prefeita de Juiz de Fora, Vice-Presidente de Educação da Frente Nacional de Prefeitos, que fará agora a sua apresentação.

Seja bem-vinda, Margarida!

A SRA. MARGARIDA SALOMÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Flávia. É um prazer enorme me encontrar aqui com você, embora remotamente. É certamente uma grande satisfação nós estarmos neste momento nesta Comissão que você preside com muita propriedade.

Eu não vou precisar de dez minutos, Flávia, porque, na verdade, a posição da Frente Nacional de Prefeitos é inteiramente favorável à votação dessa MP, que, na verdade, é uma reparação para os municípios e para a população atendida, estudantes, suas famílias, diante de uma situação absolutamente assustadora, não é? Afinal de contas, são mais de 4 mil obras paralisadas ou inacabadas entre 2007 e 2016. Isso gera uma frustração enorme por parte da população, uma cobrança, como é natural, que é feita aos Prefeitos, às Prefeitas, que são a autoridade pública mais próxima. E, na verdade, são os municípios, conforme levantamento feito, os responsáveis pela execução dessas obras, que foram, entretanto, interrompidas por diversas razões, que vão desde abandono das empresas, por conta de irregularidades de pagamentos, problemas administrativos, contratos rescindidos. Na verdade, nós dispomos de 46% desse conjunto sem informações suficientes para que nós, inclusive, entendamos por que as obras estão inacabadas ou paralisadas.

Então, a nossa posição da Frente Nacional de Prefeitos é pela aprovação da MP 1.174, de 2023, reforçando, entretanto, que nós entendemos que o FNDE deveria oferecer também programa para fortalecimento e capacitação das administrações municipais. Afinal de contas, são 1.682 municípios que estão afetados, em grande parte com dificuldades, até de quadros, das cidades de menor porte, das cidades que não têm envergadura para, às vezes, fazer uma gestão dessa natureza.

Então, somos pela aprovação o mais rápido possível dessa medida provisória, enfatizando a importância de que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação possa também fortalecer os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

municípios no que diz respeito à gestão dessas obras, para que situações como essa que nós estamos solucionando agora não venham a se repetir.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Eu que agradeço, querida Margarida. Desejo muito sucesso na gestão do nosso querido Município de Juiz de Fora. Tenho certeza de que está fazendo uma grande administração, uma Deputada brilhante, competente, que sempre lutou e defendeu, nesta Casa, a educação pública, gratuita e de qualidade. E eu tenho certeza de que, assim como eu, está muito feliz com a edição dessa medida provisória, que, com certeza, traz uma solução, a possibilidade de darmos um passo efetivo na conclusão e na entrega dessas obras que vêm aí se arrastando por tantos anos.

Obrigada pela participação e acolhemos aqui, como Relatora, esse posicionamento da Frente Nacional de Prefeitos. Para nós é muito relevante o posicionamento da frente.

Eu queria passar agora a palavra, de forma remota, para o Sr. Carlos Eduardo Lima Jorge, que é Presidente da Comissão de Infraestrutura da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), e fará sua apresentação pelo prazo de dez minutos, no máximo.

O SR. CARLOS EDUARDO LIMA JORGE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Eu quero agradecer, em nome da Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) a oportunidade de participar deste debate colocado através da Medida Provisória 1.174, que envolve um tema da maior importância para o nosso país que é a educação. A Cbic é uma entidade de representação nacional da indústria da construção, congrega 98 associações e sindicatos de todas as regiões, de todas as unidades da Federação. Eu agradeço ao Presidente da Comissão, o Senador Alessandro Vieira, e à Deputada e Professora Flávia Morais, que está relatando esse tema tão importante.

Srs. e Sras. Parlamentares e demais convidados, não dá para imaginar que alguém se coloque contrário ao objetivo central da Medida Provisória 1.174, ou seja, o de retomar centenas de obras paralisadas ou inacabadas, destinadas a acolher as instalações físicas, materiais, e humanas para o exercício do ensino básico no Brasil, que ainda apresenta níveis tão preocupantes no quesito educação. E vale lembrar que, quando nos referimos, como a medida provisória trata, à educação básica, estamos tratando de três grandes etapas definidas através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

Dito isso, quero, desde já, manifestar total apoio aos objetivos pretendidos pela Medida Provisória 1.174. Porém, queremos contribuir com as ações a serem implantadas para que tais objetivos sejam efetivamente alcançados. E, quando pensamos em ações efetivas, o primeiro passo, como já salientou a Prefeita, é identificar quais foram as razões principais e recorrentes que levaram essas obras à situação de paralisia ou de estar inacabadas. Se não superarmos tais razões, podemos repetir, nessas obras ou nas próximas, o mesmo drama social que hoje buscamos resolver.

Uma primeira questão que eu destaco, Deputada, nesse sentido, diz respeito à contrapartida que caberá ao estado, ao município ou ao Distrito Federal. Diz a medida provisória: "Na repactuação [...] serão estabelecidos os aportes de recursos [...] sob responsabilidade de cada ente federativo". Se obedecidos os critérios de transferência de recursos da União, caberá aos entes subnacionais, além de uma parcela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

do valor principal da obra, a íntegra dos reajustes de preços ao longo da execução e também os valores de aditivos quando se fizerem necessários. É muito importante, então, por exemplo, que um município que vá retomar as suas obras faça essas contas, simule essas projeções.

Nos anos anteriores do PAC, essa impossibilidade de honrar contrapartidas foi um dos principais motivos de paralisações de várias obras.

Um segundo ponto que eu aproveito para destacar, não menos importante, vem da experiência da Cbic quando fez, em 2019, um estudo sobre obras paralisadas. Levantamos 1,8 mil UBSs (unidades básicas de saúde) com suas obras paralisadas, sendo que 70% dessas obras já estavam com 80% da obra realizada. E, quando nós nos aprofundamos para entender esse fenômeno, descobrimos que os Prefeitos paralisavam essas obras porque, se as terminassem, teriam que equipá-las com equipamentos, com recursos humanos, gerando pressão no custeio que eles não tinham capacidade de assumir. Terminar uma escola não será diferente para um Prefeito: terá que equipá-la, terá que mobiliá-la, terá que contratar professores. Que isso seja pensado nesse pacto nacional.

E um terceiro e último ponto, Deputado, que eu destaco são os critérios para a contratação de projetos e de retomada para a construção dessas escolas. Diz a medida provisória que poderão ser admitidas mudanças nos projetos iniciais, precedidas de análise técnica pelo FNDE. Eu acredito que boa parte desses projetos, se não a maioria deles, deverão ter seus projetos alterados, seja para comportar algumas soluções de engenharia mais modernas, porque as obras datam de 2007, 2008, seja também para a readequação da própria demanda inicialmente prevista no projeto. Essa demanda pode ter se alterado no município. Mas, seja na contratação do projeto, seja na contratação de construtoras, que não se repita o erro de utilizar o sistema de pregão, no qual o estímulo de desconto crescente nos preços só favorece empresas aventureiras sem responsabilidade. Não tem mágica na engenharia. Uma empresa dizer que vai executar uma obra orçada pela administração dando 40%, 50% de desconto – eu uso até uma expressão de Gabriel García Márquez – seria a crônica de uma morte anunciada, ou a correspondente certeza de uma obra paralisada.

São essas, Deputados, as contribuições que a Cbic traz para esta Comissão e nos colocamos à inteira disposição para qualquer esclarecimento, mais uma vez agradecendo a nossa participação.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Obrigada, Dr. Carlos Eduardo Lima.

Estamos aqui registrando os seus questionamentos e logo nos manifestaremos.

Queria convidar para falar também, agora, a próxima expositora, Tânia Dornellas, assessora de *advocacy* da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A SRA. TÂNIA DORNELLAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos, a todas e a "todes".

É um prazer representar a campanha neste debate que é uma reparação histórica. E por que é uma reparação histórica? Eu acho que é importante, por mais que a gente saiba, a gente trazer novamente, porque tem muitas pessoas que assistem que não conhecem talvez essa realidade deste país continental no que se refere à infraestrutura das nossas escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

É importante a gente colocar que, de 2016 até 2022, mas, especialmente, de 2019 a 2022, o MEC, assim como o país como um todo, sofreu retrocessos, retrocessos que foram institucionais, foram orçamentários, foram normativos, que fragilizaram as diferentes políticas que promovem e garantem o direito à educação. Nós tivemos desarticulação também dos sistemas de ensino, uma baixa execução orçamentária, e isso tudo era uma decisão política, uma omissão perante os diferentes desafios educacionais que nós já tínhamos e foram aprofundados com a pandemia da covid-19.

E qual é esse cenário? Nós temos quase 3 milhões – quase 3 milhões de estudantes na educação básica frequentam unidades escolares – que frequentam escolas públicas com algum problema de infraestrutura; 3 milhões. Desses, quase 1 milhão estão matriculados em estabelecimentos que não têm água potável, não têm banheiro. Nós temos escolas... Temos estudantes, aproximadamente 390 mil estudantes, que não têm banheiro nas escolas – banheiro! Nós estamos falando de algo básico. E esses são dados do Censo 2022. O cenário é uma foto que não é bonita, mas é importante, porque faz parte da nossa história. Então, nós temos 57% das salas de aula que são inadequadas. A gente tem 31% das escolas sem coleta de esgoto, sem coleta de lixo – 8% não têm coleta de lixo. E olhem este dado: 82,3% ou 82,4% das cozinhas não possuem alvará de funcionamento da vigilância sanitária; 63% das escolas não têm biblioteca, não têm sala de leitura; 88% das escolas não têm um laboratório sequer ou uma sala de informática.

Por que é importante a gente trazer isso? Porque nós estamos num cenário de debates da educação, não é? Do Sistema Nacional de Educação, do novo Plano Nacional de Educação, que nós estamos construindo a várias mãos. E todo esse cenário da infraestrutura da educação pública, das escolas públicas, afeta, direta ou indiretamente, o alcance das metas do Plano Nacional de Educação, vai afetar o Sistema Nacional de Educação e já afeta também o alcance do ODS 4 da Agenda 2030, dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que diz respeito à educação. Então, para além de afetar as pessoas, e eu acho que é importante a gente trazer isso, de afetar as pessoas que buscam o direito à educação, afetam também os compromissos assumidos pelo país, tanto no âmbito nacional, obviamente, por conta de todo o nosso ordenamento jurídico, mas também, em âmbito internacional, pactos que foram compromissos assumidos pelo país diante de outros países.

Nesse caso, eu queria só fazer um parêntese e trazer a importância da Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas), que tem feito um trabalho minucioso e extremamente importante no desenho, na atualização desse retrato sobre a infraestrutura das escolas. Eles realizaram, em outubro do ano... (*Falha no áudio.*)

... que foram mais de 91 escolas visitadas. Na verdade, foi bem mais do que isso... (*Falha no áudio.*)

... desse cenário.

Então, como diz o Carlos Eduardo, é impossível não ser favorável a essa MP. Nós, enquanto campanha, somos favoráveis.

Eu queria só trazer um outro olhar, que eu acho que é importante, porque a gente traz do geral, mas eu queria trazer um pouquinho relacionado à questão da educação inclusiva. Qual o impacto da melhoria da infraestrutura para a educação inclusiva? Nós temos 27% das escolas públicas que não são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

acessíveis às pessoas com deficiência. Eu estou falando de 47,9 mil instituições de ensino que não possuem nenhum tipo de acessibilidade. Eu não estou falando daquela que tem um, mas que não funciona, eu estou falando das que não têm. Então, não têm rampa, não têm corrimão, não têm elevador, não têm piso tátil, não têm sinal sonoro, e isso é muito grave porque isso não promove a inclusão das pessoas; promove a exclusão de várias crianças e adolescentes. Nós estamos falando aqui da educação básica de milhares de crianças e adolescentes que têm o seu direito negado já ao chegar à escola, já ao acesso.

É óbvio que a educação inclusiva não se limita à questão da infraestrutura, mas não há como negar que é uma dimensão extremamente importante e que impacta, sim, no acesso, na permanência e na qualidade do ensino para todos e, obviamente, com um olhar especial para as pessoas com deficiência também.

Então, eu acho que é importante a gente colocar que esse retrato da infraestrutura das escolas nos mostra que só em cinco estados, que são Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e Pará, só nesses cinco estados, nós temos 54% de obras inacabadas e 52% de obras paralisadas no Brasil.

Então, as dimensões que o Carlos Eduardo traz – e eu gosto de falar dialogando com aqueles que me antecederam – são extremamente importantes e precisam servir de norte para esse novo pacto nacional, para que a gente não recaia nos mesmos erros. Errar, obviamente, nós iremos, mas que não sejam os mesmos. Que possamos superar esses, porque nós já temos estudos e as respostas que apontam para possíveis alternativas.

Então, a campanha nacional é favorável, mas entende que há desafios. Nós temos uma grande quantidade de obras a serem retomadas. Precisamos, há uma necessidade de instrumentos, que já foi colocada aqui, que garantam a transparência quanto aos critérios de seleção e à própria liberação dos recursos federais.

Nesse caso, o TCU tem um papel fundamental, porque nós estamos falando de aproximadamente 4 bilhões até 2026.

Então, precisamos realmente olhar com carinho esse recurso, pensando que a educação carece de recursos públicos ainda. Então, é importante a gente fazer uma boa gestão desses recursos, é importante e ético.

Então, é necessário que haja, que seja definida uma coordenação efetiva de ações integradas, articuladas, de todos os órgãos de fiscalização e controle. E uma definição clara – e aí eu volto à fala da Margarida – de como será essa prestação de contas dos Prefeitos, dos Governadores, do FNDE, do Ministério da Educação... Por quê? Para que haja essa prestação de contas de forma clara, transparente, é fundamental que exista a formação dos gestores também, e é isso.

Quem conhece a realidade da educação brasileira sabe que há desigualdades na gestão. E como é que a gente combate essas desigualdades? Buscando também fazer uma rede, uma rede que seja formada, que garanta essa prestação de contas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O Ministro Camilo tinha indicado a criação de um portal com informações justamente sobre o andamento das obras, e nós apoiamos, entendemos que é fundamental que haja realmente essa transparência, não é?

E, para finalizar, eu acho que é importante pensar também como é que vai ser esse novo plano nacional, como ele dialoga, por exemplo, com a nova política de alfabetização, que tem um eixo específico de estrutura. Então, como vão ser articuladas todas essas ações do Governo?

Então, a campanha apoia.

Nós entendemos que o CAQ, o Custo Aluno-Qualidade, é um instrumento que vai contribuir e muito para que a gente possa pensar nesse plano nacional, nesse pacto nacional. É fundamental que ele esteja dentre os princípios a serem considerados.

É fundamental que a gente busque também garantir que o que o Senado fez agora, de retirar o Fundeb do arcabouço fiscal, que isso se mantenha na Câmara. É um desafio, não é, Deputada?

A gente sabe que existem resistências, mas é importante que a gente consiga garantir que esses mecanismos funcionem da forma adequada e com o orçamento adequado, porque só a infraestrutura não vai dar conta, como também as outras dimensões da educação não vão dar conta sem uma infraestrutura. Então, essas coisas precisam dialogar, e é nesse sentido que a campanha vem monitorando, tanto fazendo o balanço do PNE como acompanhando as diferentes políticas da educação, especificamente da educação pública brasileira, e a gente se coloca à disposição para contribuir nesse processo.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Obrigada, Tânia.

Agora nós vamos passar para as nossas expositoras que estão de modo presencial: Fátima Silva, Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

A SRA. FÁTIMA SILVA (Para expor.) – "Somos seres dos aprendizados inacabados, que vivem a sua maior e mais bela aventura: partilhar com quem se aprende o que se sabe" – Carlos Rodrigues Brandão.

Eu quero iniciar com essa saudação, fazendo memória, lembrança do grande educador Carlos Rodrigues Brandão, que partiu no dia de ontem, mas deixa um legado imensurável para a educação pública deste país. Um grande educador.

E, recordando Carlos Rodrigues Brandão – grande Brandão –, quero saudar a Deputada Flávia, que é a Relatora desta medida provisória e que está conduzindo esta mesa; quero também trazer a lembrança do Senador Alessandro Vieira, que é o Presidente da Comissão Especial; e quero também saudar o professor que está aqui, o Deputado Tarcísio, que tanto tem trabalhado também em defesa da educação pública nesta Casa.

Vamos lá.

A CNTE é a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Nós somos a parte da organização sindical, representamos os professores e os funcionários de escolas públicas do Brasil, da educação pública, tanto da rede municipal quanto da rede estadual. E estarmos aqui convidados quando estamos discutindo infraestrutura, enquanto organização dos trabalhadores, para nós é muito importante. Já agradecemos imensamente esse convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

À Medida Provisória 1.174 – e vamos aqui pôr as nossas considerações enquanto CNTE já de início – não tem quem possa ser contrário. Como é que nós vamos ser contrários a algo que diga respeito à infraestrutura? Agora, se faz necessário... É porque, na verdade, nós não gostaríamos de estar discutindo uma medida provisória deste tamanho, desta grandeza. Nós gostaríamos é que, na época em que deveria ter acontecido a execução dessas obras, isso tivesse ocorrido e que elas estivessem ofertando a infraestrutura necessária para o povo brasileiro, para a população, mas assim não foi. E, se é por medida provisória que se vai recuperar isso, não tem como ser contra.

Fazendo um histórico, de onde isso vem? Já vem desde 2007, do PAR, e correspondem essas obras a 11,9% de obras não executadas desde o primeiro ciclo do PAR, é importante a gente fazer essa menção; e, desde 2016, quando a gente tem um retrocesso imenso em função dos fatos políticos deste país e a Emenda Constitucional nº 95, sendo que ditosamente esta Casa, em conjunto, também está modificando o que a Emenda Constitucional nº 95 colocou para este país. Então, é por consequência disso que a gente vê essas obras totalmente paralisadas.

É bem verdade... Aqui, esteve a representante dos Prefeitos, também professora, Margarida Salomão, que colocou: aonde é que a população vai quando quer um serviço público no primeiro momento? Ela corre ao Prefeito, à prefeitura, ao município; ela recorre à assistência social do município. Então, na ausência da efetivação de uma política pública – no caso aqui, especificamente, nós estamos discutindo educação –, recorre-se à primeira porta, que é a dos municípios. Então, a gente também tem que levar bastante em conta essa demanda: aonde se vai no primeiro momento? É aos municípios.

E a retomada também dessas obras traz uma geração de empregos nos municípios. Vai ser um pedreiro que vai ser contratado, vai ser um eletricista que vai ser contratado, enfim, é toda uma mão de obra local, o que vai gerar empregos, algo de que nós também estamos precisando neste país: gerar renda, gerar emprego no município, onde as pessoas vivem. E essa também é uma demanda muito grande no país.

Também o representante da CBIC, o Carlos, disse a respeito da arquitetura. Eu creio que, como a Tânia, a gente vai dialogar no sentido, Relatora, de que esta medida provisória também tenha que trazer o traço humanizador. E trazer o traço humanizador não é só tratar da questão econômica, do montante financeiro que ela significa e dos aspectos legais do que ela significa; é de pensar também uma arquitetura que corrija os espaços educacionais. Nós representamos, por exemplo, os funcionários de escola e temos uma grande dificuldade porque os funcionários de escola, principalmente as merendeiras, as cozinheiras não têm um espaço de cozinha adequado para fazer a merenda, para lavar as grandes panelas. Enfim, é de dentro das escolas. Então, se nós também vamos humanizar, agora que nós estamos retomando... E o Carlos falou assim: "Olha, tem que rever se a arquitetura do momento atende à demanda do município". Então, também pode apontar para isso e, principalmente, para esse trabalho de dentro da escola, que é invisível e que não tem um espaço adequado. Então, se nós vamos retomar as obras, também se faz necessário a gente ver, além da demanda de onde estão essas obras inacabadas, a adequação da estrutura física.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E a gente também deveria ter uma arquitetura que atendesse a quê? A dimensão desse Brasil lindo, alvo e trigueiro, não é? Não dá para ter um padrão único de escola para a Amazônia, para o Centro-Oeste, para o Sudeste e tal; tem que atender também as particularidades geográficas e climáticas. E creio que essa retomada das obras deve tomar por esse aspecto também. Então, uma geografia que atenda, porque, dentro dessas obras, vai estar gente, vão estar pessoas e vão estar sonhos também dessas pessoas. Quantas mães não estão passando na frente das creches e dizendo: "Aqui eu tinha que colocar o meu filho, eu tinha que colocar minha filha, e não está colocado porque essa obra não está terminada"? Então, é discutir também a humanização.

Mas vamos lá – já que a gente representa parte dos trabalhadores e dos sindicatos e, acima de tudo, defende a educação pública e a aplicação dos recursos públicos.

A medida provisória é um instrumento importante, mas ela não atende às necessidades totais da educação. E também nós temos que trabalhar com uma visão sistêmica de educação. Não podemos ficar, assim, trabalhando com uma gavetinha: uma hora você abre Lei de Responsabilidade Educacional e tem uma coisa; outra hora você abre lei de educação em tempo integral e tem outra coisa; outra hora você abre a respeito de quadro de pessoal... Ou seja, a gente tem que ter um Sistema Nacional de Educação integrado, em que todas as ações sejam articuladas entre si e também a parte de infraestrutura.

No tocante ao Plano Nacional de Educação, que nós já estamos terminando e agora já estamos construindo outro, a medida provisória não dá conta. E por que a gente faz questão de frisar isso? Porque, para cumprir as metas atuais, que já estão um tanto defasadas... E ontem nós tivemos um seminário na Comissão de Educação da Câmara, e a representação da Capes disse assim: "Olha, mas a gente não está igual estava nos anos 70, nós já melhoramos". Mas, enquanto o cidadão brasileiro não tiver o direito todo garantido da Constituição 1988, o Estado brasileiro tem que trabalhar para garantir.

E vamos lá dizer por que que não dá conta – e tem que apontar no sentido de concretizar essa medida provisória, mas apontar para o futuro, porque vai precisar de mais obras de infraestrutura para se cumprirem as metas do Plano Nacional de Educação. Vamos lá: a expectativa é de que vá atender a 450 mil novas vagas nas três etapas do nível básico, não é? Muito aquém do necessário na educação básica, porque a defasagem e a demanda são de 70 milhões de brasileiros que não concluíram, dos quatro aos dezessete anos, que devem ser atendidos, e entra aí também a creche, de zero a três anos. Estou falando aqui de todos os dados daquela nossa demanda. Se nós estamos falando que vamos atender, com essas novas obras na educação, 450 mil...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FÁTIMA SILVA – ... e, na educação básica, nós temos uma demanda de 70 milhões, então nós vamos precisar de muito mais obras além daquilo que a medida provisória está prevendo.

Também, para ficar dentro do tempo, e depois no debate a gente coloca, vamos pular.

Vou colocar aqui só mais metas do Plano Nacional de Educação, para mostrar que a medida é insuficiente, no entanto reafirmando: nós somos favoráveis; ela é insuficiente, mas é o início de algo que nós temos que dar conta de cumprir no próximo período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Olhem só, o PNE (Plano Nacional de Educação) determinou no mínimo 50% das matrículas em creche até 2024, mas até 2021 o percentual era de 37%. Portanto, tem um grande índice ainda a ser atingido.

E vamos, por último, então, para encerrar, dizer assim: a educação em tempo integral deveria atender 25% das matrículas, e boa parte dessas obras é a respeito da educação integral – inclusive foi aprovada, há pouco tempo, na Câmara a questão da ampliação da educação integral em pelo menos de 50% do país. E daí, em 2021, houve redução de atendimento do tempo integral dos estudantes das séries iniciais: de 22% em 2015, nós passamos para 10,6%. Apenas o ensino médio teve aumento no período, passando de 6,4% para 16,7%, em 2021. Então, estamos muito longe de cumprir as metas, e isso vai implicar recursos públicos inclusive na parte de infraestrutura.

Reafirmando, digo que isso são desafios, e esta Casa, e o conjunto da sociedade brasileira, e os entes federados, e os governos, nós temos que nos debruçar no sentido de cumprir as metas do Plano Nacional de Educação com uma infraestrutura adequada.

A nossa gente e o nosso povo merecem.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Nós é que agradecemos, Fátima, pela presença, pelas palavras, pela contribuição com esta relatoria.

Queria convidar agora, como última expositora nesta tarde, nesta audiência pública, a Natália de Vasconcelos Cordeiro, Analista Técnica de Educação da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

A SRA. NATÁLIA DE VASCONCELOS CORDEIRO (Para expor.) – Boa tarde! Cumprimento todos os presentes.

Em nome do Presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, eu agradeço o convite para participar desta audiência, que traz para o tema de debate um assunto bastante complexo para os municípios e, consequentemente, para a população brasileira.

Eu trouxe aqui alguns dados.

Aqui, é só um panorama geral dos dados que a gente levantou a partir do que tem disponível no Simec, que é o sistema das obras do Governo Federal, do Ministério da Educação. E aqui o que eu trago de mais importante é apontar que, do total de obras cadastradas no Simec, a grande maioria está nos municípios brasileiros. Então, 87% dos municípios têm obras e totalizam 19 mil obras; 83% das obras cadastradas no Simec estão nos municípios.

Acho que para passar é aqui, não é?

Pode passar.

Bom, dessas obras, cerca de 3,2 mil obras estão na condição, no *status* de paradas, que contempla as obras paralisadas e inacabadas. A MP que a gente está discutindo hoje tem como objetivo principal discutir a retomada dessas obras paradas e, para isso, lá na exposição de motivos, ela prevê um investimento de quase R$4 bilhões para estados e municípios. A nossa principal preocupação, mas eu vou trazer outras, é que ainda não há previsão do início desses repasses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Logo adiante, eu trago um quadro desse cenário de repasses, desse cenário financeiro das obras. Ali, no primeiro quadro, tem as obras paradas, em que foi feito um repasse – eu vou olhar aqui porque eu não estou enxergando muito bem... Foram pactuados com o FNDE cerca de R$3 bilhões, já repassado para essas obras R$1,3 bilhão, faltando repassar cerca de R$3,4 bilhões somente para os municípios. Se a gente for considerar as obras dos estados, aí gira em torno de R$4 bilhões, R$4,1 bilhões, que é a previsão do que o Governo vai repassar.

E aí eu também trago um outro dado que é o das obras concluídas. Não tem como deixá-las de fora, porque, para essas 12 mil, quase 13 mil obras concluídas na maior parte dos municípios, falta ainda o FNDE repassar cerca de R$7,4 bilhões. Então, há um total aí que o Governo teria que disponibilizar para os municípios de R$11 bilhões para resolver a problemática tanto das obras que estão paradas e precisam de continuidade, quanto das obras que já foram concluídas com recursos próprios dos municípios.

Dessas 3,2 mil obras – a gente estava até aqui discutindo –, uma grande parte delas é de educação infantil. Então, 38% das obras são de educação infantil, localizadas em 887 municípios.

Pode passar.

Esse dado que a gente traz também – todos do Simec – é bastante interessante, principalmente considerando a regulamentação da MP, que coloca como critério atender prioritariamente as obras mais antigas e com maior percentual de execução. A gente pode observar que grande quantidade das obras foi ali entre 2013 e 2014. A Fátima, que está aqui do meu lado, falou que o ideal seria que a gente não estivesse discutindo essa MP de retomada de obras, e sim, que essas obras tivessem tido continuidade tão logo foram pactuadas. Então, a gente observa que teve um problema muito grande aí, nesses anos de 2013 e 2014, que se concentra num número significativo de obras.

E, aí, essas informações trazem um outro problema para a gente, elas apontam para um outro problema, que é o tempo que essas obras estão paradas. Tem obras aí que já vão completar no próximo ano dez anos em que estão paradas, muito provavelmente numa situação de difícil retomada. Isso também vai ter que ser considerado pelo FNDE, pelo Governo Federal, na hora de executar o que está previsto na medida provisória e na própria regulamentação que saiu hoje pela manhã.

Pode passar.

Bom, hoje de manhã foi publicada a portaria que regulamenta essa retomada de obras. Ainda não deu tempo de a entidade se debruçar e estudá-la mais a fundo, mas a gente já levantou algumas preocupações da entidade.

Primeiro, o que eu disse ali no início: os valores ainda não estão previstos, não há um cronograma de repasse. Então, há uma promessa, que está na exposição de motivos da medida provisória, de repassar R$4 bilhões, que é, mais ou menos, o que a própria CNM levantou sobre quanto o Governo deveria repassar para os estados e municípios se esses valores fossem corrigidos pelo INCC. Mas não há um cronograma de repasse nem há uma garantia de que esse dinheiro vai ser repassado. Essa é uma das principais preocupações da entidade.

Aí tem alguns outros que, analisando a portaria, a gente observou, que são, primeiro, os municípios que manifestaram interesse na repactuação, lá no ano de 2021, quando isso foi levantado por meio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

resolução, autorizado por meio de resolução pelo Governo anterior, eles não foram contemplados nessa medida provisória. Esses municípios tiveram a possibilidade de repactuar os seus termos de compromisso, tiveram a expectativa de retomar essas obras, investiram recursos para atender os critérios estabelecidos nas resoluções e eles ficaram de fora, tanto da portaria quanto da medida provisória. Então, assim, o que vai ser feito com esses municípios que fizeram o dever de casa, tiveram a iniciativa, adotaram as medidas estabelecidas para solicitar a repactuação e ficaram de fora agora nesse novo pacto de retomada das obras? Então, seria importante, Deputada, pensar uma forma de contemplar esses municípios na medida provisória ou até com o próprio FNDE, que, dentro da própria portaria, diz que se pode ter outros instrumentos normativos para completar o que não está contemplado nessa primeira regulamentação.

Um outro ponto que deixou a CNM preocupada são as inconsistências do Simec. Na portaria, o FNDE diz que vai levar em conta os dados do Simec, os dados informados pelos municípios no Simec, e nós sabemos que tem muitas inconsistências.

Recentemente, teve a Marcha dos Prefeitos e lá tem um grande número de atendimentos. Nós atendemos municípios que falaram que estavam com 99% das obras concluídas, informado isso no Simec, mas que, na prática, essa não era a realidade, não era esse o percentual. E os critérios de atendimento, de prioridade de seleção das obras, para serem atendidas pelo Governo Federal, vão levar em consideração os dados de Simec. Então, esse município que informou que está com 99% de obra concluída vai estar como prioritário para receber o recurso, mas, na prática, ele não está com 99% das obras concluídas. Então, seria importante que o Governo Federal desse um tempo e prestasse assistência técnica para orientar os municípios a corrigirem os dados no Simec.

Um outro dado relevante – nós fizemos um levantamento no Simec, com os dados do Simec – é que teve um município que colocou alguns zeros a mais no termo de compromisso pactuado com o FNDE. Então, o impacto de obras concluídas, por exemplo, foi para R$34 bilhões, que o Governo Federal estava devendo, porque o município preencheu alguns zeros a mais. Então, esses são alguns dos exemplos. Obras que estão com *status* de inacabadas e que estão concluídas. Esses são alguns dos poucos exemplos que eu trago aqui – e, por conta do tempo, não vai dar para falar mais – de inconsistências no Simec. E são esses dados do Simec que, de acordo com a portaria, vão ser considerados na hora de selecionar o município para ser contemplado prioritariamente com os recursos das obras.

Um outro ponto, apesar de não ser foco da medida provisória – nós temos ciência disso – nem desse política, são as obras concluídas. A portaria traz somente uma preocupação com as obras que estão com *status* de inacabadas ou paralisadas e que já foram concluídas. Então, ela fala que o município vai poder informar que não tem mais interesse em repactuação, porque já concluiu a obra, e vai poder solicitar do Governo Federal o recurso que ainda precisa ser repassado. Porém, para esses municípios, o recurso não vai ser corrigido pelo INCC. Então, a gente gostaria de saber por que esse município que usou recurso próprio, que terminou a obra com recurso próprio, que entregou a obra para a população, não vai ter o valor corrigido que falta, sendo que o próprio governo pactuou com ele o repasse.

E, também, ainda tem os problemas das obras que são concluídas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NATÁLIA DE VASCONCELOS CORDEIRO – ... em que o município usou de recursos próprios, novamente entregou o serviço para a população e ele não teve o dinheiro do FNDE, que foi pactuado com o FNDE de ser repassado. Então, nem a MP, nem a portaria não se preocupam com os municípios que já concluíram a obra nem com aqueles que estão com obras em execução e com repasses atrasados, nem com essas inconsistências do Simec.

Eu reforço que permanece a insegurança quanto aos valores a serem destinados para as obras paradas e, principalmente, quanto à capacidade de apoio técnico do FNDE para os municípios. Muito do que a portaria traz de regulamentação depende de diligências do FNDE, de ações técnicas de parte de engenharia dos municípios, e nós sabemos das dificuldades – ontem, foi apresentado isso em audiência pública pelo TCU – do FNDE e dos municípios. Estamos achando os prazos, que foram estabelecidos na portaria, um pouco apertados. São de 60 e 90 dias: 60 para os municípios e 90 dias para o FNDE.

Só para não me estender demais, mas eu não posso deixar de falar – pode passar – que, em setembro do ano passado, o STF julgou pela obrigatoriedade de garantir vagas em creches e em pré-escolas para os alunos de zero a cinco anos, mesmo creche não sendo uma etapa obrigatória. Essa é uma decisão com repercussão geral e efeito vinculante no Judiciário. Então, a CNM calculou que o impacto para matricular todas as crianças que estão fora da escola, de zero a três anos, seria de R$111 bilhões para o município por ano. E, só para matricular quem está na fila de espera, que saiu recentemente nos dados da Pnad, que são 2,5 milhões de crianças de zero a três anos fora da escola, que estão esperando vagas em creche, seria de R$36 bilhões/ano.

Então, R$4 bilhões é um repasse que é importante para os municípios, foi exatamente o que a CNM calculou e pleiteou na Marcha – e a senhora estava presente no painel, não é? –, que era repassar esse valor das obras paradas corrigido pelo INCC, ou seja, é importante, mas, nem de longe, resolve o problema de financiamento da educação infantil, e esse problema que a decisão do STF trouxe para os municípios e que as crianças, que estão na fila de espera, também representam para os municípios.

E, agora, realmente para finalizar, eu vou trazer um exemplo de um município, que chegou para a CNM, que a gente está acompanhando – não vou falar o nome –, que está com uma ação cível pública do MPE, com decisão judicial, para zerar a fila de espera. Não é nem para atender todas as crianças de zero a três anos fora da escola; é para zerar a fila de espera e para atender 3,2 mil crianças. Para atender essas crianças, eles precisariam construir 32 novas escolas, e o município não tem nem escola particular para fazer convênio, para pagar bolsa para atender essas crianças. Caso o município não consiga zerar a fila de espera, ele vai pagar multa diária.

Então, por que eu trouxe esses exemplos para a discussão de uma medida provisória que retoma obras paradas, que cria 450 mil novas vagas para a educação básica, cerca de 120 mil novas vagas para creche? Por que eu trouxe tudo isso? Para dizer que ela é importante, porém ela não soluciona o problema que os municípios estão enfrentando para atender as metas do PNE, para matricular as crianças que estão fora da escola e para cumprir a decisão do STF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Muito bem, Natália! Fica aqui o nosso respeito à CNM, essa confederação que tem sido muito importante nos debates de vários temas nesta Casa, tanto na Câmara quanto no Senado. Eu tenho certeza de que reconhece a importância dessa medida provisória para um tema, uma pauta que é antiga – a CNM já deve estar tratando disso há muito tempo – e que, apesar da boa vontade de muitos, de várias reuniões e tentativas, pela primeira vez, a gente tem uma ação efetiva, com aporte de recursos para que a gente possa ter uma possibilidade de conclusão dessas obras.

Para além da demanda que você colocou aqui, uma exigência judicial, mas eu acho que a maior exigência é a social, porque, para além da exigência judicial, nós precisamos resolver e garantir educação para todas as crianças. Mas, para além disso, nós sabemos que é um passo, é um passo importante, mas que, de forma nenhuma, vai atrapalhar a luta constante pela garantia de recursos para novas obras, mais investimentos, mais recursos para a construção de novas escolas. Seria outro montante de recursos, não são só esses; a gente tem uma outra frente que trabalha com a destinação de novas emendas, com recursos para educação, e eu tenho certeza de que essa pauta também segue forte neste Governo. Acredito que a gente deve avançar nisso também.

Todavia, esse aqui é um problema crônico que nós tínhamos, que nós temos: para além de recursos, impedimentos legais, impedimentos de pactuação, de possibilidade de convênio, de continuidade, impedimentos burocráticos mesmo para que a gente possa entregar obras que já têm parte de recursos desperdiçados. Então, se nós temos um desafio tão grande de novos recursos, de novas obras, é inadmissível que nós possamos compactuar com recursos públicos desperdiçados, que é isso que representa uma obra paralisada, inacabada.

Então, a gente quer aqui deixar a sua contribuição muito importante. Nós fizemos aqui algumas anotações. Peço que deixe à nossa disposição a apresentação sempre muito técnica e importante da CNM, uma colaboração importante.

A questão da inconsistência no Simec é uma coisa que nós precisamos pensar realmente e considerar, talvez, a confirmação dos dados do Simec com o município, a confirmação do município sobre os dados que se apresentam hoje no Simec, até para que nós possamos ter, na aplicação dos critérios definidos pela portaria, uma justiça maior, não é? Então, a gente não pode permitir, diante de um projeto tão bem pensado, que se tenha aí a injustiça de um município que já tem uma obra em estágio avançado...

Só que essa questão também pode variar muito não só no sistema, mas na forma de informação ao sistema. Então, às vezes, para o município, está concluída, mas ele não conseguiu informar e colocar no sistema as informações, as comprovações da conclusão.

Nós temos casos de inacabadas, como você colocou, que estão concluídas, mas que faltou prestação de contas. Elas já estão funcionando, mas aí nós vamos fazer a repactuação, aprovando a MP, só de prazo. Aí não carece investimento nem disponibilidade de recursos. A obra já está concluída. Então, seria uma repactuação de prazo para que o município possa fazer a prestação de contas, e que essa obra não vá para tomada de contas especial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Inclusive, nesta semana, eu estive no FNDE tratando de um caso desses – e eu vou falar o município, não tenho problema –, do Município de Itaberaí, com a Prefeita junto. As obras já em funcionamento, os alunos em sala de aula, e a possibilidade de a obra ir para tomada de contas especial, porque ela não tem mais prazo, dentro do convênio, para que ela possa fazer a prestação de contas. Então, é uma questão que merece. Então, a gente vê que é uma burocracia que trava o fluxo e que cria números que nos deixam preocupados e problemas também legais para o município desnecessários.

Então, eu acredito que, para além da possibilidade de recursos, da operacionalização dessa possibilidade de conclusão dessas obras, a gente vai trazer uma possibilidade também de os municípios estarem concluindo, finalizando a execução dessa obra de forma também legal.

Queria passar a palavra para o Deputado Tarcísio, sempre presente, para que ele possa fazer as suas considerações.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (PSOL - RJ. Pela ordem.) – Muito obrigado, Deputada Flávia.

Queria, mais uma vez, parabenizá-la aqui pela condução desta audiência e pela atenção que tem dado a todas as presenças no debate dessa medida provisória.

Eu acho importantíssima esta audiência, como é importantíssima essa medida provisória. Como disse a Prefeita Margarida Salomão, logo no início, ninguém pode ser contrário a uma tentativa de retomar as obras paralisadas, abrir 450 mil novas vagas na educação, no Brasil inteiro, e retomar obras paradas, que são não só um desperdício de dinheiro público, mas uma negativa do direito à educação.

Fátima lembrava quantas mães passam na frente dos esqueletos dessas escolas que foram iniciadas, que representaram o sonho de muitas famílias nos bairros, e que, agora, viram a decepção da obra que não conclui, da vaga que não aparece, e isso é sempre um drama muito grande. Portanto, que bom que a gente está aqui a discutir essa situação.

Acho que a gente tem, Deputada Flávia, algumas preocupações. Acho que o Dr. Carlos Eduardo apresenta uma questão muito importante, que, talvez, não se consiga resolver nessa medida provisória, mas essa situação de obras que são anunciadas, iniciadas, que são colocadas em prática e são paralisadas, porque o município percebe que não terá recursos para implementar a unidade de saúde ou a própria unidade educacional, é um elemento sobre o qual a gente precisa se debruçar para saber como se resolve isso.

Lá, no Município do Rio de Janeiro, do qual eu fui vereador durante seis anos, nós vimos muitas vezes isso acontecer. As escolas lá prontas, mas, na hora da contratação dos professores pelo concurso público, a Lei de Responsabilidade Fiscal impedia a chamada de novos concursados.

E aí o Prefeito estava lá com a escola pronta, não concluía a obra, muitas vezes inaugurava, porque isso dava dividendos políticos, mas, no ano seguinte, a escola não entrava em prática. E isso, às vezes, é muito complicado na passagem de um Prefeito para o outro. Eu fui Vereador exatamente numa situação como essa: a passagem do então ex-Prefeito Eduardo Paes para o Prefeito Marcelo Crivella, com várias escolas, com professores que haviam, inclusive, sido convocados e que estavam apenas no processo de formação inicial, e essas escolas não começavam a funcionar. A gente precisa se debruçar sobre isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

precisa responsabilizar o gestor que comete uma situação dessa, mas apoiar também onde é necessário. E fiquei muito impressionado com os dados trazidos aqui pelo Carlos Eduardo.

Gostaria até de reforçar – e a gente sabe que tem emendas já apresentadas a essa medida provisória, a Deputada Flávia está certamente analisando – que a Tânia, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, trazia para a gente a questão da acessibilidade, de como é que a gente vai incorporar, nessa própria medida provisória, questões que possam perceber a necessidade de acessibilidade, que é um elemento que avançou muito nos últimos anos e que, nos projetos iniciais, podia não estar previsto. Há, portanto, a necessidade de assistência técnica também para adaptação da acessibilidade e, portanto, o debate de uma educação inclusiva. E a Fátima lembrava para a gente: nem só isso, toda a arquitetura da escola tem que incorporar elementos pedagógicos, elementos de quem vive nas escolas, para que as escolas sejam espaços muito importantes.

E, por fim – e assim eu encerro –, não há nada que faça com que isso signifique que a gente deva segurar, protelar ou ser contra essa medida provisória, mas tanto Natália quanto Fátima apresentam para a gente que essa medida é importante, mas é insuficiente. Os dados trazidos pela Natália são espantosos, e me preocupa, sobretudo, mesmo que não estejamos mais sob a égide da Emenda Constitucional n° 95 – e lutamos muito para que ela nem existisse –, de que forma o arcabouço fiscal, que agora voltará para a Câmara, poderá, no futuro, limitar a necessidade de investimento que nós temos para a educação. Retomar a campanha dos 10% do PIB para a educação, retomar o debate do Custo Aluno Qualidade e de onde ele será financiado, ou seja, não é possível a gente imaginar e continuar jogando sobre as costas dos municípios que eles arquem com os seus orçamentos, da forma como está hoje, o processo da necessária abertura de novas vagas para a educação infantil.

Daí, tudo está interconectado. Nós discutimos a reforma tributária agora sobre a questão do consumo, mas nós precisaremos olhar para a reforma tributária sobre renda e patrimônio, aí sim, como uma forma através da qual o Estado brasileiro tenha mais recursos para garantir direitos à população. É preciso cobrar mais daqueles que têm mais para que políticas públicas importantes, como essa que nós estamos vendo agora, possam ser feitas de forma efetiva.

Eu me lembro sempre de um pequeno... Assim eu termino e peço perdão se me alongo muito. É que, ontem, eu acabei não conseguindo falar direito aqui na audiência pública por questões técnicas. Mas me lembro de um texto de um sociólogo francês, o Pierre Bourdieu, que dizia que o drama do estado neoliberal em que nós vivemos é que a mão fiscal do estado está sempre a segurar a mão social desse estado e a impedir que ela complete o seu objetivo. E o problema é que há profissionais da educação, profissionais da saúde, que estão lá exatamente nessa mão social desse estado, muitas vezes frustrados porque não conseguem completar aquilo que sonharam e a que dedicam as suas vidas, que é o direito à educação e à saúde da população, muitas vezes porque essa mão fiscal está sempre a segurar essa mão social. E ainda temos que ouvir, às vezes, Deputados a nos comparar a traficantes – não é, Profa. Fátima?; não é, Profa. Flávia? Não dá para a gente, inclusive, diante desse cenário, não dizer que a gente repudia falas como essas, porque a gente está do lado de profissionais que estão nessas condições, muitas vezes muito difíceis de trabalhar, dedicando as suas vidas pelo direito à educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nós, como Deputados – tenho certeza que a Deputada Flávia está aqui fazendo isso e os demais Parlamentares desta Comissão –, vamos aprovar essa medida provisória, conscientes do quanto a gente tem de trabalho pela frente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Muito bem, Deputado Tarcísio! Participação importante. Agradeço a sua presença, a sua participação. É, com certeza, um Deputado sensível à questão da educação, às questões sociais do nosso país, que traz a representatividade de um estado importante para o Brasil, um estado que tem muitos problemas sociais. Eu tenho certeza de que ele é tocado, todos os dias, por essa causa no seu mandato e vem aqui, com muita responsabilidade, representar, cumprir o seu papel.

Uma MP como essa é, realmente, esperada há muito tempo por nós, e, por mais que precise ainda de complementos, ela não deixa de ser para nós, que estamos trabalhando por isso... Eu sou coordenadora da Comissão Externa de Obras Paralisadas há cinco anos e já tem um tempo que a gente sonha com uma ação efetiva como essa. Temos aí discursos e alguns programas teóricos, mas, na prática, a gente precisava mesmo desse aporte de recursos e dessas normas bem definidas.

Eu quero deixar registrado que, hoje, já foi publicada a regulamentação do FNDE. Então, a gente vê que eles estão realmente com pressa, como nós... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Então, a regulamentação já traz mais informações aos Prefeitos. Eu acho que é bom que a CNM acompanhe essa regulamentação – e ela já o está fazendo – e que os Prefeitos possam estar já dando entrada, apresentando as suas demandas. E já tem aqui alguns critérios estabelecidos.

Nós estamos aqui, hoje, fazendo esta audiência pública quase só... Mas justamente porque nós queremos cumprir os ritos desta Comissão Especial para que a gente possa, logo em 1° de agosto, votar essa MP e colocar logo, garantir logo a execução dessa proposta.

Eu quero dizer a todos os colaboradores que nós estivemos atentos às falas e vamos estar considerando todas elas no nosso parecer.

Quero aqui apresentar algumas perguntas, o que acho importante, porque a gente divulga sempre que o e-Cidadania está aberto a perguntas, mas, se a gente não coloca as perguntas aqui na audiência pública, é como se elas não tivessem sido vistas e consideradas.

Então, a gente aqui o Ícaro Anjos, da Bahia, que pergunta: "Se o critério para envio dos recursos tem como base o número de estudantes em determinada cidade, os dados do Censo [...] serão considerados?".

A princípio, Ícaro, os critérios que foram mencionados aqui na portaria não são o número de estudantes, mas, sim, o percentual de execução da obra; para desempate, antiguidade da obra; e, nos casos, poderão ter prioridade as comunidades quilombolas e algumas comunidades indígenas, que terão prioridade independente do percentual da obra por causa da localização, da distância e da dificuldade da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

execução, que vai requerer um tempo maior. Por isso, se já estiverem com o projeto aprovado, com a documentação aprovada, elas devem ter aí alguma prioridade, poderão ter alguma prioridade.

A Fabiana Silva, de São Paulo, pergunta: "Como poderemos, como cidadãos, acompanhar a execução das obras e a prestação de contas das mesmas?".

Hoje existe o Transferegov, que é justamente uma preocupação. A portaria foi editada de forma interministerial, com o MEC, o FNDE e também o Ministério da Gestão e da Inovação. O Transferegov é um programa que, justamente, padroniza e permite que todos façam o acompanhamento – os municípios, a população, os órgãos federais –, tenta unificar, padronizar as informações, os conceitos, os termos. Ainda tem uma adesão que não é 100%, mas, com certeza, existe todo um trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação para a qualificação e para a busca dessa adesão para que todas as obras estejam cadastradas e possam ser acompanhadas com muita transparência.

Karisa da Silva, de São Paulo: "Quais os critérios para a liberação da verba e [definição de] prioridades?. [Está-se] pensando na acessibilidade e na inclusão dentro das escolas?".

Eu já falei em relação aos critérios: primeiro, o percentual de execução da obra; para desempate, a questão da antiguidade e a questão das comunidades quilombolas, indígenas e outras. E, na questão da acessibilidade, que foi colocada aqui hoje, eu não percebi nada sobre isso dentro da portaria. É uma questão que nós podemos pensar, sim, vamos pensar com muito carinho.

Lídia Pugliessa, de São Paulo: "Há perspectiva de atualização das estruturas já [existentes][...]?".

Sim, a reprogramação poderá trazer aí uma atualização do projeto tanto do tipo de material gasto, formato, não permitindo, de acordo com a portaria, a mudança do objeto, mas, sim, a modificação desse projeto, a atualização desse projeto para que essa obra seja concluída e tenha funcionalidade, uma funcionalidade atualizada, porque algumas, há muitos anos, de repente, até não existem mais ou aquela quantidade até aumentou. Então, tudo isso poderá ser repensado nessa repactuação. No caso da obra que vai ser reprogramada porque aumentou a comunidade, vai precisar ter mais salas de aula, ela pode ser reprogramada e pode ter também a inclusão de – além dos recursos previstos na MP, que têm um limite, têm um teto, ela pode receber – recursos do município, do Governo do estado. Os dois entes federados poderiam entrar nessa repactuação, que poderia, de repente, atender já, numa obra em andamento, uma demanda mais atualizada.

Bill, de São Paulo: "Obra [estadual] que fora autorizada com verba e projeto já aprovados [...] também será iniciada ou somente [...] [aquelas vinculadas ao Governo Federal]?".

Nessa MP, só as vinculadas ao Governo Federal. Então, é uma coisa também que... Futuramente, podem-se ter aí coisas, mas, a princípio, essa MP vai tratar de obras do Governo Federal.

Jéssica Laís, de Pernambuco, pergunta – é uma pergunta meio genérica –: "Qual é o ponto crucial desse pacto?".

Eu acho que a audiência pública trouxe vários pontos que devem ser considerados, mas o tema, o texto da MP é que fala realmente o ponto importante, preocupante e que é um grande desafio: a conclusão dessas obras em situação de paralisada inacabada.

E aqui são alguns comentários que eu considero importante a gente compartilhar com vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Ivani Borges, de São Paulo: "Concordo plenamente que devem retornar as obras e também fiscalizar as creches e escolas existentes, pois muitas têm muitos problemas".

Contato Reis, do Amazonas: "Que boa notícia: obras retomadas, escolas de educação básica voltando a ter o seu valor".

Então, essa é a participação da sociedade civil nesta audiência pública.

Eu queria aqui agradecer a participação de todos e dizer que nós estaremos trabalhando muito nesse texto da medida provisória e, se Deus quiser, aprovando-a em agosto, lá no Plenário da Câmara Federal e do Senado Federal. Então, agradeço muito.

Encerro a presente audiência pública, agradecendo a presença de todos.

Até a apresentação do nosso parecer, que deve acontecer no dia 1º de agosto.

(*Iniciada às 14 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1174, DE 2023, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 08 E 16 DE AGOSTO DE 2023, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, E ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dezesseis horas e vinte e um minutos do dia oito de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Alessandro Vieira, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 1174, de 2023, com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Giordano, Leila Barros, Jussara Lima, Augusta Brito, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Carlos Portinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Dr. Hiran, Cleitinho, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Maurício Carvalho, Flávia Morais, Moses Rodrigues, Josenildo, Hugo Motta, Gilson Daniel, Mauricio Marcon, Samuel Viana, Soraya Santos, Fernando Mineiro, Prof. Reginaldo Veras e Tarcísio Motta, e ainda dos Parlamentares Marcos do Val, Zenaide Maia, Rodrigo Cunha, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Professora Luciene Cavalcante, Izalci Lucas, Paulo Paim, Pedro Aihara, Chico Rodrigues, Eduardo Braga e Reginete Bispo, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Oriovisto Guimarães, Eliziane Gama, Wellington Fagundes, André Fufuca, Isnaldo Bulhões Jr., Antonio Brito, Vermelho e Miguel Ângelo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Deputada Federal Flávia Morais faz a leitura do relatório. É concedida vista coletiva. Às dezesseis horas e vinte e nove minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia nove de agosto de dois mil e vinte e três. Em nove de agosto, a reabertura foi reagendada para o dia quinze de agosto. Em quinze de agosto, a reabertura foi reagendada para o dia dezesseis de agosto. Em dezesseis de agosto, sob a presidência do Senador Alessandro Vieira, a reunião é reaberta às quatorze horas e quarenta e cinco minutos. A Deputada Federal Flávia Morais faz a leitura da complementação de voto. Apresentado o requerimento nº 2, de destaque para votação em separado da emenda nº 40, de autoria do Senador Carlos Portinho. Apresentados os requerimentos nº 3 a 6, de autoria do Deputado Moses Rodrigues. Requerimentos nº 3 a 6 são retirados pelo autor. Aprovada a admissibilidade do destaque objeto do requerimento nº 2. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória n° 1174, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Deputada Flávia Morais. Relatório: Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório da Deputada Flávia Morais, ressalvado o destaque, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.174, de 2023; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.174, de 2023, e das emendas apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva das Emendas nos 3, 4, 7, 10, 13, 17, 18, 19, 27, 31, 36, 38, 40, 55, 57, 70, 75 e 76, as quais foram consideradas inconstitucionais, por versarem sobre matéria de conteúdo temático estranho ao objeto originário da presente Medida Provisória; pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 1.174, de 2023; pela não implicação em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas das Emendas nos 1 a 4, 6, 8 a 11, 15 a 17, 20, 22, 23, 29, 32, 33, 35, 39, 41 a 53, 58, 60, 62 a 71, 73, 74, 76, 77 e 79, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira das Emendas nos 5, 7, 12 a 14, 18, 19, 21, 24 a 26, 27, 30, 31, 34, 36 a 38, 40, 54 a 57, 59, 61, 72, 75 e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

78; no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.174, de 2023, e das Emendas nos 15, 29, 41, 43, 45, 64, 77 e 79 e aprovação parcial da emenda 60, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado; e pela rejeição das demais emendas. Rejeitada, em votação pelo processo nominal, a emenda nº 40. Votam “Sim” 8 parlamentares; votam “Não” 10 parlamentares; “Abstenção” 1 parlamentar. Fica mantido o texto do Projeto de Lei de Conversão aprovado. Aprovadas as atas das 2ª, 3ª e 4ª reuniões. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e três minutos. A Ata é assinada pelo Senhor Presidente e será publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alessandro Vieira
Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 1174, de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/08

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 1.174, de 2023.

Passo a palavra à Sra. Relatora, Deputada Flávia Morais, para que proceda à leitura do relatório.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente Alessandro.

Nós vamos, então, direto ao voto.

O parecer foi construído através de audiências públicas, com a participação dos órgãos de controle, dos ministérios envolvidos, dos vários órgãos de execução, da representação dos municípios, da nossa Presidência, da relatoria e de toda a assessoria também da nossa Comissão. E, com isso, nós construímos um texto que, com certeza, traz condições de dar segurança jurídica e também recursos para que essas obras possam ser repactuadas e reprogramadas.

Eu vou direto ao voto, Presidente, para que a gente possa resumir, então, a apresentação deste parecer.

Nós vamos votar:

– pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.174, de 2023;

– pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da medida provisória e das emendas apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva das Emendas nºs 3, 4, 7, 10, 13, 17, 18, 19, 27, 31, 34, 36, 38, 40, 55, 57, 70, 75 e 76, as quais consideramos inconstitucionais, por versarem sobre matéria de conteúdo temático estranho ao objeto originário da presente medida provisória;

– pela adequação orçamentária e financeira da medida provisória;

– pela não implicação em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública das Emendas nºs 1 a 4, 6, 8 a 11, 15 a 17, 20, 22, 23, 25, 29, 32, 33, 35, 39, 41 a 53, 58, 60, 62 a 71, 73, 74, 76, 77 e 79;

– pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 5, 7, 12 a 14, 18, 19, 21, 24, 26, 27, 30, 31, 34, 36 a 38, 40, 54 a 57, 59, 61, 72, 75 e 78.

No mérito:

– pela aprovação da Medida Provisória nº 1.174, de 2023, e das Emendas nºs 15, 25, 29, 41, 43, 45, 64, 77 e 79, na forma do projeto de lei de conversão em anexo; e

– pela rejeição das demais emendas.

Esse é o parecer, Presidente.

E nós colocamos, então, em apreciação para os nobres colegas que compõem esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Obrigado, Deputada Flávia.

Em discussão a matéria.

O SR. FERNANDO MINEIRO (PT - RN. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Pois não, Deputado.

O SR. FERNANDO MINEIRO (PT - RN. Para discutir.) – Primeiro, quero parabenizar pelo trabalho que esta Comissão tem, em especial a Relatora, por ouvir e acolher as discussões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Penso que, como o relatório está sendo apresentado agora, nós deveríamos pedir vista desse relatório para que, na próxima semana, nós pudéssemos ter tempo de analisar, discutir e ver o que pode avançar mais ainda.

Então, eu quero solicitar vista do relatório para poder aprofundar essa matéria e ter mais condições de conhecer os detalhes, que, eu tenho certeza, já é um grande avanço pelo que a senhora leu e pelo que está exposto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Obrigado, Deputado.

Para discutir.

O SR. GILSON DANIEL (PODEMOS - ES. Para discutir.) – Só quero parabenizar a Relatora pelo relatório. E também quero ter acesso para poder fazer uma discussão mais aprofundada do parecer. Mas quero parabenizar pelo trabalho.

Essa medida provisória é uma medida provisória muito importante. Eu fui Prefeito, por oito anos, de uma cidade da região metropolitana do Espírito Santo. E, lá na minha cidade, a gente tinha uma creche que ficou como inacabada e depois a gente acabou finalizando-a com recursos próprios. Igual aconteceu em minha cidade deve ter acontecido em diversas cidades.

Mas também eu li, na medida provisória, que a previsão é apenas para obras inacabadas e paralisadas. Tem muitas dessas obras que estão em execução – aqueles Prefeitos que fizeram o dever de casa, que trabalharam, executando, mesmo no período do Governo anterior, quando nós não tivemos praticamente nenhum repasse para essas obras – e essas obras não estão previstas nessa medida provisória. E isso vai impactar muitas obras que estão em execução e os Prefeitos não têm recursos para replanilhamento, não possuem recursos para repactuarem esses contratos.

Eu até gostaria de fazer uma sugestão – eu acho que talvez a gente não consiga nessa medida provisória, mas talvez seja para o ministério –: a possibilidade de o ministério rever essas obras que têm aí 60% ou 70% de execução e, antes de autorizar novas obras, auxiliar os municípios na execução da finalização dessas obras, aquelas que não estão enquadrados na medida provisória, para que a gente consiga ter essas obras entregues à população, que é o desejo desta Casa, que é o desejo do Senado, da Câmara, do próprio ministério, do FNDE e também dos Prefeitos. Muitos querem entregar essas obras, mas, devido ao critério da medida provisória para obras inacabadas e paralisadas dentro de um prazo, porque tinha uma data que foi definida pelo FNDE como a data fim para que entrasse nessa medida provisória, alguns municípios estavam em execução... Ou alguns municípios também, a gente sabe as dificuldades técnicas que os municípios têm de não terem alimentado isso de uma forma correta e hoje não estarem enquadrados nessa medida provisória.

Eu recebi reclamações de muitos Prefeitos do meu Estado. Nós temos, se eu não me engano, seis obras apenas no Espírito Santo, e muitas que estão em execução, que estavam em execução sendo até executadas com recurso próprio. O Prefeito não queria parar a obra em um ano já pré-eleitoral, mas ele não consegue finalizar a obra. E há muitas dessas obras com 60%, 70%, 80% já prontas, mas que não serão finalizadas porque o município não possui recursos para poder atualizar a planilha.

É isso.

Parabéns, Deputada Flávia, e parabéns ao Presidente pela condução.

Quero dizer que nós vamos votar. Esse é um passo importante para o nosso país, para entregar diversas obras que nós temos pelos estados que não foram entregues à população, e a população espera muito de nós, do FNDE e do Governo Federal.

É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Obrigado, Deputado Gilson.

Não havendo mais quem queira discutir... (*Pausa.*)

Nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, fica concedida vista coletiva da matéria.

Eu declaro suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 09 de agosto, às 14h30, amanhã.

Vista de 24 horas.

Portanto, está suspensa a reunião.

(*Iniciada às 16 horas e 21 minutos, a reunião é suspensa às 16 horas e 29 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Havendo número regimental, declaro reaberta a 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória n° 1.174, de 2023.

A Presidência comunica que, no dia 8 de agosto, a Deputada Flávia Morais procedeu à leitura do seu relatório, ocasião em que foi concedida a vista coletiva da matéria, suspendendo-se, em seguida, a reunião.

Passo a palavra à Relatora, a Deputada Flávia, para as suas considerações.

O SR. MOSES RODRIGUES (UNIÃO - CE. Pela ordem.) – Presidente, só uma questão de ordem. Eu tenho quatro requerimentos para serem analisados.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Está em andamento já a leitura do relatório. Os requerimentos serão apreciados depois da leitura.

O SR. MOSES RODRIGUES (UNIÃO - CE) – O.k.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO. Como Relatora.) – Boa tarde a todos.

Vamos seguir então, Presidente, com a leitura do voto?

Em aditamento às razões expostas no parecer anterior, apresentamos a presente complementação e votamos pela aprovação da Medida Provisória nº 1.174, de 2023, na forma do projeto de lei de conversão em anexo.

Diante do exposto pela Comissão Mista, votamos: pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.174, de 2023; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da MP 1.174, de 2023, e das emendas apresentadas perante a Comissão Mista com a ressalva das Emendas nºs 3, 4, 7, 10, 13, 17, 18, 19, 23, 31, 36, 38, 40, 55, 57, 70, 75 e 76, as quais consideramos inconstitucionais por versarem sobre matéria de conteúdo temático estranho ao objeto originário da presente medida provisória; pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória 1.174, 2023; pela não implicação em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública das Emendas nºs 1, 4, 6, 8, 11, 15, 17, 20, 22, 23, 29, 32, 33, 35, 39, 41 a 53, 58, 60, 61 a 71, 73, 74, 76, 77 e 79, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 5, 7, 12 a 14, 18, 19, 21, 24 a 26, 27, 30, 31, 34, 36 a 38, 40, 54 a 57, 59, 61, 72, 75 e 78.

No mérito: pela aprovação da MP 1.174, de 2023, e das Emendas 15, 29, 41, 43, 45, 64, 77, 79 e pela aprovação parcial da Emenda nº 60, na forma do projeto de lei de conversão em anexo; e pela rejeição das demais emendas.

Esse é o parecer, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Obrigado, Sra. Relatora. Parabéns pelo relatório, antecipo.

Em discussão a matéria.

O primeiro inscrito é o Deputado Moses Rodrigues, que já havia pedido a palavra.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) – Queria me inscrever, Sr. Presidente Alessandro.

O SR. MOSES RODRIGUES (UNIÃO - CE. Para discutir.) – Boa tarde, Presidente, boa tarde, Relatora e todos os nobres colegas Parlamentares.

Eu queria fazer uma consulta à Deputada Relatora, à Deputada Flávia, sobre uma discussão que tínhamos feito junto ao Ministério da Educação, através da Comissão de Educação, da qual eu sou Presidente. O Ministério da Educação tinha uma tratativa na Casa Civil para poder incluir no texto, para pedir à Relatora para incluir no texto uma matéria que trata sobre o aporte das mantenedoras de educação superior junto ao fundo garantidor da inadimplência. Pelo que eu entendi, o Governo não mandou, não conversou, não dialogou com a Relatora para tratar sobre esse tema.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO. Como Relatora.) – Nós dialogamos. Inclusive, eu preparei o Presidente para a gente absorver esse tema no texto, até porque a relevância é grande. A gente daria agilidade a essa solução, mas não houve acordo entre o MEC e a Casa Civil. Então, não conseguimos ter um texto que tivesse o acordo dos dois setores do Governo. Por isso, já com a agenda marcada para pautar, nós demos andamento e provavelmente esse tema deve entrar numa outra medida provisória.

O SR. MOSES RODRIGUES (UNIÃO - CE) – Eu queria dizer, só para esclarecer para os Parlamentares e para quem nos acompanha aqui, que nós tínhamos um fundo garantidor até 2017. Esse fundo garantidor retinha das mantenedoras 6,25%, até 2017. Com a mudança para um novo modelo de financiamento estudantil, em 2018, o que aconteceu? Nós aprovamos aqui, no Congresso Nacional, uma legislação que colocou um piso de 10% e um teto de 25% para os aportes das mantenedoras ao fundo.

No entanto, naquela época, quando discutimos isso no segundo semestre de 2017, aqui na Comissão do Congresso Nacional, os técnicos e consultores diziam: "olha, isso é suficiente até o quinto ano, então, a partir do quinto ano fica sem teto, porque isso deve ser inferior a dez e nós vamos colocar só um piso de dez". E aí, dentro daquela discussão, acabou que a partir do sexto ano nós temos um piso de 10% de aporte, mas ficamos sem teto, ou seja, tem mantenedora, hoje, que está contribuindo com mais do que 100%, ou seja, não recebe nada e ainda fica devendo ao fundo.

E aí, dentro dessa discussão, é um cálculo que... O CG-Fies fez um cálculo equivocado sobre esse percentual. E o que acontece hoje? Não se consegue resolver administrativamente no CG-Fies porque os consultores, os técnicos de economia precisam ser unânimes lá no colegiado, e os técnicos de economia não querem fazer esse acerto.

Já existe, inclusive, uma nota técnica do FNDE/Sisu que comprova que 25% de aporte é mais do que suficiente para garantir uma futura inadimplência dos estudantes de financiamento estudantil.

Então, nós tínhamos feito essa conversa através da Comissão de Educação, era um pleito da Comissão de Educação no Ministério da Educação, e o Ministro Camilo Santana foi sensível a essa matéria, por ele o.k. os 25%. No entanto, nas tratativas junto à Casa Civil, isso não avançou e teria o compromisso de ser incluído nessa MP.

Então, eu quero aqui fazer um acordo com V. Exas. Eu vou retirar os quatro pedidos de retirada de pauta, nominalmente, já que não veio a proposta e a gente trabalhar junto ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Ministério da Educação e à Casa Civil para que a gente possa apresentar, em uma outra MP, essa questão do teto, limitando a 25%.

Então, fica aqui a solicitação de retirada dos quatro requerimentos para que a gente possa aprovar o relatório da Deputada Flávia, que foi muito cortês quando adiou já a votação para que a gente pudesse esperar esse acordo entre o Ministério da Educação e a Casa Civil.

Fica aqui a minha gratidão e me coloco, também, à disposição, Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Agradeço pela compreensão, Deputado Moses, e ressalto a relevância da sua manifestação.

Com a palavra, o Deputado Tarcísio Motta.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (PSOL - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, boa tarde aos demais Deputados e Senadores aqui presentes.

Venho aqui, hoje, mais uma vez, para poder falar a respeito da questão que nós apresentamos aqui desde a primeira audiência, que é a importância dessa medida provisória, do ponto de vista da retomada de obras paralisadas, inacabadas, o quanto isso é importante para a educação em nosso país.

Portanto, mais uma vez, dizendo que essa medida provisória é fundamental, mas, desde aquele momento, nós estávamos preocupados com a questão de como é que nós inseriríamos também a rede federal de educação e as obras paralisadas na rede federal. Em conversa, inclusive, com o Ministério da Educação, entendemos que, como essas obras não passam pelo Plano de Ações Articuladas e pelo FNDE, elas não caberiam nessa medida provisória.

Ainda assim, só para que V. Exas., os senhores e as senhoras tenham uma ideia, por exemplo, só no Rio de Janeiro, pensando no Colégio Pedro II, no Instituto Federal do Rio de Janeiro, existem, por exemplo, quatro obras paralisadas, apenas nessas duas instituições. No caso do IFRJ, obras em São Gonçalo e em Resende. No caso do Colégio Pedro II, obras em Realengo e na unidade de educação infantil.

O que a gente espera aqui hoje é um compromisso do Governo do ponto de vista de que esses recursos estejam previstos no plano de aceleração do crescimento, no PAC anunciado recentemente, e que a gente consiga, portanto, o que era desejo de vários Deputados e Senadores que apresentaram emendas nesta medida provisória, de que a gente veja essa situação resolvida no mesmo prazo das outras obras inacabadas das redes municipais e estaduais, país afora, e nas mesmas condições para isso. O que precisamos é de um compromisso para que o problema e a questão do ponto de vista das obras inacabadas da rede federal seja possível.

Ainda assim, o Senador Carlos Portinho, inclusive, me procurou também com uma emenda similar à que a gente tinha apresentado. Ele apresentou, com outros Deputados, porque ainda queríamos tentar entender se era possível ou não garantir isso nesta medida provisória.

Então, de qualquer forma, fica o nosso pedido de que, na defesa da qualidade da educação e da retomada das obras paralisadas na rede federal de educação, que a gente tenha o compromisso do Governo de que elas terão, portanto, situações similares e que o Governo possa, seja a medida do PAC ou seja alguma referência nessa medida provisória, que a gente possa ver também atendido o direito das crianças, jovens, adultos e adolescentes da rede federal de educação, orgulho de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sra. Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Obrigado, Deputado Tarcísio.

Com a palavra, o Senador Carlos Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Alessandro Vieira, ilustre Relatora.

É bom poder suceder aqui na fala o meu amigo Tarcísio, Deputado Tarcísio, porque o nosso interesse aqui é comum e, na verdade, não é só do Estado do Rio de Janeiro, não é do Deputado Tarcísio, não é meu, é do Brasil.

O Colégio Pedro II, ilustre Relatora, é uma instituição centenária. A escola de surdos e mudos, de igual maneira, e presta um serviço fundamental para a população. E mais, as duas unidades têm ensino básico. Então, o meu destaque, inclusive, à emenda rejeitada, que eu vim encarecidamente tentar ainda compor para incluir no relatório... Depois, se o Governo quiser colocar no PAC, faz um remanejamento. Agora, garantir, sair daqui com uma medida provisória, que tem recurso para a conclusão de obras inacabadas, onde há quatro unidades precisando de duas instituições centenárias, que se dedicam ao ensino básico, por que não? Por que negar a essas, ao Estado do Rio, ao Brasil, aos surdos e mudos e aos alunos do Pedro II, a conclusão dessas obras? Acho que a demanda é possível dentro do escopo da medida provisória. Eu vou manter o destaque, inclusive, caso não seja revisto pela nossa Relatora, o que eu peço encarecidamente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Com a palavra, a Sra. Relatora.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) – Senador Tarcísio...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Tenha calma, Deputado Tarcísio. Senador Portinho.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (PSOL - RJ. *Fora do microfone*.) – Ainda não! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE. *Fora do microfone*.) – Mas está chegando lá!

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO. Como Relatora.) – Senador Portinho e Deputado Tarcísio, estou profetizando aqui.

Pois é, a demanda é muito relevante. Nós acompanhamos. São vários Parlamentares que apresentaram emendas com o mesmo propósito. Eu fiquei até curiosa, por que tantos estão...

(*Intervenção fora do microfone*.)

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) – E, na verdade, eu acredito muito que essa obra terá prioridade do Governo, sim, tem todas as condições de ser atendida com muita agilidade e, dentro do nosso parecer, a dificuldade de acatar é justamente pelo princípio da impessoalidade. Quando a gente admite duas obras específicas ou três, a gente deixa de ter um critério genérico para atender outras obras que talvez não sejam centenárias, mas que também são importantes e relevantes para a população e que não entram num critério geral. Então, a gente precisa trabalhar com critérios gerais para a gente respeitar o princípio da impessoalidade. Esse foi o nosso ponto de vista.

O nosso total apoio e reconhecimento à importância dessas obras, à relevância e à necessidade de priorização em outro programa, em outra ação do Governo que consiga ter uma regra geral para atender todas que são desse mesmo escopo. Então, esse é o nosso entendimento. Eu espero a compreensão dos pares e parabenizo pela iniciativa e pela contundente defesa desse patrimônio cultural, educacional do nosso país. Sou fã de Dom Pedro II, acho que ele foi tão importante para o Brasil. Com certeza é uma honra, uma dívida que o Brasil tem com essa entidade.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Senador Portinho...

Eu vou pedir ao assessor que, por favor... Perfeito, obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Senador Portinho, meu amigo, eu vou lhe fazer um apelo, evocando a sua memória como Líder de Governo, que V. Exa. foi até instantes atrás. É muito claro que o Governo Federal tem um compromisso com o Rio de Janeiro, pela importância e pela relevância, e mais ainda com essas obras específicas, que são obras que a gente não consegue sequer compreender por que estão atrasadas, porque são instituições tão importantes e que sempre mereceram ou deveriam merecer a atenção do Governo Federal. Então, eu faço um apelo a V. Exa. pela retirada do destaque e pela construção de um apoio conjunto, de todos nós, pelo pleito do Rio de Janeiro. Acredito que seria uma solução bastante interessante para todos para o andamento disso, uma vez que existe um foco específico nessa MP.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (Bloco/PDT - GO. Como Relatora.) – Inclusive, antes de o senhor falar, Senador, eu sou Coordenadora da Comissão Externa sobre Obras Públicas Paralisadas e Inacabadas no País, e eu queria, desde já, me comprometer a fazer uma visita a essas obras, a esses prédios. Nós já vamos apresentar um requerimento na Comissão Externa e vamos, pessoalmente, com um grupo de Parlamentares, justamente para que a gente possa movimentar e entregar a conclusão dessa importante obra.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) – Querida Relatora, Presidente Senador Alessandro Vieira, eu entendo a súplica, mas eu vou manter o destaque. E digo o porquê: o Presidente Lula esteve agora no Rio de Janeiro e anunciou obras de PAC de bilhões de reais. Só de ônibus, que foi um fracasso na cidade do Rio de Janeiro, está se repetindo o erro e gastando mais R$700 milhões comprando ônibus que serão depredados, porque o sistema de transporte que a população necessita não é esse – não é esse! –, Deputado Tarcísio, e a gente sabe que é um erro. Talvez o Presidente Lula esteja sendo levado a esse erro pelo Prefeito Eduardo Paes, mas foi anunciado um PAC, no Rio, com pompa e circunstância, com projeção na Pedra do Leme, com um evento no teatro municipal, e o Governo Federal, este Governo que fala de educação, não destinou, não olhou para o Colégio Pedro II, não olhou para o Instituto Nacional de Educação de Surdos, que são duas instituições centenárias.

Eu estava vendo aqui o escopo da Medida Provisória 1.174, que institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica. Os dois equipamentos destinam-se também à educação básica.

Então, como todas as vênias, não há como tirar.

E eu peço, inclusive, apoio dos demais colegas, porque, se não entrar o recurso aqui para pagar essas obras do Colégio Pedro II e o Instituto de Surdo e Mudo do Brasil, não vai entrar em lugar nenhum, porque já anunciaram o PAC, e o Governo Federal, o Governo Lula não olhou para esses equipamentos e para o Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Perfeito.

Sem mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria. (*Fora do microfone.*)

Pois não, Deputado Gilson. Ele vai reabrir aqui.

Não estava registrado o seu pedido.

O SR. GILSON DANIEL (PODEMOS - ES. Para discutir.) – É. Eu tinha feito um pedido.

Sr. Presidente, Sra. Relatora, parabenizo-a pelo relatório.

Eu observei que foram incluídas também, nesta medida provisória, as ações de obras inacabadas e paralisadas também do Sistema Único de Saúde, do SUS. Foi incluído isso no relatório, porque não estava na medida provisória.

Parabenizo porque também existem muitas obras de unidade de saúde, inclusive no meu estado, que estão paralisadas, aguardando esta medida provisória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu tenho cobrado muito do Nésio essa alteração do Ministério, a transferência fundo a fundo, para que a gente possa também finalizar algumas unidades de saúde.

Posso destacar aqui a cidade de Piúma, que tem uma obra dependendo desta medida provisória.

Parabenizo também a alteração do marco temporal que foi feita no § 2º do art. 2º, que muda o prazo, com a prorrogação, que está definido na medida provisória, porque isso aqui inclui mais obras que não estão na medida provisória.

Diz o § 2º do art. 2º:

> [...]
> II - aqueles que tenham solicitação de nova pactuação aprovada pelo FNDE nos termos da Resolução do Conselho Deliberativo [...].
> III – aqueles que tenham prorrogação de vigência indeferida entre 1º de abril de 2023 e a data de entrada em vigor desta Lei.

Isso, automaticamente, inclui mais obras.

Parabenizo porque isso inclui algumas obras do meu estado que não estavam incluídas na medida provisória.

Tem duas situações de emendas que não foram aceitas pela Relatora. São duas questões que me preocupam. Uma delas é com relação à Emenda 19, do Senador Alan, que fala com relação à inclusão no Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica as obras e os serviços de engenharia de infraestrutura educacional cujos recursos sejam insuficientes para essa conclusão.

Por que eu chamo a atenção disso?

Porque o Governo acabou de lançar um PAC, vai incluir novas obras, e nós vamos continuar com obras inacabadas no país, porque os municípios não vão conseguir finalizar aquelas obras que não foram incluídas nesta medida provisória.

Tem também uma emenda proposta pela Senadora Eliziane Gama, que é a 20, que fala da priorização para municípios que sofreram com desastres naturais. Também não foi acatada pela Relatora, mas julgo ser uma emenda relevante porque nós tivemos muitos municípios que sofreram com desastres naturais e têm obras inacabadas do FNDE.

Por fim, parabenizo-a pelo relatório.

Estou feliz de ver essa alteração, principalmente desse prazo, porque inclui obras que estão paralisadas no meu estado.

Digo à Relatora, assim, eu acho que nós temos, agora – você que coordena as obras inacabadas aqui no Congresso Nacional –, a gente precisa ter um olhar diferente para aquelas escolas, creches e quadras que não estão incluídas na medida provisória, para que o Governo Federal possa lançar novos editais após a conclusão das obras já pactuadas.

Então, é uma solicitação que eu faço, que a gente faça essa observação ao Governo Federal; vão-se iniciar obras novas, importantes para o país, mas que a gente possa finalizar as obras que já foram iniciadas.

É isso.

Muito obrigado pela oportunidade.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO. Como Relatora.) – Obrigada, Deputado Gilson. Inclusive é nossa grande preocupação. Nós temos todo o interesse de destravar, de desburocratizar, de facilitar, de colocar recurso para a conclusão dessas obras nessa situação, não só do FNDE, mas de todas as áreas, e nós temos em todas as áreas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Conseguimos já, num esforço grande... Nós comunicamos ao Ministério da Saúde a existência dessa MP, mandamos o texto para eles avaliarem, e é assim que nós estamos incluindo a saúde também, que tem mais de 3 mil obras nessa mesma situação. Com isso, nós vamos, também, ajudar muito para a conclusão dessas obras.

E nós temos a preocupação com aquelas que, de uma forma ou de outra, não se incluíram agora, mas também de chegar aos outros Ministérios e a todos os setores. Eu acredito que vai ser o primeiro passo, mas, com certeza, é o passo mais efetivo que eu tenho acompanhado. Tem cinco anos que eu estou trabalhando – nós tivemos a iniciativa do Tribunal de Justiça, do programa Destrava –, há cinco anos que a gente trabalha com isso e é a primeira vez que a gente consegue, realmente, autorizar, dar segurança jurídica, dando autorização legal para os municípios repactuarem, reprogramarem a sua obra, e também colocando recurso, porque não adianta... Essas obras tiveram seus valores desatualizados, elas foram deterioradas. Então, não adianta achar que, com o mesmo valor da licitação inicial, nós conseguimos concluir essas obras. Isso é sonho.

Por isso, esse aporte de recurso de quase 4 bilhões faz a diferença e eu tenho certeza... Estou muito otimista em relação a essa medida provisória.

O SR. GILSON DANIEL (PODEMOS - ES) – Posso fazer uma complementação?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Pois não.

O SR. GILSON DANIEL (PODEMOS - ES) – Só mais um minuto.

Eu esqueci de dizer, na minha fala, mas assim, pela sua experiência, Relatora, nesse estudo que você fez durante esse tempo de cinco anos, a gente tem que destacar aqui, eu queria fazer um elogio ao Ministro Camilo, à Fernanda, que é a Presidente do FNDE, ao Nésio, que conduz a Secretaria de Atenção Primária, que trabalharam para que a gente pudesse chegar a isso aqui.

O Ministro Camilo, eu estive com ele, estive com a Fernanda e vi a vontade dele, por ter sido Governador, ter feito essa medida provisória e a gente ter condições de votá-la aqui no Congresso Nacional. Acho que é um passo importante para que o Governo Federal analise os outros Ministérios e a gente possa finalizar essas obras que estão inacabadas no país.

É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Em votação a matéria.

Foi apresentado um requerimento de destaque para votação em separado.

A Presidência comunica que a apreciação da matéria dar-se-á da seguinte forma: votaremos, em primeiro lugar, o requerimento de admissibilidade do destaque; em seguida, o relatório, ressalvados os destaques e, por último, os destaques cuja admissibilidade tenha sido aprovada.

De acordo com o art. 50, requerimentos que tratam da admissibilidade dos destaques não serão discutidos nem encaminhados.

Então, vai diretamente para a votação o Requerimento nº 2, de admissibilidade do destaque da Emenda nº 40, de autoria do Senador Carlos Portinho.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Pois não.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, apenas para fazer o registro, e fazer também um pedido à nossa Relatora, a Deputada Flávia Morais, que é muito sensível a essa causa, que está alinhada, não só com o requerimento do Deputado Carlos Portinho, mas também com o do Deputado Tarcísio, em relação às escolas técnicas – e eu sei que vocês já estavam discutindo. Mas, nessa oportunidade, se não for, Deputada Flávia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

por via desta medida provisória, teria que ser pelo PAC, no qual elas não foram inseridas, e nós estamos também falando de escola inacabada.

Então, o meu pedido é para que V. Exa. possa acolher no seu relatório e esta Comissão possa votar neste destaque e, depois, nessa tramitação, possa ser feita uma composição. Se lá na frente inverter, "ah, vai sair pelo PAC, mas a gente vai colocar fim"...

O escopo dessa medida provisória, Deputado Tarcísio, e eu acho que está bem alinhado com o nosso pensamento e também com a ideia do Governo, é que a gente dê continuidade às obras que estão em andamento. O custo de obra parada no Brasil é muito grande.

Então, eu gostaria de pedir a todos os membros desta Comissão, em especial à Deputada Flávia Morais, que pudesse acolher essa emenda como forma de integrar o corpo e virar lei. Se, antes de virar lei, houver uma recomposição por parte do Governo, Senador Alessandro, no sentido de compor essa perda na execução dela por outro caminho, que se faça no momento em que a medida está tramitando.

Esta era a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Agradeço e agradeço a compreensão de que já foi encerrada a discussão. Estamos em votação com relação à admissibilidade do pedido de destaque.

Em votação.

Aqueles que concordam com o requerimento de admissibilidade permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a admissibilidade do requerimento de destaque da Emenda nº 40.

Passamos à votação do relatório, ressalvado o destaque.

Passamos à votação, que também se dará de maneira simbólica.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório apresentado pela Deputada Flávia Morais, ressalvado o destaque da Emenda 40. (*Pausa.*)

Passo à votação do Destaque nº 2 à Emenda 40, do Senador Carlos Portinho.

O SR. GILSON DANIEL (PODEMOS - ES) – Posso fazer um questionamento sobre o destaque, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Pois não.

O SR. GILSON DANIEL (PODEMOS - ES) – Além do Rio de Janeiro, existem outras escolas, pela sua experiência, Relatora, com o mesmo problema do Rio de Janeiro, de obras inacabadas em outros estados, ou é só o Rio de Janeiro que tem?

O SR. TARCÍSIO MOTTA (PSOL - RJ. *Fora do microfone*.) – Não é só o Rio de Janeiro, não. Eu posso esclarecer.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO. *Fora do microfone*.) – Não, não é só o Rio de Janeiro.

O SR. GILSON DANIEL (PODEMOS - ES) – Mas o destaque é só o Rio de Janeiro.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (PSOL - RJ. *Fora do microfone*.) – Não.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO. *Fora do microfone*.) – Não, não, não. São todas as escolas técnicas do Brasil.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) – Não, a MP é abrangente, e a Bancada do Rio de Janeiro trouxe obras que são relevantes e que não foram contempladas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Apenas para ordenar a discussão. Estamos em estágio de votação do destaque. O destaque, e me corrija, Senador Carlos Portinho, ressalva especificamente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) – Duas instituições do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – ... duas instituições do Rio de Janeiro: o Colégio Pedro II, o Instituto Nacional de Educação de Surdos, o Ines, e o Instituto Benjamin Constant. São três instituições. Perfeito? Nenhuma delas exclusiva de ensino básico, correto?

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) – Mas que possuem ensino básico.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Mas que possuem ensino básico.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) – Possuem ensino básico.

Inclusive, o Governo sinalizou agora, e quero deixar público, pelo apertado do tempo, que a gente não pôde fazer a composição aqui agora, até pela ausência da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Exato.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) – Mas tenho o compromisso, uma vez aprovada aqui a inclusão, o Governo vai apresentar o orçamento de onde vai tirar e tal, fazendo o acordo, mostrando que o dinheiro sai do PAC. Compromisso feito, tira-se depois. Pode ser até aqui, no Senado, quando ela chegar, ou lá na Câmara mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Perfeito.

Ainda faço mais o registro de que as obras do PAC não foram detalhadas. Acho que isso tem que ficar claro também para registro de todos. Você não tem o detalhamento. Existe uma priorização para a retomada de obras, em particular a saúde e a educação, também no PAC, Minha Casa, Minha Vida também no PAC, mas não teve detalhamento de nenhuma ordem.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) – Não, não, mas é... Só fazer o...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Então, entendo perfeitamente... Eu só peço a V. Exa. que aguarde o momento de fala, porque é a regra da Casa, o senhor bem sabe, tão bem ou melhor do que eu.

Então, existe espaço para essa construção, tenho certeza de que será feita, tem a minha defesa, mas particularmente, no momento, vamos votar o destaque referente à Emenda 40.

Os Srs. e Sras. Parlamentares... Considerando o tamanho do quórum colocado aqui – nós temos um quórum de 25 participantes presentes –, eu vou levar para a votação nominal o destaque.

Então, peço à Secretaria que comunique os Parlamentares e coloque em votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Passo a palavra ao Senador Portinho, penso que queira fazer... renovar sua defesa do ponto.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ. Pela ordem.) – Vou dividir aqui minha fala breve com o Deputado Tarcísio, também com a Deputada Soraya, se ela quiser se manifestar, e insistir: a medida provisória é para a retomada de obras inacabadas. Então, cabe, se se converter em lei, nessa medida provisória convertida em lei a obrigação das quatro obras que o Deputado Tarcísio já mencionou: duas no Colégio Pedro II e duas no instituto de surdos e mudos do Brasil. Então, eu acho que é até um respeito a essas centenárias instituições incluir, com a ressalva de que, uma vez incluído, se o Governo quiser colocar no PAC e garantir carimbado na tramitação do projeto que sai daqui e vai para o PAC, está feito o acordo, e eu falo como Líder do PL e da Oposição aqui no Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. TARCÍSIO MOTTA (PSOL - RJ. Pela ordem.) – Posso? Poderia complementar? (*Fora do microfone.*) (*Pausa.*)

Obrigado, Presidente, é apenas para complementar.

Nossa intenção, Deputada, inclusive, é que a gente possa entender os institutos federais que têm educação básica. Essa era inclusive a perspectiva. A emenda do Senador Carlos Portinho, que está inclusive especificando a questão do Colégio Pedro II, do Instituto Nacional de Educação de Surdos e do Instituto Benjamin Constant – que trata, inclusive, de deficientes visuais, cegos –, é uma emenda que, portanto, cita instituições específicas nesse caso. Mas, por exemplo, não sei mais se há como fazer isso, mas, da mesma forma como incluímos... V. Exa. incluiu a possibilidade de, no que couber, estender para obras inacabadas de transferência fundo a fundo no caso de saúde, o ideal seria que nós tivéssemos incluído aqui, no que couber, as obras inacabadas da Rede Federal de Educação, do Instituto Nacional de Educação de Surdos, do Instituto Benjamin Constant, no termo que está colocado aqui e, portanto, com financiamentos que não estão previstos aqui e não são do FNDE, seriam cobertos por essa medida provisória. Essa era a intenção, na tentativa de garantir, de fato, essas instituições de educação que tem no país inteiro – já que Rede Federal tem no país inteiro – e têm também obras inacabadas. Essa era a intenção de todos nós aqui.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ) – Senador Alessandro...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Pois não.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ. Pela ordem.) – Eu até insistiria com V. Exa., muito embora essa seja a prerrogativa de Presidente, mas eu conheço todo o seu histórico na defesa da educação, todas as ponderações que V. Exa. fez, no sentido de que o detalhamento do PAC não foi. Por toda a conversa que se teve aqui, eu gostaria de pedir a V. Exa... Porque eu considero muito dispensável votação nominal, porque isso é apenas um registro; está claro que a gente está querendo abrir uma discussão lá na frente para o PAC. E, com esse sentimento, eu gostaria de pedir a V. Exa. que a gente também pudesse votar da mesma forma, deixar aquele registro, porque ele já será indutor de um detalhamento futuro, no qual V. Exa., inclusive, já declarou que vai nos ajudar, porque V. Exa. também caminha no sentido de terminar as obras inacabadas, está tudo alinhado com o seu histórico.

Então, nesse sentido, Presidente, como ele abre a discussão para situações que não estão previstas no FNDE, eu gostaria de pedir a V. Exa. que pudesse dispensar e a gente votar e deixar essa emenda, para que ele pudesse puxar as situações similares que acontecem no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Apenas para fazer um registro: nós já estamos em processo de votação, está em votação o destaque.

Eu faço questão de deixar extremamente claro para quem nos acompanha que é um destaque que atende apenas ao interesse de três instituições sediadas no Estado do Rio de Janeiro. Nós temos obras inacabadas de ensino técnico no Brasil todo, e é absolutamente necessário que se tenha uma providência. É necessário também avaliar por que atrasaram, se são falhas de gestores federais que passaram, o que foi que aconteceu. Mas a gente tem que resolver isso, por isso o nosso compromisso e sugestão de uma nova MP que enderece soluções para todo o Brasil.

Eu passo a palavra para a Relatora enquanto estamos em processo de votação.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO. Como Relatora.) – Eu quero, a Deputada Soraya não tinha chegado nem a Dorinha, manter o nosso posicionamento em relação ao respeito ao princípio da impessoalidade. Fica muito difícil, como Relatora, nós acatarmos uma solicitação específica, de um estado específico, dentro de tantas demandas que nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

no país; eu estaria sendo injusta com as outras entidades. Eu acho que a gente precisa ter o momento de aprovar de forma geral que atenda a todos, que todos possam ter a oportunidade de ter esse benefício. Eu acredito que a gente possa pensar isso futuramente.

O FNDE chegou na frente com essa proposta, mas ela vai servir de modelo, assim como a saúde já veio, para outros órgãos, outros setores do Governo, que, com certeza, através desse procedimento, vão tentar garantir recursos e destinar especificamente para a conclusão de obras paralisadas e inacabadas. Se a gente cria, neste momento, um precedente desse, no Plenário, a gente vai ter um desafio muito grande para conseguir, e eu não vou ter como argumentar porque vou ter que atender todos os pedidos que eu receber naquele momento.

Então eu vou manter a minha posição, respeitando o princípio da impessoalidade, para que eu possa ter força para enfrentar o Plenário futuramente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Eu reitero que a votação está em andamento, que os Parlamentares que registraram presença podem votar seja nos computadores do Plenário ou por meio do aplicativo Senado Digital, no caso dos Senadores, e Infoleg para os Deputados.

Passo a palavra para a Senadora Professora Dorinha, para sua fala.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria só de ponderar que a Deputada Flávia fez um enorme esforço, e todos nós que lidamos com educação acompanhamos há muito tempo as obras inacabadas, creches, escolas, quadras, no âmbito da educação básica, que esperavam há muito tempo essa solução, porque nós temos escolas que pararam por diferentes motivos, algumas há mais de dez, doze anos, e isso demanda um esforço enorme. Condições que foram estabelecidas aqui na medida provisória em relação à adequação do projeto, à possibilidade de um realinhamento e adequação, acho que afetam o Brasil inteiro.

Eu compreendo a preocupação dos colegas do Rio de Janeiro. Meu estado também tem obras paralisadas dos institutos federais. Até me proponho, a gente pode tentar fazer uma condição específica porque há muito tempo não existe mais plano de expansão dos institutos federais. Eles têm passado, fazem um excelente trabalho, não é diferente das outras duas obras, mas eu só pondero pela questão da situação de exceção do próprio trato aqui. Mas eu mesma me coloco, e sei que V. Exa. também, na Comissão de Educação, porque este é um tema que a gente pode puxar: qual é o plano para essas ações específicas, porque, embora esteja aqui, e não vai atender a todos, no caso da educação básica – creches e escolas –, eu sei que também não existe nenhum interesse de atrapalhar votação dessa natureza, mas que, ao mesmo tempo, a gente possa se comprometer.

Eu sei que pode ser construído um caminho no próprio PAC, na CMO, um direcionamento, porque é uma ação extremamente pertinente, olhando a situação dos institutos federais e do próprio colégio, pela importância, Dom Pedro II, com tudo que tem.

Então, eu me coloco como parceira no que for possível construir.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, na esteira do que a Professora Dorinha está colocando, inclusive na esteira do trabalho, que a gente conhece, da Deputada Flávia e de V. Exa., eu quero esclarecer à Comissão que a iniciativa que saiu da bancada do Rio de Janeiro... É óbvio que a gente não pode excepcionar, mas queria justamente levantar essa questão de obra pública inacabada.

Então, quando nós propusemos, através do Senador Portinho, e o Deputado Tarcísio também propôs, obviamente, como Parlamentares, a gente está olhando para o Estado do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Rio de Janeiro, mas é um problema de país que já se arrasta, Professora Dorinha, há muito tempo. V. Exa. tem sido uma voz no sentido de terminar essas unidades.

Então, caso aprovado, eu quero deixar bem claro que a situação não vai ser tratada para excepcionar o Rio de Janeiro, mas, de alguma forma, detalhar no PAC pelas ferramentas possíveis.

Se, por acaso, não for aprovada e acolhida pela Comissão, já está aqui o compromisso da Comissão de olhar para os institutos federais, porque têm natureza orçamentária diferente, mas nós queremos que educação e saúde não tenham obra paralisada, e a gente precisa ter, Senador Alessandro, um olhar específico sobre isso.

Então, por isso pedi a V. Exa. que fosse dispensável, entendendo que o caminho natural ia cair no PAC, mas eu quero deixar claro para a Comissão que o levantamento do Rio de Janeiro não era para excepcionar, mas pela questão urgente que também são os institutos federais.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Perfeito.

Deputada, eu não tenho a menor dúvida de que estamos todos alinhados no mérito. Temos uma divergência na forma de atendimento.

A medida provisória tem um objetivo, um objetivo difícil, que o Brasil, há de se reconhecer, não conseguiu atingir nos últimos anos, que é o de conclusão dessas obras.

É um grande avanço. A Deputada Flávia fez um esforço imenso de construção.

Então, acho que o melhor caminho que nós temos é pedir, já que temos a presença do Líder do Governo no Congresso, o Senador Randolfe Rodrigues, que está ali agora colhendo os últimos compromissos para vir aqui anunciar.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Caríssimo Presidente, colegas, colega Portinho, peço cinco minutos. Eu vou checar com o Ministério da Educação...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – ... para nós darmos uma devolutiva.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Está em andamento a votação, no tempo em que o Governo vai fazer sua manifestação.

O SR. GILSON DANIEL (PODEMOS - ES) – Sr. Presidente, só quero fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Fique à vontade, Deputado.

O SR. GILSON DANIEL (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Quero me juntar aqui à Relatora da medida provisória na defesa de que não podemos ter, nessa medida que institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica, aquilo que vamos ter dificuldades para defender no Plenário, porque nós estamos excetuando apenas um estado.

Nós temos obras inacabadas e paralisadas pelo país. Mas não só isso. Essa medida provisória não inclui todas as obras em andamento de escolas de educação básica. Elas não estão todas incluídas. Aqui, essa medida provisória está indo até o limite financeiro que o Governo Federal está destinando para essa medida. Nós temos uma infinidade de obras, de municípios que estão tocando essas obras que não estavam no sistema como inacabadas e paralisadas, e não vão ser atualizadas, vão ter dificuldade para finalizar essas obras, e estão fora da medida provisória.

Então, é uma preocupação que todas as vezes que a gente coloca alguma coisa a mais o Governo tenha dificuldades para a execução dessa medida provisória. Essa é a nossa preocupação, me juntando à Relatora da medida provisória, que trabalhou muito para que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

gente pudesse chegar a esse texto final e poder, com a mudança dos prazos, ainda incluir um pouco mais de escolas que estão paralisadas e inacabadas.

Então, trago aqui a preocupação. Eu acredito que tanto o Senador como os Deputados do Rio de Janeiro têm realmente a necessidade desses recursos, mas não nessa medida provisória. Acho que nós podemos nos juntar a esses Deputados e Senadores que estão aqui defendendo o Rio de Janeiro. Que a gente possa se juntar não só em função do Rio de Janeiro, mas de todos os estados que têm obras inacabadas e paralisadas.

Obrigado.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Com a palavra o Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ. Pela ordem.) – De forma alguma. Apenas a bancada do Rio de Janeiro se mobilizou pelo país. Que outro instituto de surdo e mudo no Brasil tem obra inacabada? O instituto de surdos-mudos atende a todo o Brasil. Votar contra o destaque é votar contra uma necessidade de pessoas que possuem uma especialidade, porque as obras, certamente, ali são destinadas àquele público, àquelas pessoas: surdos-mudos.

A obra do Colégio Pedro II é porque é o principal colégio formador público, é uma das melhores escolas públicas do país. Então, pode estar hoje no Rio de Janeiro, mas a defesa aqui, me desculpem, é de equipamentos que são do Governo Federal e que importam ao Brasil. E a oportunidade é esta. Se tiver outra, e se tivesse aqui qualquer outra emenda para incluir, eu incluiria porque a gente incluiu em obra inacabada da educação equipamentos de saúde, que, como V. Exa. mesmo diz, atenderam o seu estado, e aqui era para a gente tratar de educação. Mas é lógico que, se sobrar recurso, atender equipamento de saúde é importante – tudo é importante no país.

Agora, não fazer nada! Não aprovar a emenda é não fazer nada. Não fazer nada e deixar tudo como está, assim como outras obras inacabadas. Melhor fazer alguma coisa e atender a surdos-mudos, pessoas especiais que precisam do instituto centenário, que é do Brasil, assim como o Colégio Pedro II e outras instituições aqui citadas.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Perfeito, Senador Carlos Portinho.

Eu vou devolver a palavra para a Relatora, que quer fazer a manifestação, mas eu não posso deixar passar esse registro, de indagar a V. Exa. – V. Exa. pode me responder até depois –: por que, em quatro anos, não se conseguiu preencher o orçamento e viabilizar essas obras centenárias no Rio de Janeiro? O senhor pode me dar essa clareza.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) – Posso responder agora, porque o momento agora não é de a gente travar uma disputa ideológica, Senador Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Jamais. Até porque nós temos um bom alinhamento ideológico.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) – A oportunidade que eu estou tendo é neste Governo. E eu até acredito que este Governo deveria ter comprometimento com a causa. Principalmente este.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) – Eu só quero deixar registrado que a inclusão das obras da saúde não é personalizada, não é específica, elas é geral. E seria atendida também essa instituição que atende surdos-mudos se fosse num critério que pudesse atender a todas as escolas de surdos-mudos do Brasil. A questão que nós temos colocado, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

dificuldade, é personalizar e especificar uma entidade entre todas numa MP tão abrangente como essa.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Se você me permite, Deputada – eu vou pedir a compreensão de V. Exa. –, eu quero passar a palavra para o Líder do Governo no Congresso, que, eu espero, nos trará boas notícias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Caríssimo Tarcísio, é breve, sem embargo da votação que já está em curso.

Deixe-me dizer aqui, meu caro Senador Portinho, o compromisso que o Governo assume. Tem R$150 milhões disponíveis para obras no Estado do Rio de Janeiro. Dentre essas obras, estão inclusos o Colégio Pedro II e institutos federais. Assumimos aqui o compromisso de mediar junto ao MEC – inclusive, tenho certeza de que o Ministro da Educação vai estar à disposição para receber V. Exa., não somente V. Exa., como a bancada do Rio de Janeiro, para a reivindicação das instituições a mais que aqui apontam –, sem embargo da votação que está em curso e sem embargo do mérito de retirar ou não a emenda, de nós completarmos a votação ou não, eu quero externar aqui para V. Exa. e para a bancada do Rio de Janeiro, meu caríssimo Tarcísio, o compromisso que o Governo assume. O Colégio Pedro II está incluso, os institutos federais do Rio de Janeiro estão inclusos entre as obras do PAC que o MEC está priorizando. Assumo com V. Exa. o compromisso de marcarmos, de imediato, com S. Exa. o Ministro da Educação para ponderar as reivindicações que V. Exas. apontam.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, permita-me, é a respeito.

Senador Randolfe, V. Exa. sempre cumpre os acordos que faz; não tenho a menor dúvida disso. Seja qual for o resultado, eu também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeito.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) – Saiba que aqui, do meu lado, como fui ministro do Governo, eu cumpro todos, e posso dizer que, seja qual for o resultado, esse acordo vai sair, e sai porque nós aqui nos mobilizamos por isso e o Governo, também. Então, independentemente do resultado, é uma satisfação, Deputado Tarcísio e Deputada Soraya, saber que o Governo vai avançar com as obras de conclusão do Pedro II, do instituto dos surdos-mudos e, se puder, de outros institutos federais, mas o compromisso é aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – E V. Exa. tem o meu compromisso, assim como o Deputado Tarcísio, a Deputada também e toda a bancada do Rio, para tão logo, de imediato, ainda na próxima semana, procurar marcar um diálogo do Sr. Ministro da Educação com a bancada para as reivindicações que a bancada está fazendo.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) – Sem dúvida. E aí, se, por acaso, aqui na votação, vencer, a gente faz o acordo para tirar, e vice-versa, eu bem entendi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Eu só gostaria de retomar essa fala. Eu acho muito ruim quando ela toma esta natureza: quem se preocupou com o seu estado apresentou. Acho que aí não é um bom caminho. Se formos nesta lógica: chegando em Plenário, eu vou trabalhar para o meu Estado, e aí cada um de nós e a gente...", eu acho que não é um bom desenho, mas o trabalhar pela conclusão de obras que são estratégicas, porque o instituto específico – tanto o Benjamin Constant quanto o Ines, que está colocado aqui – atende o Brasil inteiro, inclusive faz formação de professores para vários estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Quanto à pertinência do tema, eu não vejo nenhuma dificuldade. Só acho que tem que ter cuidado. Quem está votando contra está votando... Não, eu estou votando pelo tema e me coloco à disposição.

De igual forma, eu sei que é sensível, eu tenho a preocupação com a inclusão da saúde aqui, porque não é objeto da medida provisória. Sei que também tem o mesmo caráter nacional, só que a gente não pode correr o risco de ter algum tipo de questionamento, embora o tema seja sensível para todos nós. Ninguém é contra também, é pela mesma natureza da operacionalização. Eu sei que a fonte é diferente, porque obviamente tem que ser, mas, pela própria natureza da medida provisória que é para as escolas de educação básica, é essa preocupação. Assim como não teria nenhuma dificuldade numa construção, desde que aberta para todos os outros, porque, por que eu não vou trabalhar pelo meu estado, que tem obras inacabadas? Obras federais também, algumas paralisadas há muitos anos, e são importantes, porque cada um olha pela sua lógica, não só a importância para o meu estado, mas a importância nacional.

Então, acho que não é com o tema.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Exatamente. Representamos aqui o Brasil, mas particularmente os nossos estados.

Deputado Tarcísio, para a gente poder concluir a votação, por favor.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (PSOL - RJ) – Muito rapidamente, Sr. Presidente, muito obrigado pela palavra, até para dialogar com a Professora Dorinha e também com a Relatora.

De fato, o que a gente está tentando trazer aqui é essa situação de que nós temos escolas com educação básica, e pelo fato de elas serem federais, elas acabam fora do escopo, porque elas não estão dentro de contratos que passam pelo FNDE ou pelo Plano de Ações Articuladas, o PAR. Portanto, o nosso problema era exatamente como resolver essa situação. Elas estavam no escopo do objetivo: retomar obras paralisadas em escolas de educação básica. E a Professora Dorinha tem razão, a ideia, embora a gente tenha absorvido inicialmente um pedido que tinha a ver com escolas, com institutos federais do Rio de Janeiro, era conseguir expandir isso. Eu cheguei a formular uma emenda, a Emenda nº 75, que falava do país inteiro.

E aqui, na audiência pública, com a presença de V. Exa., a gente entendeu os problemas que teriam sobre esses. Foi apenas quando eu li, agora, sobre o debate que foi da inclusão da saúde, é que me veio a possibilidade de que a gente pudesse, de um ponto de vista geral, incluir um parágrafo que, portanto, não colocasse, nos recursos que estavam aqui, mas o fazia no mesmo texto em que V. Exa. incluiu a saúde... Ou seja: o disposto nesta lei aplica-se no que couber a retomada de obras em serviços de engenharia em escolas de educação básica da rede federal de ensino, incluindo o Instituto Benjamin Constant, o Instituto Nacional de Educação de Surdos e o Colégio Pedro II.

Por que a gente cita, além da rede federal, esses? Especialmente porque eles são autarquias, que, em determinados momentos, não estão vinculadas automaticamente à rede federal, e não para especificar essas instituições e selecioná-las. Por mais que entendamos toda a importância delas, a nossa lógica, Professora Dorinha, era, de fato, que entendêssemos obras paralisadas também na rede federal. Esse caminho era o caminho ideal. Quem sabe a gente ainda consegue chegar a ele antes da votação em Plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Eu agradeço a todos pela participação. O debate sempre é válido.

Encerro a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Encerrada a votação, peço à Secretaria que anuncie o resultado.

(*Procede-se à apuração.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Passamos à proclamação do resultado: 8 votos favoráveis; 10 votos contrários.

Foi rejeitado o destaque à Emenda 40.

Antes de encerrar os trabalhos, eu proponho a aprovação das atas da presente reunião e das anteriores.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Passo a palavra, antes do encerramento, para a nossa heroica Relatora, que está aqui com um mal-estar, mas sobrevivendo para poder aprovar esse relatório importante.

Por favor, Dra. Flávia.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Eu queria agradecer aos pares pela compreensão, pela aprovação. Nós seguimos agora para o Plenário, mas com certeza, com um aprofundamento importante nesse tema, a contribuição de todos, muito rica.

O Deputado Tarcísio pode ter certeza de que nós vamos trabalhar a possibilidade desse texto geral, para que possamos, respeitando o princípio da impessoalidade, agregar, sim, e destinar, incluir essas entidades tão importantes na conclusão de obras inacabadas nesse pacto de conclusão de obras inacabadas e paralisadas. Pode ter certeza de que a sua contribuição foi muito importante. Construtiva, não é? Eu acho que isso é muito válido.

Muito obrigada. Obrigada ao Presidente Alessandro, que tão bem conduziu os trabalhos desta Comissão Especial. A toda a assessoria, que esteve aí, lado a lado conosco, trabalhando esse texto e construindo esse texto. E a todos os Parlamentares que, com suas emendas, puderam contribuir também com essa construção.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, se V. Exa. me permite, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – É só para cumprimentar todo o trabalho feito por V. Exa. Tenho sempre certeza de que não seria diferente. E pela Relatora.

Uma rápida retificação, para não ficar mal-entendido, sobre os 150 milhões que comunicamos que estão disponíveis, pelo Governo Federal, são para toda a rede de institutos federais do país. Com a devida... E assim, mas o compromisso assumido, Tarcísio e Deputada, com a bancada do Rio de Janeiro, reafirmado. Já estou em contato com o Ministro Camilo, para, na semana que vem, V. Exas. serem atendidos sobre as demandas legítimas da bancada do Rio.

Mais uma vez, meus cumprimentos ao Presidente e à Relatora desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Parabéns a todos!

Nada mais havendo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – E está sendo encaminhado para a Câmara dos Deputados, é bom que se diga, caríssimo Presidente Alessandro, com três semanas de antecedência do prazo final. Então, com tempo hábil para votar no Plenário da Câmara e no Plenário do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Líder Randolfe, eu tinha colocado sobre isso, da necessidade de uma ação específica para a rede federal, para os institutos federais e universidades, que têm pagado um preço muito alto pelo abandono que sofreram em relação à rede. Então, assim, é muito importante que seja discutido e encaminhado um processo de apoio. Não se trata de obra paralisada no caráter do FNDE, porque o FNDE, pelo modelo do PAR, tem uma característica de paralisado. Nem que o Prefeito queira assumir e continuar, ele não consegue. Então necessitava de uma medida dessa natureza.

No caso da rede federal se trata de TED, é outro desenho, mas que seja enxergado um processo de construção para a rede federal, dos institutos federais e universidades. É para que nós apelamos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Com toda razão, Senadora, com toda razão.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – Pois não.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ. Pela ordem.) – Antes de encerrar, quero só registrar ao Randolfe, nosso Líder do Governo, e dizer que tem três semanas, sim, mas que a Professora Dorinha está na esteira do que todos nós já estávamos vislumbrando. E, se não fosse esse destaque, talvez, Professora Dorinha, nós não estivéssemos discutindo isso agora e não estivesse tendo uma medida para poder apontar.

Então eu quero agradecer essa discussão, toda a generosidade de V. Exa. e da Deputada Flávia. Entendo que também foi colocado aqui um elemento estranho, que é a área da saúde, mas muito necessário, porque não dá para brincar com saúde e educação.

E ao Líder do Governo, independentemente da nossa audiência, porque o Ministro Camilo é uma pessoa absolutamente aberta para todas as sugestões, nós não queríamos contar o prazo de três semanas para discutir isso lá. A gente queria, Senador Randolfe, que, antes dessas três semanas, esse encaminhamento, esse apontamento, porque quando a gente fala de obra parada, todas as suas camadas, e as escolas técnicas é uma delas, como houve modelagem, a gente já pudesse apontar e ter resolvido sobre a sugestão da Professora Dorinha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Não, com o Ministro da Educação é só reafirmar o compromisso, é para semana que vem ser recebido.

O que eu alerto, quando disse três semanas de antecedência, é para a Câmara dos Deputados para votação, três semanas antes de caducar essa medida provisória.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ) – Eu sei que V. Exa. está levantando uma bandeira do que aconteceu muito nesta Casa, de chegar medida provisória em cima da hora. Eu entendi perfeitamente. É que eu estou aproveitando o mesmo prazo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeito, entendido.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ) – ... para que antes de a gente chegar a votar lá na Câmara e ter um levantamento, novamente, de uma discussão de uma coisa que foi amplamente discutida aqui, que a gente possa ter um encaminhamento do Governo na solução do acabamento das obras das escolas técnicas. É nesse sentido.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) – Soraya.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Faremos de imediato.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ) – Aproveitar o prazo.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) – Deputada Soraya, inclusive acho bem possível que a gente... Mas todas essas inclusões que foram feitas careceram de uma avaliação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

seu impacto financeiro. Então, de acordo com o tamanho, o número de obras que vão entrar e o recurso disponível. Por isso, para a gente absorver essas obras talvez a gente tivesse que fazer esse levantamento do impacto antes ainda de a gente chegar em Plenário, mas eu acho que seria um destaque interessante se a gente conseguisse e o acordo fosse construído dentro da disponibilidade financeira. Não adianta aprovar e depois chegar lá e não ter recurso. O cobertor é curto, então, a gente acaba desviando, mas é isso que a gente precisa fazer e nós vamos trabalhar nisso, viu?

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. MDB - SE) – O momento é propício e a gente está justamente discutindo o orçamento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, com os cumprimentos da Bancada do Rio de Janeiro.

(*Reiniciada às 14 horas e 45 minutos, do dia 16/08/2023, a reunião é encerrada às 15 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9CB2F4C0058B437.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.